TEMPO DE RESISTÊNCIA

Leopoldo Paulino

12ª Edição

O Autor

Leopoldo Paulino - Carlos Leopoldo Teixeira Paulino - nasceu em Ribeirão Preto. Filho de Moacyr Alves Paulino e Maria Aparecida Teixeira Paulino, pai de Carlos Eduardo, Carlos Ernesto e Alexandre. É casado com Rose Paulino.

Iniciou sua militância política no Movimento Estudantil. Foi presidente do Centro Nacionalista Olavo Bilac, do Colégio Otoniel Mota, da União dos Estudantes de Ribeirão Preto (UERP) e do Centro Acadêmico 1º de Setembro da Faculdade de Direito Laudo de Camargo da Universidade de Ribeirão Preto. Preso político pela primeira vez aos dezoito anos durante o 30º Congresso da UNE. Integrou a Ação Libertadora Nacional (ALN) comandada por Carlos Marighella. Exilado, viveu no Chile, na França, na Dinamarca, no Panamá, e na Argentina. Durante o exílio, sobreviveu como músico profissional e professor universitário. Voltando ao Brasil fundou o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) em Ribeirão Preto. Foi diretor da ANATAG (Associação Nacional de Advogados dos Trabalhadores na Agricultura). Fundou diversos sindicatos de trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto e dirigiu a histórica assembléia da Greve de Guariba, em 1984.

É criador do Documentário Tempo de Resistência, dirigido pelo cineasta André Ristum. Publicou a Agenda Histórica Tempo de Resistência de 2007 a 2011. Também é criador do Centro Cultural Taiguara e coordenador do Grupo de Estudos Carlos Marighella. Criou e produziu o Musical Tempo de Resistência. Realiza o Projeto Cultural Tempo de Resistência.

Foi Secretário Municipal de Esportes em Ribeirão Preto durante o ano de 2001. Foi eleito vereador por seis vezes e presidente do Legislativo ribeirãopretano em 1998, 2004 e 2008, permaneceu na Câmara Municipal de Ribeirão Preto por 26 anos. É advogado, músico profissional e esportista.

O Livro

Houve momentos em nossa História em que a vida era refletida não na busca da felicidade pessoal, no egoísmo, na cegueira cultural, nos vazios de sentimentos, mas no sacrifício por um ideal, na doação de si pela coletividade, na solidariedade, na coragem de acreditar num mundo melhor, igualitário, numa pátria livre e socialista.

Conheci Leopoldo quando era assistente político do PCB nas bases secundaristas e ele um jovem militante e líder estudantil.

Encontramo-nos mais tarde nas lutas universitárias, principalmente nas passeatas de rua contra a ditadura, bem como na vinda de Euzébio Rocha, meu sogro, a Ribeirão Preto, no dia da decretação do AI-2.

Depois nos separamos, eu na FALN e ele na ALN de Marighella, ambos engajados na luta armada desigual contra os opressores.

Preso em 1969, com diversos companheiros, prosseguimos na luta dentro das prisões, enquanto Leopoldo, Nancy Marietto e outros que conseguiram burlar a repressão continuaram a batalha em outros países.

Leopoldo de volta do exílio e eu saindo da prisão, voltamos a nos encontrar em Goiânia , em 1980, ambos como advogados de trabalhadores rurais, ele em São Paulo e eu na Paraíba, participando da fundação da Anatag (Associação Nacional de Advogados de Trabalhadores na Agricultura).

Ler este livro, parte da vida de Leopoldo, é, ao mesmo tempo, resgatar a dignidade e a coerência de um lutador pelas causas sociais, recuperar o vazio imposto pelo sistema capitalista globalizante e desumanizador. O livro nos introduz no tempo em que a solidariedade, o companheirismo, o sacrifício pessoal a favor do bem comum, por uma nova sociedade era, e ainda poderá ser para nosso povo, principalmente para a sua juventude, uma conduta ética de vida, se acreditarmos que os exemplos, como este, ainda formam pessoas.

Vanderlei Caixe

TEMPO DE RESISTÊNCIA

Editorial – 12ª Edição (Revista e Ampliada)

Ilustrações
Paulo Camargo

Diagramação da 12ª Edição
Rose Paulino

Agosto/2023

SUMÁRIO

TEMPO DE RESISTÊNCIA

PREFÁCIO 06

1ª PARTE: A RESISTÊNCIA

I - O golpe de 1964 18
II - Reaglutinação 44
III - O movimento ganha as ruas 53
IV - PCB – O racha 65
V - 1968 76
VI - Ibiúna 90
VII - O fechamento 112
VIII - ALN 123
IX - As quedas 155
X - A retirada 168

2ª PARTE: O EXÍLIO

I - Chile 182
II - Santiago 202
III - Europa 223
IV - Dinamarca 234
V - De volta ao Chile 252
VI - Na embaixada do Panamá 266
VII - Buenos Aires 282

3ª PARTE: A VOLTA

I - Na Terra 301

4ª PARTE: PROJETO TEMPO DE RESISTÊNCIA

I - Projeto Tempo de Resistência 396

5ª PARTE: CHILE: O REGRESSO

I - Chile: O Regresso 421

6ª PARTE: BUENOS AIRES - 2011

I - Buenos Aires 445

7ª PARTE: A MARATONA DE SANTIAGO - 2012

I - A Maratona de Santiago 2012 454

SEMPRE TEMPO DE RESISTÊNCIA 467

ANEXOS

Informações sobre a vida e a militância de Leopoldo Paulino coletadas pelos orgãos de repressão da ditadura militar 472
Documentos Beti 567
Documentos Dinamarca..... 573
Certidões.....576
Glossário de Siglas 588
Fontes de Consulta..... 589
Dados para contato..... 590

Dedico este livro:

– a Rose,
minha doce companheira;

– aos meus filhos,
Carlos Eduardo, Carlos Ernesto e Alexandre,
que, cada um a seu modo, sentiram na pele as represálias decorrentes de minha atuação política;

– à memória de meus pais,
Moacyr Alves Paulino e Maria Aparecida Teixeira Paulino,
que despertaram minha consciência política e, durante toda a vida, foram solidários com minha militância;

– à memória de minha filha,
Ana Carolina;

– à memória de todos os companheiros
que tombaram na luta contra a ditadura militar.

O autor

PREFÁCIO

DA GUERRILHA AO PARLAMENTO

Tempo de resistência carrega no título o protagonismo de quem participou, defendeu e não desistiu da luta pela construção e manutenção da democracia no Brasil.

O livro, que chega a sua 12ª edição, é a tradução de um projeto bem-sucedido que levou a milhares de jovens estudantes e leitores o conhecimento da história da luta pela democracia brasileira, travada no início dos anos 60. Jovens que, dificilmente, teriam integrado à grade curricular do ensino público do país conteúdo relatado com tamanha veracidade que corroborou para traçar a linha do tempo na história desse país.

É notória a importância do livro, Tempo de Resistência, escrito e descrito pelo companheiro e amigo, Leopoldo Paulino, que teve a obra cantada em verso e prosa, na música, na poesia, no teatro, transformada em diferentes linguagens artísticas para se comunicar com públicos específicos, levando sempre o recorte da nossa história na construção da democracia sedimentada com luta, sangue, confrontos, enfrentamentos e, às vezes, com a vida de muitas pessoas.

Para mim, especialmente, fazer o prefácio da 12ª edição do Tempo de resistência, é simbólico, porque depois do exílio do Leopoldo, no Chile, nos encontramos na luta em defesa dos trabalhadores da Universidade de São Paulo, na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, no parlamento de uma cidade também marcada pela perseguição e tortura de companheiros que padeceram em nome da democracia.

Juntos, como vereadores, ainda em 1993, tivemos atuação marcada pela defesa da classe trabalhadora, seguimos juntos por três mandatos, eleitos para duas mesas diretoras e, historicamente, implantamos no Legislativo, o Painel da transparência que deu visibilidade aos votos dos vereadores. Painel que até hoje identifica a posição política dos parlamentares.

A democracia sempre esteve representada em nossas defesas e projetos propostos, como a implantação da TV Câmara, por exemplo. De nossa autoria e projetada para a transmissão ao vivo das sessões do Legislativo, dando transparência à população que passou a ter a oportunidade de acompanhar o trabalho dos vereadores.

Essas passagens, esse trabalho de moralização nos processos legislativos foi a marca registrada nos mandatos do então vereador, Leopoldo Paulino, com quem tive a honra de compartilhar durante longos anos e a lisura da conduta do vereador caminhou junto com sua formação política, sua luta pela democracia que culminou na realização desse livro que entra agora na sua 12ª edição.

Fui autor do primeiro requerimento de congratulação à primeira edição desse livro e agora estou aqui erguendo um brinde a esse trabalho e ao seu autor, que vive para ensinar e clarear aos leitores que sempre será Tempo de Resistência!

José Alfredo Carvalho
Foi vereador na Câmara Municipal
de Ribeirão Preto pelo Partido dos Trabalhadores.

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO

Vereador Leopoldo Paulino, Dr. Leopoldo ou, para mim, simplesmente Leo.

Assim o chamo hoje, como permite uma intimidade forjada na partilha de idéias e ideais que alicerçaram nossa amizade. Mas, por algum tempo, conheci-o como Jaiminho.

Foi na época dos anos de chumbo, quando aqueles que lutavam pelo ideal da igualdade e da democracia eram, tantas vezes, impedidos de usar o próprio nome.

Nós, eu e Leopoldo/Jaiminho, estávamos (e ainda estamos) entre aqueles que perseguem tal ideal. Como se vê, nossa amizade é antiga, quase 30 anos. Militamos na mesma organização guerrilheira, ALN – Ação Libertadora Nacional – eu, no Rio; ele, em São Paulo, ou melhor, em Ribeirão Preto. Mas não foi aqui no Brasil que o conheci. Foi no Chile, país de tradição democrática desrespeitada, quebrada e vilipendiada por Augusto Pinochet, que, durante o governo de Salvador Allende (1970/1973), representou abrigo seguro para pessoas que, como nós, viram-se obrigadas a deixar a pátria, justamente por serem tão patriotas. E éramos muitos, não só do Brasil, mas de toda a América Latina, a qual vivia a fase sombria das ditaduras militares, patrocinada pelo projeto imperialista do momento.

Quando lá cheguei como um dos integrantes do grupo de 70 brasileiros banidos do território nacional em troca do embaixador suíço, fui levado a conhecer o companheiro Jaiminho, um companheiro jovem, muito jovem, e já com uma boa experiência de luta acumulada e uma férrea decisão de luta (herdada, aliás, do pai que, de certa forma, nunca abandonou a militância). Mas já casado e com um filho a caminho, dando aula de música na Universidade de Chillán, ao sul de Santiago. A amizade nasceu de imediato, levada não só pelo companheirismo, pela militância conjunta (e ainda faríamos juntos algumas ações políticas no Chile), mas também porque éramos transgressores, no sentido defendido por Leonardo Boff: pessoas que violam fronteiras, eternos protestantes, no sentido de romper convenções, sempre com um profundo respeito pelo passado, mas, acima de tudo, com um grande compromisso com o futuro e com a humanidade.

Era assim que empregávamos nossa juventude: com o compromisso de criar um futuro melhor, uma sociedade mais humana, um Brasil para os brasileiros, um mundo para todos. Queríamos a vida sonhada não só para Carlos Eduardo (filho dele que estava por nascer) e para Maíra (minha filha também por nascer), mas para todos aqueles que estivessem por vir.

Apesar do engajamento, ainda encontrávamos tempo para viver com intensidade nossa juventude (como se a militância, naquele período, já não representasse viver com intensidade). Tínhamos como consequência lógica de nosso engajamento político: o compromisso com a cultura, formamos um grupo musical que se apresentou em teatros e peñas (casas noturnas populares) do Chile, cantando músicas brasileiras (de protesto, naturalmente); com o saber, a prática, as leituras e as discussões políticas são sempre fontes do conhecimento; e com o nosso tempo, usávamos cabelos compridos e bolsas a tiracolo.

Depois do bárbaro golpe no Chile, muitas mudanças ocorreram: a ascensão de Pinochet, representando outro duro revés em nossas vidas; a morte de tantos companheiros; um neo "Big Stick" americano caindo sobre a América Latina. Para mim, um segundo exílio. Passei pela Argentina e daí para a Suécia, só regressando ao Brasil após a Anistia. Leopoldo conseguira voltar antes e, quase que de imediato, engajou-se novamente na luta contra a ditadura que ainda governava o país. Participou de organizações ainda clandestinas e das grandes campanhas populares que marcaram o fim dos anos 70 e os primeiros anos da década de 80: Anistia, Diretas Já, Campanha Presidencial de Lula. Acabou seu curso de Direito, fez-se vereador, tendo sempre como base a defesa dos grupos menos favorecidos da sociedade.

Quando, depois de nosso reencontro, fui pela primeira vez a Ribeirão Preto, acompanhei o vereador Leopoldo Paulino em suas lutas em defesa dos marginalizados, dos bóias-frias, vi as ameaças que ele sofria por parte de políticos e setores mais conservadores, temi por sua vida. Senti, o que me deixou realmente sensibilizado, o apreço que ele tinha por mim, por minha história de vida. Apreciação recíproca, obviamente.

Após este reencontro, nunca mais deixamos de nos ver ou nos falar nos mais diferentes momentos de nossas vidas.

Militamos hoje no PSB – Partido Socialista Brasileiro. Somos daqueles que teimam em acreditar que o futuro da humanidade é o socialismo. Seguimos lutando pela democracia, reafirmando nossa crença em uma vida melhor para todos, preocupados com o futuro dos homens e das nações neste mundo globalizado, não inclusivo e não solidário, o mundo da exacerbação da propriedade privada e do individualismo.

No passado, arriscamos nossas vidas pela causa coletiva. Ele o fazia com um notável destemor. O momento é outro. A sociedade brasileira vive uma fase em que, se ainda estamos muito distantes de uma real democracia, a via de contestação legal partidária, eleitoral, sindical pode ser trilhada livremente. Nela, estamos nós. Leopoldo, com seus mandatos e sua prática advocatícia, com seu inerente destemor; eu, no meu dia a dia como professor e como militante do PSB e do meu sindicato. O tempo, no seu passar infalível, infindável e implacável, levou-nos a assumir outros compromissos com a vida. Porém, as questões básicas do mundo se agravam, se acumulam, tensionam. E, por isso, como diz uma das músicas que gostávamos de cantar, "é preciso estar atento e forte". É neste sentido que costumo dizer a meu amigo Leo que ele ainda segue sendo militante da ALN.

Sinto que este livro em que Leopoldo faz um resgate de um momento histórico tão importante para o país e que hoje desperta tanto interesse e sofre tantas deformações, tem também a preocupação de acender em outros a chama do compromisso político e da solidariedade, valores tão presentes em seus mandatos.

Certa vez, conversando com a eterna transgressora, Luiza Barreto Leite (já falecida), ela com mais de 80 anos e eu quase chegando aos 50, comecei uma frase com o chavão "no meu tempo". Luiza interrompeu-me de imediato: "No seu tempo? Você já morreu? Meu tempo, seu tempo é o hoje!".

Aprendi esta lição com a grande amiga e agora Leopoldo, em sua prática de vida, a confirma: As formas mudam, mas nosso tempo de resistência é hoje, sempre o hoje, tecendo sem parar o amanhã.

Eduardo Galeano, escritor uruguaio que tanto nos ensinou, tem palavras que, para mim, sintetizam a vida de Leopoldo: "Nós somos o que fazemos, e sobretudo aquilo que fazemos para mudar o que somos. Nossa identidade reside na ação e na luta".

Francisco Mendes
Professor de História, foi militante da ALN
e um dos 70 presos políticos trocados
no seqüestro do embaixador suíço.

PREFÁCIO À 5ª EDIÇÃO

PENSANDO NO "TEMPO DE RESISTÊNCIA"

Leopoldo Paulino, o festejado autor de Tempo de Resistência, agora em sua quinta edição, fez parte da parcela da população que ousou lutar contra a ditadura militar brasileira, nos anos de 1960 e 1970, e, como conseqüência dessa luta, foi parar no exílio. Além da luta armada no Brasil nos anos 60 e 70, Leopoldo Paulino, eu e outros milhares de companheiros participamos da última grande experiência da esquerda mundial nos anos 70 no Chile de Salvador Allende. Como em poucas outras épocas da História da humanidade, havia naquele país milhares de asilados latino-americanos, europeus, africanos, asiáticos, revolucionários e reformistas, intelectuais e "quadros táticos", militantes de dezenas de organizações, guerrilheiras ou pacifistas, que, no caso do Brasil, iam da ALN, VPR, MR-8, Var Palmares, AP, PC do B, PCB, MRT, FLN, Colina, entre tantas outras.

Tempo de Resistência, o livro memorialístico de Leopoldo Paulino, serve para que essas experiências não caiam no esquecimento, nem sejam "remodeladas", reescritas e reembaladas numa forma mais palatável para o grosso da sociedade.

O Chile dos anos de Salvador Allende foi o último grande centro de aglutinação da esquerda mundial, da vida cultural, intelectual e artística – num movimento comparável ao que aconteceu em Berlim, nos anos 20, e em Paris, nos anos 30 – com uma agitação política, cultural, social e revolucionária que fez tremer os alicerces do Império Americano. No final, depois das respectivas derrotas vividas em cada país, tivemos mais uma derrota na trajetória das nossas vidas que nos levou pelo mundo afora, distanciando alguns daquele sonho libertário inicial que nos mobilizou para mudar o mundo.

Na década de 1960, nenhum de nós imaginou que o mundo do ano 2000 seria essa catástrofe que estamos vivendo e com a qual nos amarguramos por nossos filhos. O futuro que previamos, nos anos 60, era um mundo de paz, solidariedade, socialismo e avanços científicos e humanos.

Para criar esse mundo, muitos de nós pegamos em armas e alguns perderam a vida numa luta que varreu quase o mundo inteiro, da Ásia, onde o imperialismo norte-americano sofreu a maior e mais grave derrota de sua História na guerra do Vietnam, passando pela África, Europa e Américas. Tivemos líderes inesquecíveis que, usando a realidade objetiva como padrão de previsão do futuro, jamais serão repetidos, como Che Guevara, Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Carlos Lamarca, Raul Sendic, o padre Camilo Torres e tantos outros.

Para abater o movimento guerrilheiro, as ditaduras latino-americanas pavimentaram sua rota com dezenas de milhares de cadáveres, sempre assassinados às escondidas e com o uso de métodos que nenhum visigodo jamais imaginou no passado sombrio da humanidade.

Hoje, passados trinta anos do golpe no Chile, tenho a consciência de que a grande derrota da esquerda mundial se deu na década de 30, quando os partidos comunistas do mundo inteiro aceitaram o papel de lacaios subservientes dos interesses de Moscou e assumiram a postura de meros defensores da construção do socialismo num só país. Se tivessem tido uma postura independente em relação às propostas do Komintern e agissem de maneira concreta em suas realidades locais, em base a uma análise real da conjuntura, talvez o mundo de hoje fosse diferente. Assim, talvez, as esquerdas da América Latina estivessem melhor preparadas para enfrentar uma nova realidade que é, ao mesmo tempo, início e fim.

Fim de oito mil anos de história da humanidade, já que vivemos o fim do campesinato no mundo inteiro. Só para constar, a população brasileira que, em 1950 era composta de 72% de habitantes do campo e 28% de moradores nas cidades, hoje apresenta uma relação de 86% de população urbana e 14%, rural; nos EUA, Bélgica, Inglaterra e outros países, a população rural não chega a 3%. Aliás, hoje em dia, só existem populações camponesas em número significativo na China, no Sudeste asiático e na África subsaariana.

É início... de não se sabe o quê. Se o imperialismo conseguir estabilizar sua dominação no mundo inteiro, as próximas décadas serão algo parecido com o inferno. Se for derrotado...

Nós fizemos parte de uma juventude que ousou pensar e ousou agir por conta própria numa luta que, examinando a posterior, só loucos enfrentariam. É estranho pensar que a parte mais densa de nossa vida até hoje, quando alguns de nós já se consideram "velhos", apareça em nossa memória como algo quase presente – tão presente que alguns continuam se referindo a "nós" e "eles", separando o nosso mundo do mundo dos outros.

Mas nós fizemos a diferença.

E livros como Tempo de Resistência servirão para que os historiadores do futuro não somente sejam obrigados a mencionar nossa atuação, mas também a fazer uma nítida separação entre revolucionários e subservientes das décadas de 60 e 70 do século XX.

Reinaldo Guarany
Escritor, foi militante da ALN
e um dos 70 presos políticos trocados
no sequestro do embaixador suíço.
É autor, entre outros, do livro A Fuga.

PREFÁCIO À 6ª EDIÇÃO

O livro Tempo de Resistência, de Leopoldo Paulino, é um documento histórico, um registro fiel dos acontecimentos que abalaram o Brasil há mais de quatro décadas. É um documento de uma grandeza e amplitude social comparável às grandes obras relevantes para a luta social e política no Brasil. A grande maioria dos que, no Brasil, lêem textos históricos, principalmente os que simpatizam com a política de esquerda ou socialista, tentam, nos dias de hoje, esquecer alguns erros e desvios daqueles que, em princípio, sempre defenderam a liberdade, a justiça e os direitos da população.

Mas o livro de Leopoldo Paulino é um texto de uma categoria especial, pois foi escrito por um dos protagonistas mais autênticos e que continuou fiel aos princípios que nortearam sua vida de lutas. O autor é um homem que faz História e que prefere ficar marcado por seus feitos – os de antes, quando foi preso no Congresso da UNE, em Ibiúna, nos anos duros da ditadura militar, e os de hoje, quando continua incansável na sua trincheira de luta.

Para aqueles que hoje descobrem a luta política, um desdobramento do que ocorreu no passado recente, principalmente os nascidos durante o processo histórico que culminou com o começo e a queda da ditadura militar, é fundamental a leitura dessa obra nos dias atuais de crise do Governo Lula, do Partido dos Trabalhadores e seus aliados. O conhecimento da História expõe a verdade e coloca em seu devido lugar a versão dos fatos e dos processos políticos que tanto influenciaram nossa vida.

Leopoldo Paulino não é apenas um vereador em Ribeirão Preto. Ele pode ser considerado um grande lutador e estudioso dos nossos temas sociais, uma pessoa que as oligarquias rurais e os esbirros da repressão preocupam-se em tentar silenciar. Essa mesma oligarquia que deu o golpe, em 1964, hoje, através dos seus representantes, tenta prolongar toda aquela herança de miséria, opressão e obscurantismo legados pelos seus prepostos de cima, no Congresso Nacional, até as Câmaras Municipais.

No Brasil, um exemplo notável de sociedade desigual e opressiva, os feitos mais importantes dos seus filhos, dos seus lutadores podem ser contabilizados nas ações políticas de pessoas do gênero de Leopoldo. O conhecimento da História é fundamental em um país cuja classe dominante se esmera em massacrar não só os seus adversários, como também a população; onde gente como aquele fazendeiro em Unaí, que mantinha trabalhadores rurais em regime de escravidão, fica impune.

No Brasil, a História está cheia de episódios como aqueles porque, injustamente, as oligarquias, o capital financeiro internacional e a oligarquia da mídia preocupam-se em ocultar, para as gerações atuais, as lutas do povo. Principalmente, o gênero de luta daqueles travados pela geração de Leopoldo Paulino. A historiografia oficial faz questão de encobrir ou negar documentos tão importantes como os textos decisivos para desvendar o que ocorreu naqueles dias dramáticos do Congresso de Ibiúna e as conseqüências dele para o processo político e social no Brasil.

A mídia oficial, sempre a serviço da oligarquia e do imperialismo, produz hoje uma versão deturpada do que ocorreu durante a ditadura militar. Apresenta como heróis figuras pífias, muitas das vezes, impostores, os quais nada realizaram pelo Brasil. A rede Globo produz mentiras como se fossem verdades. Tentam negar que a tortura, a matança de militantes era uma política oficial do Estado. Mais uma razão para dar importância a documentos como o livro Tempo de Resistência. É dentro deste contexto que devemos interpretar esta obra, já agora em 6ª edição.

O leitor terá facilidade ao deparar-se com o relato do autor, pois ele se comporta como um "historiador participante". Seu livro, além de um documento sério e fundamentado, faz o que muitos, às vezes por descuido, desejam esquecer: uma defesa apaixonada da luta que aqueles jovens travaram naqueles dias não só em Ribeirão Preto, berço de muitos dos combatentes, mas também em outros lugares, sem omitir os erros e as críticas que se faziam na época. Por essa razão, o livro é um instrumento válido para aqueles que se preocupam com a continuidade da luta pela justiça e pela liberdade no Brasil. Se seguirmos seu raciocínio, acreditando na argumentação do autor, os problemas atuais da luta pelo socialismo no Brasil são também os problemas de 40 anos atrás, que ajudam a resolver, questões hoje colocadas, se aprendemos a lição

que ele quer nos passar.

Por essa razão óbvia, o relato e a lição dele extraída soam em completa afinidade com o que atualmente se debate como problemas importantes para o Brasil. Mesmo que alguns, em sua auto-suficiência, queiram negar o que ocorre na sociedade hoje e negar o que o futuro reserva àqueles que têm como missão a mudança real do Brasil.

A imoralidade, reinante, aparentemente, como problema atual, é uma doença crônica da sociedade burguesa. Por mais que os reformistas queiram, é muito difícil fazer um governo que harmonize interesses tão díspares: burguesia exportadora ligada ao capitalismo internacional e classes trabalhadoras que geram toda a riqueza acumulada em contas bancárias no exterior, fora do alcance do país.

A formação ideológica de esquerda precisa de um livro desse quilate, mesmo para aqueles que se apresentam com uma crítica destrutiva. A finalidade do autor talvez não seja exatamente o que procuro descrever aqui. Mas, como um leitor interessado, leio a obra procurando orientar-me pelas indicações da mensagem, que é de luta e resistência a tudo que atrapalha o progresso, o bem-estar e os interesses das classes trabalhadoras e de seus lutadores. A transcendência do texto é muito notória para que se possa encobrir não só os propósitos do escritor, mas também a chama que ele procura manter acesa da luta de resistência, refletida na ação prática e teórica daqueles que associam sua felicidade pessoal à coletividade, sem egoísmo, doando-se à tarefa de transformar o Brasil em uma "pátria socialista".

A coerência de Leopoldo Paulino não está somente expressa na elaboração deste livro. Ele continua a luta na sua trincheira em Ribeirão Preto.

Só temos que, finalmente, imprimir meus agradecimentos, repetindo as palavras de Leopoldo: "Valeu a pena enfrentar a ditadura de armas na mão, vale muito a pena continuar lutando pelo socialismo no Brasil".

A luta continua.

Antonio Duarte
Professor de História, escritor, foi militante do MAR.
Participou das guerrilhas de Caparaó e Angra dos Reis
e foi um dos companheiros resgatados da penitenciária
Lemos de Brito por um comando revolucionário.
Foi um dos fundadores da Associação dos Marinheiros.
É autor do livro A luta dos Marinheiros.

PREFÁCIO À 7ª EDIÇÃO

O resgate de nossa História é um dever para todos nós. Conhecer nosso passado ajuda a entender nosso presente e fornece condições para construirmos nosso futuro. As gerações futuras dependem de nós para receber o país que vão conduzir.

Nesse exercício de resgatar a História, entender o presente e construir o futuro, manifesta-se o compromisso que se tem com o povo.

Este livro tem a preocupação de contar nossa História de modo sério e voltado para nosso presente. Aparentemente, Tempo de Resistência tem na história de Leopoldo Paulino e de Ribeirão Preto o ponto de partida, mas não é isso o que se vê ao ler esse belo texto. Ambos são apenas uma referência geográfica e temporal de uma geração e de um mundo em convulsão.

Longe dos grandes centros urbanos, a pequena cidade de então vivia sintonizada com a realidade mundial. Como todos ao redor do mundo dessa época, as pessoas desta cidade queriam a Liberdade. A prova maior é a sucessão de fatos culminantes na barbárie que se abate sobre Ribeirão Preto, na repressão política sobre religiosos e um grupo de

jovens, envolvendo o parlamento brasileiro, o Vaticano e a opinião pública mundial. O mundo não permite torturas em nenhuma parte de nosso planeta.

A preocupação em contar a História para o presente e projetar algo melhor para o futuro é expresso no projeto que leva o nome deste livro. Tempo de Resistência, o projeto, tem envolvido centenas de jovens, movimenta cabeças inquietas e mobiliza talentos que pensam o nosso país.

Tempo de Resistência desfaz o sórdido trabalho da ditadura militar com delicada dedicação. O que os ditadores fizeram com boa parte de duas gerações seguidas foi impedir o livre pensar, foi amedrontar com o terror de Estado e, mais que tudo, foi sufocar pessoas em busca de cidadania e participação política. Uma obra criminosa e de lesa-pátria.

Pessoas de meia idade sentem, hoje, inveja silenciosa desses grupos de adolescentes que se deslocam a São Paulo para conhecer um forte e dramático pedaço de nossa História, ouvem palestras testemunhais e de pensadores de nosso tempo, estudam nossa realidade comparada ao passado recente ou simplesmente se dedicam a pensar o que escrever sobre seu país. O ato de desatar os nós desse Brasil tão violentado é fundamental para nós.

Para quem viveu esse período terrível é um presente ver os rostos ávidos de detalhes de histórias de nossa História nacional. Dá muito orgulho ver esse interesse de nossa juventude atual. Dá uma alegria enorme ver cidadãos se formarem livremente. A ditadura vai para o ralo da História e a juventude areja e faz respirar os mais velhos.

Essa juventude é sucessora do que fizeram seus pais e avós, e serão sucedidos por seus filhos e netos. O que deixamos para essa juventude é fruto do que foi possível fazer. O que ela deixará para os que vierem no futuro segue a mesma lógica. Esses jovens trabalham para ter orgulho de seus atos. Isso é muito bom. Isso é promissor para o país.

A juventude que participa do projeto Tempo de Resistência trabalha para apagar a mácula deixada pelos adeptos da barbárie e dos atos ignominiosos, que envergonharam Ribeirão Preto até os dias de hoje. Ninguém vai esquecer, mas terá meios de superar e colocar na lata de lixo da História os sórdidos agentes da violência e das trevas da ditadura militar.

Cada linha do texto deste livro deve ser lido e relido por todos os que querem o melhor para nosso país. Cada capítulo é uma peça da construção de um futuro melhor para nossos filhos e netos. O que está envolvido na obra toda é a certeza de que se deve tentar fazer para tentar acertar. Isso não é apenas mais uma tentativa, mas mais um sucesso.

Ivan Seixas
Jornalista, foi preso político e militante do MRT
Movimento Revolucionário Tiradentes

PREFÁCIO À 8ª EDIÇÃO

Ao me convidar para prefaciar a 8ª Edição deste vitorioso livro "Tempo de Resistência", sabendo que estou candidato a Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, Leopoldo demonstra a mesma ousadia, de outros tempos, que o levou a participar do Congresso de Ibiúna. Por sua vez, testa a coragem deste também participante de Ibiúna em aceitar tal honraria. Como candidato vitorioso em diversos pleitos, Leopoldo sabe das dificuldades e pressões a que somos submetidos nos tempos de eleições.

Desde que retornou ao País, entendeu a importância em assumir as suas responsabilidades ao disputar e vencer várias eleições para vereador. Durante seus mandatos demonstrou na sua ação concreta

o acerto de sua opção com muitas realizações em defesa da comunidade e das idéias socialistas, sempre em busca de uma sociedade mais justa e fraterna.Os méritos desta obra são significativos e foram, com muita propriedade e brilhantismo, destacados nos prefácios das edições anteriores pelos companheiros e amigos Francisco Mendes, Reinaldo Guarany, Antonio Duarte e Ivan Seixas.

Conheci Leopoldo no Chile, durante o governo de Salvador Allende, líder do povo chileno e herói latino-americano. O Presidente Allende lutou pela construção do socialismo dentro da Constituição e das Leis chilenas e foi assassinado, assim como milhares de chilenos e companheiros de outras nacionalidades, que apoiavam as transformações sociais empreendidas pelo governo da Unidade Popular. Frente essa que reunia socialistas, comunistas , democratas e progressistas de diversas correntes. Foi nesse contexto político que conheci Leopoldo, cuja intensa vida no Chile os leitores terão o privilégio de conhecer ao ler o livro.

O primeiro encontro deu-se devido à necessidade de recontatar a revolucionária Denise Crispin (viúva do herói Eduardo Leite Bacuri) com seu pai que se encontrava clandestino no Chile em um aparelho freqüentado por companheiros da ALN. Estes companheiros se preparavam para ingressar clandestinos no Brasil sob minha orientação, com o aval da direção da organização no Brasil.

A primeira vez que encontrei Leopoldo foi a bordo de um Mini Austin azul, que apesar dos enguiços prestou grandes serviços. Logo percebi tratar-se de um militante solidário, interessado e atuante. Em seguida, convidou-me à sua casa, que abrigava além de sua família, a Denise, sua mãe Encarnación e a linda filhinha do Bacuri a Eduarda. Percebi estarem todos, apesar dos traumas e da instabilidade política, sentindo-se em casa com a família do Leopoldo.

Além de viabilizar o encontro do saudoso revolucionário José Maria Crispin com sua filha Denise, Leopoldo passou a participar comigo de alguns treinamentos que vínhamos realizando com os companheiros que depois regressariam ao Brasil. No mesmo período, Crispin, que havia se desligado do PC do B e optado pela ALN, com sua experiência, enriquecia as discussões com várias teses sobre os caminhos e o futuro da revolução no Brasil e no Mundo.

Com o golpe facista no Chile e a conseqüente diáspora dos revolucionários, somente após a Anistia, que permitiu a volta dos exilados ao Brasil, pude reencontrar Leopoldo.

Em 1982, ele se elegeria Vereador e eu Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro.Neste período de transição democrática, com os mandatos, foi possível contribuir efetivamente para a consolidação da democracia, ainda incipiente e monitorada pelos órgãos de informação da ditadura.

Nós, companheiros da resistência, do exílio e da luta permanente pela democracia e o socialismo, agora temos como desafio buscar preencher os espaços políticos e ampliar nossa representatividade a todos os níveis. A cada eleição é preciso avaliar as possibilidades de elegermos o maior número de candidatos comprometidos com as causas da educação-cultura, saúde, trabalho e meio ambiente, de acordo com as expectativas de uma sociedade mais justa, próspera e humana. O trabalho empreendido por Leopoldo e seus companheiros em Ribeirão Preto deve servir de exemplo. O projeto "Tempo de Resistência" é emblemático. O documentário de André Ristum, que possui o mesmo nome do projeto, deve ser visto por todos, principalmente pelos jovens, por sua qualidade e fidedignidade aos fatos históricos, do mesmo modo que o livro que vocês irão ler e certamente recomendar.

Carlos Fayal
Dirigente da ALN,
um dos 40 presos políticos trocados
no sequestro do embaixador alemão.
Foi depado estadual pelo Rio de Janeiro.

PREFÁCIO À 9ª EDIÇÃO

Lançado pela primeira vez em 1998, Tempo de Resistência é um livro histórico de um período longo na vida nacional. Sem glória e sem ostentação foi um período de muitas lutas sociais, muita solidariedade, dedicação e muita dor: marcado por ativismo político clandestino, por ideologias políticas oriundas da concepções filosóficas humanistas e realmente revolucionárias. Era uma sociedade com prevalência de jovens, que se opunha à opressão, à ditadura, a qual interrompeu um processo de grande importância , um processo de reformas político-sociais e de construção de uma real democracia.

Através da sua história pessoal, Leopoldo faz uma retrospectiva das lutas sociais na zona de Ribeirão Preto feita pelos estudantes e revolucionários. Lutas que eram verdadeiras batalhas pela democracia e pelas reformas sociais. O relato é fluente, perpassa os fatos mais conhecidos e que marcaram o período de lutas revolucionárias, falando de casos de mortes, ações, perseguições, exílio, os mais conhecidos. É uma narrativa real, onde a crença, a decisão, a coragem dos envolvidos, chega quase a não transparecer o sofrimento daquelas opções. Às vezes também é sutil a percepção da violência e crueldade contra os mesmos, dando à leitura maior interesse. Em uma época como a nossa, que estimula o uso intenso da imagem, do consumismo, da informação genérica, este livro está entre aqueles que fornecem o que precisamos: discernimento. Nos faz ver um tempo em que, como bem diz Vanderley Caixe "muitos não buscavam a felicidade pessoal no egoísmo, na cegueira cultural, mas no sacrifício por um ideal e na doação de si pela coletividade". Hoje a distância de tantos anos, nos parece quase impossível que estas pessoas e estes fatos existiram, dado o rumo e a ideologia predominante na sociedade contemporânea.

Leopoldo e eu nos conhecemos desde quando éramos meninos e morávamos à distância de cem metros um do outro. Filhos de militantes políticos, comunistas e ativistas, que sem dúvida influenciaram nossas existências. Meu pai presidente da UGT, seu pai grande ativista do "grupo dos 11", organizados por Leonel Brizola. Em 1964 durante o golpe de Estado lutou para que estes grupos se transformassem em resistência organizada à implantação da ditadura militar.

Leopoldo, como todos os combatentes daquela época, estava entre os melhores em tudo o que fazia. Menino prodígio, filho de pai advogado e professor, de mãe psicóloga, pedagoga e pianista,já muito jovem era músico profissional. Com um grupo musical, ao órgão ou à guitarra , animava os bailes que freqüentávamos. Entre este trabalho e o estudo na faculdade de direito, ainda se dedicava à política ativa, que continua até hoje em outras formas.

Me lembro ainda da sua prisão durante o 30º congresso da UNE em Ibiúna, quando estávamos preocupados com ele, saiu na primeira página do jornal O Estado de São Paulo a sua fotografia indo para a prisão enrolado em um cobertor. Mas desde então e depois da atuação da chamada "operação integrada" em Ribeirão Preto, que em outubro de 1969 prenderam mais de 200 pessoas em poucos dias, as coisas ficaram mais difíceis. Nesta ocasião , iniciaram as prisões dos militantes da FALN e em seguida foram presos opositores do regime, outros revolucionários e fui presa também. Começaram para todos nós como ele relata no livro, outros períodos de tantos desencontros e reencontros.

O nome Tempo de Resistência, assim tão expressivo para descrever aquela época, é mais que um livro de testemunho histórico, é um projeto de educação à democracia. Olhando para a nossa história política passada, com filme, leituras, teatro e conferências, ilustram muito bem o tema. Boa leitura.

Nanci Marietto
Enfermeira, militante das FALN,
presa política e exilada durante a ditadura militar.

PREFÁCIO À 10ª EDIÇÃO

"Memória de um tempo onde lutar por seu direito,
é um defeito que mata". Gonzaguinha

Leopoldo Paulino, ao escrever seu livro, que já esta na décima edição, começou com uma bela escolha, o título "Tempo de Resistência". O autor, através de suas experiências na luta contra a ditadura, no exílio e na volta ao Brasil, faz um retrato daquele tempo, valorizando o desprendimento e a rebeldia da geração que se insurgiu contra a tirania e o arbítrio da ditadura de direita que foi instaurada pelo golpe de 31 de março de 1964.

Leopoldo narra a saga latino-americana no caminho da libertação, de armas e violão nas mãos. Parte de Ribeirão Preto, cidade do interior do estado de São Paulo, onde iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista, para depois se integrar à Ação Libertadora Nacional - ALN que o levará ao Chile, ao Panamá e ao exílio europeu.

Como todo exilado, teve que enfrentar a falta de documentos e a angústia de ser devolvido ao Brasil. Entretanto, não esmoreceu em sua luta, mesmo estando em terras frias e distantes.

Participou ativamente da resistência ao golpe chileno, o que lhe rendeu uma prisão e a saída do país, junto a 300 outros militantes da América Latina.

Em tempos de Comissão da Verdade, em que o Brasil volta a se debruçar sobre este período, o livro de Leopoldo tem como diferencial esclarecer como a resistência armada se organizou no interior do estado, em especial num município historicamente dominado por uma oligarquia rural, os barões do café.

Vale lembrar que as cidades do interior em nada favoreciam a militância política, pois a polícia, com facilidade, cercava a rua e prendia todo mundo.

Engana-se quem pensa que apenas as empresas da capital colaboravam com a repressão. Leopoldo denuncia em seu livro a atuação da Construtora Cozac e do grupo Cury, alinhados naqueles anos à ditadura.

Descreve a intenção de seu grupo de justiçar um membro do Esquadrão da Morte que atuava como investigador de Polícia em Ribeirão Preto.

Conta com humor as bombas colocadas na empresa Coca-Cola e nas Lojas Americanas em represália à política de difamação da luta guerrilheira através da exibição dos cartazes de "terroristas procurados".

Leopoldo, mostrando que a resistência também floresceu nas cidades pequenas, que se constituíram igualmente em arenas da luta brasileira contra o regime militar, atribui a esses resistentes seu real papel na História. Dos movimentos de rua até treinamentos militares, o interior de São Paulo funcionou como área de apoio importante da ALN.

"Tempo de Resistência" relata também a solidariedade de Madre Maurina Borges, que não fazendo parte de nenhum grupo armado, alojou no Lar Santana pessoas perseguidas. Era nos mínimos espaços que a oposição se articulava, como nas reuniões na ótica Rivera ou nos bailinhos dançantes quando Leopoldo leu o Manifesto da Guerrilha lançado após a captura do embaixador norte-americano. Vistos de hoje, atos como estes parecem irrelevantes, mas naquela conjuntura eram crimes passíveis de prisão, tortura e morte.

A leitura do livro de Leopoldo Paulino é interessante para quem viveu histórias de luta e, o mais importante, é essencial para as novas gerações, que anseiam saber o que realmente aconteceu na História recente de nosso país.

Mãos à obra, leitor. É hora de mergulhar e percorrer com Leopoldo Paulino as trilhas de resistência e rebeldia que marcaram definitivamente o Brasil e a América Latina.

Carlos Eugênio Paz (Clemente)
Comandante da Ação Libertadora Nacional

PREFÁCIO À 11ª EDIÇÃO

O título e o conteúdo desta obra, Tempo de Resistência, lançada em 1998, são de uma atualidade espantosa. Trata-se de um livro absolutamente necessário para toda uma nova geração de militantes da causa da liberdade, da democracia e do socialismo. A concepção materialista da História nos ensina que a luta dos povos só avança, de forma exitosa, quando se leva em conta a experiência de organização e de luta das gerações anteriores da classe trabalhadora, para seguir resistindo e acumulando forças em torno de um programa de transformação revolucionária da sociedade até derrotar a classe exploradora e seu estado opressor, e, sob os escombros do mesmo, erguer o governo e o Estado revolucionário dos trabalhadores. Temos a certeza de que a classe trabalhadora, armada da sua consciência organizativa e da memória histórica de sua trajetória de luta enquanto classe, retomará as tradições de resistência dos nossos ancestrais, a combatividade política, ideológica e militar de Zumbi e Dandara dos Palmares, Sepé Tiaraju e Ajuricaba, e terminará por vencer os atuais dias de golpes e orgias das classes dominantes e do capital financeiro imperialista em nosso país.

Agora, com a 11ª edição desta obra, os estudantes, professores e pesquisadores terão em suas mãos todo um conjunto de informações, uma valiosíssima documentação. Mais do que isto: estudantes e professores terão uma verdadeira ferramenta de trabalho em sala de aula, nas rodas de conversa dos Diretórios, Centros Acadêmicos e sindicatos de trabalhadores da área de educação, que tanto desejam resgatar a memória histórica e o sagrado direito do nosso povo trabalhador à verdade e à justiça. O Brasil necessita de livros de autores confiáveis, como este, sobre a história do golpe militar fascista de 1964, e de seus subsequentes 21 anos de terrorismo de estado, bem como, sobre a resistência armada, democrática e popular.

Os chamados "anos de chumbo" são anos marcados pela mais feroz perseguição política aos opositores daquele aterrorizante regime de exploração capitalista e inimigo da liberdade de organização do povo. A própria Comissão Nacional da Verdade (CNV), um órgão do Estado brasileiro, criada pela Lei de número 12.528/2011, com a finalidade de apurar as graves violações de Direitos Humanos naquele período, acusa 377 agentes do Estado, entre eles, os cinco Generais-Ditadores - Castelo Branco, Arthur da Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo - de terem praticado crimes de lesa-humanidade, sem que nenhum deles, sequer, tenha sido julgado e punido até hoje. Mais precisamente, com o AI-5, decretado pelo carrasco da liberdade, General Costa e Silva, no dia 13 de dezembro de 1968, os agentes do Governo militar passaram a cometer sucessivos crimes de sequestro, cárcere privado, estupro, exílio, encarceramento massivo, tortura nas instalações do Exército, Marinha e Aeronáutica, assassinato e ocultação de cadáveres.

Eles eliminaram, fisicamente, da forma mais cruel e covarde possível, como a tortura e o fuzilamento à queima-roupa, os dirigentes revolucionários mais preparados que o caldeirão da história do Brasil já produziu, como Carlos Marighella, Eduardo Leite Bacuri, Manoel Lisboa, Sônia Moraes Angel Jones, Mário Alves, Honestino Guimarães, David Capistrano, Iara Iavelberg, Carlos Danielli, Carlos Lamarca, entre centenas de brilhantes heroínas e heróis da democracia e do socialismo.

Ora, o que fazer, diante daquela enfurecida campanha de caça e eliminação dos comunistas revolucionários, de veteranos dirigentes das Ligas Camponesas no Nordeste, como Amaro Luiz de Carvalho e Manoel Aleixo e até religiosos, como o padre Henrique Pereira Neto, assessor do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, assassinado, em maio de 1969, e o sequestro e tortura, em novembro do mesmo ano, da madre Maurina Borges da Silveira, diretora do Orfanato Lar Santana, de Ribeirão Preto (SP)?

Tornou-se absolutamente inevitável e necessária a organização da heroica resistência armada, popular e democrática frente àquele famigerado regime. E, diferentemente da avaliação dos reformistas de ontem e de hoje, que pregam a utopia de um governo de conciliação de classe, abrigados na tese de "não cutucar o cão com vara curta", afirmamos que sem aquelas firmes ações armadas da guerrilha urbana de aprisionamento de embaixadores das

potências imperialistas e das expropriações de armas em quarteis como Quitaúna (1969), em Osasco (SP) e o Parque da Aeronáutica em Recife (1973), capitaneadas por Lamarca e Manoel Lisboa, respectivamente, as práticas nazifascistas do Governo da ditadura de eliminar revolucionários, fechar o Congresso Nacional de tempo em tempo, cassar mandatos de parlamentares combativos, fechar os sindicatos dos trabalhadores e as entidades estudantis não teriam cessado e muitos revolucionários, como Gregório Bezerra, teriam sido assassinados nos cárceres da ditadura, como foi Amaro Luiz de Carvalho, na Casa de Detenção do Recife (1971), faltando apenas cerca de dois meses para sair da prisão.

Leopoldo Paulino, escritor e narrador destes fatos históricos, é um revolucionário cuja busca da coerência entre teoria e prática o levou até às últimas consequências. Vivenciou uma larga experiência que percorre todas as etapas das diversas formas de luta: legais, ilegais, as de natureza econômica e política, a luta reivindicatória passando pelas portas de escolas e fábricas, a greve, a luta de rua, a luta armada, a resistência no cárcere, no exílio e no parlamento, sem nunca ter renegado nenhuma destas legítimas formas de luta, até hoje.

É necessário registrar também que o documentário Tempo de Resistência, do cineasta André Ristum, lançado em 2003, baseado na obra de Leopoldo, está, ao meu juízo, entre os melhores documentários já produzidos no Brasil acerca deste importante temática. O documentário recupera, por meio de canções e cerca de 30 depoimentos de entrevistados, que também foram protagonistas da resistência armada à ditadura militar (o próprio Leopoldo Paulino aporta vários depoimentos), porém o mais importante é que todos os depoimentos seguem uma linha coerente de afirmação, de construção e de defesa uma narrativa revolucionária.

Também consideramos como muito importante para o enfrentamento dos tempos atuais a organização e apresentação do excelente Musical Tempo de Resistência, com canções de Chico Buarque, Vandré, Paulo Cézar Pinheiro, Caetano Veloso, Gonzaguinha, entre outros compositores consagrados, interpretadas por Leopoldo e com texto dramático de Rose Paulino.

Edival Nunes Cajá
Foi preso político, membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, quando Dom Helder Câmara foi seu presidente, é coordenador do Comitê Memória, Verdade e Justiça para a Democracia (CMVJD-PE), presidente do Centro Cultural Manoel Lisboa e membro do Comitê Central do PCR

PRIMEIRA PARTE:

A RESISTÊNCIA

"Vem, vamos embora
que esperar não é saber
quem sabe faz a hora não
espera acontecer"

("Prá não dizer que não falei das flores",
Geraldo Vandré)

I - O GOLPE DE 1964

As origens

Corria o ano de 1964...

À época, com 13 anos de idade, era constante o meu interesse pela História, pela Política e não menor a minha ânsia de militância e participação.

Meu processo de conscientização começou em casa, já que meus pais, desde muito cedo, despertaram em mim a necessidade de leitura e informação, bem como me fizeram ver as injustiças sociais existentes no capitalismo, apontando para a necessidade de profundas transformações no mundo em que vivemos, o que contribuiu decisivamente para que eu me tornasse um Revolucionário.

Meu pai, Moacyr Alves Paulino, e minha mãe, Maria Aparecida Teixeira Paulino, conheceram-se na cidade de São Carlos, quando ela, professora e militante comunista, trabalhava no setor de recrutamento do Partido Comunista Brasileiro, e ele, ferroviário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, para lá se dirigiu a fim de efetuar sua filiação no PCB.

Além de dar aulas, minha mãe trabalhava na rádio de São Carlos, como locutora de rádionovelas, muito apreciadas pelos ouvintes naquela época.

Meu avô materno, Domingos Teixeira Pinto, português de nascimento e antigo militante comunista, abrigou a sede do partido em sua casa, na cidade de São Carlos, no breve período de legalidade por que passou a agremiação, após a vitória das Forças Aliadas na Segunda Guerra Mundial.

Domingos, ativo militante, conhecido por todos como Teixeirinha, foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Paulista, trabalhando até sua aposentadoria como guarda-trem da Companhia Paulista das Estradas de Ferro.

No ano de 1933, após ser vítima de um atentado a tiros, perpetrado por Núncio Cardinalli, um pistoleiro

e membro da oligarquia são-carlense, Teixeirinha defendeu-se, desferindo quatro tiros no agressor, nas pernas e nas mãos, colocando-o fora de combate.

Mesmo emboscado, apesar de o atacante ter desferido dez tiros contra meu avô e as balas terem se crivado em seu automóvel, além de haver agido em legítima defesa, por ser comunista, Teixeirinha foi injustamente condenado e cumpriu mais de um ano de prisão.

Na época dos fatos, minha avó materna, Sebastiana, pacata senhora do interior, impediu, de arma em punho, que policiais invadissem sua casa para revistá-la, o que os fez se acovardarem diante da decisão por ela demonstrada.

Quando libertado, Teixeirinha foi transferido para a cidade de Jundiaí, quando faleceu um irmãozinho de minha mãe, Afonso, que foi enterrado por solidariedade na sepultura de uma família amiga, já que meu avô não possuia condições financeiras para arcar com o sepultamento.

Anos depois, a Câmara Municipal de São Carlos homenageou Teixeirinha com a láurea de cidadão são carlense.

Meu pai, embora não conhecesse ainda a doutrina marxista, era dotado de um forte espírito revolucionário.

Meu avô paterno, Anacleto Guilherme Paulino, também ferroviário e maquinista da empresa, conduzira tropas revolucionárias em 1924, comandadas pelo então tenente João Cabanas, e eu, criança, me deliciava quando o velho se dispunha a relatar algumas passagens daquela época, as quais certamente influenciaram meu pai em sua opção política.

Com apenas 16 anos, meu pai empolgou-se com a Revolução de 1932, acreditando que a ideologia daquele movimento coincidia com seus ideais libertários, e decidiu, então, somar-se à rebelião.

Mentindo a idade, para fazer-se passar por 18 anos, engajou-se nas tropas revolucionárias em Araraquara.

Meu pai já estava pronto para partir, quando os comissários do Juizado de Menores, a pedido de meu avô Anacleto, retiraram-no à força do trem que conduzia os revolucionários, não sem que antes meu pai pedisse aos soldados que resistissem à bala à sua forçada "desconvocação".

Esse fato foi objeto do artigo "Herói de 16 anos", publicado no jornal O Imparcial, de Araraquara, na edição de 12 de julho de 1932.

À época, meu pai usava o nome Moacyr Guilherme Paulino, posteriormente retificado para Moacyr Alves Paulino, em virtude de um erro cometido pelo serventuário de cartório, quando de seu registro.

Conhecendo-se na militância, meus pais se casaram em 1947 e foram morar na cidade de Pirajuí, onde minha mãe foi lecionar, aprovada em concurso público.

Minha mãe incentivou-o a voltar a estudar, o que nunca mais deixou de fazer, até os últimos dias de sua vida, formando-se professor de Matemática e advogado.

Já professor, meu pai deixou a ferrovia, e minha mãe, transferiu-se como professora de Psicologia e Pedagogia para o Instituto de Educação Otoniel Mota, em Ribeirão Preto, e os dois se mudaram para essa cidade.

Muito estimada pelos alunos, minha mãe foi por repetidas vezes escolhida como paraninfa dos formandos do Curso Normal (atual Magistério) e trabalhou no Otoniel Mota até sua aposentadoria, em 25 de junho de 1976.

Nasci em Ribeirão Preto, no dia 11 de junho de 1950, quando meus pais residiam em uma casa da Rua Campos Salles, entre as ruas Sete de Setembro e Marechal Deodoro, e dei meus primeiros passos na Praça Aureliano de Gusmão, mais conhecida como Praça 7 de Setembro. O nome Carlos foi escolhido em homenagem ao líder comunista Luis Carlos Prestes e Leopoldo como homenagem a um tio, irmão de Moacyr.

Com pouco mais de dois anos, mudamo-nos para uma casa na Rua Barão do Amazonas, 1268, e, apesar de ter-me mudado de lá com sete anos de idade, lembro-me de reuniões políticas e de pessoas que por lá passavam, cujas atitudes e conversas meus pais me recomendavam que não comentasse, naturalmente em virtude do caráter clandestino que marcava a militância comunista da época.

Lembro-me de quando esteve em casa um senhor militar que veio a Ribeirão Preto para proferir palestras em defesa do monopólio estatal do petróleo.

Ele e outras pessoas almoçaram conosco, recordando-me bem da presença do então vereador e depois deputado comunista, Luciano Lepera.

Anos depois, comentando com meu pai esse fato, lembrou-me ele que quem esteve em casa, naquela oportunidade, foi o General Leônidas Cardoso, militar honrado e nacionalista, defensor incansável da soberania nacional e que seguramente, se estivesse vivo, morreria de desgosto se tivesse visto seu filho Fernando Henrique, quando Presidente da República, abrir mão, de forma despudorada, dessa soberania pela qual ele tanto lutou.

Recordo-me também de uma viagem da família à cidade de Campinas, oportunidade em que meus pais disseram a mim e a meu irmão que iriam "prestar um concurso público".

O local do evento era uma casa grande e nós ficamos com diversas crianças todas coordenadas por um rapaz, que procurava nos distrair da melhor maneira possível, enquanto as atividades dos adultos se desenvolviam em outras depedências do recinto.

Alguns anos depois, confirmei que participamos de um encontro estadual do PCB.

A RENÚNCIA

A década de 60 iniciou-se em enorme efervescência política.

João Goulart, carinhosamente chamado de Jango pelo povo, assumira a Presidência do país após a renúncia de Jânio Quadros, ocorrida a 25 de agosto de 1961, depois de intensa mobilização popular respaldada por importantes setores das Forças Armadas, a exemplo do 3º Exército, que exigia o cumprimento da Constituição.

Goulart, vice-presidente da República, encontrava-se em visita oficial à China quando da inesperada renúncia e, aproveitando-se de sua ausência, um grupo de militares fascistas, com o apoio e engajamento da direita civil e respaldados pelo poder econômico e pelos Estados Unidos, tentaram impedir a posse de Jango.

Na mobilização, destacou-se a figura do então governador gaúcho, Leonel Brizola, que, graças à sua atuação no episódio, consagrou-se como o líder civil da resistência democrática em apoio à posse de João Goulart.

Ribeirão Preto participou ativamente da resistência em apoio à posse de Jango.

Os jornais de esquerda e nacionalistas traziam manchetes denunciando a trama golpista, enquanto panfletos eram distribuídos à população pelos comunistas, conclamando à resistência.

À época, com 11 anos de idade, compareci com meu pai a algumas reuniões e a alguns debates para a mobilização popular, já consciente da situação política nacional e temendo pela sorte do país.

Cursava a 1ª série ginasial do Instituto de Educação Otoniel Mota, no prédio da Rua Prudente de Moraes, escola em que estudei desde o então chamado pré-primário, que funcionava no prédio da Avenida Nove de Julho, no qual concluí o curso primário em 1960. Lá, funcionava o Curso de Formação de Professores Primários, em que minha mãe lecionava e no qual ainda meu pai estudou e ministrou aulas.

Nesse mesmo prédio, em dezembro de 1960, realizei os Exames de Admissão à 1ª série do Curso Ginasial, um rigoroso vestibular para o ingresso no ginásio da escola, e fui aprovado em 11º lugar.

Imediatamente à ameaça de golpe, o Centro Nacionalista Olavo Bilac, grêmio da escola, então presidido pelo estudante Antônio José Moreira, decretou greve após a realização de assembléia de estudantes no pátio do colégio e eu, orgulhoso, aos 11 anos, participei pela primeira vez de uma assembléia estudantil e também da primeira greve

em minha vida.

O Centro Acadêmico Rocha Lima, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, e outras entidades estudantis armaram uma banca na esquina das ruas Barão do Amazonas com Duque de Caxias, em frente à Câmara Municipal, coletando assinaturas das pessoas que pretendessem alistar-se para uma eventual luta contra os golpistas.

A banca constituiu-se em um permanente ponto de debate durante os dias do impasse, reunindo sempre em sua volta dezenas de populares que demonstravam indignação contra o golpe em marcha, vários deles se alistando.

Lá compareci com meu pai, quando ele foi alistar-se, solicitando aos líderes estudantis o meu recrutamento, que obviamente não se consumou, em face de minha idade.

A resistência ao golpe foi muito forte na área estudantil, pois praticamente todos os centros acadêmicos e grêmios secundaristas publicaram manifestos nos jornais, defendendo a legalidade, e a maioria deles decretou greve em suas escolas.

Manifestos no mesmo sentido foram publicados pelos professores das Faculdades de Medicina e Odontologia da USP e de outras escolas.

Os advogados locais, a Associação dos Cronistas Parlamentares e a maioria dos sindicatos de trabalhadores, por meio do Conselho Sindical local, também se posicionaram com firmeza, defendendo a preservação da ordem constitucional. Também houve assembléias na UGT defendendo a mobilização permanente contra o golpe.

Meu pai era 1º suplente de vereador, vaga que disputara pela legenda do PL, e, quando da crise da renúncia, foi convocado a assumir o mandato por alguns dias, em virtude de licença do titular, Chanaan Pedro Alem.

A sessão da Câmara Municipal, em 29 de agosto de 1961, transcorreu em clima de grande tensão.

Moacyr, da tribuna, leu o Manifesto ao Povo de Ribeirão Preto, assinado por Divo Marino, presidente do Diretório Municipal do PL, defendendo a legalidade.

Apresentou ainda o requerimento nº 603, repudiando a prisão do defensor da legalidade, marechal Henrique Teixeira Lott, e o de nº 604, defendendo o posicionamento do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, bem como o do 3º Exército e da 5ª Base Aérea e da Brigada Gaúcha, que repudiavam o golpe, oferecendo-lhes solidariedade e apoio. Ambos os requerimentos foram aprovados pela edilidade.

No decorrer das discussões, o vereador Antônio Reis Villalobos denunciou da tribuna que estava sendo impedido o acesso de populares à galeria da Câmara, o que fez com que Moacyr se dirigisse rapidamente às portas de entrada e, ao abri-las, foi ajudado pelo vereador Welson Gasparini, garantindo a presença do povo nas galerias.

Presente na Câmara, eu vibrei com a manifestação popular e com a atuação de meu pai e dos demais vereadores progressistas, que transformaram aquela sessão em uma das mais memoráveis do Legislativo local.

Na sessão seguinte, realizada a 1º de setembro, sob enorme pressão popular e graças ao trabalho realizado pelos vereadores progressistas, determinou o então presidente da Casa, vereador Celso Paschoal, que a sede da Frente da Legalidade Democrática passasse a funcionar em uma das salas do Legislativo local.

Vitorioso o movimento em todo o país, João Goulart regressou triunfalmente ao território nacional, vindo ao Rio Grande do Sul e, finalmente, tomou posse na Presidência da República, em 7 de setembro de 1961.

A atuação de meu pai, nos poucos dias em que assumiu o mandato de vereador, fez com que o jornal A Palavra o considerasse o "Vereador do Ano", destacando sua biografia e sua participação na Câmara Municipal durante a crise da renúncia.

Moacyr foi também o autor do projeto de lei que denominou "Olga Benário Prestes" uma das ruas de Ribeirão Preto. Olga, militante comunista nascida na Alemanha, com uma intensa História na luta pelo socialismo, veio ao Brasil designada pelo Komitern - organização internacional fundada por Lenin para reunir os partidos comunistas de diferentes países - para acompanhar o líder comunista brasileiro Luís Carlos Prestes com quem posteriormente se casou.

Presa junto com o marido, teve sua extradição decretada pelo ditador Getúlio Vargas, por ordem de quem foi enviada à Alemanha de Hitler, onde foi assassinada pelos nazistas no Campo de Concentração de Revensbruck .

Na verdade, Moacyr assumiu a vereança apenas em duas oportunidades, em virtude de não haver aceitado

uma barganha política que não considerava ética.

Assim que foi diplomado 1º suplente, foi procurado pelo vereador eleito, Dr. João de Paula e Silva. Advogado respeitado, Silva não era dado à tribuna e foi convidado pelo prefeito eleito, coronel Alfredo Condeixa Filho, para o cargo de Procurador Jurídico do município.

Na conversa, à qual assisti, propôs aquele vereador a meu pai tirar licença por todo o mandato, o que faria de Moacyr vereador por quatro anos, desde que ele assinasse uma carta, comprometendo-se a votar favoravelmente a todos os projetos do prefeito, já que, ligado umbilicalmente ao ademarismo, o prefeito Condeixa temia na Câmara a presença de um opositor tenaz e conseqüente.

Não concordando com a proposta, meu pai convocou a imprensa no mesmo dia e divulgou o fato. Naturalmente, continuou como suplente de vereador.

Vingativo, o prefeito deu o troco.

Moacyr era diretor do Curso de Madureza Municipal, nomeado que fora pelo ex-prefeito Costábile Romano, que criou o curso por sua sugestão.

Meu pai, por ter estudado depois de certa idade, sempre se preocupou com a educação de adultos que não puderam estudar na juventude, idealizando o Curso de Madureza, atualmente denominado Supletivo, que funciona na Escola Municipal Dom Luís do Amaral Mousinho.

Nas primeiras semanas de governo, o prefeito Condeixa exonerou Moacyr do cargo, bem como do serviço público municipal, alegando supostas irregularidades no livro de ponto dos professores do curso, atitude que refletiu odiosa perseguição política, deixando meu pai sem emprego e, conseqüentemente, a família em dificuldades.

Precavido e já esperando tal atitude, meu pai guardava em casa o livro de ponto e, no dia seguinte à exoneração, apresentou-o à imprensa, demonstrando a lisura existente no curso.

Meses depois, reconhecendo haver sido o ato de Condeixa arbitrário e ilegal, a Justiça anulou a exoneração, reconduzindo Moacyr aos quadros de funcionários da prefeitura.

Na época da exoneração de meu pai, também a título de perseguição política, aproveitando-se do fato de ser a Companhia Telefônica local de propriedade da Prefeitura, ordenou também o prefeito Condeixa Filho que o telefone de minha casa fosse desligado sumariamente.

Deixou-nos sem esse meio de comunicação por vários meses, até que uma sentença judicial determinou a reativação da linha telefônica, anulando a arbitrária atitude do prefeito.

O governo de João Goulart foi marcado por intensas mobilizações populares que pressionavam pelo aprofundamento das chamadas "Reformas de Base" e ao mesmo tempo por uma permanente conspiração para derrubá-lo.

No dia 13 de julho de 1962 Jango sancionou a lei que instituiu o 13o. salário, uma reivindicação do movimento operário no Brasil, aumentando contra ela a ira da burguesia industrial do nosso país.

Meu melhor presente, nesse período, foi um radinho de pilha que ganhei de minha mãe no Natal de 1962, já que, com ele, podia ficar ouvindo, até altas horas da noite, a Rádio Mayrink Veiga, com os discursos dos líderes nacionalistas que apreciava, sobretudo os de Brizola.

O presidente cedia espaço à esquerda e ao movimento popular, ao mesmo tempo em que era constantemente ameaçado pela direita civil e militar.

Para assumir a Presidência, Jango fez concessões. A principal delas foi aceitar o sistema parlamentarista, forma que a direita escolheu para fazer de Goulart seu refém.

Recorrendo à mobilização popular, Goulart convocou um plebiscito para mudar novamente o regime de governo, obtendo a 6 de janeiro de 1963 esmagadora vitória. Assim, o país voltou ao sistema presidencialista, o que, na época, significou a devolução dos poderes ao presidente, os quais lhe haviam sido confiscados.

Apesar dessa grande vitória, Jango teve um governo extremamente turbulento, já que a direita procurava o tempo todo desestabilizá-lo.

O GOLPE

Começando o ano de 1964, os posicionamentos políticos se acirravam. A esquerda pressionava o governo por meio da mobilização popular para que se ampliassem as reformas de cunho progressista com que o presidente acenava, enquanto a direita civil pregava descaradamente a derrubada do governo constitucional e, aliada à direita militar, conspirava contra ele.

Em Ribeirão Preto, um grupo de fascistas organizou um núcleo local do MAD, que lutava pela derrubada do governo constituído. Tal grupo iniciou, nos primeiros meses de 1964, um movimento contra os jornais A Palavra, Diário da Manhã e Diário de Notícias, pressionando as empresas locais para que não anunciassem em tais periódicos, com a finalidade de sufocá-los.

Chegaram a visitar o delegado regional de polícia, Celso Camargo Azevedo, para expor-lhe seus propósitos escusos, tendo aquele policial, depois de pressionado pela imprensa, admitido haver recebido a visita do grupo fascista, embora tenha se negado a declinar o nome de seus integrantes.

Na verdade, a articulação da direita no Brasil tinha generoso financiamento dos Estados Unidos.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado por Ivan Hasslocher, distribuiu milhões de dólares na campanha eleitoral de 1962 a políticos e militares corruptos e entreguistas, bem como a jornais e emissoras de rádio e de televisão que se prestavam a fazer o jogo antipatriótico que o instituto financiava. Anos depois dos fatos, o então embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, admitiu que pelo menos 5 milhões de dólares foram enviados ao IBAD pelo governo norte-americano, subestimando propositalmente uma cifra que seguramente foi 4 ou 5 vezes maior.

À época, o deputado entreguista Amaral Neto, muito conhecido como repórter de televisão, ao ser denunciado pela esquerda como um dos beneficiários do espúrio dinheiro norte-americano, através do IBAD, não teve o menor prurido de declarar publicamente: "Dinheiro, eu recebo até do diabo".

Importante papel na desestabilização de Goulart teve o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), composto por políticos, empresários e militares de direita. O IPES realizava elaborações teóricas, com documentos e análises que atacavam a UNE e as demais organizações populares, com redação marcadamente anti-comunista. O Instituto tinha estreitas ligações com o MAC (Movimento Anti-Comunista), cujas ações armadas o instituto financiava. Além disso, era financiado por dinheiro dos Estados Unidos e por empresas brasileiras ou multinacionais aqui sediadas, tais como Light, Esso, Mesbla, Rhodia, Arno, Sul América, Antártica Paulista e outras.

O IPES tinha como um de seus coordenadores e teóricos o general Golbery do Couto e Silva, golpista de primeira hora e destacado membro da ditadura militar e contava em seus quadros com Delfim Neto, Mário Henrique Simonsen e membros da família Ermírio de Moraes, além dos hoje conhecidos escritores Rubem Fonseca e Nélida Piñon.

Ameaçado de forma ostensiva, o presidente Goulart recorreu novamente ao povo, convocando um comício pelas reformas no Rio de Janeiro, em frente à Central do Brasil, realizado no dia 13 de março, com a presença de mais de 200 mil pessoas que apoiavam o presidente e exigiam as reformas.

À concentração vitoriosa, os golpistas responderam com furiosa pregação da queda do governo, ficando cada vez mais claro que a situação teria que se decidir, em breve, para um ou outro lado.

No dia 19 de março, aconteceu em São Paulo a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", organizada pela direita, sobretudo a direita incrustada da Igreja Católica. Em tal oportunidade, perto de 200 mil pessoas desfilaram pela cidade em manifestação francamente golpista, em notória resposta ao comício pelas reformas.

No dia 25 de março, a Associação dos Marinheiros reuniu-se em grande assembléia, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Na reunião, à qual esteve presente o lendário e já idoso João Cândido, marinheiro líder da "Revolta da Chibata", ocorrida em 1910, aprovou-se a proposta de que todos permanecessem no sindicato até que fossem libertados os companheiros da diretoria da entidade que se encontravam presos.

Por ordem do Ministro da Marinha, uma tropa de Fuzileiros Navais foi enviada ao local para evacuar o recinto e prender os marinheiros, mas os fuzileiros aderiram à revolta.

O episódio, que provocou a queda do Ministro da Marinha, terminou com a libertação e Anistia dos revoltosos, mas deixou profundas marcas no meio militar e acirrou ainda mais a disputa política.

No comando da rebelião, estava o cabo Anselmo, então presidente da Associação dos Marinheiros, militante de esquerda que, anos depois, traiu a causa da Revolução, tornando-se um agente da ditadura, delatando diversos companheiros que foram assassinados pela repressão, entre eles, sua própria mulher, grávida de quatro meses, a paraguaia Soledad Barret, assassinada sob torturas no estado de Pernambuco, a 8 de janeiro de 1973.

O golpe começou no dia 31 de março, com a movimentação de tropas em Minas Gerais contra o governo democrático de João Goulart.

A esquerda, em princípio, esperou pela ação do "esquema militar" do presidente, que, em verdade, não aconteceu.

Confiavam ainda as forças de esquerda em uma forte mobilização popular contra o golpe, em uma greve geral e na repetição da resistência de agosto de 1961, com apoio de amplos setores das Forças Armadas, fatos que também não aconteceram.

Os golpistas também foram tomados de surpresa pelas facilidades encontradas, já que eles e seus orientadores, os militares norte-americanos, esperavam forte reação ao golpe, que poderia até, segundo eles, redundar em uma guerra civil, análise que motivou a realização de manobras militares da VI Frota da Marinha norte-americana muito próximas às águas territoriais brasileiras, perto do nordeste de nosso país, pronta para uma intervenção militar no Brasil, se fosse por eles julgada necessária.

Na noite de 31 de março, com meu pai, saí em busca de algum foco de resistência e procuramos em Ribeirão Preto algumas lideranças populares, mas já não encontramos mais ninguém.

Fomos ao Centro Acadêmico Rocha Lima e à sede da UGT – naturais núcleos de resistência contra o golpe – e encontramos os dois locais fechados.

A situação em Ribeirão era desoladora e o mesmo acontecia em todo o país.

A ESCALADA REPRESSIVA

O golpe se consolidou em 1º de abril.

Já nessa data, houve prisões por todo o Brasil, algumas embaixadas se encheram de exilados políticos, muitos deixaram o país pelas fronteiras e a grande maioria dos militantes populares procurava ocultar-se em casas de parentes, amigos e companheiros.

No dia 1º, a derrota já era iminente.

Passei o dia todo com 40 graus de febre, sem nenhuma infecção ou doença aparente, mas, sem dúvida, o meu diagnóstico era impotência diante da vitória do fascismo.

À noite, em minha casa, toda a família se reuniu para queimar jornais, manifestos, documentos de esquerda e livros com conteúdo ideológico contrário à ditadura que se instalava no país.

Meus pais já haviam se desligado do PCB por divergências políticas, mas meu pai era ativo militante do movimento popular e, na época, estava a organizar em Ribeirão Preto um "Grupo dos Onze" que, com centenas de outros grupos dos onze, constituía-se em embriões de unidades de combate ao golpe, coordenados por Leonel Brizola.

Nossa dúvida era se Moacyr deveria esconder-se ou aguardar a prisão que seguramente viria.

No debate em família, decidiu-se que deveríamos sair da cidade por alguns dias até que o panorama clareasse e, depois, retornarmos para enfrentar a sanha do fascismo local.

Viajamos para Araraquara, onde passamos três dias em casa de parentes, todos preocupados com a sorte de meu pai, enquanto procurávamos nos informar sobre as prisões que aconteciam em nossa cidade.

Enfim, decidiu-se pelo retorno a Ribeirão.

Voltamos para casa tarde da noite e, quando meu pai estacionava o automóvel, observei que, entre a nossa casa e a do vizinho, estava postado um soldado da PM portando uma submetralhadora.

Ficamos todos assustados.

Seguir em frente era impossível, porque o soldado perceberia a manobra. Não havendo disfarce possível, meu pai desceu e foi conversar com o rapaz, enquanto todos nós, tensos, estávamos certos de que o soldado se encontrava lá, à nossa espera.

Já morávamos no Jardim Paulista, na Rua Henrique Dumont, 939, para onde havíamos mudado em 1957. Vizinho a nós, residia o então capitão da PM Ricardo Alves, pessoa que nenhum envolvimento tinha ou teve com o golpe militar ou com a repressão política e era querido e respeitado por todos os vizinhos.

Explicou, então, o soldado a meu pai, para alívio de todos nós, que estava montando guarda à residência do oficial, que viajara com a família, já que sua casa havia sido vítima de tentativa de furto na última vez em que se ausentaram.

Pode-se imaginar o alívio que tomou conta de todos nós quando se esclareceu o motivo da presença do soldado no local. Terminamos a noite em casa, divertindo-nos com a incrível coincidência.

Os dias que se seguiram foram difíceis.

Vários militantes e opositores ao novo governo estavam presos, enquanto dezenas deles eram intimados a comparecer às delegacias e quartéis para humilhantes interrogatórios, com as mais freqüentes ameaças, que visavam à intimidação de todos.

Notícias de todo o país davam conta de prisões e perseguições de toda espécie.

Esperávamos a qualquer momento pela prisão ou intimação de meu pai, e efetivamente ele foi intimado a

comparecer à delegacia de polícia local.

Comparecendo na hora e data aprazadas, foi inquirido por um oficial do Exército durante horas, advertido a abster-se de participar do processo político e fichado como "agitador ideológico", termo criado pelos novos detentores do poder no país.

Nosso vizinho, o capitão Ricardo, indignado com a intimação de meu pai, vestiu sua farda de gala e o acompanhou à delegacia, em solidariedade, ignorando os apelos de meu pai para que não o fizesse, já que isso lhe poderia custar alguma represália por parte dos golpistas.

O golpe desarticulou totalmente os partidos de esquerda, as entidades de massa e, conseqüentemente, o movimento popular como um todo.

Além das prisões, do exílio e da clandestinidade das principais lideranças, sindicatos e centros acadêmicos foram fechados; a UNE teve sua sede saqueada e incendiada pelos golpistas; foram cassados os mandatos dos parlamentares, prefeitos e governadores que eram contrários ao golpe militar; e o Congresso Nacional permaneceu composto apenas por aqueles que diziam sim à ditadura militar.

Também no próprio dia 1º de abril, houve os primeiros casos de assassinatos de opositores do regime, prática tornada rotineira durante a ditadura militar. Na mesma data, registraram-se os primeiros casos de tortura contra os adversários do regime, a princípio aplicada de forma esporádica, mas, depois, utilizada pela ditadura como regra geral e como o mais cruel e o principal meio de se esmagar qualquer tipo de resistência contra o regime.

Na verdade, a esquerda pagou caro por confiar nas instituições, deixando de preparar-se efetivamente para enfrentar com armas na mão os golpistas, cedendo à tentação de confiar na legalidade, que a direita não vacilou em destruir. Por outro lado, sobretudo o PCB, depositou confiança total no Presidente da República, que, embora fosse um democrata, por seu próprio caráter de classe temia uma revolução socialista.

Em Ribeirão Preto, diversos opositores da ditadura foram presos, enchendo-se as celas de comunistas, socialistas, democratas e nacionalistas de distintas classes sociais.

Destacou-se na época, como espancador de presos políticos em nossa cidade o investigador de polícia Otacílio, mais conhecido como "Coice de Mula", "tira" esse que cumpriu a sórdida tarefa de demonstrar suas violentas "habilidades" contra alguns presos políticos locais.

Como em todo o país, instituiu-se também em Ribeirão a política da delação, em que os dedos-duros se valorizavam, credenciando-se como colaboradores do regime e levando às autoridades policiais e militares nomes de pessoas de oposição, acontecendo vários casos de delação de desafetos, que nunca tiveram nenhuma atividade política.

As cassações em Ribeirão Preto

A Câmara Municipal, fazendo coro com os golpistas, em demonstração de total subserviência à ditadura, aprovou o Projeto de Resolução nº 14/64, apresentado pelo vereador Celso Paschoal, cassando o mandato do vereador Pedro de Azevedo Marques, eleito pelo PSB.

Nesse dia, esteve na Câmara o delegado regional de polícia, Celso Camargo Azevedo que, com alguns vereadores, inclusive o presidente da Casa e o autor da propositura, tramaram a cassação. Em minutos, trocaram ofícios entre o Legislativo e a Delegacia Regional de Polícia, documentos que levaram os números 635/64-D e 809/64-RB, respectivamente. Tais correspondências normalmente levariam semanas para serem respondidas por ambas as partes, mas no caso a rapidez era necessária para dar aparência de legalidade ao ato espúrio.

O projeto de cassação contém, entre outras, as seguintes expressões:

> "Consoante informações colhidas junto à Delegacia Regional de Polícia, o senhor Pedro Augusto de Azevedo Marques, vereador a esta Câmara Municipal, é tido e considerado como COMUNISTA AGITADOR".
>
> "Considerando que é dever da Edilidade, a exemplo de outras congêneres municipais, e mesmo do que se cogita nas órbitas federal e estadual, declarar cassado o mandato de tal vereador, na defesa das instituições democráticas e da tranqüilidade e bem-estar da coletividade."

O ofício, assinado pelo delegado regional de polícia, dizia, entre outras afirmações, que:

> "O vereador Pedro de Azevedo Marques não está, ainda, preso, porém sua prisão é de interesse desta Delegacia, por se tratar de elemento agitador, considerado pela Polícia como Comunista atuante (...)."
>
> "Em face dessas atividades, Pedro de Azevedo Marques é tido como agitador comunista."

Quando já passava das duas horas da madrugada, o presidente Aloizio Olaia Paschoal colocou o projeto em votação, tendo sido aprovado por 18 votos, ou seja, a unanimidade dos presentes. Votaram pela cassação os vereadores: Celso Paschoal, Paulo Abranches de Faria, Wagner Calil, José Delibo, Juventino Miguel, Antônio Vicente Golfeto, Osório Carlos do Nascimento, Domingos Isaac, Orlando Vitaliano, Faustino Jarruche, José Moreti, Foaade Hanna, Waldo Adalberto da Silveira, José Alves de Castro, José Bompani, Jacob Miguel, José Veloni e Barquet Miguel.

Deixaram de votar o presidente Aloizio, que regimentalmente não vota e o vereador Mário Spanó, que se retirou antes da votação para não participar daquele ato indigno, e obviamente o cassado, em virtude de estar sendo perseguido pela polícia da ditadura.

A indignidade, entretanto, não parou por aí.

Na sessão de 12 de maio de 1964, às 22 horas, o presidente da Câmara, Aloizio Olaia Paschoal, determinou a transformação da sessão em secreta e colocou em votação o projeto de lei que cassava a expectativa de mandato de todos os suplentes da legenda socialista, projeto esse aprovado pelo Legislativo local .

No dia seguinte foi publicada a Resolução 11/64, que declarou impedidos de assumirem o mandato de vereador os suplentes da legenda do PSB.

Trinta e quatro anos depois, já como presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, pesquisando para escrever o livro, descobri a existência de envelopes lacrados dentro de um cofre existente na Câmara, sendo que um deles continha a ata do dia 12 de maio de 1964.

De imediato, elaborei um ato da Presidência determinando a abertura do envelope e, no dia 16 de julho de 1998, abri-o em público, trazendo assim à tona aquele tão bem guardado segredo dos tempos da ditadura militar.

Lendo a ata da sessão secreta, pudemos constatar a ingerência da polícia política da ditadura militar no Legislativo local, o servilismo de quase todos os vereadores e o colaboracionismo com a ditadura. A Câmara não hesitou em aprovar, em atitude insólita, o projeto de autoria do então presidente da Casa que determinava a cassação de todos os suplentes da legenda socialista, impedindo que eles assumissem a vaga deixada pela não menos arbitrária cassação do titular.

Assim, foram cassados os suplentes do PSB: Argeu Egydio dos Santos, Amilcar José Papa, Emilio Dinardo, Hermenegildo Ulian, João Antônio Prachedes, José de Freitas Ramos, José Wilson Seixas Santos, Ned Soares Rodarte, Newton Mendes Garcia, Odilon Arcêncio, Raul Machado, Roberto Benedeti, Romano Fernandes Filho,

Said Issa Hallah e Sebastião Alves Bitencourt.

Votaram a favor da cassação os vereadores: Domingos Isaac, Juventino Miguel, Celso Paschoal, José Bompani, José Delibo, Osório Carlos do Nascimento, Antônio Vicente Golfeto, Orlando Vitaliano, Paulo Abranches de Faria, Faustino Jarruche, Artur Franklin de Almeida, Waldo Silveira, Jacob Miguel, José Moreti, José Alves de Castro, José Veloni e Barquet Miguel.

A cassação de Pedro de Azevedo Marques e a dos suplentes do PSB foram, meses depois, anuladas pela Justiça, que julgou procedentes os Mandados de Segurança por eles impetrados, demonstrando o Poder Judiciário, naquela época, possuir a dignidade que faltou ao Legislativo de Ribeirão Preto.

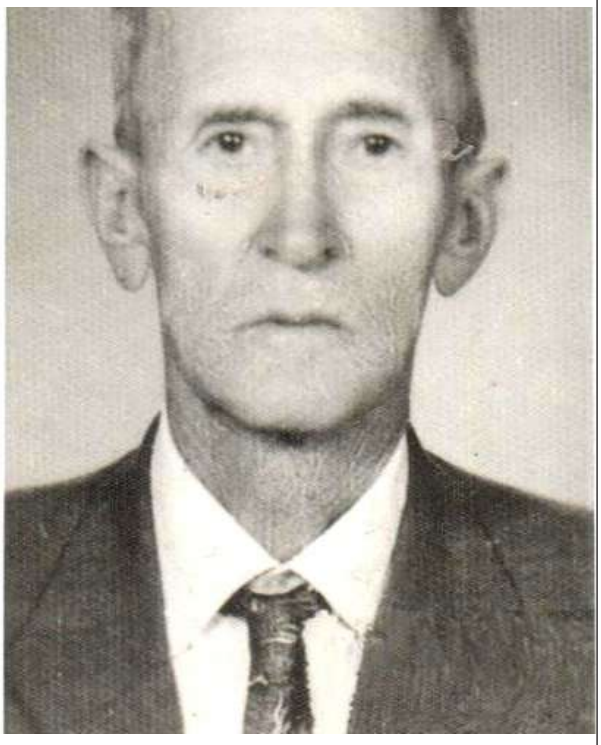
O então prefeito Welson Gasparini também esteve na mira das oligarquias de Ribeirão Preto.

Ainda jovem, Gasparini elegeu-se prefeito da cidade, depois de um mandato de vereador que se caracterizou por uma postura de apoio aos movimentos populares, derrotando o candidato do ademarismo e as forças do poder econômico.

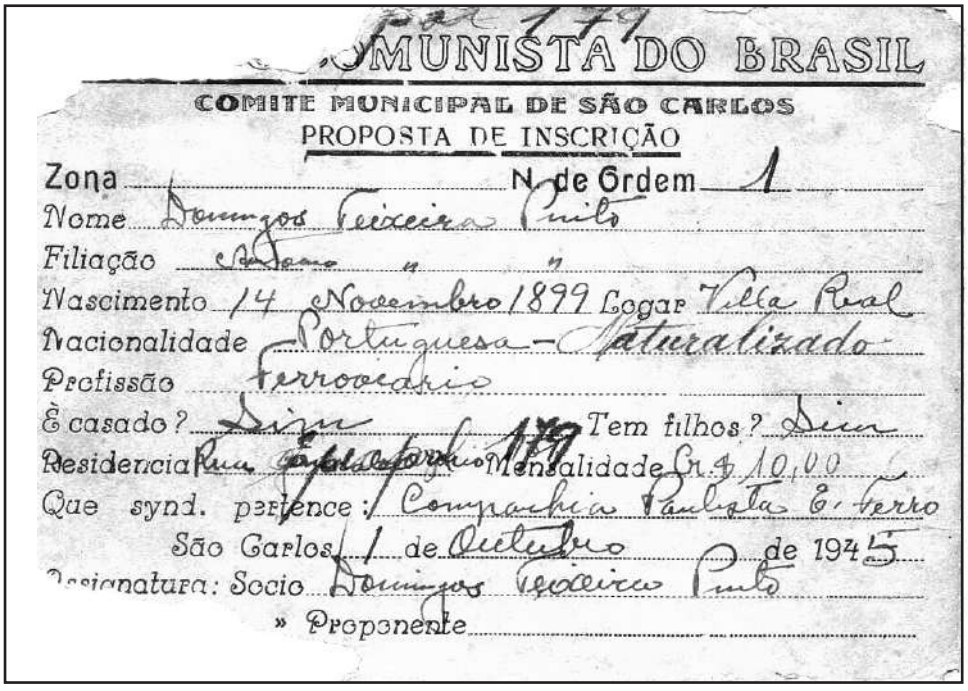
Com o golpe, a cassação de Gasparini era iminente. As forças reacionárias locais já ofereciam nomes à ditadura de prováveis interventores para substituí-lo e o mais cotado para assumir a prefeitura era o oficial reformado da Polícia Militar, Ticiano Mazzetto.

Ameaçado de cassação, Gasparini preferiu compor-se com o governo militar e com a criação da ARENA, partido da ditadura, filiou-se de imediato àquela agremiação, na qual continuou sua carreira política aliado aos golpistas de 1964.

Dona Sebastiana Teixeira



Anacleto Guilherme Paulino



MUNISTA DO BRASIL

COMITE MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

PROPOSTA DE INSCRIÇÃO

Zona ..... N. de Ordem 1

Nome Domingos Teixeira Pinto

Filiação Idem " "

Nascimento 14 Novembro 1899 Logar Villa Real

Nacionalidade Portuguesa - Naturalizado

Profissão Ferroviario

É casado? Sim Tem filhos? Sim

Residencia Rua [illegible] Mensalidade Cr$ 10,00

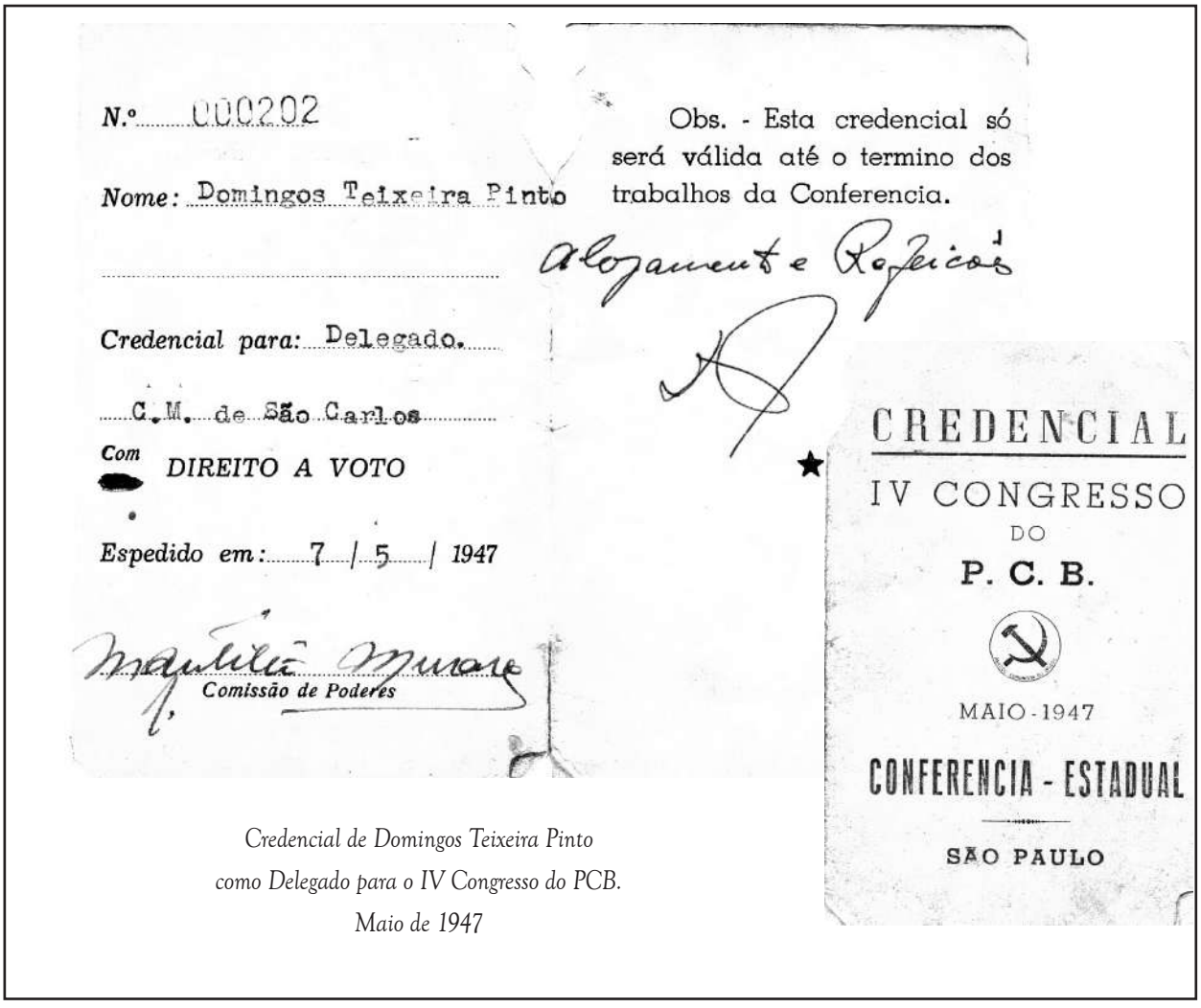
Que synd. pertence: Companhia Paulista E. Ferro

São Carlos 1 de Outubro de 1945

Assignatura: Socio Domingos Teixeira Pinto

» Proponente .....

Ficha de filiação de Domingos Teixeira Pinto ao PCB - outubro de 1945



N.º 000202

Nome: Domingos Teixeira Pinto

Credencial para: Delegado.

C. M. de São Carlos

Com DIREITO A VOTO

Espedido em: 7 / 5 / 1947

Comissão de Poderes

Obs. - Esta credencial só será válida até o termino dos trabalhos da Conferencia.

Alojamento e Refeições

CREDENCIAL

IV CONGRESSO

DO

P. C. B.

MAIO - 1947

CONFERENCIA - ESTADUAL

SÃO PAULO

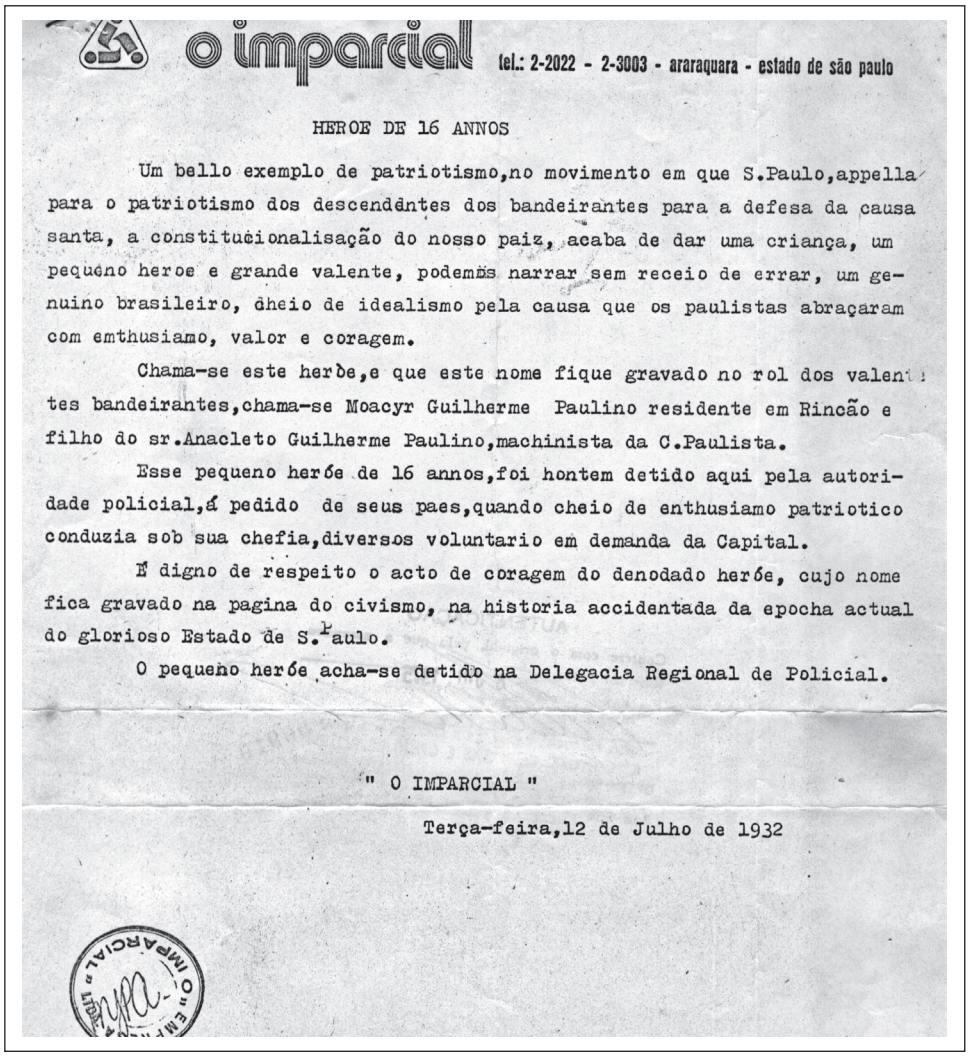
Credencial de Domingos Teixeira Pinto como Delegado para o IV Congresso do PCB. Maio de 1947

ANEXOS

COPIA DA SENTENÇA CONDEMNATORIA DO RÉO-
DOMINGOS TEIXEIRA PINTO, extrahida do -
traslado dos respectivos autos.

"Sentença.-De conformidade com as respostas do - Conselho do Jury, aos quesitos formulados e propostos, julgando o réo DOMINGOS TEIXEIRA PINTO , vulgo Teixeirinha, incurso no grao minimo das penas do artigo trezentos e quatro do Codigo Penal por haver negado a aggravante da surpreza e reconhecido a existenciadde attenuantes, á seu favor que declaro ser a do artigo quarenta e dois paragrapho nono do mesmo Codigo, e ainda tendo em - vista o artigo trinta e um do decreto numero quatro mil setecentos e oitenta e quatro, de primeiro de dezembro de mil novecentos e trinta, condemno dito réo a soffrer a pena de dois annos de prisão cellular e designo a Penitenciaria da Capital para o cumprimento da pena. Custas na forma- da lei. Sala das Sessões do Jury de Rio Claro em cinco de setembro de mil novecentos e trinta e - tres. O Presidente do Tribunal (a) Antonio Carlos Pereira da Costa. Nada mais constava da sentença

Sentença Condenatória de Domingos



o imparcial tel.: 2-2022 - 2-3003 - araraquara - estado de são paulo

HEROE DE 16 ANNOS

Um bello exemplo de patriotismo,no movimento em que S.Paulo,appella para o patriotismo dos descendentes dos bandeirantes para a defesa da causa santa, a constitucionalisação do nosso paiz, acaba de dar uma criança, um pequeno heroe e grande valente, podemos narrar sem receio de errar, um genuino brasileiro, cheio de idealismo pela causa que os paulistas abraçaram com emthusiamo, valor e coragem.

Chama-se este herbe,e que este nome fique gravado no rol dos valentes bandeirantes,chama-se Moacyr Guilherme Paulino residente em Rincão e filho do sr.Anacleto Guilherme Paulino,machinista da C.Paulista.

Esse pequeno herôe de 16 annos,foi hontem detido aqui pela autoridade policial,á pedido de seus paes,quando cheio de enthusiamo patriotico conduzia sob sua chefia,diversos voluntario em demanda da Capital.

É digno de respeito o acto de coragem do denodado herôe, cujo nome fica gravado na pagina do civismo, na historia accidentada da epocha actual do glorioso Estado de S. Paulo.

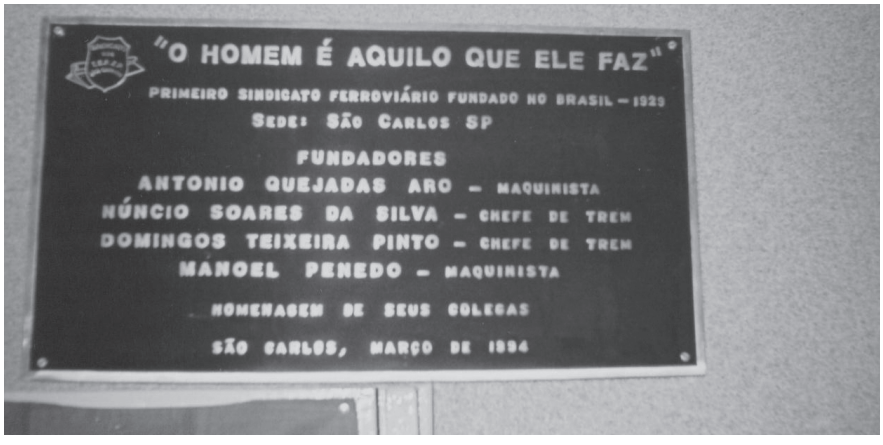
O pequeno herôe acha-se detido na Delegacia Regional de Policial.

" O IMPARCIAL "

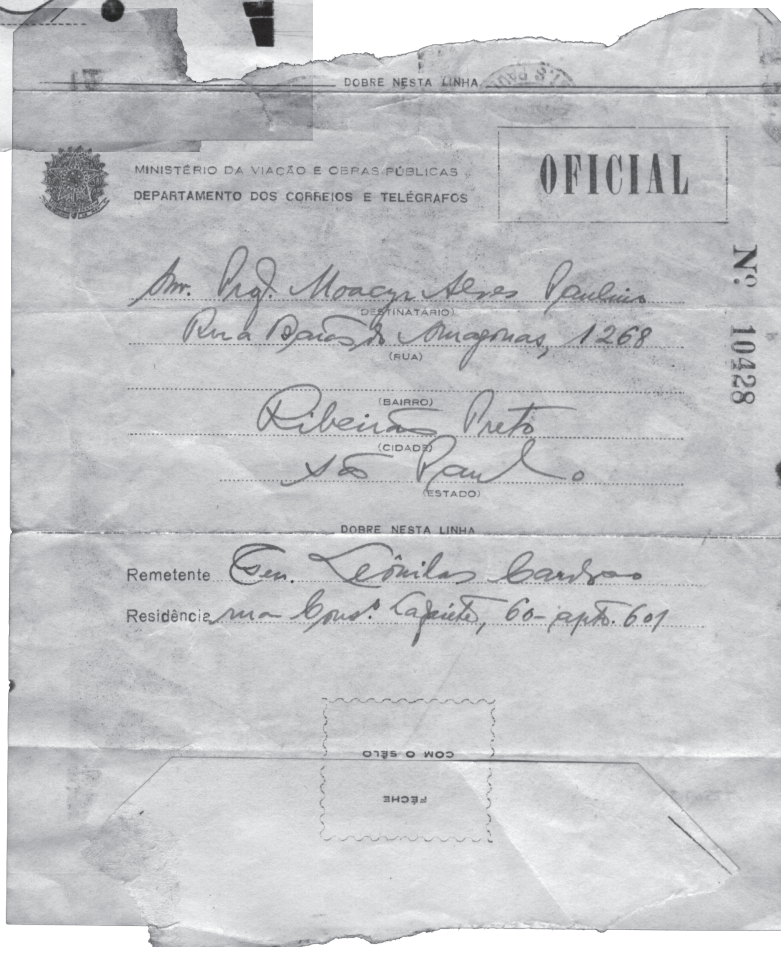
Terça-feira,12 de Julho de 1932

O IMPARCIAL

"O Imparcial" - 12/07/1932



São Carlos: Sindicato dos Ferroviários



Cartão de Natal enviado pelo gal. Leônidas Cardoso a Moacyr Alves Paulino.

Herói de 32 (quando tinha 16 anos), Moacyr diz que tempo duro é agora

Moacyr Paulino, em 1932, quando liderava a luta pela Constituição em Araraquara, foi preso a pedido dos pais que não queriam que ele lutasse por que era muito jovem. Hoje ele é presidente da Associação dos Ex-Combatentes e expõe suas relíquias da luta (acima)

Perto do que eu passei no Chile, em 73, o que aconteceu em 1932 foi uma brincadeira".

Advogado e professor do curso supletivo municipal Moacyr Paulino de cabelos brancos conseguiu, por intermédio de um amigo, recorte da edição de 12 de julho de 1932 do jornal "O Imparcial", de Araraquara, narrando sua participação no movimento constitucionalista.

"Nunca liguei para isso não — diz ele —, tanto que nunca me preocupei com essa história. Só agora é que me ocorreu arrumar um recorte do "Imparcial" para distribuir cópias aos meus filhos e amigos. Sabe como é, né? Sempre é bom".

O MAIOR RISCO DE HERÓI

Em 32, Moacyr não se expôs, pois foi detido (e citado como exemplo para os jovens de Araraquara), antes de chegar a São Paulo.

"Só depois — conta Moacyr —, pois cheguei no dia 23 de setembro, fiquei sabendo que a maioria do pessoal tinha se refugiado na embaixada brasileira. Tanto que no meio daquela confusão toda, com a distribuição de panfletos dizendo que os estrangeiros seriam fuzilados, eu encontrei um amigo, que brincou comigo:

"Ô Moacyr, estão fuzilando estrangeiros e você por aqui?"

"Eu respondi, brincando, pois tinha tomado uns vinhos: "—é em, assim ajudo eles a gastarem munição, têm muita mesmo".

EM 32, A INICIATIVA

Moacyr se reporta a 1932.

"No dia 9 de julho — ...ajar no movimento. Mas, em 73, no Chile, sim. Foi lá em setembro de 1973, para ver um filho que lá se encontrava, quando o movimento militar de Pinochet estourou.

"Só depois — conta Moacyr —, pois cheguei no dia 23 de setembro, fiquei sabendo que a maioria do pessoal tinha se refugiado na embaixada brasileira. Tanto que no meio daquela confusão toda, com a distribuição de panfletos dizendo que os estrangeiros seriam fuzilados, eu encontrei um amigo, que brincou comigo:

"Ô Moacyr, estão fuzilando estrangeiros e você por aqui?"

"Eu respondi, brincando, pois tinha tomado uns vinhos: "—é em, assim ajudo eles a gastarem munição, têm muita mesmo".

EM 32, A INICIATIVA

Moacyr se reporta a 1932.

"No dia 9 de julho — ...do um movimento revolucionário, comandado pelo general Isidoro Dias Lopes e que esse movimento visava implantar a ditadura que tomou conta do país, deturpando os ideais de 1922 e 1924, articulados pelo próprio general Isidoro, verdadeiro ídolo do povo paulista".

Nasceu rebelde:

"Eu aprendi desde criança que deve ser exercido o direito da rebeldia e assim eu consegui reunir mais ou menos umas 80 pessoas em Rincão (onde eu morava), todos maiores, que se comprometeram a partir comigo para a frente de batalha". Assim, apesar de minha pouca idade, eu não poderia ficar omisso quando havia ameaça à liberdade".

Mas foi detido logo.

"Quando passávamos por Araraquara, fui detido pelas autoridades militares e policiais de lá, devido ser menor de

A INTENÇÃO VALEU O REGISTRO

Moacyr lembra que, como havia interesse na divulgação do seu exemplo, as autoridades — contra a sua vontade — chamaram a imprensa para registrar o evento. E o saldo de sua proeza é a nota do "Imparcial" de Araraquara de uma terça-feira 12 de julho de 1932, com a seguinte redação:

"— **HEROI DE 16 ANOS**

"Um belo exemplo de patriotismo, no movimento em que São Paulo apela para o patriotismo dos descendentes dos bandeirantes para a defesa da causa santa, a constitucionalização de nossa paiz, acaba de dar uma criança, um pequeno heroe e grande valente, podemos narrar sem recelo de errar, um genuino brasileiro, cheio de idealismo pela causa que os paulistas abraçaram com enthusiasmo, valor e coragem.

"Chama-se este heroe, e que este nome fique gravado no rol dos valentes bandeirantes, Moacyr Guilherme Paulinho, residente em Rincão e filho do sr. Anacleto Guilherme Faulisno, machinista da C. Paulista.

"Esse pequeno heroe de 16 annos, foi hontem detido aqui pela autoridade policial, a pedido de seus paes, quando cheio de entusiasmo patriótico conduzia sob sua chefia diversos voluntários em demanda da Capital.

"É digno de respeito o acto de coragem do denodado heróe, cujo nome fica gravado na página do civismo, na história accidentada da época actual do glorioso estado de S. Paulo.

"O pequeno heroe acha-se detido na Dele-

"O Diário" – 09/07/1975

Ele queria lutar em 32 pela Constituição. Mas não deixaram

Com apenas 16 anos, Moacyr Paulino (acima) conseguiu arregimentar quase uma centena de homens e tomou o rumo de São Paulo, em 1932. Ele queria lutar pela redemocratização do país, então sob o domínio de Getúlio Vargas. Mas a família não deixou: Ele foi preso. Mesmo assim, foi citado como herói e como exemplo a seguir. (Página 2)

"O Diário" – 09/07/1975

Maria Aparecida Teixeira Paulino e Leopoldo Paulino em sua formatura no curso ginasial - 1964

Jornal "A Cidade".

As Professorandas da Oficial

Divo MARINO

para "A CIDADE"

O Estado Novo e outras juejandas apodreceram o País e a escola de valores morais foi seriamente abalada.

Daí o aparecimento da escória de cínicos e insuficientes mentais que em nome do "populismo" assaltou cofres públicos maculando a tradição de honorabilidade dos nossos políticos da Velha Guarda. Paralelamente ao papulismo pífio medrou a casta dos piratas das mercancias imorais mostrando a intima ligação que existe entre o "líder populista" e o "tubarão", os dois filhos do caos possuindo nas veias o mesmo sangue sujo da decadencia total dos valores impostos pela Tradição.

Em verdade, há necessidade urgente de uma recuperação moral.

Maior do que a chamada "crise economica", é a crise moral da Democracia Brasileira. Precisamos de líderes com cérebro e decencia para salvar o Brasil e acabar de vez com a comédia populista dos demagogos de baixo nível moral e de menor ainda coeficiente de inteligência. Colocar nos postos de governos homens desligados tanto da demagogia populista como das negociatas. E à mocidade está reservada a referida tarefa de saneamento do Brasil.

Em verdade, as professoras do Instituto de Educação Otoniel Mota deram um exemplo a ser imitado.

Depois da guerra 39-45, apareceu um hábito imoral nas chamadas "festas de formatura": na escôlha de paraninfo procuravam qual quer cidadão, mesmo que fosse imbecil, imoral, falcatrueiro, com a condicionante mercenária do cidadão "da orquestra" para o baile. Não escolhiam mais como nos tempos de antanho, os velhos mestres, os modestos profesores, homens probos que ligaram a suas vidas à nobre, mas ingrata tarefa de preparar as novas gerações mas escolhiam "vendedores de terras", politiqueiros, esposas de politiqueiros, suspeitos lideres populistas alfeniadas côrtes palacianas, enfim gente não ligada ao Ensino.

Agora, aparece uma reação comandada pelas professorandas de 53 da Oficial que eleitoralmente escolhem para paraninfo a insigne educadora Dona Aparecida Teixeira Paulino, catedrática de Psicologia do nosso Instituto de Educação. Consequentemente, estão de parabens, pelo ato nobre de volta à Tradição as referidas professorandas.

Que o exemplo seja imitado!

4 — 9 — 1961 «A PALAVRA»

Manifesto ao Povo de Ribeirão Prêto

(LIDO NA CAMARA DE VEREADORES PELO SR. MOACIR ALVES PAULINO NO DIA 29—8—1961)

No momento drámatico da História da República, quando qualquer omissão significa covardia, significa apôio ao golpe contra a Constituição, tramando nas altas cúpulas dirigentes do país, o Diretório Municipal do Partido Libertador vem a público para afirmar os seguintes principios:

1 —— Solidariedade total aos governadores dos Estados de Rio Grande do Sul e Goiás, respectivamente Engenheiro Leonel Brizola e Tenente-coronel Mauro Borges, que estão mobilizando o povo e a opinião pública dos citados Estados em defesa da Constituição;

2 — Apôio a Secção Regional do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, que, pela voz de seus deputados na Assembléia Legislativa Gaucha, e mesmo sendo adversária politica do Governador Brizola, neste momento está com o Governador Riograndense na mesma trincheira em defesa da legalidade;

3 —— Solidariedade completa aos estudantes e operários de Ribeirão Prêto, representados pelas suas organizações de classe, centros e sindicatos, na atitude democrática que tomaram a favor da Constituição;

4 —— Completo repúdio a qualquer reforma da Constituição que vise o não cumprimento do artigo 79 que garante posse legal do ilustre brasileiro Dr. João Goulart na Presidencia Constitucional da República.

Ribeirão Prêto, 29 de agosto de 1961.

DR DIVO MARINO — Presidente do Diretorio Municipal do Partido Libertador de Ribeirão Preto.

"A Palavra" – 04/09/1961

Jornal "A Cidade"

A PEDIDOS

Comunicado do Centro Nacionalista "Olavo Bilac"

Aos alunos e alunas do Instituto de Educação Otoniel Mota

Nesta hora grave da vida do Brasil, quando a fúria da violência ameaça bem de perto as instituições democráticas de regime e asfixia as liberdades dos brasileiros, o CENTRO NACIONALISTA OLAVO BILAC coloca-se ao lado da mocidade do Brasil, que na vanguarda dos acontecimentos e irmanada à classe operária, exige com vigor e coragem o respeito à Constituição e a posse na Presidência da República do Doutor João Goulart.

Consideramo-nos em greve. De nada valerá a Escola se nos faltar na rua a liberdade. Estamos solidários com a luta pela legalidade — a única a ser seguida pelos que desejam conduzir a Nação ao seu destino de País livre e não sujeito à tutela de quem quer que seja. A greve, pois. Viva a Constituição! Viva o Brasil!

Antonio José Moreira (Pre-

Escola Normal «Otoniel Mota»

REALIZOU-SE ONTEM A CERIMONIA DA ENTREGA DE DIPLOMAS A'S PROFESSORANDAS DE 1953.

Realizou-se, ontem, às vinte horas, na Legião Brasileira, a cerimonia da entrega de diplomas às professorandas do corrente ano, da Escola Normal do Instituto de Educação "Otoniel Mota".

Os trabalhos foram presididos pela sra. dona Leonor Mertila Costa, vice diretora, que proferiu belo discurso ao abrir a sessão. Como oradora da turma, falou a srta. Ruth Fonseca, que produziu uma linda oração de despedida. A seguir, a professora da cadeira de Psicologia e Pedagogia, dona Aparecida Teixeira Paulino, usou da palavra, tendo produzido um trabalho magnifico, em torno da função do mestre-escola, salientando a necessidade de um aprimoramento continuo da cultura educacional do professor.

As professorandas receberam os seus diplomas, acompanhadas de padrinhos, entre palmas calorosas da assistencia.

Antes do inicio da cerimonia, as concluintes cantaram o Hino Nacional e, no encerramento, o Hino da Despedida. Houve um belissimo numero de declamação, executado pela srta. Maria Carolina Pereira.

NOME DA SEMANA:

Moacir (Guilherme) Alves Paulino, O Vereador do Ano

MOACIR, ENTRE OS AMIGOS «O MAJOR», FOI CONSIDERADO PELO JORNALISTA SEIXAS SANTOS COMO O «VEREADOR DO ANO» POR CAUSA DE SUA AÇÃO, ENTRE OS EDIS, DURANTE A CRISE DE AGOSTO — MISTO DE JACK LONDON (EXERCEU INUMERAS PROFISSÕES) E DE SARMIENTO (ACREDITA NA DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA) FOI O «NOME DA SEMANA» INDICADO POR INUMERAS CARTAS DE LEITORES DE «A PALAVRA»

1 — Meu nome: Moacir Alves Paulino. De criança, usava também, um "Guilherme". Nasci em Rincão no dia 1.o de Abril de 1916 (um corpo já um tanto usado numa alma nova de revolucionário);

2 — Profissões: estudante no inicio da vida, depois ferroviário da Cia Paulista, carpinteiro no Paraná, rádio-telegrafista estudante novamente (madureza e curso normal), professor primário professor secundário de Matemática, Psicologia e Pedagogia, funcionário municipal, técnico de laboratório e quartanista de Direito.

3 — Revolucionário aos 16 anos, parti para o "front" de 32 sendo preso e levado a fôrça para casa.

4 — Vocação: a carreira das armas.

5 — Casado, com dois filhos.

6 — Religião: Católico Brasileiro, da Igreja do Bispo de Maura.

7 — Divorcista apesar de bem casado.

8 — Maior figura da História Universal: Napoleão Bonaparte, um génio eclético.

9 — Maior figura da História do Brasil: Giuseppe Garibaldi, que lutou na Itália pela independencia peninsula; no Brasil, na epopéia farroupilha e na França, contra Biscarck, tendo sido o primeiro homem a empregar uma locomotiva encouraçada na batalha de Sedan;

10 — Maior figura politica internacional (contemporânea): Fidel Castro.

11 — Major figura política do Brasil atual: não existe. Ainda não apareceu um lider à altura do momento histórico e revolucionário do Brasil de hoje.

12 — Pratico esporte: sou andarilho.

13 — Diversão predileta: estudar.

14 — Sou pela independência das Guianas, que devem formar uma Confederação Socialista.

15 — Defendo a encampação de todas as emprêsas imperialistas que operam no Brasil, a escola pública, a reforma agrária, uma politica internacional no sentido de levar o Brasil a integrar o chamado bloco "neutralista", defendendo uma autêntica autonomia dos povos.

16 — Cargos politicos: vice-presidente do Diretório Municipal do Partido Libertador e 1.o suplente de vereador municipal do mesmo partido.

17 — Meu trabalho na Câmara (meia dúzia de sessões) foram: homenagear as figuras de Olga Benário Prestes, General Stillac Leal, Siqueira Campos, Paulo Barra e Graciliano Ramos, dando o nome dos mesmos às novas ruas de Ribeirão Preto; requerimento contra a medieval Instituição do "laudêmio"; forçar a Câmara a ter atitudes consequentes na última crise de Agosto, por meio de requerimentos, discursos e moções, entre os quais o protesto contra a prisão do Marechal Lott, no "climax" da tentativa golpista, etc.

"A Palavra"
16/10/1961

O Diário

DIRETOR-PROPRIETARIO-FUNDADOR: COSTABILE ROMANO — GERENTE: JOSE ROMANO

EDIÇÃO DE 8 PAGINAS | UM JORNAL, A SERVIÇO DE RIBEIRÃO PRETO E DA REGIÃO — RIBEIRÃO PRETO, 6.a FEIRA, 18 DE MARÇO DE 1960 | ANO V N. 1355

sincero desejo para qu se restabeleça o ambien de compreensão entre duas nações.

CONVENCIDO DO PRO PO'SITO DE HAR- MONISAR

Em resposta a uma pe gunta, disse o sr. Juscel no Kubitschek que es convencido que, de par do presidente dos Est dos Unidos, não há outr

«Major Molinaro redivivo institue regime de perseguição na Prefeitura!»

Palavras do Prof. Moacir Paulino (diretor do extinto Curso de Madureza), agora arbitràriamente exonerado pelo prefeito Condeixa Filho, à reportagem de "O Diário" - Mentir as servem de base aos atos atrabiliários do atual chefe do Executivo de Ribeirão Prêto

Conforme é do conhecimento de nossa população foi exonerado do cargo de diretor do Curso de Madureza Municipal o sr. Moacir Alves Paulino. E' professor normalista, licenciado em Pedagogia, História da Educação, Psicologia e Didática e acadêmico de Direito. Ex-ferroviário, seu acêrvo cultural foi edificado sob o trabalho cotidiano. Líder nacionalista, orador popular e primeiro suplente de vereador da bancada do P.T.B. é figura destacada da comunidade ribeiraopretana. Estagiou um ano na Faculdade de Medicina de Ribeirão Prêto, onde concluiu, após um exame de seleção, o Curso de Formação de Técnico de Laboratório.

Nomeado Apontador Geral da Prefeitura, de acôrdo com a Lei 805, organizou e dirigiu o Curso Municipal de Madureza criado pelo então prefeito Costabile Romano o único do interior do Estado de São Paulo mantido pelo Poder Público. Antes mesmo dos alunos concluirem o curso (que é de dois anos) muitos foram aprovados nos exames do artigo 91 e nos concursos de ingresso ao quadro de funcionários de Correios e Telégrafo, de Casas Bancárias, fatos que comprovam a eficiência do curso. Agora devido a sua militância política, sofre uma campanha de difamações por parte do atual Prefeito que diz haver "irregularidades" no citado curso (fechado por portaria do Coronel Condeixa Filho). Como "climax" dêste processo de perseguição política, é Moacir Alves Paulino exonerado do quadro de funcionários da Prefeitura, sem processo administrativo, fato que foi um drama para sua vida econômica, pois chefe de família exemplar, com 44 anos, com esposa e dois filhos, e uma ofensa à sua honra e reputação de funcionário exemplar.

QUAL A RAZÃO APRESENTADA PELO PREFEITO PARA EXONERÁ-LO

A razão apresentada pelo Coronel é que eu sou um funcionário do quadro excedente. E' uma inverdade! Antes do atual govêrno exercia a função de Apontador e de Diretor do Curso de Madureza. A razão oculta, mas verdadeira, é que o Coronel precisa de "verbas" para contratar funcionários que já estavam aposentados, com ótimos ordenados, cabos eleitorais durante a sua última campanha política... Segundo um conceito de Bonaparte, o homem só se move pelo interêsse ou pelo temor... Estão êstes aposentados trabalhando de graça?

QUAL A SUA REAÇÃO DIANTE DESTE ATO ARBITRARIO ?

Usarei as armas que a Constituição me confere. Recorrerei à Justiça.

HAVIA REALMENTE IRREGULARIDADES NO CURSO DE MADUREZA ?

Não! Se houvesse o Coronel abriria um inquérito administrativo. Tentaria demitir-me baseado num processo administrativo e não fecharia arbitràriamente o Curso de Madureza.

E' VERDADE QUE OS PROFESSORES NÃO ASSINAVAM O "LIVRO DO PONTO"?

E' uma inverdade! Causa admiração que um homem que carrega o Laço Hângaro nos ombros, emblema da gloriosa Fôrça Pública Paulista, que lutou nos arraiais de Canudos, e deu à Pátria homens como Miguel Costa, João Cabanas, Thales Prado Marcondes e outros que também elevaram o nome desta corporação, tenha o cinismo de levantar esta calúnia! Trago aqui o "Livro de ponto" de 15-4-59 a 27-2-1960, assinado pelos professores, com as faltas anotadas, que podem ser comprovadas com as fôlhas que se acham na Contadoria. Este "Livro de Ponto" mostra que Condeixa Filho **mentiu** !

QUE OPINIÃO TEM SÔBRE A CARREIRA MILITAR DO CORONEL CONDEIXA ?

Não sou militar, mas tomando parte, com 16 anos, na Revolução de 32, tenho algum conhecimento desta profissão. E assim sendo, eu digo que Condeixa Filho, de militarismo, só conhece o sôldo que recebe. Pois sabe-se que êle atingiu o elevado pôsto de Tenente-coronel nas ante-salas dos Campos Elíseos.

QUE OPINIÃO TEM SÔBRE A CARREIRA POLITICA DO CORONEL CONDEIXA ?

Como administrador, o abandôno da Rodoviária, a mutilação do Mercado, o rechamento do Curso de Madureza, a dispensa de diaristas sem pagar indenização de acôrdo com a Lei Social, mostram que êle é um inepto.

Na Prefeitura, é um Major Molinaro redivivo instituindo o regime da perseguição política. Não é um caudilho, nem um "coronel" do período anterior a 1930; estas figuras do passado tinham qualidades positivas. Condeixa Filho somente tem qualidades negativas. Irregularidades êle cometeu em 1954 quando, abusando do Poder, autorizou a Tesouraria a entregar 150 contos a um funcionário para que o mesmo fizesse negócios particulares com dinheiro do povo, fato que provocou o processo por crime de peculato que agora atinge êste político ribeiraopretano.

POR QUE CONDEIXA FILHO EM TÃO POUCO TEMPO FOI TÃO CRITICADO ?

As críticas foram causadas pelos atos impatrióticos, pol todo político como o sr. Con deixa Filho, que não é un líder popular, é mais cia mento do que uma mulhe velha casada com homen moço! Êle dá vazão à doen tia ciumada política que a tinge os limites da inveja destruindo obras e melhora- mentos feitas na gestão d sr. Costabile Romano.

O professor Moacir Alves Paulino, demitido de maneira arbitrária do

NOSSA OPINIÃO

MENSAGEM DO GOVERNADOR

Documento importante a mensa- colaboração ao desenvolvimento sempre

"O Diário" – 18/03/1960

SUPLENTES DO PSB IMPEDIDOS DE ASSUMIR A VEREANÇ

Decisão das mais drásticas tomou a Câmara Municipal de Ribeirão Prêto, no decorrer da sessão secreta iniciada ante ontem às 22,30 hs., e que veio a terminar na madrugada de ontem às 2,50 hs. precisamente. Muito embora a reportagem do "DIARIO DE NOTICIAS" permanecesse a postos durante todo o decorrer da referida sessão secreta, nada conseguiu saber do que se passou no plenário, eis que tudo ficou resumido no "Comunicado ao Povo" que a Mesa da Câmara distribuiu à imprensa na tarde de ontem.

RESOLUÇÃO N.o 11

O "Comunicado" distribuido, é do seguinte teôr:

"A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, pelo presente, e no uso de suas atribuições legais, cumpre o dever de levar ao conhecimento público que, em Sessão Secreta, realizada no dia 12 de maio de 1964, a Câmara de Vereadores, por unanimidade, declarou impedidos de assumirem a vereança na presente legislatura, todos os SUPLENTES da legenda do Partido Socialista Brasileiro (P.S.B.), e isso nos têrmos da Resolução n.o 11, desta mesma data.

Ribeirão Prêto, aos 13 de Maio de 1964.

a) Alcízio Olaia Paschoal
Presidente
— Juventino Miguel
1.o Secretário

OS MOTIVOS

Invocando o art. 63 do Regimento Interno da Câmara, os edis à saída do plenário, nada revelaram, afirmando que a Mesa da edilidade iria, posteriormente, divulgar por escrito as decisões tomadas. Porém mesmo a comunicação oficial não revela os motivos determinantes de tal atitude. A suposição porém, é foi o que transpirou durante a realização do Pequeno Expediente na sessão pública noturna, é de que os Suplentes do Partido Socialista Brasileiro possuiam antecedentes políticos que os incompatibilidavam com o exercício do cargo, frente à atual situação e ao Ato Institucional. Também os nomes dos Suplentes não foram nomeados. Sabe-se que, além do Sr. Argeu Eydio dos Santos que era o 1.o Suplente, foram at ser discutidos na noturna de amanhã

ORDEM DO DI

Os projetos de le constavam da pau Ordem do Dia da se 3.a feira última, igualmente os Srs. to Benedetti, Newton deg. Garcia, Hermen Ulian, e Said Issa

ROTEIRO POLITICO

QUAL A SOLUÇÃO?

— Na sua alta soberania e sabedoria a Câmara Municipal tornou impedidos de posse os suplentes do Partido Socialista Brasileiro, legenda que passa a ficar sem representação no plenário. Como é de 21 vereadores a composição do Legislativo, de não pode funcionar com 20. Logo, a vaga deve ser preenchida. De que maneira? Num dos seus artigos, a Lei Orgânica dos Municípios dispõe que, salvo vaga ocorrida no último ano da legislatura, o preenchimento será feito por eleição direta, através de comunicação da Câmara ao Tribunal Regional Eleitoral. Como também é do entendimento de algumas áreas políticas que a Justiça Eleitoral poderá ganhar o vereador que o PSB perdeu. À sombra dessa expectativa, pergunta-se: qual a solução? Quem vai decidi-la é o Tribunal Regional Eleitoral.

DECLARAÇÃO RECURSO?

Diario de Noticias

"A CESAR O QUE É DE CESAR E A DEUS O QUE É DE DEUS" — Mt. XXII.21

Ribeirão Preto, Quinta Feira, 14 de Maio de 1964

Catedral recebe hoje visita pastoral

Dando prosseguimento ao intenso programa de visitas às paróquias da Arquidiocese dral de São Sebastião, MISSA

ras, celebrará a Missa do Professor, recepcionando às as alianças de noivado, devendo também dirigir sua pa-

NOTAS POLICIAIS

REGIONAL VIAJO

Seguiu na madrugada de hoje para a Capital do Estado, o Regional de Polícia, Dr. Celso Camargo Azevedo. Procurado na tarde de ontem por uma comissão de panificadores tendo à frente o Sr. Ary Normanha, ficou cientificado de que os Moinhos de trigo não estão fazendo entrega do produto, muito embora as gestões realizadas pelo Regional, juntamente com o Sr. Cel. Hélio Lemos. Co-

ramente e passa a p ver desordens. A q e uma filha menor são obrigadas a tra como domésticas pa der sustentar a cas

FURTO DE BICIC — A própria vítima Vicente Alves, 29 a Rua Maranhão, 549, 12. percebeu quan individuo saia com s cicleta. Com a aju G.C. Dirceu Milan

"Diário de Notícias" – 14/05/1964

O Nacionalista

Orgão do CNOB

Ano I - Rib. Prêto, Maio de 1963 - N.º 1

O Povo é Escravo???

(Página 3)

Reforma Agrária, Questão de Ignorância!

(Ultima página)

APRESENTANDO

Coadunando-se com as aspirações do movimento nacionalista de noss apátria, resolveu o CNOB lançar um Orgão estudantil, que como porta-voz de estudantes, os faça sentir essa deprimente realidade nacional, os faça constatar que são necessárias decisões que contribuam para nos libertar de uma estrutura social obsoleta e arcaica, como soe acontecer com instituições liberais-capitalistas.

O Nacionalista é uma vóz única, dirão os derroristas Mas tenham a certeza de que essa voz, por mais diminuta que seja, nunca se calará. Abrigará, sempre, em seu seio, vozes poucas vêzes pronunciadas.

Tomamos desde já a nossa posição: somos a favor dos espoliados que conduzido ssão para a imolação, sem reclamarem, pois multidão tornada embrutecida por séculos de submissão e superstições.

Nesse momento histórico em que o povo brasileiro é oprimido, é explorado, é cerceado em sua liberdade de ter alfabetização, de ter moradia, de ter assistência médico-hospitalar, de ter meios com que suprimir a miséria, enfim de existir e não vegetar, nós, estudantes, privilegiados, devemos agir, temos que agir, mostrando o caminho certo de nossa redenção: as Reformas de Base.

A Doutrina Social Cristã é nosso escudo, nossas são a espada, nossas vozes são as flechas, nossa força de vontade é armadura e a nossa liberdade intelectual é nosso elmo.

No entanto, estudante, "nem tudo é pó, nem tudo é cinza, nem tudo é resíduo vão, nem tudo é nada". Aqui estamos nós, uma trincheira a ser usada. Pois, se a redenção do Brasil, depender de nós, de nossa fôrça de vontade, então nosso país já está redimido.

O CNOB em solidariedade com todos, nesta hora de pesar que atravessa o mundo com a perda de um de seus maiores homens de estado, a S.S. o Papa, deseja que a semente por êle lançada, germine e faça com a humanidade reflita e siga os caminhos por êle traçados.

C.N.O.B.

Chegada do Secretário da Educação à Cava do Bosque. Acompanhado (da direita para a esquerda): Ir. Osvaldo Colombo, diretor do Colégio Marista, Pe. Januário Baleeiro, Secretário da Educação, Pe. Angelo Sabatini, Abade do Mosteiro São Bento, Coronel Alfredo Condeixa Filho, Prefeito Municipal.

Criada a U E R P, Representará as Legitimas Aspirações dos Estudantes?

(Página 3)

Jornal do CNOB maio/ 1963

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Ato n. 55/98 da Presidência

A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO , - nos termos e, considerando que no Regimento Interno da Câmara Municipal de Ribeirão Preto não conta mais com a instituição da Sessão Secreta e, considerando que pretendemos ter conhecimento de dados constantes da Sessão Secreta do dia 12/05/1964, DETERMINO que a mesma seja colocada à disposição desta Presidência, para ser aberto o envelope contendo os documentos alusivos àquela sessão e tomar conhecimento de seu conteudo.-.-.-

Documento revela que vereadores eram submissos ao Regime Militar

O presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, vereador Leopoldo Paulino, descobriu na última terça-feira, após pesquisa feita para livro que está escrevendo, ter havido reunião secreta da Câmara Municipal, onde não se conhecia o conteúdo dessas reuniões, principalmente, durante os primeiros anos da Ditadura Militar, regime que destruiu todos e quaisquer sonhos e movimentos democráticos existentes no país, naquela época.

Ao constatar os documentos de uma reunião secreta, realizada no dia 12 de maio de 1964, Leopoldo convocou para ontem, representantes de partidos políticos, entidades classista e a imprensa, para testemunharem a abertura do envelope da referida reuniao secreta, quando constatou-se que nela, os vereadores da época, se sujeitavam aos caprichos dos militares. O documento aberto ontem pelo vereador Leopoldo Paulino, revela que a maioria dos vereadores municipais, daquela época, estavam engajados ao Regime Militar e se submetiam às vontades dos militares e das polícias a serviço da ditadura.

O documento revelado ontem traz cada barbaridade, entre elas, a conivência e a participação de certos vereadores para como a Ditadura Militar, na caça ás "bruxas".

"O Diário" – 16/07/1998

FOLHA DE S.PAULO

MEMÓRIA *Sessão em 48 tentou cassar o vereador Aparecido Araújo, acusado de "insuflar" uma greve em Ribeirão Preto*

Câmara revela conteúdo de atas secretas

vereador Leopoldo Paulino (PSB), abre envelopes que contêm atas de sessões secretas realizadas pela Câmara de Ribeirão Preto desde 48

Prática foi tornada pública somente em julho

TRECHO

"Não tenho que lhe dar satisfações e, vereador eleito pelo povo, não posso sofrer coação por parte da polícia (...) A autoridade policial viu neste fato um desacato à autoridade, por isso deu voz de prisão ao acusado."

Trecho da ata secreta que revela a participação de Aparecido Araújo em greve

"Folha de S. Paulo" – 06/08/1998

Leopoldo Paulino (PSB)

LEGISLATIVO

Câmara vai investigar sessão secreta

da Reportagem Local

O presidente da Câmara de Ribeirão Preto, Leopoldo Paulino (PSB), abriu ontem envelope que guardava havia 34 anos detalhes de uma sessão secreta em que 15 suplentes de vereadores foram cassados, pois estavam ligados ao PSB na época.

Com o resultado dessa votação, os suplentes não puderam assumir a vaga deixada pelo vereador Pedro Augusto de Azevedo Marques —atual secretário da Saúde em Ribeirão Preto—, que havia sido cassado um mês antes.

Os documentos estavam escondidos em um cofre da Câmara junto com outros 22 envelopes de sessões secretas. Eles foram encontrados por acaso.

"Estou escrevendo um livro sobre o período e descobri junto a antigos funcionários que o registro dessa sessão estava lacrado desde a votação", disse Paulino.

Ele assinou uma resolução autorizando a abertura do envelope, fechado desde o dia 12 de maio de 64 —um mês e meio após o golpe militar— pelo então presidente da Câmara, Aloizio Olaia Paschoal.

Paulino deve enviar projeto de resolução para ser votado em plenário, no início de agosto, a fim de autorizar a abertura dos outros envelopes que estavam no cofre.

"Foi a primeira vez no Brasil em

"Folha de S. Paulo" – 16/07/1998

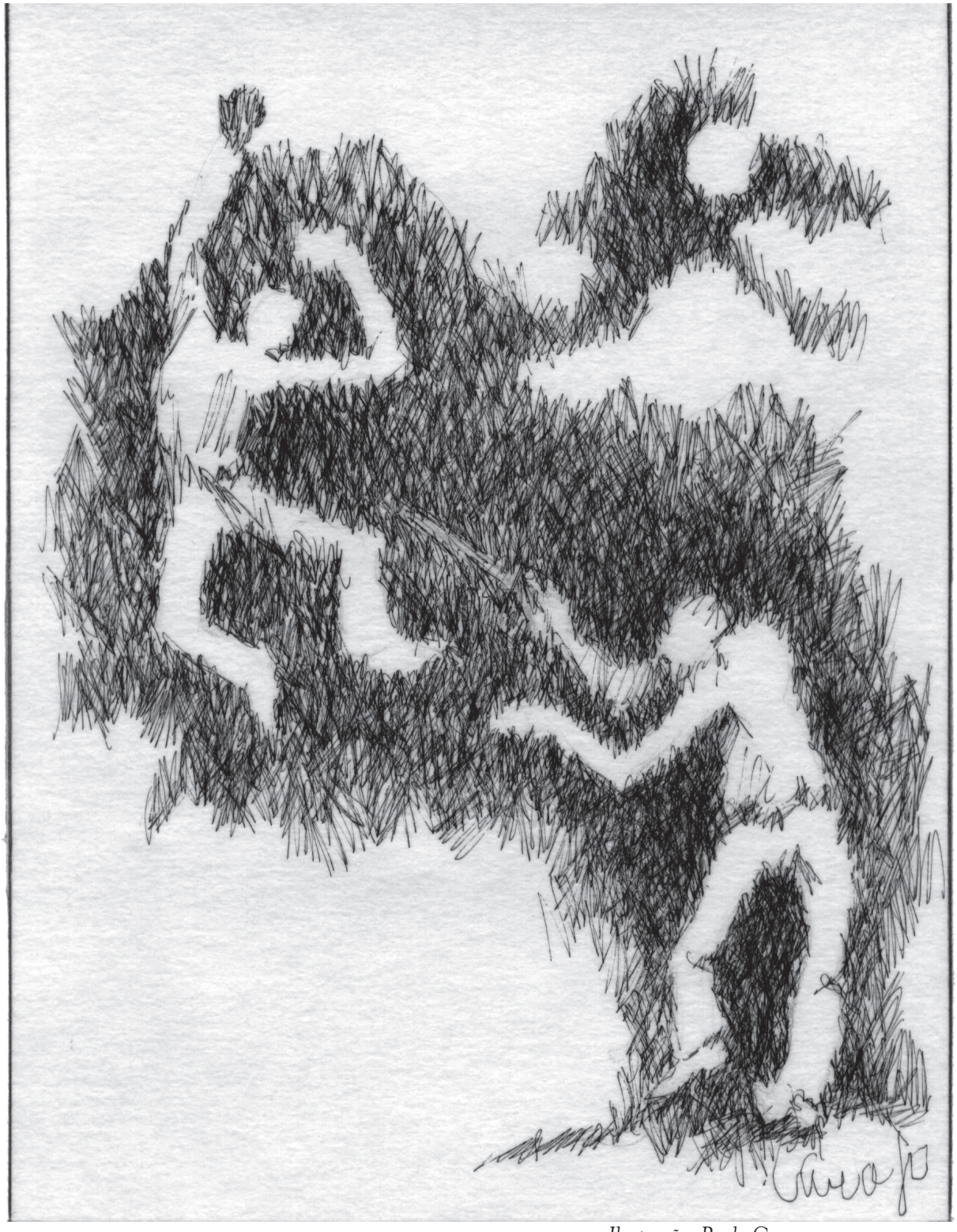


Ilustração: Paulo Camargo

II - REAGLUTINAÇÃO

Na verdade, o golpe de 64 foi uma fortíssima pancada na esquerda brasileira.

Passado o susto do primeiro momento, o ano de 1965 ficou marcado por ter sido aquele em que os partidos de esquerda e o movimento popular, já recuperados do efeito causado pela velocidade com que o golpe militar se consolidou, começaram a se reaglutinar.

Nesse ano, eu cursava o colegial, sendo aluno do 1º ano do curso Clássico do Colégio Otoniel Mota, e já participava ativamente das reuniões e assembleias do CNOB, o grêmio da escola.

Após o golpe, os partidos e as organizações de esquerda trabalhavam com uma estrutura clandestina e atuavam nas entidades da massa, tais como sindicatos, centros acadêmicos e grêmios estudantis.

O objetivo era levar o posicionamento político de cada um deles àquelas entidades, possibilitando mobilizações contra o regime, às vezes partindo de reivindicações específicas em escolas e locais de trabalho, além de procederem ao recrutamento dos militantes que mais se destacavam e se aproximavam da linha política de cada grupo.

O INÍCIO DA MILITÂNCIA

Embora contasse apenas 14 anos, eu havia decidido me engajar na luta contra a ditadura e, por isso, atuava de forma consciente no grêmio da escola, participando de suas atividades.

Tinha claro também que era importante ingressar em algum partido ou organização de esquerda, para que minha militância se desse de forma organizada.

Pelas minhas origens, pela visão que já tinha da transformação da sociedade e pelo entusiasmo que já possuía pela Revolução Cubana, acreditava que deveria procurar um contato com o PCB para discutir meu ingresso no partido.

Em face do caráter clandestino da luta na época e, em princípio, até por minha inexperiência, ficava difícil fazer um contato com o PCB, mesmo porque não sabia a quem procurar para agilizar meu ingresso.

Sabia, entretanto, que, atuando no movimento de massa, eu estaria sendo útil à Revolução e seguramente seria procurado por membros do PCB em um futuro próximo.

Nessa época, o presidente do CNOB era o estudante Segisvaldo Luís Caldo, aluno do 3º Clássico e líder estudantil, com quem, juntamente com outros estudantes, passei a militar no movimento secundarista, participando de todas as suas atividades.

Os contatos com estudantes de outras escolas, também militantes, além dos universitários que participavam do ME, levaram-me a participar de diversas reuniões e das mais variadas atividades políticas contra a ditadura e em defesa do ensino público.

Percebi também que alguns estudantes atuavam de forma organizada, pois certamente eram vinculados a algum partido clandestino. Em princípio, pensei que fossem ligados ao PCB, o que me fez aproximar deles ainda mais. A meu convite e junto comigo, começou a participar das reuniões e atividades do grêmio meu amigo Carlos Russo Jr., que cursava o colegial no Otoniel Mota, jovem que, de início, participou do movimento mais pela ligação pessoal que tínhamos, mas que adquiriu rapidamente forte consciência socialista e teve destacada atuação no processo revolucionário brasileiro.

Já nessa época, eu era um contestador do regime e não perdia uma chance para denunciar a ditadura e defender sua derrubada, posicionando-me dessa forma mesmo na sala de aula, não hesitando em debater com firmeza, inclusive com alguns professores que defendiam o golpe.

Surgiu, então, a oportunidade que eu esperava.

Fui convidado pela primeira vez a participar de uma reunião clandestina.

O convite partiu do estudante de direito Luís Roberto Lapenta, militante contra a ditadura e pessoa que pensei pertencer ao PCB.

Russo e eu participamos da reunião com diversos outros estudantes, realizada onde funcionava a COLMEIA, uma instituição de orientação e assistência à juventude, na Rua Barão do Amazonas, 904, esquina com a Rua Prudente de Morais.

Da reunião, participaram pessoas mais experientes e alguns com pouca experiência como eu, não se falando em nome de nenhum partido ou organização de esquerda.

Discutiu-se, sob a coordenação do próprio Lapenta, a necessidade de se juntarem as pessoas que tinham maior compreensão da luta contra a ditadura.

Tratava-se, vim a saber posteriormente, de uma reunião realizada pela AP, organização de esquerda que combatia a ditadura, com origem em grupos ligados à Igreja Católica, que convidara alguns militantes estudantis para a reunião, eu inclusive, com o legítimo propósito de nos recrutar para seus quadros.

Nas semanas que se seguiram, continuei em contato com militantes da AP, passando posteriormente a discutir com o próprio companheiro Lapenta sobre o posicionamento político daquela organização, da qual eu divergia quanto à concepção das formas de luta contra a ditadura, manifestando-lhe que meu propósito era ingressar no PCB.

Assim mesmo, participei de alguns trabalhos do grupo de militantes estudantis, coordenados pela AP.

Estive nas primeiras pichações em Ribeirão Preto contra a ditadura militar, feitas com lápis de cera, por inexistirem ainda os tubos de tinta em spray, que surgiram anos depois e em muito aperfeiçoaram esse importante trabalho clandestino, seja pela expressiva melhora no visual, como pelo importantíssimo aumento na velocidade do trabalho realizado, o que era fundamental em virtude da crescente repressão que existia na época.

Assim, com outros companheiros, ainda no ano de 1965, passamos algumas madrugadas, em condições precárias de segurança, a pichar a principal palavra de ordem da época, "ABAIXO A DITADURA", nos muros de nossa cidade, conclamando o povo a lutar contra a ditadura militar.

Ao mesmo tempo em que 1965 ficou marcado por ser o ano do início da reaglutinação da esquerda, firmou-se por ser o ano da consolidação da ditadura.

O discurso inicial dos golpistas era que a intervenção militar seria de curta duração e que, tão logo derrubassem Goulart e impedissem que o país rumasse à esquerda, devolveriam o poder ao povo.

Já o ano de 1965 deixou claro que a ditadura viera para ficar. A Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964, prorrogou o "mandato presidencial" do ditador Castello Branco por quatorze meses, adiando as eleições presidenciais prometidas pelos golpistas e retirando quase por completo as ilusões dos líderes civis do golpe, sobretudo Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, que sonhavam com a Presidência da República.

Tal ilusão seria sepultada definitivamente a 27 de outubro de 1965, com a edição do Ato Institucional nº 2, que transformou em indiretas as eleições presidenciais, garantindo a continuidade do processo ditatorial, além de promover novas cassações de mandatos, extinguindo todos os partidos políticos e ampliando de onze para dezesseis as vagas no Supremo Tribunal Federal, consolidando assim a ingerência da ditadura no Poder Judiciário.

Nesse mesmo dia, esteve em Ribeirão Preto o deputado Euzébio Rocha, autor da lei que instituiu o monopólio estatal do petróleo no Brasil, para o lançamento de seu livro Acordo de Garantias. Almoçou no Centro Acadêmico 1º de Setembro, da Faculdade de Direito Laudo de Camargo, com lideranças de esquerda locais, evento do qual participei.

Após o fechamento dos partidos políticos, a ditadura organizou sua própria agremiação partidária, que batizou de ARENA, permitindo que alguns oposicionistas moderados organizassem o MDB, que veio a ser o partido da oposição consentida.

Participaram também de sua formação alguns parlamentares simpatizantes do regime militar, mas que foram estimulados pelo próprio ditador Castello Branco a ingressarem no MDB, cuja montagem era importante para a ditadura, que pretendia mostrar, sobretudo ao exterior, uma aparência de democracia.

Em maio de 1965, de forma vergonhosa, a ditadura militar mandou tropas brasileiras participarem da invasão à República Dominicana, junto com soldados norte-americanos, para consolidarem a deposição do presidente Juan Bosh, que havia sido legitimamente eleito pelo povo daquele país, participando os soldados brasileiros da cruenta repressão ao povo dominicano.

A reação da esquerda não se fez esperar. Os partidos e organizações esquerdistas lideraram a campanha contra o vexaminoso envio de tropas à República Dominicana, organizando manifestos, reuniões e pichações, cujas palavras de ordem lotaram os muros do país, os de Ribeirão Preto inclusive: "NÃO IREMOS A SÃO DOMINGOS", pichações das quais participei.

O EMBAIXADOR VISITA RIBEIRÃO

Em abril de 1965, Ribeirão recebeu a visita do embaixador norte-americano Lincoln Gordon, homem que representava o elo entre o governo dos Estados Unidos e o golpe de 1964, no qual aquele diplomata esteve envolvido com todas as suas forças.

Enquanto as oligarquias e os bajuladores locais preparavam festas e jantares para recepcionar o visitante, as forças de esquerda protestavam contra sua presença em nossa cidade.

Dando mostras de sua subserviência, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto aprovou projeto de autoria do vereador Aloízio Olaia Paschoal outorgando a Lincoln Gordon o título de Cidadão Ribeirão-pretano, como forma de reverenciar o representante do imperialismo norte-americano no Brasil.

O PCB organizou eficiente campanha de denúncia à população sobre o significado daquela visita, por meio de panfletos e pichações que ocuparam os muros da cidade:

"FORA, MR. GORDON!"

Mais uma vez, ficava claro que havia forças significativas em Ribeirão que se opunham à ditadura militar e a seu principal mentor, o governo dos Estados Unidos. Isso já era um prenúncio de que nossa região também estava disposta a oferecer tenaz resistência aos golpistas de 1964.

Com alguns componentes do grupo estudantil em que militávamos, inspirados na palavra de ordem contra a visita do embaixador, também dedicamos algumas noites de abril de 1965 a pichar nos muros da cidade os dizeres: "FORA, MR. GORDON!", somando-nos às forças que repudiavam a visita a Ribeirão Preto do principal representante de Washington no Brasil.

Anos depois, em fevereiro de 2008, como vereador, apresentei projeto de lei revogando a homenagem concedida pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto ao embaixador Lincoln Gordon.

LIDERANÇA ESTUDANTIL

No segundo semestre de 1965, fui indicado candidato a presidente do CNOB pelo grupo que participava do ME, no Otoniel Mota.

Segisvaldo, presidente do grêmio, me apoiava, bem como a AP e ainda o grupo ligado ao estudante Ary Normanha, que, na época, eu já supunha pudesse estar ligado ao PCB; ou seja, eu era o candidato das esquerdas à presidência do grêmio.

Congregamos vários companheiros de luta, organizamos a chapa e vencemos, derrotando um grupo de elite que, embora não fosse de direita, concebia o grêmio como um clubinho de amigos, que deveria existir somente para desenvolver atividades sociais e esportivas, sem envolver-se na luta dos estudantes e muito menos na luta política.

A proposta da nossa chapa era a de um grêmio de luta em defesa do ensino público e contra a ditadura militar.

Eleito presidente do grêmio, minhas responsabilidades aumentaram.

Já tinha consciência de que assumir tal cargo significaria uma limitação em minha vida pessoal, familiar, escolar e social, mas, ciente desse fato, aceitava o desafio e, a partir de então, minha militância passou a ser muito mais efetiva, com as responsabilidades advindas da nova função.

A ditadura, ciente da importância do ME entre os grupos contestadores, continuava a atingi-lo por todos os meios, o que fazia com que a organização do movimento se aperfeiçoasse cada vez mais.

A Lei Suplicy, assim denominada em virtude de ser o seu idealizador o então Ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, já colocara na ilegalidade a UNE, a UBES e as UEEs, extinguindo os centros acadêmicos e permitindo a criação de diretórios acadêmicos, atrelados à direção das escolas.

O ministro Suplicy, conhecido pela frase "Estudante tem que estudar", pretendia vetar a participação da juventude na vida política do país.

No dia 13 de junho de 1965, cerca de 1.000 estudantes promovem uma passeata na Avenida Angélica, em São Paulo, protestando contra a invasão do CRUSP. Essa foi a primeira manifestação estudantil de vulto, após a instalação da ditadura militar no poder.

Em julho, devidamente reorganizada e de forma clandestina, a UNE realiza seu 27º Congresso, sendo eleito presidente da entidade o companheiro Aldo Arantes, militante da AP, à época, corrente política majoritária no ME.

No dia 18 de outubro de 1965, a polícia invadiu e fechou a Universidade de Brasília, em ato violento de repressão ao ME e à intelectualidade, provocando com isso a demissão de dezenas de professores daquela instituição de ensino, em sinal de protesto.

Almoço realizado no dia 27/10/1965, na sede do Centro Acadêmico 1º de Setembro.

Lado esquerdo: Gilsa Martinelli (CA Artes Plásticas), Leopoldo, Deputado Euzébio Rocha, Pedro de Azevedo Marques. Lado direito: Militão Moreira Neto, Vanderley Caixe, Marisa B. Toledo e Edson Bullamah.

Carterinha do CNOB do estudante Mucio Zauith assinada por Leopoldo Paulino

LEI Nº 1569

de 29 de abril de 1965.

CONCEDE TÍTULO DE "CIDADÃO RIBEIRÃOPRETANO" AO DOUTOR LINCOLN GORDON, EMBAIXADOR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, NO BRASIL

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu promulgo a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica concedido, por esta lei, ao senhor Doutor LINCOLN GORDON, Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte no Brasil, o título de "CIDADÃO RIBEIRÃOPRETANO".

ARTIGO 2º - O referido título será conferido em sessão solene e pública, em data e local a ser fixado pelo Chefe do Executivo.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão por conta da verba própria do orçamento municipal.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco
a) Dr. Welson Gasparini
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI

Nº 1471

DESPACHO

EM PAUTA PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS

Rib. Preto, 21 FEV 2008 de _____ de _____

Presidente

EMENTA:

Revoga a Lei n. 1569 de 29 de abril de 1.965 que concedeu o título de cidadão ribeirãopretano ao Embaixador Lincoln Gordon.

SENHOR PRESIDENTE

Apresentamos à consideração da Casa o seguinte:

ARTIGO 1º Fica, por esta lei, revogada a Lei nº 1569 de 29 de abril de 1.965 que concedeu o título de cidadão ribeirãopretano ao Embaixador LINCOLN GORDON.

ARTIGO 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2008

LEOPOLDO PAULINO

Presidente

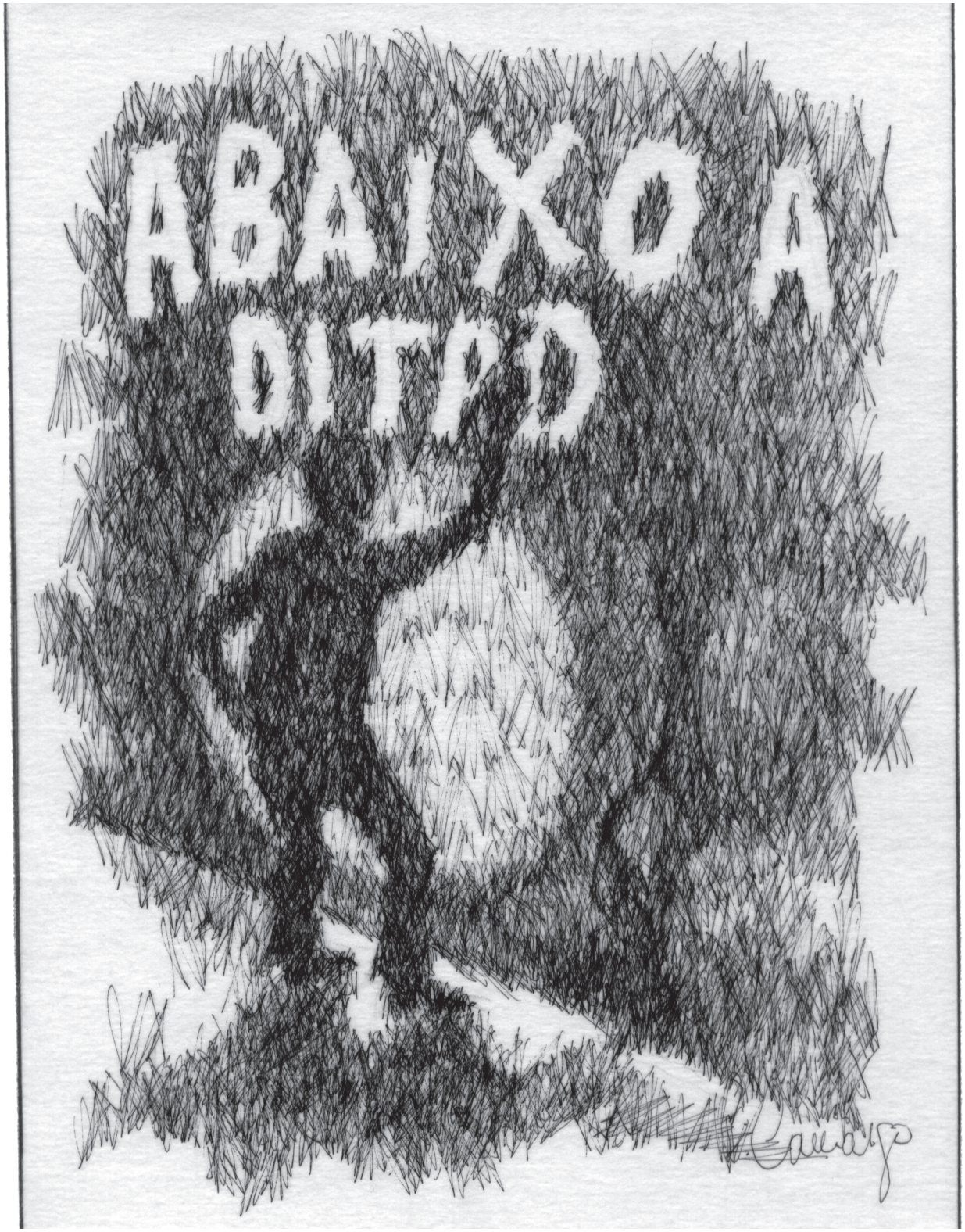


Ilustração: Paulo Camargo

III. O MOVIMENTO GANHA AS RUAS

A INDICAÇÃO DE COSTA E SILVA

Em 4 de janeiro de 1966, foi lançada oficialmente a "candidatura" do general Costa e Silva à Presidência da República.

Tal "lançamento" significou, na verdade, a predominância da "linha dura" do golpe militar, liderada pelo próprio Costa e Silva, em detrimento do chamado "grupo da Sorbonne", liderado pelo ditador de plantão, Castello Branco.

O enfrentamento entre as duas principais correntes políticas, existentes no seio da ditadura militar, deu-se desde o primeiro dia do golpe. Aos poucos, a linha dura foi-se impondo, conquistando importantes vitórias no bloco do governo, até fazer emplacar o nome de sua preferência para ocupar a Presidência da República.

A linha dura, conforme seu próprio nome indica, caracterizava-se por defender maior intensidade na repressão e a supressão de todas as liberdades políticas que ainda restavam. Enquanto o grupo da Sorbonne era assim denominado em virtude de seus integrantes pertencerem a uma pretensa elite intelectual que defendia a continuidade da ditadura com uma falsa aparência de normalidade democrática.

A ditadura militar brasileira caracterizou-se pela rotatividade, ou seja, pela mudança periódica do general que chefiava o poder.

Não permitia, assim, uma ditadura caudilhesca, em torno de um nome só – a exemplo de Stroessner, no Paraguai, ou Somoza, na Nicarágua –, garantindo que o poder fosse exercido pela cúpula militar, orientada pelos Estados Unidos e em total sintonia com os grandes grupos econômicos, a quem servia.

Caracterizou-se ainda por pretender dar ao regime uma aparência de normalidade democrática, mantendo aberto o Congresso, que era fechado apenas em alguns períodos, quando a ditadura decidia cassar o mandato de alguns parlamentares rebeldes, e realizando simulacros de eleições indiretas, nas quais os ditadores de plantão eram "eleitos" sob o título de Presidente da República por um Congresso subserviente e castrado.

Na verdade, os ditadores eram escolhidos pelo Alto Comando das Forças Armadas.

A indicação de Costa e Silva como o próximo ditador, o que representava a hegemonia da linha dura no governo militar, deixou claro que se fechavam cada vez mais as possibilidades, já remotas, de uma luta pela redemocratização do país apenas no campo institucional, evidenciando-se que a derrubada da ditadura dar-se-ia por meio de um vigoroso movimento de massas combinado com a luta clandestina.

Nessa época, a AP organiza o MCD, movimento ao qual aquela organização pretendia agregar os segmentos populares que se opunham à ditadura, passando suas propostas políticas por essa entidade de caráter semiclandestino.

Controlando também a diretoria da UNE, sem dúvida a principal entidade do movimento popular que se opunha à ditadura, a AP passava também ao ME sua linha política, sendo certamente a organização de esquerda que detinha a hegemonia naquele segmento da luta contra o governo.

Cometia, entretanto, a AP o equívoco político de misturar as entidades de massa com o nome da organização clandestina, distribuindo manifestos e fazendo pichações de muros com os dizeres: "UNE – AP – MCD", o que fazia, na prática, com que a UNE se apresentasse como um apêndice da organização, enquanto o MCD dificilmente se ampliaria com quadros que não aqueles que nela militavam.

A AP apresentou ainda, para as eleições parlamentares de novembro de 1966, a proposta de anular o voto, baseando-se no entendimento de que as eleições eram uma farsa promovida pela ditadura, da qual a esquerda não deveria participar.

Com o grupo de estudantes do qual fazia parte e com bases do MCD, participamos de uma campanha de pichação em Ribeirão Preto, propondo o boicote às eleições e enchendo os muros da cidade com os dizeres: "ANULE SEU VOTO: NÃO PARTICIPE DA FARSA ELEITORAL".

Ainda em 1966, o CNOB, presidido por mim, e o PRA (Partido Radical Acadêmico), corrente política existente na Faculdade de Direito Laudo de Camargo, presidida por Lapenta, organizaram uma Semana de Eventos Culturais, para a qual convidamos um palestrante por noite.

Um dos conferencistas foi o psicanalista Roberto Freire, que havia acabado de lançar o livro Cléo e Daniel, relatando o amor de dois adolescentes, em uma época terrível como aquela, que se caracterizava também por uma fortíssima repressão sexual que pretendia castrar a juventude.

Terminada a palestra, Freire e nós, os promotores do evento, fomos confraternizar-nos no restaurante Jangada, na Rua Barão do Amazonas, quando pudemos conhecer com mais detalhes o pensamento daquele brilhante escritor, que tinha uma visão progressista da ciência que abraçara. Conversando todos e trocando ideias, entre alguns chopes gelados, comprovamos que, às vezes, é à mesa de bar que ocorrem as melhores amizades e revelações.

Na verdade, o início de minha militância marcara também o começo de algumas conversas de bar, sobretudo após algumas reuniões, e, na tradicional Choperia Pinguim de Ribeirão Preto, tomei meu primeiro chope em companhia de companheiros de luta, após deixarmos uma cansativa reunião em um domingo de 1965.

Um dos convidados para aquela semana era o estudante de arquitetura Francisco Buarque de Holanda, ligado à AP e que recentemente havia lançado seu primeiro disco com duas músicas, Pedro Pedreiro e Sonho de um Carnaval.

Atarefado em virtude de compromissos com sua gravadora, Chico, de última hora, cancelou a visita, fazendo com que apenas vinte anos depois eu fosse conhecer pessoalmente aquele que considero, sem sombra de dúvida, o maior compositor da Música Popular Brasileira, por sua genialidade musical, e que, além de tudo, jamais abriu mão

de seus princípios políticos. Combateu sempre, com firmeza, a ditadura militar e permanece fiel a seus postulados de esquerda até os dias de hoje.

Alguns meses depois, fui chamado à diretoria da escola, onde a auxiliar de direção, Professora Heloisa Hanna, mostrando-me o exemplar do livro Cléo e Daniel autografado pelo autor, ameaçou-me com graves sanções disciplinares, por manter na biblioteca do grêmio literatura "de caráter pornográfico". Assim, recolheu o livro em atitude digna de uma inquisidora municipal.

No PCB

Nessa época, começaram meus contatos com o PCB.

Dentro do Otoniel Mota, já era clara para mim a existência de um grupo de estudantes que, ao que tudo indicava, pertencia ao PCB. Eu observava que eles participavam das atividades do grêmio com posições políticas diversas daquelas dos companheiros da AP, envolvendo-se também na luta estudantil.

Foi em conversa com esse grupo ligado ao PCB que ouvi pela primeira vez as críticas à AP, em virtude de essa organização ligar o seu nome às entidades do movimento de massas.

Para o PCB, tal atitude contrariava as diretrizes leninistas, segundo as quais o partido revolucionário deveria atuar nas entidades de massa transmitindo sua linha política, sem, no entanto, transformar as entidades em meros departamentos do partido, já que esse, clandestino pelas circunstâncias, abrigava seus militantes. As entidades legais ou semilegais deveriam ser mais amplas, abrigando toda uma categoria em que o partido deveria conviver com diversas correntes políticas.

Para o PCB, o partido não deveria rechear as entidades do movimento popular com todos os seus quadros, mas, sim, dispor de alguns deles para participarem das entidades, procurando recrutar para o partido os mais aguerridos e conscientes militantes do Movimento Popular.

O PCB divergia ainda da AP em relação às eleições de 1966.

Entendia o partido que, muito embora concordando com a tese de que o pleito era uma farsa montada pela ditadura, valia a pena participar dele, elegendo alguns parlamentares comunistas ou simpatizantes do PCB, pois não deveríamos desprezar nenhuma forma de luta política, e, portanto, os comunistas atuariam também no MDB.

Meu primeiro contato com o PCB deu-se com o estudante Sílvio Rego Rangel.

Já havia conversado com ele em diversas oportunidades, bem como com Ary Normanha, todos estudantes do Otoniel Mota e participantes do grupo ligado ao PCB. Nessas discussões, falávamos sobre a conjuntura política e as formas de luta contra a ditadura, e eles sempre defendiam as posições políticas do PCB, sem, contudo, identificarem-se como membros do partido.

Sílvio foi o que primeiro se identificou como militante do PCB, entregando-me um material clandestino do partido para a leitura. Iniciou comigo uma discussão, à qual se somou posteriormente o companheiro Vicente Alessi Filho. Assim, Silvio propôs-me o ingresso na agremiação.

Tais entendimentos levaram ainda algumas semanas, pesando muito em minha decisão minhas origens familiares, e, após algumas discussões teóricas sobre o caráter da revolução e os caminhos do movimento popular

na luta contra a ditadura, decidi pelo ingresso nos quadros do partido.

Assim, com 15 anos de idade, começava a militar no Partido Comunista Brasileiro.

Nos dias que se seguiram, comecei a discutir com Russo sobre o Partido, entregando-lhe documentos do mesmo convidando-o a ingressar na agremiação, consumando seu recrutamento para o PCB.

O primeiro semestre do ano de 1966 caracterizou-se por uma intensa articulação no ME para colocar o movimento nas ruas. O 28º Congresso da UNE, realizou-se em Belo Horizonte, no mês de julho daquele ano, e, confirmando mais uma vez a supremacia da AP no meio estudantil, elegeu-se presidente da entidade José Luís Guedes, militante daquela organização.

A LUTA DE RUA

No segundo semestre de 1966, o movimento ganha as ruas com bastante força.

A ditadura firmara com o governo norte-americano o Acordo MEC-USAID, prevendo esse protocolo o fim gradativo do ensino público, uma tecnização do ensino em geral e a colocação das universidades a serviço das grandes empresas, principalmente as multinacionais.

A mobilização do ME contra o MEC-USAID foi intensa.

A UNE decretou o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura em 22 de setembro daquele ano, data em que grandes manifestações ocorreram em todo o país, praticamente todas elas reprimidas pela polícia.

Em Ribeirão Preto, reunindo diversos grêmios estudantis, conseguimos, em 16 de setembro de 1966, reorganizar a UERP, que havia sido fechada pela ditadura. Foi determinante a participação do CNOB nesse processo, o que resultou em minha eleição como presidente da entidade que renascia.

Nessa mesma época, candidatei-me novamente a presidente do CNOB, organizando antes um plebiscito entre os alunos para alterar os estatutos da entidade, transformando em diretas as eleições para a diretoria do grêmio, realizadas, até então, indiretamente por um conselho de representantes de classe.

A proposta de alteração obteve vitória esmagadora no plebiscito e, em consequência, nenhuma chapa se apresentou contra a nossa, sendo eu reconduzido à presidência do CNOB.

Como presidente da UERP, participei, com vários outros companheiros secundaristas, de todas as reuniões do Comando do ME em Ribeirão Preto, realizadas no Centro Acadêmico Rocha Lima, da Faculdade de Medicina da USP, com o objetivo de organizarmos na cidade uma grande manifestação contra a ditadura.

O comando do movimento decidiu, em Ribeirão, pela realização de uma passeata no centro, na tarde do dia 21 de setembro.

A partir das 15 horas, já era grande a concentração de estudantes em vários pontos do centro da cidade. Mesmo assim, os policiais dispersavam qualquer agrupamento de três ou mais pessoas, aos brados de "Circular, circular".

Em nosso Colégio, a animação era grande. Organizei um grupo de estudantes que na Biblioteca prepararam cartazes com cartolina para a passeata. Tão eufórico quanto os alunos, o funcionário da escola, José Carlos Hanna, participava da confecção dos cartazes e dava ideias de frases a serem escritas.

Tentei organizar uma assembleia de estudantes no pátio do colégio Otoniel Mota, mas fui impedido pelo

diretor da escola, Romero Barbosa, sob a alegação de que as assembleias estavam proibidas pelo governo.

Com os companheiros da diretoria do grêmio e militantes do ME, solicitamos aos estudantes que não entrassem em aula e, diante da proibição do diretor, ocupamos a Rua Cerqueira César, em frente ao portão de entrada da escola, para na rua darmos início à reunião.

Amparado pelo companheiro Russo, subi no portão da escola e passei a dirigir a assembleia, propondo que os estudantes fizessem greve naquele dia e participassem da manifestação.

Assustado com a dimensão do movimento e percebendo que sua proibição fora desastrosa, correu o diretor a solicitar que entrássemos todos e terminássemos a assembléia no pátio da escola, procurando evitar, desse modo, o que ele considerava tumulto no lado de fora.

Já dentro do colégio, por unanimidade, a assembleia decidiu pela participação no movimento e, em seguida, à frente de dezenas de estudantes secundaristas, comecei a marchar com eles em direção ao centro da cidade.

A polícia ocupara todo o centro e a situação era tensa.

Nós, estudantes, andando em grupos, esperávamos a ordem do comando para iniciar a manifestação, enquanto a polícia se preparava para reprimir o movimento, andando atrás dos estudantes e dispersando os grupos que se formavam.

Por volta das 17 horas, começou-se velozmente a "soprar" no ouvido de cada um a palavra de ordem para que todos descessem rapidamente para a confluência das ruas Álvares Cabral e São Sebastião, onde teria início, de imediato, o movimento.

Encontrava-me na Rua General Osório, em frente às Lojas Americanas, quando a senha me foi passada e a repassei a vários colegas secundaristas, solicitando-lhes que a repetissem a todos os estudantes que conhecessem.

Todos nós atendemos ao chamado e, a passos ágeis e largos, descemos para o local indicado.

Lá foram chegando em escassos minutos centenas de estudantes, oportunidade em que o comando deu voz de partida e iniciou-se a passeata.

De imediato, a massa compacta de estudantes, que totalizava mais de duas mil pessoas, subiu em bloco e velozmente a Rua São Sebastião, em direção à Praça Barão do Rio Branco, no Paço Municipal, em grito uníssono: "BRASIL! BRASIL!"

De quase todos os apartamentos e escritórios dos prédios da Rua São Sebastião, apareciam às janelas centenas de pessoas jogando papel picado, em explícito apoio à manifestação, enquanto populares nas esquinas aplaudiam nossa passagem e nós, já em ritmo acelerado, entoávamos o Hino Nacional Brasileiro, transformando o centro da cidade em palco da resistência contra a ditadura.

Na esquina com a Rua Visconde de Inhaúma, surgiram as primeiras escaramuças com a polícia, nas quais levamos vantagem graças ao fator surpresa e, assim, conseguimos passar em bloco pelos policiais que tentavam deter nosso avanço.

Em frente à prefeitura, local designado para pararmos, um forte contingente policial nos esperava.

À medida que fomos chegando, a Cavalaria investiu contra nós e iniciaram-se os espancamentos com sabres e cassetetes.

O revide não se fez esperar.

Em poucos minutos, bolinhas de vidro e rolhas eram atiradas por nós, derrubando alguns policiais e seus cavalos, o que deteve o avanço da Cavalaria.

Em seguida, a tropa avançou sob a proteção de bombas de gás lacrimogêneo, que eram atiradas contra nós, enquanto os policiais passavam a espancar indiscriminadamente, batendo até em transeuntes que nada tinham a ver

com o movimento.

A pequena Praça Barão do Rio Branco transformou-se, assim, em palco de verdadeira batalha campal.

Coordenando a manifestação, o comando disseminou rapidamente a orientação para que nos retirássemos e tentássemos reagrupar-nos em frente à Catedral, na Praça das Bandeiras. Já havia, a essa altura, companheiros feridos e vários deles presos.

Bom corredor, fui um dos primeiros a chegar ao local indicado e, subindo as escadarias da Catedral com oito ou dez estudantes, seguramos uma bandeira brasileira e começamos a gritar palavras de ordem contra a ditadura, conclamando os estudantes que chegavam correndo de todas as direções para se juntarem a nós.

A manifestação ali durou apenas alguns minutos.

A tropa policial, enfurecida, subia a Rua Visconde de Inhaúma, enquanto nós, já contando cerca de 200 estudantes, entoávamos nosso grito de guerra: "ABAIXO A DITADURA", agrupados em frente à igreja.

Do alto das escadarias da Catedral, presenciei a invasão pela polícia da sede do Diário de Notícias, jornal da arquidiocese, localizado naquela rua, a pretexto de prender estudantes que lá se refugiaram.

Novo enfrentamento e nova dispersão.

O grosso da tropa já ocupara a Praça das Bandeiras e espancava com violência a quem lá se encontrasse, enquanto alguns soldados já se acercavam de nós e iniciavam-se os primeiros enfrentamentos no local.

À sanha repressiva, reagíamos a pedradas, o que conteve por poucos minutos os soldados, que esperavam pela chegada do grosso do contingente, o que rapidamente aconteceu.

Dispersamo-nos novamente os poucos que restavam e dessa vez de forma desorganizada. Vários estudantes correram em direções diversas, uns entraram na Catedral, alguns deles sendo agarrados dentro do templo religioso e presos pela polícia.

Com vários colegas, optamos por correr até a residência arquiepiscopal, na Rua Lafayette, a poucos metros da Catedral, onde saltamos as grades da frente e procuramos abrigo, já com a vanguarda do destacamento policial nos nossos calcanhares.

No local, agrupamo-nos vários estudantes, enquanto a polícia, do lado de fora, fazia o cerco, temerosa de invadir uma casa que possui status de representação diplomática.

Na casa, atendeu-nos o próprio arcebispo, D. Felício da Cunha Vasconcelos, que tentou uma saída negociada junto aos policiais para que permitissem que fôssemos para casa. Entretanto, ele não foi atendido.

Durante o impasse, com um grupo de companheiros, eu e mais cinco ou seis estudantes descobrimos uma pequena saída pelos fundos da residência, pela Rua Prudente de Moraes, que constatamos não estar cercada pela polícia.

Aproveitando-nos do fato, deixamos o local por aquela passagem, já por volta das 20 horas, dirigindo-nos cada um à sua casa.

Em atitude digna de um cristão que realmente crê no que prega, D. Felício furou o cerco policial com seu automóvel, amparado pela imunidade diplomática, levando vários estudantes que lá estavam abrigados até suas respectivas casas, retornando em seguida e repetindo a viagem por várias vezes, até que o último companheiro fosse deixado em casa, evitando, assim, mais prisões e espancamentos.

A repressão naquele dia não poupou nem a imprensa, tendo sido presos, no exercício da função, os jornalistas e radialistas Álvaro Neto, Roberto Édson e Valdice Spagnul, das rádios PRA-7 e Cultura.

Espancado e preso pela polícia foi também o deputado do MDB, Orlando Jurca, quando tentou defender a integridade física de um estudante que estava sendo alvo de violentas agressões por parte de policiais.

A manifestação, a primeira de rua da qual participei, constituiu-se, sem dúvida, em um importante marco da

luta do ME contra a ditadura em nossa cidade.

As eleições de 66

Os dias que se seguiram foram dedicados a reuniões das lideranças para avaliar o movimento e assembleias nas escolas para denunciar a repressão. Sem dúvida, o ME conseguiu importante vitória em nossa cidade, colocando os estudantes nas ruas e enfrentando a polícia da ditadura, sob os aplausos da população.

Enquanto o ME ganhava as ruas, desenrolava-se a campanha eleitoral, quando, pela primeira vez, ARENA e MDB disputavam o controle do Congresso Nacional.

A ARENA já era amplamente majoritária desde sua fundação, com a adesão dos deputados e senadores partidários da ditadura, além de muitos outros parlamentares que, como ocorre até os dias de hoje, procuram sempre estar junto ao governo, seja ele qual for.

O PCB, seguindo orientação de sua direção, que recomendava participar do processo eleitoral, escolheu alguns candidatos em todo o país, alguns militantes do partido e outros simpatizantes, todos filiados ao MDB, para que fossem apoiados pela militância comunista.

O PCB engajava suas bases nas campanhas dos candidatos por ele apoiados e cada um deles recebia o apoio do partido em determinadas regiões.

À região de Ribeirão Preto, coube a tarefa de apoiar para deputado federal o nome de Gastone Righi e, para deputado estadual, o de Fernando Perrone.

Embora estivesse seguro de que essa não deveria ser a atividade principal de um militante comunista, já que somente acreditava que a derrubada da ditadura viria pela luta organizada do povo, concordava com a posição do PCB de que era importante ocupar todos os espaços políticos e, em razão dessa análise, lancei-me à campanha com meus companheiros de partido.

Aproveitava então os contatos e a influência que tinha, entregando panfletos dos dois candidatos, procurando convencer os eleitores de que era importante ter como deputados pessoas autênticas, que se opunham com firmeza à ditadura.

Abertas as urnas no dia 16 de novembro, vários companheiros de partido, eu inclusive, estivemos na Cava do Bosque, local onde se realizavam as apurações, para contabilizar nos mapas a votação dos nossos candidatos.

Já no fim da tarde, nosso pessoal se preparava para deixar o recinto, anotados os votos de Righi e Perrone, quando observamos a figura do deputado emedebista, Orlando Jurca, que, nervoso, gritava diante de jornalistas e diversas outras pessoas: "Vejam quem está contando os votos do Gastone Righi e do Fernando Perrone e saibam quantos comunistas existem em Ribeirão Preto".

Tal atitude, motivada por evidente ciúme eleitoral, deixou-nos preocupados e fez com que todo o grupo do PCB, eu inclusive, se retirasse rapidamente do local. Temíamos que alguns agentes da polícia que por lá se encontravam decidissem acatar a sugestão daquele que, seguramente, julgava-se o dono dos votos da cidade, como se fosse seu curral eleitoral.

Para mim, tal atitude serviu de lição para que sempre tivesse em mente as limitações desse tipo de "aliados" que, embora fossem contra a ditadura, não hesitavam em pôr em risco a segurança de seus também aliados comunistas, quando os julgavam perigosos para seus interesses eleitorais.

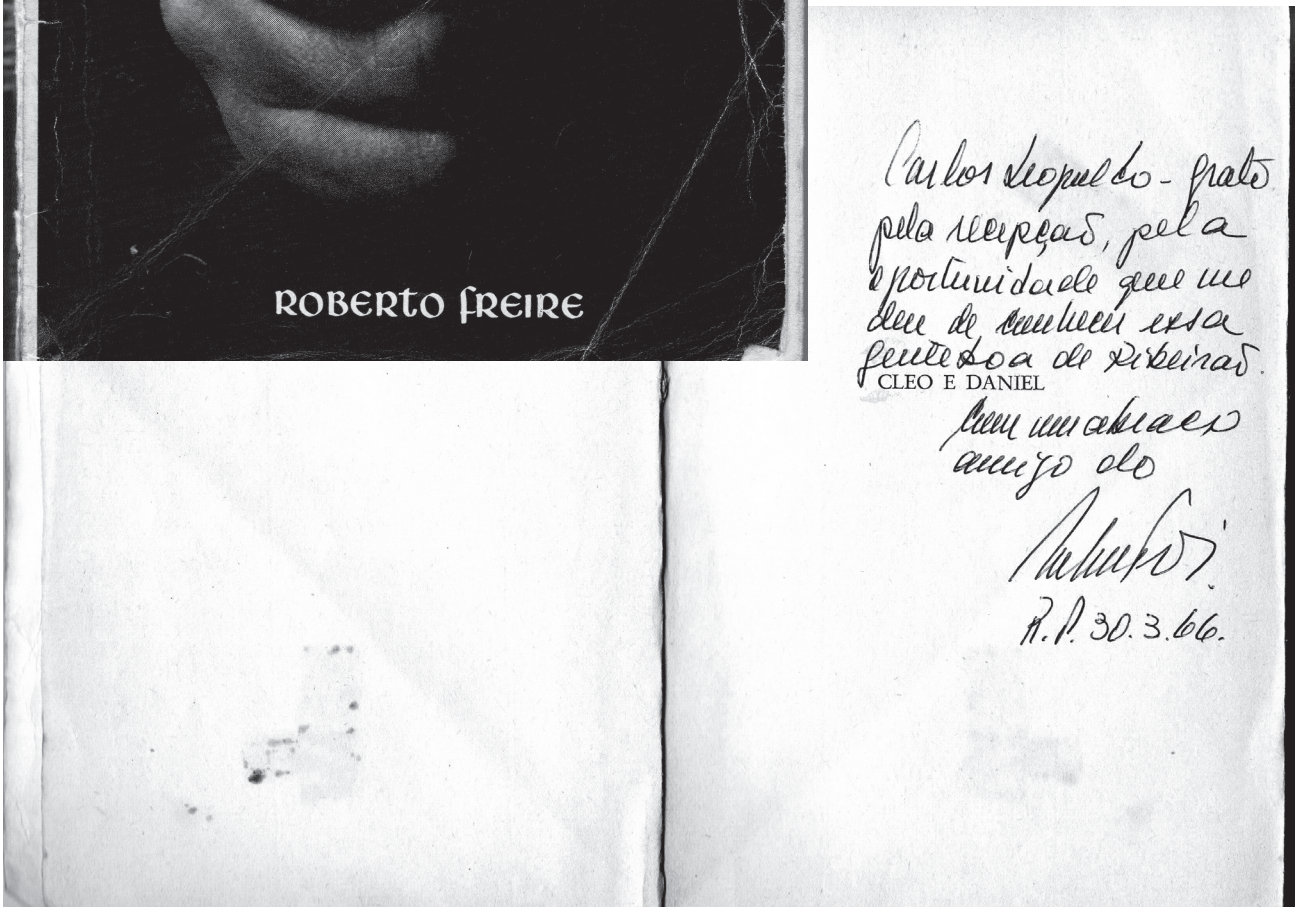
Encerrada a contagem de votos em todo o estado, Gastone Righi e Fernando Perrone foram eleitos com

ampla margem de votos, o que demonstrou a força e a organização do PCB.

Ambos tiveram no seu exercício parlamentar, até sua cassação pela ditadura, em 1968, excelente atuação. Perrone, posteriormente, exilou-se para fugir à perseguição do governo militar.

Quanto a Gastone Righi, voltou a ser deputado após a Anistia, dessa vez já com uma nova roupagem, transformando-se em um dos expoentes da direita no Congresso Nacional. Traindo o povo brasileiro, votou sistematicamente contra os interesses populares e jogou na cesta de lixo sua origem política, a exemplo de outros tantos inescrupulosos que freqüentam o cenário político nacional.

Autógrafo do escritor Roberto Freire para Leopoldo.



Reestruturada União dos Estudantes

Conforme convocação feita pela imprensa, dia 16 reuniram-se os representantes de Grêmios Estudantis de Ribeirão Preto, no Salão Dom Alberto.

A Assembléia geral, convocada para tal fim, obteve completo êxito.

CONSELHOS DE PRESIDENTES

O "Conselho de Presidentes" formado por Presidentes dos Centros e Grêmios Estudantis, de conformidade com os Estatutos, deliberaram a Ordem do Dia, sendo que dela resultou a eleição da Diretoria que regerá a UERP, até setembro de 1967.

DIRETORIA PROVISÓRIA

E' a seguinte a Diretoria provisória da UERP:

Presidente — Carlos Leopoldo Teixeira Paulino; Vice: Eui Toledo Soares; Secretário geral: Nilda Paranhos; 1.o Secretário: Angela Kefalás; Tesoureiro Geral: João Queiroz da Silva; 2.o Tesoureiro: José Fazzio.

OBJETIVOS

Pretende a União dos Estudantes de Ribeirão Preto coordenar as atividades os grêmios filiados, dentro das normas dos Estatutos, sem tolher a liberdade de seus filiados. Arregimentar os demais grêmios estudantis secundários ainda não filiados. Estudo uniformizado das Carteirinhas dos Grêmios.

FESTIVAL

Para setembro de 1967 pretende a UERP realizar o PRIMEIRO FESTIVAL DO ESTUDANTE SECUNDÁRIO.

SEDE SOCIAL

Ainda é da cogitação da UERP conseguir uma sede social, para tanto deverão entrar seus diretores em entendimentos com os grêmios estudantis.

"Diário de Notícias" 16/09/1966

POETAS

— Dois poetas conversavam a respeito de tudo e mais alguma coisa.

— Mas como? Então você está disposto abandonar suas obras? Porque? qual a razão desta?...

— E' meu caro amigo, estou sendo acusado! Os leitores estão começando a me compreender...

Diario de Noticias

"A CESAR O QUE É DE CESAR E A DEUS O QUE É DE DEUS" — Mt. XXII, 21

SERVIÇO TELEGRAFICO DIRETO DA UNITED PRESS INTERNACIONAL

ANO XXXIX Ribeirão Preto, Quinta Feira, 22 de Setembro de 1966 Numero 13.495

PORTE POSTA PAGO

Entre...

«Bem-aventurados os que sofrem perseguição por amor à justiça»

Aspectos da passeata da ardorosa juventude universitária de Ribeirão Preto, violentamente reprimida pelas Autoridades Policiais Estudantes e até transeuntes foram espancados, residencias invadidas e até a Bandeira Nacional rasgada pela repressão policial...

Vemos também dos muitos cartazes conduzidos pelos Universitários, durante a grande jornada.

SITUAÇÃO POLÍTICA

São palavras de Nosso Senhor Jesus Cristo que definem bem a situação caótica que a cidade de Ribeirão Preto viveu, ontem, a partir das 17 horas. Universitários de nossa terra gritando "Brasil, Brasil" e cantando o Hino Nacional defrontaram-se com a força bruta. Realizaram os Universitários sua passeata; cumpriam os Policiais as ordens superiores recebidas: violencia, cavalos, cassetetes, sobre os indefesos estudantes.

INICIO

Eram dezoito horas, quando centenas de estudantes saltaram para o meio da rua São Sebastião, iniciando a jornada. Os conflitos tiveram inicio, quando os Policiais (às dezenas e dezenas) investiram contra os manifestantes com a violencia de cassetetes, cavalaria, carro, etc. Os populares saudavam aos estudantes, enquanto a correria e generalizava. Espancamentos bárbaros se verificara, enquanto inu-

dos pela repressão policial. Esta atingia, também, aos transeuntes e numerosas pessoas que saiam às ruas, inclusive crianças e senhoras.

"TENHO COMPAIXÃO"

A reportagem não assistiu a nenhum ato de violencia praticado por estudantes. O Cria. Io sendo agredida inumeras jóvens impedidas, em sua manifestação, espancados e encarcerados, terá dito: Tenho compaixão desta multidão... Bem-aventurados os que sofrem perseguição por amor da justiça...

"PERDOAI-LHES"...

Por outro lado, por mais grotesca que tenha sido a ação de nossos Policiais, a atitude que a população deve ter para com êles é de perdão: "não sabem o que fazem"... Em seu agir, estavam obedecendo ordens! A responsabi-

Estudantes estão sofrendo duro castigo. Não podem mais reunir-se em congresso. Não podem participar da vida política nacional. Não podem se preparar para as responsabilidades para o progresso. Enfim, o que se pretende é fazer do estudante um homem bestializado, sem a vivência natural de seus impetos de jovens, de seus dinamismos, sem ideais, sem fibra, sem aglutinação nacional.

Os estudantes e demais setores culturais contra os ditames apenas das retaliações, frutos da atual realidade ditatorial que estamos vivendo.

As idéias não morrem jamais. Quanto mais pobres e empobrecimentos, melhor se torna o campo para a propagação das idéias. A germinação é mais rápida: mais eficiente.

De nada adiantou se Castelo lançar impedimentos, porque através de diretrizes seguras e planejadas (o que não acontece naturalmente), serão conquistados dias melhores para o Brasil, que vive intranquilo de norte a sul.

"Diário de Notícias" – 22/09/1966

AS COMADRES

Duas donas de casa, conversavam, a respeito de suas ocupações domésticas.

— Maricota, é verdade que seu marido também sabe cozinhar, e, muito bem?

— Não! E conversa dele, sabe somente lavar os pratos!...

Diario de Noticias

"A CESAR O QUE É DE CESAR E A DEUS O QUE É DE DEUS" — Mt. XXII, 21

SERVIÇO TELEGRAFICO DIRETO DA UNITED PRESS INTERNACIONAL

ANO XXXIX — Ribeirão Preto, Sexta Feira, 23 de Setembro de 1966 — Numero 13.496

Homenagem

Em reunião levada a efeito no Centro Médico, ontem, a diretoria prestou homenagem póstuma ao extinto prof. dr. J[illegible] L. Pedreira de Freitas, a quem Ribeirão Preto e região devem, de modo especial, profunda veneração.

POR PORTE POSTAL PAGO

Comissão Parlamentar de Inquerito (hoje) investiga repressão violenta da Polícia

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO, encarregada pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado chega hoje, na parte da manhã, a Ribeirão Preto para constatação das inumeras violencias cometidas contra indefesos estudante, e populares. (O clichê nos apresentam aspectos da passeata de ante ontem...).

Da Assembléia Legislativa do Estado de S. Paulo, recebemos, ontem, às 18 horas, telefonema segundo o qual chega, hoje, a Ribeirão Preto, Comissão Parlamentar para investigar as denunciadas arbitrariedades de nossa Policia contra numerosos Universitários e populares que assistiam à manifetação ou transitavam pelas ruas.

A Comissão tem como integrantes os deputados Muzeti Elias Antonio, José Sablá e Fernando Mauro, tendo sido constituida por indicação do próprio Presidente da Assembléia Legislativa.

CALMA

O meio universitário ribeirãopretano viveu, ontem, dia tranquilo, permanecendo os Universitários em assembléia. Tudo indica que o movimento se encaminha para normalização e que, logo, voltarão os [illegible]centemente aos jornais arbitrariedades policiais [illegible]itas aprisionados, pro[illegible]ificadas, testando contra as ar[illegible]

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Est. de São Paulo

COMUNICADO

A Delegacia Regional de Ribeirão Prêto do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo estêve reunida para analisar a prisão de jornalistas e radialistas no exercício da profissão nos acontecimentos de ontem à tarde, quando era anunciada passeata dos estudantes locais.

Reitera, nesta oportunidade, sua posição já conhecida através de outros atos e documentos semelhantes.

Os Diretores estão em reunião permanente para interceder junto às autoridades, a fim de que não se consumam excessos, arbitrariedades e violências contra profissionais quando no desempenho de sua função.

Assim que tomou conhecimento da prisão de Roberto Edson Alvaro Netto e Valdir Spagnol, da PRA-7 e da «Cultura», entrou em contato com o Comando do 3.o B. P. e Delegacia Regional de Polícia para que os mesmos fossem libertados o que foi conseguido, graças à compreensão do dr. Elias Correia Junior, Delegado Regional e major Homem de Melo, comandante do 3.o B. P.

Os profissionais que se sentirem ameaçados em sua liberdade de ação, a serviço de emissora ou jornal, devem comunicar-se com a secretaria do Sindicato tel. 3480 (Dr. Wilson Roveri [illegible] (Sebastião Pôrto, ou Antônio Machado Sant'Anna [illegible] 1103 ou 5143.

Ribeirão Prêto, 21 de setembro de 1966.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO,
— Delegacia Regional de Ribeirão Prêto —
Antônio Machado Sant'Anna
Wilson Roveri
Sebastião Pôrto

Serão construídas 100 casas operárias [illegible] CECAP

"Diário de Notícias" – 23/09/1966

A CIDADE

DIRETOR-PROPRIETARIO: ORESTES LOPES DE CAMARGO

REDAÇÃO: RUA S. SEBASTIÃO, 610 — TELEFONES: 1222, 6605 e 125 (M) — CX. POSTAL, 304

ANO 61 — RIBEIRÃO PRETO QUINTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 1966 — NUMERO 219

Estudantes Conseguem (Fragmentariamente) Realizar Passeata

UMA MEIA CENTENA DE DETENÇÕES — ESPANCAMENTOS, SEM MAIORES CONSEQUENCIAS — DEPUTADO FOI PRESO — ESTADO DE ALERTA CONTINUOU NO TIRO À DENTRO E PROSSEGUE NO DIA DE HOJE

Apesar da proibição taxativa da policia, os estudantes ribeiropretanos tentaram no dia de ontem levar a efeito a sua anunciada passeata de protesto. E o conseguiram em parte, fragmentariamente, pois não lhes foi possivel reunirem-se num só bloco, ela que a policia foi severa na repressão de ajuntamentos maiores.

TÁTICA USADA PELOS ESTUDANTES

Cerca de 15 horas estudantes universitários — e muitos outros de curiosos — começaram a reunir-se na Praça XV de Novembro, ponto marcado para o início da passeata.

O local, entretanto achava-se fortemente policiado, assim como as ruas adjacentes como General Osorio, Duque de Caxias, Alvares Cabral, Amador Bueno, em fim todo o centro da cidade estava tomado pela força policial.

Mas os estudantes resolveram achar a mesma tática de seus colegas cariocas e paulistanos, reunindo-se em outros pontos.

No cruzamento Rio Branco e Alvares Cabral formou-se o maior contingente.

Portando Bandeiras Nacional cantando o Hino Nacional exibindo cartazes com dizeres dos mais variados, estudantes moças e moços partiram em desabalada carreira pela rua Rio Branco, rumo ao edifício da Prefeitura Municipal.

PRIMEIRO CONFLITO

Enquanto isto outros universitários na rua Amador Bueno distraiam os policiais e ai se travou o primeiro confli-

[illegible] to entre ambos Cavalaria, soldados da Força Pública e Guarda-Civis empenharam-se na luta com estudantes e populares sendo muitos destes detidos e agredidos com espadas e cassetetes.

Mas o bloco que subia a rua São Sebastião, já na rua Visconde de Inhaúma, encontrava as primeiras dificuldades para continuar a passeata. Muitos de seus componentes começaram a furar o cerco policial, mas outros foram dispersados a golpes de casse-tetes.

A vanguarda desse bloco conseguiu atingir a Praça Barão do Rio Branco, em frente ao edifício da Prefeitura foi dirigendo-se violentamente, [illegible] rigindo-se a seguir para a Praça da Bandeira onde ai em muito menor número conseguiu reagrupar-se, em frente da Catedral e do Palacio Arquiepiscopal, ai foram cercados pela policia.

MEIA CENTENA DE DETENÇÕES

Durante a passeata foram realizadas cerca de detenções. Os estudantes foram identificados e trancafiados para o Quartel do 3.o B. P.

Aos as formalidades legais, segundo fomos informados, foram postos em liberdade.

RADIALISTAS PRESOS

Os radialistas Alvaro Netto, Roberto Edson e Waldir Spagnol, foram detidos pela policia quando realizavam trabalho de cobertura dos acontecimentos. Ambos, identificando-se, foram postos em liberdade.

NENHUM FERIDO GRAVEMENTE

Felizmente, apesar da violencia que em certos momentos a policia usou para dispersar a passeata, não se verificou um unico acidente grave ou incidente de gravidade. Não ha nenhum soldado da policia ferido ao passo que não ha nenhum estudante ou popular ferido com gravidade, embora muitos deles tenham recebido golpes de casse-tetes, alguns deles [illegible] fanões.

ESTADO ESPANCADO E DETIDO

O deputado Orlando Jurca, quando se encontrava em frente ao edifício da Associação Comercial e Industrial, tentou defender um menor que estava sofrendo violencia. Não sendo reconhecido pela policial, [illegible] fragmento agredido e a seguir colocado num carro e conduzido ao Quartel do 3.o B. P.

ACALMA O MOVIMENTO

Cerca de 19,30 horas o movimento estudantil havia declinado.

As tropas começaram a ser recolhidas e nas ruas apenas ficou o policiamento normal. Junto as sedes dos diretorios academicos permaneceram alguns investigadores.

SUSPENSA TODAS AS AULAS

Em virtude dos acontecimentos de ontem, as escolas, com efeito noturno, não funcionaram.

COMERCIO TAMBEM CERROU SUAS PORTAS

O comercio do centro da cidade, inclusive bares, cafés, restaurantes etc fechou suas portas.

ESTADO DE ALERTA CONTINUA

Segundo determinações do Regional de Polícia as tropas continuam de prontidão também no dia de hoje. Todo o contingente do 3.o B. P., inclusive o que se encontrava em serviço nas cidades da região foi convocado.

"A Cidade" – 22/09/1966

DEP. ORLANDO JURCA ESPANCADO E PRESO

O deputado Orlando Jurca foi uma das vitimas das violências policiais praticadas pela Polícia em Ribeirão Preto Encontrava-se o mesmo, a porta do prédio de seu escritório, na rua Visconde de Inhauma, n.o 489, juntamente com varias outras pessoas quando ali chegou um pelotão de choque das Forças Públicas, momento em que os soldados empurraram os populares para dentro do prédio, abriram a porta que se achava fechada, encurralaram o deputado nos fundos do prédio agrediram-no a golpes de casse-tête, arrastaram-no e atiraram-no dentro de um carro forte, algemado. O parlamentar implorava para que não matassem.

Levado para o quartel do 3.o B.P., o deputado Orlando Jurca foi atendido pelo Dr. Elias Correia, delegado regional de Polícia, que determinou a soltura, depois de ouvir as explicações que lhe

foram dadas.

NO PRONTO SOCORRO

Reiterando-se do quartel, o deputado Orlando Jurca passou pelo Pronto Socorro Municipal onde foi medicado. Sendo constatados varios ferimentos nas pernas, nas mãos nos pulsos, marcas de borrachadas nas costas e na cabeça.

PROCUROU ACALMAR

Falando a reportagem do "Diario de Noticias" o sr. Orlando Jurca, que momentos antes da violencia sofrida, procurara interferir, juntamente com outros populares para evitar graves consequências, quando duas viaturas da policia, na contra-mão desciam pela General Osório, com as sirenes ligadas e marchavam sobre o povo

LEVARA' O CASO A ASSEMBLEIA

O deputado Orlando Jurca comunicou o fato a Presidencia da Assembléia Legislativa do Estado.

"Diário de Notícias" – 22/09/1966

Ilmo.Sr. Dr.Romero Barbosa Diretor do Instituto de Educação Otoniel Mota.
Ribeirão Prêto.

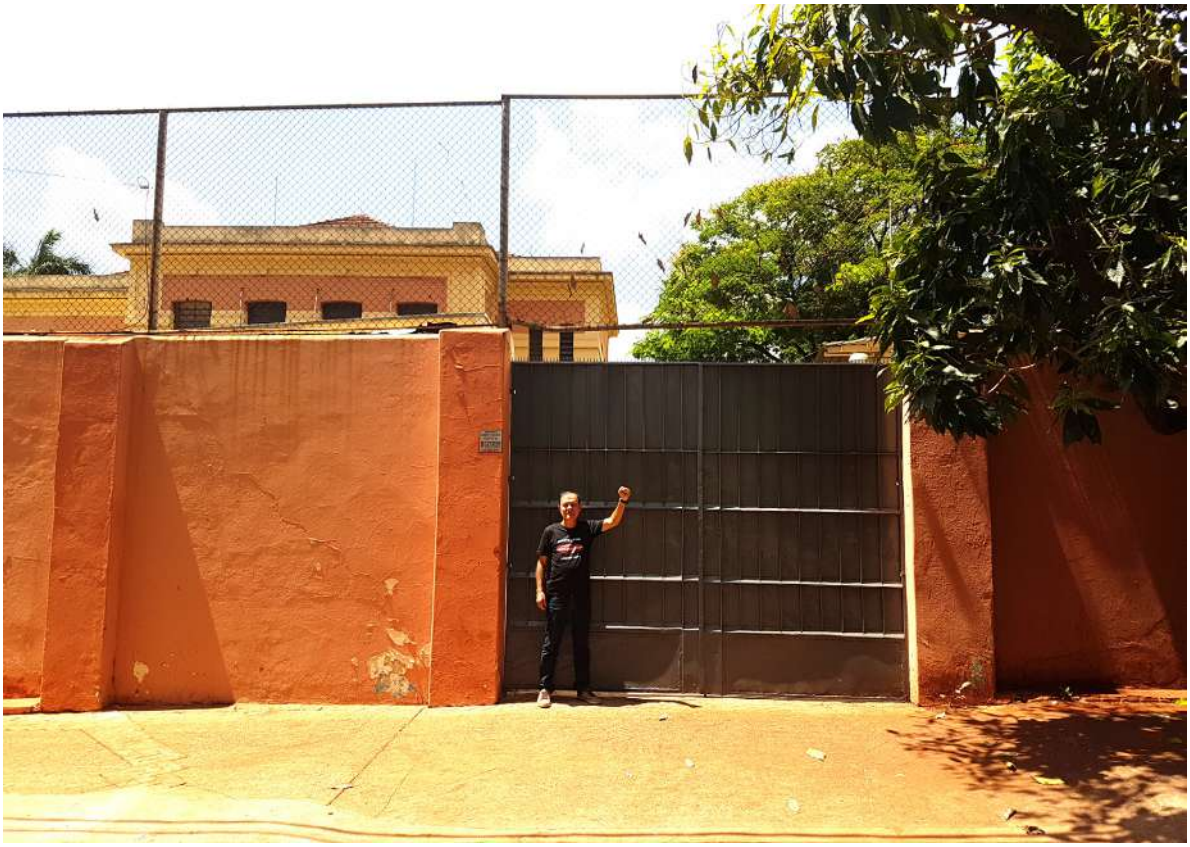
O CENTRO NACIONALISTA OLAVO BILAC e O CENTRO NORMALIS
TA OTONIEL MOTA, por meio do Conselho de Representantes dos dois Centros, dec;
diram entrar EM GREVE, em sinal de protesto contra o espancamento e prisão de
estudantes em Ribeirão Prêto, principalmente levando-se em consideração que a
arbitrária medida policial atingiu a estudantes não sé universitários, como
também, secundaristas, também do I.E.O.M.

Ribeirão Prêto,23 de setembro de 1 966

Carlos Leopoldo T.Paulino
Presidente do C.N.O.B.

Mª Aparecida Paschoalin
Pres.C.N.O.M.

Comunicado de Greve - Setembro de 1966



Leopoldo em frente ao portão do Colégio Otoniel Mota, onde dirigiu a assembléia dos estudantes, que fora proibida pelo diretor da escola.

IV - PCB – O RACHA*

OS DEBATES PARA O 6º CONGRESSO

Mal ingressei no PCB e já passei a vivenciar os problemas políticos internos que existiam na agremiação.

O partido preparava o seu 6º Congresso e, no mês de julho de 1966, o Comitê Central divulgou as teses da direção partidária para serem discutidas nas bases.

Na verdade, as teses representavam uma verdadeira capitulação às classes dominantes, defendendo um impossível "caminho pacífico" para a Revolução Brasileira; praticamente, restringindo a atuação do partido às disputas eleitorais cujas regras eram determinadas pela ditadura; atribuindo ainda um caráter revolucionário à burguesia nacional, que efetivamente não o possuía – até porque esse segmento de classe era uma das bases de sustentação da ditadura militar.

Nas discussões políticas no seio do próprio partido, bem como nos livros que passei a ler, começou a ficar claro para mim a posição conciliadora do PCB, a qual realmente lhe tirava o caráter de vanguarda da classe operária, condição que a direção do partido pretendia outorgar-lhe.

Analisando a história do PCB, comecei a defrontar-me com diversos equívocos, sobretudo quando o partido, em vários períodos da História, colocou-se a reboque da burguesia, o que também ocorreu nos anos que antecederam ao golpe de 1964. Nessa época, a direção do partido depositou todas as suas esperanças no presidente João

* *Racha: termo utilizado pela esquerda para designar divisão no seio de partidos ou agrupamentos políticos.*

Goulart, desprezando a força do movimento popular.

As teses consideravam ainda que, nos anos do governo Goulart, o PCB avançara muito em direção ao confronto, ou seja, negavam a atuação do partido no movimento popular.

O 2º semestre de 66 pautou-se por intensas discussões nas bases partidárias sobre as teses do Comitê Central, tornando-se evidente seu caráter capitulacionista.

O coletivo secundarista do PCB, do qual eu fazia parte em Ribeirão Preto, era composto por aproximadamente trinta estudantes que se reuniam em grupos de cinco ou seis, realizando algumas vezes reuniões denominadas "plenos" com todos seus componentes.

Assistia às reuniões do coletivo completo algum dirigente municipal, e participavam dessas reuniões, na condição de assistentes políticos, os companheiros Ary Normanha, Luiz Celso Manço e Vanderley Caixe, integrantes da direção municipal do PCB.

Nas reuniões, discutíamos o nosso trabalho junto ao ME e o recrutamento de novos companheiros para o partido; realizávamos debates teóricos sobre a linha política do PCB e, na época, estava na ordem do dia, a discussão das teses para o 6º Congresso.

Todas essas reuniões tinham caráter clandestino. Para sua realização, utilizávamos a casa de algum companheiro ou alguma república de estudantes que militavam no partido, sempre com o álibi de que estávamos realizando uma reunião do grêmio ou da comissão de formatura.

A maior delas foi em minha casa, na Rua Henrique Dumont, em um sábado à tarde, quando meus pais estavam ausentes, embora a reunião tivesse sido realizada com a concordância deles, que assim procederam para colaborar com o partido. Dessa reunião, participou como assistente político do Comitê Municipal o companheiro Ary Normanha.

No decorrer das discussões, que entraram no ano de 1967, foi ficando claro que a unanimidade dos companheiros secundaristas do partido não concordava com as teses do CC, já que preconizávamos uma política de luta efetiva contra a ditadura, exatamente o contrário do que pregava aquele documento.

A posição dos dirigentes municipais do partido com os quais tínhamos contato não era diferente, já que condenavam o capitulacionismo da direção nacional do partido, assim como os militantes do PCB, que tinham ligação conosco nas frentes de massa, também não hesitavam em tecer críticas às teses.

Enquanto o PCB debatia internamente, a ditadura apertava o cerco.

No dia 24 de janeiro de 1967, o Congresso aprovou a Constituição da ditadura, a qual dava um aspecto de legitimidade jurídica aos Atos Institucionais editados pelo governo militar e tentava dar ao regime imposto pela força um caráter constitucional.

No dia 13 de março de 1967, a ditadura editou a Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei 314/67), codificando e ampliando o conjunto de normas repressivas contra a oposição ao governo, o que demonstrava com mais nitidez o lamentável desvio da chamada "linha pacífica" propugnada pelo CC do PCB.

A Constituição de 67 e a Lei de Segurança Nacional serviram de arcabouço jurídico à nova fase da ditadura que intensificava a repressão com a ascensão da linha dura ao poder. Em 15 de março de 1967, tomou posse como "Presidente da República" o general Costa e Silva, novo ditador de plantão.

Pouco a pouco, a ditadura fechava as escassas portas, que restavam abertas a uma resistência democrática e institucional, enquanto a resistência armada ao regime começava a dar seus primeiros sinais.

No dia 3 de abril de 1967, o Exército prendeu oito guerrilheiros do MNR na serra de Caparaó, entre Minas Gerais e Espírito Santo, que se preparavam para o início de um foco guerrilheiro contra o governo.

Caparaó foi a segunda tentativa guerrilheira de vulto. A primeira foi aquela comandada pelo coronel Jeferson Cardim, em Três Passos, no Rio Grande do Sul, em março de 1965, abortada pela prisão de seus participantes.

A Conferência Municipal do PCB, em Ribeirão Preto, foi realizada no início de 1967 e nela foram escolhidos os delegados para representarem o partido na Conferência Estadual, sendo, na oportunidade, rejeitadas as teses do CC por ampla maioria.

Em abril do mesmo ano, aconteceu na clandestinidade a Conferência Estadual do PCB de São Paulo, preparatória do 6º Congresso, que, depois de amplo debate, decidiu pela rejeição das teses propostas pelo CC, bem como pela proposta de preparação para a luta armada, postura essa adotada também por algumas conferências em outros estados, tais como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Carlos Marighella, primeiro secretário do PCB em São Paulo, era membro do CC do partido e, com Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Mário Alves, Jacob Gorender e alguns outros companheiros compunham a corrente minoritária do CC que se opunha às teses capitulacionistas da direção do partido.

Marighella, antigo militante comunista, ficara preso vários anos durante a ditadura de Getúlio Vargas, tendo passado por diversas prisões. Solto com a anistia de 18 de abril de 1945, elegeu-se deputado federal constituinte a 2 de dezembro de 1945.

Preso em maio de 1964 em um cinema do Rio de Janeiro, reagiu bravamente a seus captores, quando foi alvejado por um tiro, espancado e colocado à força em uma viatura policial. Escreveu, após ser libertado, o livro Porque resisti à prisão, trabalho em que deixa claro que a luta armada seria a única forma viável de enfrentar a ditadura.

Em agosto de 1967, Marighella viajou a Cuba e participou em Havana da "OLAS". Este evento reuniu os principais partidos e agrupamentos revolucionários da América Latina e tinha como perspectiva uma luta generalizada contra o imperialismo norte-americano, passando pela derrubada das ditaduras militares a seu serviço, a do Brasil inclusive. Tal posição contrastava frontalmente com a linha política oficial do PCB, conciliadora e oportunista.

No Brasil, com uma participação bem maior que no ano anterior, a UNE realizou seu 29º Congresso, elegendo o militante da AP, Luís Travassos, como seu novo presidente.

Em Ribeirão Preto, o PCB desenvolvia suas atividades políticas, mas nossa atuação já se iniciava de forma paralela à estrutura oficial do partido.

Começava a se evidenciar em nossa cidade, dentro do partido, além da ínfima minoria defensora das teses capitulacionistas do CC, composta de pouquíssimos militantes, a existência de dois grupos, ambos partidários da luta armada e propensos a deixar o PCB na impossibilidade de transformá-lo em um partido revolucionário.

O primeiro deles era liderado por Vanderley Caixe, estudante de Direito e dirigente municipal do PCB, dotado de grande carisma pessoal e espírito de liderança, que agrupava em torno de sua pessoa diversos militantes do partido.

O segundo grupo tinha como principais expressões os companheiros Paulo Eduardo, Ari Normanha e Celso Manso, estudantes, bem como José Marieto e Patrocínio Henrique dos Santos, ambos com mais idade e experiência, antigos militantes do PCB.

Os dois grupos divergiam em pequenas questões teóricas, mas decisivas em grupos de esquerda, sobretudo em uma época de definições como aquela em que vivíamos.

Participei de várias tarefas do partido nesse período, mas acredito que a principal delas tenha sido uma grande panfletagem realizada em uma madrugada, em Ribeirão Preto, coordenada por Caixe. Conseguimos, sem que nenhum companheiro fosse preso, panfletar manifestos do partido contra a ditadura, nas casas dos principais bairros populares da cidade. Eu e um grupo de militantes, entre os quais Sílvio e Vicente, participamos da panfletagem no bairro dos Campos Elíseos.

Caixe havia montado um razoável esquema de segurança e cada um de nós decorara o número de telefone por ele passado para acionar um advogado, bastando para tanto que, no caso da prisão de algum companheiro, um de nós ligasse e dissesse a senha estipulada: "o pneu do fulano furou".

Amanhecendo o dia, retornamos às nossas casas com o sabor do dever cumprido e, o que é melhor, sem nenhum "pneu furado".

Ainda em Cuba, Marighella recebeu a notícia da morte de Che Guevara.

O guerrilheiro heroico tombara a 8 de outubro de 1967, em selvas bolivianas, quando, com o respaldo solidário do governo cubano, tentava montar um foco guerrilheiro no local por ele escolhido, na busca de criar vários "Vietnãs" e abrir muitas frentes de luta contra o imperialismo norte-americano.

Che fora preso com vida e, em seguida, covardemente assassinado por seus captores, militares bolivianos e norte-americanos, transformando seu nome em uma bandeira de todos os revolucionários do mundo.

Suas mãos foram cortadas e seu corpo enterrado às escondidas, já que seus assassinos temiam o exemplo que seu cadáver pudesse dar aos explorados de todo o mundo.

Trinta anos depois, descoberta sua ossada no interior da Bolívia, Ernesto Che Guevara teve em Cuba um sepultamento digno de quem ofereceu sua vida na luta contra a opressão.

Seu nome e sua imagem continuam, até os dias de hoje, a indicar seu exemplo como revolucionário, seja nas bandeiras desfraldadas dos movimentos de libertação de todos os povos do planeta, seja nas camisetas estampadas com sua imagem dura e terna, ou nos milhares de jovens em todo o mundo denominados "Ernesto" em sua homenagem.

Em setembro de 1967, diante da postura dissidente e desafiadora ao capitulacionismo da direção nacional que Marighella vinha tomando, o CC decretou sua expulsão do partido.

Em dezembro do mesmo ano, reuniu-se finalmente o 6º Congresso do PCB, excluindo de sua participação os delegados que discordavam das teses do CC.

Em consequência, essas teses foram adotadas como linha oficial do partido. Além de Marighella, foram expulsos Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e diversos outros companheiros que defendiam uma posição revolucionária dentro do partido.

Marighella regressou ao Brasil nesse mesmo dezembro e, fechadas as portas do PCB, dedicou-se a organizar em todo o país uma agremiação comunista dissidente do PCB, que priorizasse a luta armada contra a ditadura.

O TONIEL MOTA: A EXPULSÃO

Em Ribeirão Preto, além da atividade clandestina no PCB, minha participação no ME era intensa.

Presidia a UERP e o CNOB, realizando reuniões e assembleias em minha escola e em várias outras da cidade, arregimentando cada vez mais estudantes para participarem dos grêmios, procurando sempre recrutar os mais politizados e combativos para o partido.

Cursava nessa época o 3º ano do Curso Clássico e já me preocupava com os vestibulares que estavam próximos. Eu já decidira, há algum tempo, que faria o curso de Direito.

No Otoniel Mota, travávamos uma luta contra as atitudes arbitrárias e despóticas do diretor Romero Barbosa, o qual procurava impor-se pela força por não possuir estatura para o cargo que ocupava.

Assim, como um pequeno ditador, postava-se ao pé da escada gritando com os alunos e exigindo-lhes que a subissem em rigorosa disciplina. Excluía também da fila os rapazes com o cabelo comprido, por entender que tal moda era incompatível com o "decoro" da escola.

Costumava também dirigir gracejos às moças, quando subiam a escada, com a empressão facial de um

decadente "D. Juan".

Em certa oportunidade, em sala de aula, segurou a mão de uma aluna e passou a elogiar seu anel, o que fez a adolescente ficar desconcertada e causou revolta em todos nós, que assistíamos à insólita cena.

Como presidente do grêmio, conclamava os colegas a reagirem, não aceitando as descabidas imposições do diretor, além de denunciar as atitudes vis que ele tomava contra nossas colegas.

Participei inclusive de algumas entrevistas na rádio PRA-7, nas quais fazia severas críticas a Romero. Minhas palavras eram ouvidas nos intervalos das aulas por uma atenta plateia de estudantes no aparelho de rádio da sapataria localizada na esquina do colégio, sendo o mais entusiasta dos ouvintes o jovem estudante Luís Alessi.

Em represália, Romero determinou o fechamento da sede do CNOB, a pretexto de entregá-la a um clube de estudos de Biologia.

Nossa reação não se fez esperar e, com um grupo razoável de estudantes, além da diretoria do grêmio e do PCB, Sílvio, Vicente, Russo e Arnaldo Escolano Raimundo, procedemos a uma pichação das duas unidades da escola, a da Avenida Nove de Julho e a da Rua Prudente de Moraes, em protesto contra as atitudes ditatoriais do diretor.

A participação do estudante José Luís Borges de Moraes, o popular Borjão, foi decisiva para a realização do trabalho, pois tomou emprestada a Kombi de seu pai para transportar os participantes da pichação e conseguiu um latão de óleo queimado de veículos a ser usado no trabalho, já que ainda não havia os tubos de spray.

O óleo queimado, utilizado com pincéis de grossa espessura, causou fortíssimo efeito, e, mesmo pintadas as paredes da escola por sucessivas vezes, durante anos, lia-se, até há pouco tempo, a sombra de uma das frases estampadas:

"ROMERO: SEIS MIL ALUNOS CLAMAM POR SUA DEMISSÃO".

Quando realizávamos o trabalho na unidade da Rua Prudente de Moraes, eu e outro companheiro já tínhamos saltado o muro da escola e aguardávamos pelo latão de "tinta" do lado de dentro.

Enquanto Vicente, o mais alto do grupo, passava-o às mãos de alguém sentado no muro, que o passaria para nós, o tambor escorregou de suas mãos e caiu ao solo, quase ocorrendo o lamentável banho de piche no Vicentão, o que felizmente não aconteceu.

A retaliação veio a seguir.

Romero supunha quem fossem os autores da pichação que, diga-se de passagem, cumpriu sua finalidade, já que na manhã do dia seguinte todos os estudantes liam e comentavam sorridentes as inscrições nos muros.

Decretou o diretor minha expulsão da escola, alegando que meu cabelo era muito comprido e que ele não permitia essa moda.

Cortei o cabelo, em sinal de protesto, para desmascarar a atitude do diretor, já que o real motivo de minha expulsão era a perseguição política, o que ficou claro quando Romero manteve a expulsão.

Meu pai, por eu ser menor de idade, peticionou ao Inspetor de Ensino local, prof. Enzo Melchior, e recorreu da arbitrária decisão, mas o inspetor omitiu-se sobre o fato e, não se pronunciando a respeito, tornou-se cúmplice da injusta expulsão.

Mantida a discricionária medida, fui expulso do "Otoniel Mota" em setembro de 1967, já no final do 3º colegial. Depois de algumas dificuldades para conseguir matricular-me em outra escola, em virtude de minha militância política, obtive minha transferência para a Associação de Ensino de Ribeirão Preto, cuja direção me aceitou. Nessa escola, cursei as poucas semanas que restavam para o final do ano letivo e conclui em dezembro o curso colegial.

Um ano depois, Romero Barbosa era afastado da direção da escola pela Congregação de Professores, acusado de inúmeras corrupção e inúmeras irregularidades administrativas, que seguramente ele procurava encobrir com sua postura autoritária.

Black bells

"A mão que toca um violão
Se for preciso faz a guerra"

("Viola Enluarada" – Marcos Vale
e Paulo Sérgio Vale)

Devido à intensa militância, pouco tempo sobrava para que eu me dedicasse à minha vida pessoal.

O futebol – na época, meu esporte favorito, que praticava com muita constância e chegava a jogar, às vezes, por três ou quatro horas por dia – passou a ser uma atividade esporádica após meu ingresso no PCB. Também se tornaram escassas as minhas idas ao estádio para ver jogar o meu Botafogo de Ribeirão Preto.

Sobrava algum tempo para que eu participasse de festas de jovens nos fins de semana, fosse a alguns bailes e frequentasse bares, passatempos dos quais eu gostava.

Ficava algum tempo ainda para a música, outra atividade que sempre me agradou. Quando possível, eu me reunia com amigos para tocar e cantar, além de nos dedicarmos a fazer serenatas, o que era muito comum na época.

Quase sempre, eu e outros amigos que tocavam algum instrumento musical éramos requisitados para fazer serenatas nas casas de amigas ou namoradas, atividade essa de que muito gostava, sendo frequente a presença dos amigos Dresler, Breno Spinelli Martins, Otavinho (Otávio Soares de Oliveira Filho), Pita (Domingos Edmundo Pita), Alberto Cosme Gonçalves e Ricardo Cosme Gonçalves.

Em quase todas as serenatas, éramos muito bem recebidos pela homenageada e pela família, que muitas vezes abria as portas da casa e solicitava que entrássemos para continuar a música lá dentro, ainda com direito a bebidas e tira-gostos.

Lembro-me, entretanto, que, em duas oportunidades, o pai da musa não se encantou com a homenagem musical e exigiu imediato silêncio e nossa breve retirada.

Comecei a estudar piano com cinco anos de idade, primeiramente com a professora Dagmar Vicente, depois com D. Rita da Silva Bueno, conhecida por D. Bolinha; posteriormente, estudei no Conservatório Carlos Gomes, em Ribeirão Preto, e, em 1967, passei a estudar com a irmã Sandra, no Conservatório Sagrado Coração de Jesus, em Jardinópolis.

Tive meus primeiros ensinamentos de violão com a professora Leila Pardi, que me abriu caminho para que aprendesse um pouco desse instrumento que sempre me acompanhou.

Ainda em 67, recebi o convite de alguns amigos para integrar o conjunto musical Black Bells, que já estava se tornando conhecido em Ribeirão Preto.

Já tinha tocado algumas vezes com grupos musicais organizados, mas era a primeira vez que tinha a perspectiva de fazê-lo de forma mais constante e profissional.

O conjunto era formado, como a grande maioria das bandas musicais da época, à imagem e semelhança dos Beatles: com duas guitarras, um contrabaixo e uma bateria.

Os irmãos Alberto e Ricardo Gonçalves eram respectivamente guitarrista e baterista do grupo, enquanto que Otavinho e Pitta respondiam pela guitarra-base e pelo contrabaixo.

A mim, caberia tocar teclado, instrumento que os componentes do grupo pretendiam introduzir no conjunto,

que já começava a tocar em bailes, requisitando novos sons. Era também o responsável pelos arranjos musicais do grupo.

Assim, iniciei minha trajetória de músico profissional e passei então a integrar o grupo que, mais tarde, por minha sugestão, anexou-lhe dois saxofonistas, Jeremias e Adalberto, o que já lhe dava o caráter de uma pequena orquestra.

Tocamos em diversos bailes em Ribeirão Preto e região, além de animarmos, durante muito tempo, as brincadeiras dançantes no Centro Acadêmico de Direito, no Grêmio Universitário de Filosofia e no Centro Acadêmico "Carneiro Leão" da Faculdade de Odontologia da USP. Tornamo-nos bastante conhecidos no meio musical da época em nossa cidade.

O RACHA DO PCB EM RIBEIRÃO

A exemplo do que aconteceu em todo o país, o PCB rachou também em Ribeirão Preto.

A última reunião do PCB, da qual participei naquele período, deu-se no final do ano de 1966, coordenada por Vanderley Caixe, e aconteceu em uma casa grande e antiga da Rua Duque de Caxias.

Presentes umas 40 pessoas no salão onde se deu o evento, ouvíamos o informe do companheiro Caixe, dizendo das expulsões ocorridas no PCB, da disposição de Marighella em formar uma organização de combate à ditadura sem a estrutura burocrática de partido, bem como das gestões de Mário Alves, que pretendia, com outros companheiros, organizar um novo partido comunista, porém com caráter revolucionário, para desencadear a luta armada.

Vanderley Caixe posicionou-se dizendo que havia tido um contato com Marighella, mas que acreditava que ainda levaria algum tempo para que aquele dirigente Comunista pudesse organizar seus seguidores, quase todos até então no PCB e espalhados por todo o Brasil.

Propunha então o companheiro Vanderley a imediata estruturação de uma organização clandestina de caráter regional, que passasse a preparar as tarefas para o início imediato da luta armada contra a ditadura.

De minha parte, concordava com a luta armada, sabendo ser aquela a única saída possível para se derrubar a ditadura, e reconhecia também que a saída do PCB era inevitável, em virtude da predominância da linha de conciliação no partido.

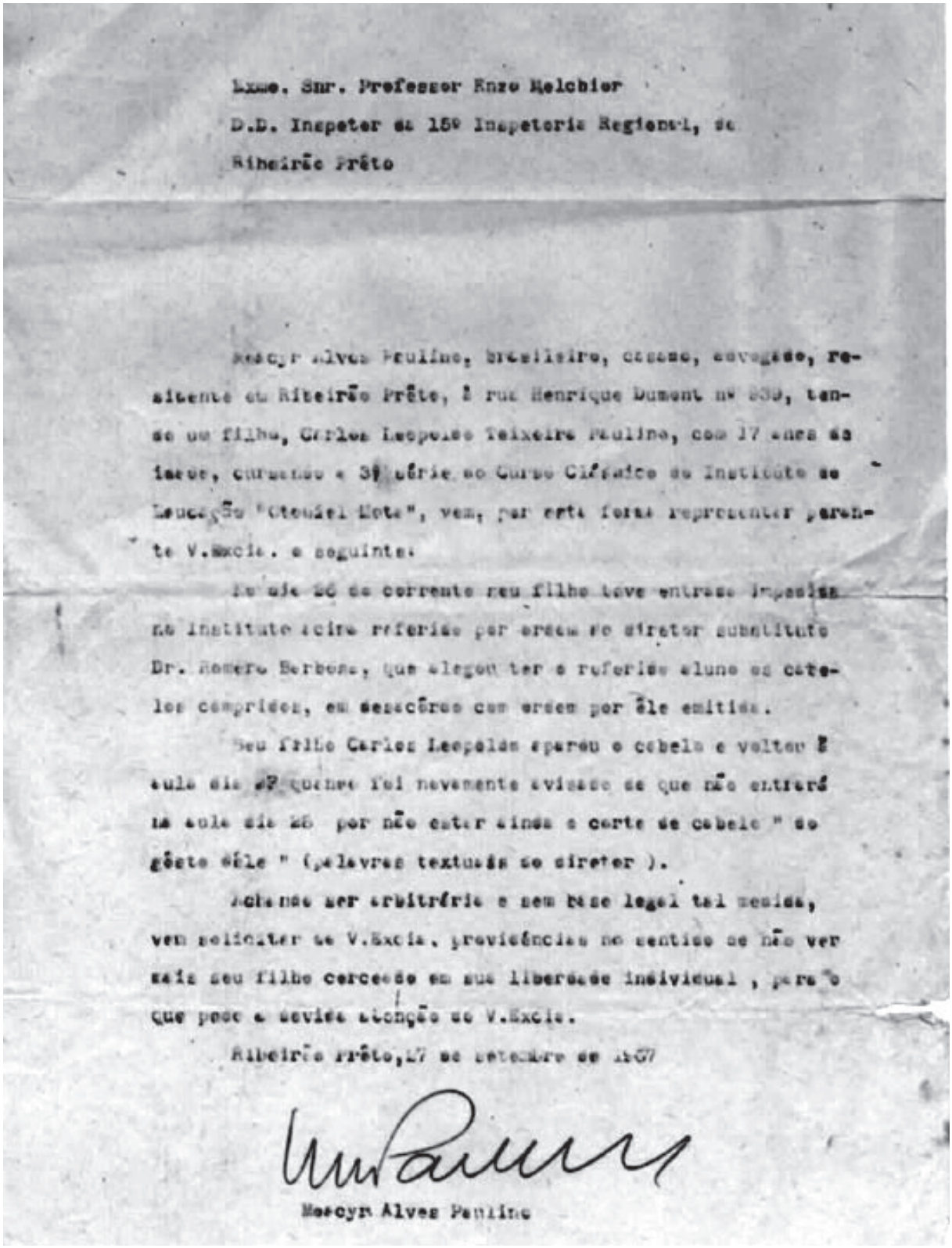
Por outro lado, entendia que a articulação deveria ser nacional, questionando o caráter regional do novo agrupamento.

Assim, dos presentes, apenas eu, Russo e Marcelo Engracia Garcia não concordamos em integrar o grupo, pelas razões expostas.

Solicitamos nossa retirada antes do final da reunião, para que evitássemos conhecer detalhes organizativos que pudessem pôr em risco a segurança dos participantes do nascente agrupamento.

Saímos, mas antes ouvimos uma provocação do companheiro Gonzaga que preferiu acompanhar o novo coletivo revolucionário.

Nascia, assim, a organização denominada FALN, comandada por Vanderley Caixe, que teve importante participação no processo revolucionário brasileiro e realizou, depois, importantes ações armadas na região de Ribeirão Preto, antes que seus militantes sofressem o peso da repressão da ditadura.



Exmo. Snr. Professor Enzo Melchior
D.D. Inspetor da 15ª Inspetoria Regional, de
Ribeirão Prêto

Moacyr Alves Paulino, brasileiro, casado, advogado, residente em Ribeirão Prêto, à rua Henrique Dumont nº 838, tendo um filho, Carlos Leopoldo Teixeira Paulino, com 17 anos de idade, cursando a 3ª série do Curso Clássico do Instituto de Educação "Otoniel Mota", vem, por este meio representar perante V.Excia. o seguinte:

No dia 26 do corrente seu filho teve entrada impedida no Instituto acima referido por ordem do diretor substituto Dr. Romero Barbosa, que alegou ter o referido aluno os cabelos compridos, em desacôrdo com ordem por êle emitida.

Seu filho Carlos Leopoldo aparou o cabelo e voltou à aula dia 27 quando foi novamente avisado de que não entraria na aula dia 28 por não estar ainda o corte de cabelo " de gôsto êle " (palavras textuais do diretor).

Achando ser arbitrária e sem base legal tal medida, vem solicitar de V.Excia. providências no sentido de não ver saia seu filho cerceado em sua liberdade individual , para o que pede a devida atenção de V.Excia.

Ribeirão Prêto, 27 de setembro de 1967

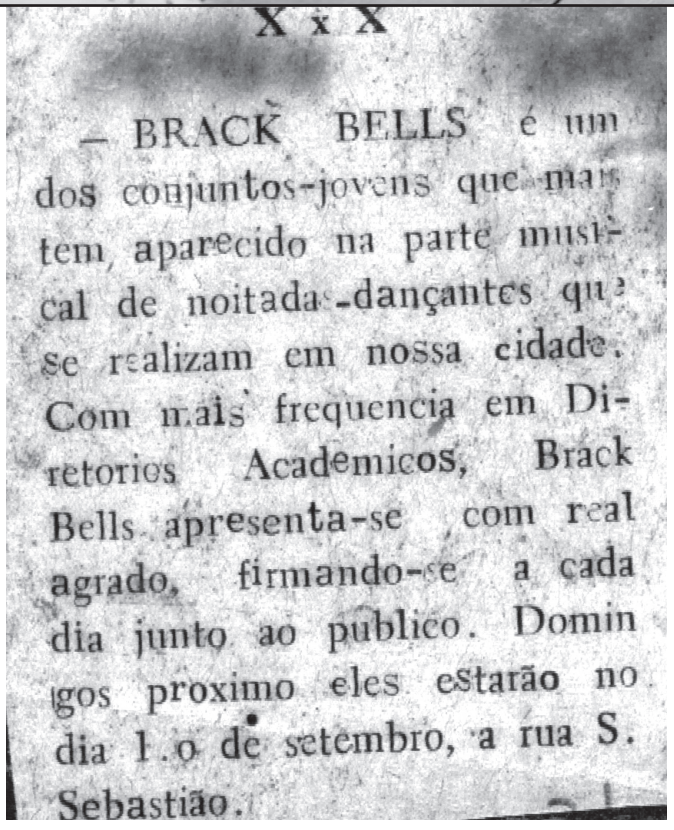
Moacyr Alves Paulino

Recurso impetrado por Moacyr Alves Paulino, contra a expulsão de Leopoldo do Otoniel Mota.

Black Bells:

Da esquerda para direita:

- *Domingos Pitta,*
- *Ricardo Gonçalves,*
- *Otávio Soares de Oliveira Jr.,*
- *Alberto Gonçalves,*
- *Leopoldo Paulino*



X x X

– BRACK BELLS é um dos conjuntos-jovens que mais tem aparecido na parte musical de noitadas-dançantes que se realizam em nossa cidade. Com mais frequencia em Diretorios Academicos, Brack Bells apresenta-se com real agrado, firmando-se a cada dia junto ao publico. Domingos proximo eles estarão no dia 1.o de setembro, a rua S. Sebastião.

"Diário de Notícias 21/07/68"

BOTAFOGO FUTEBOL CLUBE

TÍTULO DE SÓCIO PROPRIETÁRIO

De acôrdo com o que dispõe os Estatutos Sociais, é conferido ao Snr. CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO****, o presente Título de Sócio Proprietário, do Botafogo Futebol Clube, ficando-lhe assegurados todos os direitos constantes do citado Estatuto.

Ribeirão Prêto, 20 de fevereiro de 1957.

TÍTULO Nº 1717

PRES. DA COM. DE EXPANSÃO SOCIAL

TESOUREIRO

PRESIDENTE

SECRETÁRIO

Ilustração: Paulo Camargo

V - 1968

Na universidade

Em dezembro de 1967, eu fizera o vestibular para a Faculdade de Direito Laudo de Camargo, da Associação de Ensino, depois transformada em UNAERP, e fora aprovado, abrindo assim caminho para o curso de advocacia que eu pretendia fazer.

Em janeiro de 1968, encontrava-me com a família passando uns dias de férias na Praia Grande, quando li no jornal que haveria um vestibular para o curso de História, da Faculdade de Filosofia da USP, unidade de Franca.

Conversei com meus pais a respeito, pois pensei em fazer o vestibular e, se aprovado, cursar as duas faculdades, uma em cada período.

Embora o curso fosse gratuito, eu teria que arcar com as despesas de viagem de ônibus. Minha família fez o cálculo e concluiu que as finanças dariam para tanto.

As inscrições encerrar-se-iam no dia seguinte, 31 de janeiro, o que me fez interromper antecipadamente as férias, viajar para Franca e inscrever-me para o vestibular.

Prestei o exame no início de fevereiro e fui aprovado entre os primeiros colocados. Recebi, em Franca, outro trote, já que o primeiro acontecera em dezembro de 67, em Ribeirão Preto.

Iniciadas as aulas, minha vida passou a ser uma intensa correria, com meu tempo todo ocupado.

Levantava-me às cinco horas da manhã e tomava o ônibus para Franca, assistia às aulas no curso de História até as 12 horas, retornando a Ribeirão Preto, e chegava em casa por volta das 14h30, quando almoçava, já que os recursos não me permitiam fazer refeições fora.

À noite, cursava Direito em Ribeirão Preto, além do que dava aulas de violão para alunos particulares e também a seminaristas do Seminário da Ordem dos Agostinianos.

Tinha ainda meus compromissos de ensaios do Black Bells e bailes, brincadeiras e festas nos fins de semana, quando tocava profissionalmente.

Todas essas atividades faziam com que eu dormisse apenas duas ou três horas por noite, pois utilizava quase sempre a madrugada para as reuniões clandestinas.

Com um grupo de teatro de alunos do Otoniel Mota, participei dos ensaios e da montagem da peça "Morte e Vida Severina", que apresentamos no Teatro Municipal de Ribeirão Preto. A diretora do espetáculo foi a talentosa estudante de 16 anos, Heloisa Morando Videira, que realizou com brilhantismo sua tarefa. A mim coube a parte musical do espetáculo, tocando violão e cantando as músicas da peça com o coral dos atores. Minha atividade principal, entretanto, era a política, à qual me dedicava vinte e quatro horas por dia.

Era ativo militante do ME e atuava nas duas Faculdades em que estudava, bem como participava de assembleias de outras escolas e reuniões da Coordenação Geral do ME na região de Ribeirão Preto.

A efervescência política na Faculdade de Direito era intensa.

Logo no início do curso, participei de uma Assembléia de estudantes na sede do Centro Acadêmico, coordenada por Odilon, presidente da entidade.

Os debates estavam acalorados e o assunto em pauta era o aumento das mensalidades escolares.

No fundo da sala, sentou-se o estudante Ricardo Cristiano Ribeiro, então genro do proprietário da faculdade, Electro Bonini.

Ricardo, já bêbado, com um copo de uísque na mão, fazia provocações em altos brados insultando durante todo o tempo Odilon.

Admoestado pelo presidente do Centro Acadêmico, que denunciou a ação do provocador a serviço dos donos da escola, Ricardo agrediu violentamente Odilon, gerando imenso tumulto que pôs fim à Assembléia.

Após a saída do PCB, os estudantes comunistas que discordavam da linha de conciliação proposta pelo partido agruparam-se em torno da Dissidência Estudantil, que controlava a UEE de São Paulo, que tinha como presidente o estudante de Direito da PUC José Dirceu de Oliveira e Silva, militante da DI.

Na verdade, após minha saída do PCB, em dezembro de 66, passei a atuar apenas no ME, mas minha integração com o grupo da DI ocorreu no dia a dia, já que era partidário da luta armada como eles e tinha a mesma posição política do grupo sobre a atuação no ME.

Nossa posição no ME era de mobilizar os estudantes, a partir de suas reivindicações específicas, fosse na luta pela melhoria das refeições nos restaurantes universitários, contra o ensino pago, contra o MEC–USAID, contra o aumento das mensalidades escolares e outros temas, demonstrando à massa estudantil que havia um responsável por tudo isso – a ditadura militar –, a partir de tal compreensão, vincular a luta classista à luta contra o regime.

A AP pensava de modo diverso.

Principal força política no ME nacional, era francamente minoritária em São Paulo e no Rio. Segundo seu entendimento, a mobilização estudantil devia ser contra a ditadura, desprezando as reivindicações estudantis específicas.

Havia ainda outras forças políticas de menor expressão no ME, como o PC do B, a POLOP e alguns grupos trotkistas.

Quanto ao PCB, a partir do racha, o partido foi deixando de ter influência no ME, passou a ser insignificante sua participação e, onde se dava, era sempre com propostas conciliatórias e contra o enfrentamento com a ditadura.

A atuação do PCB, depois do racha, passou a dar-se exclusivamente no campo da oposição consentida, no MDB, e como coadjuvante dos pelegos no movimento sindical, com a participação de seus quadros em algumas diretorias de sindicatos dirigidas por esses mesmos pelegos.

Por essa época, o PCB passou a ser designado pelos grupos de esquerda como o "Partidão", em virtude de seu caráter pesado e burocrático, bem como de sua atuação conciliadora.

Tinha contato com o pessoal da FALN, até porque laços de amizade e respeito me ligavam àqueles companheiros, e sempre discutia política, sobretudo com Sílvio e Vicente.

Divergíamos, entretanto, já que aquela organização desprezava o ME como forma de atuação, enquanto eu acreditava ter o ME um grande papel a cumprir no processo revolucionário brasileiro, sobretudo no enfrentamento de rua contra a ditadura.

Em fevereiro de 68, liderados por Marighella, os dissidentes do PCB de São Paulo lançaram o Manifesto do Agrupamento Comunista de São Paulo, documento no qual são expostas as razões da saída do partido, bem como se propõe a criação de uma organização ágil, que não tivesse feições de partido.

Na verdade, o peso burocrático do PCB, sobretudo nos últimos anos, marcara a militância política de Marighella e a dos verdadeiros comunistas que pertenciam ao partido. Assim, a proposta de organização ágil, negativa de partido, nada mais representava que a antítese da burocracia.

A proposta de Marighella privilegiava a ação, chegando a mencionar, em seus documentos políticos, críticas ao que ele batizara de "reunionismo", na verdade uma doença do velho Partidão; preconizando, ainda, o líder revolucionário que a organização por ele idealizada dispensava a existência do assistente político, figura indispensável no PCB, que vinha a ser o dirigente do partido que acompanhava as reuniões de base.

Marighella entendia ainda que cada grupo da organização deveria ter autonomia tática para realizar suas próprias ações armadas, não dependendo de ordem ou aval da direção.

Em Ribeirão, a DI agia de forma organizada no ME e montou um grupo para coordenar a sua atuação, reunindo alguns companheiros das várias faculdades de Ribeirão Preto. Esse grupo passava aos Centros Acadêmicos e às demais entidades de massa a linha política da DI, bem como realizava tarefas de vanguarda do movimento, tais como pichações e panfletagens mais ousadas, grupo esse do qual eu fazia parte juntamente com vários companheiros, tais como Russo, Antonio Reginatto, Marilena Ristum, Fernando Morgan, Mário Boer Martins, Arnaldo Escolano Raimundo, Alberto Cosme Gonçalves, Ariovaldo José de Mello, Luci Bego e outros.

Sem dúvida, já no início de 68, éramos a principal força do ME em Ribeirão Preto.

Na Faculdade de Direito, fui eleito representante de classe e o trabalho era intenso, com reuniões em salas de aula, assembleias constantes e discussões políticas nas próprias classes e no Centro Acadêmico.

A força que possuíamos entre os alunos da escola permitia que tivéssemos total domínio da luta política na Faculdade.

Em certa oportunidade, no máximo de ousadia, aproveitei o intervalo de vinte minutos entre as aulas para realizar uma pichação dentro da minha classe, denunciando a ação do professor Geraldo de Souza, ligado à equipe econômica da ditadura, que, na sala, fazia constante apologia ao governo militar.

Enquanto isso, do lado de fora da classe, segurando a porta, o companheiro João Paulo Aleixo vigiava, dando-me cobertura para a realização de tão arriscada tarefa.

Nesse dia, a pichação quase não ocorreu devido à falta de spray em nossos estoques e à inviabilidade de comprar algum à noite. De repente, lembrei-me que havia deixado um tubo de cor azul guardado na casa do companheiro secundarista Arnaldo Escolano Raimundo.

Assim, dirigi-me rapidamente à casa de Arnaldo, na rua Deolinda, no Jardim Paulista, e fui buscar o spray.

Assim que me vi de posse do cobiçado objeto, sai à rua beijando o tubo de spray, sob sonora gargalhada do companheiro Arnaldo.

As panfletagens aconteciam quase diariamente nas escolas e quase toda semana nas ruas. Quando saíamos em grupos, tínhamos que ser muito cautelosos, entregando nossos panfletos à população com muita rapidez e astúcia, para não sermos presos pelos agentes da repressão.

As pichações ocorriam com frequência e, em 68, já tínhamos acesso aos tubos de spray, o que agilizava em muito nosso trabalho. A velocidade jogava a nosso favor, pois nos permitia escrever nos muros nossas palavras de ordem, sendo as mais usadas "ABAIXO A DITADURA", e nos colocarmos a salvo da polícia rapidamente.

Em certa oportunidade, estávamos pichando os muros da Cia. Antártica, na Vila Tibério, em quatro companheiros. Descemos eu e Luci, enquanto os outros dois davam a volta no quarteirão para nos apanhar, quando surgiu uma viatura policial. De imediato, fingimos um acanhado namoro, o que seguramente impediu a parada da viatura e nossa consequente prisão.

Em Franca, o trabalho era muito mais difícil, pois a tradição de luta não era tão grande e a sociedade local era extremamente conservadora, o que fazia com que tivéssemos que nos empenhar muito mais no movimento.

Mila

Além do intenso trabalho que realizava entre os universitários, a DI me encarregou de coordenar a ação junto aos estudantes secundaristas, tarefa à qual me dediquei com afinco, até por ver nessa faixa um potencial de muita combatividade.

Assim, tínhamos alguns grupos de estudantes organizados em diversas escolas, mas principalmente no "Otoniel Mota", colégio onde o movimento era mais forte.

Em uma de minhas várias visitas ao tradicional colégio, fui procurado por Mila, estudante do 3º Colegial, que acabara de chegar à escola e à cidade, em virtude, segundo ela, de transferência de domicílio de São Paulo para Ribeirão.

Dotada de grande espírito de liderança, a moça já tinha organizado um grupo de teatro e colocou em contato comigo em torno de 30 estudantes, que queriam participar do ME e logo passamos a realizar com eles panfletagens em outros colégios e nas ruas do centro da cidade.

O trabalho cresceu muito e Mila dividia comigo as tarefas de coordenação no Otoniel Mota, e esse entendimento foi um passo para que começássemos a namorar.

De sua família conheci apenas seu irmão mais jovem, que se tornou amigo de meu irmão, os dois também alunos da mesma escola.

Mila nunca me levou em sua casa, dizendo que morava no bairro Campos Elíseos e jamais tinha histórias para contar, ou seja, parecia que sua vida se iniciara em 1968, em Ribeirão Preto.

Passei a suspeitar de suas atitudes e conversei com Russo sobre minhas inquietações, que logo se transformaram em nossas suspeitas.

Afastei-me dela o mais rápido que pude e passamos a observá-la de forma mais detalhada.

Poucos dias depois de rompermos o namoro, Mila começou a namorar o companheiro Luis Leme Franco, presidente do Grêmio do Colégio Santos Dumont e ligado à AP.

De imediato, pensei em avisá-lo sobre as preocupações que tínhamos em relação a ela, mas fiquei na dúvida, até porque ele poderia interpretar a observação como algum tipo de "dor-de-cotovelo" de minha parte.

Em menos de 24 horas de reflexão sobre o assunto, falou mais alto o dever revolucionário, acima das questiúnculas pessoais, que de fato nem existiam sob minha ótica e assim, conversei com o companheiro sobre nossas preocupações.

Pouco tempo depois, Mila nunca mais foi vista, e "assim como veio partiu não se sabe pra onde".

Anos depois, já tendo retornado do exílio, encontro no prédio da Justiça do Trabalho em Ribeirão Preto, a advogada Marlene França, talvez sua única amiga na época do colégio e que também lá estudava.

Marlene é casada com o escrivão de polícia Gilberto França, que durante o pior período da repressão em Ribeirão Preto trabalhou com o delegado torturador Renato Ribeiro Soares.

Em uma das intimações em que meu pai compareceu à polícia para dizer que não sabia de meu paradeiro, quando eu já estava clandestino, Moacyr foi atendido pela dupla Renato/Gilberto França, oportunidade em que esse último dirigiu-se ao velho de forma cínica e jocosa, dizendo que eu tinha "muitas explicações a dar à polícia".

Marlene não me via há anos e depois da saudação de praxe, perguntou se eu me lembrava de Mila.

Ao responder afirmativamente, já passei ao comentário de que pesava sobre ela a suspeita de ser a mesma uma agente infiltrada que procurou conquistar-me com o evidente propósito de colher informações.

A resposta de Marlene não deixou margem a novas divagações:

"- Você tem dúvida? Eu tenho certeza!!!"

CRESCE O MOVIMENTO

O ME avançava em todo o país e cada vez crescia mais o número de estudantes que participava das passeatas, das reuniões estudantis e das mobilizações contra a ditadura.

O dia 28 de março, entretanto, foi o marco do início da escalada do ME no ano de 68.

Nesse dia, os estudantes realizavam uma manifestação pacífica no restaurante carioca Calabouço, onde faziam refeições centenas de estudantes, sobretudo aqueles de poucos recursos econômicos, quando uma tropa da PM do Rio de Janeiro invadiu o local já disparando, ferindo vários estudantes e assassinando o secundarista Edson Luis Souto, de 18 anos.

O covarde assassinato provocou uma onda de revolta em todo o país.

A polícia atirara em jovens desarmados, sem que pudessem esboçar nenhuma reação, de forma fria e covarde, e praticara o cruel assassinato sob o manto da ditadura.

No dia 29, o enterro de Édson Luís, no cemitério São João Batista, foi acompanhado por cerca de 60 mil pessoas no Rio de Janeiro. Em todo o país, aconteceram manifestações de protesto contra o assassinato do jovem secundarista.

Em Ribeirão Preto, realizamos uma passeata de protesto, organizamos assembleias nas escolas e panfletamos a cidade, denunciando a morte de Édson Luís com forte apoio da população, que condenava o covarde assassinato.

O movimento operário começou também a dar sinais de resistência.

Partidos e organizações de esquerda fundaram o MIA, que se traduziu em uma alternativa ao peleguismo sindical. A nova entidade passou a conduzir a luta operária de forma combativa.

Em abril, cerca de 1.500 metalúrgicos realizaram uma greve em Contagem – MG para protestar contra o

arrocho salarial, conseguindo um reajuste de 10%, o que resultou em expressiva vitória contra a política salarial da ditadura.

No dia 1º de maio, o governador de São Paulo, Abreu Sodré, organizou a tradicional comemoração oficial da data na Praça da Sé e compareceu ao palanque oficial juntamente com outras autoridades e pelegos sindicais.

Convocados e dirigidos por organizações de esquerda, cerca de 10 mil operários e militantes transformaram o ato oficial em manifestação contra a ditadura, apedrejando o palanque e incendiando-o. O governador Sodré levou uma pedrada na cabeça e retirou-se rapidamente do local, em companhia de integrantes de sua comitiva.

Em julho, estourou a greve de Osasco, liderada por José Ibrahim e Zequinha, apelido pelo qual era conhecido o companheiro José Campos Barreto, ambos militantes da VPR. Os operários ocuparam as principais empresas e, em algumas delas, fizeram reféns seus diretores. A greve terminou após alguns dias, com a violenta desocupação das fábricas por tropas da PM e do Exército e a realização de centenas de prisões.

Na verdade, o assassinato de Édson Luís provocou contínuas manifestações estudantis por todo o Brasil, com enfrentamentos generalizados com as tropas policiais que, com frequência, passaram a atirar com armas de fogo.

A mais violenta delas, entretanto, ocorreu no Rio de Janeiro, a 21 de junho de 1968. Esse dia passou para a História como a "sexta-feira sangrenta".

Durante todo o dia 21, houve enfrentamentos de estudantes, apoiados por grande parcela da população, contra a polícia da ditadura.

De todos os prédios, em vez de papel picado, choviam pedras, vidros e os mais variados instrumentos contra os policiais militares. Centenas de populares se somavam nas ruas aos estudantes, enfrentando a repressão e organizando barricadas; à frente da manifestação, estavam os líderes estudantis da DI, Vladimir Palmeira e Franklin Martins.

Desde a morte de Édson Luís, a participação popular na luta de rua aumentava cada vez mais. Era grande a revolta em virtude da violência e covardia da polícia, reveladas nos recentes episódios, não somente no Rio, mas em todo o país.

A "sexta-feira sangrenta" deixou como saldo vários mortos, diversos feridos e mais de mil presos. Constituiu-se, sem dúvida, em um grande salto da luta de massas contra a ditadura.

Nesse dia, ocorreu também a morte de um policial militar atingido na cabeça por uma pesada máquina de escrever atirada do alto de um edifício, que o alcançou quando estava em cima do cavalo.

A violenta repressão promovida pela ditadura contra a população fez com que outros setores sociais, como os de artistas, jornalistas e intelectuais, se organizassem em todo o país e passassem a atuar em conjunto com as lideranças do ME.

Dessas reuniões, saiu a proposta de um entendimento com o governador do Rio de Janeiro, Negrão de Lima, para a realização de um grande ato público pacífico de protesto. Uma comissão desses grupos organizados reuniu-se com o próprio governador e obteve dele garantias de que a tropa policial estaria fora das ruas nesse dia.

Assim, no dia 26 de junho de 68, o Brasil assistiu à Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro.

Iniciada na Cinelândia, a manifestação começou com um gigantesco comício, em que falaram vários oradores. O principal deles era o líder estudantil Vladimir Palmeira, militante da DI do Rio de Janeiro e presidente da UME.

Após os pronunciamentos, a enorme multidão deslocou-se pelas ruas do Rio, à frente o próprio Vladimir, outros líderes estudantis e diversos artistas e músicos, tais como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Geraldo Vandré e Nara Leão, entre outros.

O movimento, ao qual aderiram bem mais de 100 mil pessoas, portanto marcado por intensa participação popular, constituiu-se no ponto alto da luta do ME do país e incluiu a presença de intelectuais, padres e freiras da Igreja Católica.

Em Ribeirão Preto, as manifestações estudantis cresciam a olhos vistos, ampliando-se a força do grupo da

DI, do qual eu participava.

Em agosto, organizamos uma chapa de esquerda para disputar a diretoria do CA 1º de Setembro, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto.

Presidia a entidade o estudante Odilon Machado, da corrente estudantil ligada à AP, que apoiava nossa chapa.

A chapa, denominada Integração, tinha como candidato a presidente Édson Bullamah, ligado ao grupo dissidente do PCB liderado por Vanderley Caixe, e como vice, o pastor Jonas Neves Resende, presbiteriano de esquerda, que tinha uma linha de atuação próxima à AP; meu nome foi indicado para 1º secretário.

Compunha a chapa ainda o companheiro Mário Boer Martins, que atuava no grupo estudantil coordenado pela DI, bem como os estudantes Édson Coelho Araújo e João Rodini Luís que, embora não tivessem militância organizada, participavam ativamente do ME e tinham grande liderança entre os estudantes da escola.

Fomos derrotados nessa primeira tentativa de ganhar o CA, saindo vitoriosa a chapa encabeçada pelo companheiro Galibe Jorge Tanure, sem militância partidária, estudante de esquerda e ativo militante do ME, que, em todo seu mandato, trabalhou em conjunto com o nosso grupo da DI.

Nessa época, precisava ir à São Paulo comprar um teclado para o Black Bells e a meu pedido meu pai me levou para poder trazer o instrumento no carro.

Antes de voltar para Ribeirão Preto, passamos na cidade de Santo André, para que Moacyr visitasse seu antigo colega de faculdade, o Dr. Pedro Bruno Neto.

A pedido do anfitrião, levei o teclado para que ele o visse e quando voltamos ao automóvel, já para regressarmos a Ribeirão Preto, notamos que o carro havia sido arrombado.

Nada havia de valor, já que por sorte retiráramos o instrumento, mas foram levadas umas publicações de esquerda e documentos clandestinos, ainda que não assinados por nenhum grupo.

Qual não foi nossa surpresa, quando meu pai recebeu, uns dias depois, ligação do Dr. Bruno avisando que em uma noite chuvosa alguém atirou em sua garagem as publicações e os documentos tudo coberto em um saco plástico para que não se molhassem.

A AÇÃO DA DIREITA

O ano de 68 foi marcado também pela atuação violenta de grupos paramilitares de extrema direita. O mais conhecido e atuante deles foi o CCC, agrupamento formado principalmente por estudantes da burguesia, que tinha seu núcleo principal na Faculdade de Direito Mackenzie.

Embora com número reduzido de militantes, atuavam em uma estrutura clandestina, eram bem armados, excessivamente violentos e treinados por alguns oficiais das forças armadas e por integrantes do DOPS.

O grupo de ideologia nazista teve, entre seus fundadores, os delegados do DOPS Raul Nogueira Lima, o "Raul Careca", e Otávio Gonçalves Moreira Jr., o "Varejeira", que também atuou no DOI-CODI, ambos assassinos e torturadores de presos políticos.

Essa organização fascista participou de vários atentados, o principal deles foi a invasão do Teatro Galpão em São Paulo, que encenava a peça Roda Viva, de Chico Buarque de Holanda, dirigida por José Celso Martinez. Nesta oportunidade, os militantes do CCC espancaram todos os artistas, deixaram o teatro semidestruído e agrediram os espectadores, cumprindo seu papel nazista anticultural.

Dessa ação, participaram também diversos oficiais do Exército, vestidos de civis.

Os militantes do CCC dedicavam-se ainda a delatar à polícia os estudantes de esquerda, bem como participavam como forças auxiliares da repressão política e atuavam ao lado da polícia contra as manifestações estudantis.

Outra ação do CCC deu-se no dia 2 de outubro de 68, quando integrantes do grupo, usando a Universidade Mackenzie como retaguarda, passaram a atirar contra os estudantes de Filosofia da USP que realizavam um pedágio na Rua Maria Antônia para arrecadar fundos para a realização do 30º Congresso da UNE.

Entre os líderes dos nazistas, destacava-se o então estudante do Mackenzie Bóris Casoy.

É o próprio Raul Careca, em seu depoimento feito a Percival de Souza, na obra Autópsia do Medo que assegura: "o estudante Bóris Casoy fez um manifesto de convocação dos mackenzistas. De cinco em cinco minutos, o Bóris convocava".

Os estudantes de esquerda passaram a revidar com pedradas e refugiaram-se no prédio da Faculdade de Filosofia, de onde respondiam aos tiros com rojões e coquetéis Molotov*.

O episódio, que ficou conhecido como a "Batalha da Rua Maria Antônia", custou a vida do estudante José Guimarães, assassinado pelas balas do CCC. O grupo de direita dispersou-se somente após a chegada de um grupo de fogo da ALN, que deu proteção aos estudantes da Filosofia.

Liderados por José Dirceu, que levava nas mãos a camisa ensanguentada do jovem assassinado, centenas de estudantes se deslocaram em passeata pelas ruas do centro de São Paulo, em protesto contra sua morte.

Durante a passeata, diversas viaturas policiais foram tombadas e incendiadas pelos manifestantes. Os protestos estenderam-se por várias horas.

Cheguei a São Paulo nas primeiras horas da noite daquele dia para uma reunião do ME. Quando desci na rodoviária, encontrei a cidade como uma verdadeira praça de guerra, com a polícia dirigindo-se às pessoas e revistando todos os automóveis e pedestres. Então, com um companheiro, tomei um táxi e deixei rapidamente a área, evitando o risco de ser preso naquele local.

As ações da direita no país não se limitaram ao vandalismo do CCC.

Um grupo de integrantes da PM, comandados por Aladino Félix, que atuava com o nome de guerra Sabato Dinotos, praticou uma série de atentados à bomba e algumas expropriações. Todos foram presos antes que o DOPS tivesse conhecimento de que atuavam sob a coordenação de setores do Exército.

A pior ação, entretanto, preparada pela extrema direita dentro das Forças Armadas, não chegou a ser consumada graças à coragem do capitão da Aeronáutica Sérgio Miranda de Carvalho, conhecido por Sérgio Macaco, que denunciou o plano arquitetado pelo brigadeiro João Paulo Burnier, chefe de gabinete do Ministro da Aeronáutica.

Consistiria esse plano em utilizar a Unidade de Salvamento da Aeronáutica (Para-Sar) para perpetrar violentos atentados à bomba, culpando as organizações de esquerda, e para a execução de líderes estudantis e de oposição ao governo. Constatava também em seus planos o assassinato de pessoas que, dos edifícios, apoiavam as manifestações estudantis.

A principal ação do grupo comandado por Burnier seria a explosão do gasômetro no Rio de Janeiro, que causaria a morte de milhares de pessoas.

---

* *Coquetéis Molotov: bomba incendiária preparada com gasolina em uma garrafa.*

Pela denúncia, que teve apoio dentro de setores das próprias Forças Armadas, o capitão Sérgio pagou com perseguições de toda espécie, inclusive com o corte de suas merecidas promoções, que somente lhe foram restituídas após a Anistia.

Na verdade, as ações armadas da direita tinham como objetivo pressionar a ditadura para um endurecimento maior na luta contra os grupos de esquerda, com um fechamento total do regime, e servia para indispor alguns setores da população contra as organizações revolucionárias.

Em Ribeirão Preto, foi organizado um grupo do CCC, comandado pelo estudante de Medicina José Eduardo Veludo, e tinha como participantes alguns estudantes de Medicina e de Direito.

O grupo chegou a pichar a sede do Centro Acadêmico Rocha Lima e fazer algumas ameaças a líderes estudantis, mas não passou, entretanto, a praticar atentados ou ações armadas.

Quando ocorreram esses fatos, conversei com um amigo parente de Veludo e lhe disse que se o CCC de Ribeirão Preto continuasse com suas ameaças, seguramente haveria retaliação da nossa parte.

A partir de então, as ações do grupo nazista pararam e seus integrantes deixaram de tentar nos intimidar.

A ditadura aumentava a escalada repressiva. No dia 29 de agosto, a polícia invadiu a UNB, espancando estudantes, destruindo parcialmente a faculdade, ameaçando professores e funcionários e efetuando várias prisões, entre elas, a do líder estudantil Honestino Guimarães.

A invasão provocou uma revolta generalizada da opinião pública contra a repressão. O deputado Márcio Moreira Alves fez um discurso, no início de setembro, no Congresso Nacional, protestando contra a invasão da UNB, propondo o boicote ao desfile de 7 de Setembro e sugerindo às namoradas de soldados e oficiais que terminassem o namoro em sinal de protesto.

O INÍCIO DA LUTA ARMADA

1968 foi também o ano marcado pela intensificação das ações armadas no país.

O Agrupamento Comunista de São Paulo lançou o jornal clandestino O Guerrilheiro, no qual se divulgou a proposta de luta armada contra a ditadura militar.

A tese de Marighella era que a luta estratégica dar-se-ia no campo através da guerrilha rural. Os combates na cidade seriam apenas táticos, ou seja, de apoio à guerra no campo, e as tarefas principais nas áreas urbanas seriam as expropriações revolucionárias de armas e recursos financeiros, além de atentados e ações de propaganda revolucionária.

No segundo semestre de 68, o Agrupamento Comunista transformou-se na Ação Libertadora Nacional, ALN, comandada por Carlos Marighella, e que logo passaria a ser o maior agrupamento guerrilheiro do país.

Já no final de 1967, começaram a acontecer as primeiras ações expropriatórias no Brasil, que se estenderam por todo o ano de 1968, e o assalto a bancos se constituiu na principal forma delas.

A princípio, a guerrilha não divulgava a autoria das ações, deixando confuso o aparelho repressivo da ditadura, que creditava o vertiginoso aumento dos assaltos a bancos ao crescimento da marginalidade.

Com a prisão de um guerrilheiro no Rio, após um assalto, compreendeu o governo que a guerrilha no país

estava em marcha.

A ALN tinha os mesmos postulados do Agrupamento e nasceu para ser, conforme propunha Marighella, uma organização ágil, vanguarda armada da luta contra a ditadura e que privilegiasse a ação, o que fez até no nome.

Influenciou também na escolha da sigla o nome Aliança Nacional Libertadora, agrupamento organizado pelo PCB para combater a ditadura de Getúlio Vargas.

A ALN, como o PCB, acreditava que a revolução se daria em duas etapas; a primeira, a de libertação nacional, quando se deveriam agrupar todos os setores da sociedade que repudiavam a ditadura para derrubá-la e anular todos os seus atos; e a segunda, a da luta pelo socialismo, da qual participariam todos os segmentos sociais que defendessem essa bandeira.

O pensamento de Marighella era, na verdade, um estudo de diversas outras experiências guerrilheiras no mundo. Baseava-se na luta de resistência argelina contra a ocupação francesa, mas inspirava-se, principalmente, no livro Revolução na Revolução, do francês Régis Debray, que estivera com Che Guevara na selva boliviana.

Debray defendia a tese do foco guerrilheiro sem ligação com o movimento de massas e propunha que as bases do guerrilheiro fossem o fuzil e a mochila. Acreditava que a população se somaria aos núcleos guerrilheiros e seguiria seu exemplo revolucionário, e considerava dispensável o trabalho político nas entidades de massa.

Outros grupos revolucionários se formaram no país e também iniciaram o processo de luta guerrilheira. Os mais conhecidos foram a VPR, a VAR PALMARES, o COLINA, o PCBR, o MR-8, o MRT e o MAR, que passaram também a realizar expropriações e atentados contra a ditadura.

Várias foram as ações expropriatórias ocorridas no início do processo revolucionário armado no Brasil. A mais conhecida delas, no início do movimento, foi, sem dúvida, a expropriação do trem pagador da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, feita pela ALN em agosto de 68, comandada por Marighella.

Também em 68, a VPR deu início às ações armadas. Um comando daquela organização expropriou fuzis do Hospital Militar do Cambuci no mês de junho e, alguns dias depois, um grupo daquela organização jogou um automóvel com explosivos no QG do II Exército, no Ibirapuera, o que ocasionou a morte de um sentinela.

Na verdade, a ação do quartel deu-se depois da declaração do comandante do II Exército que, após a ação do Hospital Militar, desafiou publicamente os "terroristas" a "atacarem o seu quartel".

Em Ribeirão Preto, no dia 8 de outubro de 68, primeiro aniversário da morte do Che Guevara, de forma sincronizada, a FALN colocou em todos os cinemas da cidade, e em alguns da região, bombas de baixo teor explosivo que espalhavam panfletos, homenageando a figura do comandante assassinado na Bolívia.

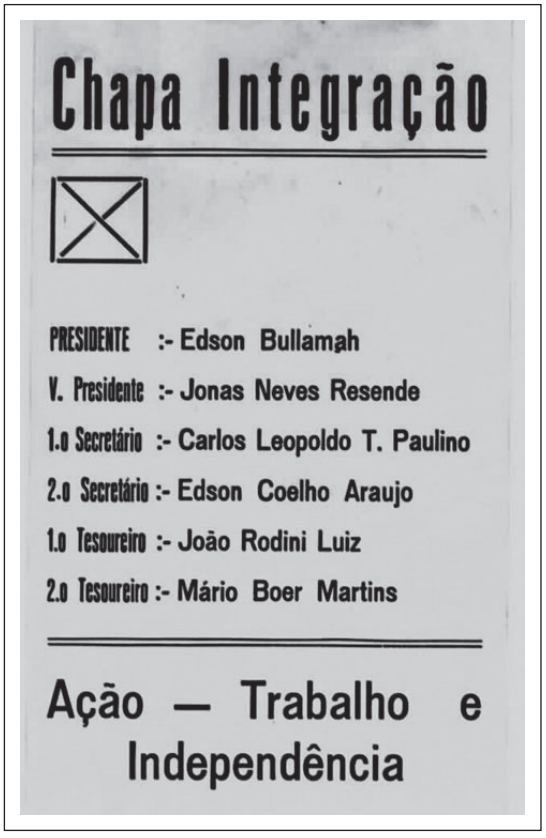
Ao saber a ditadura serem as principais expropriações obra de grupos revolucionários, o governo passou a se preparar para combatê-los e elegeu Carlos Marighella o inimigo número um do regime, o que foi amplamente divulgado pela imprensa do país.

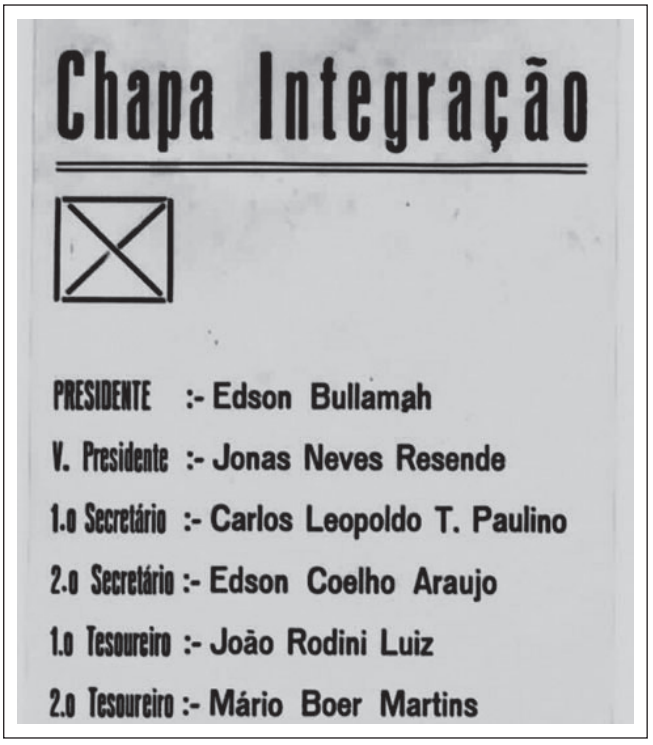
No dia 12 de outubro de 68, um comando composto por militantes da ALN e da VPR fuzilou o capitão do Exército norte-americano Charles Chandler, agente da CIA, em ação de justiçamento.

Chandler servira na Guerra do Vietnam e torturava os guerrilheiros vietnamitas aprisionados. Aqui no Brasil, orientava os esbirros da repressão da ditadura a torturar nossos companheiros presos.

Vizinha de Chandler, a apresentadora de TV Hebe Camargo, simpatizante da ditadura militar, apressou-se em anotar a placa do carro utilizado pelos revolucionários na ação, fornecendo os dados à polícia, bem como se prestou a descrever os componentes do Comando Guerrilheiro para os agentes da repressão.

Semanas após o justiçamento do capitão americano, veio a São Paulo para participar das investigações sobre a ação revolucionária o agente da CIA Peter Ellena, que já estivera anos antes no Brasil dando aulas de tortura aos policiais do DOPS de São Paulo.


Chapa Integração
PRESIDENTE :- Edson Bullamah
V. Presidente :- Jonas Neves Resende
1.o Secretário :- Carlos Leopoldo T. Paulino
2.o Secretário :- Edson Coelho Araujo
1.o Tesoureiro :- João Rodini Luiz
2.o Tesoureiro :- Mário Boer Martins
Ação — Trabalho e Independência


Chapa Integração
PRESIDENTE :- Edson Bullamah
V. Presidente :- Jonas Neves Resende
1.o Secretário :- Carlos Leopoldo T. Paulino
2.o Secretário :- Edson Coelho Araujo
1.o Tesoureiro :- João Rodini Luiz
2.o Tesoureiro :- Mário Boer Martins

Revista "O Cruzeiro", 9/11/ 1968.

Revista "O Cruzeiro", 9/11/ 1968.
Texto de Pedro Medeiros, fotos de Manoel Motta.

Boris Casoy, membro do CCC

QUASE UM MENINO
ÉDSON LUÍS MORREU

Reportagem da Equipe de O CRUZEIRO

Édson tinha 18 anos quando, desarmado, encontrou o P.M. E morreu.

O povo ocupou a praça em frente à Assembléia. Colegas do estudante puseram bandejas de comida junto ao seu caixão.

15

Revista "O Cruzeiro" – 13/04/1968

JORNAL DA UEE

Depto. de Imprensa — gestão Nova UEE — Agosto 1968

30 ANOS DE UNE

DE DITADURA A DITADURA

VI - IBIÚNA

A PREPARAÇÃO

O avanço do ME era inegável.

Há alguns meses já se discutia a preparação do 30º Congresso da UNE e várias reuniões, com isso, várias reuniões já haviam ocorrido para organizar o evento. Eu participara de algum as delas em São Paulo, de diversas em Ribeirão Preto e em cidades da região.

As duas principais tendências políticas que iriam enfrentar-se no congresso, a AP e a DI, divergiam em relação à sua realização.

A AP propunha que o evento se desse em local de grande aglomeração de estudantes, pois entendia que isso dificultaria a ação da repressão.

Segundo aquela organização, o respaldo de massas facilitaria a realização do congresso, já que se previa para esse evento um grande número de delegados de todo o país, sugerindo que ele fosse realizado no CRUSP, alojamento de estudantes da Universidade de São Paulo e o principal QG do ME em São Paulo.

A DI propunha que o congresso se realizasse em local clandestino, partindo da análise de que a ditadura não hesitaria em invadir o CRUSP, ou qualquer outro local desse tipo, para pôr fim ao congresso e prender seus participantes.

Acreditávamos, na época, ser possível reunir cerca de 1.000 estudantes, número previsto para o evento, sem que a repressão tivesse conhecimento do local.

A decisão seria tomada em um Conselho de Entidades a ser realizado no início do mês de setembro de 68. A DI mobilizou todas as suas bases para levar o maior número de delegados, a fim de ver vencedora sua posição.

Da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto fomos a São Paulo em um total de oito delegados e, amanhe-

cendo o dia, desembarcamos na rodoviária, dividindo-nos em quatro grupos de dois, para evitar aglomeração que despertasse suspeitas.

A principal manchete dos jornais daquela manhã era "A UNE ESTÁ REUNIDA", sendo certo que as atenções da repressão estavam voltadas para o encontro.

Divididos os grupos, marcamos um ponto de reencontro, para as 10 horas da manhã. Eu e José Américo Rubiano, estudante ligado à AP que foi escalado para me acompanhar, andamos pela cidade de São Paulo passando o tempo até a hora marcada para encontrar nosso contato que nos conduziria para a reunião.

Quando caminhávamos pela Praça da República, Rubiano repentinamente olhou-me assustado e disse: "Corre". De imediato, passei a correr com ele, perguntando-lhe o motivo somente alguns segundos depois.

Na verdade, Rubiano pensou haver visto um "tira" de Ribeirão Preto. Ambos constatamos logo em seguida que tudo não passara de um alarme falso, com o caso se transformando depois em alvo de brincadeiras por parte da nossa delegação durante todo o encontro.

No ponto, encontramos nosso contato e fomos todos conduzidos ao CRUSP, local onde se realizou a reunião. A proposta da DI saiu vitoriosa no Conselho de Entidades e ficou decidido que o congresso seria no estado de São Paulo, tendo a UEE-SP a incumbência de organizá-lo.

Embora tivesse à época convicção de que essa era a decisão mais correta, hoje é forçoso reconhecer que a AP tinha razão e muito mais seguro teria sido realizar o congresso no CRUSP, evitando-se talvez o grande golpe contra o ME que significou a queda do 30º Congresso da UNE.

Em Ribeirão Preto, como em todo o país, organizamos assembleias em todas as faculdades para a eleição de delegados que participariam do congresso.

Na Faculdade de Direito, os três escolhidos foram: Galibe Jorge Tanure, José Roberto Pires e eu, todos afinados com a linha política da DI.

Na Faculdade de Filosofia de Franca, o delegado eleito foi o estudante Francisco Ovídio, que defendia no ME as posições da AP.

Francisco e eu iniciamos a viagem de carona de Franca a Ribeirão.

Em Ribeirão, estava visitando meu pai seu amigo Pedro Bruno Neto que, ao saber o motivo de nossa viagem, deu-nos valiosa contribuição financeira, dizendo em tom de brincadeira: "- Aceitem essa contribuição burguesa".

Tal suporte foi suficiente para chegarmos até São Paulo e ainda sobrou alguma coisa para fazermos algumas refeições.

De Ribeirão a São Paulo, fomos os quatro de ônibus e os delegados das outras Faculdades de Ribeirão Preto iriam nos dias seguintes. Chegamos no início da noite à capital, em um dia da primeira semana de outubro de 68.

Eu, Tanure e Chico tínhamos um ponto em um bar da Avenida Angélica e o encontro só ocorreria por volta de 22 horas, o que nos fez perambular pela cidade até o horário marcado. José Roberto teria um ponto mais tarde, em outro lugar.

No local e horário combinados, já se encontravam diversos estudantes, que certamente estavam lá pelo mesmo motivo, mas, por questões de segurança, não conversamos com eles e preferimos aguardar pela pessoa que faria o contato conosco.

Logo em seguida, chegou um casal de estudantes. Dirigindo-se a nós, perguntaram pela senha, à qual respondemos prontamente.

Começava a partir dali nossa participação no 30º Congresso da UNE.

Com outros estudantes que cobriam o ponto*, acompanhamos os recém-chegados e entramos em alguns carros que estavam estacionados nas proximidades.

Assim, de olhos vendados para não reconhecermos a rota, deixamos São Paulo em um Volkswagen, cujo motorista era o único que conhecia o caminho.

Pudemos perceber que estávamos em uma estrada, pela qual viajamos bem mais de uma hora.

Paramos à beira de uma rodovia, fomos autorizados a descer somente quando nenhum carro passava por ela,

* *Cobrir o ponto: expressão utilizada pela esquerda que significa encontrar companheiros no local designado para contato.*

atravessamos a pista e nos reunimos a um grupo de estudantes que se encontravam no local, todos abaixados, para que não fossem vistos pelas pessoas que viajavam pela estrada.

A escuridão era muito grande – não se enxergava quase nada –, além disso, fazia muito frio, entrecortado às vezes por uma chuva fina.

Passaram-nos, então, a instrução de que era para aguardarmos até que um caminhão viesse nos buscar, o que de fato aconteceu uns quarenta minutos mais tarde.

Subimos no caminhão e sobre nós foi esticada uma lona para que não fôssemos vistos, enquanto o caminhão se deslocava por uma estrada de terra, sinuosa e cheia de elevações, com muito barro, devido ao tempo chuvoso.

Depois de um bom tempo, paramos onde parecia ser a entrada de uma fazenda, oportunidade em que membros da segurança do congresso examinaram a "carga" do veículo com lanternas, para prevenir infiltrações, um deles portava uma espingarda.

Continuamos a viagem e logo chegamos, já madrugada, ao local do encontro, podendo observar algumas instalações precárias, em meio aos chiqueiros e currais. Somente no dia seguinte, com a claridade, tivemos uma visão melhor do lugar em que estávamos.

No congresso

Já havia muitos estudantes no sítio e os alojamentos estavam lotados, embora nos informassem que muita gente estava para chegar nos dias seguintes.

Reencontramos José Roberto quando esperávamos pelo caminhão ao lado da rodovia, e, chegando ao local, lá estavam Tanure e Francisco, recompondo o grupo que saíra de Ribeirão Preto.

Conversamos um pouco e depois dormimos em um canto do alojamento improvisado, levantando-nos bem cedo, com todos os estudantes que lá estavam.

No dia seguinte, começamos a explorar o sítio e andamos até os limites geográficos impostos pela segurança do Congresso.

Tratava-se de uma propriedade rural encravada entre montanhas, ao que parece situada bem distante de qualquer cidade, embora não imaginássemos em que ponto do estado estivéssemos.

Víamos alguns camponeses que trabalhavam por lá e tivemos oportunidade de conhecer um senhor magro e alto, proprietário do sítio, que saía em um jipe e retornava com frequência, conversando com as principais lideranças estudantis e com os membros da segurança do evento.

No dia seguinte, não parava de chegar gente.

Os entendimentos políticos eram realizados por toda parte, enquanto as sessões plenárias se realizavam em um auditório rústico e improvisado, onde se desenrolavam os debates.

José Dirceu, pela DI, e Jean Marc Van Der Weid, do Rio de Janeiro, militante da AP, eram os dois fortes candidatos à presidência da UNE, em uma disputa acirrada e sectária. A DI propunha uma luta guerrilheira no país e a AP, apesar da origem católica, já convertida ao maoísmo pugnava por uma aliança operário-estudantil-camponesa. Ambas defendiam acirradamente suas propostas para o ME.

Com vários estudantes da DI, tivemos uma reunião coordenada por José Dirceu, que nos passou as instruções para a atuação de nossos militantes no congresso.

Nosso líder nos perguntou sobre a ausência dos delegados de Ribeirão Preto, que estudavam em outras faculdades.

Preocupava-nos também o fato de não haverem chegado ainda mais delegados de Ribeirão Preto, votos certos para nossa chapa, o que pesava muito nas decisões do congresso, em virtude do equilíbrio de forças existente.

Aos poucos, fomos revendo diversos companheiros de outras cidades e outros estados e passamos a trabalhar

nas articulações favoráveis às nossas propostas políticas no congresso.

A alimentação, já insuficiente, começava a escassear ainda mais, devido à chegada de novos companheiros. Tornou-se necessário fazer dois turnos para dormir, em virtude de haver ficado pequeno o alojamento.

Eu pertencia ao primeiro turno e, assim, dormia das 23 ou 24 horas até as 3 horas da manhã, como também a metade dos delegados do congresso, hora em que nos levantávamos para dar lugar à outra metade, aguardando despertos até o amanhecer.

Nos dias subsequentes, a fome apertava e já era difícil conseguir alguma coisa para comer.

Como tínhamos um pouco de dinheiro, eu e Francisco conseguimos convencer um camponês a nos vender alguns ovos de galinha, que comemos crus, já que não havia como cozinhá-los. Naquele dia, os ovos amenizaram nossa fome, pois a refeição diária consistia em uma sopa disputada por enormes filas de estudantes, que a essa altura já eram em torno de 800.

Por medida de segurança, eu não trouxera sacola ou muda de roupa. Em face de o tempo de realização do congresso prolongar-se além do previsto, estava há vários dias com a mesma roupa do corpo. Para completar o quadro, não parava de chover, havendo lama por toda parte – nós convivíamos com ela sem a perspectiva de tomar banho.

As discussões do congresso continuavam e, ante o elevado número de participantes, previa-se a extensão do evento por mais alguns dias.

A PRISÃO

Amanhecia o dia 12 de outubro.

Havíamos passado uma madrugada muito fria e a chuva fina caía sobre toda a região.

A turma do segundo turno ainda dormia quando ouvimos os primeiros tiros e a confusão se instalou no local.

Gritos por toda parte anunciavam a chegada das tropas, "Polícia!", "Repressão!", enquanto dezenas de companheiros se levantavam às pressas e diversos tiros eram disparados para o alto por soldados da tropa invasora, muito embora algumas balas tenham atingido parte do acampamento e estilhaçado um antigo lampião que iluminava o local.

Juntamente com vários estudantes, corremos em direção à mata e, em oito ou dez companheiros, já estávamos perto do lago lá existente, quando um de nós, mais experiente, ponderou que deveríamos voltar.

Na verdade, desconhecíamos a região e corríamos o risco de perder-nos e terminar nas mãos de algum comando policial horas ou dias depois, havendo a possibilidade de sermos até fuzilados isoladamente.

Concluindo que era melhor voltarmos e sermos presos com os demais companheiros, retornamos correndo e, já perto dos alojamentos cruzamos com alguns policiais militares, armados com submetralhadoras e revólveres, correndo em nossa direção.

Com as mãos na cabeça encontramos alguns PMs, que nos receberam com chutes e coronhadas. Um deles, histérico, gritava enquanto nos espancava: "Estão com medo de cair no barro, filhos da puta?".

Dois estudantes que foram presos conosco escorregaram e foram pisoteados pelos PMs, que com sua ação confirmavam sua vocação "heróica" de, com armas na mão, agredirem pessoas indefesas.

Juntando-nos ao grupo, fizeram-nos permanecer sentados no chão, sob a mira das armas, enquanto policiais da PM e do DOPS revistavam o local, recolhendo objetos de uso pessoal, livros e documentos políticos do congresso.

Apavorada, uma "estudante", temendo pelo possível fuzilamento de todos, levantou-se e exibindo uma carteirinha com o braço para o alto, correu em direção à tropa gritando: "Não me matem... eu sou da polícia".

Sentados entre nós, Dirceu e Travassos foram logo reconhecidos por policiais e, de imediato, retirados do grupo e separados dos demais.

Iniciamos, assim, uma marcha de aproximadamente oito quilômetros, escoltados pelo batalhão da PM e pelos policiais do DOPS, sob chuva e pisando na lama, ouvindo as provocações e os insultos, sobretudo dos PMs, que, de vez em quando, agrediam gratuitamente algum de nós, até chegarmos finalmente à rodovia, onde vários ônibus e caminhões nos esperavam.

O trajeto fora penoso, sobretudo em virtude da debilidade em que nos encontrávamos devido à má alimentação de vários dias.

No momento de nossa prisão, soube estarmos em Ibiúna, cidadezinha situada perto de Sorocaba, no sítio Murundu, onde se realizava o 30º Congresso da UNE.

No trajeto, vários boatos se espalharam. O principal deles era de que havia ocorrido um golpe da extrema direita dentro da ditadura, com o fechamento total do regime, e que seríamos todos fuzilados, o que felizmente não se confirmou.

De ônibus, seguimos até São Paulo sob forte escolta, viajando em cada um deles um grupo de PMs na frente do veículo, além do comboio policial militar que nos acompanhava.

Chegamos a São Paulo no fim da tarde de sábado, ainda sem saber o nosso destino, o que somente viemos a conhecer quando a caravana parou na Avenida Tiradentes, em frente ao velho presídio do mesmo nome.

Dirceu e Travassos, já separados, vieram em uma perua Rural Willys e foram direto para o DOPS.

Vladimir Palmeira conseguira permanecer incógnito e, aproveitando-se da parada perto do presídio, conseguiu abrir a porta de emergência do ônibus em que se encontrava e sair para a rua, em princípio vagarosamente, sem ser notado. Tão logo começou a correr, foi reconhecido e preso já cruzando a avenida, a alguns metros do local, não sem antes oferecer resistência a seus captores, ação em que perdeu a camisa, sendo, então, conduzido ao DOPS com os outros líderes nacionais.

NO TIRADENTES

Já quase noite, demos entrada no presídio Tiradentes.

O Tiradentes abrigava prioritariamente os presos correcionais, ou seja, aqueles que estavam à disposição das delegacias de polícia da capital, sem culpa formada e sem prisão decretada, recolhidos ao livre arbítrio de policiais, embora houvesse também presos em flagrante, aguardando julgamento, ou, até mesmo, condenados pela Justiça.

A entrada de mais de 700 presos políticos tumultuou a vida do presídio e, de imediato, provocou a libertação de boa parte dos presos correcionais para que lá pudéssemos ser recebidos.

Ao ingressarmos na parte interna do presídio, centenas de presos comuns se amontoavam nas grades e aplaudiam nossa chegada, gritando que esperavam que nós puséssemos fogo na cadeia para tirá-los de lá.

Embora estudasse advocacia e gostasse de Direito Criminal, jamais conhecera uma prisão por dentro. É claro que o choque foi grande ao ver como o Estado tratava aqueles que se marginalizavam por culpa do próprio Estado.

Fomos em seguida conduzidos às celas, que eram pequenas para o número elevado de estudantes que continham, e passamos a nos organizar ali dentro da melhor maneira possível.

Não havia colchões, o que fazia com que tivéssemos que dormir no chão. No canto, separada por uma pequena divisória de tijolos, sem porta, havia uma latrina – conhecida por "boca de boi" – que, por não possuir assento, tínhamos que sempre utilizá-la de pé.

De imediato, passamos a estruturar o coletivo da cela, para discutir nossos problemas concretos do dia-a-dia no local, já que não sabíamos até quando iria nossa permanência naquele presídio. Escolhemos dois representantes da cela para falarem em nosso nome com os carcereiros, expondo nossas reivindicações a eles e, eventualmente, às autoridades do Tiradentes.

Decidimos escolher um nome para a cela. Por unanimidade, foi batizada de "Édson Luis", em homenagem ao companheiro assassinado pela ditadura no Rio. Seu nome foi pintado em tamanho grande em uma das paredes da cela, com a utilização de canetas esferográficas azuis e vermelhas.

Entre os 48 presos que dividiam a cela, lembro-me da presença de Jean Marc, Paulo Campanário, Reinaldo Morano, Lenine Bueno, Antônio Ribas, Francisco Ovídio, Marco Aurélio Borba, o argentino Juan Antonio Sander , Luis Eduardo Curt e de um companheiro cujo nome não me lembro, mas que batizamos de "Cuequinha" em virtude de permanecer o tempo todo com essa peça do vestuário, a mesma que portava desde o início do Congresso.

Passamos também a nos comunicar com as demais celas, gritando através das grades e utilizando-nos da boa vontade de alguns presos comuns que circulavam nos corredores e até eram autorizados pelos carcereiros a fazer limpeza em algumas celas, pelo que cobravam algum dinheiro.

Em virtude de ser numeroso o nosso grupo, foi possível reter nossos documentos e dinheiro, o que facilitava a compra de jornais, que passamos a conseguir a partir do dia seguinte, pagando, é claro, muito mais do que realmente valiam.

Nossa janela dava para o pátio interno da prisão e as celas em frente à nossa tinham visão para a Avenida Tiradentes.

Pouco tempo depois, todas as celas dos presos políticos tinham nome, a exemplo da nossa, passando todas elas também a terem representantes eleitos, o que melhorava nosso nível de organização dentro do presídio.

Ainda nessa madrugada, agentes da repressão abriram a grade do corredor e começaram, gritando, a fazer a chamada, nome a nome, dos diretores da UNE, convocando-os para depoimento ou para que fossem provavelmente ao DOPS, onde já se encontravam as principais lideranças. Nunca éramos informados das decisões de nossos captores.

A cada nome de dirigente chamado pela polícia, o coro de quase 800 estudantes respondia em uma só voz: "A UNE SOMOS NÓS".

Um dos chamados, José Roberto Arantes de Almeida, diretor da UNE e militante da DI, não atendeu à convocação, permanecendo em nossa cela guardado pelos companheiros.

Quando a maioria dos presos foi libertada, conseguiu iludir a polícia utilizando-se do nome José Roberto Almeida, omitindo o sobrenome Arantes, pelo qual era por demais conhecido. Assim, conseguiu ser solto junto com os presos considerados de menor importância pela repressão.

Em minha cela estava também o candidato a presidente da UNE Jean Marc, que já possuía uma condenação pela Justiça Militar do Rio de Janeiro e que seguramente ficaria preso depois que saíssemos, se fosse identificado.

Utilizando-se de nome falso, Jean passou por um estudante paranaense, assim o fazendo por ser o Paraná um estado onde a repressão ainda não estava em um estágio tão avançado. Jean conseguiu ser encaminhado para lá com um grupo de estudantes, evadindo-se antes da chegada a Curitiba.

No dia seguinte, continuamos a realizar reuniões nas celas, votando as propostas que eram transmitidas aos gritos para as demais.

Em primeiro lugar, nossa luta era pela liberdade e fazíamos pressão para que, antes de mais nada, fôssemos soltos.

Lutávamos também pelo fim de nossa incomunicabilidade, já que não podíamos receber visita sequer de um advogado. Estávamos isolados do mundo exterior, enquanto, no plano interno, lutávamos por melhor condição de

vida no presídio, exigindo alimentação decente, pois era da pior qualidade a que nos forneciam.

Para nos servirem a comida, abriam as grades de duas celas, deixando-nos presos no corredor, que era também gradeado, e um carcereiro entrava com um pedaço de pau, acompanhando nossa refeição – esta era servida em pratos de plástico, enquanto a carteira de identidade era usada como talher.

No primeiro "almoço", surge um problema com um carcereiro.

Nosso companheiro, José Roberto Pires, estava de terno e gravata e o carcereiro passou a exigir-lhe ameaçadoramente que tirasse a gravata e o paletó, já que, segundo ele, essa vestimenta era permitida apenas a doutores. José Roberto recusou-se terminantemente a cumprir tal absurda ordem.

Não sendo obedecido, passou o carcereiro a investir contra José Roberto, ameaçando desferir-lhe uma paulada. Todos nós rodeamos o agressor, subtraindo-lhe o instrumento que pretendia usar contra nosso companheiro e passamos a falar-lhe com firmeza de que a agressão contra um seria revidada por todos.

Apavorado, o "valente" passou a gritar por socorro, acreditando que fôssemos espancá-lo, e logo foi resgatado pelos PMs de guarda no presídio, o que pôs fim ao incidente.

Na verdade, os carcereiros estavam habituados a tratar com os presos comuns, que não costumavam agir de forma coletiva, o que facilitava a opressão contra os mesmos.

O exemplo dado, quanto à defesa da integridade física de José Roberto, demonstrou aos policiais que o "cada um por si" do preso comum era substituído por nosso "todos por um". Esse incidente foi marcante também para os próprios presos comuns, que passaram a ter, como nós, atitudes coletivas.

Alguns funcionários do presídio, entretanto, tratavam-nos com respeito. Era o caso de um carcereiro que nos relatou haver estado lá, também como preso político, o escritor Monteiro Lobato durante a ditadura de Getúlio Vargas. Segundo ele, nós deveríamos orgulhar-nos de estarmos presos pelas mesmas razões.

Na segunda noite em que lá estávamos, acordamos de madrugada com gritos vindos do pátio.

Fazia muito frio e pudemos observar policiais subjugando um preso e colocando-o em algo que parecia ser um buraco, o que provocou de nossa parte ruidosa manifestação, cessando assim a sessão de tortura.

Soubemos pelos presos comuns que no pátio havia um poço onde policiais civis e militares costumavam imergir suas vítimas, às vezes para extrair-lhes confissões, outras para castigá-las e outras apenas por sadismo.

Quando da visita do Juiz Corregedor ao presídio, já no final de nossa estada naquela prisão, denunciamos o fato a ele e a outras autoridades que o acompanhavam, demonstrando a brutalidade da polícia, que agia de forma muito mais condenável que os marginais que prendiam.

Narravam-nos também os presos comuns a ação do famigerado Esquadrão da Morte dentro do presídio Tiradentes.

Composto por policiais, o Esquadrão era um grupo de extermínio que agia de comum acordo com algumas quadrilhas, eliminando os integrantes de quadrilhas rivais. Muitas vezes, retirava do Tiradentes e executava vários presos comuns que desafiavam seus interesses criminosos.

Por serem seus integrantes membros ativos da repressão política, a começar por seu chefe, o delegado do DOPS Sérgio Paranhos Fleury, contava o Esquadrão com a conivência da ditadura, atuando na mais sórdida impunidade.

Os juristas, a serviço do governo militar, chegaram ao extremo de elaborar uma lei alterando o artigo 408 do Código de Processo Penal para beneficiar o criminoso delegado, permitindo que réus primários pudessem recorrer em liberdade da sentença de pronúncia em homicídio. Assim, foi promulgada a Lei nº 5.941/73, que ficou conhecida como "Lei Fleury", em homenagem ao marginal símbolo da ditadura militar.

Estávamos na cela, quando a polícia disseminou a notícia de que o pai de um de nós do estado de São Paulo havia morrido em um acidente, deixando-nos a todos apreensivos, cada qual imaginando ser seu pai a vítima.

Essa situação se esclareceu somente quando retiraram da cela o companheiro Lauriberto Reyes, da DI, e o le-

varam a São Carlos, sua cidade natal, para que, algemado, acompanhasse o enterro de seu pai que morrera atropelado naquele município, enquanto o filho se encontrava na cadeia, para onde retornou após o sepultamento.

Seu túmulo está a poucos metros da sepultura de minha mãe.

Lauri, como era carinhosamente conhecido, militou na ALN e foi para Cuba em um avião sequestrado na Argentina por um grupo de guerrilheiros do qual fazia parte. Regressou clandestino ao Brasil, já no MOLIPO, e foi covardemente assassinado por agentes do DOI-CODI em fevereiro de 1972. Está enterrado em São Carlos, sua cidade natal.

A queda do 30º Congresso foi um fortíssimo golpe no ME, mas não o fez parar.

No próprio dia 12, quase 3 mil estudantes reunidos no CRUSP tiveram a confirmação de nossa prisão e realizaram uma assembléia dirigida por Bernardino Figueiredo, militante da DI e presidente do grêmio da Filosofia da USP, e Catarina Meloni, da AP.

Na mesma hora, iniciaram a luta pela libertação dos presos, com a confecção de faixas e cartazes, a realização de pichações e a proposta de vigília na porta do presídio, bem como a convocação de manifestações a partir de segunda-feira.

Em todo o país, o ME saiu às ruas para exigir a libertação dos congressistas presos e houve enfrentamentos com a polícia em quase todas as manifestações.

Em Ribeirão Preto, estudantes de todas as faculdades realizaram assembléias no dia 15 de outubro e decidiram realizar uma passeata no dia 16, precedida de panfletagens e comícios relâmpagos, exigindo a libertação dos presos, sobretudo a de nós três de Ribeirão Preto.

A passeata foi realizada e dissolvida em várias oportunidades. Os estudantes se reagruparam, por fim, em frente ao CA 1º de Setembro, na Rua São Sebastião, onde houve alguns enfrentamentos com a polícia na rua. Na oportunidade, a forte chuva colaborou para o encerramento prematuro da manifestação.

À noite, dezenas de estudantes de Direito ocuparam a Faculdade, então localizada no Mosteiro de São Bento, com o propósito de somente deixá-la quando fôssemos libertados.

Demonstrando espírito democrático, Electro Bonini, dono da Faculdade, compareceu pessoalmente ao prédio ocupado e levou sua solidariedade aos estudantes que lá se encontravam.

No dia 18, nova passeata nas ruas do centro foi reprimida pela polícia e os estudantes, mais uma vez, refugiaram-se na sede do CA 1º de Setembro.

À frente da repressão, o delegado de polícia Renato Ribeiro Soares era inflexível e determinou a retirada de cartazes afixados nas paredes externas do prédio, além de proibir a entrada na sede da agremiação estudantil, bem como a saída dela. O delegado respondeu às solicitações de diálogo por parte dos estudantes com a frase: "Dia de diálogo foi ontem, hoje, a conversa é com a Força Pública".

Mais flexível, o delegado regional Celso Camargo Azevedo comunicou à imprensa haver telefonado ao Secretário da Segurança Pública do Estado e que o mesmo lhe garantiu que a libertação dos estudantes ocorreria em breve.

No presídio, as condições eram as piores possíveis, com a comida cada vez menos suportável, com a continuação da incomunicabilidade e com condições sanitárias impraticáveis.

No dia 14, surgiu a proposta de greve de fome, votada e aprovada de cela em cela, na certeza de que essa era a única forma de luta viável no momento dentro do presídio.

Do lado de fora, a vigília aumentava, com a participação de muitos familiares dos presos, vários deles de outros estados que queriam notícias dos filhos. Teve grande peso na organização do movimento a União das Mães Contra a Violência, que contava com o apoio da incansável Madre Cristina.

O Movimento passou a distribuir uma nota exigindo:

– divulgação imediata da lista de presos, negada até aquele momento;

– quebra da incomunicabilidade;

– libertação dos filhos.

Iniciada a greve de fome, era necessária uma disciplina ainda maior no presídio. Assim, passamos a definir as

normas que coordenariam o movimento.

Ficou decidido que tomaríamos apenas água e recusaríamos qualquer tipo de alimento, além de nos haverem sido passadas, por companheiros da área da saúde, as precauções que deveríamos tomar, como evitar maiores esforços.

Os carcereiros procuravam quebrar nossa moral e paravam nas celas para oferecerem comida, propagandeando sobre suas qualidades, enquanto nós respondíamos com a palavra de ordem: "A UNE SOMOS NÓS".

No segundo dia do movimento, fomos surpreendidos pelos presos comuns que, gritando de suas celas, comunicavam, a nosso exemplo, a escolha de representantes, bem como o resultado das votações realizadas, todas elas aderindo à greve de fome.

Tal fato trouxe imensa preocupação à direção do presídio, já que agora teria que enfrentar também a organização dos presos comuns, os quais aprendiam com nosso movimento. Isso fez com que, nesse mesmo dia, recebêssemos a visita de um Juiz Corregedor para ouvir nossas reivindicações de melhoria das condições carcerárias.

À noite, surpreendemos um estudante em nossa cela comendo às escondidas algum alimento que, não se sabe como, conseguiu levar para lá. Foi ele duramente recriminado pelo coletivo até que a carceragem o retirou da cela. Nossa atitude impediu a desmoralização do movimento.

Na verdade, a greve de fome foi decisiva para pressionar a ditadura a libertar-nos.

A greve ganhou destaque no noticiário nacional, enquanto as famílias dos presos, com os integrantes do ME e apoiadores, aumentavam a participação na vigília em frente ao presídio. Também meus pais dela participavam ativamente, já que se deslocaram de Ribeirão Preto para São Paulo tão logo souberam da minha prisão.

Nas celas que davam para a Avenida Tiradentes, improvisou-se uma comunicação com o mundo exterior.

Um companheiro, com uma caneta esferográfica vermelha, pintou pacientemente com letras grossas, em uma camiseta, os dizeres "GREVE DE FOME", o que motivou o jornal sensacionalista Última Hora a estampar no dia seguinte a manchete: "ESTUDANTES ESCREVEM COM SANGUE: GREVE DE FOME". A notícia aumentou o desespero das famílias, a inquietação dos advogados dos presos e a curiosidade da imprensa.

As mobilizações em todo o país se ampliaram com a exigência da nossa soltura e com o decreto de greve geral da UNE.

Novamente o ME se debatia em duas tendências sobre a continuidade da luta. A AP entendia que o movimento deveria ir às ruas com grandes passeatas, pois acreditava ser essa a melhor forma de enfrentamento com a ditadura naquele momento.

A DI, por sua vez, propunha a realização de comícios relâmpagos e de várias passeatas pequenas, mais ágeis, o que confundiria a repressão, proposta que acabou vitoriosa na Assembléia do CRUSP, realizada a 17 de outubro.

Embora o STM já houvesse, há dois dias, determinado a quebra de nossa incomunicabilidade, o DOPS se recusava a cumpri-la. Tal recusa deixava claro haver uma divisão interna na própria ditadura, que chegou a se tornar pública com declarações do presidente do STM, general Olímpio Mourão Filho, ameaçando o diretor do DOPS de São Paulo, que também agia em comum acordo com setores do regime militar.

As pressões externas e a greve de fome tornaram impossível para a ditadura manter-nos no presídio Tiradentes.

Por volta de 3 horas da madrugada do dia 16 de outubro, fomos despertados por imenso barulho dentro do presídio. Foram acesas todas as luzes da ala em que estávamos, enquanto dezenas de policiais civis e militares entravam nos corredores, com os carcereiros começando a abrir a primeira cela.

Algumas delegações de presos de outros estados já haviam sido reconduzidas a seu lugar de origem e outras aguardavam para serem recambiadas, enquanto nós, do estado de São Paulo, desconhecíamos nossa sorte.

Aos poucos, em pequenos grupos, fomos sendo retirados do presídio sob a mira de armas, sem que nenhuma explicação nos fosse dada sobre nosso destino, o que motivou imensa preocupação em todos nós. Correram novamente rumores de que o regime se fechara de vez e que seríamos fuzilados.

A operação policial foi relativamente rápida, o que não impediu que houvesse ruidosa manifestação de nossa parte, pois exigíamos explicações para onde estávamos sendo levados e éramos apoiados por demonstrações de solidariedade dos presos comuns.

Aos poucos, os presos de São Paulo estavam todos no pátio, com as mãos na cabeça, enquanto a polícia con-

duzia a todos, em pequenos grupos, para fora do presídio.

Ao chegar minha vez, pude divisar várias viaturas policiais, entre camburões e micro-ônibus. Eu e mais sete companheiros fomos jogados em um camburão, enquanto os policiais nos ameaçavam dizendo que seríamos fuzilados em algum ponto da periferia de São Paulo,

A viatura arrancou em alta velocidade, sem esperar pelas demais. O trajeto levou tanto tempo que parecia uma eternidade e nós arriscávamos palpites sobre nosso destino.

Quando o camburão reduziu a velocidade, um companheiro da capital conseguiu espiar pela fresta da porta da viatura e nos comunicou: "Estamos chegando ao Carandirú".

No carandiru

Chegamos à Casa de Detenção do Carandiru ainda escuro e o dia nem amanhecera de todo quando fomos reunidos no pátio pelo diretor do presídio. O coronel Fernão Guedes fez uma preleção sobre a disciplina na casa, afirmou que reservara um corredor somente para os presos políticos e não exigiria que raspassem nosso cabelo, o que era imposto aos presos comuns.

Manifestou que o presídio, que contava naquele dia com quase 5 mil presos, não estava aparelhado para receber presos políticos e acreditava ser aquela uma situação transitória.

Alegou, ainda, que nenhuma responsabilidade tinha na nossa prisão, apenas cumpria ordens para receber-nos no local, onde teríamos um tratamento decente.

Já estávamos todos reunidos, em torno de 120 estudantes de São Paulo, que tinham sido levados do Tiradentes até lá da mesma forma que o nosso grupo.

Em seguida, tomamos algumas vacinas, medida rotineira naquele estabelecimento carcerário, e tivemos que vestir o uniforme azul do presídio, largo e sem cinto, enquanto nossas roupas, nosso dinheiro e nossos documentos ficaram, mediante recibo, custodiados na administração do presídio.

Do lado interno, era grande a curiosidade dos presos.

Muitos deles, por bom comportamento, ficavam fora das celas realizando diversos trabalhos no presídio. Eles se juntaram em torno de nós, indagando sobre nossa luta e nossa prisão.

Nessas conversas da chegada, tive oportunidade de conhecer o presidiário mais famoso do local, o italiano Meneghetti, preso em diversas oportunidades em razão de furto, cumpria uma de suas penas, figura lendária da história carcerária brasileira.

O velho Meneghetti falou de sua simpatia por nossa causa, tendo-nos contado algumas de suas histórias e terminou por distribuir autógrafos a alguns companheiros.

Nós, estudantes de Direito, éramos muito procurados pelos presos, os quais nos chamavam de doutores e indagavam sobre sua situação processual, já que grande parte deles não tinha assistência jurídica.

Levados às celas, avisaram-nos que seriam trancadas somente à noite e que poderíamos circular pelo corredor, que era muito grande.

Embora prisão seja sempre prisão, nossa situação melhorou, já que as celas eram razoavelmente limpas e não éramos vítimas de maus tratos. Pude tomar meu primeiro banho desde a saída de Ribeirão Preto e, assim, vestir o uniforme de presidiário.

Saí da cela com outros companheiros e andamos pelo corredor, embora estivéssemos bastante debilitados pela greve de fome. Quando chegamos à Casa de Detenção, tomamos café com leite, pão e manteiga, e quebrarmos nosso jejum de mais de setenta e duas horas.

Nessa mesma manhã, fomos informados de que finalmente nossa incomunicabilidade fora quebrada e logo

em seguida receberíamos visitas de familiares.

No andar em que estávamos, havia um barbeiro e, a exemplo de muitos companheiros, resolvi fazer a barba crescida há dias. O barbeiro se utilizou de uma navalha muito afiada e, enquanto me barbeava, contava um pouco de sua vida. Embora o homem estivesse com um uniforme igual ao meu, só no final do serviço vim a saber que ele fazia o trabalho de barbeiro naquela ala do presídio, pois estava cumprindo pena de 15 anos de prisão por homicídio.

Pouco antes do meio dia, o alto-falante anunciou que seríamos chamados para a visita, em grupo de dez presos, pela ordem de chegada dos familiares e que teríamos um tempo de quinze a vinte minutos para conversarmos com os parentes.

Iniciada a chamada, fui o quinto a ser convocado, fazendo parte do primeiro grupo a receber a visita, o que revelava a ansiedade e preocupação de meus familiares.

Colocados os dez primeiros presos em uma sala ampla, encontrei-me com meu pai e minha mãe, depois de vários dias de congresso e de prisão, contendo a emoção pela solidariedade militante de ambos.

Por seu lado, eles também seguravam a emoção ao me ver muito abatido e alguns quilos mais magro, mas todos ficamos muito felizes em nos reencontrarmos.

Além de frutas, jornais e roupas que me levaram, relatei-lhes resumidamente o acontecido na prisão; meu pai me informou que já tinha conhecimento de que, no dia seguinte, seríamos interrogados no DOPS e em seguida, liberados; falou-me também da luta travada todos os dias na porta do Tiradentes para tentar nos ver. Meu pai e seu amigo, Dr. Pedro Bruno Neto, de Santo André, ambos advogados, foram impedidos de visitar os presos.

Relataram-me, ainda, as manifestações ocorridas em Ribeirão Preto, o que me alegrou, já é muito importante para um preso político saber que há manifestações solidárias exigindo sua libertação, sobretudo em sua cidade.

Terminada a visita, foi servido o almoço, refeição de que não desfrutávamos há dias e que, comparada à comida do presídio Tiradentes, era refeição decente.

Passamos a tarde reunidos e discutindo nossa situação, depois de termos lidos os jornais que lá nos chegavam pelas vias normais. Discutimos o tipo de depoimento que faríamos no DOPS, além dos rumos do ME, pois a disposição de todos nós era de continuar a luta.

Às 18 horas, o presídio parou para ouvir a Ave-Maria, tocada nos amplificadores e pudemos sentir um momento de muita emoção entre os presos comuns. Esse quadro se repetia, na época, todos os dias, à mesma hora, minutos em que todos eles, condenados pela Justiça e proscritos pela sociedade, tinham seu momento de reflexão sobre suas vidas e de apelo àquilo em que acreditavam como sua esperança.

Após o jantar, as celas foram fechadas e todos dormimos, aguardando com ansiedade o dia seguinte.

No dia 18, logo após o almoço, fomos autorizados a vestir nossas roupas e preparamo-nos para deixar o presídio, o que aconteceu por volta das 13 horas, quando vários ônibus nos levaram ao DOPS, sob forte escolta policial, não sem antes ouvirmos nova preleção do coronel Guedes.

No DOPS

Às 14h30, chegamos ao DOPS e pudemos divisar dezenas de familiares e companheiros que, da rua, gritavam e acenavam para nós, pois a vigília fora transferida de local.

Entramos no sinistro casarão, símbolo da repressão política no Brasil, e fomos colocados em algumas salas

sentados no chão e vigiados por tiras armados, enquanto éramos chamados aos poucos, prestando depoimento e sendo liberados um a um.

Em virtude de nosso número ser muito elevado, esse trabalho arrastou-se por muito tempo, porque além de interrogados, éramos fichados e fotografados em um lento ritual e os policiais não tinham pressa.

Anoiteceu e os interrogatórios continuavam. Os policiais decidiram autorizar o envio de sanduíches e refrigerantes, providenciados pelo pessoal da vigília.

Fui um dos últimos a ser liberado e assinei um livro confirmando a data e o horário em que deixara o DOPS. Em seguida, um investigador deu-me uma grande lição ao dizer: "Agora eu posso desaparecer com você, pois você já assinou que foi posto em liberdade".

Diante da minha reação de surpresa, esclareceu o tira que se tratava de uma brincadeira, mas serviu-me de ensinamento para eventuais futuras prisões.

Quando deixei o prédio do DOPS já era mais de meia-noite, em uma São Paulo fria e com garoa, sem dinheiro, nem documentos, os quais ficaram retidos no Carandiru e somente poderiam ser retirados no dia seguinte. Em virtude da hora e do mau tempo, já não havia mais ninguém da vigília, além disso o DOPS informara ao pessoal de fora que somente seríamos libertados no dia seguinte.

Tentei parar um táxi, mas somente um louco pararia àquela hora, naquele local fortemente policiado, para conduzir um rapaz de 18 anos, com aparência de estudante.

Apelei então a um dos PMs que montava guarda no DOPS. O policial parou um táxi para mim, cujo motorista terminou concordando em me levar ao destino e receber o pagamento no local, pois entendera minha situação de recém-libertado.

Meia hora depois, tocava a campainha na casa de minha tia Lourdes, no bairro da Aclimação, onde estavam meus pais. Todos os familiares saíram para me receber efusivamente e pagaram o taxista pelo serviço.

Alguns companheiros mais queimados* permaneceram na prisão por dois meses, enquanto Luís Travassos, José Dirceu, Vladimir Palmeira, Franklin Martins e Antônio Ribas, foram levados ao Forte de Itaipu, na Praia Grande, onde passaram alguns meses.

Travassos, Dirceu e Vladimir foram libertados somente quando o embaixador norte-americano foi sequestrado, em setembro de 1969. Franklin fora solto bem antes e fez parte do grupo que sequestrou o embaixador.

Quanto a Domingos Simões, proprietário do sítio onde se realizou o 30º Congresso, passou a ser procurado pela polícia até ser preso com mulher e filhas pequenas e ser violentamente torturado na frente da família.

Foi presa ainda Terezinha Zerbini, militante da luta contra a ditadura, que intermediou o empréstimo do sítio à UNE.

No dia 18 pela manhã, voltei ao Carandiru para retirar meus pertences, desta vez acompanhado por meu pai e advogado. Depois de almoçarmos, tomamos o ônibus na rodoviária com destino a Ribeirão Preto.

Ao chegar a Ribeirão, rumei direto ao CA 1º de Setembro, onde estavam alguns estudantes de plantão. O primeiro a me receber foi o colega José Roberto Lemos Passos que, aos berros, anunciou minha chegada aos demais. Em seguida, chegaram Tanure e José Roberto Pires.

Depois das breves comemorações da nossa liberdade, rumamos todos para a Faculdade de Direito, que continuava ocupada, onde fomos euforicamente recebidos pelos colegas que lá se encontravam. Na oportunidade, foi realizada uma assembleia com todos os presentes, onde relatamos os fatos acontecidos na prisão e discutimos com eles a continuidade do movimento.

Decidiu-se pela desocupação da Faculdade, em virtude da nossa soltura. Quando me dirigia ao Centro Acadêmico para comemorar a liberdade com os colegas, comecei a me sentir mal, com tonturas e febre alta, o que fez com que minha família fosse me buscar e me levar para casa.

Meu organismo começava a dar sinais de cansaço, depois de todo o ocorrido e, com os mesmos 1.68 metros que tenho hoje, estava pesando apenas 47 quilos.

---

* *Queimados: termo utilizado pela esquerda para designar pessoas cuja militância já era conhecida pelos órgãos repressivos, tornando-se visadas.*

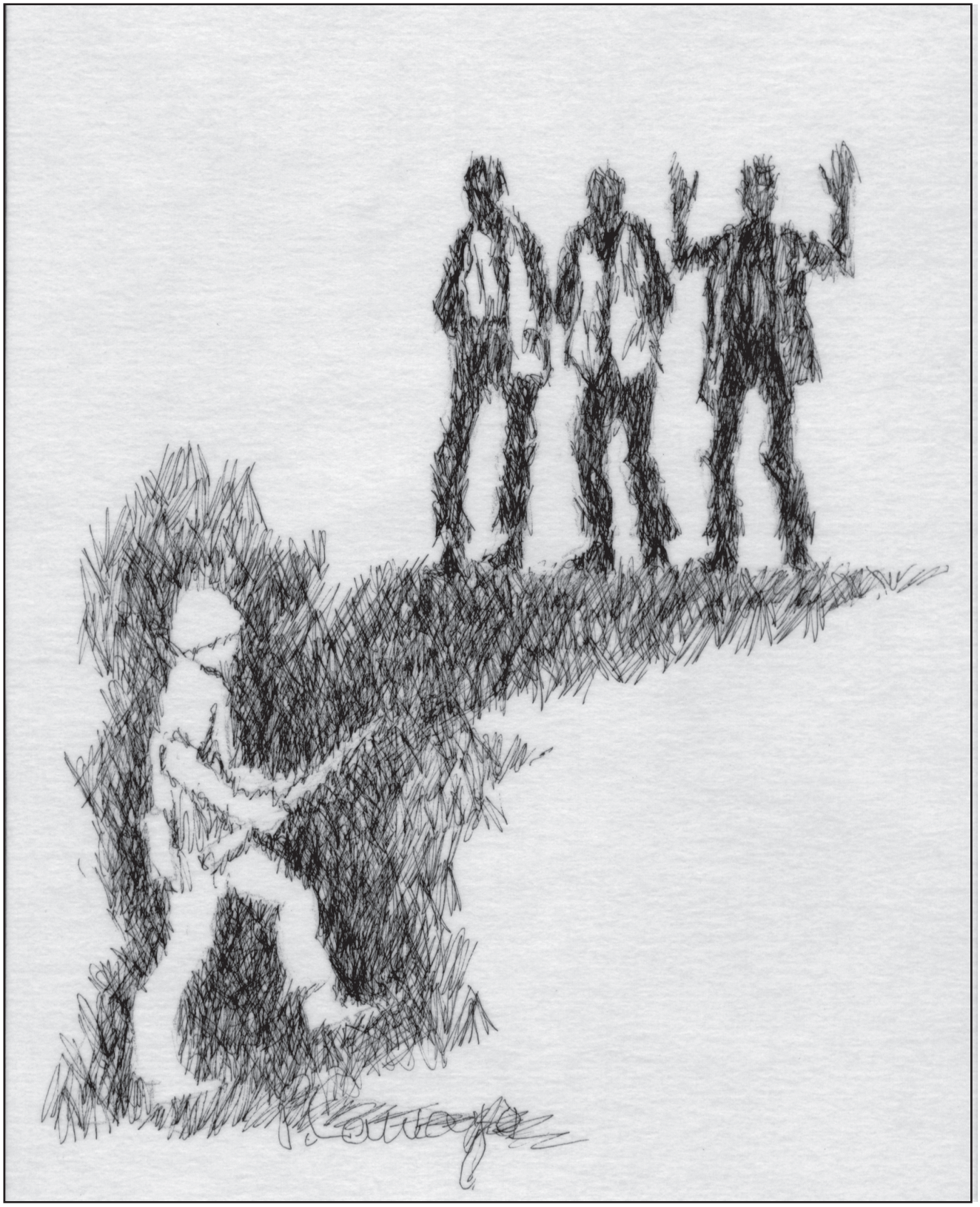


Ilustração: Paulo Camargo

"Veja" – 16/10/1968

brasil

ções dos estudantes foram canalizadas para o apoio a tais setores progressistas. Por mais violentas que fôssem as palavras dos seus dirigentes, o movimento estudantil, na prática, deu mais importância aos contatos de cúpula do que à aproximação direta com as áreas populares".

Uma oposição nas ruas — Essa mudança total de política da ex-UNE se refletiu em tudo que aconteceu de 1967 para cá. É uma ex-UNE diferente, essa que teve o seu 30.º Congresso interrompido e seus líderes presos. Organizou-se de faculdade em faculdade, para colocar sempre contingentes pequenos, ou grandes, nas ruas, protestando contra o Govêrno. Denunciou o diálogo a certa altura proposto como mediação entre o movimento estudantil e o Govêrno Costa e Silva. Só concordaria em realizá-lo se os estudantes presos fôssem soltos e encerrada tôda repressão. Mas sabia evidentemente que isso era impossível.
Nìtidamente de esquerda, sem entretanto estar filiada a nenhum grupo e não aceitando a tutela de nenhum partido, a ex-UNE estêve sistemàticamente contra o Govêrno e conseguiu capitalizar graves episódios, como a morte do estudante Edson Luís, em março, na Guanabara, e a invasão da Universidade de Brasília, em agôsto. A ex-UNE engloba diversas tendências, que vão da esquerda cristã (a Ação Popular, que chegou a dominá-la, logo depois da Revolução) aos grupos marxistas-leninistas, maoístas, pró-castristas e, recentemente, os althusserianos, que defendem as idéias do filósofo francês Louis Althusser (que representa a revisão do marxismo). É impossível hoje definir uma tendência homogênea dentro da ex-UNE. O velho Partido Comunista Brasileiro, que defende a revolução por meios pacíficos, hoje se confunde com as várias facções marxistas que surgiram depois da Revolução, e sua expressão no meio estudantil é quase nula. Novas correntes se formaram, chamadas dissidências, e na própria organização da esquerda católica também se verificaram cisões.

O retrato da oposição — O movimento estudantil despertou novamente a atenção do Govêrno depois da morte do estudante Edson Luís, na Guanabara. Não só pela morte do secundarista, mas também porque os estudantes levaram para as ruas as deficiências do ensino superior no Brasil.
O Govêrno Costa e Silva preocupou-se com o problema estudantil quando, e dezembro do ano passado, pelo Decre 62 024, criou a Comissão Especial pa o Ensino Superior, dirigida pelo enti Coronel Carlos Meira Matos. Duran 89 dias essa Comissão estudou e rec lheu todos os dados do problema unive sitário brasileiro. A Comissão ficou ma famosa quando o hoje General Mei Matos entregou ao Presidente Costa Silva e ao Ministro da Educação Tar Dutra um relatório de trezentas págin com a análise do problema: o "Rel tório Meira Matos".
Em síntese, o relatório alinhava com pontos críticos: falta de liderança est dantil democrática, consciente de seu p pel e pronta a defendê-lo; ausência fiscalização de verbas e de esforços obtenção de novas fontes de financi mento; má remuneração dos professôr (o que provoca várias deturpações exercício profissional); ausência de un orientação para atender à maior dema da anual de vagas em todos os níveis ensino; implantação desordenada da forma universitária, sem objetividade sem visão na redução dos currículos.
Mesmo apontando tôdas essas falhas, mesmo com a criação de um grupo trabalho que elaborou uma reforma un versitária, o Govêrno não se livrou oposição do movimento estudantil.

Mais uma vida? — Embora sofrendo gumas baixas temporárias — como a p são de Vladimir Palmeira no início agôsto passado —, no todo, a ex-UN continuou em ascensão. E a repressão manifestações estudantis emprestou voluntàriamente muita divulgação movimento. O próprio Vladimir Palm ra, que há dois anos não passava de u líder menor, se tornou uma figura projeção nacional. Outros líderes tam bém se projetaram e todos, com as su teses e divergências, foram para o 30 Congresso.
A ex-UNE, que já estava numa encr zilhada de idéias quanto ao seu verd deiro papel, hoje tem outros problem Ela se debatia em tôrno de duas tes principais: deveria o movimento est dantil voltar-se para os problemas Universidade e, através dêsses prob mas, denunciar o sistema e as estrut ras, ou deveria acompanhar uma lin política de denúncia constante a tod os atos atentatórios dos "inimigos povo, da ditadura e do imperialismo
A primeira posição, defendida por V dimir Palmeira e por seu candidato presidência, José Dirceu, era chama de "luta reivindicatória". A segunda, Luís Travassos, o então presidente ex-UNE, e de seu candidato, Jean Ma Van der Weig, era chamada de "lu política".
Hoje, com seus líderes presos, a UNE passa a ser "ex" de uma vez p tôdas?

GERALDO GUIMARÃES

Os braços de Dirceu sôbre a massa estudantil: o V da vitória não conseguida.

18

VEJ

"Veja" – 16/10/1968

FOLHA DE S. PAULO

ANO XLVIII UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL SÃO PAULO, DOMINGO, 13 DE OUTUBRO DE 1968 N.º 14.364

NCr$ 0,40

CONGRESSO DA UNE: TODOS PRESOS

Cerca de mil estudantes que participavam do XXX Congresso da UNE, iniciado clandestinamente num sítio da Ibiuna no Sul do Estado, foram presos ontem de manhã por soldados da Força Publica e policiais do DOPS. Estes chegaram sem serem pressentidos e não encontraram resistencia. Toda a liderança do movimento universitario foi presa: José Dirceu, presidente da UEE, Luís Travassos, presidente da UNE, Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes, e Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, presidente da União Paulista de Estudantes Secundarios, entre outros. Eles foram levados diretamente ao DOPS. Os demais estão recolhidos ao presidio Tiradentes. Desde segunda-feira os habitantes de Ibiuna notaram a presença de jovens desconhecidos, que iam à cidade comprar pão, carne, escovas e pasta de dentes, despertando suspeitas ao adquirir mais de NCr$ 200 de pão de uma só vez. Essas informações foram transmitidas ao DOPS e à Força Publica, que desde quinta-feira já conheciam segundo afirmaram — o local exato do Congresso. A denuncia de um caboclo, que fora barrado ao tentar chegar até o sitio Murduru, onde estavam os estudantes, fortaleceu a convicção da Policia de que o congresso seria realizado ali. Depois de avançar alguns quilometros de carro e outro trecho a pé, por causa da lama da estrada, 215 policiais chegaram ao local às 7h15 de ontem, organizaram o cerco aos estudantes e dispararam algumas rajadas de metralhadora para o ar, para intimidá-los. Sem resistir, os congressistas foram colocados em fila e levados aos onibus requisitados para transportá-los para a capital. O governador Abreu Sodré, ao ser homenageado por trabalhadores do DAE, no Horto Florestal, referiu-se ao episodio e reafirmou sua disposição de "manter a paz e a tranquilidade para a população que deseja trabalhar". E acrescentou, referindo-se à prisão dos participantes do congresso da UNE: "Agi com energia para reprimir a agitação e a subversão quando determinei, após horas de angustia e apreensão, a prisão de estudantes subversivos que

"Folha de São Paulo" – 13/10/1968

PROPRIEDADE DA EDITÔRA DIÁRIO DA MANHÃ

Ofic. Rua Duque de Caxias, 179 — Caixa Postal, 352 — Tels.: 1103 - 5143 — ANO 71 — Ribeirão Prêto, Quarta Feira, 16 de Outubro de 1968 — Porte Postal Pago

HOJE TEM PASSEATA

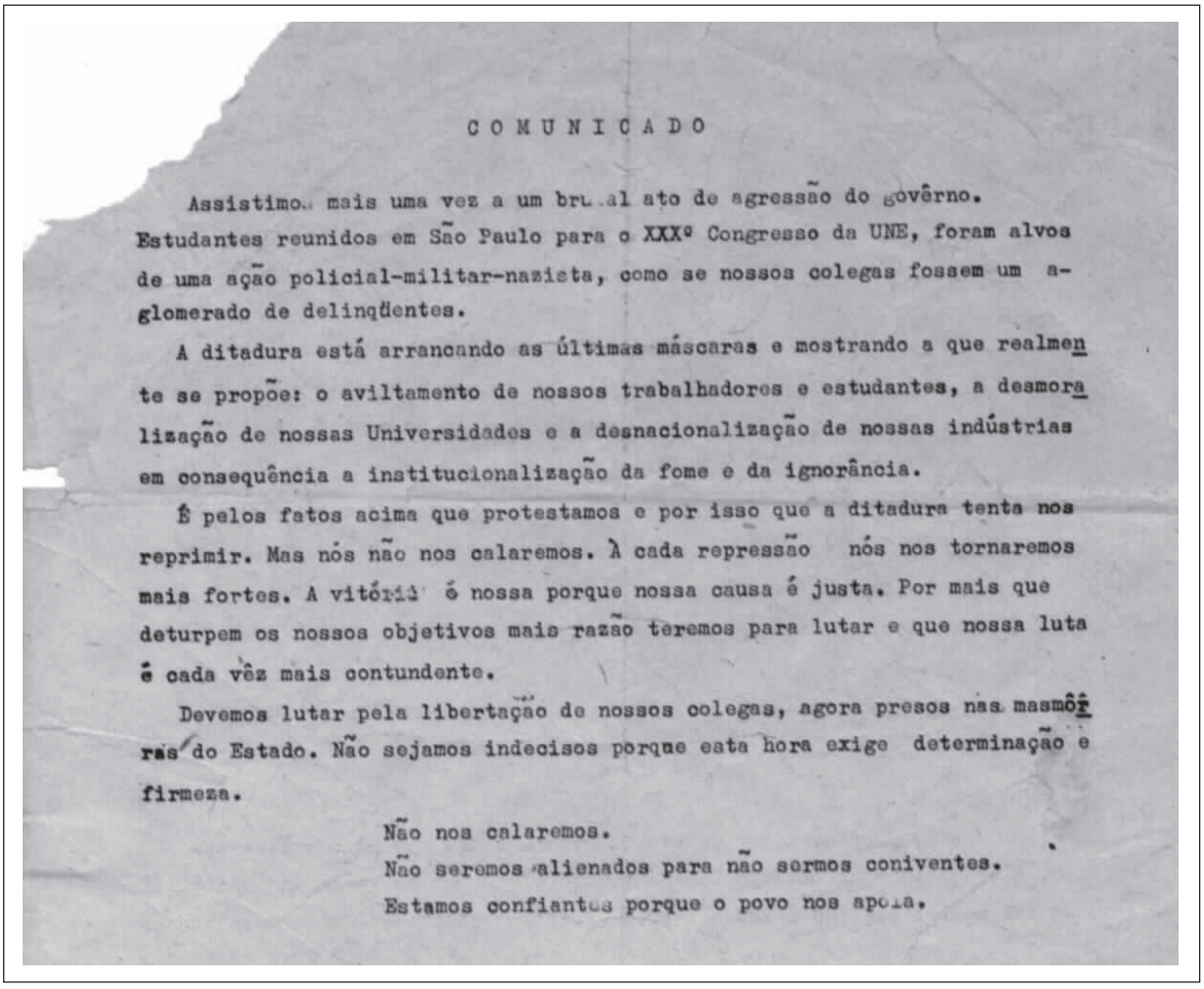
Segundo informação obtida ontem à noite, pelo DIA'RIO DA MANHÃ, todas as faculdades locais reuniram-se, à tarde, deliberando sobre a repressão policial ao congresso da UNE, realizado em Ibiuna. Os universitários decidiram sair às ruas, hoje, em local e hora que uma comissão especialmente formada deverá estabelecer. A passeata será de protesto pelo que os estudantes chamaram de "presão da ditadura contra as liberdades democráticas" e contra "qualquer forma de restrição ao direito de reunião, garantido pela Carta Magna". Os informantes disseram que será convidado todo o povo e os trabalhadores, através de panfletos e comicios relampagos às portas dos colégios e fábricas.

os no Oriente Médio

GENTINA REALIZA O SEU TRANSPLANTE CARDIACO

Soviéticos e tchecos já terminaram conversações

"Diário da Manhã" – 16/10/1968



COMUNICADO

Assistimos mais uma vez a um brutal ato de agressão do govêrno. Estudantes reunidos em São Paulo para o XXXº Congresso da UNE, foram alvos de uma ação policial-militar-nazista, como se nossos colegas fossem um aglomerado de delinqüentes.

A ditadura está arrancando as últimas máscaras e mostrando a que realmente se propõe: o aviltamento de nossos trabalhadores e estudantes, a desmoralização de nossas Universidades e a desnacionalização de nossas indústrias em consequência a institucionalização da fome e da ignorância.

É pelos fatos acima que protestamos e por isso que a ditadura tenta nos reprimir. Mas nós não nos calaremos. À cada repressão nós nos tornaremos mais fortes. A vitória é nossa porque nossa causa é justa. Por mais que deturpem os nossos objetivos mais razão teremos para lutar e que nossa luta é cada vêz mais contundente.

Devemos lutar pela libertação de nossos colegas, agora presos nas masmôrras do Estado. Não sejamos indecisos porque esta hora exige determinação e firmeza.

Não nos calaremos.
Não seremos alienados para não sermos coniventes.
Estamos confiantes porque o povo nos apoia.

Manifesto dos familiares e colegas dos estudantes presos

Apêlo às Mães e Mulheres de São Paulo

A União das Mães de S.Paulo Contra a Violência, agora reforçada por mães vindas de outros estados do Brasil, em defesa de sus filhos presos, incomunicáveis, sem culpa formada, vem fazer um apêlo às demais mães e mulheres para que participem por tôdas as formas cabíveis e, principalmente, por sua presença na vigília de sacrifício que farão em frente do presídio Tiradentes, à partir das 17 horas no dia 16.

Esta nossa decisão visa exigir:

1º - Divulgação imediata da lista de presos, negada até agora.
2º - A quebra da incomunicabilidade.
3º - A libertação de nossos filhos.

aflitos telefo- navam para as escolas e exigiam a presença imediata dos filhos e filhas em casa. Temor
vão, porque desta vês, ao invés da Policia, a

Agua Dissolve Passeata

O único impedimento opôsto à ação da polícia foi a água. Mas, a Cavalaria manteve —— prontidão defronte ao 3.o BP. ——

O povo confundia-se com os estudantes, defronte ao C.A. "1.o de Setembro".

A chuva torrencial do anoitecer de on- da ameaça da Policia encontraram o De- de Ribeirão Preto. Acontece que a Policia no bôlo entraria no pau; salve-se quem pu-
tem frustrou o propósito dos estudantes, a- legado regional, dr. Celso Camargo de A- tomou conhecimento dos fatos e chegou à der". Pois bem, os estudantes ignoram is
nunciado um dia antes, de realizar a pas- zevdo, que tentou dissuadi-los. Houve vaia Faculdade antes Assim ontem pela ma-

"Diário da Manhã" – 17/10/1968

Ribeirão Prêto, Sexta Feira, 18 de Outubro de 1968 — Porte Postal Pa

Estudantes Não Param

A cidade viveu ontem mais um dia de tensão com os estudantes se movimentando bastante, centralizando suas atividades na séde do Centro Acadêmico 1.o de Setembro. A Policia agiu com severidade mais uma vez. A história dos acontecimentos de ontem está relatada nesta edição em todos os detalhes.

Os estudantes voltaram à carga, on- se tratava de passeata relâmpago. Em se- dominar o problema". Disse depois que tu- munidos de bombas de gás lacrimog
m, com uma nova passeata que, como das guida, um megafone, ampliava gritos de do fizera para conseguir a liberação dos metralhadoras, cassetetes etc.
zes anteriores, foi dispersada pela Poli- "abaixo a ditadura", "milicos estudam na três universitários de Ribeirão Prêto, pre- O dialogo que se verificava foi, e
. De manhã, o centro da cidade gozou de nossa escola" etc. sos em Ibiuna. O responsável pela captura interrompido com uma demonstraçã
soluta calma. Sòmente a partir de 1h30 CARTAZES dos três estudantes prometera ouvi-los em revolta dos estudantes, indignados c
tumultos se verificaram. Primeiro, hou- Por volta de 2h45, o delegado regional primeiro lugar e liberá-los depois de fa-

"Diário da Manhã" 18/10/1968

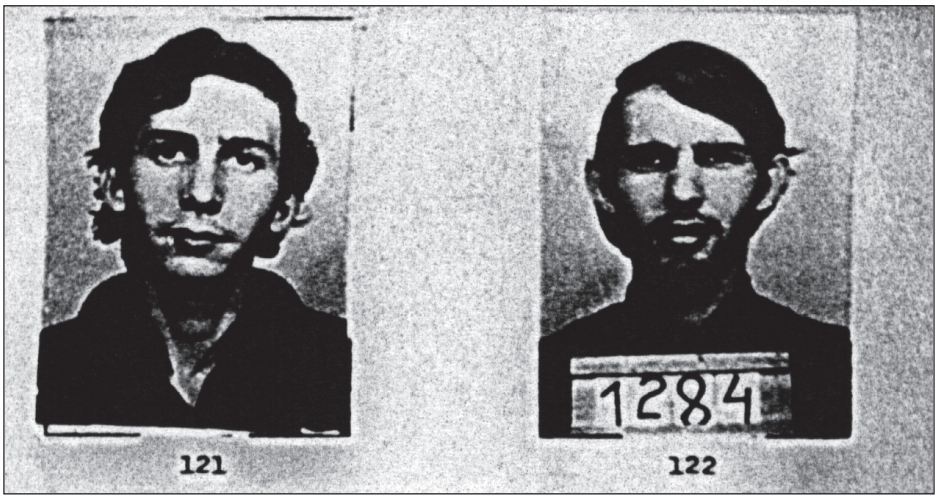


Foto de Leopoldo Paulino nos arquivos do DOPS (123)

S. G. - 2-65 - S.A.C. - S.S.P. - Mod. 237 - 9.000

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SÃO PAULO

AUTO DE QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO

As dezessete (17) horas do dia dezessete (17) do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, na Delegacia Especializada de Ordem Politica, do Departamento de Ordem Política e Social, presente o senhor Dr. Italo Ferrigno, Delegado respectivo, comigo escrivão do seu cargo ao final assinado, aí compareceu o indiciado CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, assistido pelo Dr. Paulo Pirajtininga Sampaio, advogado inscrito na O.A.B. sob n.13464 para os fins do artigo 185 do Cód. de Proc. Penal Brasileiro, presentes as testemunhas ao final qualificadas que assistiram a todo o interrogatório e ouviram a leitura dêste auto, o qual, às perguntas que lhe foram feitas com referência a sua qualificação, respondeu-as da seguinte maneira:

Qual o seu nome? Carlos Leopoldo Teixeira Paulino, sem religião

Qual a sua nacionalidade e naturalidade? Brasileiro, natural de Ribeirão Preto, dêste Estado

Qual o seu estado civil? Solteiro

Qual a sua idade? 18 anos de idade (11-6-950)

Qual a sua filiação Nascir Alves Paulino e de Maria Aparecida Paulino

Qual a sua residência? Rua Henrique Dumond,939, bairro Jardim Paulista, em Ribeirão Preto, nêste Estado

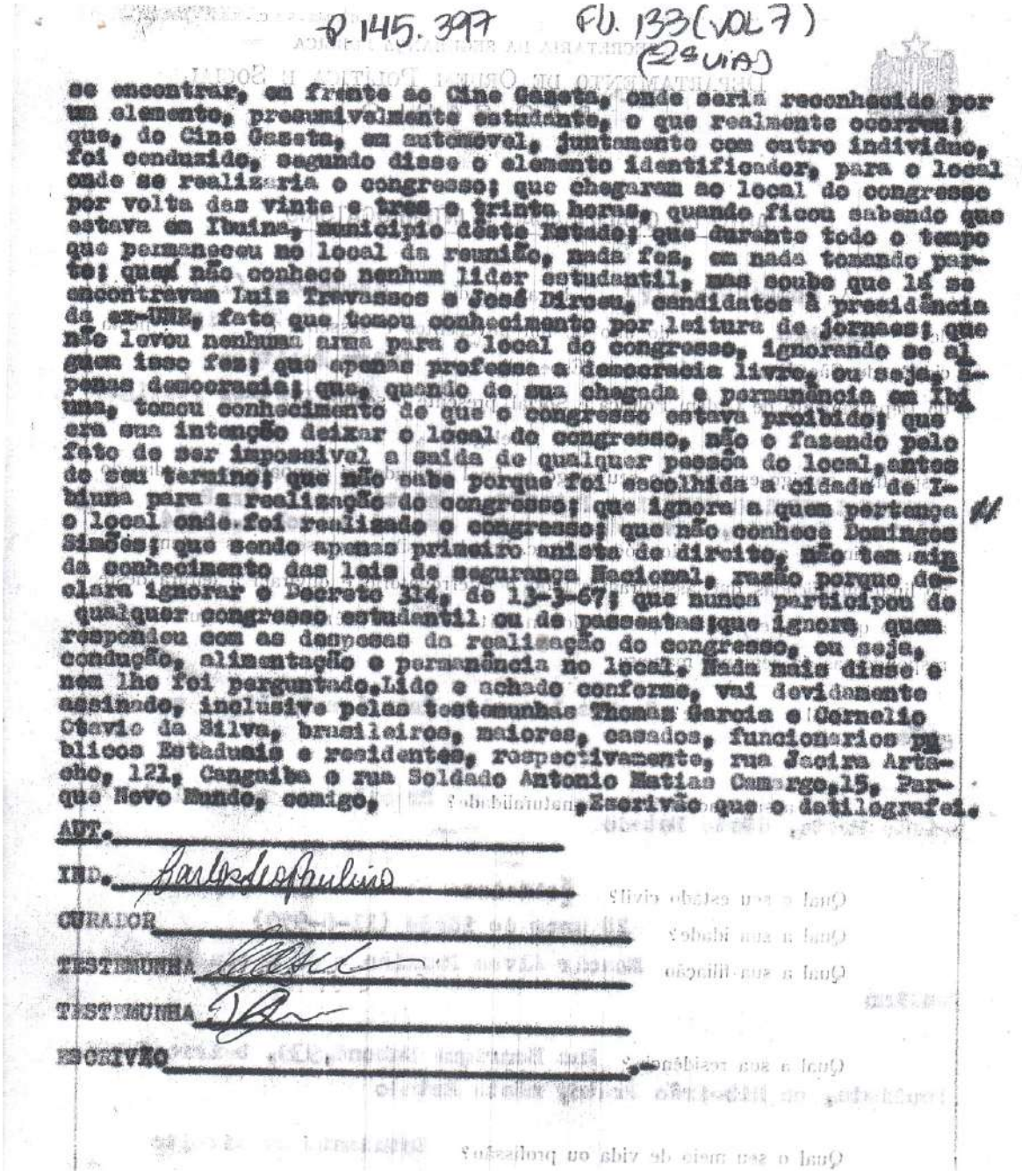
Qual o seu meio de vida ou profissão? Estudante de Direito

Onde exerce a sua atividade? Faculdade de Direito Laudo de Camargo, em Ribeirão Preto, nêste Estado.

Qual a sua instrução? Superior

Em seguida, cientificado da acusação, interrogado na forma do artigo 188 daquele mesmo Código, respondeu como adiante se segue às perguntas formuladas pela autoridade policial:

"Que, em assembleia geral havida na sua faculdade, o interrogando foi escolhido para representá-la na reunião de estudantes que em São Paulo se realizaria; que, escolhido, às expensas do Centro Academico da Faculdade, dirigiu-se a esta cidade, quando teveu conhecimento de que a reunião era patrocinada pela ex-UNE; que, em Ribeirão Preto, foi instruido que deveria se a-



P.145.397 FLS. 133 (VOL 7)
(2ª VIA)

se encontrar, em frente ao Cine Gazeta, onde seria reconhecido por um elemento, presumivelmente estudante, o que realmente ocorreu; que, do Cine Gazeta, em automóvel, juntamente com outro individuo, foi conduzido, segundo disse o elemento identificador, para o local onde se realizaria o congresso; que chegaram ao local do congresso por volta das vinte e tres e trinta horas, quando ficou sabendo que estava em Ibuina, municipio deste Estado; que durante todo o tempo que permaneceu no local da reunião, nada fez, em nada tomando parte; que não conhece nenhum lider estudantil, mas soube que lá se encontravam Luis Travassos e José Dirceu, candidatos à presidência da ex-UNE, fato que tomou conhecimento por leitura de jornais; que não levou nenhuma arma para o local do congresso, ignorando se alguem isso fez; que apenas professa a democracia livre, ou seja, Democracia; que, quando de sua chegada e permanência em Ibiuna, tomou conhecimento de que o congresso estava proibido; que era sua intenção deixar o local do congresso, não o fazendo pelo fato de ser impossivel a saida de qualquer pessôa do local, antes do seu termino; que não sabe porque foi escolhida a cidade de Ibiuna para a realização do congresso; que ignora a quem pertença o local onde foi realizado o congresso; que não conhece Domingos Simões; que sendo apenas primeiro anista de direito, não tem ainda conhecimento das leis de segurança Nacional, razão porque declara ignorar o Decreto 314, de 13-3-67; que nunca participou de qualquer congresso estudantil ou de passeatas; que ignora quem respondeu com as despesas da realização do congresso, ou seja, condução, alimentação e permanência no local. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado, inclusive pelas testemunhas Thomas Garcia e Cornelio Octavio da Silva, brasileiros, maiores, casados, funcionarios publicos Estaduais e residentes, respectivamente, rua Jacira Artacho, 121, Cangaiba e rua Soldado Antonio Matias Camargo, 15, Parque Novo Mundo, comigo, Escrivão que o datilografei.

AUT. _____

IND. Leopoldo Paulino

CURADOR _____

TESTEMUNHA _____

TESTEMUNHA _____

ESCRIVÃO _____

Depoimento de Leopoldo Paulino nos DOPS quando da prisão de Ibiúna.

CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO

CODINOME

DATA FOTO

PAI
NOBOYE ALVES PAULINO

MÃE
MARIA APARECIDA PAULINO

NASCIMENTO			IDENTIDADE		TÍTULO ELEITORAL			
DATA	MUNICÍPIO	UF	ÓRGÃO/NÚMERO	EMISSÃO	NÚMERO	ZONA	SEÇÃO	UF
11/6/50	Bras.	SP						

ESTADO CIVIL

RESIDÊNCIA — DATA

LOCAL DE TRABALHO — PROFISSÃO
Estudante — Direito

OBSERVAÇÕES
Iniciado em DEOPS/SP

SVD 1498

Ficha de Leopoldo Paulino nos arquivos do DOPS

Destinatário ~~[illegible] PAULINO~~

Filiação ~~Noecir Alves Paulino~~ Paulino e Maria A.T.Paulino

Conteúdo ~~um par de sapatos marrom~~ preto, usado, para homem; um par de meias, uma calça e uma camisa xadrão, uma cueca, uma escova de dentes e um tubo de pasta usados, uma toalha de rosto amarela e branca, seis maçãs, seis laranjas.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

Remetente ~~Noecir Alves Paulino~~ RG 14.211 Ordem dos Advogados

Endereço ~~Rua Henrique Dumont nº 919 - Ribeirão Preto - SP~~

Assinatura Noecir Paulino

Conferido por

São Paulo, de de 1.96

Recibo de controle de entrada de pertences pessoais de Leopoldo, no Carandiru

VII - O FECHAMENTO

Novas prisões em Ribeirão

No dia seguinte, compareci com Tanure à redação de alguns jornais de Ribeirão Preto. Concedemos entrevistas, nas quais denunciamos as condições da prisão e as atitudes do governador Abreu Sodré, que não acatou a determinação do STM para quebrar nossa incomunicabilidade, e relatamos as violências praticadas por policiais contra nós e contra os presos comuns.

O ME continuava a sair às ruas em todo o país, lutando pela libertação de nossos líderes presos, enquanto já se preparavam as eleições para a UEE em novembro e decidia-se pela continuação do 30º Congresso da UNE.

Em Ribeirão Preto, o CA 1º de Setembro programou uma passeata para a noite de 25 de outubro, quando suspenderíamos as aulas na Faculdade de Direito e sairíamos do Mosteiro de São Bento em direção ao centro da cidade, onde, na Rua General Osório, encontraríamos estudantes de outras escolas e realizaríamos uma manifestação.

Ao chegarmos à Faculdade, por volta das 19 horas, o prédio estava cercado pela Cavalaria e por viaturas da Polícia Militar. Ficava claro que a repressão já estava informada de nossos planos.

Mesmo assim, suspendemos as aulas e fomos de classe em classe convocar os estudantes para a manifestação. Saímos todos de carro, por caminhos variados, com o objetivo de despistar a polícia.

Na Rua General Osório, improvisamos um comício relâmpago, em que Tanure e eu falamos sobre pára-

-choques de automóveis, enquanto os estudantes gritavam palavras de ordem como "ABAIXO A DITADURA" e "A UNE SOMOS NÓS".

Rapidamente, chegou a tropa de choque da PM, investindo pesado contra nós.

Houve uma correria geral, com a explosão de bombas de gás lacrimogêneo por toda parte causando forte ardor nos olhos, narizes e gargantas dos manifestantes. Uma parte do grupo correu para a sede do CA, na Rua São Sebastião, e a maioria se dispersou.

Tentei correr até o CA, mas a polícia já cercara a entidade, espancando todos os que tivessem aparência de estudantes e intimidando todas as pessoas que passavam pela rua, ameaçando invadir a sede do jornal A Cidade para efetuar prisões.

Estávamos informados de que a polícia tinha ordem para prender os três de Ibiúna, ou seja, José Roberto, Tanure e eu, e sabíamos que, dessa vez, se fôssemos detidos, passaríamos alguns meses nas prisões da ditadura.

No corre-corre, encontrei Russo e conseguimos subir a Rua Visconde de Inhaúma até furarmos o cerco policial e escondermo-nos em uma casa de parentes seus, na Rua Marcondes Salgado, onde ficamos por umas duas horas, até que um tio de Russo nos levou para casa.

Na manifestação, foram presos os estudantes José Francisco Zambon e Antônio José Piccirilo Filho, esse último, ativista do ME em nossa cidade, que sempre demonstrou grande firmeza nas manifestações contra a ditadura. Ambos foram levados ao DOPS, em São Paulo.

A partir do dia seguinte, passamos a denunciar a prisão dos dois companheiros e a mobilizar a sociedade por sua libertação, realizando assembléias nas escolas e conseguindo o apoio de importantes setores da sociedade.

Os advogados José Wilson Seixas Santos, Marcial Fernandes, Enéas de Oliveira Vianna, Feres Sabino e Moacyr Alves Paulino ingressaram com pedido de habeas-corpus em favor dos estudantes presos.

Enquanto isso, o CA divulgou um manifesto nos jornais e nós panfletamos a cidade, denunciando a prisão.

Organizamos em Ribeirão Preto um forte movimento de opinião pública em favor da libertação dos dois colegas e, em virtude do avanço da repressão, tornava-se praticamente impossível realizar uma passeata nos moldes tradicionais, razão pela qual passamos a buscar também formas alternativas de manifestações, conforme orientação da DI.

A libertação dos dois estudantes, entretanto, ocorreu somente doze dias depois; responderam a processo por participarem de manifestações contra o governo e foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Em novembro, a UEE começava seu processo eleitoral e a DI articulava sua chapa em todo o estado, com o companheiro Bernardino Figueiredo como candidato a presidente da entidade para disputar as eleições marcadas para o dia 12 daquele mês.

A eleição em Ribeirão Preto estava organizada, já que nosso grupo tinha vários militantes e praticamente todas as diretorias de Centros Acadêmicos apoiavam nossas propostas.

UEE: AS ELEIÇÕES EM FRANCA

A mim, coube a tarefa de coordenar as eleições na Faculdade de Direito, à noite, e, durante o dia, realizar o pleito em Franca, onde o movimento era mais fraco.

Naquela cidade, havia um pequeno grupo de valorosos companheiros que, com muita dificuldade, levava adiante o ME, lutando contra as forças reacionárias locais.

As dificuldades desses companheiros eram muitas. Certa vez, encontrei-me com alguns deles no centro de Ribeirão Preto e, comandados pelo companheiro Francisco Ovídio, estavam realizando furtivas expropriações de livros em algumas livrarias da cidade, já que seus parcos recursos impediam que os preciosos objetos fossem comprados pelas vias normais.

Nas eleições da UEE conversamos com o representante da chapa da AP, Francisco Ovídio, e decidimos deixar as divergências políticas de lado, pois o principal era realizar a eleição, não importando quem vencesse.

Na Faculdade de Filosofia em Franca, o clima não estava dos melhores.

Um grupo de estudantes de direita, liderados por Carlos de Andrade Vilhena, fundou o CCC local e, enquanto fazíamos campanha na escola para nossas chapas, eles prometiam que iriam impedir a realização do pleito. Apesar de contarmos com a simpatia da grande maioria dos estudantes, muitos deles estavam intimidados com as ameaças do grupo.

Decidimos, então, que iríamos para Franca na madrugada anterior ao pleito. À noite, passei em minha casa, procurei a arma que levaria para defender-me de possíveis agressões dos fascistas e não a encontrei.

Pela expressão de minha mãe, percebi que ela fora a responsável pelo desaparecimento da arma, seguramente temendo que algo de ruim me ocorresse.

Passei a argumentar que, desarmado, eu seria presa fácil da direita, mas ela não se sensibilizou com os argumentos. Passei, então, para a chantagem explícita, dizendo que ela seria a responsável pela morte do filho, caso eu fosse agredido e não tivesse como defender-me.

De imediato, ela foi buscar o 38, entregando-me o revólver com lágrimas nos olhos e pedindo que eu tivesse muito cuidado.

Na véspera da eleição, Francisco e eu recebemos o material eleitoral destinado a Franca e rumamos para lá de madrugada, em uma carona insuspeita – um cabo eleitoral de um candidato da ARENA a prefeito da cidade que se encontrava em Ribeirão e regressaria a Franca à noite ofereceu-se para levar-nos no carro de campanha do partido governista.

Chegamos a Franca por volta das 4 horas da manhã e fomos para uma república de colegas, onde ficamos até o amanhecer, para que então pudéssemos contatar os estudantes.

Pela manhã saímos à rua e o dia nem tinha clareado quando ouvimos um forte ruído, semelhante a uma rajada de metralhadora.

Encostei-me na parede de uma casa e Francisco atirou-se no chão.

Demoramos ainda alguns segundos para descobrir que o barulho fora causado pela súbita abertura da porta metálica de uma padaria.

Em seguida, passamos por algumas repúblicas de colegas, deixamos cédulas, atas e todo material eleitoral com outras pessoas e rumamos para a Faculdade, encontrando os companheiros Wanderlei Fontellas e Paulo Otávio Azevedo Júnior, militantes da FALN, que nos ajudariam a realizar as eleições.

Na Faculdade, o clima estava péssimo. O grupo do CCC ocupou a escola e fez uma barreira na portaria, ameaçando e revistando ostensivamente os estudantes de quem suspeitavam estar levando as cédulas de votação.

Contavam com a conivência do diretor da Faculdade, professor Alfredo Palermo, que nada fez para impedir a ação dos direitistas, e, inclusive proibiu, a realização das eleições no recinto da escola.

Eu e Francisco estávamos muito visados e sabíamos que nenhum material poderia ser levado para lá, sob pena de confisco pelos fascistas. Concluímos ser impossível realizar a votação na escola, motivo pelo qual decidimos usar da máxima criatividade para levá-la a efeito.

Improvisamos a urna em uma caixa de sapato. Paulo levou-a para o cemitério da cidade, enquanto Francisco e eu entrávamos na escola e dela saíamos dezenas de vezes, avisando a cada um dos colegas que queriam participar da eleição sobre o local onde se realizava a votação.

A cada passagem nossa pela porta da escola, ouvíamos ameaças e provocações dos membros do CCC, mas continuávamos a servir de "bois de piranha" para que a eleição se realizasse. Muitas vezes, saímos da escola e andávamos até o centro da cidade, lado oposto ao do cemitério. A partir das 12 horas, uma viatura da polícia militar passou a acompanhar-nos por onde fôssemos.

Por volta de 16 horas, a direita descobriu a manobra e o companheiro Paulo teve que se desdobrar para conseguir sair do cemitério carregando a urna, saltando o muro e impedindo que ela fosse apanhada pelos direitistas.

Reencontrou-se conosco, conforme o combinado, no banheiro da Viação Cometa, ponto de embarque dos ônibus daquela companhia.

Nesse banheiro, Chico, Paulo e eu procedemos à apuração dos votos, que deram a vitória a Bernardino por pequena margem. Embora diversos estudantes não tivessem conseguido votar, realizamos o pleito, impondo grande derrota ao CCC francano.

Passamos o resultado à imprensa, que noticiou os fatos e imediatamente tomei o ônibus para Ribeirão Preto. Fui para a Faculdade de Direito, onde também se realizavam as eleições da UEE, porém em clima diverso ao de Franca, com grande tranqüilidade e participação.

Nossa chapa foi amplamente vitoriosa, não somente em minha escola, mas em todas as Faculdades de Ribeirão.

A chapa da DI venceu em todo o estado e Bernardino foi eleito presidente da UEE. O companheiro Russo, passou a fazer parte da nova diretoria da entidade.

Nas eleições de 15 de novembro de 68, fui convocado pela Justiça Eleitoral para ser mesário das eleições na escola João Guião, no Jardim Paulista.

A posição da DI era a de anular o voto em protesto contra a ditadura.

Em Ribeirão Preto, concorriam três candidatos a prefeito pela ARENA e três pelo MDB, por sublegendas, artifício criado pela ditadura para acomodar os diversos grupos políticos nos dois partidos. Eu, que votava pela primeira vez, estampei na cédula "ERNESTO CHE GUEVARA", protestando contra a farsa eleitoral.

No pleito, elegeu-se prefeito o médico Antônio Duarte Nogueira, da ARENA, que venceu as eleições graças ao apoio do então prefeito Gasparini, de quem se descartou antes mesmo de sua posse.

Durante sua administração, Nogueira ligou-se umbilicalmente aos altos escalões da ditadura militar e governou Ribeirão Preto com as bênçãos do regime.

30º CONGRESSO: A CONTINUAÇÃO

O ME decidiu reorganizar o 30º Congresso da UNE a partir de dezembro. Todas as tendências políticas concluíram que ele não deveria ser realizado em um só local, portanto, cada estado deveria organizá-lo em três cidades, decidindo-se que, no estado de São Paulo, as cidades escolhidas seriam a própria capital, Campinas e

Ribeirão Preto.

Tal método garantiria uma participação muito maior de estudantes no congresso e, embora ele devesse ser mais demorado, a possibilidade de ocorrerem prisões seria muito menor.

A organização do congresso em Ribeirão Preto ficou a cargo da DI e a ALN, já organizada na cidade, atuou na cobertura do evento, emprestando importante apoio à estruturação do mesmo.

O congresso foi realizado nos dias 7 e 8 de dezembro, sábado e domingo, no Ginásio de Esportes da Faculdade de Medicina da USP. Dele participaram perto de 100 estudantes de toda a região e foi utilizado o álibi de que se tratava de um grupo de estudos, para o caso de eventuais curiosidades.

Armamos um razoável esquema de segurança, com um rádio transmissor instalado em uma casa situada na esquina do quartel da PM. Isso permitiria avisar-nos de qualquer movimento de tropas, possibilitando uma retirada completa dos participantes do congresso antes da chegada da repressão.

Os congressistas chegaram no sábado de manhã a Ribeirão e foram recolhidos em diversos pontos marcados na cidade. Eu também fui encarregado de cobrir alguns desses pontos.

Em seguida, os companheiros foram levados ao local do congresso, onde a reunião se desenrolou pelos dois dias.

No domingo, houve grupos de discussão na cidade, em casas e apartamentos cedidos por seus moradores. O grupo do qual participei realizou os debates no apartamento do estudante Fernando Racy, na Rua Duque de Caxias.

Houve, assim, uma reunião do congresso da UNE a cento e cinqüenta metros da delegacia de polícia local.

À tarde, voltamos para o campus da USP, onde encerramos o congresso com a vitória, em Ribeirão Preto, de José Dirceu para presidente da UNE. Todos os participantes deixaram o evento após seu encerramento sem que houvesse nenhuma prisão.

Na segunda-feira, dia 9, fui procurado pelo jornalista Wilson Roveri, que soubera da realização do congresso em Ribeirão e pretendia divulgar uma notícia sobre o assunto.

Solicitando-lhe que aguardasse, fiz contato com o pessoal da DI e decidimos que daria a entrevista, desde que meu nome não figurasse na matéria, por razões de segurança.

Assim, a edição do dia 10 de dezembro de 68 do Diário da Manhã trouxe a notícia sobre a realização do congresso em Ribeirão e a fonte informadora não foi divulgada pelo jornalista.

O Congresso da UNE continuou a ser realizado em vários pontos do país e terminou somente no início de 1969, com a eleição de Jean Marc como presidente da entidade, por reduzida margem de votos.

AI - 5

No início de dezembro, o regime já caminhava a passos largos para o fechamento.

O discurso do deputado Márcio Moreira Alves, realizado no início de setembro em protesto contra a invasão da UNB, foi usado como pretexto pela ditadura para criar uma crise política com o Congresso. Os três ministros

militares consideraram a fala daquele parlamentar ofensiva às Forças Armadas. Assim a linha dura passou a exigir sua cassação.

O governo solicitou então ao Congresso licença para processar o deputado. A Câmara Federal, em tumultuada sessão realizada no dia 13 de dezembro, recusou o pedido por 216 votos a 141 e entrou em rota de colisão com a ditadura.

Na véspera, na noite do dia 12, tropas militares invadiram o CRUSP, realizando centenas de prisões e destruindo o QG do ME, apreendendo armas, impressoras, coquetéis Molotov e documentos políticos do ME e de organizações clandestinas, assentando ao movimento o maior golpe depois da queda do Congresso de Ibiúna.

O fechamento era iminente.

Ainda no dia 13, horas depois da votação dos deputados, a ditadura editou o Ato Institucional nº 5, fechou o Congresso e suprimiu de vez qualquer resquício de liberdade democrática existente, efetuando dezenas de cassações de mandatos e prisões em todo o país, aprofundando-se o regime de terror, com férrea censura à imprensa e plenos poderes ao ditador Costa e Silva.

Em Ribeirão Preto, boatos corriam sobre a existência de uma lista de pessoas a serem presas e eu fui avisado de que meu nome figurava nesse rol.

O estudante de Direito José Guilherme Barbosa Pinheiro, conhecido como "Totó", cunhado do prefeito Antônio Duarte Nogueira e seu chefe de gabinete, pediu que eu fosse vê-lo com urgência na Prefeitura.

Lá me alertou que tivera informações privilegiadas, segundo as quais eu seria preso de imediato, se não me pusesse a salvo.

Por precaução, ausentei-me da cidade por alguns dias e passei o final de semana na cidade de Miguelópolis, para onde fui conduzido por Alexandre Daur e Reinaldo Tanajura, colegas de classe na Faculdade de Direito que lá residiam, em cujas casas me alojei contando com a solidariedade deles e de seus familiares.

A ditadura fechava de vez as possíveis ilusões, ainda existentes, de uma luta de oposição dentro dos marcos institucionais. Passava a ser cada vez mais difícil a ação do movimento de massas, que seguramente teria que se dar por outras formas de luta.

A luta armada passava a ser o único caminho possível de se resistir contra a ditadura militar.

Aqui, Ainda os Estudantes

Apesar de ter sido ontem o mais calmo dos dias, com relação aos movimentos estudantis, foi, para os estudantes, o mais produtivo e o mais intenso deles. Durante todo o dia a movimentação foi normal, isto é, idêntica à dos dois dias anteriores. Pequenos grupos reuniam-se nas esquinas e nas portas dos diretórios acadêmicos, sem contudo protestar contra coisa alguma, limitando-se a trocas de idéias.

A Polícia, contudo, manteve-se vigilante em todo o centro da cidade, na esperança de conseguir impedir qualquer manifestação ,não tendo porem qualquer trabalho ou atividade. Entretanto, quando menos esperava ,estoura uma passeata relâmpago na praça das Bandeiras, que durou menos de 10 minutos, circundando apenas o logradouro público, tendo os estudantes desfilado com faixas e cartazes, protestando por meio de direres diversos, entre os quais "Lutamos Pelo Povo", "Nós Somos a UNE", sendo ainda intensamente distribuidos panfletos e boletins, ditos pelos estudantes como informativos.

Em São Paulo, depois das vigílias do presídio, familiares dos estudantes conseguem, finalmente, rever os presos.

Terminada essa passeata relâmpago, os estudantes, como havia sido planejado, dispersaram-se ,tomando cada um um rumo diferente, tendo a policia ficado a "ver navios"

LIDERES REGRESSAM DE SP

Os estudantes universitários, Tanuri, presidente do C. A. "1.o de Setembro", José Roberto Pires e Leopoldo, regressaram ontem ao entardecer, de São Paulo. A noite, em reunião secreta, no prédio das faculdades reunidas, no Morro do São Bento, informaram suas atividades em S. Paulo, a prisão em Ibiuna, queixando-se gravemente do péssimo tratamento, desumano, segundo eles, que receberam na prisão. Afirmaram os jovens universitários que nem sequer tinham talheres para tomar as péssimas refeições que eram servidas, sendo obrigados a comer com as mãos, ou se servirem de plásticos que cobriam suas carteiras de identidade e outros documentos. A essa reunião, compareceram professores e funcionários das faculdades reuni-

(continua na ultima página)

"Diário da Manhã" – 19/10/1968

Aqui, Ainda os Estudantes

Continuação da 1a pág.

das, não sendo porém, permitido o ingresso da imprensa no recinto. As informações acima relatadas foram dadas por elementos participantes do encontro. E tiveram presentes à essa reunião, alguns políticos e elementos ligados aos meios artísticos de Ribeirão Prêto.

OUTRAS FRASES

. Nos muros do prédio das faculdades reunidas da Associação de Ensino, várias frases foram inscritas pelos estudantes, como protesto pela situação vigente. Entre elas figuravam "Nós Somos a UNE", — "Estudante Luta Pelo Povo", "E' Covardia Atacar Com Arma Quem Está Desarmado".

O policiamento, entretanto, continuava nas proximidades do estabelecimento de ensino. Policiais à paisana, rondavam os carros particulares, apreciando o movimento dos estudantes.

NOVA REUNIAO

Nova reunião, a seguir, foi realizada pelos universitários. Desta vez, seriam deliberadas as próximas manifestações, greves, e sobre a desocupação do prédio da Faculdade de Direito, ou então sobre a continuação da tomada do estabelecimento. Entretanto, devido ao adiantado da hora, as resoluções tomadas nessa ultima reunião não chegaram ao conhecimento de nossa equipe de reportagem. Em nossa edição de amanhã procuraremos dar informações à respeito.

COMPROVAÇAO

Um dos líderes estudantis, o universitário Leopoldo, durante a ultima assembléia sentiu-se muito mal, devido ao péssimo tratamento recebido na prisão, e teve que ser retirado do recinto e conduzido à sua residência, por seu genitor. O mal teve a ação em forma de altíssima febre.

PARA HOJE O QUE?

Quando terminavamos nossos trabalhos na redação, as ultimas informações ainda eram um tanto confusas, contradizendo-se mutuamente. A ultima reunião ainda não havia terminado, motivo pelo qual não se sabe nada sobre algum movimento dos universitários durante o dia de hoje.

A SITUAÇÃO NO BRASIL...

São Paulo, 18 (SE) — No Rio de Janeiro foi marcada a proxima terça feira como o dia do protesto. Manifestações estão marcadas para aquele dia. Em linhas gerais, segundo se informa, quando muitos perguntam: Como prosseguir o movimento, se os líderes estão presos? Os estudantes de São Paulo, Rio e Brasília revelaram que as passeatas são atualmente irrealizáveis. Por outro lado, os estudantes de Brasília adiantaram, também, que as lideranças são eventuais, pois o movimento estudantil independe de meia dúzia de líderes. Muitos argumentam que a prisão dos líderes foi benéfica para o movimento, pois conseguiu reunir as várias alas existentes na classe. As divisões e subdivisões apareceram mais unidas, agora que uma decisão importante deve ser tomada. Todos os estudantes que participaram do congresso da UNE, já foram soltos ou recambiados aos Estados. Das prisões em São Paulo, restam pouco mais de cem e entre eles estão os líderes que irão prisão preventiva decretada. Em meio universitários de Brasília, chega-se a afirmar que o congresso da UNE ainda será realizado. Dizem que para isso foram eleitos delegados suplentes, pois era prevista a repressão policial. A secretaria da Segurança de Guanabara acha que o movimento estudantil está desarticulado, dizendo que a prisão dos líderes foi uma grande vitoria policial, pois os estudantes vivam se vangloriando do que venciam as autoridades. Enquanto isso, em Belém, os estudantes contrataram advogados para defender seus colegas presos em São Paulo. Em Recife foi pedida a prisão preventiva, de um dirigente estudantil, que qualquer um pode fazer em nome de qualquer, quer um. O Senador Mário Martins voltou a com

Escritório de Advocacia
DR. WALDO SILVEIRA
— Causas civeis, comerciais e criminais
— Questões Fiscais

"Diário da Manhã" – 19/10/1968

Acadêmicos denunciam as condições sub-humana da prisão em São Paulo

TRATAMENTO NO CARCERE

MORAL ELEVADO

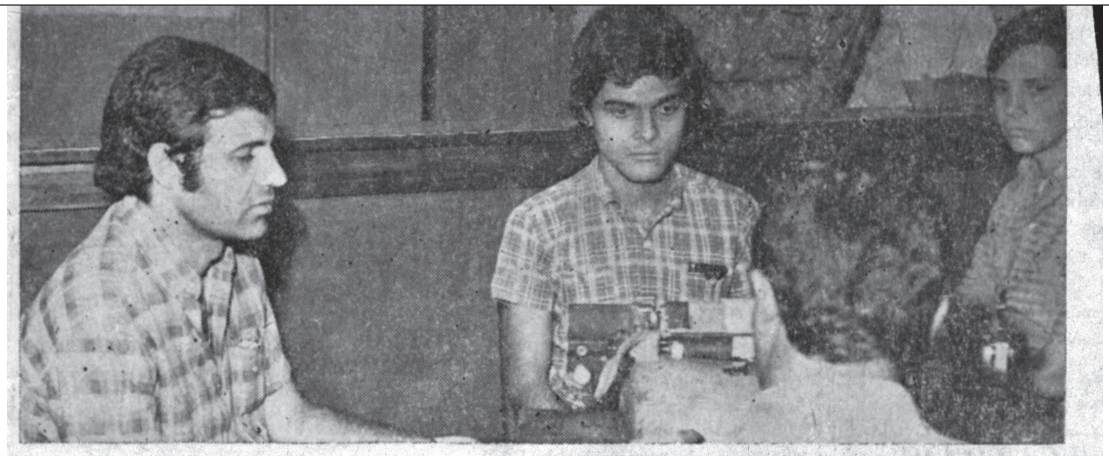
PERSEVERANDO

"Diário de Notícias" 20/10/1968

Estudantes desocupam a Faculdade

CONTINUAR

"Diário de Notícias" 20/10/1968



Galib Jorge Tanuri e Carlos Leopoldo Paulino, que com José Roberto Pires ,foram presos quando do Congresso da UNE, falam à reportagem do DIARIO DE NOTICIAS.

20/10/68

FACULDADE E' DESOCUPADA MAS O MOVIMENTO CONTINUA

Afirmando que o objetivo principal da ocupação foi conseguido — libertação dos colegas presos — os estudantes da Faculdade de Direito desocuparam na madrugada de ontem, as dependencias do Mosteiro de São Bento.

Em nota oficial, salientam que o QG de lutas foi transferido para o Centro Academico 1.o de Setembro, e que o movimento de protesto estudantil vai continuar.

CONDIÇÕES SUB-HUMANAS

Em contato com a reportagem, os estudantes ribeirãopretanos detidos quando da realização do 3.o Congresso da UNE, denunciaram as condições sub-humanas que viviam no presidio Tiradentes em São Paulo.

Segundo suas afirmações, o governador Abreu Sodré mentiu quando afirmou que a grande parte dos congressistas de Ibiuna não era estudante.

NESTE JORNAL

Reportagem sobre a desocupação das dependencias da Faculdade de Direito e as afirmações dos lideres estudantis de Ribeirão Preto sobre o Congresso da UNE e da repressão estão na edição de hoje do DIARIO DE NOTICIAS.

"Diário de Notícias"
20/10/1968

JÁ RETORNARAM

Os academicos José Roberto Pires e Carols Leopoldo Paulino, que, juntamente com Calib Jorge Tanuri, foram presos por participarem do Congresso da UNE, em fazenda próxima a Ibiúna, já se encontram em Ribeirão Preto, tendo já mantido conversações com os seus colegas. O que pudemos observar é que mais do nunca ambos estão compenetrados dos graves problemas que afligem a toda a classe estudantil nacional.

Na foto do Jornal:

Tanuri, Leopoldo e o estudante secundarista Arnaldo Escolano Raimundo, militante do ME

Noite Violenta em RP

Como prometeram no dia anterior, os estudantes da Faculdade de Direito "Laudo de Camargo" tentaram realizar a procissão pacífica até à Catedral Metropolitana, partindo do Mosteiro de São Bento. A manifestação não chegou a ser realizada na forma como foi anunciada. Os estudantes saíram do Mosteiro em pequenos grupos, a fim de se reunirem em ponto ignorado. A reportagem do DIA'RIO DA MANHÃ descobriu que a aglutinação universitária se daria defronte à exposição de orquídeas, na rua General Osório, defronte à Praça XV. Nêsse local os acadêmicos cantaram o Hino Nacional e gritaram "nós somos da UNE", "abaixo a Ditadura", "queremos a Liberdade". Aí, a Polícia apareceu e a debandada aconteceu em seguida. Os manifestantes voltaram a se reunir, entretanto, minutos depois ,no Centro Acadêmico "Lo de Setembro". Os homens da Lei voltaram a aparecer e ameaçaram todo mundo, indiscriminadamente. Tentaram, inclusive, expulsar pessoas que se encontravam no interior do jornal "A Cidade". O pessoal da imprensa foi cercado, por todas as formas, no exercício de sua atividade. Os cães da Fôrça Pública, no estado de excitação em que se encontravam, urinavam por todos os lados. O delegado Coimbra, armado de cassetete, e com o que parecia uma coronha de revolver sobressaindo do bolso traseiro da calça, andava ameaçadoramente defronte o CA "Lo de Setembro". O jornalista Antonio Carlos de Santana foi convidado a "circular", em altos brados ,por um dos milicianos. Depois de várias outras ameaças foi permitido aos jovens que se retirassem, passando por uma longa ala de cães, que ladravam, atiçados pelos monitores. Os estudantes foram seguidos, por longo trecho, pelos policiais, dispostos a "baixar o pau" em quem era estudante e em quem não era. Logo depois, na redação, a reportagem foi informada de que cinco estudantes foram prêsos, entre os quais dois acadêmicos de Direito.

Não obstante, por volta de meia-noite, dois caminhões da Fôrça Pública descarregaram 20 ou 30 soldados defronte à "Panificadora Americana", na rua General Osório. A ordem era para que os estudantes "dessem o fora", mas os milicianos ameaçavam todos os presentes, inclusive com em-

(Continua na 2.a página)

Joel "conseguiu" fotografar este flagrante dos acontecimentos de ontem à noite, defronte o Diretório Acadêmico Lo de Setembro.

Camara Realiza Sessão Realmente Muito Util

(ULTIMA PAGINA)

PARA VEREADOR PARA VEREADOR Para Vereador

Cooperativa Regional dos Cafeicultores da Alta Mogiana
Fundador: Dr. Thomaz A. Whately
Av. dos Bandeirantes, s/n. — Caixa Postal 600 — Ribeirão Prêto — SP.

"Diário da Manhã" – 26/10/1968

Noite violenta em Ribeirão Prêto . . .

(Continuação da 1.a página)

purrões e grosserias outras. Quase foi fechado o estabelecimento.

Os acontecimentos de ontem à noite foram a mais linda demonstração de Democracia já vista nesta cidade.

EM SÃO PAULO

São Paulo, 25 (SE) — Durou menos de uma hora a manifestação dos estudantes paulistas no dia de hoje. De 11 às 11,30 horas, os estudantes cêrca de 200, percorreram a rua Amaral Gurgel, Largo do Arouche, largo Santa Cecília e outras vias publicas. Durante o trajeto, slogans foram gritados, faixas foram atiradas ,muros foram pichados. mas nenhum incidente sério, e nenhum choque com os policiais. Apesar disso a polícia tinha um forte esquema repressivo de 4.000 homens, que estavam preparados, com soldados da Fôrça Pública, agentes do DOPS e da policia federal. Algumas prisões foram feitas na Praça da República, local onde os estudantes deveriam se encontrar. Os prêsos eram pessoas suspeitas que estavam esperando a passeata, e depois de rápido interrogatório foram soltos. O Rio tambem, amanheceu bem policiado, com um dispositivo preparado ha três dias. Por isso fracassaram as manifestações que os estudantes tinham programado. O governador Negrão de Lima divulgou uma nota de repudio contra a violencia da última terça feira, quando ocorreram três mortes. "Nunca ordenei e nem autorizei ninguem a matar", disse o governador.

"Diário da Manhã" – 26/10/1968
(Continuação)

O povo já decidiu

FRANCA DIZ... LANCHA

Comércio da Franca

ANO LIV — FRANCA, quarta-feira 13 de novembro de 1.968 — N.o 5.620

Eleições para a UEE realizadas sem graves incidentes

Apesar do clima de tensão criado nos meios acadêmicos locais, especialmente na Faculdade de Filosofia, transcorreu sem grandes incidentes a coleta de votos para a nova diretoria da União Estadual de Estudantes, tendo sido pequeno o contingente de votos aqui registrados: 31 sufrágios para a chapa "UEE", encabeçada pelo acad. Bernardino Ribeiro de Figueiredo, da USP, apoiada por José Dirceu e Wladimir Palmeira, e 22 votos à chapa "Frente de Luta", liderada por José Carlos Figueiroa, acadêmico de Ciências Sociais da USP, apoiada pelos líderes Travassos e Catarina Meloni. A chapa "UEE" é tida como da "linha moderada" (reformas estudantis, luta contra o imperialismo, não violência), enquanto a última representaria a "linha radical" (agitação urbana, luta contra a Ditadura, os Estados Unidos e as fôrças armadas).

LOCAIS DE VOTAÇÃO

Os estudantes da UEE mudaram frequentemente os locais de votação, tendo sido a urna colocada, no período da manhã, na praça do Cemitério e na Travessa Archétti; no período da tarde, no mercado municipal e na agência dos correios. Os "pontos" mudavam de meia em meia hora, com intervalo de dez minutos entre cada mudança.

APURAÇÃO

A apuração dos votos, ao que conseguimos apurar, foi feita nas instalações sanitárias de uma emprêsa rodoviária central, sendo as cédulas inteiradas após o preenchimento do "mapa eleitoral", assinado pelos escrutinadores. O "mapa" já teria sido ontem mesmo remetido para São Paulo, devendo o resultado ser computado hoje.

NA FILOSOFIA

Segundo comunicação do sr. Vicente Bentátti, presidente do Diretório Acadêmico da FFF, o resultado de consulta feita em sua entidade, para saber se os estudantes queriam ou não participar das eleições da UEE, resultou em 222 votos contrários e 32 favor.

Todavia, era de nervosismo, ontem, o ambiente na Filosofia, sendo reduzido à metade o comparecimento às aulas. Receptadores faziam a coleta de votos nas salas de aulas, ao que parece sem serem notados, pois o presidente do D. A. declarou que "nem percebeu se as eleições foram ou não realizadas".

Todavia, elementos contrários à UEE, estimulados pelo reforço do policiamento registrado desde a véspera, resolveram montar sua própria policiazinha particular e postaram elementos à entrada do prédio para revistar os que por ali circulavam, em busca de armas e de votos. Chegaram ao cúmulo de revistar alguns professôres, nada fazendo, entretanto, com os que reagiam ao abuso.

DIÁRIO DA MANHÃ

Ribeirão Prêto, Terça Feira, 10 de Dezembro de 1968

Congresso da UNE Continuou Aqui

Realizou-se sábado e domingo em Ribeirão Prêto a terceira fase do 30.o Congresso da União Nacional dos Estudantes, interrompido há mês e pouco em Ibiúna. A reunião, semi-clandestina, se efetuou na própria cidade e não em fazenda como de princípio se pensou, com a presença de quase cem congressistas das cidades de Franca, Araraquara, São José do Rio Preto, São Carlos, Bauru, Barretos e São José dos Campos, além de todas as Faculdades de Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Institutos Isolados e particulares. Tendo na direção dos trabalhos membros da União Estadual dos Estudantes e sem qualquer repressão policial — parece que nada transpirou em nosso Estado sôbre as reuniões regionais de São Paulo, Capital, Campinas e Ribeirão Prêto — delegados presentes apontaram a chapa e carta política que deverão orientar os destinos da UNE nos próximos anos. Após os debates que se prolongaram das 14 horas do sábado até às 3 e meia da madrugada de domingo, venceu a "Chapa Nova UNE", prestigiada por Vladimir Palmeira e UEE de SP, que tem como candidatos José Dirceu de Oliveira, para presidente, e Rafael di Falco, para vice, ambos do Estado de São Paulo, com 16 votos a favor. A segunda mais votada foi a "Chapa Unidade e Luta", apoiada por Luiz Travassos e Catarina Meloni, tendo os nomes de Jean Marck Weigg, da Guanabara, na presidência, e João de Paula, do Ceará, na vice-presidência, com 6 votos. Não obteve nenhum voto a terceira chapa, cujo candidato é Marcos Medeiros, tambem do Rio de Janeiro. A Carta Política da primeira chapa, que venceu, se resume na "necessidade de organizar a massa estudantil em tôrno de reestruturação, tornando com isso suas entidades realmente representativas". Assembléias identicas foram realizadas na Capital e Campinas, com a mesma finalidade de apontar nomes para a próxima diretoria da UNE.

"Diário da Manhã" – 10/12/1968

VIII - ALN

O RECRUTAMENTO

Ainda no final do ano de 1968 fui procurado por Russo, falando em nome da ALN.

O Agrupamento Comunista de São Paulo tinha-se transformado em uma organização de caráter nacional, comandada por Marighella. Dessa vez, meu amigo se antecipara a mim e já havia ingressado naquele grupo guerrilheiro. Russo vinha-me propor que eu também passasse a militar na organização.

Na verdade, eu estava de acordo com a proposta de luta armada e minha entrada na organização era questão de uma discussão política, que agora tinha início.

Sinalizei positivamente e, assim, Russo marcou um ponto com Claudinei Nacarato e encontramo-nos os três para discutir minha entrada na ALN.

Eu concordava com os postulados da organização, no entanto observei que considerava de vital importância a propaganda revolucionária, razão pela qual defendia, além das ações armadas contra a ditadura, a realização de pichações e panfletagens efetuadas de forma clandestina, para divulgar as ações e as propostas políticas do grupo à população, tópicos com os quais Russo concordava.

Claudinei ponderou que a política da organização era a de que deveriam realizar-se as ações armadas e o povo nos seguiria, baseando-se apenas no exemplo revolucionário, conforme preconizava a tese de Régis Debray. Atribuía nossa posição política, que era a de defender pichações e panfletagens, à influência do ME.

Decidiu-se ainda que Russo e eu continuaríamos a atuar no ME. Eu entendia ser importante essa atuação porque o ME ainda tinha seu papel a cumprir na luta contra a ditadura, com novas formas organizativas, além de representar manancial de infra-estrutura e recrutamento de quadros para a guerrilha.

A ALN, entretanto, via essa participação mais pelo lado do recrutamento, pois Marighella acreditava que o ME já havia cumprido seu papel e que, agora, o movimento era importante apenas para fornecer quadros para a luta armada.

Apesar dessas divergências, que à época ficaram pequenas, unia-nos o critério da ação revolucionária, que todos entendíamos ser prioridade naquele momento político do país. Eu estava seguro de que era hora de passarmos à luta guerrilheira contra a ditadura.

Eu já tivera algumas conversas com o militante Paulo Eduardo Pereira, o "Paulinho da Ótica", que disse estar em contato com um grupo dissidente do PCB que defendia a luta armada e que gostaria de aprofundar essa discussão comigo.

Paulo era tão entusiasta de Regis Debray, que defendia com ardor suas teses e andava sempre com o livro "Revolução na Revolução, de autoria do revolucionário francês, o que lhe valeu o apelido de "Debraysinho".

O ME MUDA DE TÁTICA

Em janeiro de 1969, decidi deixar a Faculdade em Franca.

A perspectiva de continuar militando no ME naquela cidade traria um retorno mínimo ao movimento e à própria organização, além do que, as viagens diárias tomavam muito tempo.

Discuti o assunto com a ALN e decidi concentrar meu trabalho político em Ribeirão Preto. Transferi o curso da Faculdade de História da USP, em Franca, para o curso de Estudos Sociais da Faculdade Barão de Mauá, em Ribeirão Preto.

Passei, então, a cursar o 2º ano de Estudos Sociais à noite, transferindo-me para o período da manhã na Faculdade de Direito na AERP, onde também cursava o 2º ano e fui eleito representante de classe.

A repressão ao ME aumentava cada vez mais; a ditadura editara o Decreto-Lei 477, o qual proibia os estudantes "subversivos" de estudarem pelo período de três anos.

No dia 1º de Maio, o Black Bellls é contratado para tocar em um baile na sede da antiga U.G.T. que, fechada pela ditadura, transformou-se em um local de bailinhos de final de semana.

Antes de começarmos a tocar, utilizei-me do microfone para breve e contundente discurso, no qual falei da função daquela entidade antes do golpe e exortei os presentes a lutarem contra a ditadura.

Um dos PMs que estavam de serviço no local quis me prender e tal fato não se deu graças a interferência do nosso guitarrista Alberto Gonçalves, que o convenceu a não fazê-lo.

Nesse período, a repressão contra a juventude se dava de forma generalizada.

Uma noite, no centro de Ribeirão Preto, por volta de 22H30min, no portão, despedia-me da namorada com um inocente beijo, o que provocou a ira de um guarda-noturno de quarteirão, que passou a soar seu apito com muita insistência.

Indignado, passei a interpelar o "implacável defensor dos costumes", repreendendo -o por sua atitude, o que fez com que chegássemos às vias de fato.

Em seguida, tentei caminhar até a sede do Centro Acadêmico, que ficava a poucas quadras do local e passei a correr quando percebi que outros guardas-noturnos me perseguiram, atraídos pelos silvos do apito de seu colega.

Já estava a escassos metros do CA, quando um deles, de bicicleta, cortou meu caminho e me derrubou no chão, oportunidade em fui agredido pelos "guardiões da ordem", levando algumas bofetadas enquanto reagia à altura contra a inusitada agressão.

Dominado, conduziram-me à pé para a Delegacia de Polícia na rua Duque de Caxias, agarrado pelos braços e escoltado pelos guardas.

Por sorte, passou pelo local meu estimado professor de Direito, o Promotor de Justiça Dr. Anibal Gama, que vendo-me naquela situação, parou seu carro, esquecendo-se dos cigarros que iria comprar e entrou no recinto da delegacia, interpelando o delegado de plantão e exigindo minha soltura.

Em seguida, levou-me até minha casa e eu fiquei eternamente grato àquele renomado jurista, que não hesitou em defender-me, livrando-me daquela arbritraria prisão. Dr. Anibal mostrou muita coragem, até porque quando me viu sendo conduzido à delegacia imaginou que eu estivesse sendo preso por motivos políticos e não vacilou em tomar minha defesa.

Iniciado o ano letivo de 1969, a ALN detinha a hegemonia do ME em Ribeirão Preto e controlava quase todos os centros acadêmicos da cidade, dirigidos por militantes ou simpatizantes da organização. Russo fazia parte da diretoria da UEE-SP e era o representante da entidade em nossa região.

Orientados pela ALN, organizamos um grupo de vanguarda no ME de Ribeirão Preto, composto de aproximadamente 20 estudantes, que realizavam as tarefas de pichações e panfletagens, já muito difíceis naquela época em virtude do acentuado crescimento da repressão. Para evitar a queda* de companheiros, era necessário que tais ações fossem realizadas com enorme precisão e segurança.

As pichações aconteciam de madrugada, sempre com um companheiro que permanecia na direção do carro. Cobríamos a placa para evitar a identificação do veículo e o motorista cronometrava o tempo de duração da ação, ligando o carro tão logo vencesse um minuto, para evitar que quem estivesse pichando se empolgasse com o trabalho e ultrapassasse o tempo limite, pondo em risco a segurança de todos.

Assim, ao ouvir o ruído da saída do veículo, todos corriam para o carro e deixavam o local, partindo para outro ponto a ser pichado.

Os locais das pichações eram previamente escolhidos e, na véspera, passávamos por eles para efetuar um levantamento, observando a movimentação de pessoas, viaturas policiais, luzes acesas e guardas-noturnos para, no dia seguinte, realizarmos o trabalho.

As panfletagens também eram feitas com muita cautela.

Nas escolas, colocávamos panfletos sobre as carteiras antes do início das aulas – já não os entregávamos mais de mão em mão. Enquanto, nas ruas, procurávamos ser muito rápidos, geralmente distribuindo os panfletos durante a realização de comícios relâmpagos.

Esses comícios foram uma importante forma de luta alternativa encontrada pelo ME que, em Ribeirão Preto, funcionou desde o final de 1968 e prosseguiu durante o 1º semestre de 1969, quando conseguimos realizar alguns deles.

Nós escolhíamos um ponto no centro da cidade e marcávamos um horário, reunindo cerca de 30 ou 40 estudantes. Então, algum de nós fazia um breve discurso contra a ditadura e os demais aplaudiam e gritavam palavras de ordem, conseguindo que um bom número de populares nos ouvisse; em seguida, nos dispersávamos e tomávamos as mais variadas direções.

Essas formas de luta alternativas deram uma sobrevida ao ME no Brasil, que já estava profundamente ferido com as últimas prisões e com o crescente aumento da repressão, enquanto serviam também como escola para a formação de quadros revolucionários que, aos poucos, iam sendo recrutados para a ALN.

O grupo contava também com uma rede de apoiadores, composta por estudantes de várias escolas, em cujas casas e repúblicas guardávamos material de propaganda e abrigávamos companheiros da direção estadual e nacional do ME que passavam por Ribeirão Preto.

Quando estava em Ribeirão algum companheiro de maior peso político, recorríamos à rede de simpatizantes da ALN e acolhíamos essas pessoas em esconderijos mais seguros que as repúblicas estudantis.

Um dos simpatizantes da ALN, colaborador da causa, era o companheiro Antônio Barbin, grande figura

* *Queda: termo utilizado pela esquerda para designar prisão de algum militante.*

humana, cuja simplicidade escondia a coragem que possuía em apoiar-nos, pois abrigou vários companheiros em sua casa, no bairro Alto da Boa Vista.

Em certa oportunidade, esteve em Ribeirão o companheiro Paulo Campanário, do ME de São Paulo, ligado à ALN, e que foi colocado com sua mulher Helena no aparelho* cedido pelo companheiro Barbin, que estava sozinho naqueles dias em virtude de uma viagem de seus pais.

Hospitaleiro, Barbin cedeu o quarto dos pais aos visitantes e, altas horas da noite, acordou com um ruído vindo daquele cômodo e que lhe pareceu ser produzido por alguém que passava mal.

Na ânsia de ser prestativo, qualidade que sempre o caracterizou, Barbin dirigiu-se ao quarto dos hóspedes, onde os ruídos continuavam, o que o preocupou mais ainda.

Não resistindo à curiosidade, Barbin olhou pelo buraco da fechadura e constatou que não se tratava de nenhum problema de doença, mas, sim, de estarem os dois companheiros de São Paulo aproveitando aquelas breves horas de folga que lhes permitia o processo revolucionário para se amarem de forma descontraída.

Um dia, fui chamado por Paulinho da Ótica para dar cobertura a um militante que estava na cidade e com Paulo recolhemos em um ponto nos Campos Elíseos, perto da Praça Santo Antônio o companheiro Haroldo e pela conversa, percebi que se tratava de um dirigente da Organização.

Com Paulinho ao volante, pediu o camarada Haroldo que fossemos até uma loja de armas, pois pretendia comprar alguma munição.

Paramos em um estabelecimento comercial no centro e ele quis descer sozinho, trazendo um pacote com o produto adquirido, o que me fez concluir que ele deveria ter vida legal para comprar munição em loja.

Falava entusiasmado sobre a causa revolucionária, com seu simpático sotaque nordestino e Paulo me disse que iria encontrar outros companheiros e eu deveria descer um pouco antes do ponto.

Despedi-me de Haroldo e nunca mais o vi, até que soube de sua verdadeira identidade, quando Virgílio Gomes da Silva, o Jonas, foi cruelmente assassinado pela ditadura, morrendo de forma heroica, insultando seus algozes, cuspindo neles e nada revelando aos torturadores da ditadura militar.

Dentro das escolas, conseguíamos ainda realizar reuniões e assembleias, mas já era grande o temor dos estudantes, em virtude da existência de agentes da polícia infiltrados e da ação dos dedos-duros do CCC.

Por essa época, Russo foi ameaçado por membros do CCC na Faculdade de Medicina da USP, onde estudava; nós levamos o fato ao conhecimento do comando local da ALN. Em certa oportunidade, sofri também uma provocação por parte do líder do grupo direitista, José Eduardo Veludo, durante a realização de um baile na cidade.

Minha opinião e a de Russo era a de que o CCC local era articulado com o grupo nacional, enquanto Claudinei acreditava que os fascistas de Ribeirão não passavam de um grupo isolado e inconsequente.

De qualquer modo, decidiu a ALN que, se persistissem as ameaças, seriam tomadas drásticas sanções contra os integrantes da agremiação.

Amigo de um parente do líder local do CCC, contei-lhe sobre tal posicionamento, obviamente sem tocar no nome da ALN, mas dizendo o que poderia acontecer aos membros do grupo direitista caso insistissem em nos ameaçar. Seguramente avisados pelo portador do recado, compreenderam ser melhor desistirem de sua ação intimidatória e resolveram nos dar sossego.

Em todo o país, a luta guerrilheira contra a ditadura se generalizava.

---

* *Aparelho: local destinado a reuniões de um grupo político, esconderijo ou moradia de seus membros.*

CRESCE A ESCALADA GUERRILHEIRA

No dia 24 de janeiro de 1969, o capitão do Exército Carlos Lamarca deixou o quartel do 4º RI em Quitaúna, com mais três companheiros militares: o sargento Darci Rodrigues, o cabo Mariane e o soldado Zanirato.

A saída deveu-se à prisão de alguns companheiros de Lamarca, como ele, militantes da VPR, que conheciam sua identidade e punham em risco sua segurança, caso não resistissem às cruéis torturas a que vinham sendo submetidos.

Assim, além da ALN, a VPR, o PCBR, a VAR PALMARES, o MR-8, o COLINA e outras organizações revolucionárias passaram a realizar diversas ações contra a ditadura militar.

Marighella lançara a palavra de ordem, segundo a qual 1969 seria o ano da guerrilha rural, frase que passou a constar em todos os manifestos e informativos da organização. A ALN, a partir de então, começa a trabalhar para que a luta no campo pudesse ser iniciada naquele ano.

Entendia Marighella que a guerrilha no campo era estratégica, ou seja, a principal forma de luta que derrotaria as forças militares da ditadura, derrubando-a e instalando no país um governo revolucionário provisório.

Já nas cidades a guerrilha era apenas tática, ou seja, tinha a finalidade de preparação à luta guerrilheira no campo; obtenção de armas, recursos financeiros e realização de atentados e sabotagens que servissem de suporte militar à guerrilha rural.

O atraso no lançamento da luta guerrilheira no campo, motivado sobretudo pelas prisões nas cidades, levou a ALN a concentrar seus esforços na luta urbana, contrariando as propostas iniciais.

De minha parte, sempre manifestei à organização que não iria para o campo.

Embora tivesse claro ser muito mais arriscada a permanência na cidade, sabia que eu seria muito mais útil na luta urbana, já que nas grandes cidades conhecia como sobreviver e despistar a repressão, enquanto, no campo, tinha certeza de que seria um peixe fora d'água, que em nada ajudaria ao movimento guerrilheiro.

A ALN atuava com grupos de fogo compostos por três militantes, um deles, com mais experiência, era o comandante do grupo, enquanto três grupos de fogo formavam uma Unidade de Combate, composta por nove militantes e comandada pelo companheiro mais experiente.

Russo, Claudinei e eu compúnhamos um grupo de fogo da organização, comandado pelo próprio Claudinei. Nós conhecíamos oficialmente somente aqueles com os quais viéssemos a ter contato para a realização de alguma ação, pois a ALN funcionava em uma estrutura estanquizada.

Todos os militantes utilizavam nomes de guerra para dificultar sua identificação pelos órgãos repressivos.

Na época, eu utilizava o codinome "Heitor", escolhido por Russo, embora em Ribeirão Preto esse artifício não fosse de grande valia como medida de segurança, já que todos os militantes se conheciam pelo nome quente*.

Entretanto, era importante a utilização do nome de guerra para contatos com militantes de outras regiões que desconheciam nossa verdadeira identidade.

É claro que, não sendo tão grande a cidade e porque conhecíamos quase todos os dissidentes do Partidão, era fácil presumir quem militava na organização, embora jamais falássemos sobre a militância clandestina em conversas informais.

Meu vizinho José Marieto, por exemplo, trabalhava na AERP como eletricista. Ele era dissidente do PCB e eu imaginava que também pertencesse aos quadros da ALN. Como nunca tivemos um contato orgânico, sempre

* *Nome quente: expressão utilizada pela esquerda para designar nome verdadeiro.*

conversávamos sobre a luta revolucionária, mas nunca como integrantes da mesma organização guerrilheira.

Em certa oportunidade, fui convocado por Paulinho da Ótica, para participar da cobertura na segurança de um companheiro da Organização.

Assim, Paulo me recolheu em um ponto, já no final da tarde e rumamos para o local, perto do campo do Comercial Futebol Club, onde aguardamos que chegassem outros dois companheiros em outro carro.

Ao chegarem, o motorista desceu do carro e falou brevemente conosco, quando Paulo pediu que eles nos seguissem.

O outro companheiro desceu também do carro e veio nos cumprimentar, com voz severa e olhar confiante.

Acompanharam-nos até a Vila Tibério, onde os deixamos em um ponto, perto da Praça Coração de Maria onde nós permanecemos por uns cinco minutos, até que outro carro viesse guiá-los, quando nos despedimos de longe e fomos embora.

Pela idade, o tom de voz e a confiança, estava seguro de que acabara de conhecer Joaquim Câmara Ferreira, o companheiro Toledo.

No primeiro semestre de 1969, dediquei-me mais ao ME e consegui recrutar alguns companheiros para a organização. Participei também de duas idas a um sítio, onde pratiquei tiro ao alvo, local ao qual era levado de olhos vendados e, portanto, desconhecia sua localização.

Anos depois, vim a saber que o sítio se situava no município de Altinópolis.

Até então, os únicos tiros que eu e Russo havíamos dado foram os disparos efetuados no quintal da minha casa, com um revólver 32, de propriedade de meu pai, que nos ensinou a manejá-lo.

Já sabia fazer coquetéis Molotov, técnica que aprendi no ME.

Na organização, aprendi a fazer um tipo de bomba incendiária, composta pela mistura de dois elementos químicos, que eram diluídos com um pouco de açúcar e separados com a colocação do elemento líquido em uma cápsula gelatinosa de remédio. A cápsula ia sendo desgastada pelo ácido até os dois produtos se tocarem, o que causava a combustão, com maior ou menor efeito, de acordo com a quantidade do produto em pó que fosse colocada.

Em geral, os testes eram realizados em um quarto nos fundos da casa de Claudinei até que obtivéssemos o tempo desejado para a combustão.

Em um desses testes, tivemos que passar a noite toda no local, aguardando pelos resultados. Houve um desentendimento entre os três militantes por haver apenas uma cama – todos brigavam pelo direito de dormirem no chão, abrindo mão do conforto para outro companheiro.

A desavença acabou resolvida pelos companheiros mais antigos de organização, Russo e Claudinei, que, valendo-se dessa condição, dormiram no chão e me compeliram a utilizar-me da cama, conforto do qual, inconformado, não pude abrir mão.

Havia orientação do próprio Marighella para que, em princípio, não se fizessem ações armadas de envergadura em Ribeirão. Essa região seria destinada a treinamentos e a esconder companheiros por alguns períodos, embora não houvesse proibição do comando da ALN para realizar tais ações.

De minha parte, defendia que deveríamos passar de imediato às ações.

No primeiro semestre de 1969, participei de algumas expropriações de placas de automóveis, o que consistia em arrancar algumas delas de veículos estacionados na rua, à noite, para encaminhá-las à organização em São Paulo, onde eram utilizadas em carros que participavam das ações armadas na capital.

As expropriações de placas eram feitas com rígidos critérios de segurança – nós agíamos armados com revólveres calibre 38 e com coquetéis Molotov nos carros, para o caso de algum confronto com a polícia, o que não chegou a acontecer.

Um companheiro permanecia ao volante do carro e cronometrava o tempo, a exemplo das pichações, enquanto os outros dois tinham o prazo de um minuto para arrancarem as placas, pois, vencido o tempo, o motorista dava a partida e todos tinham que se retirar do local.

A placa do carro utilizada por nós era coberta com alguma sujeira, impossibilitando sua identificação, e era limpa tão logo findasse a ação.

No ano de 1969, a ditadura, a princípio tomada de surpresa pelas primeiras ações revolucionárias, procurou recuperar a iniciativa e preparou-se rapidamente para enfrentar a luta guerrilheira.

A tortura, antes aplicada de forma esporádica, passou a ser o principal método repressivo e logo atingiu os máximos requintes de crueldade. O método era aplicado indistintamente contra todos os presos políticos para extorquir-lhes confissões que levassem a prisões de novos revolucionários e ao desbaratamento das organizações de esquerda.

As mais variadas formas de tortura eram praticadas contra os revolucionários, destacando-se o pau-de-arara, os choques elétricos, os afogamentos, os espancamentos generalizados, as torturas sexuais e as psicológicas, que atingiam as formas mais cruéis visando a desmoralizar os presos políticos.

Destacavam-se como colaboradores diretos da repressão alguns médicos, em vários pontos do país, que se prestavam a participar das sessões de tortura e davam assistência aos torturados para que eles permanecessem vivos, embora em frangalhos, até que os algozes pudessem arrancar das vítimas algumas informações.

Esses mesmos médicos, sendo o mais conhecido deles o tristemente famoso Harry Shibata, que atuou por muitos anos no DOPS de São Paulo de forma inescrupulosa, assinavam os laudos cadavéricos e atestados de óbito dos companheiros assassinados na tortura e transformavam em "atropelamentos", "suicídios" e "tiroteios" as mortes cometidas sob as piores violências da tortura.

Vários desses médicos, anos depois, tiveram seus registros cassados pelo Conselho Federal de Medicina em virtude de sua abjeta participação nesses lamentáveis fatos.

Em Ribeirão Preto, passados vários anos do final da ditadura militar, descobriu-se a participação de alguns advogados nas ações repressivas.

Tais "profissionais do direito" eram convocados pelo delegado torturador Miguel Lamano para assinarem os depoimentos dos presos menores de 21 anos como "curadores", figura prevista no código de Processo Penal.

Assim, depois de violentamente torturados, os presos eram forçados a assinarem o termo de depoimento para cumprir as formalidades processuais. Tais advogados assinavam o documento, como se presentes estivessem aos interrogatórios, aparentando legalidade a uma farsa montada pelos agentes da repressão para ocultar a tortura cometida contra as vítimas.

Comprovou-se, assim, a participação nos fatos dos advogados Ney Mattar, João Gilberto Sampaio e Barquet Miguel, que atuaram dessa forma vil, maculando a profissão que abraçaram.

João Gilberto Sampaio chegou a assistir a pelo menos uma sessão de tortura, oportunidade em que o delegado Lamano, que respondia pelo DOPS de Ribeirão Preto, espancou e cortou os cabelos com extrema violência do preso político Vicente Alessi, enquanto o advogado a tudo assistia passivamente.

Barquet Miguel, durante o interrogatório do preso político João Carlos Nicolau, fez constar do termo de depoimento que aceitou ser curador "uma vez que se prontificou a colaborar com a Justiça".

Tais fatos foram formalmente comunicados pelo autor do livro Tempo de Resistência à Ordem dos Advogados do Brasil. Infelizmente, houve triste omissão daquela entidade de classe, que não tomou nenhum posicionamento quanto aos fatos denunciados.

Em julho de 1969, a ditadura criou em São Paulo a Operação Bandeirantes (OBAN), integrada por militares e policiais, dedicada a reprimir a esquerda e que logo se tornou o principal antro de prisões, torturas e assassinatos no Brasil.

Com a criação da OBAN, a ditadura procurava centralizar a repressão. Esse foi o principal órgão utilizado

para tal finalidade, embora a repressão também se desse através do DOPS, CENIMAR, CISA, CIEX, DOI-CODI e outros organismos policiais e militares.

Localizada na rua Tutóia, a OBAN era coordenada pelo CIEX e teve sua criação apoiada pelo governador do estado de São Paulo Abreu Sodré e pelo prefeito da capital Paulo Salim Maluf, ambos nomeados pela ditadura militar, já que não existiam eleições para esses cargos.

Sodré encarregou-se de oferecer aos assassinos da ditadura uma repartição estadual para que lá funcionasse o macabro empreendimento, enquanto Maluf cuidou da rede elétrica, do asfaltamento e da infraestrutura do local.

Para viabilizar a OBAN, a ditadura convocou uma reunião em São Paulo, organizada pelo dono do Banco Mercantil, Gastão Vidigal, e coordenada por Delfim Neto, oportunidade em que ambos solicitaram vultosas somas de dinheiro para o combate à "subversão".

Diversas empresas contribuíram financeiramente para a repressão política, mas deve-se ressaltar a participação da Supergel, que fornecia gratuitamente alimentos à OBAN, e da Ford e da Volksvagen, que cediam os veículos utilizados nas operações clandestinas dos agentes da ditadura.

Do sustentáculo à repressão política, participou ativamente o Grupo Folha, que cedia veículos estampados com os nomes de seus jornais para serem utilizados pelos agentes da repressão política, despistando assim os revolucionários.

Uma de suas publicações, "A Folha da Tarde", era considerada nos bastidores como "Órgão oficial da OBAN".

Uma das empresas que mais se destacou na colaboração com a repressão foi a Ultragás, que emprestava seus caminhões e uniformes, utilizados pelos militares para realizarem prisões e emboscadas contra os militantes revolucionários.

O presidente da Ultragás, o dinamarquês Henning Albert Boilensen, era um dos maiores colaboradores da repressão e reunia, com frequência, altas somas em dinheiro, entregues à OBAN e ao DOI-CODI. Ofereceu também um prêmio em dinheiro aos policiais que mataram o revolucionário Carlos Marighella.

Tornou-se amigo dos militares e policiais torturadores e chegou a frequentar com assiduidade o DOI-CODI, onde tinha como hobby assistir às sessões de tortura.

Identificado pela guerrilha, em abril de 1971, Boilensen foi fuzilado na rua por um comando revolucionário, que cumpriu o ato de justiçamento.

Tinha também livre ingresso nas dependências do DOI-CODI um indivíduo conhecido por Lalau, que lá almoçava com freqüência e era recebido com festas pelos integrantes da sinistra repartição.

Anos depois, Lalau ficou conhecido em todo o país na pessoa de Nicolau dos Santos Neto, Juiz do Trabalho nomeado no tempo da ditadura e que se envolveu em rumoroso escândalo ao desviar considerável fortuna destinada à construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo.

Sua constante presença no DOI-CODI devia-se ao fato de Lalau, na época, ser o principal caixa do DOI-CODI – era portador de altos valores em dinheiro arrecadados de empresários paulistas para a repressão política. Como o próprio Lalau, diversos militares e policiais envolvidos na repressão enriqueceram-se desviando parte desse dinheiro, do qual não deviam prestação de contas a ninguém.

Durante as prisões de revolucionários, quase sempre os agentes da repressão apropriavam-se de todos os bens de suas vítimas, rapinagem essa que era acobertada pela cúpula da ditadura militar.

Em Ribeirão Preto, algumas empresas também colaboraram financeiramente para a repressão da ditadura, tendo destaque a Construtora Cozac e o Grupo Cury.

A corrupção sempre foi uma constante durante a ditadura, amparada pelo manto da impunidade, garantida pela censura à imprensa e pela repressão.

Durante o governo Costa e Silva, Iolanda, a primeira-dama, por conta do vício de corridas de cavalos, deixou por diversas vezes o marido em dificuldades para cobrir seus cheques sem provisão de fundos nas apostas.

O coronel Mario Andreazza, quando Ministro dos Transportes, enriqueceu a si e a seu grupo com as obras da Rodovia Transamazônica e da Ponte Rio-Niterói, que renderam gordas comissões a todos eles.

Golbery era presidente da Dow Química no Brasil, multinacional norte-americana, e sempre se utilizou de sua influência no governo para favorecer a seus patrões.

O coronel Heitor de Aquino Ferreira, principal assessor de Geisel, presidia o Projeto Jarí, do milionário estrangeiro Ludwig, que controlava extensa área na Amazônia, área essa maior que muitos países europeus.

O comandante Euclides Quandt de Oliveira, Ministro das Comunicações de Geisel, era diretor da multinacional Siemens, defendendo seus interesses no governo.

Mário Henrique Simonsen, cacique da economia durante um período da ditadura, era banqueiro e ligadíssimo a algumas empresas multinacionais.

Delfim Neto, Ministro da Fazenda por longo período durante a ditadura, notabilizou-se por falsificar índices inflacionários, impondo pesadas perdas aos assalariados brasileiros.

Delfim sempre atuou de forma inescrupulosa para proteger os interesses de grupos econômicos nacionais e estrangeiros, dos quais até hoje extrai vantagens.

Muito embora Delfim tenha alardeado um crescimento que ele batizou de "milagre econômico", a ditadura arruinou o país, pois elevou a dívida externa em 286%, de 1969 a 1973, colocando-a em um patamar superior a 12 bilhões de dólares.

O ditador Ernesto Geisel tornou-se, em junho de 1980, presidente da Norquisa, empresa oriunda de ações da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), conglomerado de empresas estatais, privadas nacionais e estrangeiras. A Norquisa foi criada por um grupo dos antigos colaboradores de Geisel na Petrobrás.

A esquerda, em contrapartida, tinha que se aperfeiçoar cada dia mais, pois a repressão tornava-se cada vez mais seletiva e a ditadura não hesitava em se utilizar de todos os métodos de tortura para obter informações dos presos políticos.

Em julho de 1969, a VPR realizou a maior expropriação da História da guerrilha brasileira.

Ana Capriglione, amante do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, possuía um cofre em sua mansão no Rio de Janeiro.

Ana, que se notabilizara pelo pseudônimo de "Dr. Rui", foi, durante a gestão de Adhemar, a pessoa mais influente no governo. Realizava nomeações, exonerava desafetos políticos da administração e beneficiava-se das grandes falcatruas praticadas na época pelo governador.

O sobrinho de Ana, Gustavo, vinculado à VPR, passou uma informação à guerrilha de que o cofre continha muito dinheiro. A organização preparou a ação, invadiu a casa e levou o cofre, dele retirando a quantia de 2 milhões e 500 mil dólares para o movimento revolucionário.

Em Ribeirão Preto, continuava a escalada da guerrilha.

A FALN editava o jornal O Berro, que pregava ostensivamente a luta armada e, por incrível que pudesse parecer, devido à forte repressão da época, o jornal ainda era distribuído em fábricas, escolas e bancas de jornais, com os nomes de Vanderley Caixe e Wanderlei Fontellas impressos como responsáveis pela publicação.

Para manter o jornal, trabalhava a FALN com mais de uma centena de pessoas que colaboravam financeiramente com aquele periódico. O grupo também tirava dessa fonte recursos para preparar a luta guerrilheira.

Nossa atuação no ME ficava cada vez mais difícil.

Na Faculdade Barão de Mauá, fazíamos um bom trabalho, panfletávamos a escola sempre e realizávamos discussões nas classes, toda vez que isso fosse possível.

Estudava na minha classe, no curso de Estudos Sociais, o professor da Faculdade de Odontologia da USP, Guilherme Simões Gomes, que colaborava financeira e politicamente com nosso grupo no ME.

Muito atuante, participava da luta contra a ditadura e era ligado à FALN.

Na verdade, eu mantinha contato com um grupo de pessoas que faziam contribuições financeiras para a causa, cuja identidade sempre foi preservada, pois seus nomes ficaram apenas na minha memória. Nunca os escrevi e nem mesmo os revelei aos próprios companheiros da organização.

Tais contribuições financiavam o trabalho do nosso grupo no ME e eram utilizadas para comprar papel, spray e o restante do material de que necessitávamos para realizar nosso trabalho político.

O comando da ALN em São Paulo não considerava prudente que realizássemos ações expropriatórias para financiar as atividades da organização em Ribeirão Preto e por isso enviava para cá a quantia necessária para as viagens, os treinamentos e a manutenção de companheiros clandestinos que por aqui passavam.

Na verdade, os assaltos a bancos por parte da guerrilha constituíram-se na maior fonte de financiamento da luta armada contra a ditadura.

Os banqueiros figuraram entre os importantes suportes da ditadura militar e aumentaram em centenas de vezes sua riqueza em detrimento da miséria de grande parte do povo brasileiro, razão pela qual entendíamos que era dos bancos que deveríamos tirar o dinheiro para o nosso movimento.

Em um breve contato, comunicou-me Paulinho da Ótica, que me preparasse para uma importante conversa, para a qual eu seria conduzido sem que pudesse identificar o local e nem os participantes.

No dia, um sábado, esperei em um ponto da avenida 9 de Julho, onde fui recolhido por um carro dirigido por um companheiro a quem conhecia de vista e que se identificou como Mário.

Por norma de segurança, coloquei os óculos escuros com esparadrapos, além de fingir dormir, para não reconhecer o caminho.

Em seguida, paramos em outro ponto que não pude identificar, para recolher outro camarada e logo fomos para uma estrada.

Paramos em um local na área rural e fomos conduzidos até uma sala grande, onde havia outras pessoas.

Em seguida, reconheci a voz de Paulinho da Ótica e a de Irineu, o "Índio", que apresentaram o Camarada Menezes, o qual passou a discorrer sobre a causa revolucionária, deixando claro tratar-se do Comandante Carlos Marighella.

Anos depois, soube que no local estavam não apenas militantes da Organização, mas pessoas que a direção local pretendia recrutar.

Nosso comandante falou com entusiasmo sobre a ALN e a luta, enchendo de ânimo os participantes da reunião, da qual participamos todo o tempo com os olhos vendados.

Voltamos a Ribeirão Preto mantendo os mesmos padrões de segurança. Eu com a voz e a fala de Mariguella, que não me saia da cabeça.

OS ESTERTORES DO ME EM RIBEIRÃO PRETO

Em agosto de 1969, conseguimos realizar ainda uma importante mobilização estudantil na Faculdade de Direito da AERP.

A escola praticara um aumento de mensalidades abusivo e conseguimos organizar um grande boicote ao pagamento dessas parcelas. Realizamos assembleias em todas as classes e forçamos a direção da escola, depois de vários dias sem pagar a Faculdade, a negociar uma redução no descabido índice de aumento.

Nessa mobilização, foi fundamental o trabalho do grupo de estudantes ligados à ALN. Minha destacada atuação no movimento levou-me a ser ameaçado de expulsão pelos proprietários da escola, fato que denunciei de classe em classe.

No mês de agosto, estavam marcadas as eleições para a diretoria do CA 1º de Setembro. Meu nome era apoiado por Tanure e pela maioria dos estudantes para ser o próximo presidente.

Conversei com a direção da organização e já não tinha intenção de candidatar-me à presidência da entidade, pois preferia afastar-me do ME e dedicar-me inteiramente à luta guerrilheira.

A direção da ALN em Ribeirão Preto ponderou que eu ainda poderia cumprir um papel importante à frente da entidade estudantil, sobretudo no que dizia respeito à infraestrutura para a organização e ao recrutamento de quadros. Assim, passamos a preparar uma chapa para disputar a diretoria do CA.

A chapa contrária era encabeçada pelo estudante Omar Nogueira Abraão, que tinha laços com a AP e era apoiado por esse grupo.

A direita, muito forte na Faculdade de Direito, optou por apoiar Omar, talvez considerado por ela como mal menor.

Após uma campanha muito radicalizada, vencemos as eleições por uma folgada margem. Entretanto, na véspera, eu precisei ser emancipado por meu pai em cartório, pois, contava apenas 19 anos e meus adversários iniciaram uma manobra para impugnar minha candidatura, em virtude de eu não possuir a maioridade civil, embora tal requisito não estivesse previsto no estatuto da entidade.

Vencida a eleição, os proprietários da faculdade tentaram impedir minha posse, alegando que eu já havia sido um preso político. Naturalmente, sabiam que o CA, comigo à frente, não transigiria diante das suas imposições.

Diante de tal postura autoritária, posicionou-se com firmeza o Dr. Romeu Coltro, juiz de Direito e diretor da Faculdade. Manifestou que a ele cabia dar posse à nova diretoria do CA e o faria, empossando os eleitos, independentemente de sua ideologia política.

Assim, tomamos posse como diretores do CA 1º de Setembro eu, como presidente; Valério Veloni, como vice; Breno Spineli Martins e Antônio Carlos Augusto Gama como secretários; e Rui Stocco e Ari da Rocha Miranda, como tesoureiros.

Ari era um estudante muito reservado e participava discretamente do ME.

Conheci-o em Batatais, onde vivia, quando eu namorava Cristina, moça daquela cidade cuja irmã era namorada de Ari.

Quando discutia com a ALN a formação da chapa para o CA, sugeriu-me Claudinei que nela incluísse o nome de Ari, o que me fez concluir que ele deveria pertencer à organização, embora eu não tenha efetuado nenhum comentário a esse respeito.

À véspera do registro da chapa, juntamente com Breno e Gama, fui a Batatais buscar a assinatura de Ari para autorizar a inclusão de seu nome na disputa eleitoral estudantil, encontrando - o em sua academia de judô, onde ministrava aulas daquele esporte. Ari recebeu-nos com a humildade que sempre o caracterizou.

Em junho de 1970, ainda com vida legal, já que a repressão jamais identificou sua militância na guerrilha, em triste e desastroso equívoco, em uma ação de expropriação levada a cabo pela ALN em São Paulo, Ari foi baleado por engano pelo companheiro Bacuri, que o confundiu com um policial.

Face aos escassos militantes em combate na época e às duras condições de clandestinidade, nem todos os companheiros se conheciam e, nas ações, os militantes tinham que colocar uma boina para se identificarem.

No calor da ação, Ari esqueceu-se de colocar a boina, o que provocou o lamentável acontecimento.

Terminada a ação da qual Ari participou até o final, mesmo ferido, os companheiros o levaram para um aparelho da ALN com forte hemorragia e sem possibilidade de atendimento médico, em virtude de já não mais possuir a organização nenhum tipo de infra-estrutura.Ari morreu no local e suas últimas palavras foram "Viva a Revolução".

A JUNTA MILITAR

No dia 27 de agosto, a nação recebeu a notícia de que o general Costa e Silva tivera uma trombose cerebral e ficara inválido.

Até hoje se desconhecem as circunstâncias em que o fato se deu, sobretudo porque a doença do ditador foi cercada de grande mistério por parte do governo que censurou, com rigor, as informações divulgadas pela imprensa e autorizou somente comunicados oficiais sobre o fato durante todo o período da enfermidade do general.

O ditador era alvo de inúmeras piadas contadas entre a população que, dessa forma, encontrava uma maneira de criticar a repressão e as falcatruas da ditadura. As piadas traziam grande desconforto para a cúpula militar, fato que seguramente pesou no afastamento do general.

Episódio que retrata o quanto a ditadura se preocupava com as piadas é aquele ocorrido durante um baile de formatura da Faculdade de Direito, realizado no Clube de Regatas de Ribeirão Preto.

Em meio à festa, Wagner de Paula Ferreira, estudante de Medicina e contrabaixista da banda "New Boys", em intervalo musical contou uma piada sobre o ditador Costa e Silva, que versava sobre o AI-5.

Assim, enquanto a banda tocava um agitado e abafado som como fundo musical, Wagner perguntou ao público:

"Vocês sabem quem é o homem mais potente do Brasil?"

Após gritos de "Não" da plateia, Wagner arrematou:

"É o General Costa e Silva, que depois de cinco atos consegue manter a dita dura".

Presente ao evento, um delegado de polícia fez parar o baile, encerrando-se a festa e somente não prendeu Wagner e os demais músicos graças à interferência de alguns professores da Faculdade que se encontravam presentes.

Na verdade, o governo Costa e Silva afundara-se na mais completa corrupção, jogando por terra os apregoados propósitos "moralizadores" do golpe de 64.

Em consequência do impedimento de Costa e Silva, deveria assumir o governo o vice-presidente Pedro Aleixo, mas o alto comando das Forças Armadas impediu sua posse, contrariando a própria Constituição outorgada pela ditadura.

Em 31 de agosto, empossou-se uma Junta Militar composta por três ministros: general Aurélio Lira Tavares, do Exército; almirante Augusto Rademaker Grunewald, da Marinha; e o brigadeiro Márcio Souza Melo, da Aeronáutica.

A Junta Militar intensificou a repressão à esquerda, ampliou a tortura e acobertou os torturadores e assassinos de presos políticos, além de deixar o legado de uma nova Lei de Segurança Nacional, muito mais rigorosa que a anterior.

No primeiro semestre de 1969, a ALN em Ribeirão Preto passa por um período de grande apreensão.

No dia 18 de abril, Guilherme Carvalho, militante da Organização, barbudo e portando uma maleta, despertou suspeitas em policiais da repressão política na rodoviária de São Paulo. Abordado por eles, constataram os mesmos que a valise estava repleta de clorato de potássio, material explosivo utilizado para fabricação de bombas.

Preso e levado ao DOPS, foi submetido a violentas torturas, terminando por abrir* os nomes de Ary Normanha e Paulo Eduardo Pereira, conhecido pelos companheiros como "Paulinho da Ótica", em virtude de trabalhar, na época, em loja do ramo ótico, de propriedade da família.

Muito torturado, Paulo chegou a cortar um pulso, o que fez com que as violências físicas cessassem, enquanto Ary resistiu bravamente às torturas.

Era norma de segurança da ALN desmontar todo o esquema por eles conhecido, tais como pontos, aparelhos e ações programadas, em virtude da possibilidade de algum dos presos ceder às torturas e fornecer informações ao inimigo.

Enquanto durou a prisão dos três companheiros, por medida de segurança, dormi todos os dias fora de casa e, nesse período, alojei-me na casa de D. Lourdinha Garcia, na Rua Itararé, a escassos metros da minha casa e onde me senti em total segurança, pois a dona da casa me acolheu com o espírito de solidariedade que sempre a caracterizou.

Em junho de 69, os três foram libertados e passaram a responder a processo e, obrigatoriamente, tinham que se apresentar à polícia uma vez por mês.

O SEQUESTRO DO EMBAIXADOR

No dia 4 de setembro, a guerrilha brasileira realizou sua mais importante ação revolucionária.

Um comando composto de militantes da ALN e do MR-8 sequestrou, no Rio de Janeiro, o embaixador norte-americano Charles Elbrick. O comando exigia em troca da liberdade do diplomata a libertação de 15 presos políticos, além da divulgação, em todos os meios de comunicação do país, de um manifesto assinado pelas duas organizações.

O manifesto explicava as razões do sequestro, o papel dos Estados Unidos, que respaldava a ditadura militar brasileira, e assegurava que cada um dos 15 patriotas presos valia mais do que 100 embaixadores.

No comando militar da ação, estava Virgílio Gomes da Silva, o Jonas, comandante da ALN em São Paulo, companheiro que esteve algumas vezes em Ribeirão Preto para contatos com a organização.

Participou ainda do sequestro o segundo homem da ALN, Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo" ou "o Velho" que também fazia contatos em nossa cidade.

Toledo dividiu o comando político da ação com Franklin Martins, dirigente do MR-8.

Participaram também do sequestro Fernando Gabeira, Manoel Cirilo e outros companheiros revolucionários.

Na verdade, as duas organizações subestimaram o cacife que tinham em mãos e pediram poucos presos a troco do embaixador. A ordem do governo norte-americano aos submissos militares da ditadura brasileira, soube-se depois, era de que as reivindicações dos revolucionários deveriam ser atendidas, fossem elas quais fossem.

Soube-se também que a cúpula da ditadura chegou a temer que a exigência fosse a renúncia da própria Junta Militar e que, se fosse exigida a libertação de todos os presos políticos do Brasil, seguramente o governo teria cedido.

Na lista dos presos a serem trocados, figuravam os nomes dos líderes estudantis Luís Travassos, José Dirceu

e Vladimir Palmeira, além do líder da greve dos metalúrgicos de Osasco, José Ibrahim, e do líder comunista histórico, Gregório Bezerra, do PCB.

A ALN e o MR-8 colocaram na lista presos de diversas agremiações políticas brasileiras, o que fortaleceu mais ainda o sequestro.

Alguns anos depois, soube por Luís Travassos que ele, da AP, e Antônio Ribas, do PC do B, presos no Forte de Itaipu, foram consultados na época pela ALN se concordariam em deixar a cadeia por uma ação armada da guerrilha, sem que naturalmente fosse especificado de que tipo de ação se tratava.

Travassos respondeu afirmativamente, enquanto Ribas pediu para consultar o PC do B. Depois da consulta, respondeu negativamente à ALN, já que seu partido não concordava com esse tipo de ação armada.

No dia 5 de setembro, o manifesto revolucionário passou a ser divulgado e a ditadura já aceitava publicamente as exigências da guerrilha.

Nessa mesma data, uma sexta-feira à noite, no CA 1º de Setembro, interrompi a tradicional brincadeira dançante para subir ao palco e, suspendendo a música, passei a ler o manifesto da guerrilha no microfone, sendo muito aplaudido a cada vez que mencionava o nome de um dos presos listados, aumentando os aplausos quando citava o nome de cada líder estudantil.

No dia 6 de setembro, o embaixador ainda se encontrava nas mãos do comando revolucionário que o sequestrou.

Nesse dia, os 15 presos políticos viajaram para o México, enquanto os guerrilheiros aguardavam a confirmação da chegada deles àquele país para libertar o embaixador.

O sequestro, como ficou evidente, foi uma grande vitória dos revolucionários brasileiros contra a ditadura e serviu de estímulo a que se desencadeassem diversas ações revolucionárias contra o regime.

Animado com a ação, propus à Organização que realizássemos o sequestro do vice-cônsul português em Ribeirão Preto, Hermínio Maia Picado, representante da ditadura salazarista, e o trocássemos por alguns presos políticos.

Claudinei, de pronto, vetou a ação, argumentando que tal personagem não teria valor de troca.

7 DE SETEMBRO

Estávamos na Semana da Pátria e, como em todos os anos, a ditadura comemorava o dia 7 de Setembro com desfiles militares e forte esquema de segurança, procurando passar à população a ideia de que o conceito de pátria se confundia com a própria ditadura.

Em Ribeirão Preto, decidimos comemorar o Dia da Pátria a nosso modo.

O palanque para o desfile já estava armado na Avenida Independência. A ALN decidiu colocar ali bombas incendiárias para que ele fosse queimado antes do amanhecer, poucas horas antes do evento para evitar vítimas. Estávamos seguros de que a comemoração da ditadura seria forçosamente cancelada.

Dessa forma, faríamos valer a comemoração da guerrilha, pois nós éramos os verdadeiros patriotas e não aqueles que louvavam o país com desfiles de exibição de armamentos, enquanto entregavam a pátria aos interesses norte-americanos.

Nosso grupo de fogo passou a fazer, então, o levantamento do local da ação. Percorremos por várias vezes a

Avenida Independência e as ruas vizinhas, definimos o trajeto, a colocação das bombas e nossa retirada do local.

Já madrugada, no fundo da casa de Claudinei, na Rua Sete de Setembro, 889, confeccionamos as bombas e eu me esmerei em prepará-las com os demais companheiros.

Os dois elementos químicos utilizados para a confecção das bombas não podiam aproximar-se, pois isso causaria a combustão, o que requeria excessivo cuidado na preparação dos artefatos, pois não podiam se acercar os dois companheiros que os manipulavam.

Assim foram as bombas preparadas nos recipientes vazios de duas "laranjinhas" – um refrigerante conhecido na época, com sabor artificial de laranja, cujo frasco de plástico tinha o formato daquela fruta em tamanho maior.

As duas bombas eram suficientes para destruir o palanque.

Encarregado de definir o tempo para a explosão, tive o cuidado de aumentá-lo o máximo possível, pois nunca era exato, mas pude garantir aos companheiros que havia uma margem segura de, pelo menos, uma hora, antes que elas estourassem.

Subimos no carro, Claudinei ao volante, Russo e eu levando às mãos uma bomba cada um, e saímos em direção ao palanque.

Ao aproximarmo-nos do local, um imprevisto nos esperava.

Dois soldados da Polícia Militar faziam guarda em frente ao palanque sem se moverem. Rapidamente, percebemos que seria impossível realizar a ação com a presença deles.

Tínhamos armamento suficiente, superioridade numérica e o fator surpresa do nosso lado, o que me fez propor, com o apoio de Russo, que deveríamos colocar capuzes, dominar os soldados, amarrá-los e realizar a operação.

Claudinei, o comandante da ação, vetou a proposta e alegou, com justa razão, que iríamos realizar a ação em seu carro, um JK vermelho, que seria fácil de identificar já que havia apenas três ou quatro modelos desse tipo em toda a cidade, embora os números da placa estivessem alterados.

Decidiu-se, assim, que nós deveríamos procurar outro local, o mais próximo possível, para realizar o atentado e atingirmos um alvo que simbolizasse a ditadura ou o imperialismo norte-americano.

Começamos, então, a rodar pelo centro da cidade com as bombas no carro, em busca de outro local para efetuar a ação revolucionária.

Ao passarmos pela esquina das Ruas Marcondes Salgado e Duque de Caxias, onde se localizava a Delegacia Regional de Polícia, pensamos em colocar as bombas em viaturas lá estacionadas, o que foi impossível devido à permanência de policiais no local.

Voltamos a circular perto do palanque, mas a situação persistia, com os dois policiais lá postados e, ao que parecia, sem a menor intenção de se afastarem.

Enquanto isso, o tempo corria e eu alertei os companheiros de que não dispúnhamos de mais que vinte minutos para permanecermos com as bombas no automóvel sem o risco de virar churrasco. Naquele instante, tive a idéia: "Coca-Cola".

Na verdade, a empresa que fabricava o refrigerante, símbolo do capitalismo norte-americano, situava-se perto da Avenida Francisco Junqueira, a algumas quadras dali.

Todos de acordo, rumamos para o local e, depois de um breve levantamento, pouco criterioso em face da premência do tempo que corria contra nós, saltei o muro da Coca-Cola, pela Rua Deolinda, com Russo fazendo proteção armada do lado de fora, enquanto Claudinei permanecia no volante. Já no pátio interno da empresa, coloquei as duas bombas, uma em baixo de cada caminhão.

Retiramo-nos do local quando já amanhecia e nos recolhemos para dormir um pouco e aguardar pelo resultado da ação, que seria o sinal da presença da guerrilha nas comemorações do Dia da Pátria em Ribeirão Preto.

Nas primeiras horas da manhã do dia 7 de Setembro, a primeira bomba entra em combustão e inicia um incêndio em um dos caminhões, enquanto são chamados os bombeiros e a polícia.

De plantão estava o delegado Vlamir Pupo, que nunca se envolveu com a repressão política, mas que compareceu ao local em virtude de ser o plantonista.

Talvez animado com a possibilidade de se promover diante do fato, tomou a segunda bomba em suas mãos, colocou-a em seu carro, um Karman Ghia, veículo de pequeno porte que estava na moda naquela época, e propôs-se a levar o artefato explosivo para a delegacia.

Eu havia programado para que a segunda bomba explodisse mais ou menos meia hora depois da primeira. O delegado, de maneira imprudente, acreditou que ela tivesse falhado, levando-a ao plantão policial.

Ao chegar à delegacia, Vlamir colocou o artefato em sua mesa e deixou a sala por alguns minutos para chamar outras pessoas que o ajudassem a desmontá-lo.

Nesse ínterim, a bomba entrou em combustão e iniciou um princípio de incêndio que foi logo debelado, mas que completou nossa comemoração do Dia da Pátria. Na verdade o delegado fez o que, para nós, teria sido praticamente impossível: levar a bomba para estourar dentro da delegacia de polícia.

Ainda no dia 7, o embaixador Elbrick era solto no Rio pelos guerrilheiros da ALN e do MR-8.

Liberado o embaixador, a ditadura lançou uma grande ofensiva contra os grupos revolucionários e intensificou as prisões, as torturas e os assassinatos, preocupada com a força da guerrilha e a repercussão internacional do seqüestro.

Editou também a nova Lei de Segurança Nacional, que previa pena de prisão perpétua, pena de morte e banimento, para o caso de presos trocados em seqüestros.

No mês de setembro, diversas prisões foram realizadas e, no dia 29 de setembro, caiu nas mãos da polícia o companheiro Jonas.

Submetido a violentas torturas, Jonas foi assassinado na OBAN, desafiando seus algozes e, negando-lhes qualquer informação, enfrentou-os até a morte.

O assassinato de Jonas e a prisão de vários companheiros, no litoral e no interior do estado, abalaram a organização, que procurava se recuperar das quedas e tentava ampliar seus quadros.

Foi presa também, dias depois da morte de Jonas, Hilda Gomes da Silva, sua mulher, e seus três filhos pequenos, os quais se encontravam em um aparelho na cidade de São Sebastião e aguardavam a confecção de documentos falsos para deixarem o país.

Hilda e as crianças, algumas semanas antes, tinham vivido clandestinamente em Ribeirão Preto, onde as escondemos da fúria da repressão que, inconformada por ainda não haver encontrado Jonas, pretendia vingar-se em sua família.

O início das ações da ALN em Ribeirão Preto, somadas àquelas realizadas pela FALN, que já estavam em andamento, configuravam um quadro de conflito guerrilheiro também em nossa região. A repressão, até então, estava confusa em relação à autoria dos atentados.

LOJAS AMERICANAS

A ditadura, em todo o país, espalhava cartazes contendo fotografias de companheiros com os dizeres: "TERRORISTAS PROCURADOS", rotulando os guerrilheiros de assassinos e incentivando a população a delatá-los à polícia.

Em Ribeirão Preto, tais cartazes eram exibidos, sobretudo, em algumas agências bancárias e em alguns poucos estabelecimentos comerciais.

As Lojas Americanas, situadas no centro da cidade, faziam questão de estampar alguns desses cartazes em suas vitrines da Rua General Osório, em explícita colaboração com a ditadura.

Em duas oportunidades, havíamos feito chamadas telefônicas à direção daquele estabelecimento comercial, falando em nome da ALN e solicitando a retirada dos cartazes.

Fomos atendidos na primeira vez, porém os encarregados pela empresa voltaram a colocar os cartazes dias depois, ignorando nosso segundo telefonema de advertência.

Em outubro de 69, decidimos, então, colocar na loja algumas bombas incendiárias para demonstrar nosso desagrado pela exibição dos cartazes que expunham companheiros revolucionários à execração pública, além do que estimulavam a delação.

Russo e eu fomos encarregados de fazer o levantamento do local. Para tanto, freqüentamos a loja por quatro dias antes da ação, observando a movimentação de funcionários, do público e da segurança interna, enquanto que, com Claudinei, estudávamos uma rota de retirada.

O local era de intenso trânsito e forte policiamento, o que dificultava uma fuga rápida, em caso de tiroteio ou perseguição, e fazia com que tivéssemos que redobrar os cuidados no planejamento da operação.

Na véspera, fizemos outra visita à loja e decidimos, além de observar o local, expropriar seis bolinhas de pingue-pongue, as quais deveriam ser recheadas de material explosivo – assim, a própria loja financiaria parte da ação.

Entregues as bolinhas a Claudinei, que comandava a ação, encarregou-se ele de trazê-las semi-preparadas no dia, já contendo o elemento químico em pó, com uma pitada de açúcar.

Ficou para mim e para o Russo a tarefa de completá-las com o elemento químico líquido e demarcar o tempo para que detonassem.

No dia 16 de outubro, marcamos um ponto no centro, na Rua São Sebastião, às 16 horas.

Claudinei chegara bem cedo e estacionara o carro quase em frente às Lojas Americanas, na Rua General Osório, tomando cuidado para deixar espaço para a saída, em caso de ser necessária uma manobra rápida.

Foi encontrar-nos no horário e local combinados e nos entregou um pequeno pacote com as bombas, enquanto Paulinho da Ótica aguardava perto do carro, armado, fazendo segurança.

Todos os participantes estavam armados de revólveres, calibre 38, e havia no carro alguns coquetéis Molotov para o caso de fuga, que seriam utilizados para dar cobertura à retirada.

Russo e eu subimos ao primeiro andar do prédio situado na Rua General Osório, esquina com a Rua Álvares Cabral, onde se situava a Choperia Lanches Paulistas, hoje Choperia Pingüim.

No banheiro do primeiro andar do prédio, montamos seis artefatos e os preparamos para que fossem acionados aproximadamente três horas depois.

O objetivo era o ataque à loja sem nenhuma intenção de ferir ninguém, pois, seguramente, à hora em que se iniciassem os focos de incêndio, não haveria nenhuma pessoa no local.

Em seguida, descemos do prédio e encontramos na esquina, conforme previamente combinado, o companheiro Fernando Morgan, cuja identidade somente eu e Russo conhecíamos. Enquanto Claudinei e Paulinho esperavam no carro, nós três entramos na loja, colocamos as bombas e saímos com tranqüilidade.

Enquanto Fernando retirava-se a pé, sem ser visto pelos demais companheiros, os outros quatro, eu inclusive, deixávamos o local com Claudinei ao volante e rumamos em direção ao bairro Campos Elíseos, onde outro carro nos aguardava. Assim, todos se retiraram sem nenhum problema de segurança.

À noite, nenhuma notícia tivemos sobre o resultado do atentado. Por volta das 23 horas, passei com Claudinei de carro em frente ao local e nada de anormal havia.

No dia seguinte, à tarde, um funcionário da loja descobriu uma das bombas e deu o alarme.

A polícia, com grande estardalhaço, isolou o local, fez uma varredura na loja e encontrou as outras cinco bombas, concluindo que todas elas estavam preparadas para explodir naquele dia.

Na verdade, os artefatos que explodiriam na véspera não funcionaram por defeito de fabricação, já que o companheiro que os preparou, cujo nome até hoje desconheço, por razões de segurança, exagerou na dose de açúcar que se colocava para diluir os elementos químicos, o que tornou as bombas ineficazes.

JULIANO

Ainda no mês de outubro, recebemos uma informação de que estava agindo em Ribeirão Preto um dos fundadores do Esquadrão da Morte que se auto-proclamava um dos expoentes da repressão política em São Paulo.

A primeira notícia que tivemos de sua presença em Ribeirão veio por Acyr Ramos, simpatizante da ALN. Acyr o conheceu na casa de uma mulher com a qual mantinha um romance e o homem do esquadrão lá comparecia pelo mesmo motivo.

Preocupada com o encontro dos dois rivais, a mulher apresentou nosso companheiro ao policial como sendo seu primo e o tira, dotado de espírito altamente exibicionista, além de mostrar as duas pistolas 45 que portava, falou de seus feitos como fundador do Esquadrão da Morte.

Gabou-se de haver torturado presos políticos, de haver participado do assassinato de alguns deles e disse, ainda, que havia se transferido para Ribeirão Preto porque temia a represália de grupos de esquerda, mas que aqui continuaria sua tarefa de reprimir os comunistas e revolucionários locais.

De imediato, Acyr avisou-nos do fato e mencionou o nome do policial – Juliano. A partir daí, passamos a procurar mais informações sobre a sua pessoa.

Alguns dias depois, meu irmão Jorge encontrava-se no bar situado na esquina das ruas Camilo de Matos e Itararé, onde hoje está a pastelaria "Salgadinhos Show", lugar em que, na época, havia mesas de bilhar. Diante dele e de várias pessoas, um homem moreno claro e de bigodes apresentou-se como Juliano, dizendo-se fundador do Esquadrão da Morte e contando história semelhante à ouvida pelo nosso simpatizante. Assegurou no bar que viera para Ribeirão a fim de acabar com os militantes de esquerda.

Assustado, Jorge avisou-me do fato e eu narrei a conversa à direção da ALN.

Um de nossos companheiros, lembrando-se de haver lido em algum jornal qualquer notícia a respeito, terminou por encontrar o exemplar do jornal Diário da Manhã, de 8 de dezembro de 1968, que trazia a notícia: "Criador do Esquadrão da Morte é investigador em Ribeirão Preto", relatando algumas das atividades de Juliano.

Consultamos a organização em São Paulo e também confirmamos a participação desse policial na repressão a presos políticos, o que corroborava as afirmações do próprio Juliano.

* Abrir: termo utilizado pela esquerda para referir-se a fornecer informações

Diante de tais fatos, a direção local da ALN decidiu pelo justiçamento daquele agente da repressão. Eu fui encarregado de fazer o levantamento para a realização da ação.

Meu irmão dissera ainda que Juliano residia no Jardim Paulista, próximo à minha casa – informação essa que passei à ALN.

Claudinei, encarregado de montar a operação de justiçamento, sugeriu, então, que eu solicitasse a meu irmão fazer o levantamento do endereço de Juliano, bem como de seus horários de entrada e saída em casa, além de observar se chegava sozinho, com que carro e outros detalhes.

Lembrei-lhe que Jorge tinha apenas 16 anos e não era militante da organização.

Eu vinha desenvolvendo um trabalho político com ele, procurando conscientizá-lo e ganhá-lo para a luta, o que já tinha produzido alguns efeitos. Quando necessário, transportava material para nós e chegou, uma vez, a cobrir um ponto com um dirigente da ALN que vinha de São Paulo.

A organização recomendou-me que conversasse detalhadamente com Jorge e o fizesse conhecer a importância do trabalho a ser realizado, insistindo na necessidade de não comentar com ninguém a tarefa que lhe fora consignada.

Meu irmão, de imediato, concordou e propôs-se a fazer o levantamento. Em poucos dias, passou-nos todos os dados necessários para a montagem da operação que levaria à execução daquele agente da ditadura.

Russo e eu fomos excluídos de participar da ação, em virtude de morarmos a poucas quadras de Juliano – o que provocou nossos veementes protestos, embora, hoje, reconheça que essa norma visava garantir a segurança da organização. Sendo assim, fomos avisados de que o justiçamento ocorreria nos próximos três dias e havia recomendações expressas para que, nesse período, não circulássemos na área próxima à casa onde seria realizada a execução.

Na véspera do dia designado para a ação, ocorreu a prisão de Paulinho da Ótica. Por medida de segurança, já que ele sabia dos preparativos para o justiçamento, a direção local da ALN decidiu cancelar a operação. Assim, por uma questão de horas, aquele agente da ditadura escapou da Justiça Revolucionária.

Anos depois, em meu escritório de advocacia, fui procurado por uma senhora de preto, guardando luto, que me consultou acerca de seus eventuais direitos previdenciários, devido ao falecimento do marido, policial civil que recentemente morrera de câncer.

Fiquei momentaneamente paralizado quando, ao perguntar o nome do falecido, ela respondeu: Juliano.

ELBRICK: O MANIFESTO.

Grupos revolucionários detiveram hoje o Sr. Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum lugar do país, onde o mantêm preso. Este ato não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, nos quais se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; ocupação de quartéis e delegacias, onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se libertam revolucionários, para devolvê-los à luta do povo; explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justiçamento de carrascos e torturadores.

Na verdade, o rapto do embaixador é apenas mais um ato da guerra revolucionária, que avança a cada dia e que ainda este ano iniciará sua etapa de guerrilha rural.

Com o rapto do embaixador, queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armarmos e nos organizarmos. Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida, desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os exploradores, a esperança e a certeza de vitória para o meio dos explorados.

O Sr. Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que, aliado aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros e aos grandes banqueiros nacionais, mantêm o regime de opressão e exploração.

Os interesses desses consórcios, de se enriquecerem cada vez mais, criaram e mantêm o arrocho salarial, a estrutura agrária injusta e a repressão institucionalizada. Portanto, o rapto do embaixador é uma advertência clara de que o povo brasileiro não lhes dará descanso e a todo momento fará desabar sobre eles o peso de sua luta. Saibam todos que esta é uma luta sem tréguas, uma luta longa e dura, que não termina com a troca de um ou outro general no poder, mas que só acaba com o fim do regime dos grandes exploradores e com a constituição de um governo que liberte os trabalhadores de todo o país da situação em que se encontram.

Estamos na Semana da Independência. O povo e a ditadura comemoram de maneiras diferentes. A ditadura promove festas, paradas e desfiles, solta fogos de artifício e prega cartazes. Com isso ela não quer comemorar coisa nenhuma; quer jogar areia nos olhos dos explorados, instalando uma falsa alegria com o objetivo de esconder a vida de miséria, exploração e repressão que vivemos. Pode-se tapar o sol com a peneira? Pode-se esconder do povo a sua miséria, quando ele a sente na carne?

Na Semana da Independência, há duas comemorações: a da elite e a do povo, a dos que promovem paradas e a dos que raptam o embaixador, símbolo da exploração.

A vida e a morte do Sr. Embaixador estão nas mãos da ditadura. Se ela atender a duas exigências, o Sr. Elbrick será libertado. Caso contrário, seremos obrigados a cumprir a justiça revolucionária. Nossas duas exigências são:

a) A libertação de 15 prisioneiros políticos. São 15 revolucionários entre milhares que sofrem torturas nas prisões-quartéis de todo o país, que são espancados, seviciados, e que amargam as humilhações impostas pelos militares. Não estamos exigindo o impossível. Não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões. Esses não serão libertados, é lógico. Serão vingados, um dia. Exigimos apenas a libertação desses 15 homens, líderes da luta contra a ditadura. Cada um deles vale cem embaixadores, do ponto de vista do povo. Mas um embaixador dos Estados Unidos também vale muito, do ponto de vista da ditadura e da exploração.

b) A publicação e leitura desta mensagem, na íntegra, nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país.

Os 15 prisioneiros políticos devem ser conduzidos em avião especial até um país determinado - Argélia, Chile ou México -, onde lhes seja concedido asilo político. Contra eles não devem ser tentadas quaisquer represálias, sob pena de retaliação.

A ditadura tem 48 horas para responder publicamente se aceita ou rejeita nossa proposta. Se a resposta for positiva, divulgaremos a lista dos 15 líderes revolucionários e esperaremos 24 horas por seu transporte para um país seguro. Se a resposta for negativa, ou se não houver resposta nesse prazo, o Sr. Burke Elbrick será justiçado. Os 15 companheiros devem ser libertados, estejam ou não condenados: esta é uma "situação excepcional". Nas "situações excepcionais", os juristas da ditadura sempre arranjam uma fórmula para resolver as coisas, como se viu recentemente, na subida da Junta militar.

As conversações só serão iniciadas a partir de declarações públicas e oficiais da ditadura de que atenderá às exigências.

O método será sempre público por parte das autoridades e sempre imprevisto por nossa parte.

Queremos lembrar que os prazos são improrrogáveis e que não vacilaremos em cumprir nossas promessas.

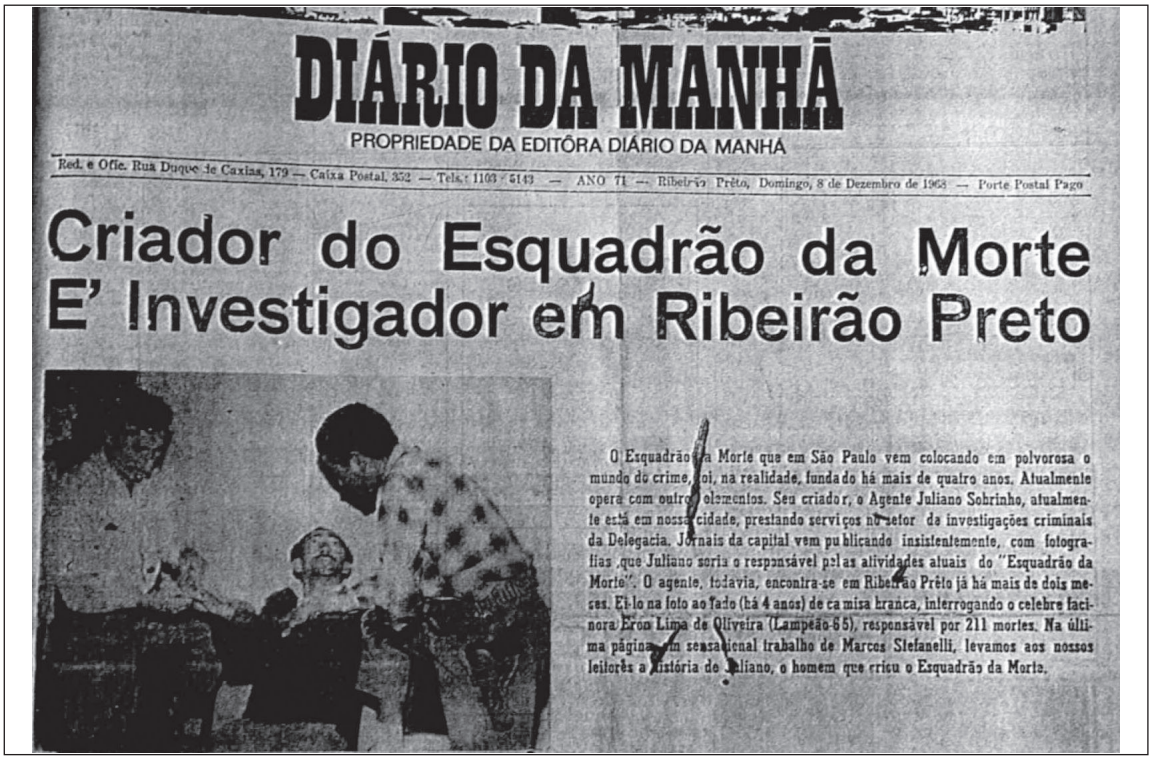
Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente.

Ação Libertadora Nacional (ALN)

Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

EDIÇÃO EXTRA
ANO III – 1968
O BERRO
"O BERRO É A ARMA DO POVO"
DITADURA COMEMORA 4º ANIVERSÁRIO COM MORTE
ABAIXO A DITADURA
FORA COMO GOVERNO
GOVERNO ASSASSINO DO POVO
DITADURA MILITAR
RAT RAT RAT

Leopoldo toma posse como presidente do Centro Acadêmico 1º Setembro. Da esquerda para a direita: Antônio Carlos Augusto Gama, Brenno Augusto Spinelli Martins, Valério Velloni, Leopoldo Paulino, Dr. Romeu Coltro, Dr. Anibal Augusto Gama, Odilon Augusto Machado e Moacyr Paulino.



DIÁRIO DA MANHÃ

PROPRIEDADE DA EDITÔRA DIÁRIO DA MANHÃ

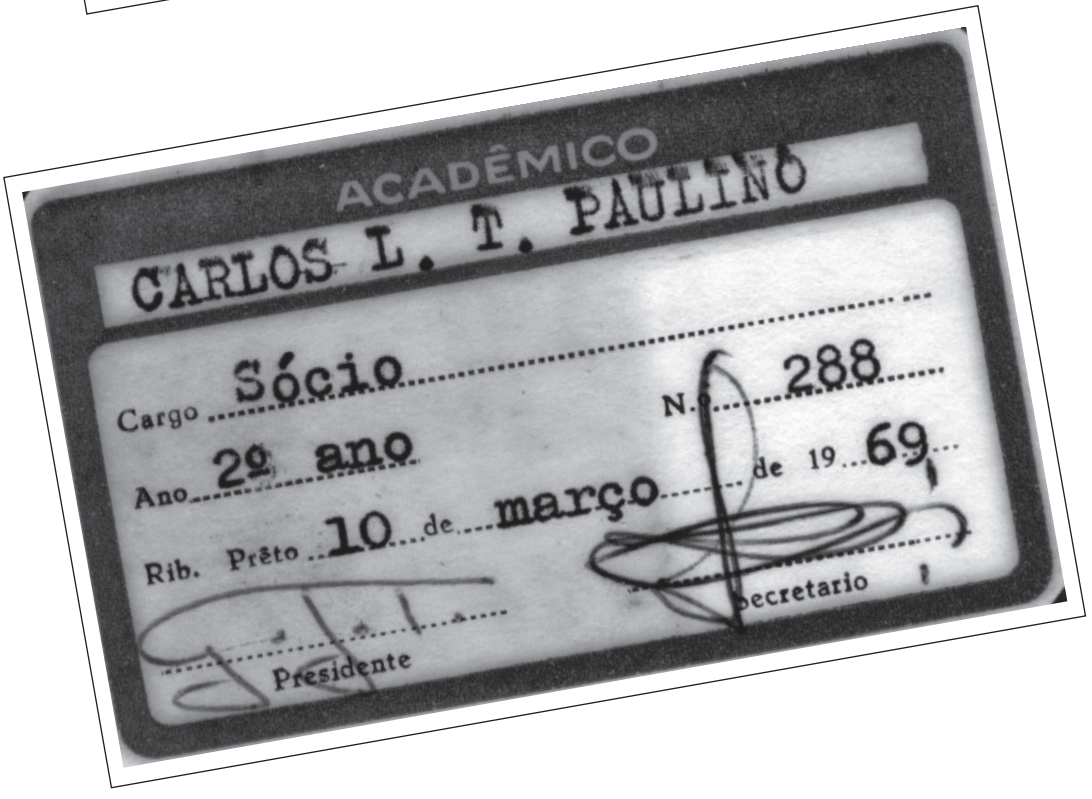
Red. e Ofic. Rua Duque de Caxias, 179 — Caixa Postal 352 — Tels.: 1103 - 5143 — ANO 71 — Ribeirão Prêto, Domingo, 8 de Dezembro de 1968 — Porte Postal Pago

Criador do Esquadrão da Morte E' Investigador em Ribeirão Preto

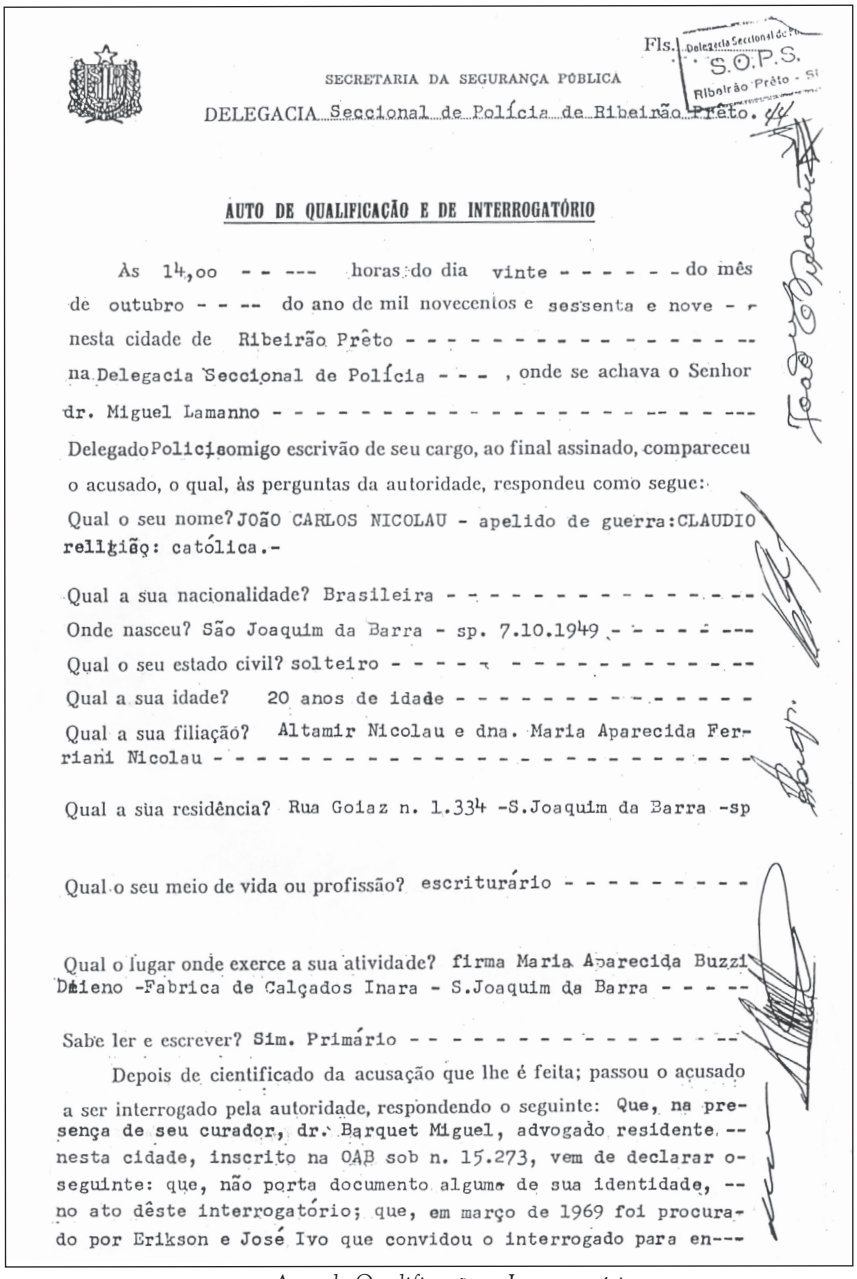
O Esquadrão da Morte que em São Paulo vem colocando em polvorosa o mundo do crime, foi, na realidade, fundado há mais de quatro anos. Atualmente opera com outros elementos. Seu criador, o Agente Juliano Sobrinho, atualmente está em nossa cidade, prestando serviços no setor de investigações criminais da Delegacia. Jornais da capital vem publicando insistentemente, com fotografias, que Juliano seria o responsável pelas atividades atuais do "Esquadrão da Morte". O agente, todavia, encontra-se em Ribeirão Prêto já há mais de dois meses. Eis-lo na foto ao lado (há 4 anos) de camisa branca, interrogando o celebre facinora Erom Lima de Oliveira (Lampeão-65), responsável por 211 mortes. Na última página, em sensacional trabalho de Marcos Stefanelli, levamos aos nossos leitores a história de Juliano, o homem que criou o Esquadrão da Morte.

"Diário da Manhã"– 08/12/1968

DIRETÓRIO ACADÊMICO "1º DE SETEMBRO"
FACULDADE DE DIREITO "LAUDO DE CAMARGO"
RIBEIRÃO PRETO
OMNIBUS UNUS


ACADÊMICO
CARLOS L. T. PAULINO
Cargo Sócio
N.º 288
Ano 2º ano
Rib. Prêto 10 de março de 19 69
Presidente
Secretario

Jornal "O Guerrilheiro"



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DELEGACIA Seccional de Polícia de Ribeirão Prêto.

Fls. 44

Delegacia Seccional de P... S.O.P.S. Ribeirão Prêto - SP

AUTO DE QUALIFICAÇÃO E DE INTERROGATÓRIO

Às 14,oo - - --- horas do dia vinte - - - - - - do mês de outubro - - -- do ano de mil novecentos e sessenta e nove - - nesta cidade de Ribeirão Prêto - - - - - - - - - - - - - - - - na Delegacia Seccional de Polícia - - - , onde se achava o Senhor dr. Miguel Lamanno - Delegado Policial comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, compareceu o acusado, o qual, às perguntas da autoridade, respondeu como segue: Qual o seu nome? JOÃO CARLOS NICOLAU - apelido de guerra: CLAUDIO religião: católica.-

Qual a sua nacionalidade? Brasileira - - - - - - - - - - - - - - - - Onde nasceu? São Joaquim da Barra - sp. 7.10.1949 - - - - - - - - Qual o seu estado civil? solteiro - - - - - - - - - - - - - - - - - Qual a sua idade? 20 anos de idade - - - - - - - - - - - - - - - Qual a sua filiação? Altamir Nicolau e dna. Maria Aparecida Ferriani Nicolau -

Qual a sua residência? Rua Goiaz n. 1.334 -S.Joaquim da Barra -sp

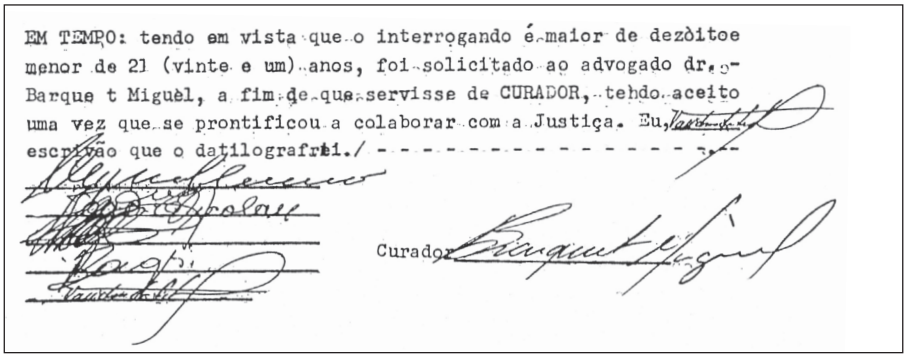
Qual o seu meio de vida ou profissão? escriturário - - - - - - - - -

Qual o lugar onde exerce a sua atividade? firma Maria Aparecida Buzzi Dêleno -Fabrica de Calçados Inara - S.Joaquim da Barra - - - - -

Sabe ler e escrever? Sim. Primário - - - - - - - - - - - - - - - - -

Depois de cientificado da acusação que lhe é feita; passou o acusado a ser interrogado pela autoridade, respondendo o seguinte: Que, na presença de seu curador, dr. Barquet Miguel, advogado residente -- nesta cidade, inscrito na OAB sob n. 15.273, vem de declarar o seguinte: que, não porta documento algum de sua identidade, -- no ato dêste interrogatório; que, em março de 1969 foi procurado por Erikson e José Ivo que convidou o interrogado para en---

Auto de Qualificação e Interrogatório



EM TEMPO: tendo em vista que o interrogando é maior de dezòitoe menor de 21 (vinte e um) anos, foi solicitado ao advogado dr. Barquet Miguel, a fim de que servisse de CURADOR, tendo aceito uma vez que se prontificou a colaborar com a Justiça. Eu, escrivão que o datilografei./ - - - - - - - - - - - - - - - - - -

Curador

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

APROVADO

Ribeirão Preto, 10 DEZ 2002

Presidente

17419

EMENTA:

Requer providências contra atos praticados durante a Ditadura Militar.

SENHOR PRESIDENTE

Na qualidade de vereador eleito para a legislatura da edilidade ribeirãopretana para o 5º mandato legislativo, 2001/2004, vejo-me, na obrigação de levar ao conhecimento de Vossa Excelência fatos ocorridos em nossa cidade, que noticiam crimes praticados nos porões da ditadura militar.

No final da década de 60 e início da década de 70, milhares de patriotas brasileiros escreveram uma heróica página de nossa História, enfrentando, a maioria de armas na mão, a ditadura militar que governou nosso país por 21 anos.

Durante esse período, os donos do poder desencadearam violenta repressão contra as forças populares, tendo como resultado prisões, exílio, banimentos e torturas das mais hediondas, que muitas vezes resultaram em assassinatos de presos políticos, muito dos quais tiveram seus cadáveres ocultados pelo aparelho repressivo do governo militar, sendo até hoje considerados desaparecidos.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo

A situação tornou-se a tal ponto insustentável que após as violências descritas, que também atingiram a alguns religiosos da Igreja Católica, sendo o caso mais tristemente conhecido de Madre Maurina Borges, então diretora do Orfanato Lar Santana, que sofreu violências sexuais nas mãos dos esbirros da ditadura, procedeu o arcebispo de nossa cidade, D. Felício da Cunha Vasconcelos, acompanhado de diversos padres da região, a decretar a excomunhão dos delegados de polícia Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano por sua participação nos lamentáveis fatos.

Anos após os tristes acontecimentos, chegam ao nosso conhecimento documentos que revelam a participação de advogados de Ribeirão Preto como colaboradores da tortura (documentos anexos).

Na verdade, alguns advogados de nossa cidade eram convidados pelo delegado Miguel Lamano, um dos torturadores mais conhecidos do Brasil, para figurarem como curadores dos menores de 21 anos, exigência prevista no artigo 15 do Código de Processo Penal, emprestando seu nome para dar aparência de legalidade às violências cometidas contra aqueles presos, assinando os termos de depoimento sem dele participarem e com isso legitimando a farsa do inquérito montado pelos policiais a serviço da ditadura.

Em um dos casos, fato pior aconteceu, já que o advogado João Gilberto Sampaio presenciou impassível uma cena abjeta de tortura, oportunidade em que o delegado do DOPS local, Miguel Lamano, espancou em sua presença o preso político Vicente Alessi Filho, chegando ao extremo de arrancar-lhe parte dos cabelos com uma faca.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo

Além de inúmeros militares e policiais que se dedicaram à infame prática da tortura, a ditadura teve a seu serviço alguns colaboradores voluntários, que mancharam suas mãos de sangue para auxiliar, cada um a seu modo, na aplicação dos métodos selvagens utilizados pelo governo da época contra seus opositores.

Recentemente, militantes de esquerda da época e organizações anti-tortura lograram identificar o nome de vários médicos que atuavam como colaboradores da repressão, assinando laudos cadavéricos falsos com o objetivo de encobrir os assassinatos perpetrados pelos agentes da ditadura, e ainda participando das seções de tortura, impedindo que as vítimas morressem antes que pudessem fornecer informações a seus algozes extorquidas mediante as mais bárbaras violências cometidas contra o ser humano.

No mês de outubro de 1969, Ribeirão Preto foi invadida por dezenas de agentes da repressão política, pertencentes à famigerada "Operação Bandeirantes" (OBAN), que ocuparam o quartel da polícia militar e passaram a efetuar centenas de prisões em nossa cidade e na região, transformando um setor do quartel em uma casa de torturas, onde os mais variados suplícios eram impostos aos presos políticos locais.

Na oportunidade, choques elétricos, pau-de-arara, afogamentos, torturas psicológicas e espancamentos generalizados, eram o dia a dia das pessoas que em nossa região ousaram lutar por um Brasil melhor e é importante se ressaltar que alguns policiais civis e militares locais auxiliariam seus colegas de fora, colaborando diretamente na macabra tarefa de torturar pessoalmente os que se opunham à Ditadura Militar.

01

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Além do já citado advogado João Gilberto Sampaio, incorreram nessa prática odiosa os advogados Ney Mattar, este já falecido, e Barquet Miguel, enxovalhando a profissão com sua sórdida atitude e atirando lama à classe dos advogados, cuja entidade representativa não mediu esforços para denunciar os crimes cometidos pela ditadura militar.

Barquet Miguel ainda fazia constar nos termos dos depoimentos dos presos que atuava como curador, por entender que estaria "colaborando com a Justiça", o que revela qual é o critério de justiça daquele advogado, que na verdade atuava como verdadeiro colaborador da repressão.

ISTO POSTO,

REQUEREMOS, na forma regimental, depois de ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, seja oficiado ao Conselho Federal e Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, à 12ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil-Ribeirão Preto, ao Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e de São Paulo, à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, à Anistia Internacional, à ABAP – Associação Brasileira dos Anistiados Políticos, à CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, à Arquidiocese de Blumenau/SC, à Arquidiocese de São Paulo e ao Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, para que tomem conhecimento do presente e procedam no sentido de adotar as medidas cabíveis, diante da gravidade dos fatos denunciados.

Sala de Sessões, 10 de dezembro de 2.002.

LEOPOLDO PAULINO
Vereador - PSB

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

REQUERIMENTO

Nº 046079

SENHOR PRESIDENTE

DESPACHO

APROVADO

Ribeirão Preto, 13 NOV 2008

Presidente

EMENTA:

REQUER PROVIDÊNCIAS DO PRESIDENTE NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONTRA ATOS PRATICADOS POR ADVOGADOS DURANTE A DITADURA MILITAR

Em 10 de dezembro de 2002, na qualidade de Vereador, apresentei requerimento que foi aprovado pelos demais edis, requerendo que fosse oficiado à 12ª Subseção da ordem dos Advogados do Brasil para que adotassem as medidas cabíveis em face de uma grave denúncia em desfavor de alguns advogados de Ribeirão Preto – documentos. anexo.

Decorridos quase seis anos não se tem noticia ou que qualquer providência teria sido tomada pela Subseção em desfavor dos advogados denunciados João Gilberto Sampaio, Ney Mattar(já falecido) e Barquet Miguel.

A denúncia devidamente comprovada através de documentos, relata que estes advogados de Ribeirão Preto em meados dos anos 69 e 70 eram convidados pelo delegado de Polícia Miguel Lamano (diga-se de passagem um dos mais conhecidos torturadores de nosso país) para figurarem como curadores de menores de 21 anos, emprestando seus nomes

EXPEDIENTE:

ATO Nº _____ OF. Nº _____ DATA _____ / _____ / _____ FUNCIONÁRIO _____

Câmara Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo
2

para dar aparência de legalidade às violências cometidas contra aqueles presos, assinando os termos de depoimento sem deles participarem, e dessa forma legalizando a farsa do inquérito montado pelos policiais militares.

Em outubro de 1969, nossa cidade foi invadida por dezenas de agentes da repressão política, pertencentes à Operação Bandeirantes – OBAN, sendo que os mesmos ocuparam o quartel de Polícia Militar e passaram a efetuar centenas de prisões em Ribeirão Preto e região, transformando um setor do quartel em uma casa de torturas, onde os mais variados suplícios eram impostos aos presos locais.

Na oportunidade, choques elétricos, pau-de-arara, afogamentos, torturas psicológicas e espancamentos generalizados, eram o dia a dia das pessoas que em nossa região ousaram lutar por um Brasil melhor.

O advogado João Gilberto Sampaio presenciou uma cena de tortura, oportunidade em que o delegado do DOPS local, espancou em sua presença o preso político Vicente Alessi Filho, chegando ao extremo de arrancar-lhe parte dos cabelos com uma faca.

Além do advogado João Gilberto Sampaio, incorreram também nessa prática odiosa os advogados Ney Mattar e Barquet Miguel, enxovalhando a profissão com suas sórdidas atitudes e atirando na lama à classe dos advogados.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Barquet Miguel ainda fazia constar nos termos dos depoimentos dos presos que atuava como "curador", por entender que estaria colaborando com a Justiça, o que revela qual é o critério de Justiça daquele advogado, que na verdade atuava como verdadeiro colaborador da repressão!

Isto Posto, requeremos, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário desta Casa de Leis, seja oficiado o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil para que tome ciência das graves denúncias em desfavor dos advogados Drs. João Gilbeto Sampaio, Ney Mattar (falecido) e Marquet Miguel e adote medidas cabíveis diante da gravidade dos fatos denunciados. Requer ainda que oficie os presidentes da ABAP/DF, ALNAAPORT/RJ, AMA-ABC/SP, AMAFABRA/SP, ASTAPE/RJ, COMAFA/RJ, CONAPE/RJ, CORREIOS/DF, GRUPO RIO/RJ, IAPA/TO, IAPA/GO, ANIBRAS/RJ, AMPLA / RS, AMPRA/RJ, UMNA/RJ, UNAA/SP, UNAMAP/RJ, SINDIPETRO/SP, NAMAPS/BA , MODAC/RJ, FÓRUM EX-PRESOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS/SP, Grupo Tortura Nunca Mais de SP, RJ e PE para que tomem conhecimento do presente.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2008.

LEOPOLDO PAULINO

Presidente

IX - AS QUEDAS

As quedas da FALN

As prisões em nossa região começaram no dia 18 de outubro de 1969, data em que a polícia prendeu, em um campo de treinamento da FALN, Mário Bugliani, Djalma Quirino de Carvalho e César Marcelino da Silva, perto da rodovia que liga as cidades de Sertãozinho a Pitangueiras, a mais ou menos trinta quilômetros de Ribeirão Preto, e apreendeu com eles armas e munições que estavam em seu poder, além das fardas do Exército que vestiam.

Além das bombas nos cinemas, a FALN havia colocado uma bomba de baixo teor explosivo, apenas com efeito de propaganda revolucionária, no quartel da PM em Ribeirão Preto, bem como havia expropriado, no dia 12 de outubro de 1969, uma boa quantidade de dinamite da pedreira localizada perto do campus da USP, além de haver colocado bombas em cidades da região.

A repressão, que até então não tinha claro que grupo realizara os atentados, ou mesmo se eles eram obra de mais de um agrupamento revolucionário, com a prisão dos militantes da FALN, passou a elucidar os fatos.

Submetido a intensas torturas, Bugliani sucumbiu a seus algozes e os levou até a casa de Áurea Moretti, militante da FALN, a quem ele conhecia pelo codinome Maria.

Na hora da invasão policial, estava presente na casa de Áurea o militante da ALN Luiz Celso Manço, que namorava Regina, irmã de Áurea e que assistiu a toda a operação realizada pela polícia.

À frente, portando uma submetralhadora, o delegado Miguel Lamano arrastava Mário Bugliani, já transfigurado pela tortura, e gritava para que ele mostrasse quem era "Maria".

Quando Bugliani reconheceu Áurea como sendo Maria, o delegado Lamano passou a arrastá-la pelos cabelos

e a espancá-la ainda em sua casa, com os policiais ameaçando toda a família com armas na mão.

Indagado por Lamano sobre sua presença no local, Celso explicou as razões que o levaram à casa de Áurea e, obviamente, não se identificou como militante de esquerda, saindo de lá para comunicar à ALN sobre as prisões dos companheiros da FALN.

Na tortura, Áurea cedeu e passou a colaborar com o inimigo.

Entregou dezenas de militantes de sua organização, além de mencionar diversos nomes de companheiros que sabia serem militantes de outras agremiações, passando os torturadores, em tom amistoso, a chamá-la de "Aurinha".

Áurea passou a fornecer também à repressão os nomes de alguns companheiros que ela tinha convicção de que fossem militantes da ALN.

Antes mesmo de sua prisão, Áurea tinha um comportamento policialesco e disse uma vez a um apoiador de sua organização que "Celso Manço e Paulinho da Ótica eram guerrilheiros do Mariguella".

As quedas se multiplicaram em Ribeirão Preto e na região nos dias que se seguiram.

O quartel da PM, então situado na Rua São Sebastião, esquina com a Rua Sete de Setembro, foi transformado em centro de prisões e torturas e ocupado pela OBAN de São Paulo que, com alguns oficiais do Exército e da Aeronáutica com base em Pirassununga e a colaboração de alguns policiais civis e militares de Ribeirão Preto, passaram a dirigir os interrogatórios, tendo passado pelo local o delegado assassino Sérgio Paranhos Fleury.

Com crueldade, submeteram os presos aos rituais de torturas preferidos da ditadura militar, ou seja, o pau-de-arara, os afogamentos, os choques elétricos, os espancamentos generalizados e as torturas psicológicas.

Não se restringindo a prender os militantes da FALN, passaram a prender e torturar também a todos aqueles que colaboravam com o jornal O Berro. O espaço do quartel tornou-se pequeno para tantos prisioneiros políticos.

Em meio às quedas da FALN, no final de outubro de 1969, fui intimado pela 2ª Auditoria Militar para comparecer a uma audiência referente ao processo de Ibiúna.

Fiquei em dúvida se deveria ir ou não, mas conversei com a direção da organização e concluímos que os dois fatos não tinham ligação entre si. Ou seja, o processo do 30º Congresso da UNE corria independentemente das prisões que estavam acontecendo em Ribeirão, seria pior se eu faltasse à audiência e fosse considerado revel.

Na véspera de apresentar-me à Corte Militar, conversei com Francisco Ovídio que havia sido preso como colaborador de O Berro e solto um dia antes, mas que ainda trazia no corpo as marcas de tortura que havia sofrido.

Chico estava muito abalado e chegou a pensar em exilar-se, mas depois decidimos comparecer juntos à Auditoria. No dia marcado lá estávamos, em companhia de meu pai, advogado de ambos, sem que nada nos fosse perguntado sobre as prisões em Ribeirão.

Foram presos também Silvio Rangel, Vicente Alessi Filho, Luís Gonzaga da Silva, José Ivo Vanuchi, Mario Lorenzato, Wanderley Fontelas e dezenas de outros companheiros, inclusive o professor Guilherme Simões Gomes, que colaborava com a FALN.

O clima na cidade era de terror e eu já me movia com bastante preocupação a cada momento tendo notícias de mais prisões.

Passando com Beti pela Rua General Osório, no centro, ouvimos quando alguém nos chamou de uma janela.

Nossa colega de classe, na Faculdade Barão de Mauá, Nilce Signorini, desceu apressadamente as escadas do banco onde trabalhava para nos avisar da prisão de Guilherme Simões.

Presa também e submetida a infames torturas foi a freira Maurina Borges da Silveira, diretora do Lar Santana, tradicional casa de amparo a órfãos mantida pela Igreja Católica no bairro de Vila Tibério, em Ribeirão Preto.

Na verdade, madre Maurina não pertencia aos quadros da FALN, mas tinha contato com o grupo de jovens coordenados por Mário Lorenzato, que se utilizava de algumas dependências do orfanato para suas reuniões.

Ao saber da prisão de companheiros da FALN, a freira apressou-se em destruir alguns documentos guardados no orfanato, pensando em proteger a própria instituição religiosa a que pertencia. Neste momento, o local foi invadido por policiais da repressão política comandados pelo delegado Renato Ribeiro Soares, que prenderam a madre e mais alguns funcionários que trabalhavam no Lar Santana.

As horríveis torturas infringidas à madre somadas aos boatos segundo os quais ela teria sido estuprada por seus torturadores, motivaram o arcebispo D. Felício da Cunha Vasconcelos, em atitude de extrema coragem, a excomungar os delegados de polícia Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano, responsabilizando-os pelas torturas contra os presos políticos.

A reunião do clero, que decidiu pela excomunhão, foi realizada no dia 12 de novembro de 1969 e contou com a presença de 71 religiosos de toda a região. O manifesto de excomunhão foi publicado no dia seguinte no jornal da arquidiocese local, O Diário de Notícias, e no jornal O Diário de Ribeirão Preto, no dia 14, furando espetacularmente a censura de imprensa imposta pela ditadura.

Madre Maurina somente deixou a prisão em março de 1970, quando teve seu nome incluído em uma lista de 5 presos trocados pelo cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okuchi, seqüestrado pela VPR.

A excomunhão atingiu os dois delegados, embora outros policiais de Ribeirão Preto tivessem se envolvido em torturas a presos políticos, alguns torturando pessoalmente e outros supervisionando as torturas.

Muitos deles passavam-se por "bonzinhos", dando conselhos aos presos nos intervalos das sessões de tortura para que falassem o que sabiam, pois eles , "bonzinhos", não torturavam, mas havia os "maus" que torturavam.

Na verdade, todos eles foram responsáveis pelas torturas, cada um a seu modo.

Renato Ribeiro Soares efetuou diversas prisões em Ribeirão Preto e região e comandou o interrogatório de dezenas de presos políticos que foram barbaramente torturados na sua presença e por suas ordens.

O delegado Salim Nicolau Mina destacou-se também por sua participação nos interrogatórios e nas torturas praticadas contra diversos companheiros.

Destacou-se pela ferocidade contra os presos políticos o delegado Miguel Lamano, que torturava pessoalmente suas vítimas e demonstrava forte sadismo nas suas ações.

O então coronel da PM, Paulo Antonio Casillo Rego, à época o major Casillo, comandante do Corpo de Bombeiros de Ribeirão Preto também torturava pessoalmente suas vítimas.

Muito embora a função do Corpo de Bombeiros fosse outra completamente diversa, Casillo engajou-se na repressão política por opção própria e dedicou-se à tortura dos companheiros presos.

Participaram também das torturas o cabo Aparecido, da PM local, e o policial Darci Gonzales, à época da Polícia Militar, mas que se aposentou posteriormente na Polícia Civil, onde atuou nos últimos anos de trabalho.

Já ouvira referência à participação do então sargento Félix da PM na repressão em Ribeirão Preto.

Conheci Félix em 1979, na greve dos metalúrgicos, quando eu comandava um piquete na empresa Olidef. Ele apareceu em trajes civis, portando um 38 e apontando-o em nossa direção, aos berros, proferindo ameaças de toda espécie.

Em 2006, o professor Marcelo Botosso edita o livro FALN – a guerrilha em Ribeirão Preto, pela Holos Editora, importante trabalho para a História da época, no qual o próprio Félix, entrevistado pelo autor, admitiu haver participado de investigações, diligências e de prisões de companheiros.

Na verdade, torturador não é somente aquele que espanca, estupra ou esgrime os aparelhos de tortura.

É coautor da tortura todo aquele que participa dos interrogatórios, que os dirige e que manda torturar.

É coautor dos estupros todo aquele policial ou militar que encobre a sórdida ação, dela não participando, mas permitindo que a degeneração de colegas seus os levem a fazê-la.

Muitos dos torturadores procuram se isentar, alegando que "apenas prendiam" ou "apenas interrogavam".

Na verdade, todos eles participaram das torturas e, seguramente, durante o tempo em que viverem, respon-

derão por elas de uma ou de outra forma.

Há de se ressaltar que muitos oficiais e soldados da PM de Ribeirão Preto revoltaram-se contra as torturas e, sempre que podiam, ajudavam os presos a passarem recados às famílias ou a receberem alimentos ou correspondência.

Com o início da prisão dos membros da FALN, a repressão começou a rondar também a ALN, pois, à medida que foi se evidenciando a atuação da FALN, começou a ficar claro para a polícia que outro grupo armado também atuava na região.

Cerco à ALN em Ribeirão

Paulinho da Ótica, desde sua prisão em abril de 1969, tinha que se apresentar à polícia mensalmente e chegara a data da apresentação no final de outubro, já com os companheiros da FALN presos e sendo torturados pela polícia.

Paulo consultou a organização e tinha as opções de se apresentar, cair na clandestinidade ou ir para o exílio, conforme propunha sua família.

Em decisão profundamente equivocada, da qual eu somente tive conhecimento dias depois, concordou a direção da ALN local com a apresentação do companheiro à polícia para marcar o ponto mensal. Lá comparecendo, Paulo já ficou preso e passou a ser violentamente torturado.

Não suportando as torturas, Paulo passou a fornecer a seus algozes alguns nomes de militantes da organização, o que desencadeou uma queda em série dos membros da ALN em Ribeirão Preto, em poucos dias.

Era norma de segurança que, preso qualquer companheiro que atuasse conosco, deveríamos tomar precauções, tais como desmontar os esquemas e aparelhos por ele conhecidos, suspender as ações de que ele tivesse conhecimento e não dormir mais em casa, em face do risco iminente de prisão.

Assim, logo após a prisão de Paulo, passei a dormir fora de casa, na residência de amigos pessoais e simpatizantes da causa, cujos nomes e endereços somente eu conhecia. Evitava, desse modo, minha queda.

Em uma dessas noites, dormi na república de alguns colegas da Faculdade de Direito, na rua Tibiriçá. No dia seguinte, precisava ir à cidade de São Carlos, fazer um contato e havia grande risco em ir de ônibus.

Um dos moradores da república, o colega Rollemberg Donato, prontificou-se a levar-me e assim fomos em seu luxuoso "Mustang", que não despertou nenhuma suspeita.

Enquanto fazia meus contatos, Rollemberg esteve na casa de seus pais, que residiam em São Carlos e aproveitou o tempo disponível com a família, até regressarmos no final da tarde a Ribeirão Preto.

Comunicava-me com a organização somente por contatos com Russo e Claudinei, em sistema de pontos marcados na rua, conversando em geral muito rapidamente e dentro dos carros.

Às vezes, cruzávamos com alguns veículos da OBAN, as sinistras peruas Veraneio, cujos integrantes não nos conheciam, por serem de São Paulo, o que evitou possíveis confrontos e talvez até minha prisão.

Continuava freqüentando as aulas, mas sempre chegava após o começo e me retirava antes de seu final, dificultando a ação da repressão, pois até então não tinha certeza se meu nome fora aberto* como militante da ALN.

Em uma de minhas idas à Faculdade de Direito, estava na sala de aula quando alguns colegas vieram me avisar de uma movimentação estranha no pátio da escola.

Rapidamente, deixei a classe e, na escadinha estreita da escola, que desci com extrema rapidez, cruzei com

* *aberto: expressão utilizada pela esquerda para referir-se ao fato de haver sido o nome revelado à repressão.*

dois brutamontes que esbarraram em mim e nem me notaram.

Ao chegar ao pátio, pude ver na porta da Faculdade duas peruas Veraneio e, percebendo que não era eu a bola da vez, considerei mais prudente aguardar no pátio com outros colegas, até que os policiais se fossem.

Poucos minutos depois, desceram os dois tiras conduzindo preso nosso colega Rubens Rabello, o popular Rubens Marreta, que cursava o terceiro ano de Direito e havia sido identificado como colaborador de O Berro.

Passava por minha casa em horários diferentes dos habituais e somente para buscar alguma roupa ou algum pertence pessoal, lá permanecia o mínimo possível e evitava andar pelas ruas durante o dia, fazendo contatos somente à noite.

O cerco aumentava e, a cada momento, tínhamos notícia da prisão de mais um companheiro. Eu estava seguro que seria preso se não me cuidasse.

Em um final de tarde, subindo a pé pela Rua Henrique Dumont, onde morava, cruzei com Nanci Marieto na mesma calçada.

Nanci, que era minha vizinha, líder estudantil e militante de esquerda, estava excessivamente magra e com o braço enfaixado. Abaixou a cabeça quando passou por mim na mesma calçada, sinalizando com os olhos que eu não parasse, ao mesmo tempo em que quatro agentes da repressão a acompanhavam poucos passos atrás, todos com volume de armas em sua cintura.

Nanci militava na FALN e foi presa várias vezes em poucos dias, sempre conseguindo despistar seus captores, apesar das torturas que lhe foram infringidas. Posteriormente, conseguiu fugir, exilando-se no Chile.

Num contato que fiz com Russo e Claudinei, propus que passássemos à ofensiva.

Para mim, estávamos como peixes em um aquário, em que a repressão ia pescando um a um e era preciso reagir.

Propus ao comando da organização que iniciássemos um enfrentamento com as forças repressivas e armássemos emboscadas contra as peruas da OBAN – alvo fácil, pois seus ocupantes não conheciam a cidade – bem como executássemos algum torturador, como forma de reagir ao massacre contra nossos companheiros.

O comando local da ALN não concordou com a proposta e Claudinei comunicou a mim e a Russo o posicionamento da organização. Para a ALN, tais ações provocariam uma retaliação da repressão, que seguramente redundaria no assassinato de companheiros presos em Ribeirão Preto, o que provavelmente aconteceria.

Disciplinado, curvei-me à decisão do comando, muito embora tenha deixado claro que não concordava com ela. Não aceitava a idéia de sermos presos e torturados sem esboçarmos nenhuma reação.

Na noite de 4 de novembro, tínhamos um ponto marcado, eu, Russo e Claudinei.

Na esquina, chegaram os companheiros com a trágica notícia: Carlos Marighella tinha sido assassinado em São Paulo.

As palavras me atingiram como uma forte pancada e ficavam ressoando como um badalo de sino repetindo: "Morreu Marighella."

Os companheiros, pesarosos, tinham acabado de saber da triste novidade pela televisão, que interrompera um importante jogo de futebol para anunciar a morte do líder da ALN.

Marighella tinha um ponto marcado com os padres Ivo e Fernando, à noite, no cruzamento das Alamedas Lorena e Casa Branca e lá compareceu sem saber da prisão dos padres, ocorrida dias antes.

Checando a segurança do ponto, Marighella pediu a um militante da organização que ligasse para a Livraria Duas Cidades e falasse com frei Fernando que, ao lado dos policiais do DOPS, confirmou a senha no telefone, atraindo Marighella para a cilada.

Já no ponto, Marighella avistou o automóvel com os padres em seu interior e aproximou-se sem prever o desfecho, quando foi sumária e covardemente fuzilado pelos agentes do DOPS. Atuou no comando da operação o delegado Sérgio Fleury e, na retaguarda, coordenando a emboscada, o então delegado do DOPS Romeu Tuma, um dos mais conhecidos agentes da repressão da ditadura.

O policial Raul Careca afirma em seu depoimento a Percival de Souza, na obra Autópsia do Medo, que o automóvel do pai de Romeu Tuma foi utilizado para o cerco e assassinato de Marighella.

Na verdade, amedrontados diante da tortura, os dois padres traíram a causa e concordaram em servir de isca para Marighella, entregando o líder revolucionário aos agentes da ditadura militar.

Findava assim a vida de um dos maiores revolucionários brasileiros, homem que dedicou sua vida à causa da revolução socialista, rompeu com o imobilismo do Partidão e iniciou a luta armada contra a ditadura.

Passado o impacto, conversamos eu, Russo e Claudinei sobre a situação da organização em Ribeirão Preto, que era muito delicada, pois o cerco estava apertando cada vez mais e nós não tínhamos uma perspectiva de resposta à repressão, agravada agora a situação com a execução de nosso comandante.

Ainda sobre Tuma, Percival de Souza relata em seu livro:

"Cabeças cortadas, dedos arrancados ou simplesmente corpos marcados pela sevícia, pela tortura, pelos sulcos profundos, o capítulo final requeria extremos cuidados. Para executar esse trabalho, foi escolhido criteriosamente um homem Little Pig, ou simplesmente Porquinho, apelido pelo qual era conhecido o delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho. A escolha se fez depois de cautelosa consulta do II Exército ao delegado Romeu Tuma, do Serviço Secreto do DOPS". (...) "é preciso tomar alguns cuidados. O governo não vai durar sempre para encobrir o que estamos fazendo", justificou-se um oficial.

Tuma, como de hábito, procurou não se comprometer. Indicou o delegado Alcides, um homem sempre cheio de caspa nos ombros, o obeso delegado João Bernardo e os legistas Isaac Abramovich e Harry Shibata. Também indicou o delegado Renato D'Andre.

O II Exército queria aprender o que fazer para não deixar pistas dos casos fatais e procurava quem soubesse orientar para que essa nova concepção fosse imediata e criteriosamente adotada.

Assim, Alcides Cintra Bueno Filho foi erigido à condição de coveiro oficial do DOI-CODI e do DOPS. Se alguém morria em combate ou na tortura, era sempre ele o primeiro a chegar para definir, somente ele, o que fazer. "O delegado coveiro, o delegado dos sepultamentos clandestinos, o delegado das covas rasas, o delegado preparador de corpos, o delegado dos enterros às escondidas"...

O delegado Alcides foi ainda o policial encarregado de proteger o carrasco nazista Hebert Cukurs, que viveu alguns anos no Brasil e de quem se tornou grande amigo.

O torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, em seu livro A verdade Sufocada, da Editora Ser – 2006 (p. 314), assim se pronuncia sobre Romeu Tuma:

> "Era necessário trazer, o mais rápido possível, de Porto Alegre o militante paulista para que ele nos conduzisse ao segundo "aparelho".
>
> Entramos em ligação com o Dr. Romeu Tuma, delegado de polícia, de grande competência profissional, homem de confiança do então secretário de Segurança, coronel R/1 Sérvulo de Mota Lima. O Dr. Tuma, a partir da gestão do coronel Sérvulo, passara a ser o elemento de ligação entre o II Exército e a Secretaria de Segurança Pública (SSP). Explicamos ao delegado que íamos entrar em contato com o nosso chefe e que, talvez, houvesse necessidade de conseguir, por intermédio da SSP, um avião para recambiar para São Paulo uma pessoa altamente comprometida, presa em Porto Alegre.
>
> Telefonamos para o nosso chefe, dando-lhe ciência dos fatos e pedindo-lhe autorização para o deslocamento de dois homens à capital gaúcha. Autorização concedida, retornarmos a ligação ao Dr. Tuma, confirmando a necessidade do avião.

> Em meia hora, o Dr. Tuma resolveu o problema e nos comunicou que, no Aeroporto de Congonhas, um táxi aéreo fora contratado pela SSP e já se encontrava à nossa disposição.
>
> Às 20h30, decolava para Porto Alegre o chefe da Subseção de Análise e um interrogador, recebidos no Aeroporto Salgado Filho pelo delegado Seelig. Na viatura do DOPS/RS, pronto para retornar para São Paulo, já se encontrava o militante que fora a Porto Alegre presidir a reunião da Regional."

Na mesma obra, Ustra aponta a participação na repressão do "jurista" Hely Lopes Meireles (p. 221), Secretário da Segurança Publica de São Paulo, na criação da OBAN, em reunião reservada ocorrida no QG do II Exército, no dia 24 de junho de 1969.

No meu encalço

No dia 6 de novembro, compareci à Faculdade de Direito para assistir a mais uma aula e, por volta das 10h30, dirigi-me à minha casa para mudar de roupa.

Poucos minutos após a minha chegada, chamou-me assustado o funcionário da farmácia em frente, que atravessou a rua por ordem de seu tio, o proprietário do estabelecimento, Sr. Angelo Bonato, para prevenir-me do cerco que se armava em minha rua.

Momentos antes, um agente da repressão indagara ao farmacêutico se ele havia me visto e obteve como resposta que acabara de me ver descendo em direção ao centro, despistando temporariamente meus perseguidores.

Na verdade, o Sr. Bonato me vira chegar, oportunidade em que nos cumprimentamos, agindo assim de forma corajosa para me salvar da prisão.

O mesmo funcionário que foi à minha casa dar a notícia de que eu corria perigo, alertou minha mãe de que alguns policiais da ditadura haviam cercado meu irmão no bar da esquina da Rua Henrique Dumont com a Itararé, confundindo-o comigo e criando alvoroço em todo quarteirão, já que eram todos fortes e um deles exibia a pistola em sua cintura.

De imediato, pulei o muro da casa vizinha com um 38 na cinta, disposto a não cair nas mãos dos torturadores sádicos da OBAN e de seus aliados locais, pois preferia trocar tiros com eles e morrer a ser preso pelos esbirros da ditadura.

Ao lado, morava nosso amigo Marcelo Rodrigues Agostinho que, auxiliado por seus familiares, ajudou-me a saltar outro muro, dessa vez para a casa do nosso vizinho Antônio Palandri, cuja porta dava para a Rua Itararé, para onde me dirigi, com a ajuda dos moradores da casa, e ganhei a rua.

Ameaçaram invadir minha casa, mas terminaram se convencendo que eu lá não estava e que tal ato apenas me daria mais tempo para fuga. Então, saíram apressadamente à minha procura.

Antes de pular o muro, pedi a meu pai para que, logo após as coisas se acalmassem, levasse o carro até a Faculdade Barão de Mauá, que ficava perto de casa, cuidando para que não fosse seguido e o deixasse lá com a chave, que, se eu conseguisse furar o cerco, depois entraria em contato com a família.

Já na rua, subi a Itararé em direção à Rua Camilo de Matos, dei uma volta em duas quadras e desci em direção

à Faculdade Barão de Mauá, onde o velho Chevrolet preto de meu pai me esperava, não havendo aparentemente nenhum estranho nas imediações.

Sentei-me ao volante do carro e esperei por mais alguns minutos, para estar seguro de que o cerco se dispersara, quando passou, em sentido contrário, na mesma rua, um Volksvagen com quatro homens, um deles fardado, o então tenente da PM João Elídio Moreira, que cursava Direito na minha classe.

Ficou a dúvida se ele passara no local por coincidência ou se estava dando cobertura à minha prisão, mas, posteriormente, soubemos que Elídio fez parte da equipe de captura das forças repressivas em Ribeirão Preto. Elídio teve participação ativa nas ações da polícia da ditadura, prendendo pessoalmente diversos companheiros em Ribeirão, que ele próprio levava para serem torturados.

Encolhi-me no banco do carro, abaixei a cabeça e apertei com firmeza o cabo do 38, decidido a resistir. No entanto, o Volkswagen passou e não fui visto por nenhum de seus ocupantes.

Os tiras da OBAN eram todos de fora da cidade e não nos conheciam, a não ser por fotos, o que os fez "perderem" algumas prisões, fazendo também com que tivessem que levar policiais de Ribeirão Preto para ajudar a identificar-nos.

Percebendo estar o local mais calmo, dirigi-me à casa de um amigo e colaborador, onde passei o resto do dia.

Solicitei-lhe devolver o carro a meu pai e pedi-lhe que passasse ao velho dois ou três pontos na rua, onde eu faria contato com a família nos dias seguintes.

Eu esperava anoitecer para, às 23h30, cobrir um ponto com Russo e Claudinei na esquina das Ruas Marcondes Salgado e Prudente de Moraes, ao lado do Colégio Otoniel Mota.

O professor Odécio Sanchez, que me abrigara em sua casa, levou a mim e a Beti ao ponto, deixando-nos a duas quadras do lugar marcado, a meu pedido, de onde seguimos para encontrar os companheiros.

Passamos pelo local por três ou quatro vezes e nenhum deles apareceu, o que aumentou minha preocupação, porque poderiam estar presos.

Por coincidência, passou pelo local o padre David, da Ordem dos Estigmatinos, que me reconheceu e concluiu que eu estava correndo perigo àquela hora da noite. Assim, recolheu-nos em seu carro e levou-nos para a residência de sua ordem religiosa, onde pernoitamos e saímos de lá na manhã seguinte.

Em seguida, consegui contato com a família, sempre nos encontrando em casas de amigos ou na rua. Através de meu pai soube da prisão de Claudinei, que acontecera na noite de 6 de novembro, pouco antes do ponto combinado comigo, dentro do cursinho em que dava aulas.

Ao que parece, Russo não estava preso, mas seguramente procurava também esconder-se como eu e era praticamente impossível contatar com ele.

Na ânsia de contatar alguém da organização e saber notícias, pedi a meus pais que fossem até à casa de José Eduardo Roselino, que também militava na ALN, dessem a desculpa de levar uns discos que carregariam nas mãos e perguntassem por ele.

À porta, meus pais foram recebidos por Marcelo, irmão de José Eduardo, que comunicou haver sido o companheiro preso naquele dia. Meus pais concluíram que não deveriam mais permanecer no local, para segurança minha e do próprio Roselino.

Concluí que tinha que deixar Ribeirão Preto, pois, quanto mais tempo ficasse por aqui, maior seria o risco de ser preso.

Era impossível, entretanto, deixar a cidade naqueles dias, já que todas as saídas estavam bloqueadas pela polícia, que revistava todos os carros que por lá passavam e identificava os passageiros.

Nesse período, que durou mais de vinte dias, escondia-me apenas um ou dois dias na casa de cada pessoa, mudando sempre de lugar para despistar a repressão.

Deslocava-me somente em carros de amigos e colaboradores ou, então, saía a pé quando começava a anoitecer. Fazia contato com a família sempre que possível, enquanto pessoas que me apoiavam checavam constantemente se ainda havia barreiras policiais nas saídas da cidade.

Muitas foram as pessoas que me apoiaram, arriscando-se para me esconder e me transportar e, graças a elas, não caí nas mãos da polícia da ditadura.

Foi de grande valia o apoio do Brenno Martins, do Domingos Pitta e de vários estudantes de Direito, em cujas repúblicas me escondi e onde guardava material da organização, a exemplo de Cacildo Pinto Filho, colega da Faculdade.

Em alguns de meus traslados, obtive valioso apoio de meu colega de diretoria do CA Valério Velloni, que me transportou algumas vezes à procura de abrigo, contatos e que também fazia ponte com minha família.

A meu pedido, Valério guardou em sua casa uma pasta que continha documentos de esquerda e material da organização, que efetivamente não poderiam ficar em meu poder, mas que pretendia conservar. Era fundamental que os deixasse com alguém que não fosse queimado pela repressão.

Certa noite, precisando mudar-me do local onde estava escondido, pedi a Valério que me levasse até a casa de Gesner e Tânia, simpatizantes da organização, onde, já tarde, bati à janela e solicitei para dormir no local.

Tânia apareceu à janela, muito assustada, e disse-me que era impossível que eu dormisse em sua casa, pois havia parentes no local.

Saí no carro de Valério até encontrarmos uma república em que eu pudesse dormir.

No dia seguinte, vim a saber que havia outras pessoas escondidas na casa de Tânia, razão pela qual ela não podia receber-me, e que, de manhã cedo, a polícia invadira o local e prendera tanto os proprietários quanto os hóspedes. Mais uma vez, eu escapei por pouco.

Em um desses dias de fuga, passei à tarde pela casa de Celso Silos, militante contra a ditadura, ex-padre e jornalista, e narrei-lhe minha situação, pedindo-lhe notícias.

Celso deu-me informações sobre mais prisões que aconteceram em Ribeirão e me contou que ele próprio havia sido preso pela polícia.

Escondido em Ribeirão Preto já há mais de 20 dias, consegui novamente um contato pessoal com a família, na casa do amigo e companheiro Marcelo Engracia Garcia, que morava perto de minha casa, na Rua Camilo de Matos.

No local, com a solidariedade de seus pais, Ari e Geralda, consegui conversar alguns minutos com minha mãe, que estava muito nervosa e temia por minha sorte, mas, como sempre, estava decidida a fazer de tudo para que eu não fosse preso pela polícia da ditadura.

Soube também da prisão de Borjão, que ocorrera em virtude da queda da FALN e, ao ter conhecimento de que fora libertado, procurei-o na casa de sua namorada Sueli, no Jardim Paulista.

Conversei com o companheiro e ele relatou-me as torturas que sofrera. Disse-me, ainda, que os agentes da repressão perguntaram por mim e Borjão respondeu de forma a confundi-los, mas ficou claro, no entanto, que eles queriam capturar-me a qualquer custo.

Vários dias depois, a repressão começou a amenizar as barreiras nas saídas da cidade até que decidiu aboli-las. Nesse momento, eu cheguei à conclusão de que era hora de sair de Ribeirão Preto.

Desde julho, namorava Beti, minha colega de classe na Faculdade Barão de Mauá. Nossa aproximação se intensificou com a mesma velocidade com que os fatos políticos se precipitavam na época. Ela já colaborava com o movimento e demonstrou disposição de me acompanhar.

Durante aqueles dias, havíamo-nos encontrado poucas vezes e, agora, tínhamos que resolver sobre o nosso destino, eu que pouco sabia do meu.

Beti reafirmou que pretendia acompanhar-me e, assim, deixamos estabelecidos alguns meios de reencontrar-nos depois de um previsto e provável desencontro. Em seguida, deixei Ribeirão Preto em um fusca dirigido por meu tio Vidal Hadad, médico em Ibitinga, que me tirou da cidade e me levou para sua casa, furando o cerco da repressão em Ribeirão Preto.

o Diário

Fundador: COSTABILE ROMANO

RIBEIRÃO PRETO, 6a FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 1969 N. 3.628

DELEGADOS EXCOMUNGADOS

A nota oficial que a Arquidiocese de Ribeirão Prêto publicou ontem, através do seu jornal oficial, "Diário de Notícias", excomunga os delegados dr. Renato Ribeiro Soares e dr. Miguel Lamano. E' esta a nota oficial redigida pela maioria do Clero Arquidiocesano de Ribeirão Prêto:

O Clero Arquidiocesano de Ribeirão Preto, presidido pelo seu Arcebispo Metropolitano, reunido hoje dia 12 de Novembro de 1969 — como tem apoiado outras oportunas tomadas de posição da CNBB — diante dos últimos acontecimentos que se registraram em áreas da Igreja, decide dar inteiro apoio às declarações do Senhor Cardeal Agnelo Rossi, Presidente da Comissão Central da CNBB.

Diante de recentes ocorrências, verificadas na Região desta Arquidiocese de Ribeirão Preto, leva ao conhecimento da CNBB e da Comissão Episcopal Sul 1, e de todo o público em geral, as seguintes informações:

a) — No dia 23 de outubro de 1969, a "Operação Integrada", — formada pelos orgãos da Secretaria da Segurança Pública — Polícia Civil e Força Pública — Operação Bandeirante e Exército Nacional, mandou publicar uma nota oficial sobre atividades terroristas na Região, anunciando ter desbaratado um grupo terrorista que vinha agindo na Região, desde 1967.

b) — Aos poucos depois disso, fomos tomando conhecimento de varias prisões e de uma onda de detenções, para declarações e inquéritos. Na área da Igreja foram atingidos leigos, religiosos, religiosas e sacerdotes. Nenhum contato ou comunicação oficial foi feita pelos Delegado Bercional e Seus Delegados Adidos, com a Autoridade Arquidiocesana. As tentativas de diálogo com aquelas Autoridades, por parte da Arquidiocese foram repelidas com ironias e ameaças de novas prisões.

c) — Há 19 dias, encontra-se presa, na cadeia feminina de Cravinhos, a irmã Maurina Borges Silveira, superiora do Lar Sant'Anna. Não nos foi possível obter informações sérias e adequadas da parte das Autoridades responsáveis, sobre a situação daquela religiosa, posta em regime de incomunicabilidade e sendo totalmente obstaculadas as tentativas de sua Provincial, para informações. Há suspeitas bastante sérias de que a referida irmã tenha sido submetida a provocações e à tortura de choques elétricos.

d) — Com relação a outras pessoas da Arquidiocese, esta suspeita se torna plena certeza, dados os depoimentos oficiais que foram colhidos, por ordem da Autoridade Arquidiocesana.

e) — Ultimamente, foram intimados a se apresentarem na Delegacia Seccional de Polícia, para prestar declarações os Sacerdotes Olisberto Antonio Pugliesi, Joaquim Correia Leandro, Enzo Gasso, Agnimar Luiz de Paulo Marques, Antonio Geraldo Bassi, Fernando Giodai, Emilio Pignoli, Claudio Pávero. E foram obrigados, com violência, acompanhamento de investigadores armados, os seguintes sacerdotes: Luiz Eugenio Perez, Plinio Toledo, João Ripoli, Aryelenes Rodrigues Barbosa, Angélico Sandalo Bernardino. Depois de depoimentos cheios de ironias e chacotas, por parte de Autoridades, foram obrigados a assinar declarações que nem sempre puderam ser completadas ou retificadas, segundo a verdade, com a agravante de que testemunhas foram chamadas a assinar num termo acompanhado o interrogatório.

DIANTE DESTES FATOS:

1 — Apelamos para as competentes Autoridades superiores Federais e Estaduais, a fim de que verifiquem, mesmo dentro do regime de exceção em que nos encontramos, as arbitrariedades que estão sendo perpetradas na Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto, para que, dentro da lei, com justiça e equidade, o ajustamento do capítulo IV, do Título II da Constituição do Brasil, emendada em 1969, principalmente nos parágrafos 12, 14 e 15.

2 — Procurando viver o Cristianismo que "ultrapassa e transcende formas de Governo e regimes políticos", devemos-nos dispor a colaborar com o Poder Público em todas as iniciativas tendentes à construção de verdadeira paz social.

3 — Deviaramos que os membros do Clero (Arcebispos e Sacerdotes) e as organizações católicas da Arquidiocese não tem nenhum compromisso com posições extremistas e subversivas de direita ou de esquerda. Estamos comprometidos com os direitos fundamentais da Pessoa humana, com a Evangelização, com a Catequese, com a Liturgia, com a Educação e a formação das consciencias, com a Promoção humana em todo o gênero cristão com os princípios e métodos do movimento ecumênico, com a construção da verdadeira paz e prosperidade do povo de Deus — que vive em nossa Região.

Quem nos dera estarmos ainda mais comprometidos com os Direitos fundamentais da Pessoa humana, com os princípios do Concílio Ecumenico Vaticano II, com a Doutrina Social Cristã, com os Documentos de Medellin, com os Documentos Pontificios, particularmente a encíclica Populorum Progressio, com os propostos de verdadeiras reformas sociais enunciados pelo sr. Presidente da República!

Cada dia, estaremos a postos para ajudar, com nossa modesta cooperação de cidadãos brasileiros e de sacerdotes a construir um Brasil melhor.

Reconhecemos, que podemos errar, e estão quemos ser corrigidos, mas com justiça e equidade cristãs, tanto pelas Autoridades do País como pelas Autoridades da Igreja.

REFUDIAMOS as insinuações maldosas, as calunias, as ironias, com que foram tratados varios sacerdotes de nosso Clero, e, solidarizando-nos com os verdadeiros cristãos e suas comunidades, os confortamos pela lesão da fama de que foram objeto, junto aos seus rebanhos, por atitudes arbitrárias e precipitadas de certas Autoridades.

Sobretudo, o que nos preocupa, nos acontecimentos todos, é o desrespeito à PESSOA Humana.

DEPOIS de paciente reflexão e meditação, comprimos lembrar o nosso grave dever pastoral de lembrar que os mandantes de tais arbitrariedades já estão excomungados; excomunhão reservada ao Bispo, de acordo com a Legislação da Igreja, Código de Direito Canônico, cânon 2343, § 4. Diante de fatos evidentes, declaramos estarem incursos no referido cânon o dr. Renato Ribeiro Soares, Delegado Seccional de Polícia de Ribeirão Preto e o dr. Miguel Lamano, Delegado Adido de Rib. Preto.

Pedimos a Deus que esses nossos irmãos reconsiderem sua responsabilidade para graves resultados à participação plena da vida da comunidade católica.

Para que mais facilmente seja entendida esta nossa atitude, precisamos deixar claro que o critério de nossas ações deriva do Evangelho e dos Documentos Oficiais da Igreja, critério esse que nem sempre se identifica com a lei ou com atitudes legais: o profeta Cristo foi acusado pelos fariseus e autoridades de seu País, diante de Pilatos como "subvertendo (do texto latino) o povo da Galiléa até aqui" "Lc. 23,2".

ENFIM, esta nossa declaração tem a intenção de, mais uma vez, reforçar a unidade interior da comunidade católica da nossa Arquidiocese, lembrando a todos os cristãos que o testemunho de discípulos de Cristo e da propria divindade do Cristo, que podemos dar aos homens de nosso tempo, só bastia exatamente nessa unidade (Jo. 17,21).

a) D. Frei Felicio Cesar da Cunha Vasconcellos, Arc. Metropolitano
D. Bernardo José Bueno Miele — Arc. Coadj e Vig. Episc.

O dr. Miguel Lamano em cima, e o dr. Renato Ribeiro Soares, ao lado. Os dois eram ameaçados.

Importante reunião, realizada ante-ontem, pela Curia Metropolitana de Ribeirão Prêto, com a participação de 71 sacerdotes, culminou, da parte do Arcebispo Metropolitano, D. Frei Felicio César da Cunha Vasconcellos, com a excomunhão dos Delegados Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano. Da reunião do clero, além dos sacerdotes local , com o Monsenhor Dr. João Lauriano à frente, participaram os vigarios das paroquias de Serrana, Sales Oliveira, Cravinhos, Santo Antonio da Alegria, Pontal, Orlandia, Ituverava, Nuporanga, São Sebastião, Franca, Brodowski, Santa Rita, Jardinópolis, Santa Rosa de Viterbo, Guará, Guaira, São Simão, Jardinópolia, São Joaquim da Barra e São José do Rio Prêto. Devido o seu caráter limitado a excomunhão, publicada na edição de ontem do jornal oficial da arquidiocese, "Diario de Noticias", está tendo enorme repercussão.

A CONVOCAÇÃO

A posição do manifesto do clero de Ribeirão Prêto vem movimentou, desde as primeiras horas da manhã, a opinião publica local. Para muitos o manifesto foi surpresa, apesar de — pela convocação publicada no mesmo jornal em dia anterior — algo de extraordinario pudesse se prever. A convocação, na primeira pagina do jornal arquidiocesano, com as assinaturas de D. Frei Felicio César da Cunha Vasconcellos, Arcebispo Metropolitano e de D. Bernardo José Bueno Miele, Arcebispo Coadjutor, dizem estava redigida: "—Diante de problema urgente e de comunicações de grande importancia e gravidade, está convocado para hoje, 12/XI/1969, às 15 horas, na Residencia Episcopal, rua Lafaiete, 452, neste, todo o clero da arquidiocese de Ribeirão Prêto, superiores de comunidades religiosas, religiosos, mães- coadjutores, capelães, sacerdotes que trabalham em hospitais, colegios, movimentos especializados e demais sacerdotes".

A reunião do clero, iniciada às 13 horas de anteontem, durou a tarde toda e teve, como consequencia, o manifesto que divulgamos em outro local e a excomunhão dos drs. Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano.

Ontem cedo, já que a reportagem, embora informada do comunicado, na véspera, não não tivera acesso, nossos repórteres estiveram no Palacio Arquidiocesano para obter informações complementares, entre elas o porquê da excomunhão ter atingido somente a duas autoridades quando, as que se sabe, as operações anti-terroristas aqui realizadas resultam de uma operação integrada da qual participam elementos do Exército e da Força Pública. Quem atendeu os repórteres, inclusive abrindo a porta do Palácio, foi D. Bernardo José Bueno Miele. Informado dos objetivos da visita D. Bernardo se excusou de dar qualquer informação, dizendo que tal competiria a D. Frei Felicio Cesar da Cunha Vasconcelos, responsável pela aplicação da pena de excomunhão.

D. Miele, bastante atencioso, solicitou à reportagem que aguardasse na sala de recepção, enquanto ia em ultas D. Frei Felicio sobre a possibilidade dêste prestar esclarecimentos complementares. Uns 10 minutos depois, após conversar com o Arcebispo, D. Miele retornou para informar: "—D. Frei não pretende fazer qualquer declaração. O que êle tinha a falar está expresso no comunicado. Mais tarde, dependendo da evolução dos acontecimento, êle poderá se manifestar. Por ora, todavia, o que se precisava dizer está dito no manifesto o qual exprime a opinião do clero da arquidiocese"

TRABALHO NORMAL

Tambem na Delegacia Seccional de Polícia, procurando ouvir os delegados atingidos pela excomunhão, Drs. Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano, estive a reportagem. Tanto um como outro evitaram fazer quaisquer declarações, embora demonstrando certa perplexidade com o fato, católicos que são. Ao que a reportagem apurou qualquer pronunciamento de referidas autoridades será feito por escrito e subscrito pela Operação Integrada que, em Ribeirão Prêto, combate a subversão e o terrorismo. A reportagem constatou que o ritmo de trabalho é normal naquela Delegacia e as autoridades trabalham, normalmente, na elaboração dos laudos da subversão. Não há qualquer interrupção nas investigações e a opinião pública, uma vez terminados os inquéritos em andamento, será informada de todos os detalhes dos acontecimentos.

O direito canônico

Está é a opinião, especificamente sobre Direito Canônico, de um catolico leigo, o dr. Ernani de Oliveira Vianna. Para ele, o fato jurídico da excomunhão pode ser entendido assim:

"Por escapar à minha especialização, não poderia eu, tecer considerações sobre o Direito Canônico.

Parece-me que o direito da excomunhão, é do Bispo, o por ser coisa muito grave, pelo menos eu assim o entendo, dada a minha formação religiosa, por ser lo genero usado em tais de soma gravidade.

Para mim, é profundamente chocante que tal fato tenha ocorrido em nossa cidade, e repercute profundamente na familia católica.

Entendo que a hierarquia da Igreja, em nossa arquidiocese, tem no senhor Arcebispo, a maxima representação, e o ato da excomunhão é valido dentro da familia católica, e para todos os cristãos, que vêm em Sua Santidade o Papa o representante de Cristo na Terra.

Todos os cristãos católicos constituem no mundo todo, uma só familia, que vive em plena irmandade, sob a egide do Papa e comungam em uma só fé, sendo todos os direitos de receber todos os sacramentos instituidos por Cristo, graças aos quais podem viver uma vida em Graça, em Paz com Deus e com os homens. A excomunhão, significa a exclusão de uma pessoa, da familia de Cristo, e isto traz varias implicações, tais como a impossibilidade de receber os sacramentos inclusive de participar das Santas Missas, de receber a absolvição, de receber a comunhão.

A divulgação do ato de excomunhão, deve ser feita através de comunicado da Hierarquia da Igreja, à todas as autoridades eclesiásticas, ao povo católico, através da palavra, nos atos liturgicos, e dos veículos de comunicação normais, em todas as igrejas da Arquidiocese

Quanto à repercussão do ato, evidentemente será enorme, dentro da familia católica, e para a pessoa que sofreu a excomunhão".

EXCOMUNGADOS SEM CERIMONIA FUNEBRE

A página 238 da "Ecclesia" (Encyclopédie Populaire des Connaissances Religieuses) diz que uma Igreja é considerada profanada quando ali se comete crime, degradação de ordem material ou espiritual etc., e entre outras coisas, quando celebra-se cerimônia fúnebre daquêle que foi excomungado. Isto quer dizer, os excomungados perdem entre todos os seus direitos religiosos, também êste direito às cerimônias fúnebres.

CONVITE DA TFP

O Núcleo de Militantes da Tradição, Familia e Propriedade de Ribeirão Prêto — tem a honra de convidar V. Excia. e Exma. Familia para a Missa que, por ocasião da mais um aniversário da revolução bolchevista na Rússia, fará rezar por alma de todas as vitimas que o comunismo vem fazendo desde então no mundo, através de atentados, revoluções e guerras. Serão especialmente lembradas as almas dos brasileiros que tombaram em defesa das instituições e da civilização cristã, em consequencia de atos de terrorismo. O Santo Sacrificio também será oferecido pela libertação de todos os povos escravizados pelo comunismo.

O ato litúrgico será celebrado às 19.30 horas do dia 15 de novembro, sábado, na Igreja de São Benedito.

Ribeirão Prêto, novembro de 1969
Nucleo de Militantes da Tradição, Familia e Propriedade: R. Prudente de Morais, 879.

DR. FAUZI SALIM

CREMESP — 4397

— CIRURGIA GERAL
— CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO
(Estômago — Esôfago — Intestino e Vias Biliares)
Cirurgia especializada das hérnias (em qualquer Idade)

CONSULTÓRIO I —
RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 600 — 13o ANDAR
RESIDÊNCIA I —
RUA CERQUEIRA CESAR III — TEL. 3294
CONSULTAS I —
Das 8,00 às 12,00 hs — CONSULTÓRIO DA SANTA CASA I — Fone: 1032
Das 13,00 às 18,00 horas — CONSULTÓRIO

RÁDIO CULTURA DE RIBEIRÃO PRETO

A união faz a força... Aí está a equipe da CULTURA

IVAN — Noticiarista e apresentador — 7.30 às 8.00 — 11.30 às 12.30 e das 13.05 às 14.00 hs.
EDSON LUIZ — Disck-jockei (juventude), das 14.30 às 17.00 horas.
THOMAZ EDSON — Noticiarista e apresentador, das 8.05 às 12.30 horas.
WILSON JOSÉ — Apresentador, das 8.00 às 11.30 horas e
PORTO ALEGRE — Apresentador, das 12.30 às 13.00 e das 14.00 à 1.00 hora.
LUIZ FERNANDO — Repórter e Redator.
SEBASTIÃO SILVA — Redator e Comentarista Esportivo.
SIQUEIRA — Animador Sertanejo — 5.00 às 7.30 e das 18.00 às 19.00 horas.
TONI — Animador Infantil —

Jornal "O Diário" 14 de Novembro de 1969.

Diario de Noticias

ANO XLII — "A CESAR O QUE É DE CESAR E A DEUS O QUE É DE DEUS"

Porte Postal Fogo — Serviço Rádio Telegráfico Direto da UPI — Ribeirão Preto, 5.a Feira, 13 de Novembro de 1969 — N.o 14.401 Domingos: NCr$ 0,15 — Dias Uteis: NCr$ 0,10

Posição do Clero Arquidiocesano de Ribeirão Prêto

Jornal "O Diário de Notícias" 13 de Novembro de 1969.

Casa de Leopoldo e família na Rua Henrique Dumont, 939
Jardim Paulista, Ribeirão Preto.

X - A RETIRADA

Consegui passar em Ibitinga alguns dias um pouco mais tranquilos. Entretanto, ainda me preocupava o fato de que a polícia, dentro de algum tempo, seguramente começaria a procurar-me nas casas dos parentes mais próximos.

Toda a família, naquela cidade, me recebeu muito bem, preocupava-se com minha sorte e minha tia Stela, irmã de minha mãe, sempre ficava sobressaltada com o risco que eu corria.

Como a cidade era pequena e eu relativamente conhecido, era claro que já se comentava minha presença no local.

Algumas pessoas faziam ligações com os recentes episódios ocorridos em Ribeirão Preto, situada a apenas cento e trinta e cinco quilômetros. Ficava fácil concluir que eu estava na cidade fugindo da repressão.

Além dos familiares, eu contava também com o apoio de outras pessoas, destacava-se entre elas o amigo Pedro Secanha.

Queria também recontatar a organização e, por um emissário enviado a Ribeirão Preto, consegui saber notícias do Russo, que estava em São Paulo, também clandestino.

Mantive contato com a companheira Zilda Engracia, da ALN de Ribeirão Preto, que não caíra e cuja identidade apenas Vera, Russo e eu conhecíamos. Assim, consegui marcar um ponto com Russo em São Paulo.

Despedi-me dos familiares em Ibitinga e, por meio de uma carona conseguida por minha tia, fui de Kombi a São Carlos e fiquei até o dia seguinte na casa de meu avô Anacleto.

No outro dia, fui de ônibus a Porto Ferreira, de onde rumei até Santa Rita do Passa Quatro, no sítio onde Beti morava, e pudemos encontrar-nos após toda a correria.

Beti tinha algumas informações sobre a situação em Ribeirão Preto e todas elas confirmavam o que já se sabia, ou seja, o movimento armado se desmontara na região e pouquíssima gente tinha escapado da prisão.

De qualquer forma, considerei positivo que Beti não tivesse sido procurada pela polícia, o que significava que eu poderia ficar no sítio por uns dias, o que realmente aconteceu.

De Santa Rita, tomei o ônibus para São Paulo e desci antes de chegar à rodoviária, por saber que o local estava fortemente policiado, e fui direto para a casa da minha tia Lurdes, onde todos já sabiam da minha condição de clandestino.

Passei a viver lá durante alguns dias e consegui refazer meu contato com a ALN, por um ponto marcado com o companheiro Russo, na Praça Nossa Senhora Aparecida, no bairro de Moema, ao qual compareci juntamente com a companheira Zilda Engrácia.

A organização em São Paulo estava em uma situação muito delicada. As quedas não pararam após a morte do Comandante Mariguella e cada vez mais tínhamos notícias de novas prisões.

Fazia contato com Russo a cada três dias e não havia nenhuma tarefa concreta que eu pudesse realizar naquele período.

A organização informou que não poderia me fornecer documentação falsa, em virtude de haver caído o setor que cuidava desse segmento. Também não teria possibilidade de me passar nenhuma arma nos próximos dias.

Eu teria que permanecer em São Paulo com meus próprios documentos, o que me tornava muito vulnerável à repressão, além do que não possuía nenhum armamento, o que me tornava uma presa fácil da polícia, caso fosse identificado.

Durante o dia, por várias vezes, tomava um ônibus coletivo urbano e rodava até seu trajeto final, para depois tomar outro de volta, apenas para passar o tempo e correr menos riscos.

Na Rua do Oratório, Russo e eu tivemos um ponto com Rafael di Falco, dirigente da organização, a quem eu já conhecia do ME, e conversamos sobre as tarefas da ALN.

Rafael afirmou que acreditava havermos vencido a 1ª campanha de cerco e aniquilamento e agora tínhamos que nos reorganizar para continuar a luta.

Em face do avançado estágio da repressão, não se marcavam mais pontos fixos, mas sim entre os números X e Y de uma rua, para que os militantes não permanecessem parados e se encontrassem como se fosse por acaso, assim continuavam andando e conversando o necessário.

Coberto o ponto, voltei para a casa de minha tia, quando vi sobre a mesa um exemplar do jornal O Estado de São Paulo que trazia notícias sobre as prisões em Ribeirão Preto e as atividades de que nos acusavam. Entre os listados no jornal, estava o nome do companheiro José Ivo Vannuchi, que possuía certo grau de parentesco com Germano Genari, marido de minha tia Lurdes.

Evidente que, como as notícias eram censuradas pela ditadura, pintavam-nos como pessoas de alta periculosidade.

Meu tio Germano, amedrontado, pediu-me que deixasse a casa para não comprometer a segurança da família, que certamente sofreria retaliações da polícia se me encontrasse por lá.

Saí do local, não sem antes minha tia, chorando, colocar algum dinheiro em meu bolso, que seguramente me foi de grande valia.

Estava na rua, em São Paulo, procurado pela polícia política da ditadura, desarmado e com meus próprios documentos, o que me impedia de circular por qualquer lugar e, muito menos, de ir para alguma pensão.

O próximo contato que teria com a ALN, através do Russo, ocorreria somente 48 horas depois.

Decidi então tomar um coletivo em direção à rodoviária e, descendo lá por perto, esperei pelo primeiro ônibus que passasse em direção ao interior.

Vi um ônibus da empresa Cruz, estendi a mão e o cerquei já fora da rodoviária. À inevitável pergunta do motorista, "Para onde você vai?", respondi com a temerária resposta "Para onde vai o ônibus?", que o condutor respondeu dizendo que o destino do coletivo era Ibitinga, com parada em Araraquara.

VOLTA AO INTERIOR

Sem alternativa, rumei para Araraquara e pensei em quem iria procurar, já que voltava novamente ao interior, de onde eu havia fugido há poucos dias e onde esperava agora encontrar abrigo.

Ao chegar a Araraquara, conforme planejara no ônibus, fui à casa do companheiro Dado, apelido de Luís Eduardo Arantes de Almeida, que fora diretor da UPES, irmão de José Roberto Arantes de Almeida.

Encontrei Dado e contei-lhe a situação em que me achava. Ele e seus pais me receberam em casa, dizendo que eu poderia ficar lá por quantos dias quisesse.

Lembrei a Dado que a ditadura divulgara recentemente pelos jornais que seu irmão havia viajado clandestinamente para Cuba, mas ambos avaliamos que a polícia não iria até sua casa, pois já sabia que José Roberto havia saído do país.

Seus pais, o Dr. Arantes e D. Aída, não se intimidaram com minha presença, mas, ao contrário, sentiam-se úteis por estarem abrigando um companheiro de seus filhos que se escondia da repressão.

O Dr. Arantes era um dos médicos mais respeitados da cidade e tanto ele quanto D. Aída andavam muito apreensivos com o destino do filho mais velho, José Roberto.

Na primeira vez em que fiquei sozinho com o pai de Dado, ele se dirigiu a mim em voz baixa e disse-me saber que José Roberto estava bem, já que soubera que ele estava em Cuba, mas gostaria de saber notícias de Lola, apelido de Aurora Maria do Nascimento Furtado, namorada de José Roberto.

Senti decepcionar meu anfitrião, mas realmente não sabia do paradeiro de Lola, que deveria estar clandestina, mas disse-lhe que estava seguro de que ela não havia caído.*

José Roberto Arantes, já militando no MOLIPO, voltou clandestino de Cuba, foi preso no dia 4 de novembro de 1971 e assassinado depois de cruéis sessões de tortura.

Lola permaneceu na ALN e foi presa no Rio de Janeiro, no dia 9 de novembro de 1972, após um tiroteio.

* *Havia caído: termo utilizado pela esquerda para designar "havia sido presa".*

Foi levada à Invernada de Olaria*, onde foi assassinada com as mais bárbaras torturas nas mãos dos integrantes do DOI-CODI e do Esquadrão da Morte.

Passei alguns dias de relativa calma em Araraquara. Cheguei a sair com Dado e alguns amigos, tocar violão em um bar e tomar uma cervejinha gelada, aproveitando-me do meu anonimato, mas preocupado em definir minha situação.

Precisava contatar novamente minha família e, não podendo usar o telefone do Dado e nem o da minha casa, que seguramente estariam grampeados, pensei em telefonar para algum amigo que pudesse ser o mensageiro.

Assim, de um telefone público de Araraquara, liguei para Alberto Gonçalves em Ribeirão Preto, que levou grande susto ao me ouvir, já que desconhecia meu paradeiro.

Disse-lhe a cidade em que eu estava, a situação em que me encontrava e pedi-lhe que fosse pessoalmente avisar meu pai para que fosse, no domingo, a Araraquara e me encontrasse às 15 horas na esquina da Faculdade de Filosofia, no centro da cidade.

Sabia que estava correndo grande risco, não pela pessoa de Alberto, em quem confiava plenamente, mas em virtude da conversa telefônica, que poderia ter sido escutada pela polícia, bem como pela possibilidade de seguirem meu pai.

Por isso, escolhi o domingo à tarde, no centro, por ser um horário em que esse local ficava praticamente vazio e seguramente eu poderia deixar o lugar, caso notasse a presença de automóveis ou pessoas suspeitas.

No domingo, passei pelo ponto umas três vezes, com Dado à direção do carro, e não havia ninguém na rua além de nós, até que meus pais chegaram e fomos todos para a casa do Dado.

Após uma breve conversa, decidimos que a situação estava muito difícil, pois cada vez eu estava com menos alternativas e a cada momento o cerco apertava um pouco mais, quando minha mãe, com a serenidade e a lucidez que sempre a caracterizaram, chamou a mim e a Moacyr e assustou-nos com a proposta: "Vamos para Ribeirão Preto".

Era difícil aceitar a ideia de voltar a Ribeirão, de onde saíra a duras penas após dias de perseguição policial, mas a tranquila argumentação de antiga militante convenceu-nos de que a hipótese era tão absurda que a repressão pensaria em procurar-me em todos os lugares do mundo, menos em minha casa.

Assim, já tarde da noite, chegamos a Ribeirão. Na nossa rua, havia apenas um vizinho no portão, o Sr. Antenor Facioli, que possivelmente não me viu, devido ao escuro e à distância de cinquenta metros, se viu, seguramente não passaria a informação adiante, por ser pessoa do nosso círculo de amizades, como todos os nossos vizinhos, e que certamente simpatizava com minha luta.

Em casa, conversamos durante muito tempo e dobrei-me à argumentação dos velhos de que deveria deixar o país.

A precariedade de meus esconderijos, aliada às quedas sequenciais na ALN e em outras organizações de esquerda no Brasil, indicava que eu estava correndo grave risco de ser um preso ou um morto a mais, enquanto, no exterior, poderia juntar-me aos milhares de exilados que lá se encontravam e preparar-me para retomar a luta na hora certa.

De minha parte, estava seguro de que poderia conseguir fazer um treinamento em Cuba, país que continuava, como sempre, a apoiar-nos com firmeza, e voltar ao Brasil de forma organizada, juntamente com grupos de outros companheiros, para retomar a luta guerrilheira em condições mais favoráveis.

Por outro lado, as correntes políticas em luta no seio da ditadura militar tinham definido uma hegemonia

* *Delegacia de Polícia no Rio de Janeiro, utilizada pela repressão política para torturar e assassinar presos políticos.*

total da linha dura dentro do regime e a Junta Militar, a 30 de setembro de 69, empossou como ditador o general Emílio Garrastazu Médici, partidário de maior ferocidade na repressão à esquerda no Brasil.

Na verdade, Médici foi o mais sanguinário dos ditadores militares brasileiros, em cujo governo foi assassinado o maior número de presos políticos, governando a ferro e fogo, calando a imprensa e, com isso, encobrindo a cruel repressão e a corrupção avassaladora que aniquilou as finanças do país.

Para organizar minha saída, Moacyr contou com a preciosa ajuda de seu amigo e colega de faculdade José Aparecido de Oliveira, cassado pela ditadura, que propiciou os contatos para a compra de um passaporte falso.

Assim, permaneci por alguns dias em casa, dessa vez sem olhar a rua, trancando-me no quarto a cada vez que alguma pessoa de fora chegava, enquanto meu pai viajava ao Rio de Janeiro para agilizar a compra do documento para que eu deixasse o país.

Durante aqueles dias, aproveitei para ler um pouco e descansar aguardando a volta de meu pai, recebendo de minha mãe e meu irmão notícias de Ribeirão Preto, que nenhuma novidade traziam, a não ser que os companheiros permaneciam presos e suas famílias desesperadas.

Um dia, tocou a campainha e minha mãe abre com cuidado a porta.

Do lado de fora do portão da rua, estava um delegado de polícia, de nome Palma Rocha, pedindo para entrar, dizendo que tinha uma intimação para mim. Diante da resposta de minha mãe de que não sabia do meu paradeiro, disse o delegado que a entrega da intimação era apenas uma formalidade exigida pelo inquérito policial e que ela mesma poderia passar recibo naquele documento.

De posse de um revólver 32 de propriedade de meu pai, postei-me atrás da porta, enquanto minha mãe mandou que ele entrasse no alpendre e colocou-se na frente da porta semiaberta, enquanto eu esperava que o delegado tivesse dito a verdade e não pretendesse forçar sua entrada na casa.

Caso contrário, eu seria obrigado a atirar nele, o que eu não desejava, sobretudo em se considerando que Palma Rocha jamais se envolvera com a repressão policial e certamente cumpria apenas uma formalidade burocrática.

Quando o portão se fechou com as despedidas do delegado, suspiramos aliviados e foi admirável a coragem de minha mãe diante de uma situação tão delicada.

Preparando a saída

Ao chegar de viagem, meu pai já acionara seus contatos e era preciso que, dentro de poucos dias, eu fosse para o Rio de Janeiro, já que, por seu amigo José Aparecido de Oliveira, deputado cassado pela ditadura, conhecera um despachante que, por meio de subornos distribuídos à polícia carioca, conseguiria o passaporte para mim.

O amigo de meu pai, Dr. Pedro Bruno Neto, e sua mulher Irene viriam no dia seguinte para Ribeirão Preto. O casal me tiraria da cidade e me levaria para sua casa na Praia Grande, onde eu aguardaria o sinal verde para ir ao Rio.

Chovia muito quando deixei Ribeirão pela segunda vez, agora em companhia do Dr. Bruno e de sua mulher, Irene, que mostraram toda a disposição do mundo em auxiliar-me.

Passamos por Santa Rita para buscar a Beti e, já madrugada, chegamos a Santo André, onde dormimos na casa do Dr. Bruno.

No dia seguinte, fomos em companhia de nossos amigos em direção à casa de praia e eles, uma vez mais, demonstraram sua solidariedade.

Na praia, seria praticamente impossível sermos procurados, já que havia poucos vizinhos e, onde fazíamos compras, procurávamos passar por recém-casados, para não despertar suspeitas. Para comprar jornal, andávamos pela praia cerca de cinco quilômetros, evitando ir para a pista, onde a possibilidade de encontrar conhecidos era maior.

Um dia, ao chegar a uma banca de jornal na Cidade Ocean, notamos grande número de curiosos olhando as manchetes e caminhamos em direção aos jornais para ler as notícias que causavam tal curiosidade.

Chegando mais próximo, pude observar que o noticiário versava sobre o "Terror em Ribeirão Preto", com fotos de várias pessoas que, pela distância em que me encontrava, eu ainda não podia identificar.

De imediato, pensei em voltar, pois uma das fotos poderia ser a minha, mas percebi que qualquer manobra brusca de retorno poderia provocar suspeitas.

Assim, aproximamo-nos e pudemos constatar que as fotos pertenciam aos companheiros da FALN. Destacava-se a de Vanderley Caixe, que a repressão não teve nenhum prurido em exibir com visíveis marcas de tortura, que o tornavam quase irreconhecível.

Alguns dias depois, o casal amigo foi buscar-nos, pois meu pai sinalizara que eu deveria ir para o Rio ultimar os detalhes para a obtenção do passaporte. Assim, rumamos para São Paulo e ficamos na casa de uma tia da Beti, D. Inês, onde aguardamos por meu pai que chegaria no dia seguinte.

Durante a tarde em que lá passamos, D. Inês, que estava muito preocupada com nosso futuro, levou-nos a uma vizinha que jogava búzios. Essa senhora, com a roupa utilizada pelas mães de santo, fez uma previsão sobre nosso futuro, dizendo que eu conseguiria mais uma vez enganar a polícia e sair do país sem maiores problemas.

No dia seguinte, meus pais chegaram e, à noite, com Beti nos acompanhando, embarcamos de trem para o Rio de Janeiro, utilizando esse meio de transporte a conselho de meu pai que, com razão, acreditava não serem os trens muito policiados.

No Rio, fomos para um pequeno hotel e registrei-me com meu próprio nome, já que na época as comunicações entre as polícias estaduais eram muito restritas e seguramente eu não era procurado pela polícia do Rio.

Durante o dia, andando pelo centro, observamos quando alguns garis assustados comentavam sobre centenas de panfletos no chão denunciando a prisão e o martírio de Madre Maurina. Abaixei-me, colhi um folheto e retiramo-nos rapidamente do local, já que seguramente agentes da repressão chegariam por lá.

À noite, jantamos na casa de José Aparecido com mais dois amigos seus: o deputado cassado José Gomes Talarico e Raul Ryff, também cassado pela ditadura. Lá, nós lhes narramos as agruras da repressão em Ribeirão Preto.

Contamos-lhes sobre a ferocidade dos policiais da OBAN que, quando tentaram prender mais uma vez José Marieto e sua filha Nanci, depois de havê-los libertado, não encontrando a família, fuzilaram os cachorros da casa, demonstrando aos vizinhos as atrocidades e covardias que eram capazes de cometer.

Esse relato, passado por Talarico ao jornalista Hélio Fernandes, foi na época editorial do jornal oposicionista Tribuna de Imprensa, sob o título "Cachorros Subversivos".

No dia seguinte, meu pai e eu fomos ao despachante a quem ele contou a versão de que estava se desquitando e pretendia levar-me para o exterior, escondendo-me da mãe.

Eu, com a barba bem feita e o cabelo curto, embora com 19 anos, passava facilmente por 17, me apresentei com a certidão de nascimento de meu irmão.

A documentação estava quase pronta, quando o despachante me disse que eu teria que tomar vacina em um posto que funcionava nas dependências policiais, para obter o documento.

Respondi-lhe que tinha medo de injeção, o que motivou um sorriso irônico do homem, em desprezo à atitude daquele filhinho de papai, mas, em troca de alguns cruzeiros a mais, apareceu com o atestado de vacina e

evitou que eu comparecesse à repartição policial e corresse algum risco.

O passaporte demoraria uns dias para ficar pronto e assim tivemos que regressar a São Paulo para voltar ao Rio uns dias depois. Não tendo onde permanecer na capital, decidimos ir até Santos, passando eu e meu pai a noite de Natal em uma pensão no Gonzaga, tendo meu pai às constantes indagações a respeito de nossa permanência no local, sobretudo em uma data como aquela, respondido com a velha história da "separação."

Em Janeiro, voltamos ao Rio e finalmente o passaporte nos foi entregue.

Do Rio, voltamos de trem a São Paulo e de lá a São Carlos pelo mesmo meio de transporte.

Meu pai tinha apenas um carro antigo, que não teria forças suficientes para percorrer os mil quilômetros que nos separavam de Foz do Iguaçu, local escolhido para sairmos do país. Esta razão nos fez procurar meu avô Teixeirinha, que se dispôs a levar-me em seu Volkswagen.

Havíamos decidido que eu iria para o Chile, uma das poucas democracias que restavam na América Latina, país já abrigava centenas de exilados brasileiros.

A cidade de Foz seria o melhor lugar para se atravessar a fronteira, devido ao imenso movimento de pessoas que por lá passavam todos os dias, levando-se em conta que eu portava documento falso e não era estrela de primeira grandeza da guerrilha brasileira.

Assim, sairia do país sem maiores problemas.

Despedi-me da Beti, combinando reencontrar-nos no Chile tão logo fosse possível, ficando meus pais encarregados de lhe passarem meu futuro endereço. Ela voltou para Santa Rita e eu me preparei para viajar no dia seguinte.

No final de janeiro de 1970, juntamente com meu pai, minha mãe e o velho Teixeirinha à direção do carro, deixamos São Carlos, rumo à Foz, e fizemos escala em Ourinhos, na casa de uma irmã de meu avô, a quem dissemos estar viajando a passeio.

Chegamos à Foz à tarde, dois dias após nossa saída e nos instalamos em um hotel, já preocupados porque o dinheiro era pouco e tínhamos que evitar, ao máximo, gastos para podermos chegar a nosso destino.

No hotel, travamos amizade com várias pessoas, pois fizemo-nos passar por simples turistas. Um guia de excursões se ofereceu para me levar à noite em um cassino no Paraguai e, diante de minha resposta de que era menor de idade, disse-me ele que isso não seria problema, pois não havia nenhum controle na fronteira, à noite.

Chegamos a pensar em acompanhar o guia e, quando estivesse do lado paraguaio, não regressar à excursão e seguir direto ao Chile, mas percebemos que não valia a pena correr esse risco, pois tudo indicava que seria fácil deixar o país.

No dia seguinte, nós quatro cruzamos a fronteira no fusca dirigido por Teixeirinha, claro que passando por momentos de tensão, quando o funcionário da aduana pegou nossos passaportes para vista-los.

Logo em seguida, devolveu-nos os documentos, com os respectivos cartões de turistas, o meu já de acordo com o nome que constava no passaporte.

Depois de tantas manobras, deixava o Brasil, em 05 de Fevereiro de 1970, com o nome de Jorge Newton Teixeira Paulino.

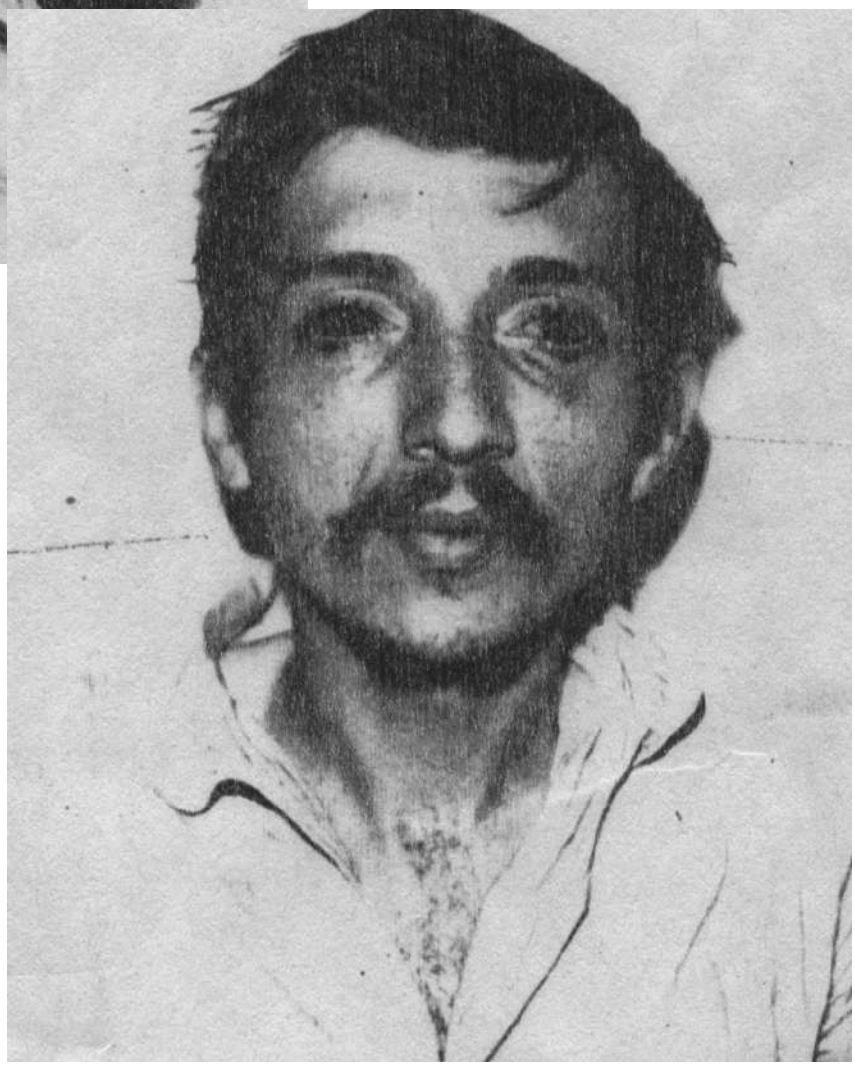
"Deixarás atrás tudo quanto te for mais querido, pois é essa a primeira grande dor que o exilado padece.

Provarás como é salgado o pão alheio e quanto é fatigoso subir e descer degraus de escadas estranhas."

Dante Alighieri

"A Divina Comédia"

Beti e Leopoldo clandestino - na barca de Paquetá - esperando o passaporte falso Rio de Janeiro/1969.



Fotos de Vanderley Caixe torturado

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM SOCIAL.

RELAÇÃO DE INDIVIDUOS INDICIADOS EM INQUÉRITO POLICIAL POR CRIMES CONTRA A SEGURANCA NACIONAL, QUE NÃO CONSTA ESTAREM PRESOS.

A) HOMENS:

1- ANTONIO NOGUEIRA DA SILVA FILHO
2- ARNO PREIS
3- ANTONIO LOURENÇO LEONEL
4- AFONSO ALVES FERNANDES
5- ADERVAL ALVES COQUEIRO (banido)
6- ALBERTO FONSECA MENEZES
7- ANTONIO EDUARDO DE TOLEDO GUIMARAES FERNANDES
8- ARGONAUTO PACHECO DA SILVA
9- AIRTON ADALBERTO MORTATTI
10- ALUISIO NUNES FERREIRA FILHO
11- ADILSON FERREIRA DA SILVA
12- ANTONIO FLAVIO MEDICI DE CAMARGO
13- ANTONIO CARLOS LOPES GRANADO
14- ANTONIO FERNANDO BUENO MARCELO
15- ACELINO DE CAMPOS TIAGO
16- ANTONIO FRANCISCO ALVES
17- ARTEMISIO FLORES
18- ARTHUR BERTRAMI RIBEIRO
19- AIMAR BIU
20- ALVARO ALFREDO CUNHA
21- ARCINDO AUGUSTO DA SILVA
22- ANTONIO VIEIRA
23- ALFREDO HENRIQUE COSTA
24- ANTONIO DE PAULA SILVA
25- AMARO LUIZ DE CARVALHO
26- ABRAO BERNARDO FRAJMAN
27- ARISTON FEITOSA QUINTANILHA ou ARISTON OLIVEIRA LUCENA
28- ANTONIO CASEMIRO
29- BOANERGES DE SOUZA MASSA
30- BERNARDINO RIBEIRO DE FIGUEREDO
31- BENONIO PITTA
32- BENEDITO ALVES TEIXEIRA
33- BENEDITO BARROS DOS SANTOS
34- BOAVENTURA JOSE DE ARAUJO
35- CARLOS DE SA FIGUEREDO ou CARLOS FIGUEREDO DE SA
36- CARLOS LAMARCA
37- CARLOS ROBERTO ZANIRATTO

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM SOCIAL.

fls.. 2

38- CELSO FERREIRA ARAUJO
39- CLAUDIO DE SOUZA RIBEIRO
40- CARLOS HENRIQUE KNAPP
41- CARLOS ALBERTO CASTRO
42- CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY (banido)
43- CARLOS GUILHERME DE MENDONÇA PENAFIEL
44- CELSO DOS SANTOS
45- CAIO SERGIO MONTEIRO TUMA
46- CICERO SILVEIRA VIANA
47- SHIZUO OZAWA (banido)
48- CAIO VENANCIO MARTINS
49- CARLOS YOSHIKAZU TAKAOKA
50- CLEUZER DE BARROS
51- CID BARBOSA LIMA JUNIOR
52- CARLOS ALBERTO NORMANHA
53- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO
54- CLEOMENES DE PAULA RIBEIRO
55- DARCY RODRIGUES (banido)
56- DIORGENES JOSE CARVALHO DE OLIVEIRA (banido)
57- DENIOL KATSUKI TANAKA
58- DARCY GIL DE OLIVEIRA
59- DENILSON LUIZ DE OLIVEIRA
60- DARCI TOSHIEO MIYAKE
61- DURVAL DE LARA FILHO
62- DALISIO DOMINGUES DOS SANTOS
63- DIORGENES DE BARRUDA CAMÂRA
64- DANTE BOZILHA FINATTI
65- DAVID DOMINGOS GAZZOTTI
66- EDUARDO LEITE
67- DEVANIR JOSE DE CARVALHO
68- EDUARDO RIBEIRO RALSTON
69- ERKKI JUHANI LARSSEN
70- EMILIO RUBENS CHASSERAUX
71- FLAVIO DE SOUZA
72- FRANCISCO GOMES DA SILVA
73- FLAVIO DINIZ FONTES
74- FLAVIO CABRAL ou HELIO CABRAL DE SOUZA
75- FRANCISCO AUGUSTO CARMIL CATÃO
76- FRANCISCO DE PAULA FALCAO DE CASTRO
77- FRANCISCO BISPO DE CARVALHO FILHO
78- FERNANDO PAULO NAGLE GABEIRA

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM SOCIAL.

16

30- CARLOS RUSSO JUNIOR. Integrava o grupo, participando de varias ações, inclusive autor de colocação de bombas incendiárias nas Lojas Americanas de Ribeirão Preto. Participava de tôdas as atividades, inclusive na arregimentação de novos elementos, treinamentos de tiros, levantamentos de bancos para futuros assaltos nesta Capital. Juntamente com PAULO EDUARDO, CARLOS HENRIQUE KNAPP, ELIANA TOSCANO e VERGILIO GOMES DA SILVA procedeu levantamentos para assalto ao banco de SUZANO. Qualificado indiretamente por se encontrar foragido.

31- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, também integrante ativo do grupo. Participava de tôdas as atividades. Juntamente com CARLOS RUSSO JUNIOR, preparou e colocou bombas incendiárias nas Lojas Americas de Ribeirão Preto. Qualificado indiretamente por se encontrar foragido.

32- PATROCINIO HENRIQUE DOS SANTOS, líder Comunista em Ribeirão Preto e região. Também um dos idealizadores do grupo. A seu mando, PAULO EDUARDO viajou a esta Capital, onde entrou em contato com CARLOS MARIGHELA, para a formação e filiação do grupo à sua organização. Dava instruções de tiros e guerrilhas aos camponeses. Iniciou seus filhos JOÃO PAULO DOS SANTOS e MARIA APARECIDA DOS SANTOS em atividades comunistas. Elemento de grande periculosidade. Qualificado indiretamente por se encontar foragido.

33- FRANCISCO ALVES DOS REIS - PILHO, camponês arregimentado por IRINEU, formou um grupo na cidade de Pitangueiras. Participava de treinamentos de tiros e guerrilhas. Era a ligação entre os camponeses. Já foi indiciado em outro inquérito, também por subversão. -

34- MACIMIO AGOSTINHO PINTO, camponês com atividades subversivas, devidamente instruido por IRINEU DE MORAES, arregimentou outros camponeses para o grupo. Também indiciado em outro inquérito por atividades subversiva.

36-JOÃO ESTEVÃO MARTINS. Formou um grupo de camponêses em Bebedouro, para dar apoio à Ribeirão Preto. Participava de instruções de tiros e -

########

Ilustração: Paulo Camargo

"Seus filhos erravam cegos pelo Continente. Levavam pedras feito penitentes, erguendo estranhas catedrais".

(Chico Buarque de Hollanda - Música Vai Passar)

SEGUNDA PARTE:

O EXÍLIO

"O la tumba será de los libres
o el asilo contra la opresión"

(Hino Nacional Chileno)

I - CHILE

EM TERRA DE EXÍLIO

Em território paraguaio, levamos quase seis horas para percorrer os pouco mais de trezentos quilômetros que separam a fronteira até Asunción, capital do país, onde chegamos no meio da tarde.

Lá chegando, instalamo-nos em uma pensão barata, pois nosso dinheiro era escasso.

Saímos, em seguida, para obter informações sobre como viajar para o Chile.

Procuramos uma agência de turismo, cujos funcionários nos informaram ser necessário conseguir um visto para irmos a Santiago, fornecido somente no consulado chileno em Buenos Aires.

Decidimos então meu pai e eu seguir viagem para a Argentina no dia seguinte, a fim de arrumarmos a documentação, enquanto minha mãe e o avô Teixeirinha voltariam para o Brasil ao amanhecer.

Por volta das cinco horas da manhã, minha mãe me despertou e despedimo-nos. Ela, por um lado, estava feliz, pois, aparentemente, eu estava a salvo da sanha repressiva da ditadura brasileira, mas a incerteza de não saber se nos veríamos de novo fez com que ela deixasse Asunción com os olhos marejados de lágrimas, acompanhada de meu avô.

Um pouco mais tarde, meu pai e eu tomamos o ônibus para Buenos Aires, viajando durante várias horas até chegarmos ao destino, onde de imediato fomos nos informar sobre o visto.

No consulado chileno nos disseram que, há alguns meses, a exigência fora abolida e poderíamos viajar para o país sem

necessidade de autorização prévia das autoridades.

Informaram-nos, ainda, que a melhor rota para o Chile era a de viajarmos até Mendoza, cidade situada do lado argentino da Cordilheira dos Andes, de onde seria fácil irmos a Santiago.

Fomos diretamente à rodoviária de Buenos Aires e somente havia passagem para a noite seguinte, mais de vinte e quatro horas depois, o que nos reteve na cidade durante todo esse tempo.

Dormimos em um hotelzinho perto do porto, no qual havia vaga apenas em um último quarto, por sinal coletivo, onde quatro pessoas já dormiam.

Ocupamos as camas restantes e conseguimos dormir devido ao cansaço que nos dominava, embora estivéssemos muito preocupados com a presença dos acompanhantes desconhecidos.

No dia seguinte, fechamos a conta na hospedagem em que estávamos e aproveitamos para conhecer um pouco de Buenos Aires, caminhando o dia todo, passando pelo porto e pelo Rio da Prata. Surpreendi-me com a politização do povo argentino, que, embora vivendo sob uma ditadura militar, não tinha receio de criticar o governo publicamente.

Por sugestão de meu pai, e para fazer jus à sua origem, fomos até uma grande estação ferroviária, onde conversamos com alguns dirigentes sindicais, com quem meu pai trocou ideias sobre questões técnicas da ferrovia e todos nós comentamos assuntos sobre o sindicalismo e a política em nossos países.

Embora não tivéssemos falado sobre o verdadeiro motivo de nossa viagem, os sindicalistas naturalmente concluíram qual era e chegaram a nos propor que fôssemos de trem até Mendoza, sem que precisássemos pagar as passagens.

Agradecemos pela gentileza e fomos para a rodoviária, já que estaríamos mais seguros se viajássemos como turistas comuns.

À noite, tomamos o ônibus para Mendoza, viajamos por várias horas e lá chegamos por volta das duas da tarde.

Fomos de imediato a uma agência de viagens, compramos nossas passagens de ônibus para Santiago e hospedamo-nos em uma pousada, onde o veículo passaria a recolher-nos às cinco horas da manhã.

Em Mendoza encontramo-nos com a grandiosidade da Cordilheira dos Andes, com seus altos picos de neves eternas, embora fosse verão e na cidade fizesse um calor insuportável.

A proximidade do nosso destino fazia com que nos descontraíssemos um pouco e, reservadas as passagens, fomos a um restaurante.

Aproveitamo-nos do baixo valor do dinheiro argentino na época, comemos um bom "bife de chorizo", tradicional churrasco do país, e tomamos algumas garrafas do bom vinho de Mendoza.

Acompanharam-nos alguns argentinos que recém-conhecêramos, todos peronistas, que, a cada copo, saudavam seu ídolo com brados de "Viva Perón", em evidente desafio à ditadura argentina. Enquanto nós, antes de despedir-nos e voltar ao hotel, manifestamos nossa saudação ao ilustre argentino que sempre admiramos, bradando nosso "Viva Che Guevara" na mesa do restaurante.

No dia seguinte, despertaram-nos às quatro horas da manhã para que nos preparássemos para viajar.

Devido ao calor, havia dormido sem camisa e descoberto, desconhecendo que a presença da Cordilheira fazia com que esfriasse de madrugada, por isso levantei-me com forte tosse.

Às cinco horas, um micro-ônibus que passava pelos hotéis e recolhia os passageiros veio nos buscar. Com o ônibus lotado, embarcamos em direção ao Chile.

A travessia da Cordilheira é um espetáculo deslumbrante e, enquanto o ônibus serpenteava pelas montanhas cobertas de neve, observamos que apenas um micro-ônibus passaria pelos estreitos caminhos que não permitiam o trânsito de um veículo de maior porte.

No caminho, passamos pelo Aconcágua, com mais de 8 mil metros de altitude, o maior pico da Cordilheira dos Andes e um dos maiores do mundo, local onde o motorista fez uma parada para que admirássemos aquele gigante coberto de gelo.

No chile

Pouco depois, passamos a fronteira do Chile com a Argentina e aumentou em mim a ansiedade por começar a conhecer o país em que deveria viver por algum tempo, enquanto experimentava a sensação de liberdade por pisar o solo de um lugar onde ficaria distante das mãos assassinas dos militares da ditadura brasileira.

Coincidindo com a época de minha chegada ao Chile, a ditadura divulgava para a imprensa do Brasil notícias de meu envolvimento no processo da ALN, bem como a decretação de minha prisão preventiva pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo.

Chegamos ao centro de Santiago logo após o almoço e, por não possuir nenhum contato na cidade, pensamos em nos dirigir à sede de algum partido de esquerda, identificar-nos e solicitar contato com exilados brasileiros que lá viviam.

Na Alameda Bernardo O'Higgins, a principal avenida da cidade que corta sua região central de ponta a ponta, entramos em uma livraria para solicitar informações sobre os locais que procurávamos e meu pai perguntou onde poderíamos encontrar o poeta Pablo Neruda, que ele e minha mãe conheceram quando de sua vinda ao Brasil, após a ditadura de Getúlio.

Ao pedir uma caneta emprestada a um jovem, que ouvia nossa conversa, ele se identificou como sendo Luís Felipe, carioca e exilado político no Chile, e nos deu algumas referências de nomes de outros exilados, para que não desconfiássemos dele.

De minha parte, dei como referência os nomes de Bernardino Figueiredo e Paulo Campanário, que militaram comigo no Brasil e que sabia estarem exilados no Chile. Meu pai citou o nome do ex-ministro de João Goulart, Paulo de Tarso Santos, recomendado por José Aparecido.

Felipe sugeriu acompanhar-nos até uma pensão na Rua Michimalongo, por onde sempre passavam diversos exilados brasileiros, local permanentemente habitado por alguns deles.

Ao chegarmos à pensão, atendeu-nos D. Adriana, uma chilena simpática e falante, que realmente estava acostumada a receber companheiros brasileiros, enquanto Luís Felipe telefonava para Paulo de Tarso que, de imediato, nos convidou para jantar em sua casa naquela noite.

Na casa do ex-ministro, jantamos em companhia de sua família e de Luís Felipe, presente também o deputado cassado Márcio Moreira Alves.

Conversamos sobre a situação no Brasil, informando-os sobre a repressão em Ribeirão Preto; os que lá já viviam há tempo discorreram sobre o Chile e sua hospitalidade para com os brasileiros, bem como sobre a situação política do país andino.

No dia seguinte, meu pai partiu de volta ao Brasil, com o dinheiro contado para apenas chegar a Ribeirão Preto. O velho precisou fazer somente uma refeição por dia e, já em território do Rio Grande do Sul, terminou por vender uma navalha importada, com a qual se barbeava, para completar o valor da passagem.

Despedi-me de Moacyr e comecei uma vida cuja direção somente os próximos dias e as semanas seguintes indicariam.

Aproveitei esse dia para andar pelas ruas de Santiago, li os jornais locais e aos poucos me interei da vida política do país, que possuía um povo bastante politizado.

Caminhei pela Avenida Mata, da qual a pequena rua em que se localizava a pensão era apenas uma travessa, passei pela Praça Itália e andei pela Alameda, a principal avenida de Santiago, passei pela Universidade Católica e pelos morros San Cristobal e Santa Lucia, bem como em frente ao palácio de La Moneda, sede do governo do Chile.

Era presidente do país Eduardo Frei Montalva, do PDC, – um homem de postura conservadora – e gozava o país de uma liberdade que, desde 1964, eu não presenciava.

As eleições presidenciais estavam marcadas para o dia 4 de setembro, ou seja, sete meses depois e o país se encontrava em grande efervescência política.

O PDC já tinha seu candidato à sucessão, Radomiro Tomic, que tinha uma posição política mais progressista que a do presidente Frei, que o apoiava, enquanto a direita, representada pelo Partido Nacional, lançara como candidato o ex-presidente Jorge Alessandri.

Na época de minha chegada, a principal discussão da esquerda chilena era a proposta de candidatura única, mediante uma

frente composta pelos partidos Socialista e Comunista, além de outras agremiações de menor porte.

O PCC lançara como candidato a presidente o poeta Pablo Neruda, antigo militante comunista e que já fora deputado e senador por aquela agremiação, nome reconhecido internacionalmente.

O PS tinha como candidato o senador Salvador Allende, socialista histórico, que já disputara a Presidência da República em duas oportunidades e, em uma delas, tinha sido derrotado pelo direitista Alessandri por escassa margem de votos.

Chamava minha atenção no Chile o fato de todas as pessoas terem uma definição política. Era frequente, ao comprar o jornal ou pedir informações na rua, os chilenos perceberem pelo sotaque que eu era brasileiro e pedirem informações sobre o Brasil, manifestando quase sempre sua opinião sobre nosso país, do qual sabiam muito mais do que eu sobre o Chile.

A princípio dizia ser turista, pois ainda estava impregnado da perseguição policial no Brasil. Era difícil acostumar-me à ideia de poder dizer o que eu pensava, mas, pouco a pouco, fui-me habituando a expressar-me livremente e, com cada chileno que conversava, fazia de minha fala um libelo acusatório contra a ditadura brasileira, falando de seus crimes, muitos deles já conhecidos pela opinião pública do Chile.

Em minha caminhada pela Alameda, parei junto a um vendedor ambulante para admirar os lindos pêssegos que ele vendia, juntamente com uvas, ameixas e outras frutas.

Uma jovem chilena que passava, parou para conversar comigo e ao saber o motivo pelo qual eu estava em seu país, comprou um pêssego e me presenteou com a fruta, revelando sua simpatia de anfitriã.

Há muito tempo eu não experimentava a sensação de poder andar livremente, sem a perspectiva de ser preso ou ameaçado pela repressão, por isso, eu, que sempre andei muito depressa, deliciava-me em andar calmamente, sorvia cada detalhe das ruas de Santiago, observava de longe a Cordilheira, sempre presente e avistada de qualquer ponto do Chile, em cujos pés estavam construídos alguns bairros da cidade.

Chegando à pensão, D. Adriana comunicou-me que havia um recado de Luís Felipe e, ao ligar para ele, passou-me o endereço do companheiro Bernardino, que morava relativamente perto dali.

Na verdade, demorei um pouco para utilizar do telefone com tranquilidade depois que saí do Brasil.

Assim, nas primeiras vezes em que foi preciso usar esse meio de comunicação no Chile, evitava ao máximo falar nomes e locais de encontros, pois ainda pesava sobre mim a força da repressão, já que, quando falava ao telefone no Brasil, sempre partia do princípio de que a ligação estava grampeada.

Já noite, informei-me sobre o ônibus que deveria tomar e fui procurar pelos antigos companheiros de lutas no Brasil. Desci, por indicação do motorista, no cruzamento das Avenidas Irarrázabal e José Pedro Alessandri, esta última mais conhecida por Macul.

Recebeu-me à porta o próprio Bernardino, que já fora informado de minha chegada, com sua companheira, Leda; com eles, o companheiro Paulo Campanário e sua mulher Helena, além de Reinaldo Carcagnolo, companheiro de Sorocaba e sua mulher Mara, que moravam todos no mesmo local.

No apartamento, revi um pedaço do Brasil, mais precisamente aquela fatia revolucionária de nosso país, agora no exterior, mas pulsando em virtude do que acontecia em nossa pátria. A conversa fluía enquanto degustávamos um bom vinho chileno.

Depois dos abraços efusivos, passamos a falar sobre o Brasil, eles queriam informações sobre companheiros cujo destino ignoravam e eu aproveitava para me informar sobre o país em que começara a viver. Além de ter notícias de outros companheiros cujo paradeiro eu desconhecia, fui informado por eles que esses amigos se encontravam no Chile.

Ainda nessa noite, propuseram-me meus amigos que eu ficasse morando no apartamento deles provisoriamente, para não ter gastos com pensão, enquanto me ajudariam a conseguir emprego.

Voltei à pensão e comuniquei a D. Adriana que eu sairia de lá, no dia seguinte.

Solicitei-lhe que aguardasse um pouco para receber o pagamento dos dias em que permaneci na pensão. Ela concordou e disse que sempre fazia fiado para os exilados brasileiros quando eles não podiam pagá-la, nunca deixando de receber um centavo.

Disse, ainda, que estava acostumada com a provisoriedade de nossa permanência em seu estabelecimento e que ficava feliz quando um de nós saía, pois sabia que era porque já havia arrumado emprego ou alojamento em casa de companheiros.

Mais tarde, chegaram à pensão algumas pessoas e, quando ouvi as vozes, percebi que se tratavam de brasileiros, o que me fez levantar e participar da conversa que travavam com a dona da pensão.

Acabara de chegar um brasileiro que, de carro, vinha a Santiago para deixar uma companheira cujo marido fora preso no

Brasil. Vinha com seu filhinho pequeno, ambos fugiam da repressão em nosso país.

Disse-me o recém-chegado que regressaria ao Brasil já no dia seguinte e, depois de certificar-me de sua origem, escrevi uma carta à minha família, pedindo-lhe que a colocasse no correio em Belo Horizonte, destino de meu emissário, pois temia que a correspondência que eu enviava do Chile pudesse ser interceptada pela polícia ditadura.

Soube depois que esse companheiro foi pessoalmente a Ribeirão Preto e entregou a carta nas mãos de meus pais, dizendo temer que ela se extraviasse.

Deixou a cidade em seguida, sem nada dizer, por precaução, sobre sua identidade.

No dia seguinte, mudei-me para o apartamento de Bernardino e Paulo, começando, com o auxílio deles, a procurar anúncios de emprego nos jornais.

Precisava também resolver minha situação legal no país, já que lá estava com outro nome e duas eram as alternativas: revelar minha verdadeira identidade ao governo chileno e pedir asilo político ou dizer que havia perdido o cartão de turista que garantia minha permanência no Chile por três meses e tentar conseguir um outro, em meu nome.

Os companheiros que lá viviam há mais tempo recomendaram-me a segunda opção, pois o governo chileno era bastante liberal em relação aos exilados brasileiros e não havia contra nós perseguições de nenhuma espécie.

Vários companheiros viviam no país com o cartão de turista vencido e não eram incomodados. Além do que, ao conseguir emprego ou matricular-se em uma faculdade, era muito fácil conseguir a autorização para a residência permanente no Chile.

Não havia, portanto, sentido em pedir asilo político, pois daria excessiva publicidade ao meu nome, o que absolutamente não me interessava.

Através de contatos políticos com a esquerda chilena no setor de estrangeiros do governo, com facilidade, obtive outro cartão de turista já em meu nome verdadeiro. Passei, a apresentar minha carteira de identidade real e queimei o passaporte falso que até então me acompanhara desde a saída do Brasil.

Nessa época tive contato com Victor Zerega, então dirigente da FECH (Federación de los Estudiantes de Chile), que anos depois foi brutalmente assassinado pela ditadura de Pinochet. Solidário, Zerega me convidou a ficar em uma moradia estudantil, que prontamente aceitei e onde vivi por alguns dias.

Fui travando contato com outros brasileiros, conheci Ricardo e Lia, pernambucanos ligados à AP, cuja casa passei a frequentar, e os baianos Aderne e Tânia, estudantes enquadrados no Decreto 477, proibidos de estudar no Brasil.

Comecei a formar um círculo de amizade entre os compatriotas brasileiros e, sempre que podíamos, alguém preparava uma comida típica brasileira em sua casa, geralmente após a visita dos familiares, que traziam os indispensáveis ingredientes.

Eu levava o violão que me acompanhou desde o Brasil e animava os encontros, sempre regados ao vinho chileno.

Na casa de Aderne, pela primeira vez na vida, provei uma moqueca baiana, preparada por Tânia, prato que até hoje figura entre os meus preferidos.

No primeiro sábado em que estava em Santiago, Ricardo convidou-me para jogar futebol juntamente com outros brasileiros.

O jogo seria no "Verbo Divino", um colégio de padres no bairro nobre de Vitacura, onde o time brasileiro enfrentaria o da própria escola.

Fazia parte de nossa equipe um grupo de exilados e outros brasileiros que estavam no Chile a trabalho ou para estudar.

Vencemos o jogo e a presença do time brasileiro provocou grande curiosidade, não porque jogássemos tanta bola, mas pelo nome que o Brasil tem nesse esporte.

Terminado o jogo, os padres do colégio convidaram-nos a jogar no sábado seguinte. Passamos no bar mais próximo para comemorar o resultado do jogo e pedimos algumas cervejas. O proprietário respondeu que não as tinha geladas, pois o costume do país era tomá-las ao natural, o que nos fez optar pelo vinho.

No sábado seguinte, voltamos a jogar, não sem termos o cuidado de passar antes pelo mesmo bar e pedir ao dono que gelasse as cervejas para após o jogo.

A partir do sábado seguinte, não foi preciso mais convite, já que, invariavelmente, todos os sábados, até setembro de 1973, os brasileiros jogaram no colégio e chegaram até a formar quatro times.

Findo o jogo, era sagrada a passagem pelo bar, onde o chileno prazerosamente atendia aqueles excêntricos que gostavam de tomar cerveja gelada.

Preocupado com a legalização de minha residência no país, fiz minha matrícula como estudante no curso de História do Instituto Pedagógico da Universidade do Chile, sem, entretanto, nunca ter chegado a frequentar nenhuma aula.

Fui também informado pelos companheiros mais antigos de exílio que o consulado brasileiro em Santiago estava atendendo normalmente os exilados brasileiros, situação que não sabíamos por quanto tempo iria durar.

Aproveitei para ir ao consulado e tirar um passaporte em meu nome e, como tantos outros companheiros, encontrei bastante facilidade em conseguir o documento.

Ainda aproveitando o serviço consular brasileiro, no dia 26 de junho de 1970, Beti e eu nos casamos no consulado, com a realização da cerimônia, bem informal, pelo cônsul Clodoaldo Hugueney Filho que nos confessou ter sido aquele o primeiro casamento que ele realizava.

Acredito que realizar meu casamento foi um dos últimos serviços que nosso consulado prestou a refugiados brasileiros, pois, dias depois, o cônsul forneceu passaporte a um dos exilados mais conhecidos: o almirante Cândido Aragão, que fora comandante dos Fuzileiros Navais no governo João Goulart.

Tal fato chegou ao conhecimento da ditadura no Brasil que, de imediato, chamou o cônsul brasileiro de volta e determinou ao consulado brasileiro no Chile, bem como a todo seu serviço diplomático no exterior, normas de proibição quanto a prestar qualquer tipo de atendimento a refugiados políticos brasileiros, o que praticamente nos privava da cidadania.

Puente alto

Apresentado por Leda e Bernardino, travei conhecimento com Luís Morales, de apelido Lucho, médico e militante do PCC, além de vereador na cidade de Puente Alto, onde residia, um município pertencente à grande Santiago, situado na Cordilheira dos Andes.

Lucho me propôs que ficasse morando em sua casa, onde vivia com a mulher Adriana e duas filhas, até que conseguisse emprego. Efetivamente, eu decidi mudar para Puente Alto, que ficava a mais ou menos quarenta minutos de ônibus de Santiago.

Passava os dias procurando trabalho nos classificados de jornais e esforçava-me bastante para aprender espanhol o mais rápido possível.

As duas filhinhas de Lucho ajudaram-me bastante nessa tarefa, conversando o tempo todo comigo, corrigiam-me quando falava errado e emprestavam-me seus livros de escola para que eu estudasse.

Ia todos os dias para Santiago, basicamente para procurar emprego, mas também para fazer contatos com os companheiros brasileiros, sobretudo com aqueles mais afinados com meu posicionamento ideológico.

Em Puente Alto, por meio de Lucho, travei conhecimento com os partidos de esquerda locais e conheci a Câmara Municipal da cidade e seus vereadores.

Lá, o PC e o PS juntos eram maioria e controlavam a prefeitura do município, já que os prefeitos no Chile eram eleitos pelas câmaras de vereadores e, em Puente Alto, os dois partidos mais fortes de esquerda se revezavam no executivo municipal.

Conheci também o companheiro Aguirre, vereador comunista em Puente Alto, que, juntamente com Lucho, muito me ensinou sobre a história do Chile e a dinâmica da luta de classes naquele país. Aguirre também colocou sua casa à minha disposição para lá residir, se necessário.

Lucho levou-me também para conhecer a vinícola "Concha Y Toro", a mais famosa do país, que fica no município de Pirque, encravado na Cordilheira, perto de Puente Alto, onde, pela primeira vez, tive a oportunidade de conhecer uma produção de vinho.

Puente Alto caracterizava-se também pela ocorrência de tremores de terra, fenômeno que lá acontece pelo menos pelo menos duas vezes por semana, e que, a princípio, me assustavam bastante, mas aos quais fui habituando-me aos poucos.

Em Puente Alto, assisti com Lucho e outros amigos a um show do grupo folclórico Quilapayún, que se apresentou no ginásio de esportes da cidade, grupo esse composto por jovens músicos militantes do PCC.

Após a apresentação, os componentes do conjunto foram até a casa de Lucho, onde pude conhecê-los melhor, oportunidade em que passei a ter as primeiras referências sobre a música chilena e andina de uma forma geral, principalmente sobre a música engajada, que era a especialidade do grupo.

No final de fevereiro, Bernardino telefonou para a casa de Lucho e me comunicou que Beti chegara e me aguardava em sua casa.

De imediato, tomei o ônibus e rumei para Santiago, onde Beti me esperava com meu pai, que havia voltado ao Chile para acompanhá-la.

No reencontro, estava ansioso por notícias do Brasil e de Ribeirão Preto e, ao ouvi-las, percebi que praticamente nada havia mudado, pois permanecia a mesma situação de quando eu deixara o país, há quase um mês.

Fomos para Puente Alto, onde apresentei Beti a Lucho e sua família e aos amigos de lá. Junto com meu pai, todos tomamos um vinho para comemorar a chegada dos dois.

No dia seguinte, fomos até a pensão de D. Adriana, a quem devia, para pagar-lhe pelos dias que lá havia ficado, pois meu pai trouxera algum dinheiro do Brasil.

Na pensão, D. Adriana agradeceu pela lembrança. Depois, passou a contar a história de um exilado brasileiro que, duas semanas antes, sequestrara sozinho um avião da VARIG em Santiago, desviando-o para Cuba.

A velha senhora estava inconformada, pois, após o sequestro, a polícia chilena estivera em sua pensão para buscar informações sobre o autor do feito, que lá residira por algum tempo.

No primeiro sábado em que joguei futebol em Santiago, conheci um marinheiro exilado, de nome Adeusito, que participou do jogo conosco, comprometendo-se a voltar no sábado seguinte.

Nesse dia, voltamos a jogar no mesmo local e o sequestro do avião tinha acontecido dois dias antes.

O fato tinha sido amplamente noticiado pela imprensa do Chile e já durante o jogo correram rumores sobre a possibilidade de haver sido o marujo o autor do sequestro, o que posteriormente se confirmou.

D. Adriana contava a história e dizia que estava preocupada com a reputação de sua pensão, onde haviam se hospedado pessoas ilustres, do porte de "Dom" Paulo de Tarso, "Dom" Plínio de Arruda Sampaio e outros. "O que pensariam do local, onde chegou a morar um sequestrador de aviões!"

No outro dia, meu pai voltou ao Brasil, não sem antes deixarmos estabelecido um meio de nos comunicarmos por cartas, evitando que caíssem nas mãos da polícia brasileira.

Ficou acertado que eu receberia cartas da família no nome de Carlos Teixeira no endereço do Lucho, em Puente Alto, e que meu pai colocaria a correspondência no correio de cidades vizinhas a Ribeirão, dificultando, assim, que fossem interceptadas, enquanto eu lhe mandaria cartas dirigidas a outros nomes e para endereços de amigos.

Tais providências de segurança que tomei, durante todo o meu exílio, permitiram que minha comunicação com a família fluísse quase sempre sem a interferência dos bisbilhoteiros agentes da ditadura.

Beti e eu continuamos a morar na casa de Lucho. Nós nos dedicávamos a estudar espanhol e a procurar emprego, pois não queríamos abusar por muito tempo da solidariedade daqueles companheiros.

Entrei em contato com o coletivo da ALN que existia no Chile. Um de seus coordenadores era o companheiro Paulo Sandroni. Passamos a participar das reuniões do grupo que, em sua grande maioria, tinha uma visão crítica do período da luta armada, do que eu divergia, já que meu posicionamento era de que tínhamos que nos reorganizar para voltar ao Brasil e recomeçar a luta, tão logo fosse possível.

Em março, tivemos a notícia do sequestro do cônsul japonês em São Paulo, realizado pela VPR. Minha animação foi grande, por haver conseguido essa ação tirar da prisão cinco companheiros, que foram enviados ao México em troca da libertação do cônsul. Foi incluído na lista o nome de Madre Maurina, de Ribeirão Preto.

Jornais de todo o mundo, na época, noticiaram que a libertação de Madre Maurina denunciando as infames torturas pelas quais ela passara nos porões da ditadura militar no Brasil, estampando ainda a sua foto descendo do avião, no México.

Recortei essa notícia, também divulgada em jornais chilenos, da qual tirei diversas fotocópias. Enviei-as em cartas a Ribeirão Preto para os centros acadêmicos e para as personalidades de oposição, como meio de divulgar esse grave fato que ocorreu em nossa cidade. Desconheço até hoje se as mensagens chegaram a seu destino.

Chillán

Em abril, surgiu um concurso para professor de Metodologia Especial da Música na Universidade do Chile, cargo esse existente na cidade de Chillán, capital da província de Ñuble, situada a 420 quilômetros ao sul de Santiago.

Analisei os documentos exigidos no edital, percebi que eram compatíveis com os certificados de conclusão do curso de Harmonia, Melodia e demais matérias teóricas musicais que cursara no Conservatório no Brasil. Embora me houvesse faltado concluir o último ano do curso de piano, estava habilitado a prestar o concurso na parte de teoria musical.

Tinha consciência de minhas limitações no idioma espanhol, mas, mesmo assim, enfrentei o desafio, consegui alguns livros em bibliotecas, prestei o concurso e fui aprovado.

Conseguir emprego é algo de fundamental importância para quem está no exílio, sobretudo porque nós estávamos vivendo da solidariedade de companheiros chilenos e de minha família. A partir de então, teríamos condições de nos mantermos.

No Chile, os exilados brasileiros tinham uma instituição chamada "Caixinha", depois denominada "Associação Chileno-brasileira de Solidariedade", para a qual contribuíam aqueles que já houvessem conseguido emprego e usufruía dela quem ainda não tivesse arrumado trabalho.

Não cheguei a solicitar apoio à Caixinha, até porque tínhamos companheiros exilados em situação muito mais difícil que a nossa, cujas famílias não tinham a menor possibilidade de enviar-lhes qualquer tipo de ajuda financeira.

O vice-reitor da Universidade era o advogado e militante socialista Julio Stuardo Gonzales, de quem fiquei grande amigo no Chile e que me ajudou muito na minha chegada a Chillán.

As primeiras vezes que fui sozinho a Chillán, antes de mudar-me pra lá, hospedei-me na casa de Julio, sempre atencioso e solidário.

Era difícil conseguir casa na cidade e Julio havia conseguido alugar aquela porque seu antigo morador havia se enforcado no local e as pessoas temiam morar lá, acreditando ser a casa mal-assombrada.

No final de abril, já aprovado no concurso, fui com a Beti para Chillán, onde me apresentei à Universidade para dar aulas e travei conhecimento com os professores e alunos.

No dia em que fui apresentado em sala de aula, os alunos me receberam cantando em coral a música brasileira "Balaio", do folclore gaúcho, o que muito me emocionou.

Julio arrumou, através de seus contatos, uma pensão onde fomos morar até que pudéssemos alugar uma casa e colocou-me a par da situação política da escola em que iria trabalhar.

Chillán era uma cidade de mais ou menos 80 mil habitantes, que havia sido destruída há muitos anos por um terremoto. Lá ainda permaneciam as ruínas da cidade velha, posteriormente reconstruída. A cidade possuía também fontes naturais de águas quentes em virtude da existência de vulcões na região.

Chillán tinha também uma forte presença na música do país. É a terra da mais famosa compositora chilena, Violeta Parra, autora de sucessos como "Gracias a la vida", "Volver a los 17" e tantos outros, e que, embora houvesse se suicidado em 5 de fevereiro de 1967, sua música continuava viva e apreciada em todo o Chile.

Compositora engajada, militante do PCC, Violeta Parra deixou uma obra de grande valor musical.

A família de Violeta, integrada majoritariamente por músicos, sobretudo Isabel e Angel Parra, continuava seu trabalho com outros músicos integrantes da família. Eles mantinham em Santiago a "Peña de los Parra", com atrações artístico-musicais, sobretudo música do folclore andino e música engajada no processo revolucionário.

No Chile, ficou claro para mim o isolamento cultural do Brasil em relação à música latino-americana.

Era grande o conhecimento dos chilenos em relação à nossa música, sobretudo, na época, no que diz respeito a Tom Jobim, Vinicius de Moraes e João Gilberto, enquanto eu, à exceção de tangos e boleros, nada conhecia da música latino-americana, que passou a ser difundida no Brasil somente alguns anos depois.

Únicos brasileiros na cidade, passamos a ser atração no local — os convites para jantar em várias casas tornaram-se frequentes.

Desse modo o chileno do sul demonstrava o forte traço hospitaleiro que caracteriza o povo daquele país. Eu sempre era requisitado para levar o violão e tocar música brasileira, muito apreciada no Chile.

O mercado municipal de Chillán era a principal atração da cidade. Tratava-se de um lugar muito interessante, onde os camponeses iam vender seus produtos e encontrava-se de quase tudo para comprar.

A pensão onde nos hospedamos a princípio era de propriedade dos pais de Blás Parra, secretário da Universidade.

Menos de um mês depois de nossa chegada a Chillán, conseguimos alugar uma casa, de propriedade do Professor Hugo Peñafiel, em um bairro de professores que tinha o nome de "Población 11 de Septiembre", em homenagem ao Dia do Professor, que no Chile se comemora nessa data.

Esse conjunto habitacional tinha sido construído especialmente para professores, com casas simples e habitadas por famílias que nos receberam muito bem.

Rapidamente, ficamos muito populares no bairro. Eu logo fui convidado a integrar a diretoria do "Club Juvenil 11 de Septiembre", escolhido como diretor esportivo da entidade, que se dedicava sobretudo a organizar as atividades esportivas e sociais dos jovens do bairro.

Em Chillán fui contatado pelo MIR e passei a ter discussões políticas com aquela organização revolucionária chilena, por intermédio da militante Sofia Vera, que era estudante da Universidade e do companheiro "Rojo", que chegou a morar em minha casa, por algumas semanas e a quem conheci somente pelo nome de guerra.

Aprovada também no concurso como professora de Inglês, começou a trabalhar comigo na Universidade a companheira Ângela Silva Arruda, carioca e militante do PCBR, que vivia em Santiago e passava três dias por semana em Chillán, durante os quais ficava em nossa casa.

Em um dos primeiros domingos em que estávamos lá, fomos convidados a visitar uma rudimentar pista de esqui, situada em plena cordilheira, na neve, onde pela primeira vez vi, de perto, esse tipo de esporte.

Na Faculdade, realizava meu trabalho e era constantemente chamado a fazer palestras sobre o Brasil, em todos os cursos. Através de Julio Stuardo, Beti conseguira, na própria escola, um emprego como escriturária, o que muito ajudou em nosso orçamento.

O início da Copa do Mundo de 70 nos tornava ainda mais notados em Chillán, por sermos os únicos brasileiros residindo na cidade.

Na colônia de exilados brasileiros existia uma clara divisão entre aqueles que acreditavam que não deveríamos torcer para a equipe do Brasil, por ser o futebol e a seleção brasileira utilizados politicamente pela ditadura, e outros que torciam pela nossa equipe, apesar de terem claro que o futebol servia de instrumento à ditadura militar.

Eu sempre me situei no grupo que torcia para o Brasil.

Sabia que a ditadura fazia uso político do interesse popular pelo futebol.

O ditador Garrastazu Médici foi o que mais se utilizou desse esporte para enganar o povo e fazer demagogia. Com essa atitude, encobria a violenta repressão que sustentava contra a luta oposicionista no país.

Também Pelé, o principal expoente da nossa seleção na época, sempre se prestou a ser garoto propaganda da ditadura. Além de defendê-la, apregoava que no Brasil não havia racismo e no Chile, quando foi jogar pelo Santos F C, negou-se a receber exilados brasileiros que pretendiam falar com ele.

Estava seguro, porém, que não era deixando de torcer pelo Brasil no futebol que agiríamos corretamente. Até porque, assim procedendo, deixávamos todo o espaço dessa área à ditadura, quando, na verdade, acreditava que tínhamos que demonstrar que a seleção brasileira pertencia a todos nós e não a meia dúzia de generais corruptos e assassinos.

Estávamos, assim, torcendo pelo Brasil e assistindo aos jogos da Copa em companhia de amigos em Chillán, quando nos chega a notícia do sequestro, no Rio de Janeiro, do embaixador alemão Ehrefield Von Holleben, por um comando da VPR e da ALN, no dia 11 de junho de 1970, estando à frente da ação o companheiro Eduardo Leite, o "Bacuri".

O sequestro conseguiu libertar 40 presos políticos que foram para a Argélia. Eu vibrei com a ação que, embora soubesse haver sido realizada em condições muito difíceis, pois as duas organizações tinham pouquíssimos militantes no Brasil, mais uma vez fez com que a ditadura cedesse e libertasse nossos companheiros.

No dia 21 de junho, o Brasil goleia a Itália por 4 x 1 e se torna tricampeão do mundo.

Eu e Beti fomos entrevistados por um jornal de Chillán, que pretendia saber como havíamos comemorado a vitória do

Brasil na Copa — eu respondi que comemoramos com vinho chileno.

Nessa época, recebi um recado de Santiago e fui chamado para lá, a fim de reconhecer um novo exilado que chegara recentemente e dera meu nome como referência.

De imediato, tomei o ônibus para a capital chilena e rumei para o local combinado, oportunidade em que reencontrei o amigo e companheiro Paulo Otávio Azevedo, militante da FALN, que conseguira escapar das garras da repressão no Brasil e acabava de chegar ao Chile.

No começo de julho, recebemos a visita de minha família. Meu pai, minha mãe e Jorge foram ao Chile de ônibus e chegaram a Chillán.

Era época de férias na Universidade e, assim, pude dedicar-lhes algum tempo, colocando em dia as conversas que há quase seis meses guardávamos.

Através de carta deles em linguagem cifrada, soubera da prisão de Russo e sua mulher Vera, em março, em São Paulo, e que ambos tinham passado por intensas torturas.

Ela foi libertada algum tempo depois, enquanto Russo, pelas responsabilidades que tinha na organização, seguramente permaneceria por muito tempo na cadeia.

Nossos amigos em Chillán, durante as duas semanas em que meus pais lá permaneceram, levavam-nos quase todos os dias a conhecer a cidade e suas principais atrações, e praticamente todas as noites éramos convidados a jantar. Como grande anfitrião, destacou-se meu colega, professor da Universidade, Alejandro Whitker. Ao regressar, minha família levou uma ótima impressão do país e do povo chileno, sobretudo por sua hospitalidade.

ELEIÇÕES NO CHILE

No segundo semestre de 1970, o Chile pegava fogo com a disputa eleitoral.

Em meio à radicalizada campanha, o ME, muito ativo, realizou manifestações por todo o país.

No princípio de agosto, houve uma ocupação da Universidade em Chillán pelos estudantes, com o apoio dos funcionários e professores de esquerda, que eram maioria naquela instituição de ensino.

Na rua, tomei conhecimento da manifestação e voltei à escola, que tinha sido ocupada pelos manifestantes e estava totalmente cercada pelos carabineros, corporação que, no Chile, correspondia à PM brasileira. Os carabineros atiravam bombas de gás lacrimogêneo contra a entrada da Faculdade, enquanto os ocupantes respondiam com pedras.

Sem vacilar, atravessei correndo a barreira de soldados que, talvez perplexos com minha atitude, não tiveram tempo de impedir minha passagem. Assim, entrei na Universidade ocupada, sob os aplausos dos manifestantes, e passei a me somar a eles na luta, utilizando-me do conhecimento que levara do Brasil, referente a enfrentamentos desse tipo.

A esquerda havia se unido em torno do nome do socialista Salvador Allende e já estava claro que a disputa se acirrava entre ele, candidato da Unidade Popular, e Alessandri, o candidato da direita.

Participamos em Chillán de vários comícios e atos da Unidade Popular, em apoio a Allende.

Compareci a um gigantesco comício em Santiago, para onde eu me deslocava com frequência para fazer contatos políticos

e não pude conter a emoção quando Pablo Neruda, o grandioso poeta comunista falou no palanque, sendo muito aplaudido por todos os presentes.

No dia 4 de setembro de 1970, abertas as urnas, o Chile comemorou a vitória da esquerda e nós, em Chillán, participamos da grande festa de rua que varou a madrugada. O povo vibrava com o grito de vitória que vinha entalado na garganta há muitos anos, com a esperança tomando conta da grande maioria do país.

Chillán era administrada pelo prefeito do PS, Nicolás Garcia Moreno, de quem me fiz amigo e que reencontrei em 1974 em uma das ruas de Buenos Aires, onde ambos estávamos exilados na época.

A vitória de Allende foi um dos raros casos no Terceiro Mundo em que a esquerda chegou ao poder pelas eleições e, a partir de então, a tarefa das forças populares no Chile passou a ser garantir a posse do presidente e consolidar o novo governo.

No Chile havia um segundo turno, em que o Presidente da República era eleito pelo Congresso Nacional entre os dois candidatos mais votados.

Durante semanas, houve intensa mobilização e incessantes conversações para se garantir o apoio do PDC, o terceiro colocado nas eleições presidenciais, o que terminou acontecendo e confirmando a eleição de Salvador Allende que, em 04 de novembro de 1970, tomou posse como presidente do Chile.

A posse de Allende aumentou imensamente a quantidade de exilados políticos latino-americanos no Chile, já que o governo socialista atraiu cada vez mais companheiros a vivenciarem a experiência política chilena e a um reagrupamento com vistas à luta pelo socialismo em suas pátrias de origem.

De minha parte, minha posição como professor já estava consolidada na Universidade e, além de Metodologia Especial da Música, matéria para a qual fora contratado, dava aulas de Piano, Folclore e Violão.

Decidimos, então, que era hora de voltar a Santiago.

Embora fosse uma cidade muito agradável, Chillán ficava longe da capital, centro dos acontecimentos políticos no país. Além disso, a chegada de cada vez mais brasileiros ao Chile aumentava minha expectativa de uma rearticulação para um retorno organizado ao Brasil, para continuar a luta contra a ditadura.

Tinha notícias de que a repressão em nosso país era cada vez mais intensa e a esquerda armada cada vez mais se isolava, contando com reduzido número de militantes.

No dia 23 de outubro, Joaquim Câmara Ferreira, o companheiro Toledo, caiu nas mãos da repressão e foi assassinado sob tortura por agentes policiais chefiados pelo delegado Fleury.

Em Cuba, quando da morte de Marighella, Toledo regressara clandestino ao Brasil para assumir o comando da ALN. Morrera de forma heróica, sem revelar nenhuma informação a seus assassinos e deixou como exemplo sua vida de revolucionário.

Consegui agrupar todas as minhas aulas às segundas e terças-feiras e comecei a trabalhar na Universidade nesses dois dias da semana, das 8h da manhã às 23h, com intervalos para refeições, mas garantindo que eu pudesse morar em Santiago e dedicar-me o tempo todo ao trabalho político.

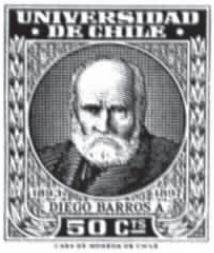
Acertado meu horário, fomos para Santiago em novembro e começamos a procurar lugar para morar.

Alugamos o apartamento Apto 32 situado no Bloco B em um conjunto de cinco prédios, no número 900 da Avenida José Pedro Alessandri, mais conhecida por Macul, ao lado do Instituto Pedagógico da Universidade do Chile, um importante centro do ME chileno.

Antes, travamos conhecimento com Hugo, funcionário de uma imobiliária, que falava fluentemente o português e gostava muito do Brasil, país que sempre visitava.

A amizade com Hugo nos possibilitou alugar o apartamento sem necessidade de conseguirmos fiador.

UNIVERSIDAD DE CHILE



C E R T I F I C A D O

El Secretario General de la Universidad de Chile - Chillán que suscribe, certifica que el Profesor CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO ganó Concurso Público para cumplir 6 Horas de Clases para Metodología Especial de la Música en el mes de Marzo de 1970.

El Profesor Teixeira comenzó a trabajar en Abril de 1970 hasta el 30 de Agosto de 1972, fecha en que presentó su renuncia voluntaria.

Posteriormente realizó Clases de Piano, Folklore y Guitarra cubriendo una Renta Global.

Se extiende el presente certificado a petición del interesado, para los fines que estime conveniente.

BIAS PARRA ALVAREZ
SECRETARIO GENERAL
UNIVERSIDAD DE CHILE
SEDE ÑUBLE

Subversão em Ribeirão Preto: IPM na Justiça

Com pedido de prisão preventiva de todos os indiciados, o DOPS remeteu à Justiça Militar inquerito sobre um grupo de terroristas desbaratado na cidade de Ribeirão Preto.

Estão implicados na trama Paulo Eduardo Pereira, Irineu de Morais, Carlos Russo Junior, José Marietto, Nancy Marietto, Antonio José de Sousa, Darrier Carlos Galhardo, Ari Almeida Normanha, Patrocinio Henrique dos Santos, José Adolfo de Granville Ponce, Toshio Tanaka, Valnio Leon Carrijo, Guilherme dos Santos Carvalho, Carlos Leopoldo Teixeira Paulino, Claudiney Nacarato, José Eduardo de Sales Roselino e Ivá Lunce Angulo.

Menciona o relatorio que desde os anos de 66 e 67 esse grupo estava constituido na região de Ribeirão Preto e tinha como principais finalidades a arregimentação de novos adeptos e a obtenção de armas e munições.

Sob orientação direta de Joaquim Camara Ferreira, vulgo "Toledo"; Virgilio Gomes da Silva, vulgo "Haroldo" e Francisco Gomes da Silva, vulgo "Davi", todos elementos de destaque da "Ala Marighela", os quais, periodicamente, iam a Ribeirão Preto para instruções àquele grupo, dedicaram-se seus componentes ao furto de placas de veiculos e levantamento das cidades limitrofes, principalmente na parte respeitante e estabelecimentos comerciais e casas de credito.

No mês de outubro do ano findo colocaram bombas incendiarias nas Lojas Americanas de Ribeirão Preto, mas um defeito nos engenhos fez com que elas não explodissem, dando oportunidade a que funcionarios do estabelecimento as encontrassem e encaminhassem à Policia.

Salienta ainda o relatorio que os integrantes do grupo terrorista treinavam tiros em Aguas Virtuosas, e tinham ramificações em São Paulo, tanto assim que Claudiney Nacarato e outros foram presos nesta capital. Contra Guilherme dos Santos Carvalho, alem de partipante da Aliança de Libertação Nacional, consta a acusação de ter escondido Arno Preisa, vulgo "Verner", elemento procurado pela Policia Politica como integrante da Vanguarda Popular Revolucionaria. José Adolfo de Granville Ponce, que figura neste inquerito, é o mesmo elemento que já se encontra preso como ativista da Vanguarda Popular Revolucionaria. O inquerito faz menção ainda ao "Dr. Madeira", elemento ligado ao terrorismo que tambem está preso em decorrencia do processo da VPR.

Estudante condenado

O estudante Mario de Freitas Gonçalves foi condenado pelo Conselho Permanente de Justiça Militar da 1a Auditoria de Guerra a 8 meses de reclusão, como incurso no artigo 38, n.º 2, da Lei de Segurança Nacional.

Segundo os autos, no dia 7 de fevereiro do ano passado o DOPS Federal realizou uma incursão em sua residencia, na Estrada da Itaquera, 87, em São Miguel Paulista, ali apreendendo farta quantidade de material subversivo e inumeros panfletos.

Em suas declarações no Departamento de Polic Federal, Mario de Freitas Gonçalves argumentou que encontrara aquele material de estudantes, que desconhece, quando visitou a Faculdade de Filosofia e que fôra por eles encarregado de distribuí-lo entre os estudantes de São Miguel.

Prisão preventiva

A corregedoria da Justiça Militar distribuiu ontem um pedido de prisão preventiva contra os estudantes Francisco Celso Calmon Ferreira da Silva e Maria Antonieta Leite Lara Barcelos. Os universitarios estão sendo acusados de atividades contrarias à segurança nacional na area do I Exercito. A prisão foi solicitada pelo capitão Celso Lauris, que ajuntou mandados de prisão expedidos contra os estudantes Amilcar Hayard e Benedito de Freitas.

Incendiario: IPM

O comandante do I Exercito encaminhou à 3.a Auditoria do Exercito o IPM em que figura como unico indiciado o civil Wellington da Silva Tomé, acusado de ter incendiado o gabinete de uma unidade militar.

"Folha de São Paulo" - 28/11/1971

Inquerito contra o terror de Rib. Preto

As autoridades do DOPS encaminharam à Justiça de São Paulo, na tarde de ontem, inquerito contra um grupo de terroristas, desmantelado em Ribeirão Preto, solicitando prisão preventiva a todos os indiciados.

Segundo o relatorio policial, durante os anos de 1966 e 1967, os elementos constituiram, naquela região, um grupo que se propunha arregimentar adeptos para movimentos terroristas. Os conhecidos agitadores Joaquim Camara Ferreira, vulgo "Toledo", Virgilio Gomes da Silva (ou "Haroldo") e Francisco Gomes da Silva, o "David", todos ligados à ala Marighela, periodicamente iam a Ribeirão Preto, para confabular com elementos da organização, transmitindo instruções de como furtar veiculos, fazer guerrilhas e confeccionar materiais explosivos.

O grupo chegou a colocar uma bomba nas instalações das "Lojas Americanas", em Ribeirão Preto, que não explodiu por apresentar defeito de confecção, dando motivo a que os responsaveis pela firma encaminhassem o caso à Policia.

O DOPS aponta Paulo Eduardo Pereira, Irineu de Moraes, Carlos Russo Junior, José Marieto, Nanci Marieto, José Antonio de Sousa, Ari Almeida Normanha, Darie Carlos Galhardo, Patrocinio Henrique dos Santos, José Adolfo Granvile Ponce, Toshio Tanaca, Valnio Leon Carrijo, Guilherme dos Santos Carvalho, Carlos Leopoldo Teixeira, Claudinei Nacarato, José Eduardo de Sales Roselino e dr. Madeira, que encontra preso no DOPS em consequencia do processo instaurado contra a denominada "Vanguarda Popular Revolucionaria", como os elementos implicados nas atividades do grupo terrorista. Guilherme dos Santos Carvalho foi tambem acusado como participante do mesmo grupo e de ter escondido em sua residencia o terrorista conhecido co-

RA, 5 DE FEVEREIRO DE 1970

DEOPS conclui inquérito

Do serviço local e da sucursal

O DEOPS concluiu e encaminhou ontem à Justiça Militar inquérito contra os componentes de um grupo terrorista desmantelado em Ribeirão Preto, solicitando a prisão preventiva de todos os indiciados. Segundo o relatorio, desde 1966 e 1967 elementos comunistas constituiram naquela região o referido grupo. Este se propunha a arregimentar novos adeptos e a obter de qualquer maneira, armas e munições para futura eclosão de um movimento socialista.

Joaquim Camara Ferreira (falecido); Virgilio Gomes da Silva (Haroldo) e Francisco Gomes da Silva (Davi), elementos de projeção na ala Marighela, periodicamente se deslocava para Ribeirão Preto, a fim de confabular com os componentes da organização e fornecer-lhes as instruções do desaparecido chefe vermelho.

As primeiras incumbencias a eles tributadas foram o furto de placas de veiculos e o levantamento de toda a região, principalmente no que respeita a estabelecimentos comerciais e casas de crediário.

Posteriormente iniciaram a ação, com a colocação de bombas incendiarias, no dia 15 de outubro passado, nas Lojas Americanas de Ribeirão Preto, as quais não explodiram por defeito de fabricação.

As suspeitas recaíram sobre Claudinei Nacarato e outros, que foram detidos nesta Capital. Explicaram então que tinham a intenção de se deslocar para Aguas Virtuosas, onde se dedicariam ao treinamento com armas de fogo.

RESPONSAVEIS

O DEOPS aponta como responsaveis pelo movimento as seguintes pessoas: Paulo Eduardo Pereira, Irineu de Moraes, Carlos Russo Junior, José Marieto, Nanci Marieto, José Antonio de Sousa, Tarrier Carlos Galhardo, Ari Almeida Normanha, Patrocinio Henrique dos Santos, José Adolfo de Granvile Ponce, Toshio Tanaka, Valneo Leão Carrijo, Guilherme dos Santos Carvalho, Carlos Leopoldo Teixeira Paulino, Claudinel Nacarato, José Eduardo de Sales Roselino e mais um conhecido como "dr. Madeira", que já se encontra preso no DEOPS, em decorrencia do processo da VPR, e Ivan Lucena Angulo, que está sendo procurado pela policia politica.

Pedido em favor do "Bom Burguês"

O advogado Augusto Sussekind de Morais Rego deu entrada, ontem, na 1.a Auditoria da Marinha, de petição requerendo ao Conselho Permanente de Justiça seja permitido á familia de seu constituinte Jorge Medeiros do Vale, conhecido como o "bom burguês", o direito de enviar o medico Fernando Pompeu para examiná-lo. Pede também seja ele recolhido á enfermaria do Hospital Central da Marinha, para que "ismale possa passar na

JM condena mais seis subversivos

Em julgamento que durou dois dias, o Conselho Permanente de Justiça Militar da 2ª Auditoria de Guerra condenou seis pessoas acusadas de participarem da organização terrorista ALN em Ribeirão Preto. Os seis foram incursos na Lei de Segurança Nacional.

A sentença condenatoria alcançou Paulo Eduardo Pereira, condenado a quatro anos de reclusão, incurso no art. 12 da Lei de Segurança Nacional; Ivan de Lucena Angulo, condenado a um ano e seis meses de detenção, incurso no art. 36; Guilherme Santos Carvalho, três anos de reclusão, art. 12; José Marieto, cinco anos de reclusão, art. 12; Manoel Clarindo Pereira, seis meses de detenção, art. 38; e Irineu de Moraes, dois anos de detenção, art. 36.

No mesmo julgamento, o Conselho aceitou a tese de litispendencia em favor de Antonio Carlos Madeira, Francisco Gomes da Silva, Maria Aparecida Santos, Carlos Russo Junior, Arcindo Augusto da Silva, Francisco Alves Reis Filho, Maginho Agostinho Pinto, João Esteves Martins, Virgilio Gomes da Silva, Nanci Marieto, Patrocinio Henrique dos Santos e José Adolfo de Granvile Ponce, que já respondem a outros processos por terrorismo.

Foi julgada improcedente a denuncia em relação a Toshio Tanaka, Carlos Leopoldo Teixeira Paulino, Luiz Celso Manso, Tania Mara da Silva Garcia, João Paulo dos Santos, Neuza Queiroz Pereira, Ary de Almeida Normanha, Claudinei Nacarato, Walnio Leao Carrijo, Benonio Pita, Darrier Carlos Galhardo, Marco Antonio Barbieri, Carlos Alberto Normanha, José Eduardo de Sales Roselino e José Antonio

Finalmente, foi considerada extinta a punibilidade em relação a Joaquim Camara Ferreira, que morreu.

Segundo a denuncia, desde 1966, vinham agindo em Ribeirão Preto, pessoas ligadas à ALN, liderada por Carlos Marighela. Alguns dos denunciados que pertenciam ao PCB aderiram à organização de Carlos Marighela que, em fins de 1967, rompeu com o PCB

Joaquim Camara Ferreira, Virgilio Gomes da Silva e Francisco Gomes da Silva, que eram da cupula da chamada ala Marighela, passaram a agir em Ribeirão Preto aliciando pessoas para o movimento.

Formado o grupo de Ribeirão Preto da ALN procederam, inicialmente, os acusados, a levantamentos, em outubro de 1969, e tentaram uma ação terrorista contra as lojas Americanas S/A, colocando ali bombas incendiarias que, entretanto não chegaram a explodir.

Passaram, então, os acusados a realizar reuniões e a roubar placas de carros, que depois foram utilizadas em assaltos a bancos, em varias cidades. O grupo tambem é acusado de ter feito panfletagem e outros levantamentos, sendo que a maioria dos implicados é constituida por professores, estudantes, sindicalistas rurais, um medico e um jornalista que confessaram sua participação na ALN.

CASAMENTOS
NO EXTERIOR SEM VIAJAR
17 anos de experiência no mesmo local.
Documento legalizado, incluso por Itamarati. Inf. EXCOBB. - R. 24 de Maio,

Nueva directiva tiene el Club Juvenil '11 de Sept.'

Su nueva directiva eligió el Club Juvenil Deportivo "11 de Septiembre", la que quedó integrada por los siguientes socios: Fernando Lantaño, presidente; Jaime Espinosa, vicepresidente; Sergio Espinoza, secretario; Roberto Arteaga, tesorero; Iván Witker, Eric Lantaño y Gustavo Fuentes, delegados. La comisión económica quedó integrada por los socios Augusto Jiménez, Eduardo Parrra y Alejandro Valenzuela. Como asesor deportivo fue designado Carlos Paulino y entrenador, Gerardo Muñoz.

La nueva directiva nos solicitó agradecer a los vecinos de la Población su valiosa cooperación económica para su campaña destinada a adquirir un balón de básquetbol. Luego, estarán, también, en circulación los carnet de socios.

CARLOS LEOPOLDO PAULINO y MARIA ALBERTINA MICHELA, dos brasileños que trabajan en la Universidad de Chile en Chillán. Ellos celebraron, lejos de su patria, la victoria futbolística que permitió a la Selección carioca quedarse definitivamente con la Copa Jules Rimet.

Con vino chileno celebraron triunfo brasileño en Mundial

Con sendos vasos de vino chileno, dos brasileños celebraron en Chillán el triunfo de la Selección carioca sobre Italia, el domingo pasado. Se trata de Carlos Leopoldo Paulino, 20 años, profesor de Metodología de la Música en la Universidad de Chile, y su esposa, María Albertina Michela Paulino, también de 20 años, funcionaria de la misma Corporación.

"Nosotros vimos el partido por televisión" contaron ayer a nuestros reporteros. "Al comienzo del encuentro, teníamos confianza en que Brasil ganaría y que se llevaría para siempre la Copa Jules Rimet. Sin embargo, cuando Italia empató, sentimos de pronto que el partido no lo teníamos tan seguro. El segundo gol de los nuestros, marcado por Nunes, nos devolvió la confianza y a partir de entonces vibramos con los miles de hinchas brasileños como si hubiésemos estado en el propio Estadio de Ciudad de México".

El matrimonio brasileño tiene su domicilio en la Población 11 de Septiembre, donde periódicamente, recibe la visita de otra profesora brasileña, Angela Silva, que durante tres días a

VIDA UNIVERSITARIA

CHARLA EN BULNES, HOY

Esta tarde, a las 19 horas, en la Escuela Nº 1 de Bulnes, se realiza la segunda charla de un ciclo que ha solicitado el Centro Cultural "Andrés Bello" de esa ciudad al Servicio Central de Extensión y Acción Social. La charla de hoy será dictada por el profesor brasileño Leopoldo Texeira sobre el tema "Historia y Cultura del Brasil" la que se realizará en dos etapas, una hoy y la siguiente el próximo lunes.

CURSOS DE CONCIENTIZACION

Hoy prosiguen los cursos libres de concientización a las 19 horas en salas del tercer piso de la Municipalidad organizadas por el Servicio Central de Extensión y de Acción Social. Los cursos de hoy son los siguientes: "El movimiento de mayo en Francia" profesor Sergio Lidid; "El movimiento Campesino en Chile" profesor Gonzalo Cáceres y "Educación y Revolución en Cuba", profesor Carlos Moral.

CUADERNOS SINDICALES

En la presente semana sale a la circulación el "Cuaderno Sindical" Nº 7, que contiene los siguientes materiales: "¿Qué es un Sindicato?", traducción de un texto elaborado por la Federación Sindical Mundial, realizada por la Escuela Nacional de la CUT; "Funciones del tesorero y del secretario en la organización sindical", por Oscar Espinoza y Mario Chait, estudiantes de administración de la sede y "¿Justicia de clase?", por el profesor Eduardo Novoa Monreal. Estos "Cuadernos Sindicales" son preparados por la Sección Publicaciones del Servicio Central de Extensión y Acción Social con materiales destinados a los programas de capacitación sindical en que deben participar docentes y estudiantes de la sede.

REVISTA DE LA SEDE

Para mañana, a las 18 horas se ha postergado la reunión constitutiva del Consejo de Redacción de la revista oficial de la de. Deben asistir a esta reunión un docente por cada Depto. cadémico y un representante de la FECH. La reunión se realizará en la Oficina de Extensión Universitaria.

LLERES DE ARTE INFANTIL EN EL CAMPO

A fines de semana se iniciarán los trabajos de dos nuevos eres de arte infantil para niños campesinos del sindicato "Esla del Alba" de Talquipén y "El Progreso" de Pinto, ambos eres estarán dirigidos por el profesor Luis Guzmán Molina y

Jorge Newton Teixeira Paulino em frente a casa de Leopoldo em Chillán

Maria Aparecida Paulino, Maria Paula de Azevedo Olivato, Leonor Azevedo, irmã e mãe do companheiro Paulo Otávio Azevedo

UNIVERSIDAD DE CHILE
CHILLAN

FGY/scc

C E R T I F I C A D O

El Jefe Docente Administrativo de la Universidad de Chile en Chillán, que suscribe, certifica que doña MARIA ALBERTINA MICHELAN D'T PAULINO, fue funcionaria de esta Sede Universitaria durante el mes de Mayo y Junio de 1970.

Certificado extendido a petición del interesado para los fines que estime conveniente.

CHILLAN, agosto 25 de 1971.

FERNANDO EDUARDO YAÑEZ
Jefe Coordinación Docente

UNIVERSIDAD DE CHILE
Sección Administrativa docente
CHILLAN

2º SERVIÇO NOTARIAL de RIBEIRÃO PRETO
Carlos José Luciano de Oliveira - NOTÁRIO INTERINO
Rua Visconde de Inhaúma nº 535-544
AUTENTICAÇÃO
Pelo presente cópia reprográfica conforme o apresentado, do que dou fé.
08 OUT 1971
ESCREVENTE
ESCREVENTE
SELOS PAGOS POR VERBA
PELA AUTENTICAÇÃO R$ 0,52
SELO DE AUTENTICIDADE
SELO DE AUTENTICIDADE
AUTENTICAÇÃO
SERVIÇO PÚBLICO DELEGADO
EN Nº 561004

Beti e Leopoldo em frente à casa que moravam em Chillán

2

Normas para inscribir Nacimientos:

Personas obligadas a requerir la inscripción:
— El padre;
— El pariente más próximo;
— El médico o partera;
— El Jefe del Establecimiento público u hospitalario;
— La madre;
— Las personas que haya recogido al recién nacido abandonado;
— El dueño de la casa donde se haya efectuado la exposición de algún expósito.

Plazos:

Dentro de los 30 primeros días sólo el padre o la madre podrá inscribir al hijo legítimo, por sí o por mandatario. Pasado este plazo puede requerir la inscripción cualquiera de las personas antes enumeradas, mayores de 18 años.

Lugar de la inscripción:

La inscripción deberá hacerse en la Oficina o Cir-

MATRIMONIO 3

INSCRIPCION 693. | AÑO 1970 | OFICINA Chillán.
FECHA DE CELEBRACION
16 DE noviembre DE 1970.
NOMBRES Y APELLIDOS DEL MARIDO
Carlos Leopoldo Paulino Teixeira.
FECHA DE NACIMIENTO
11 DE junio DE 1950.
INSC. NAC. Nº | AÑO | OFICINA
nacido en Brasil en Ribeirao Preto.
CEDULA Nº 187805. | GABINETE Chillán.
NOMBRES Y APELLIDOS DE LA MUJER
María Albertina Michelan Andretta.
FECHA DE NACIMIENTO
8 DE agosto DE 1949.
INSC. NAC. Nº | AÑO | OFICINA
nacida en Brasil en Santa Rosa de Viterbo.
CEDULA Nº 187887. | GABINETE Chillán.
FECHA CERTIFICACION
16-11-70.
FIRMA Y SELLO OFICIAL CIVIL

"Libreta de Familia" casamento de Beti e Leopoldo em Chillán

CHILLÁN
Catedral

POSTAL GROTA
CHILE

Hoje passei em uma loja de cartões e lembrei de escrever-lhes, ou melhor, de mandar-lhes um. Aqui aparece a Catedral de Chillán. Amanhã eu lhes escrevo uma carta. Vamos para Santiago sábado, para ver se alugamos apartamento. Como foram de eleições? Depois me contam os detalhes.

19-11-70

Leopoldo

Grota
Valparaíso

Ed.: GROHMANN y CIA. LTDA. VALPARAISO
FOTO J. QUEZADA

P - 2200/76

Cartão postal enviado por Leopoldo a Moacyr e Aparecida Paulino

II - SANTIAGO

Em Santiago, passamos a ter maior contato com a colônia brasileira e intensificamos a discussão política com o coletivo da ALN no Chile, mas ficavam cada vez mais evidentes minhas divergências políticas com o grupo.

Em relação ao Brasil, divergíamos por eu entender que deveríamos preparar-nos para retomar a luta armada, enquanto a maioria acreditava não ser esse o caminho da revolução brasileira.

Tal posicionamento deu origem posteriormente à Tendência Leninista da ALN, cujos principais expoentes foram Ricardo Zaratini e Rolando Frati. Propunha esse grupo, que se transformou em uma dissidência da ALN, o final das ações armadas e a transformação da organização em partido.

Por ser uma grande metrópole, Santiago nos permitia uma intensa atividade em todas as áreas.

Filiei-me à Associação Cristã de Moços (ACM) que possuía um grande complexo esportivo na cidade e, em suas dependências, passei a treinar karatê, em curso ministrado por Aderne, faixa preta daquela modalidade esportiva. Voltei também a jogar futebol aos sábados com os compatriotas brasileiros no Colégio Verbo Divino.

Um dos amigos que participava conosco das partidas de futebol era Túlio Roberto Cardoso Quintiliano, exilado político brasileiro, companheiro estimado por todos nós e que sempre tinha uma palavra de estímulo a quem quer que fosse.

Túlio terminou seus dias em Santiago, logo após o golpe militar do general Pinochet.

Foi assassinado pelos militares fascistas chilenos, depois de ser preso na unidade do Exército do Chile,

denominada Regimento Tacna.

Muitos anos depois, em Ribeirão Preto, certo dia fui surpreendido em meu escritório de advocacia pela visita de uma senhora que dizia precisar muito falar comigo.

Assim que a recebi, notei sua extrema angústia, sem rodeios ela me disse que era mãe do companheiro Túlio Quintiliano. Por indicação de uns parentes que tinha na cidade, chegara até mim para saber se eu tinha alguma pista que pudesse ajudá-la a encontrar seu filho.

Minha emoção foi indisfarçável e, com toda a cautela do mundo, procurei mostrar a ela que sua busca era inútil e que seu filho havia sido assassinado pelos fascistas chilenos.

Com os olhos marejados de lágrimas, ela disse que já tinha conhecimento do fato, mas que onde houvesse uma esperança, por mínima que fosse, ela procuraria por informações.

Compreendi perfeitamente o que é conviver com a realidade do desaparecimento. A triste senhora queria ver, pelos menos, a sepultura do filho, direito que lhe foi negado pelos assassinos do jovem Túlio.

Sobrava algum tempo para encontros e bate-papos com companheiros brasileiros. Nosso principal ponto de encontro era o Café Haiti, localizado no centro da cidade, onde terminei por aprender a tomar café, bebida que nunca apreciei no Brasil, mas que comecei a provar devido à companhia de amigos que consumiam café regularmente; assim, habituei-me também a fazê-lo.

Certa tarde, caminhava junto com um companheiro chileno perto do Café Haiti, quando vimos estacionado em uma das ruas do centro, um automóvel Chevrolet, com placas do Rio de Janeiro, com quatro imensos colantes com os dizeres: "Brasil: ame-o ou deixe-o".

Indignado ao ver de perto, pela primeira vez, tal odiosa consigna da ditadura militar brasileira, compramos um tubo de spray na livraria mais próxima e "decoramos" todo o carro com dizeres do tipo: "Abaixo a ditadura" e outros, em plena luz do dia, sob olhares curiosos de dezenas de transeuntes.

Havia chegado recentemente de Cuba o companheiro Luis Travassos, de quem me fiz grande amigo. Com ele, pratiquei corrida quase todas as manhãs no Estádio Nacional de Santiago, juntamente com os companheiros Maurício Saraiva e Arnaldo Bertoni, paranaenses da ALN.

Travassos afastara-se da AP e estava muito próximo da ALN, organização à qual se integrou no Chile.

Convivíamos mais de perto com Aderne e Tânia e nos encantamos com Ayres, pequeno filho do casal, que muitas vezes ficava em nossa companhia quando os pais saíam. Isso motivou-nos a ter um filho, ideia com a qual, a princípio, relutamos, em virtude das dificuldades da situação política no Brasil e da incerteza sobre nosso futuro, mas que, afinal, terminou por ganhar corpo e, assim, tomamos tal decisão.

No dia 7 de dezembro de 1970, recebi a notícia do sequestro do embaixador suíço no Brasil, Giovani Bucher, realizado pela VPR no Rio de Janeiro, ação que foi comandada pelo próprio capitão Carlos Lamarca.

No dia seguinte ao do sequestro, a ditadura anuncia a morte de Bacuri, que, segundo a nota oficial, teria morrido em um tiroteio no litoral paulista.

Na verdade, Bacuri fora preso no Rio de Janeiro, no dia 21 de agosto de 1970, e ficou nas mãos dos organismos de repressão política até o dia 8 de dezembro, quando a ditadura decidiu assassiná-lo, pois, com certeza, seu nome constaria da lista de presos a serem trocados pelo embaixador suíço.

Bacuri foi torturado pelo CENIMAR e pelo DOI-CODI no Rio de Janeiro e depois transferido para São Paulo, onde foi torturado no DOI-CODI e no sítio utilizado pelo delegado Fleury para torturar e assassinar presos políticos.

Em outubro, foi levado para o DOPS e ficou em uma cela isolada, de onde saiu arrastado na madrugada de 27 daquele mês, depois de haver a direção do DOPS mandado engraxar, na véspera, as dobradiças da porta de sua cela, para que não rangessem e pudessem despertar os outros presos.

Quando saiu do DOPS, houve grande manifestação dos presos políticos que protestavam contra a retirada de Bacuri às escondidas. A ação dos policiais do DOPS redundaria seguramente em seu assassinato, até porque, dois dias antes, o 2º Exército havia divulgado uma nota anunciando sua "fuga".

Arrebentado pela tortura, Bacuri morreu de forma heroica, sem dar nenhuma informação aos esbirros da ditadura militar.

Ao contrário do que ocorreu nos outros sequestros, a ditadura sentiu-se forte para negar alguns nomes entre os setenta presos listados pela VPR para deixar a prisão.

A organização guerrilheira, conhecendo seu isolamento político, aceitou negociar e ofereceu outros nomes em substituição aos da lista original, porém a ditadura, em contrapartida, recusou também alguns dos novos nomes escolhidos pela VPR, que novamente aceitou reformular a lista.

Enquanto as negociações se arrastavam, o governo intensificava as buscas ao aparelho em que se encontrava o embaixador e determinou a revista de bairros inteiros do Rio de Janeiro. Felizmente, não logrou seu intento.

No dia 14 de janeiro de 1971, chegaram ao Chile os 70 companheiros trocados pelo embaixador, entre eles, os companheiros de militância da ALN de São Paulo: Rafael di Falco e Takao Amano.

Com vários companheiros exilados no Chile, fomos à noite para o aeroporto de Pudahuel, em Santiago, onde fizemos uma vigília até a hora da chegada do avião que trazia os companheiros resgatados das prisões da ditadura brasileira.

Quando de sua chegada, promovemos grande manifestação no aeroporto e, ao recebê-los, cantamos os Hinos Nacionais do Brasil e do Chile, dando ênfase, nesse último, ao verso que diz:

> " O la tumba será de los libres
> o el asilo contra la opresión".

A chegada dos 70 companheiros ao Chile alterou em muito a atuação política dos brasileiros lá residentes.

Assim que chegaram, foram todos os setenta alojados pelo governo chileno em um abrigo denominado "Hogar Pedro Aguirre Cerda" e, a partir do dia seguinte, passamos a ter contatos com eles.

Conversarmos com Rafael e Takao e tive notícias dos companheiros presos em São Paulo, sobretudo dos presos políticos de Ribeirão Preto que se encontravam no presídio Tiradentes.

O coletivo da ALN no Chile foi reconstituído e, além de Takao e Rafael, faziam parte dele Wilson Barbosa, o "Negão"; Francisco Mendes, o "Chiquinho"; Reinaldo Guarani; Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a "Dora"; José Duarte; e Conceição; todos trocados no último sequestro, além de Carlos Fayal e outros companheiros que haviam chegado ao Chile, todos eles de grande valor.

Aprendi muito com Wilson, quadro político muito preparado e que, com sua visão política, enriquecia o coletivo com as análises que fazia.

Com Fayal, sai várias vezes para praticar tiro ao alvo, ele me ensinando novas técnicas que recentemente aprendera na Ilha*. Algumas vezes realizamos as práticas em áreas periféricas de Santiago, entre elas nas terras de uma conhecida vinícola, e outras, subindo a Cordilheira com o land-roover que eu e aquele companheiro havíamos comprado para a organização.

Em uma dessas atividades, em meio à neve da Cordilheira dos Andes, improvisamos um varal com folhas de papel servindo de alvo e à voz de comando de Fayal, eu me jogava ao solo e ia rolando enquanto atirava nos alvos fixados.

Após o companheiro realizar sua demonstração, preparei-me para fazê-lo e quando ele bradou para que eu iniciasse o exercício, comecei a rolar para o lado oposto e ele gritou "Pare!" com muita força, o que impediu que eu atirasse e colocasse em risco a vida do valoroso camarada.

Nessa época, o nome de guerra utilizado por mim era Jaime, em homenagem a um amigo de Ribeirão Preto, Jaime Dal Bem de Barros, que, embora não fosse um militante político, era dotado de grande espírito de liderança e que havia estudado comigo no Otoniel Mota.

Os companheiros me chamavam de Jaiminho, para diferenciar-me de Jaime Cardoso, militante da VPR, que tinha quase dois metros de altura.

Pelo fato de estar estabelecido no Chile há mais tempo e ser professor universitário, coloquei meu

* *Palavra utilizada pela esquerda brasileira para se referir a Cuba.*

nome à disposição da organização para ser utilizado como cobertura legal.

Durante vários meses, por solicitação do companheiro Takao Amano, havia guardado em minha conta corrente, em uma agência bancária de Santiago, razoável soma em dinheiro pertencente à ALN.

Devido a esse fato, passei a ser tratado com especial atenção pelo gerente do banco. Embora vivesse de modo simples e sequer possuísse aparelho de televisão em casa, era alvo de grandes reverências por parte dele.

Tínhamos claro que dinheiro da revolução era sagrado e intocável e, apesar de que entre os militantes dos grupos guerrilheiros não houvesse recibos e muito menos notas fiscais, jamais nenhum de nós pensava em utilizar-se desse recurso para fins particulares – sempre prestávamos contas de qualquer centavo à organização.

Desde a primeira conversa que tive com os companheiros da organização, coloquei-me à disposição para ir a Cuba fazer um treinamento de guerrilhas e voltar ao Brasil para a luta, tão logo a organização o exigisse.

Cumprindo tarefa da organização, aluguei em meu nome uma casa no bairro de Ñuñoa, para aparelho da ALN.

Para a locação, disse ao proprietário que meu irmão iria morar na casa com a família.

Algum tempo depois, por determinação da organização, foram morar no aparelho as companheiras Ilda, Dina e Isaura, com seus respectivos filhos. Eram militantes revolucionárias e viúvas dos valorosos camaradas Vírgilo Gomes da Silva (Jonas), Devanir Carvalho e Aderval Alves Coqueiro, todos assassinados pela ditadura militar.

Por deliberação do Comando da ALN no Chile, fiquei responsável pela segurança do aparelho, bem como do abastecimento do mesmo.

Tenho muito claro que minha formação político-militar-ideológica completou-se no Chile, o que me transformou mais ainda em um quadro maduro da Revolução Brasileira.

Do coletivo original da ALN no Chile, poucas foram as pessoas que continuaram a militar na organização já que a maioria delas migrou-se para a recém-criada TL.

No novo coletivo, passamos a discutir sobre nossa intervenção na política do Chile e como atuar em relação à continuidade do processo revolucionário brasileiro.

O país em que estávamos tinha um grande potencial de infraestrutura, que pretendíamos aproveitar bem para a passagem de companheiros que iam de Cuba para o Brasil, bem como para a confecção de documentação falsa a ser usada em nosso país, razão pela qual a organização passou a se preparar para esse tipo de trabalho.

Ainda no ano de 1971, esteve em visita ao Chile o Comandante Fidel Castro, onde permaneceu por cerca de 40 dias e percorreu todos os recantos do país.

Em duas oportunidades, cruzei com ele e sua comitiva a pé, no centro de Santiago e pela primeira vez pude ver de perto o Grande Revolucionário.

Ao vê-lo, a população parava, com a grande maioria a aplaudi-lo e gritar lemas em exaltação à sua figura e à Revolução Cubana, enquanto os grupos de direita, timidamente ensaiavam vaias.

Em sua estada, o líder cubano foi recebido por grande multidão e meu pai, visitando-me no Chile, vibrou comparecendo comigo ao Estádio Nacional, local do evento e aplaudindo entusiasticamente o grande Comandante.

RUBENS PAIVA

No primeiro sábado, após a chegada dos 70 ao Chile, fui, como de costume, jogar futebol com os brasileiros no colégio "Verbo Divino".

À noite, haveria uma festa na casa de Luis Rodolfo Viveiros de Castro, companheiro do MR-8, de quem me tornei amigo no Chile. Ele, durante o jogo, convidou a mim e a algumas outras pessoas para lá comparecermos.

Quase todos os participantes do jogo tomaram conhecimento da realização da festa.

As partidas de futebol da colônia brasileira já não eram as mesmas de quando as iniciamos, quase um ano antes, e das quais poucas pessoas participavam.

O número de jogadores aumentou significativamente, o que fazia com que não mais tivéssemos controle de todas as pessoas que frequentavam os jogos, o que favorecia enormemente a infiltração de agentes policiais da ditadura brasileira no nosso meio.

Nesse dia, após o jogo, dei carona a um carioca muito falante, que pediu que o levasse até o centro de Santiago. Dizia-se parente de um exilado brasileiro a quem estava visitando no Chile.

À noite, não pude comparecer à festa na casa de Luis Rodolfo, mas soube posteriormente que sua mãe e sua cunhada, presentes ao evento, viajaram para o Brasil no dia seguinte e levaram correspondência para dirigentes do MR-8 que lá viviam clandestinos, documentação esta que deveria ser entregue ao deputado cassado Rubens Paiva, intermediário da entrega do material.

Como houve muita gente na festa, é possível que tal fato tenha sido ouvido por mais pessoas do que o necessário, principalmente, por alguém que estivesse infiltrado no local.

Isso porque, chegando ao Galeão, as duas foram presas, severamente torturadas e foi encontrada a correspondência comprometedora, cujo esconderijo a repressão já conhecia de antemão.

Em decorrência, no dia 20 de janeiro de 1971, foi preso o deputado Rubens Paiva, que terminou assassinado, sob tortura, pelos carrascos da ditadura militar.

Soube também, por Luis Rodolfo, que esteve na festa o tal carioca a quem dei carona depois do jogo de futebol e que conseguiu passar por um convidado a mais.

No dia seguinte, nunca mais ele foi visto no Chile, o que leva a crer que tenha sido ele o agente infiltrado, responsável pelas prisões no Brasil. Isto seguramente não teria acontecido se eu suspeitasse dele, pois teria lhe oferecido carona para um lugar onde nunca mais delataria ninguém.

As infiltrações de agentes da ditadura brasileira entre os exilados passaram a ser uma constante, não somente no Chile, mas em todos os países onde vivíamos, o que fazia com que tivéssemos que aumentar a vigilância.

Na América Latina, o Brasil colaborava com os Estados Unidos, que apoiava as ditaduras nos outros países, atuando para desestabilizar as poucas democracias que ainda existiam no continente.

Em 1971, quando a Frente Ampla, coligação de esquerda, tinha chances de vencer as eleições uruguaias, a ditadura brasileira preparou uma operação, batizada de "plano 24 horas" – consistia ela em invadir aquele país e, no período de apenas um dia, impedir a posse dos vitoriosos, o que não se concretizou porque a esquerda terminou derrotada na ocasião.

TEODOMIRO

"Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia"

("Apesar de você" – Chico Buarque)

No Brasil, crescia a escalada repressiva.

A ditadura, que já se utilizava da prática de assassinar presos políticos como medida de rotina, decidiu dar caráter legal às mortes. No dia 18 de março de 1971, a Auditoria Militar da Bahia condenou à morte o guerrilheiro Teodomiro dos Santos, que atirara em um tenente, e o matou no momento de sua prisão.

Na verdade, a condenação de Teodomiro era um teste que, se aprovado, permitiria à ditadura condenar e executar diversos revolucionários brasileiros.

Era preciso resistir à repressão e denunciar à opinião pública internacional a atitude do governo militar brasileiro e, com isso, salvar a vida do companheiro Teodomiro.

Decidimos, assim, juntamente com militantes de partidos de esquerda chilenos, realizar uma manifestação em frente à Embaixada brasileira em Santiago para protestar contra a primeira sentença oficial de morte proferida contra um preso político pela Justiça Militar da ditadura.

No protesto, conseguimos juntar bastante gente e, com a recusa por parte do embaixador em receber uma comissão escolhida pelos manifestantes, passamos a apedrejar o prédio.

Munição não nos faltava, em virtude de haverem sido as calçadas da Alameda, onde se localizava a embaixada, recentemente escavadas, com o início das obras do metrô de Santiago.

Já nos preparávamos para invadir a Embaixada, quando fomos atacados pela tropa de choque dos carabineros chilenos, com a qual tivemos vários enfrentamentos e que terminou por dispersar a manifestação com pancadas, bombas de gás lacrimogêneo e jatos d'água.

No sábado seguinte, no futebol, tive uma séria discussão com o também exilado César Maia. César procurava ironizar a manifestação que fizemos, dizendo que tais atitudes punham em risco a estabilidade dos brasileiros no Chile. Eu reagi e mandei César "à puta que o pariu" – fui apoiado por quase todos os presentes, que acabaram impedindo que a discussão terminasse em confronto físico.

César, no Brasil, militava na CORRENTE, organização revolucionária ligada à ALN, mas no Chile já demonstrava, com atitudes como essa, o rumo político que tomaria em sua vida. Chegou a ser, anos depois, prefeito do Rio de Janeiro, filiado ao PFL, partido de direita, onde continua a fazer política ao lado dos mais conhecidos apoiadores da ditadura militar.

Há pouco tempo, a imprensa brasileira divulgou uma versão, acompanhada de documentos, segundo a qual César teria feito um acordo com a ditadura para regressar ao Brasil , atitude essa que explica seu posicionamento de renegado.

No dia 14 de junho de 71, o Superior Tribunal Militar transformou a pena de morte de Teodomiro em prisão perpétua, o que demonstrou que a pressão internacional, nossa manifestação inclusive, surtiu efeito.

A pena de morte não foi a única inovação da ditadura, no campo jurídico, para enfrentar a esquerda no Brasil.

No dia 17 de novembro de 1971, o ditador Garrastazu Médici editou um decreto-lei que lhe concedia o direito

de editar os famosos "decretos-secretos", cujos textos não eram publicados, em total subversão da ordem jurídica, fato inusitado em todo o mundo.

A ditadura chegou a adotar a tática de criar os chamados "arrependidos". Tratavam-se de militantes que, além de entregarem companheiros e outras informações, passaram a colaborar ativamente com a ditadura.

Assim, cederam ao canto do cisne e concordaram em prestar depoimento gravado para a televisão, elogiar a ditadura e desqualificar a Revolução, dizendo-se "arrependidos" de haverem lutado contra o sistema.

Deles, acredito que de um total de 8, apenas um, Massafumi, fez uma auto-crítica digna de respeito: enforcou-se algum tempo depois.

Outro desses traidores, Celso Lungaretti, depois relata em seu livro Náufrago da Utopia (Geração Editorial, p. 167) que as gravações eram realizadas no estúdio da TV Globo, no Jardim Botânico, RJ, o que demonstra mais ainda o papel daquela emissora de cúmplice da ditadura militar.

Em julho, recebemos nova visita da família, dessa vez tendo Jorge ficado no Brasil, não acompanhando meus pais a Santiago.

Nessa oportunidade, pude mostrar a cidade aos velhos, que conheceram bastante das belezas do Chile.

Fomos convidados pelo amigo Julio Stuardo a passar um domingo em sua casa de praia em Las Cruces, a pouco mais de cem quilômetros da capital, onde almoçamos um prato tradicional chileno, o Curanto, preparado à base de frutos do mar, que provei pela primeira vez em minha vida.

Contaram-me meus pais que o comandante da 5ª CSM, Coronel Décio Luiz Fleury Charmillot, estava se destacando por fazer palestras em escolas, clubes e outras entidades em Ribeirão Preto. O militar fazia apologia da ditadura e tentava mobilizar a sociedade contra aquilo que ele chamava de subversão.

Entre outras escolas, havia estado o falante coronel no colégio Otoniel Mota, onde o diretor convocou todos os professores para assistirem a uma palestra daquele oficial.

Durante sua fala, o coronel Charmillot mencionou meu nome, disse alguma coisa sobre minha militância e chamou-me de terrorista, termo utilizado pelos agentes da ditadura para denominar os revolucionários brasileiros. Na oportunidade, minha mãe, professora naquela escola, retirou-se da sala em sinal de protesto.

No dia 7 de agosto de 1971, o mesmo coronel concedeu uma entrevista ao jornal Diário da Manhã, de Ribeirão Preto, na qual demonstrou um total desconhecimento do assunto que ele se gabava de saber profundamente, ou seja, a esquerda brasileira, e falou de mim, muito embora sem usar meu nome, além de dizer alguns disparates a respeito da esquerda.

O mesmo falante Coronel, durante o ano de 1970, intimou meu pai em três oportunidades para comparecer à 5a. CSM, para fazer-lhe intimidações e deixá-lo sentado por horas, para depois liberá-lo, como forma de demonstrar sua "otoridade".

No dia 18 de setembro de 1971, recebemos com tristeza a notícia da morte do capitão Carlos Lamarca. Perseguido no sertão da Bahia, foi o revolucionário brasileiro covardemente assassinado por militares, sob o comando de então major Nilton Cerqueira.

Juntamente com Lamarca, foi também assassinado o companheiro revolucionário Zequinha, um dos líderes da greve de Osasco em 1968.

Militar brilhante e exímio atirador, Lamarca trocou uma frutífera carreira nas Forças Armadas, que seguramente o faria general em pouco tempo, e abdicou de participar do poder junto à ditadura para atuar nas fileiras revolucionárias como comandante da VPR e, no final da vida, como militante do MR-8.

No Chile, Allende governava com muita dificuldade e aumentava a cada dia a sabotagem da direita contra seu governo. A CIA atuava quase que abertamente em constante conspiração para derrubá-lo.

Dentro do coletivo da ALN em Santiago, eu fazia parte do grupo que acreditava que o governo socialista

deveria armar o povo e passar à ofensiva, caso contrário terminaria derrubado pelas forças reacionárias do país, apoiadas pelos Estados Unidos.

Com base nessa análise, nossa ligação política maior era com as facções de esquerda do PS chileno, bem como com alguns grupos armados do processo revolucionário daquele país, que tinham uma visão da realidade do Chile parecida com a nossa.

Tais grupos colaboravam conosco para a infraestrutura que organizamos para a ALN no Chile. Nós trabalhávamos junto com eles – estocávamos armamentos e explosivos, praticávamos tiro. Assim, nos preparávamos para um possível enfrentamento com a direita no Chile e para nosso eventual retorno ao Brasil.

Meu apartamento era um importante aparelho da organização, onde preparávamos documentação falsa e abrigávamos vários companheiros que chegavam de Cuba e iam para o Brasil clandestinos.

Entre outros camaradas, abriguei em casa os companheiros Sérgio Granja, Ricardo Apgaua e Sônia, sendo que reencontrei os dois últimos na Embaixada do Panamá em Santiago. Chegando ao Panamá, os dois companheiros se casaram e me convidaram para padrinho.

No ano de 1971, surge em Cuba o MOLIPO, como dissidência da ALN.

Composto principalmente por companheiros originários do ME de São Paulo, o MOLIPO nasceu entre militantes da ALN que estavam em Cuba para fazer curso de guerrilhas e foi integrado por José Dirceu, José Roberto Arantes de Almeida, Carlos Eduardo Fleury, Lauriberto Reyes, Jeová de Assis Gomes, Márcio Becker Machado, Maria Augusta Thomás, Antonio Benetazzo, Airton Adalberto Mortati e outros valorosos companheiros.

Seus militantes regressaram ao Brasil durante o ano de 1971, estabeleceram-se em São Paulo e em Goiás, onde pretendiam iniciar a guerrilha rural, e foram dizimados em curtíssimo prazo, com a maioria deles assassinados pela ditadura militar.

Sobre Márcio Becker Machado e Maria Augusta Thomás, quando da volta, fizeram contato com o velho militante Irineu Luis de Moraes, o "Índio", que se comprometeu a conseguir-lhes importante contato no estado de Goiás, para que seguissem a orientação do MOLIPO e ajudassem a organizar a guerrilha rural.

Assim, Irineu levou-os a um sítio no interior de Goiás e já em contato com militares da ditadura, levou as forças do Exército para o local, onde os dois camaradas foram fuzilados em cena presenciada pelo próprio traidor colaboracionista Irineu.

A dissidência do MOLIPO fez com que a ALN em Cuba ficasse reduzida a poucos quadros e levou algum tempo para que a organização pudesse se recompor na Ilha.

No dia 19 de dezembro de 1971, nasce, em um hospital de Santiago, meu primeiro filho, a quem denominamos Carlos Eduardo, em homenagem aos revolucionários Carlos Marighella e Eduardo Leite, o Bacuri. O menino acabou recebendo o apelido de "Tico", que conserva até hoje, em virtude de, na época, começar a ser chamado de "Chico" por nossos amigos chilenos e que, em espanhol, significa "pequeno".

Em Santiago, organizamos também um grupo musical, composto, além de mim, por Chiquinho e sua mulher Patrícia; Wilson; Afonso e Mara, companheiros da VAR PALMARES de Minas; Márcia Savaget, carioca da AP; e José Eugênio, militante da AP do Rio. O conjunto fez algumas apresentações, sobretudo em atos políticos de denúncia contra a ditadura.

Foi a apoteose de nossa carreira artística no Chile a apresentação que fizemos na Peña de los Parra, onde, após as músicas engajadas, a pedido dos chilenos presentes, tivemos que tocar muito samba e até mesmo marchinhas de carnaval.

No início de 1972, recebemos novamente a visita de meus pais, que foram ao Chile para conhecer seu primeiro neto e passaram conosco alguns dias muito agradáveis.

"Mata"

Por essa época, foi morar conosco o companheiro "Mata", que vinha do treinamento em Cuba e preparava-se para ingressar clandestinamente no Brasil. O valoroso camarada ganhou esse nome de guerra ao cobrir um ponto da organização, logo de sua chegada ao Chile, na Avenida Mata. Como o recém chegado estranhou o nome daquela via pública, o nosso irreverente revolucionário Reinaldo Guarani Simões "batizou-o" Mata e assim passou a ser conhecido na ALN.

Figura exemplar de revolucionário, Mata tinha com Tico a paciência que, muitas vezes, me faltava. Chegava a passar algumas noites embalando-o e cantando para ele algumas cantigas com seu inconfundível sotaque mineiro, chamando-o "Neném".

Por sua condição de clandestino, Mata saía muito pouco de casa e por várias vezes ficou com Tico enquanto Beti e eu saíamos à noite. Algumas vezes, fazia-lhe companhia a companheira Carmela Pezutti, mineira do COLINA, com quem Mata manteve um breve romance.

Quando Beti veio com Tico ao Brasil, em agosto de 1972, leu nos jornais a nota divulgada pela ditadura comunicando o assassinato de Mata, cujo verdadeiro nome, somente então viemos a saber, era José Júlio de Araújo.

Embora a nota oficial relatasse que ele fora fuzilado quando tomou a arma de um policial, a verdade era que ele fora morto no dia 18 de agosto, sob violentas torturas.

Sobre José Júlio, o livro Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a partir de 1964 relata: "Foi enterrado no Cemitério de Perus/SP como indigente".

Os Relatórios dos Ministérios da Aeronáutica e Marinha divulgaram a mentirosa versão, segundo a qual Mata teria sido "preso em 18 de agosto de 1972, e após interrogatório foi levado para encontrar com outro terrorista, quando entrou em luta corporal com um policial que o escoltava, apossando-se de sua arma e tentando fugir atirando, quando então foi baleado e vindo a falecer".

Em agosto de 1975, seus restos mortais foram exumados do Cemitério de Perus, em São Paulo, e levados para Belo Horizonte pelo seu irmão Márcio, que escondeu a ossada no porão da casa onde moravam, no bairro Gutierrez, em Belo Horizonte, alegando aos pais que enterrara os ossos no Cemitério da Lapa, em São Paulo.

Em 1976, Márcio, acometido de fortes crises depressivas decorrentes da perda do irmão, suicidou-se, levando consigo o segredo de que os ossos de José Júlio se encontravam em um caixote no sótão da casa.

Após a morte de Márcio, a mãe, desconfiada do caixote no sótão, guardado com tanto cuidado, descobriu os ossos de José Júlio e decidiu manter o segredo, já que nem ao menos dispunha de qualquer documento que pudesse oficializar o enterro.

Anos depois, um encanador contratado pela família descobriu os ossos no sótão e denunciou o fato ao delegado Miguel Dias Campos, que abriu inquérito contra a mãe e a irmã de José Júlio por ocultação de cadáver.

Feitos os exames legistas e constatada a identificação dos ossos como pertencentes a José Júlio, foram os mesmos liberados para serem enterrados.

O enterro aconteceu no dia 6 de novembro de 1993, no Cemitério Parque da Colina, sendo acompanhado por familiares, amigos, antigos companheiros e representantes dos movimentos de direitos humanos e da Anistia.

Vandré

No Chile, fiz-me amigo de Geraldo Vandré, que, durante muito tempo, morou na Avenida Irarrázaval, a poucas quadras do meu apartamento, na casa de um casal de artistas de teatro chilenos, militantes do PCC.

Muito respeitado, Vandré era reconhecido em todos os lugares que frequentava no Chile, por seu brilhante trabalho como compositor de música engajada e por ser figura proscrita pela ditadura militar brasileira.

Como a casa em que Vandré vivia era muito grande, os companheiros chilenos cederam-lhe um apartamento existente nos fundos, onde até piano havia. Ele se dedicava a tocar violão e a compor dezenas de canções que, possivelmente, até hoje sejam desconhecidas do público.

Na época, juntamente com o parceiro Manduca, ganhou o primeiro prêmio de um festival de música realizado em Lima, no Peru, com a canção "Pátria amada, idolatrada, salve! salve!".

Durante algum tempo, morou na mesma casa de Vandré o companheiro "Carvalho", baiano militante da ALN, a quem eu sempre visitava em virtude do trabalho político realizado pela organização.

Muitas vezes, toquei e cantei com Vandré, ao som da percussão de Carvalho.

Na última vez em que vi Vandré, ele esteve em minha casa com o jipe que usava no Chile, contou-me que havia se indisposto com Manduca e me propôs que eu o acompanhasse em algumas apresentações em alguns países da Europa.

Agradeci-lhe o convite, pois tinha compromissos políticos a cumprir com a organização.

Fraco, Vandré deixou-se dominar pela droga e passou a persegui-lo a ideia de que teria que voltar ao Brasil a qualquer preço, razão que o levou a fazer contato com a ditadura através da Embaixada brasileira no Chile.

Pouco antes de deixar o Chile, esteve o pai de Vandré em sua casa e Carvalho presenciou a conversa entre ambos, oportunidade em que Vandré relatou ao pai que estava negociando com a ditadura sua volta ao Brasil. O velho condenou-o por isso e lhe disse que ele não tinha o direito de proceder dessa forma, porque seu nome e sua obra eram patrimônio do povo brasileiro.

Ainda no ano de 1972, Vandré concretizou o acordo com a ditadura e foi permitida a sua volta ao Brasil, a troco de uma gravação para a televisão que ele não vacilou em fazer, onde renegou sua postura do passado, elogiou a ditadura brasileira e criticou o governo socialista chileno que tanto o amparou. Compôs nesse período a música Fabiana , em homenagem à Força Aérea Brasileira.

Após tal atitude, o artista Geraldo Vandré mergulhou em total ostracismo, voltou a usar seu nome de registro, Geraldo Pedrosa, e nunca mais se encontrou nem na vida e nem na arte.

Açães armadas

O coletivo da ALN no Chile decidira fazer algumas expropriações, como forma de financiar nossas atividades políticas no país.

Estava claro que não poderíamos assaltar agências bancárias, pois seríamos facilmente reconhecidos pelo

sotaque.

Assim, resolvemos trabalhar em conjunto com grupos armados da esquerda chilena e expropriar doleiros que proliferavam no país, colaborando com a destruição da economia do Chile.

Entendemos que, assim, conseguiríamos realizar algumas ações que nos garantiriam a compra de armas, passagens e a manutenção de companheiros clandestinos.

Ficou definido que, pelo problema do idioma, os chilenos sempre fariam a abordagem e entrariam nos locais a serem expropriados, enquanto nós brasileiros faríamos a segurança e cobertura das ações.

Da mesma forma, a organização decidiu que os companheiros Wilson e Takao ficariam fora das ações, já que negros e orientais eram figuras humanas escassas no Chile e essas características raciais dos dois valorosos companheiros favoreciam sua identificação por parte da polícia.

Embora ambos quisessem muito participar das ações, entenderam que a organização tinha razão no veto e resignaram-se a ficar torcendo por nós no aparelho. Sofriam por não poderem fazer parte do grupo, apesar da imensa coragem pessoal dos dois companheiros.

A organização já vinha comprando algumas armas no Chile e eu consegui adquirir várias delas através de um armeiro italiano que vivia em Chillán, de quem me fiz amigo.

Quando eu ainda vivia em Chillán, levei meu pai para conhecê-lo em sua loja e os dois conversaram muito. Disse o armeiro ao Velho que era fã de um revólver Rossi calibre 22, de sete tiros fabricado no Brasil.

Quando meu pai voltou ao Chile, e eu já morava em Santiago, ao abrir a mala me mostrou a arma que levava consigo: o Rossi 22.

Arriscara muito em trazê-lo passando de ônibus pelas fronteiras internacionais, mas tinha conhecimento da importância do nosso contato com o italiano.

Assim, eu e Moacyr fomos a Chillán para levar o presente ao falante italiano, que ficou encantando com a mesura e abriu mais ainda as portas para que adquiríssemos as armas clandestinas que procurávamos.

Em certa oportunidade, preparamos uma ação em uma casa de doleiro, que, segundo os companheiros chilenos, renderia um bom numerário para a luta revolucionária.

Depois de criterioso levantamento, que durou alguns dias, decidimos realizar a ação e concluímos que o melhor horário para efetuá-la, em virtude do movimento da casa a ser expropriada, era por volta das 16 horas. Assim, nesse horário, procederíamos à realização do trabalho.

A mim caberia ficar na direção do carro com mais dois companheiros a fazer a cobertura da ação. Havia no carro uma submetralhadora, pistolas 9 mm e coquetéis Molotov, preparados com elementos químicos para serem utilizados em caso de eventual retirada ou tiroteio.

No carro, além de mim, estavam Luis Travassos, já militando na ALN, e o companheiro Carvalho.

Travassos, no banco de trás do veículo, ficara encarregado dos coquetéis Molotov.

Minutos antes da ação, percebi que uma das garrafas começava a fazer um chiado característico que indicava estar a rolha por estourar, talvez em virtude do forte calor que fazia em Santiago.

No comando do grupo encarregado da cobertura, de imediato determinei que os coquetéis Molotov fossem desativados.

Quando Carvalho começou a tomar tal providência, a rolha de uma das garrafas estourou, dando-nos um banho de gasolina com ácido sulfúrico e somente não explodiu porque o produto químico, do lado externo, não teve rompida sua embalagem, o que evitou o contato entre os dois elementos químicos.

De qualquer forma, a ação foi suspensa de imediato e Carvalho e eu atendidos em um aparelho da organização chilena, em virtude de haver respingado gasolina em nossos olhos, o que felizmente não nos trouxe consequência maior.

A ação foi realizada com sucesso dias depois e nós tínhamos preparado os coquetéis Molotov pelo método

tradicional, mais seguro, para se evitarem acidentes desse tipo.

Do lado de fora da casa, eu e companheiro Arnaldo Bertone fazíamos a segurança da operação.

O único incidente deu-se em virtude de o companheiro Bira, Ubiratan Vatutin, da VPR, haver insistido em entrar na casa e, devido à demora da permanência do grupo no local, a mulher do doleiro chegou a perguntar: "Por que ele não fala?", o que foi prontamente contornado por um companheiro chileno que alegou estar Bira com a garganta inflamada.

Já deixando o local, eu dirigia uma Van escolar, de propriedade da sogra do camarada "Pancho", que era dona de uma escola maternal e preferi sair devagar para não despertar suspeitas, já que o veículo, em vez de alunos de escola, levava guerrilheiros armados.

Bira, no comando da ação, impacientou-se e determinou que eu aumentasse a velocidade. Eu tive a habilidade de não desrespeitar o comando e nem cometer excessos no trânsito que pudessem comprometer a segurança da ação.

Em outra oportunidade, tivemos informação de que o proprietário de uma joalheria em Santiago atuava como doleiro e tinha o dinheiro ilegal em seu apartamento.

Efetuado o levantamento, decidimos fazer a ação e fomos para o local em dois carros expropriados para tal finalidade.

Eu estava na direção de um dos carros, uma Datsun, modelo que nunca dirigira. Assim que estacionei um pouco atrás do prédio que era nosso alvo, não consegui engatar a marcha-ré, o que me fez sugerir aos companheiros que adiássemos a ação por 24 horas até que eu me familiarizasse mais com o veículo.

Voltamos ao prédio um dia depois e, durante a ação, eu permaneci armado ao volante. Dividi a segurança da ação com Chiquinho e Carvalho, que também armados aguardaram do lado de fora.

O companheiro chileno que batizamos de "Virgulino", em virtude dos óculos que utilizava se assemelharem àqueles usados pelo cangaceiro Lampião, apresentou-se à recepção do edifício com um maço de belas rosas, como se fosse entregá-las à moradora do apartamento.

Virgulino tocou a campainha e a porta se abriu. Então, os outros dois companheiros chilenos entraram e realizaram a ação de expropriação, que terminou com ordenada retirada e sem nenhum transtorno.

Essa ação expropriatória, ao contrário das demais que realizamos no Chile, foi a única que se tornou pública e ganhou intenso destaque na imprensa do país, já que os expropriados comunicaram o fato à polícia.

Tal atitude causou-nos estranheza, já que, em virtude da ilegalidade de suas transações financeiras, os doleiros jamais davam queixa à polícia quando vítimas de tais ações revolucionárias.

Em certa ocasião, chegou ao nosso conhecimento que um brasileiro estava em Santiago. Dizia-se portador de milhares de dólares que pretendia trocar no câmbio negro ou comprar joias.

Descobrimos quem era o trambiqueiro e soubemos que ele se hospedava no Hotel Carrera, na época, o melhor de Santiago.

Consegui um contato com ele e, junto com um companheiro chileno, fomos jantar com o aventureiro compatriota; lá, deixamo-lo excitado quando nosso amigo chileno lhe mostrou algumas joias.

O brasileiro revelou muito interesse e concordou em nos encontrar na noite seguinte para irmos a uma casa onde ele teria acesso a um lote grande de joias.

O companheiro chileno e eu fomos buscá-lo na porta do hotel e ele sentou-se ao meu lado no carro, enquanto nos dirigimos a um bairro rico de Santiago, composto por diversas mansões.

Na esquina designada, arrumei o retrovisor com insistência, já que essa era a senha combinada e, em seguida, o chileno apontou a arma para minha cabeça e "rendeu-me".

Na mesma hora, fomos "fechados" por outro carro – dirigido por outro companheiro chileno – do qual

desceram Maurício
Saraiva e outro camarada, que me "sequestraram".

Dois chilenos ficaram no carro com o doleiro, ele lhes passou o dinheiro que tinha e alegou que a maior parte dos dólares estava no cofre do hotel.

Os chilenos nos contataram e decidimos montar uma operação para levar o homem ao hotel e expropriar o restante do dinheiro para a causa revolucionária latino-americana. Isso acabou não acontecendo em virtude de o 38 de um companheiro chileno disparar e causar um leve ferimento no doleiro, que terminou por abortar a segunda parte da ação.

Pouco tempo depois, fomos informados pelos companheiros chilenos sobre uma casa de grandes doleiros e passamos a levantar o local, visando realizar outra ação expropriatória.

Em meu próprio carro, cuja placa alteramos por medida de segurança, Guarani, que comandava o grupo, Dora, Carvalho e eu saímos com a tarefa de expropriar um carro grande que iríamos utilizar na ação.

Em um bairro nobre de Santiago, depois de rodarmos muito, encontramos o lugar ideal: um corredor longo servindo de garagem, com seus portões abertos e um carro cujo padrão correspondia ao que procurávamos, não havendo nenhuma pessoa nas proximidades.

Fiquei na direção do veículo, enquanto Carvalho e Dora montavam vigilância embaixo de uma árvore e Guará realizava a ligação direta do carro, dentro da garagem da casa.

Ao começar o trabalho, chegou, de repente, um automóvel com um homem ao volante, que se posicionou para entrar na própria garagem em que se encontrava o outro veículo. Seguramente, a pessoa que chegava era moradora no local.

De imediato, dei a partida em meu carro e acionei a seta para a esquerda, o que indicava, segundo o combinado entre nós, situação de perigo. Os três companheiros rapidamente vieram em minha direção, entraram no carro e eu arranquei em forte velocidade.

Ao invés de entrar na casa, o homem preferiu seguir-nos e o fez em alta velocidade, dando origem a uma perseguição cinematográfica pelas ruas de Santiago.

No volante, eu tinha que fazer seguidas curvas, já que em linha reta o carro de nosso perseguidor, de motor mais possante, seguramente nos alcançaria.

O homem tinha porte atlético e cabelo estilo militar – provavelmente era essa sua atividade. O certo é que demonstrou preparo para esse tipo de situação e passou a dirigir seu carro apenas com a mão direita, enquanto atirava em nós com a esquerda.

De nosso carro, respondíamos ao fogo, com Carvalho atirando de um lado e Guará de outro, por cima da minha cabeça, ambos em posição muito difícil de tiro, enquanto Dora se preparava para atirar os coquetéis Molotov.

Em uma curva fechada, consegui enganar o outro motorista: dei seta à esquerda e fiz brusca conversão à direita. Assim, descontrolei o veículo que nos perseguia, que acabou se chocando contra uma parede da Avenida Providência.

Retiramo-nos rapidamente da área e deixei Dora e Guarani no aparelho, enquanto Carvalho e eu abandonamos o carro na periferia de Santiago e deixamos imediatamente o local.

No dia seguinte, fiz-me de surpreso ao contar aos vizinhos que haviam furtado o carro de pátio onde morava. Um prestativo Capitão de Carabineiros, meu vizinho, acionou o esquema da corporação a que pertencia para localizar o veículo, além de rodar comigo por toda a tarde pela periferia de Santiago, com o propósito de procurá-lo.

Dois dias depois, fui procurado por policias civis que solicitavam minha presença em uma Delegacia para retirar o automóvel, o que efetivamente fiz, não sem antes passar por umas armadilhas verbais do delegado, que percebeu que algo de esquisito havia no ar.

Tal incidente fez com que suspendêssemos a ação de expropriação, além de trazer alguns problemas políticos para o coletivo da organização no Chile, já que alguns companheiros propunham que não mais realizássemos ações dessa natureza.

Dora, anos depois, suicidou-se em Berlim, atirando-se sob as rodas de uma composição do metrô – havia entrado em violenta depressão após prisão, tortura, banimento e exílio.

Um dos grupos armados chilenos com quem tínhamos contato era comandado pelo companheiro que conhecíamos por "Pancho", que participou conosco da ação em que dirigi a Van escolar. A organização chilena mantinha um aparelho que se localizava em um bairro encostado na Cordilheira dos Andes, para a guarda de armas e explosivos, local onde várias vezes estive com Pancho.

Certa ocasião, procurou-nos o companheiro chileno para alertar-nos sobre a "queda" do aparelho. Alguns adolescentes arrombaram a casa para cometer pequenos furtos e se assustaram com o armamento lá existente. Presos dias depois, contaram o fato à polícia, que estourou o aparelho e de lá levou todo o seu "mobiliário".

Pretendendo reforçar-se em Cuba, a ALN decidiu enviar para lá o companheiro Takao, que deixou o Chile em direção a Ilha. Coube-me a tarefa de levá-lo ao aeroporto de Santiago.

Na despedida, fiz-lhe o apelo de que procurasse influir no sentido de convocar-me para lá, a fim de que pudesse realizar treinamento, e desejei boa sorte ao companheiro que somente voltaria a ver no Brasil após a Anistia.

Em certa oportunidade, fomos procurados por companheiros tupamaros que solicitaram nossa ajuda para trocar 10.000 dólares em cheques-de-viagem, que haviam sido expropriados em Montevidéu.

Sabiam de nossos contatos em Santiago e estavam certos de que poderiam contar com nossa colaboração.

Assim, acionei os contatos que tinha entre os doleiros chilenos e preparamos o companheiro Bira, munido de um passaporte italiano, para agilizarmos a venda do produto.

Não tivemos dificuldades, pois o primeiro interessado recebeu-nos em sua casa, examinou os papéis e conversou bastante, enquanto Bira pouco dizia, eu servia de intérprete.

Assim, o comerciante decidiu adquirir toda a mercadoria, deixamos a mansão sorridentes e nos despedimos todos.

À saída, Bira, à minha frente, volta-se para trás com um sorriso irônico e diz: "Andiamo!"

O companheiro Rafael Di Falco teve uma conversa comigo e Beti sobre um eventual treinamento de guerrilhas na Síria, que a Organização estava tentando realizar.

Demos nosso aval para que ele incluísse nosso nome na lista de eventuais participantes, mas tal treinamento não foi levado a cabo, acredito que por não haver sido concluído tal entendimento entre a ALN e o governo daquele país.

No ano de 1972, a ALN, a VPR, o MR-8 e o PCBR decidiram organizar, juntamente com várias organizações revolucionárias de países latino-americanos e com o apoio de grupos de esquerda chilenos, um curso de treinamento para seus militantes.

Um dos instrutores do curso era o companheiro Vânio José de Matos, capitão da PM de São Paulo e militante da VPR que fora trocado no sequestro do embaixador suíço. Posteriormente, Vânio seria preso por militares chilenos no Estádio Nacional de Santiago, após o golpe de Pinochet, e morreria torturado nas mãos de seus captores, em outubro de 1973.

A animação dos militantes da organização com o treinamento era grande. Discutindo detalhes sobre a organização do curso, Rafael di Falco me disse que "estava seguro de que aquela preparação garantiria a seus participantes as condições mínimas para a volta ao combate no Brasil".

Beti participou do curso de treinamento médico, realizado em um dos hospitais de Santiago.

O curso de treinamento não chegou a seu final, em virtude de haver sido detectado pelos serviços de segurança chilenos, que pressionaram para que ele terminasse, já que entendiam que sua realização causava problemas diplomáticos entre os governos do Chile e do Brasil.

Dias após o prematuro encerramento do curso, saí sozinho de casa, à noite, para comprar refrigerante em uma

mercearia próxima e, ao voltar, tive meu carro interceptado por um táxi com quatro homens.

Um deles colocou uma submetralhadora na janela, apontou-a para mim e, ainda que em posição de vantagem, não atirou, permitindo que eu me retirasse do local.

Eu portava apenas um 38 cano-curto, em total inferioridade de armamento.

Levei o caso de imediato ao conhecimento da organização. Conseguimos descobrir que o incidente não passara de uma advertência feita por agentes do próprio governo chileno.

Eu tinha sido o alvo em virtude da vinculação de meu carro às nossas atividades políticas, já que realmente o veículo estava bastante queimado no Chile.

Nas festas pátrias de setembro, juntamente com o camarada Juca Alves, compareci a uma festa em uma das sedes do PS chileno, na Rua Londres, número 38, perto da Alameda, onde toquei violão e tomamos vinho.

Do andar superior, da sacada, avistei estacionado o taxi utilizado na ação intimidatória contra mim, o que me trouxe a certeza sobre a origem da ameaça.

Não era novidade a preocupação dos setores de inteligência chilenos, ligados ao Partido Socialista, com nossa atuação no país.

A organização passou a monitorar de perto minha segurança pessoal e à época Fayal entregou-me um pistola Steyr 9mm para minha defesa pessoal.

Ângelo Pezzuti, dirigente da VPR, já havia sido preso pela polícia chilena e acabou libertado dias depois graças à pressão que fizemos, auxiliados por aliados de peso até mesmo dentro da própria Unidad Polular.

Comandava a polícia chilena o militante do PS, Eduardo (Coco) Paredes, que interrogou pessoalmente Pezzuti e pode constatar de perto sua firmeza revolucionária.

Paredes era dirigente do ELN, facção que fazia parte do Partido Socialista Chileno e, na esquerda, esses companheiros eram conhecidos como “elenos”.

Paredes foi cruelmente assassinado pelos militares após o golpe e seu corpo atirado em um caminhão de lixo, que o moeu.

Seguramente, morreu sem saber distinguir quem eram seus verdadeiros inimigos.

Diante desse fato, o coletivo da ALN considerou que seria melhor que eu e Carvalho deixássemos o Chile com destino à Europa, onde faríamos contato com a ALN na Itália e tentaríamos ir para Cuba efetuar treinamento.

Em julho de 72, meus pais estiveram no Chile. Nessa oportunidade, comuniquei-lhes que iria para a Europa, enquanto Beti, por não ter nenhum processo e não ser procurada pelos organismos da repressão política brasileiros, voltaria com Tico para o Brasil.

Em agosto fui levar Beti e Tico ao aeroporto em Santiago e, embora parecesse estar firme, a tristeza era grande por despedir-me do filho que não sabia se voltaria a ver.

Na véspera, caminhei sozinho por horas pelas ruas de Santiago, com lágrimas a escorrerem pela face esgotando-as, para que nenhuma sobrasse no dia da partida.

Deixamos o apartamento em Santiago para a companheira Denise Crispim, viúva de Bacuri, que foi morar lá com sua pequena filha Eduarda e sua mãe Encarnación Lopes Peres, revolucionária brasileira, que fora trocada também no último sequestro de diplomata realizado no Brasil.

Pedi também demissão do meu cargo de professor na Universidade do Chile, despedi-me dos companheiros de Chillán e agradeci pela solidariedade que tiveram durante minha passagem por lá.

Sem data fixa para chegar à Itália, Carvalho e eu compramos passagens de navio e, através desse meio de transporte, deixamos o Chile, em setembro de 1972, pelo porto de Valparaíso, em um transatlântico de uma companhia italiana.

UNIVERSIDAD DE CHILE
Facultad de Filosofía y Educación
SECRETARIA GENERAL DE ESTUDIOS
J.P. Alessandri 774 - casilla 147
Santiago

Nº 1225

C E R T I F I C A D O

Certifico que don (a) CARLOS L. TEIXEIRA PAULINO *******

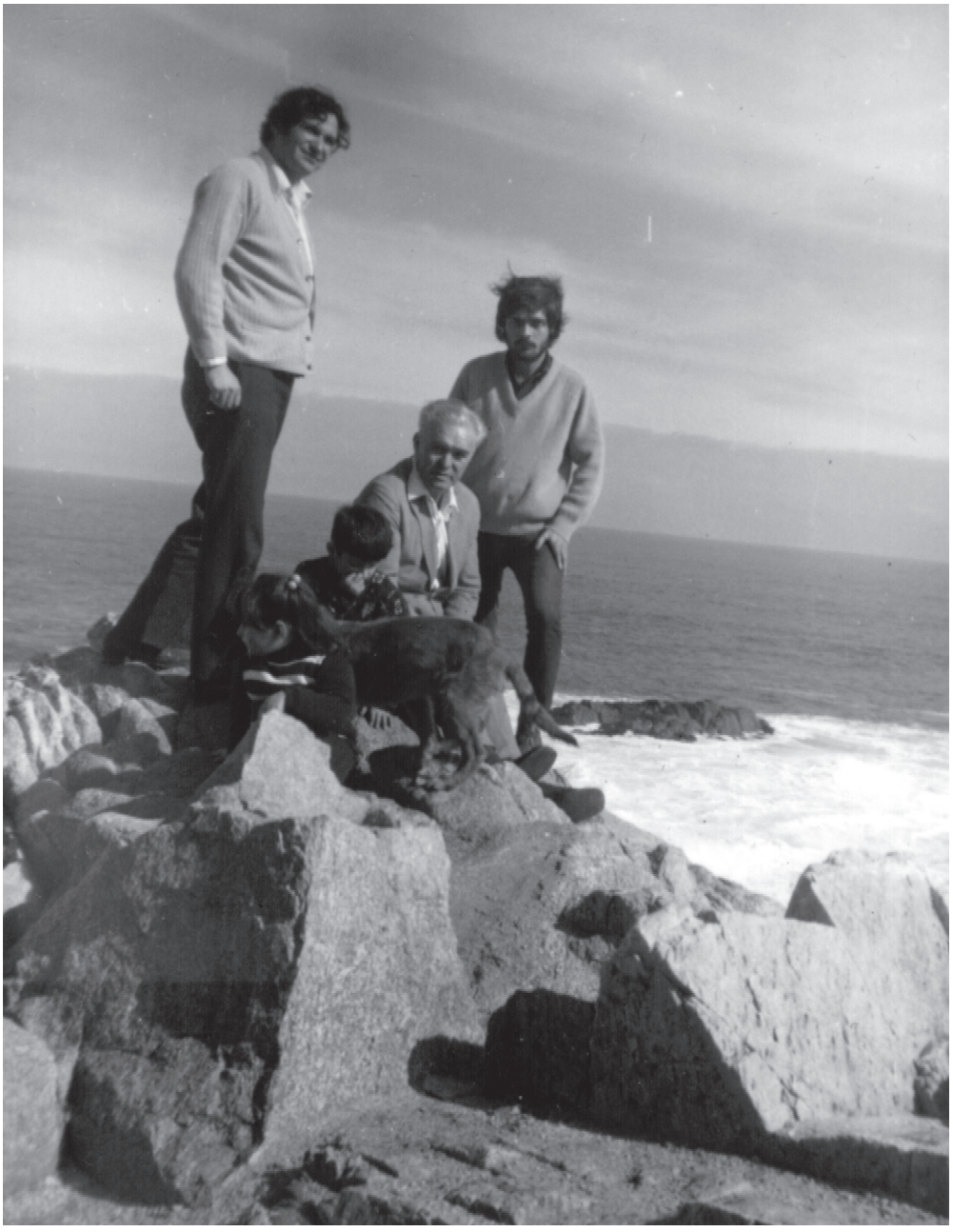
es actualmente alumno (a) regular del ********* plan de
LICENCIATURA HISTORIA Y GEOGRAFIA *********

de la Facultad de Filosofía y Educación de la Universidad de Chile.

SANTIAGO, 13 de Abril de 1970

UNIVERSIDAD DE CHILE
E° 5

Adolfo Ibáñez Moore
Secretario General de Estudios



Da esquerda para direita Julio Stuardo Gonzales, seus filhos Viviana e Julio Stuardo, Moacyr Alves Paulino e Leopoldo Paulino – Las Cruces 1971

CEL. DECIO LUIZ CHARMILLOT EM SENSACIONAL ENTREVISTA CONCEDIDA AO DM REAFIRMA:

SUBVERSIVOS ESTÃO INFILTRADOS EM VÁRIOS SETORES DE RIBEIRÃO

"Existe a subversão em Ribeirão, e se chegaremos ao terrorismo, só saberemos com as investigações que estão se desenvolvendo", é a primeira afirmativa do cel. Décio Luiz Fleury Charmillot (foto), em entrevista concedida ao DM. Esclarece o coronel, que a infiltração comunista – dentro da orientação que vem de fora – é observada em todos os setores, mais intensa no meio estudantil. Mas, acrescenta, também nos setores agrícolas e até mesmo da imprensa. Na página 4, o DM publica na íntegra, as declarações do Comandante da Guarnição Federal em Ribeirão, sôbre a subversão aqui e na região.

"Diário da Manhã" 07/08/1971

Subversivos agem em Ribeirão

O Cel. Décio Luiz Fleury Charmillot falou ao DM, ontem, sôbre a subversão em Ribeirão. Teve uma série de considerações, afirmando por fim estarem atentas as autoridades constituídas do Município no sentido de evitar que a subversão que grassa em vários setores se transforme em terrorismo. Eis, na íntegra a entrevista concedida ao DM, com exclusividade, pelo comandante da 8a. CSM:

DM — Coronel, existe subversão em Ribeirão?

Cel. — Existe a subversão em Ribeirão, e se chegarmos ao terrorismo saberemos, com as investigações que estamos procedendo.

DM — Qual é o tipo de subversão que há em Ribeirão Preto?

Cel. — Aquela que sempre existiu, ou seja a infiltração e o aliciamento, particularmente da juventude, objetivando combater a democracia.

DM — Esta infiltração existe na área estudantil, ou operária? E por parte do quem?

Cel. — Esta infiltração — dentro da orientação que vem de fora, do Movimento Comunista Internacional — existe em todos os setores. Aqui temos apurado que ela está muito intensa no meio estudantil.

DM — Ela é mais frequente entre os estudantes do grau médio, ou universitário?

Cel. — É a subversão reunida dos todos os graus. Porem, mais na massa dos estudantes do grau médio e universitário. E hoje não constatamos quando de eleição de Diretórios Acadêmicos, nada sempre há um elemento filiado que quer ocupar posição de destaque. E, por isso, temos aqui alguns diretórios suspeitos, e estamos investigando.

DM — Estas investigações poderão culminar com o fechamento de Diretórios Acadêmicos de grau médio ou universitário desta cidade?

Cel. — Eu não posso responder esta pergunta pois o que vamos fazer no-lo-ão-se em providencia de caráter urgente. Entretanto o fato é mesmo este — Eles procuram se infiltrar de todas as maneiras. Existe agora aqui em Ribeirão boa atuante, o PCB (Partido Comunista Brasileiro, que é a linha chinesa, mas seguindo as normas do PC tradicional. Existe a Ação Popular muito intensa, e outras correntes do Partido Comunista, que vão chamando as linhas auxiliares, que tendem atuam em auxílio ao comunismo, ou seja destruir a democracia em vez de aperfeiçoá-la.

DM — Esta infiltração acima através de políticos atuantes ou já aluados? Estudantes? Ou da situação de posição social duvidosa por isso gozam do chamado prestígio econômico?

Cel. — Não existem líderes políticos atuantes, ostensivamente, sobre as religiões também existem, vultos em número reduzido; há elementos que vem de São Paulo trazer organização, estilos, a subversão existe, e nunca deixou de existir pois o comunismo é um fenômeno que está dominando os povos, e vamos sim combater esses. Por mais que o governo se esforce em dar melhores condições ao povo, os comunistas só procurarão ver o lado negativo, tentando dizendo o que é feito aos benefícios do povo. Em vez de nos ajudar a corrigir as deficiências, nos procurem subvertê-las em benefício da comunismo.

DM — Mesmo com o controle e vigilância da Polícia Civil e Militar, não há possibilidade dentro de uma área destas existir a ação subversiva em Ribeirão?

Cel. — Mesmo a melhor a subversão a ela que dificulta existir e crescerem tranquilas. Este propõe, aliás porque tem em todos os países, entre todos os povos, os elementos dêles. A nota nossa visual, evidentemente, a nossa Polícia, onde 24 oficiais se encontravam em dois apenas, onde 26 mortos pelos comunistas, e 4 só escaparam por verdadeiro milagre, existem gravemente feridos.

DM — Coronel, antes da sua visita para Ribeirão, era fim de 63 tivemos a impressão de haver e aparelho preparo para comunicações com a retaguarda até. Tem ainda tais aparelhos em Ribeirão?

Cel. — Não temos aparelhos este material. Mas sim, informar que diariamente estão sendo desbaratados grupos subversivos aqui em Ribeirão, e com ligações com inspetorias cidades do Brasil.

DM — Estes grupos estão atuando como em 63, com treinamento na mata rural?

Cel. — Esta pergunta não posso pormenorizar por uma questão de sigilo.

DM — Como tem sido o trabalho da polícia local nos corrupelos, e quais das polícias civil e militar está atuante neste campo em Ribeirão?

Cel. — Aqui os elementos todos se unem de maneira perfeita, que estão ajudas à polícia Civil e Militar. Temos as duas estão produzindo bem, pois trabalham tinem 24 horas por dia, integra, dedicado à sua função policial no seu respectivo território. Tenemos tirado do grande valor na Polícia Militar, alem de boa vontade que o dr. Ernesto tem ao seu lado. Estão, todos voltados para a nossa patriótica, já que nossa função é proteger nos pois, e em defesa. Uma é importante se acrescentarmos que a comunista era de todos os meios. Os resultados atuações brasileiras até pelos jornais, — estão muito aqui em Ribeirão Preto nos dias — que os comunistas procuram envolvendo a opinião pública, dando disposta perseguindo sob-forma, repressão direções do MDC. Isto sabemos através de informações efetivadas em nos, chegam às mãos. De modo que aqui já sabemos o elemento infiltrado na imprensa, seguindo uma orientação das esquerda partidárias.

DM — Coronel, como que está sendo combatida a subversão em Ribeirão?

Cel. — Estamos agindo dentro da orientação do próprio governo, procurando recuperar na prensa, com o máximo de humanidade, tratando sempre aquilo as responsabilidades. E daí havendo de ser realmente apurados, mesmo que dentro um poucos. Pois estar certo que os inimigos da Pátria serão punidos, de não foram punidos pela Justiça, pela ensinar com bálsamo adequado e com todo o partido atuando no governo dos que estão presos, eu que sabem presentes, há de chegar a dia em que nós terrorismos pátrio-a o que vive hoje aqui em Ribeirão. Como, por exemplo: posso não os vistos, alma alunos, etc. Ninguém são comentas de desdenga nosso ouvido, e até alguns dêles com ensinos internacional. Mas sabemos que não comunistas e que procuram denunciar-nos como nocivos.

DM — Se não houvesse êste estímulo da polícia, o que pensa a subversão levanta a cidade de Ribeirão Preto?

Cel. — Ribeirão mesma situação muito delegada. etc. A vigilância é de todos nós que temos responsabilidade para com nossos. Estamos atentos. Vistos não que sentimos o perigo, constatamos. Aliás, não queremos ver exercitados, pois sabemos o que é a liberdade em Cuba e em outros países comunistas, onde de fato não há liberdade e sim apenas o Partido Comunista, e nos opinião, com o povo sendo vigiado dia e noite. O povo é perseguido; é a nossa maneira liberdade. E quando se vai a não nos encontrar conosco e vive que é diferente, isso vai sujeito. Não temos, vivemos em outros países. Quando se prende um cidadão bom dizem ele está perseguindo e o nazismo político, ou a tempo, como agora os ex-presos um cidadão bonito a tortura, em Natal, e por ativos com documentos do Partido Comunista.

DM — Há alguma prova ou documento, em Ribeirão Preto, que subsidie?

Cel. — Não, aqui para investigações não há. Temos várias atuações porem um Tiradentes (Divisão de Cerimonial, onde alguns estão eliminados, e outros ainda estão prosseguindo processo por serem ligados a elo Montgomery, do qual estão com provas concretas. Além, é bom que se diga que dos terroristas do ala presos, ligada a Montgomery, não apreciamos todos que tivemos nossas vistas incorporados ao um Oriente Existencial de um Delegado de nível secundário, mais também atuavam professores, dentistas, um deles Diretor de Ribeirão. Isto corroborou a formação de terroristas dentro de certa, colegios, pois vários dêles estão presos no "Tiradentes, tendo um Padre para o Chile em 69, antes de ser preso, provavelmente já até regressa. Não os mesmos que estavam brasileiros nas Ligas Camponesas, etc.

DM — Uma pergunta para terminar nossa palestra, queremos crer, de quase todo o estado. A Madre Maurina já voltou ao Brasil?

Cel. — Eu não tenho dados positivos para responder a sua pergunta. A única coisa que sei é que a Madre Maurina foi banida, e que o Conselho de Justiça da Aeronáutica julgou que se deve uma ditadura para ela voltar a fim de se defender do que é acusada por nos aliados em Ribeirão. Da acusação constam que ela teria recebido no Lar Romana, e outros dados mais que prestam do Inquérito que é, e aí previamente das acusações. Porem, tudo isso compete à Justiça apurar. Ainda não foi julgada, sendo que a Justiça quer ela diz uma coisa e ainda que confirmando aquele princípio de que a Justiça pode voltar nada. Mas, consoante mesmo a S. Excia. o Presidente da República decidiu ao ela fora em não voltar

DM — Coronel, a volta da Madre Maurina representaria uma atuação no pensamento que existe, pois Justiça Militar. Seria uma demonstração da fôrça da Justiça Real?

Cel. — Não acredito. Acho que se julga contrário vai uma ela vem a Madre Maurina para se defender na Justiça dos acusados que possam haver nos países estrangeiros, ou a sua situação aqui em Ribeirão. Não vejo lógica, não vejo nada. E' uma decisão absoluta de um Conselho de Justiça. E uma pequena que foi, e que absolveu o Presidente da República pode absolvê-la.

DM — Qual é sua posição pessoal e Arcebispo? E qual a posição da Igreja perante os militares em Ribeirão Preto?

Cel. — Aqui não vivemos da melhor maneira possível. Nosso Reverendíssimo Arcebispo é uma Bahia, todos nós sabemos. Há dez anos veio com bolsonaro padres desta cidade; seu Curitiba com grande satisfação, pois acha o Curitiba uma coisa maravilhosa; porem, há aqui um ou dois elementos ligados ao Clero que faz propaganda. E um dia qualquer percebemos montar publicamente, na porque fora realizados. Quero dizer que os dois elementos, já que a totalidade do Clero aqui é fidelíssima — tanto da parte dos padres, como dos freiras ou brasil, e temos contido aqui dos fiéis um amor de patriotismo fora do comum.

DM — O dia de "montar publicamente" é quando forem combinados, ou retirados do, funções de religiosos?

Cel. — Isso é elemento o tempo quem vai dizer. O que posso dizer é que temos levantado todos nomes os subversivos de Ribeirão, a maioria civis aliados, e os militares apontamos — se não forem julgados e condenados — terei o direito de mostrar ao brasileiros e patriotas de Ribeirão quem são os traidores da Pátria.

DM — Quantos já possuem estão fichados como comunistas em Ribeirão Preto?

Cel. — Bem, vou é um dado muito sigiloso. Podemos aqui uns elementos que atuaram brasileiramente até pouco tempo atrás, e que não gostam nem fichá, pois aqui se declararam arrependidos, tendo desmoralizado sinceridade. Como são jovens, temos feito tudo para recuperá-los. Pedreiramos mandá-los para a Auditoria — Eles acham disso — mas não os enviamos pois temos esperança de que estes elementos inteligentes e ativos da Comunismo, qualquer que seja a linha. Porem, há alguns que já tiveram intimeiras chinesas e não se recuperam. Esses, aliás, vamos ser obrigados a mandá-los para a Auditoria, pois não compreendem a magnanimidade, a bondade, de se querer revolucionário que quer derrubar um governo que abandona a democracia, corrompida dos colegios, é QUE promove o bem estar comum.

DM — Quer dizer que vou previnimos dum nova processo sendo encaminhados para a Auditoria com novas pessoas depois inquéritos?

Cel. — Não chegará a dizer tudo. Apenas que temos todos quero isso, se esses elementos não quiserem abandonar a subversão. Já dissemos inúmeras chances, e eles não compreendem nossa bondade e caráter cristão. Daí, sendo, serem processados criminalmente.

DM — Finalmente, o Coronel declarou guerra à subversão em Ribeirão Preto?

Cel. — A guerra está declarada há muito tempo. Não foi eu quem declarou. Ela está Declarada desde 64, e desde àquela época há uma guerra sem quartel contra a subversão. E isso gente desta equipe do brasileiro, que esta decorou nos Países.

"Diário da Manhã"– 07/08/1971

José Júlio de Araújo – "O Mata"

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Delegacia Seccional de Pol.de Rib.Prêto.

N.º 6028

ATESTADO
ANTECEDENTES.

Atesto, para fins C I V I S,

que MOACYR ALVES PAULINO, brasileiro, natural de Rincão, Estado de S.Paulo,advogado, casado, nascido em 1º de abril de 1.916, filho de Ancleto Guilherme Paulino e de Virgilia Alves Paulino, residente á rua Henrique Dumont, nº 939(939)nesta cidade, FOI em 19 de maio de 1.964, qualificado e identificado datiloscópicamente no S.O.P.S., havendo sido averiguada sua ideologia policita,nesta Delegacia Seccional de Polícia.

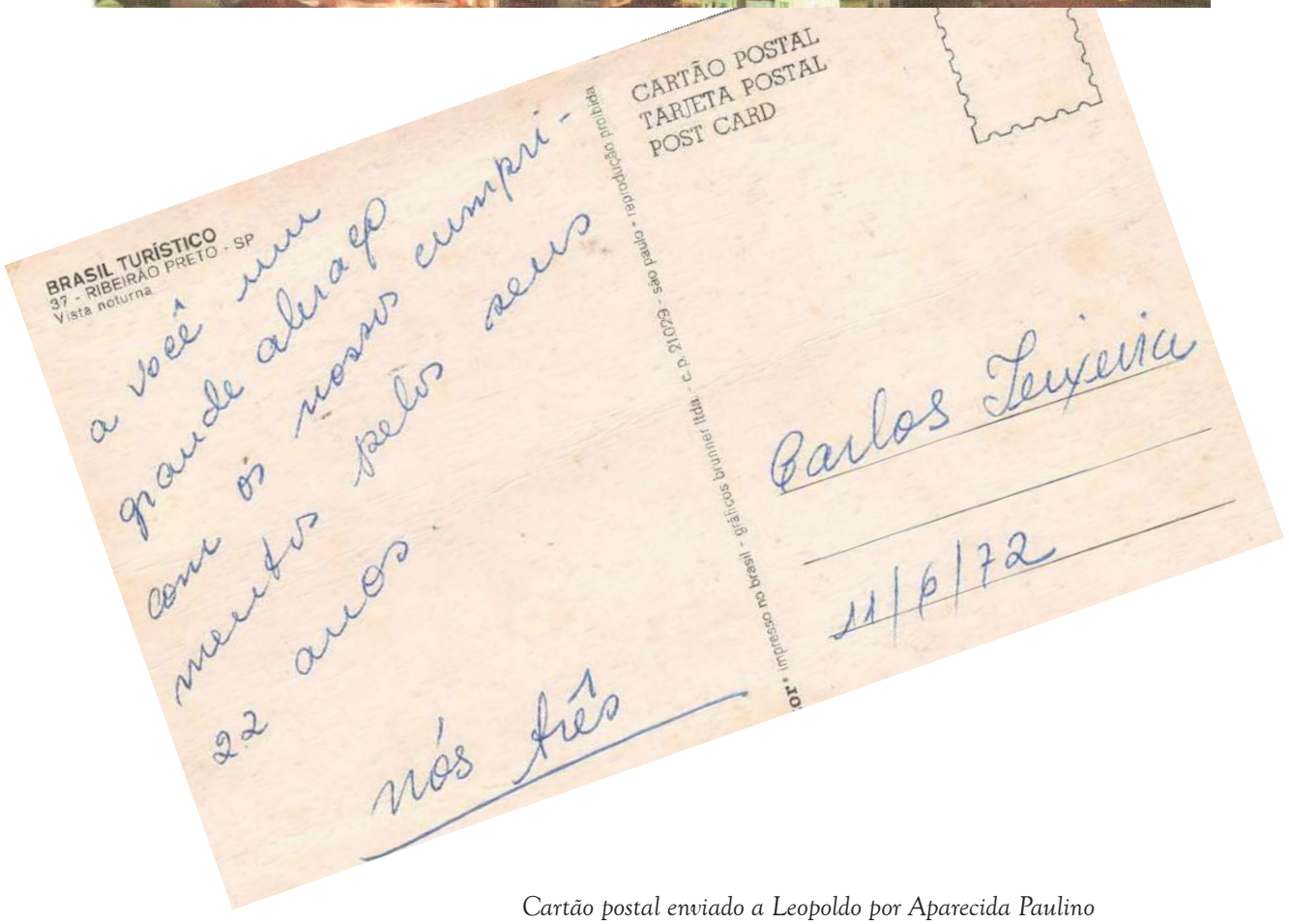
Delegacia Seccional — do — POLÍCIA — RIBEIRÃO PRÊTO - SP.

Ribeirão Prêto, 18 de junho de 19 71.

O Delegado de Polícia d a 5ª.D.P.

Leopoldo Paulino com Tico no aeroporto de Pudahuel Santiago

Libreta de família: nascimento de Tico



Cartão postal enviado a Leopoldo por Aparecida Paulino

III - EUROPA

No navio

Carvalho e eu apresentamo-nos na aduana chilena em Valparaíso, depois de acertarmos nossa documentação em Santiago e despedirmo-nos dos companheiros.

Ambos viajávamos com um passaporte especial cedido pelo governo chileno a exilados políticos, cujos países de origem lhes negavam a documentação e, consequentemente, a cidadania.

Meu passaporte brasileiro estava vencido e não havia sido possível renová-lo em face da sistemática recusa do consulado brasileiro em fazê-lo.

Seria temerário fazer a renovação com carimbo falso no Chile, pois era público naquele país que as autoridades diplomáticas brasileiras nos fechavam todas as portas. Qualquer falsificação, por mais perfeita que fosse, poderia denunciar-nos.

Ao entrar no navio, fomos recebidos pelos responsáveis pela embarcação.

Um deles nos disse que éramos muito bem-vindos a bordo, sugeriu que aproveitássemos o bom vinho italiano servido durante as refeições, já incluído no preço da passagem, e as atrações que a viagem nos oferecia, tais como cinema, jogos e música ao vivo.

Pediu que nos abstivéssemos de falar sobre política.

Posteriormente, fazendo amizade com a maioria dos marinheiros e funcionários do navio, soubemos que o seu comando era composto quase totalmente por elementos de direita e que sabiam nossa origem, sobretudo por não possuirmos passaporte brasileiro.

Dada a partida, fomos levados a nosso camarote, onde havia duas camas beliches com lugar para quatro pessoas.

Uma delas foi destinada a um pequeno comerciante italiano que fazia regularmente essa viagem e com o qual nos entendemos muito bem durante todo o trajeto.

As passagens incluíam as refeições, o que garantiria nossa alimentação por todo o percurso, mas viajamos com pouquíssimo dinheiro, já que, com a venda do carro, pude comprar apenas as duas passagens para a Itália. Beti viajou com Tico para o Brasil às expensas da família.

Assim mesmo, fizemos vários amigos entre os passageiros e era possível tomar alguma cerveja, apesar de nossos escassos recursos.

Praticamente todas as noites, juntávamos um grupo para tocar e cantar, eu fazia constante uso do violão que carreguei comigo.

Tirávamos também um horário durante o dia para fazer ginástica e para leitura e discussão política.

Formamos um grupo de estudo, com a adesão de um peruano e de uma colombiana que conhecemos durante a viagem, ambos esquerdistas. Com essas atividades, procurávamos manter nossa disciplina revolucionária. Para as discussões utilizávamos os Cadernos de Educação Popular, de Marta Harnecker e Gabriela Uribe.

Em dois dias, atracamos no porto de Antofagasta, no norte do Chile, região desértica e completamente diferente da outra parte do país.

Aproveitamos para descer durante a parada e conhecer a paisagem daquela região.

Saímos de Antofagasta e já no terceiro dia de viagem comecei a passar mal, com enjoos em virtude do balanço do mar, fato comum entre as pessoas que andam de navio pela primeira vez.

Recusava-me a tomar remédio, até que não suportei mais e fui à enfermaria da embarcação, onde fui medicado e superei o incômodo.

Fizemos ainda uma escala em Arica, no extremo norte do Chile, e conhecemos outra paisagem do país, com palmeiras e vegetação totalmente diversa daquela que até então conhecíamos.

As paradas do navio eram prolongadas e, em quase todas elas, aproveitávamos para descer e conhecer a cidade onde se localizava o porto em que fazíamos escala.

Muitas vezes, com a maioria dos passageiros, tomávamos um ônibus, viajando alguns quilômetros para conhecer cidades importantes que ficavam perto desses portos, de modo que, com gastos ínfimos, terminamos por visitar muitos lugares interessantes.

No Peru, paramos no porto de Callao e tivemos a oportunidade de conhecer Lima, capital do país que fica a poucos quilômetros de lá.

A escala seguinte foi em Guayaquil, no Equador, principal cidade do país. Após, aportamos em Buenaventura, na Colômbia.

Da Colômbia rumamos para o Panamá, onde atravessamos o canal que liga o Oceano Pacífico ao Caribe, travessia essa que durou quase o dia todo.

Pudemos acompanhar todo o processo utilizado nas comportas do canal, o que possibilita que os navios passem de um lado a outro do continente, apesar do desnível.

À noite, aportamos em Colón, na Zona do Canal, no Panamá.

Carvalho e eu decidimos não descer do navio, levando em conta ser o local permanentemente ocupado por tropas americanas, o que poderia nos trazer alguns dissabores, caso tivéssemos que apresentar documentos a autoridades ianques.

Continuando a viagem, fizemos escala em Cartagena, novamente em território colombiano, de onde seguimos para Curaçao.

Nesse porto, subiu um jovem natural daquela ilha, que se tornou o quarto passageiro de nosso camarote e fez amizade conosco, contando-nos que iria viver na Holanda, país ao qual pertence Curaçao, em busca de um futuro que ele acreditava pudesse ser melhor.

La Guaira, na Venezuela, foi o último porto em que paramos no território latino-americano.

Tiramos o dia para conhecer Caracas, cidade que fica a poucos quilômetros de lá. Quando o navio estava prestes a sair do porto de La Guaira, sentimos falta do jovem de Curaçao e comunicamos o fato ao comando da embarcação.

O navio esperou por trinta minutos, tocando a sirene por algumas vezes, até que finalmente partiu, deixando o jovem para trás. Ficamos na torcida de que ele apenas tivesse exagerado na porção de marijuana, produto que ele sempre utilizava.

A partir de então, iniciamos a longa travessia do Atlântico para, oito dias depois, chegarmos a Tenerife, nas Ilhas Canárias, possessão espanhola em território africano.

Deixamos a África, passamos pelo Estreito de Gibraltar, onde do navio avistamos as luzes de Casablanca, fizemos escala em Barcelona, na Espanha, e em Nice, na França, para finalmente chegarmos a Nápoles, nosso destino, vinte e oito dias depois de havermos embarcado em Valparaíso.

Itália

Desembarcamos nossas malas e fomos diretamente à estação ferroviária, já que teríamos que ir a Roma, onde encontraríamos a pessoa que faria contato conosco em nome da organização.

Na ferrovia, havia propaganda de um passeio barato às ruínas da cidade de Pompéia, destruída por uma erupção do vulcão Vesúvio séculos atrás, mas, embora ficássemos muito interessados em conhecer o local, devido ao seu valor histórico, desistimos de fazê-lo, já que, comprada a passagem para Roma, ficamos com apenas 27 dólares no bolso para os dois.

No trem, viajamos em um compartimento com mais quatro pessoas, que, ao saberem que éramos brasileiros e observando meu violão, pediram-me que tocasse música de nosso país. Solicitaram canções de Chico Buarque e Vinícius de Moraes.

Como houve demora da minha parte em atender às solicitações, uma das pessoas que viajavam conosco abriu a caixa do violão e entregou-me o instrumento.

Todos nós chegamos a Roma cantando, já contagiados pela simpatia do povo italiano.

Não dispúnhamos também de muito tempo para decidir sobre nosso destino, já que a Itália, em virtude de não possuirmos passaporte brasileiro, havia nos concedido um visto de apenas cinco dias, findos os quais, teríamos que deixar o país.

À noite, em Roma, fizemos o contato com a companheira Zilda Xavier Pereira, da ALN, que já nos esperava, e a quem transmitimos nossa intenção de ir para Cuba.

Disse-nos Zilda que não havia possibilidade de se conseguir treinamento na Ilha e propôs-se a encaminhar-nos para a Argélia.

Carvalho e eu pedimos dois dias para pensar sobre o assunto e, enquanto caminhávamos o tempo todo conhecendo as maravilhas de Roma, passamos a analisar a proposta que nos fazia a organização.

Em verdade, a Argélia era uma república socialista que via com muita simpatia os movimentos revolucionários brasileiros, mas, devido à sua posição geográfica, estávamos certos de que passaríamos muito tempo em território argelino e ficaríamos isolados do processo revolucionário do continente latino-americano.

Sabíamos também que alguns dirigentes da ALN no Chile, com os quais tínhamos divergências políticas, fecharam as portas para que pudéssemos fazer treinamento em Cuba. Impediram, assim, que voltássemos clandestinos ao Brasil e quase que seguramente integrássemos a extensa lista de mortos e desaparecidos durante a ditadura militar.

Reencontramos Zilda, que estava em companhia do camarada Xavier, e comunicamos-lhe que não iríamos para a Argélia. Assim, desobrigamos a organização de qualquer responsabilidade para conosco.

Já não tínhamos dinheiro para comer e o tempo corria contra nós, além do que a comunicação com nossos companheiros no Chile era lenta e difícil e, em cartas, nunca podíamos expor abertamente o que pretendíamos falar.

Decidimos então ir à sede do PSI, onde fomos recebidos por um dirigente daquela agremiação. Dissemos quem éramos nós, por que estávamos na Itália e que de lá teríamos que sair no dia seguinte, em razão do vencimento de nosso visto.

Aguardamos um pouco e, após uma pequena reunião efetuada pelos socialistas italianos, presentes na sede do partido, voltamos a conversar com o companheiro que nos atendeu.

Este percebeu pela argumentação e exposição de nosso posicionamento político que não éramos aventureiros, mas, sim, revolucionários brasileiros em dificuldades.

Mandou comprar duas passagens de trem para Paris, as quais nos deu como solidariedade à luta dos brasileiros contra a ditadura militar.

Decidimos ir para a França, em cuja capital existia imenso contingente de exilados brasileiros.

Como não havia necessidade de visto, teríamos três meses para ficar no país e haveria tempo para resolver o que fazer depois.

FRANÇA

Assim, tomamos o trem à noite, cruzamos os Alpes e chegamos a Paris dezessete horas depois, sem dinheiro e com apenas um número de telefone para contato.

Da estação, ligamos para o número que possuíamos e, para nossa sorte, atendeu-nos a pessoa que procurávamos. Além de passar-nos seu endereço, convidou-nos para ir à sua casa.

Tratava-se de um companheiro espanhol que colaborava com o PCBR, partido que tinha vários de seus militantes em Paris, e pudemos ficar em sua casa por alguns dias.

Durante o dia, andávamos o tempo todo para conhecer a cidade e procurávamos bicos para fazer.

Por várias vezes, lavamos a louça e limpamos a cozinha de restaurantes a troco de um prato de comida.

Parávamos, às vezes, na entrada de estações do metrô. Eu tocava violão enquanto Carvalho me acompanhava com um bongô, deixando sempre um chapéu no chão, no qual as pessoas atiravam alguns trocados, cada vez mais raros, já que a concorrência era grande: havia dezenas de músicos estrangeiros que também assim procediam para recolher algum dinheiro para a sobrevivência.

Paris é uma cidade muito interessante e chamava-nos a atenção a preocupação da população em preservar sua história.

Palco de violentos combates durante a Segunda Guerra Mundial, heroica foi a luta da Resistência Francesa que, apoiada pelas tropas aliadas, conseguiu libertar o país do jugo nazista.

Pudemos observar que, em cada canto de Paris em que morreu em combate um membro da Resistência, há uma placa em sua homenagem, documentando sua participação na luta.

Conhecemos também o Museu do Louvre, onde se encontra grande parte da cultura da humanidade.

Aos domingos, a visita aos museus era gratuita, por isso visitamos alguns deles. Utilizava os conhecimentos do idioma francês que aprendi no colégio, e que muito me serviram na França, para informar-me o melhor possível sobre o farto material lá exposto.

Enfrentamos também na França alguns problemas de racismo.

O país recebia todos os dias imigrantes árabes, portugueses e africanos cuja presença, na época, provocava grande rejeição por parte dos franceses, que os viam como concorrentes no mercado de trabalho.

Existia também, no seio da população francesa, um sentimento anti-árabe, seguramente em virtude da decadência do colonialismo francês e da derrota imposta à França pelo povo argelino, na década de 60, em sua guerra de libertação.

Em certa ocasião, Carvalho e eu fomos a uma lanchonete e pedimos dois sanduíches, que seriam nossa refeição daquele dia.

Em resposta, perguntou-me o proprietário do estabelecimento se eu era árabe, em tom de manifesta provocação.

Embora não tenha ascendência árabe, o fato de ser moreno, somado ao bigode que usava e ao forte sol que havia tomado durante minha permanência no navio, dava-me uma aparência de beduíno, o que seguramente motivou a hostilidade do comerciante francês.

Como resposta, agarrei-o pelo pescoço e gritei: "Sou árabe sim, seu racista filho-da-puta, e agora sirva-nos os sanduíches ou quebramos essa merda". Deixamos o francês assustado, o que o fez com que passasse a nos tratar

com o devido respeito.

Deixamos também a casa do amigo espanhol que receberia familiares seus e, a partir de então, nossa situação passou a ser crítica: Carvalho e eu chegamos a ficar mais de 48 horas sem comer.

Procuramos, então, a CIMADE, um organismo de auxílio a refugiados políticos que ficava na Rua de Grenelle, número 176, onde chegamos indicados por outros exilados brasileiros. Lá, fomos recebidos pela brasileira Irecê da Silva, que não poupava esforços para amenizar as dificuldades dos companheiros refugiados.

Conseguimos que nos colocassem em um pensionato na rue de Vaugirard, no Quartier Latin, centro de Paris. Além disso aquela entidade se propôs a ajudar-nos a encontrar alguns pequenos trabalhos para fazer, o que resolvia em parte nosso problema de alimentação.

No pensionato da rua Vaugirard passamos alguns dias tenebrosos.

A diretora, fascista, impedia a saída ou entrada dos moradores após as 22 horas, fazendo com que vivêssemos em um regime de prisão-albergue domiciliar.

À porta, sempre havia um plantonista para cumprir as severas ordens da diretora e por sorte nossa, certa noite, o funcionário de plantão era um colombiano que permitiu a nós e a outros moradores do local que pudéssemos sair e andar um pouco à noite por Paris.

Por ordem da diretora, era proibido comer nos quartos, e certa vez fomos flagrados por ela, eu e Carvalho, dividindo um sanduíche, nossa refeição do dia, o que nos custou grande admoestação e ameaça de expulsão do local, em caso de reincidência.

Na oportunidade, a mulher gritava como louca, ordenando que parássemos de comer a "baguete" com uma lata de sardinha que eu e Carvalho dividíamos:

"Monsieur, c´est interdit!!!

Claro que comemos nosso sanduíche até o final.

Uma noite, em um café do centro de Paris, observamos um grupo de brasileiros, entre eles, a atriz Norma Benguel, que também era refugiada política.

Chegamos a pensar em pedir-lhe auxílio para que pudéssemos comer um sanduíche.

Depois, desistimos de fazê-lo, até porque ela poderia pensar que éramos desocupados e não revolucionários brasileiros.

Em conversas com franceses, eles manifestavam enorme dificuldade para pronunciar a palavra Carvalho, o que me fez batizá-lo de "Monsiuer Carvalhô".

Travamos conhecimento com um brasileiro aventureiro, que residia em Paris.

Contamos a ele uma história segundo a qual éramos aventureiros também e ele nos disse que em determinado dia da semana, na Agência da Varig, chegava guaraná, bebida essa que era servida às pessoas que lá estivessem.

Lá compareci com Carvalho e o tal brasileiro, onde tomamos o refrigerante, não que gostássemos tanto da bebida, mas pelo sabor da terrinha que ela nos trazia.

Estava em contato com a Beti no Brasil e havíamos decidido que ela e o Tico fossem para a França e meus pais, apesar dos apertos financeiros da família, compraram as passagens de avião.

Eu passara à Beti o endereço e o telefone da casa de uns companheiros brasileiros, para onde eu ligava todos os dias e me informava sobre sua chegada, já que evitávamos, por questões de segurança, falar detalhes ao telefone.

Somente em raras oportunidades realizava telefonemas internacionais, devido ao custo das chamadas.

Em uma das ligações, a própria Beti atendeu, pois havia chegado na véspera.

Fui reencontrá-los, depois de quase sessenta dias de separação.

Tico já andava. Falava várias palavras, tive oportunidade de ficar bastante com ele e procurei compensar os longos dias que se passaram sem que eu o visse crescer.

Beti trouxera um pouco de dinheiro que a família conseguira juntar e, com ele, alugamos um pequeno apartamento mobiliado na Rua Jean Pierre Timbaud, 108, perto da Praça da Bastilha.

Foi-nos possível também fazer compras e cozinhar em casa, o que melhorou substancialmente nossa alimentação e a de Carvalho, que passou a morar conosco no apartamento.

Tivemos alguns problemas com a concierge (zeladora) do prédio onde fomos morar. A figura da concierge em Paris é uma verdadeira instituição: é uma pessoa que observa a vida de todos os moradores do local e, na maioria das vezes, funciona como colaboradora da polícia.

O correio parisiense entregava-lhe toda a correspondência do prédio e ela era encarregada de fazer a distribuição aos moradores.

Como recebíamos cartas em nomes diferentes, procurou-me a zeladora para perguntar a quem era destinada determinada correspondência.

Afirmei-lhe que não admitiríamos interferência de ninguém em nossos assuntos particulares. Com isso, ela recuou em sua pretensão de censora.

Em outra oportunidade, por volta de 20 horas, tocou a campainha do apartamento uma senhora que morava no andar de baixo e, ao sair para atendê-la, reclamou que o Tico fazia muito barulho andando no apartamento e que isso a incomodava.

Tal atitude é muito comum em Paris devido à neurose dos habitantes daquela cidade, perfeitamente retratada no filme Le locataire, de Roman Polanski.

Expulsei a mulher de minha porta, proferindo todos os palavrões que conhecia em francês.

Ao ser interpelado pela zeladora, manifestei-lhe que meu filho andaria à vontade no apartamento.

A partir de então, não mais tive problemas desse tipo no prédio.

Durante o dia, passávamos o tempo todo procurando emprego e cada vez ficava mais difícil nossa permanência no país.

Andávamos de metrô, sempre nos desviando dos fiscais que entravam repentinamente nos trens e verificavam as passagens, pois raramente as possuíamos por medida de economia.

Minha permanência no país resumia-se a um cartão de turista que valia por noventa dias.

As alternativas eram sair da França e retornar no dia seguinte, conseguindo mais noventa dias de prazo para ficar no país, medida que ficava impraticável devido à nossa falta de recursos. Ou então, conseguir um emprego fixo e solicitar residência definitiva às autoridades francesas, hipótese que cada dia se tornava mais difícil, em virtude da grande imigração estrangeira no país.

Pela minha condição de exilado político, era impossível permanecer ilegalmente no país, já que o risco de repatriação era muito grande, visto que havia grande repressão aos imigrantes clandestinos na França.

Com o dinheiro acabando, sem emprego e com o visto a vencer no país, optamos por deixar a França.

Por conselhos de exilados mais experientes, decidimos ir para a Dinamarca, país que recebia exilados políticos e não era ainda muito procurado por refugiados da América Latina.

Antes de preparar a viagem, tentei fabricar um carimbo da polícia brasileira para falsificar a renovação de meu passaporte. Para isso, fui a uma loja de carimbos e fiz a encomenda.

Desisti de retirá-la quando lá compareci para fazê-lo no dia seguinte e notei uma estranha movimentação de pessoas que tinham aspecto de policiais.

Concluí que o dono da loja avisara a polícia, o que fez com que eu me retirasse rapidamente do local e evitasse, assim, uma possível prisão pela polícia francesa.

Na verdade, Beti, com o passaporte brasileiro, e Tico, com o chileno, não precisavam de visto para irem à

Dinamarca.

Entretanto, sem passaporte brasileiro, eu teria que solicitar esse visto ao consulado dinamarquês em Paris, que seguramente iria negá-lo, já que as autoridades dinamarquesas suspeitariam de nossas intenções de lá fixarmos residência, o que certamente não lhes interessaria.

Armei, então, um plano para poder viajar sem necessidade de autorização prévia.

Fui a uma delegacia de polícia da capital francesa e dei queixa de furto do meu passaporte brasileiro, que ocorrera em um dos trens do metrô, segundo minha versão.

Com o boletim de ocorrência elaborado pelos policiais franceses, dirigi-me ao consulado brasileiro em Paris.

Apresentei-me naquela sede diplomática bem vestido, com um paletó que pedi emprestado, acompanhado de mulher e filho, solicitando um novo passaporte e mostrando a comprovação do furto de meu documento.

Fui informado pelas autoridades brasileiras daquilo que já estava cansado de saber, ou seja, que teriam que fazer uma consulta no Brasil, para que as autoridades do governo brasileiro investigassem se eu não era inimigo da ditadura e, dado o sinal verde de Brasília, o passaporte seria concedido.

Sabia que essa consulta era demorada e realizada através da mala diplomática. Tinha consciência de que a morosidade me favorecia, pois quando chegassem as informações, certamente o documento me seria negado, em virtude de minha militância política.

Assim, apresentei-me como estudante da Sorbonne, disse que meu pai era muito influente no Brasil e que tinha amigos militares no governo em Brasília.

Pedi o número do processo e propus-me, por esses contatos que eu assegurava ter, ajudar a fazer pressão para que o passaporte fosse liberado o mais rápido possível.

Passei pelo consulado por mais algumas vezes para saber a resposta, que não vinha, e fui ficando bastante conhecido no local.

Um dia, disse à funcionária que me atendeu que eu fora convidado a passar o Natal na Suécia por um colega e que eu não poderia perder essa oportunidade. Além disso, pretendia viajar uns dias antes e ir conhecendo alguns países da Europa que ficavam no caminho, já que eu viajaria por terra.

Em princípio, o cônsul relutou em atender-me, mas aumentei a pressão e comparecia com a família no consulado todos os dias.

Dizia que já falara com meu pai e ele com seus amigos do governo brasileiro, que seguramente ficariam indignados por eu não ser bem atendido no consulado.

Na última visita que fiz ao local, escutei quando o cônsul disse à funcionária que me anunciou que já não suportava mais ver a minha cara. Em voz alta o Cônsul disse para a funcionária: "Mande fazer o documento, pois não aguento mais esse cara, assim ele enche a cara no Natal e vai curtir a ressaca longe daqui". Assim, mandou fazer um laissez-passer que me foi entregue no dia 14 de dezembro de 1972, com validade até 10 de janeiro de 1973, com autorização para que eu fosse à Suécia e passasse pela Bélgica, Holanda, Alemanha, Dinamarca e retornasse à França.

Tínhamos feito o contrato de locação do apartamento por três meses e era necessário rescindi-lo.

Procurei a zeladora do prédio, pessoa responsável pelo aluguel, e disse-lhe que recebera um telefonema do Brasil, avisando-me que minha mãe estava muito mal e que teríamos de regressar imediatamente.

Convencendo-se de que nossa viagem era inevitável, concordou a zeladora em rescindir antecipadamente o contrato sem que eu tivesse que pagar a multa. Seguramente, ficou muito feliz ao saber que se livraria de nós.

Dirigimo-nos à estação ferroviária Gare du Nord para tomar o trem com destino a Copenhague.

Carvalho se alojara em casa de companheiros e combinamos que ele aguardaria uma comunicação nossa antes de ir para a Dinamarca.

Com mulher e filho, era quase certo que o governo dinamarquês não nos expulsaria do país, o que seria mais fácil de acontecer com alguém sozinho, como era o caso de nosso amigo.

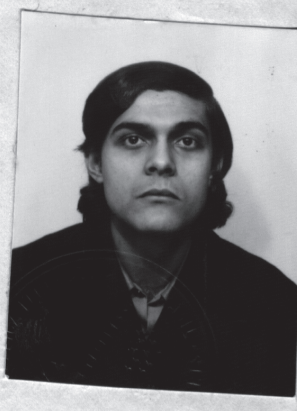
Assim, deixamos Paris rumo a Copenhague e fizemos uma escala na cidade de Hamburgo, na Alemanha.

Atravessamos o Mar do Norte em uma imensa balsa que transportava toda a composição ferroviária e que, devido a seu tamanho, demorava-se para perceber que estávamos nos movendo.

Por desconhecer o idioma dinamarquês, deixamos, apesar da fome, de nos servir em um imenso buffet escandinavo, o Smörgarbord, que embora não soubéssemos estava incluindo no valor da passagem.

Na viagem, utilizei o documento que me foi expedido pelo consulado brasileiro em Paris e, talvez por não ser o laissez-passer usado com muita frequência, tanto as autoridades francesas, quanto as alemãs e as dinamarquesas, fizeram-me reverências, pois interpretavam que eu era alguma pessoa importante para as autoridades brasileiras.

CONSULAT GENERAL DE LA REPUBLIQUE FEDERATIVE
DU BRESIL A PARIS



LAISSEZ-PASSER

NOM :- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO

NATIONALITE : BRESILIENNE

LIEU ET DATE DE NAISSANCE : RIBEIRÃO PRETO - São Paulo - Brésil le 11.6.1950

ETAT CIVIL : Marié

PROFESSION : ETUDIANT

DOMICILE : Rua Henrique Dumont,939 - Ribeirão Preto - São Paulo

PAYS POUR LESQUELS CE "LAISSEZ-PASSER" EST DELIVRE:

BELGIQUE, HOLLANDE, ALLEMAGNE, DANEMARK, SUEDE ET RETOUR EN FRANCE.

LES AUTORITES DES PAYS MENCIONNES SONT PRIEES DE BIEN VOULOIR LAISSER PASSER LE PORTEUR DU PRESENT DOCUMENT QUI EXPIRE LE..

10 JANVIER 1973

Carlos Leopoldo Paulino
(signature du porteur)

Paris, le 14 décembre 1972

CONSULADO GERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ORDEM E PROGRESSO
PARIS

JOÃO LUIZ AREIAS NETTO
Cônsul-Geral

Homenagem a guerrilheiro da Resistência Francesa,
morto pela libertação de Paris.

IV - DINAMARCA

SOBRE A DURAÇÃO DO EXÍLIO

(Bertolt Brecht)
Tradução: Paulo César de Souza

Não coloque prego nenhum na parede
Jogue o casaco na cadeira
Por que fazer planos para quatro dias?
Amanhã você volta.

Deixe a arvorezinha sem água
Para que plantar mais uma árvore?
Antes que ela tenha um palmo de altura
Você irá embora, contente.

Desça o boné sobre os olhos, ao cruzar com as pessoas.
Para que estudar uma gramática estrangeira?
A notícia que lhe chama para casa
Está escrita numa língua conhecida.

Assim como a cal desprende da parede
(Nada faça quanto a isso)
Apodrecerá a cerca da violência
Que foi erguida na fronteira
Para manter longe a justiça

Olhe para o prego que colocou na parede:
Quando acha que voltará?
Quer saber o que pensa no mais íntimo?

Dia após dia
Você trabalha para a libertação
Sentado no quarto, escreve.
Quer saber o que acha de seu trabalho?
Olhe a pequena castanheira no canto do jardim
Para a qual você levou o jarro d'água

(escrito em Svendborg,
no exílio dinamarquês)

CHEGADA NA DINAMARCA

Chegamos a Copenhague uns dias antes do Natal de 72 e, embora escasso, o dinheiro que tínhamos permitiu que nos alojássemos em um pequeno hotel para passar a noite, enquanto faríamos contato com algumas pessoas que poderiam ajudar-nos.

Nos últimos dias de minha permanência em Paris, encontrei casualmente na Av. Saint Michel com o companheiro Rafael di Falco e, ao dizer-lhe que estava de partida para a Dinamarca, passou-me o telefone de Gunna HØjaard, líder feminista dinamarquesa, que falava bem o espanhol e seguramente nos prestaria

solidariedade.

Cheguei a Copenhague e, de imediato, liguei para Gunna, que passou-me o endereço onde estava e me convidou para que fosse encontrá-la.

Tratava-se de uma reunião de entidades que Gunna dirigia e conversei com ela e todo seu grupo, expliquei nossa situação e falei dos crimes praticados pela ditadura brasileira e da luta para derrubá-la.

Marcamos uma conversa para o dia seguinte com ela e algumas pessoas da esquerda dinamarquesa. Todos sugeriram que eu solicitasse formalmente asilo político no país.

Pela legislação de lá, enquanto durasse o processo, o governo da Dinamarca teria de arcar com nossa manutenção.

Acreditavam que dificilmente o pedido de asilo seria aceito, mas também que as autoridades dinamarquesas não o recusariam, em virtude da repercussão negativa que o caso teria, sobretudo por estar acompanhado de mulher e filho pequeno.

Assim, nós ficaríamos no país por um bom tempo, talvez o suficiente até voltarmos para a América Latina.

Ainda no mesmo dia, apresentamo-nos à polícia dinamarquesa e formalizamos nosso pedido de asilo político.

De imediato, fomos colocados pelos funcionários do governo em uma hospedagem chamada Pensão Øst, onde já viviam vários refugiados, sobretudo poloneses.

Eram pessoas que, iludidas pela propaganda anticomunista, iam conhecer o "paraíso" capitalista e acreditavam que lá ficariam ricos em pouco tempo, conforme apregoavam as informações nas quais ingenuamente eles acreditavam.

Na noite de Natal de 1972, Tico já dormia e Beti e eu estávamos com ele em nosso quarto na pensão, quando à meia noite bateram à porta.

Ao abri-la, adentrou ao quarto um polaco que vivia no local, forte e com mais de 1,90 m de altura, visivel-

mente embriagado, com uma taça de champagne à mão, dizendo em inglês que saudássemos a Deus.

Irritado com a presença do intruso, disse-lhe em tom forte:

-"Eu não acredito em Deus! Sou comunista!"

O grandalhão tornou-se ainda mais vermelho, fechou a cara e suas mãos quase arrebentaram a taça que portava, enquanto ia se retirando de marcha-ré, deixando o quarto em que vivíamos.

Moravam no local também alguns refugiados portugueses, que desertavam do exército de seu país para não combaterem nas guerras de libertação que os povos de Angola, Moçambique e Guiné Bissau travavam contra o colonialismo de Portugal.

Temporariamente, nossos problemas de alimentação e moradia estavam resolvidos.

Aproveitamos o tempo para conhecer Copenhague, cidade belíssima, com seus imensos parques muito bem cuidados, ruas muito limpas e a famosa estátua da sereia, marca da cidade.

Embora fizesse muito frio e houvesse constantes nevadas, visitamos diversos pontos da capital dinamarquesa.

Conhecemos também o Museu da Resistência Dinamarquesa contra o Nazismo, onde os visitantes eram recepcionados por ex-combatentes que escreveram uma bonita página da história do país e organizaram guerrilhas contra as tropas alemãs que invadiram a Dinamarca durante a Segunda Guerra Mundial.

Alguns dias depois, fomos transferidos pelo governo dinamarquês para o Hotel Corona, que ficava na Rua Cort Adelers Gade, nº 8, onde passaram a ficar, além dos demais hóspedes, os exilados que estavam com a família; permaneceram na Pensão Øst somente aqueles que estavam sozinhos.

No hotel havia uma cozinha coletiva em cada andar e assim podíamos preparar nossa própria comida, melhorando substancialmente nossa alimentação.

O hotel ficava perto do porto e havia um barco que fazia a travessia de Copenhague, capital da Dinamarca, até a cidade de Malmö, no sul da Suécia, de onde íamos de trem até Lund, que ficava próxima, onde viviam alguns exilados brasileiros. Todo esse trajeto levava pouco mais de uma hora.

O açougue do qual éramos fregueses, vizinho ao hotel, dava como brinde a seus consumidores passes de barco para a Suécia.

Assim, viajamos várias vezes para Lund e travamos conhecimento com Washington, Jorge e outros companheiros brasileiros que lá viviam.

Em uma noite, regressando tarde de Lund, os habitantes do hotel já dormiam e a vontade de tomar cerveja me fez dirigir à cozinha coletiva e expropriar três ou quatro latas de carlsberg, de propriedade de uma senhora polaca, que estavam na geladeira.

No dia seguinte, deparei-me com a vítima que com gestos e palavras protestava indignada contra a subtração de suas cervejas, acusando-me do feito.

Fingindo não entender o que ela dizia, fui irritando mais a mulher, que berrava enfurecida.

Como seus gritos me parecessem latidos de cachorro, eu, acuado na cozinha, passei a latir em voz alta, assustando a polaca, que saiu rapidamente para queixar-se de mim ao gerente do hotel.

Este chamou-me e rindo muito disse que a mulher me acusava de latir para ela, fato em que ele não acreditou, pois disse crer na minha normalidade.

Fiquei muito amigo dos poloneses. Eles eram de origem judia e todos haviam sido presos em campos de concentração nazistas. Alguns deles perderam parentes, que foram assassinados pelos bandidos a serviço de Hitler e todos ficaram com terríveis sequelas em virtude dos crimes contra eles cometidos.

Certa madrugada acordei assustado com gritos lancinantes de uma voz feminina, de imediato liguei para

a recepção. Disse-me o funcionário da portaria que tal fato ocorria com frequência, tratava-se dos gritos de uma das polonesas residentes no hotel, que acometida do terror de seus pesadelos, com a memória das torturas que sofreu nas mãos dos nazistas e do sofrimento da perda de sua irmã e cunhado assassinados por eles, vagava trajando camisola e gritando de pavor pelos corredores do hotel.

Comecei também a fazer ginástica regularmente no próprio quarto do hotel e a praticar natação em piscina aquecida, devido ao intenso frio do país.

Com os portugueses e outros exilados de esquerda, organizamos um grupo de leitura e discussão política, para que não perdêssemos a perspectiva revolucionária.

No mesmo hotel, além de vários poloneses, havia alguns exilados de esquerda, como Luísa, companheira portuguesa, com sua filhinha, e Gilberto, que pertencia a um grupo guerrilheiro panamenho, com sua mulher chilena e o filho Ernesto, além de Jimi, companheiro angolano do MLPA, com sua mulher búlgara e seu filho Atanásio, da idade do Tico.

Eram constantes os bate-papos e certa vez o angolano nos deu uma grande lição ao dizer que "português era o idioma estrageiro que ele melhor falava", em total demonstração de preservação a sua cultura de origem.

Comunicamo-nos com Carvalho e acreditamos que ele poderia ir para a Dinamarca, pois já tínhamos muitos contatos no país e entendíamos que ele não teria dificuldades para permanecer lá.

Eu já havia comparecido à polícia dinamarquesa e feito um extenso depoimento, acompanhado de uma tradutora portuguesa, senhora de certa idade, que trabalhava como intérprete de nosso idioma para o governo dinamarquês.

Poucos dias depois, Carvalho chegou a Copenhague. Tínhamos recebido comunicação sua da Holanda e da Alemanha e sabíamos que ele estava a caminho.

Conseguiu entrar clandestino na Dinamarca, auxiliado por uma entidade internacional de apoio a refugiados políticos.

No dia seguinte à sua chegada, apresentou-se à polícia dinamarquesa, cumpriu o mesmo ritual que eu e também foi alojado na Pensão Øst.

Montamos também em Copenhague um grupo musical composto por mim, pelo próprio Carvalho, por Gilberto e por uma companheira espanhola que lá vivia. Ficamos os brasileiros do grupo encarregados do repertório de músicas de nosso país, enquanto a espanhola e Gilberto caprichavam nos boleros e nas músicas centro-americanas.

Fizemos apresentações em algumas casas noturnas da cidade, a mais importante delas denominada MIKROSKOP. Essa renda colaborou decisivamente para nossa manutenção.

Recebia cartas da família no endereço Burmeistergade 3/5 TV, 1429 København-K, em nome de Tørben Folke Larsen, militante da esquerda dinamarquesa, que falava francês e tinha contato conosco. Foi de grande valia o apoio que nos prestou, pois, além de tudo, recebia em seu nome nossa correspondência.

Muitos anos depois, por volta do ano de 2010, decidi procurar Tørben pelo google e o localizei, encontrando-o como professor de francês em Copenhague. Nós nos correspondemos por e-mail naquele idioma e relembramos os dias tumultuados que passamos na Dinamarca e o valioso apoio que ele nos deu.

Em Copenhague, ouvíamos também as transmissões em português da Rádio Tirana, da Albânia, dando notícia dos combates da guerrilha do PC do B no Araguaia, que tiveram início em abril de 1972.

Na verdade, o PC do B não acreditava nas ações de uma vanguarda armada e, adotando a postura maoísta de uma estratégia de guerra popular prolongada e cerco das cidades pelo campo, começou a enviar militantes para a região do Araguaia ainda na década de 60.

Descobertos pela repressão, tiveram que apressar os combates e resistiram a dois grandes cercos das tropas do Exército, que ocorreram em abril e outubro de 1972.

A última operação das forças da ditadura iniciou-se em outubro de 1973 e estendeu-se até fevereiro do ano seguinte, quando a guerrilha foi totalmente aniquilada.

No início, o Exército fez alguns prisioneiros, mas posteriormente, seguindo ordens expressas dos generais da ditadura, passou a executar covardemente a todos os presos. A maioria deles teve sua cabeça decepada por oficiais

e soldados do Exército Brasileiro.

Certo dia, passando pelo porto de Copenhague, eu e Carvalho avistamos a bandeira do nosso país em uma embarcação.

Aproximamo-nos e constatamos ser uma navio da Marinha de Guerra brasileira. Assim que os marinheiros desceram fizemos a abordagem, dizendo que éramos guerrilheiros exilados e conclamando-os a se somarem à luta contra a ditadura militar no Brasil.

Eles pararam para nos ouvir, oportunidade em que pronunciei inflamado discurso contra a ditadura militar, sob os olhares assustados de nossos compatriotas de farda.

Repressão na dinamarca

No início de julho de 1973, policiais dinamarqueses estiveram no Hotel Corona procurando por Carvalho.

Não o encontraram na Pensão Øst, onde vivia, e concluíram os tiras que ele estaria em nosso hotel, onde efetivamente passava a maior parte do tempo, e foram buscá-lo.

Na verdade, o pedido de asilo de nosso companheiro havia sido negado e o governo dinamarquês determinara que ele fosse preso e repatriado para o Brasil.

De imediato, organizamos a resistência no próprio saguão do hotel.

Carvalho se refugiara no restaurante e apossou-se de uma faca de cozinha, enquanto eu me postei à porta do restaurante e procurei impedir a entrada no local de quatro policiais civis dinamarqueses.

Discursei em todos os idiomas que sabia e denunciei o fato a um grupo de turistas italianos que chegava naquele momento, enquanto o barulho atraiu diversas pessoas que viviam no hotel.

Um dos turistas, simpatizante de nossa causa, traduziu minhas palavras aos outros visitantes, que ficaram indignados com o acontecido.

Preocupado com o escândalo que lhe poderia custar alguns clientes, desesperado, o gerente do hotel explicava-se aos turistas e dizia que o estabelecimento não era responsável pelo que ocorria.

Embora altos e fortes, os policiais vacilaram em agredir-me, até porque esses fatos não eram comuns na Dinamarca da época e a sua divulgação não interessava ao governo daquele país, que tentava passar para o mundo uma imagem de plena liberdade e democracia.

Enquanto durava o impasse, Luísa e Beti telefonaram para os exilados portugueses que moravam na Pensão Øst e pediram-lhes que fossem rapidamente para o hotel.

Contataram também a imprensa de Copenhague, os nossos conhecidos da esquerda dinamarquesa e os organismos internacionais de apoio a refugiados políticos.

O objetivo era tornar o fato o mais público possível e, com isso, tentar impedir a prisão de Carvalho.

Passamos a receber também o apoio efetivo dos poloneses, alguns deles judeus que, durante o nazismo, conheceram a violência dos campos de concentração e não vacilaram em colocar o telefone de seus apartamentos à nossa disposição, já que os nossos haviam sido cortados de imediato pela polícia, assim que se iniciou a operação.

Uma senhora polonesa recolheu o Tico e as demais crianças em seu quarto e, assim, ficaram em segurança.

Em meio à confusão, chegaram mais policiais dinamarqueses e, enquanto uns me agarravam e me colocavam fora de combate, outros desarmaram Carvalho e o levaram em uma viatura da polícia.

Ao chegarem os companheiros portugueses, fizemos uma rápida reunião e concluímos que deveríamos organizar uma grande mobilização no país, denunciando a prisão de Carvalho, cujo nome somente nesse episódio vim a saber ser Daniel de Andrade Simões. Assim, impediríamos que o governo dinamarquês o enviasse ao Brasil, o que seguramente custaria sua vida.

Decidimos, então, que todos os portugueses que viviam na Pensão Øst ficariam no Hotel Corona, onde conseguimos alojá-los em colchões e mesmo no chão. Ocupamos todos os quartos que já nos eram destinados, na certeza de que, agrupados, seríamos mais fortes e fechamos o corredor transformando-o em nossa base.

Toda a imprensa de Copenhague interessou-se pelo caso e, poucos minutos depois, o hotel estava repleto de jornalistas, fotógrafos e câmeras de televisão. Luísa e eu passamos a conceder entrevistas em nome do grupo.

No dia seguinte, a imprensa da Dinamarca noticiava a prisão de Carvalho.

Foram publicadas longas entrevistas minhas e de Luísa denunciando o fato. O assunto ganhou os noticiários das principais emissoras de televisão e as primeiras páginas dos grandes jornais do país, que também estampavam nossas fotos como ilustração.

Nossas primeiras iniciativas paralisaram o governo dinamarquês, que passou a sofrer pressões em seu próprio país, bem como pressões externas, principalmente de organismos internacionais, o que fez com que deixassem Carvalho na cadeia e protelassem sua decisão de devolvê-lo à ditadura brasileira.

Pensando em ampliar a mobilização, decidimos realizar uma grande panfletagem em Copenhague.

Escrevendo o panfleto em espanhol, procurei uma dinamarquesa que conhecia e que trabalhava no consulado chileno em Copenhague.

Como dominava o idioma espanhol, concordou em colaborar conosco e traduzir o texto para o dinamarquês.

Um grupo de esquerda da Dinamarca encarregou-se de imprimir para nós uma grande quantidade de panfletos. Durante todo o dia, passamos a entregá-los nas ruas, praças, lojas, estações de trem e pontos de ônibus, denunciando o caso e pedindo o apoio da população.

Foi de grande valia o apoio do jornalista Jørgen Siegrenfeldt, do Jornal "Information", que nos apoiou o tempo todo, chegando a tentar conseguir um carimbo falso para meu passaporte.

Durante a movimentação, Jørgen me apresentou a uma brasileira de São Paulo, cujo companheiro havia sido assassinado pelo Esquadrão da Morte. Ela conseguiu fugir do Brasil para não morrer, engajara-se em um navio, sobreviveu a um naufrágio e em Copenhague casou-se com um dinamarquês.

Embora fora da pátria por motivos diversos, simpatizava com nossa luta e foi muito solidária conosco.

À noite, recebi no hotel o telefonema do chefe de polícia de Copenhague, Mr. Klitgaard que, em inglês, me disse: "Paulino, você é um homem perigoso".

Respondi-lhe no mesmo idioma que, partindo essas palavras de um cidadão que ocupava tal cargo, elas me soavam como um grande elogio.

Após isso, desliguei o telefone.

Embora não fôssemos recebidos por representantes do governo dinamarquês, o que solicitamos desde o dia da prisão de Carvalho, teve início uma negociação entre o próprio governo e os grupos que o pressionavam.

Enquanto isso, os dias se passavam, Carvalho continuava preso e as autoridades dinamarquesas nos impediam de visitá-lo, mantendo-o incomunicável.

Conseguimos passar a nosso companheiro um bilhete que fizemos chegar clandestinamente até a prisão, enquanto recebemos notícias dele por um rapaz que ficara preso em sua cela por delito comum, e que, ao sair da

cadeia, trouxe-nos o recado de Carvalho e confirmou que ele havia recebido o bilhete. Conhecendo a tradutora de português que prestava serviços à polícia dinamarquesa, escrevemos um bilhete do qual tiramos 10 cópias e enviamos a Carvalho, no maço de cigarro, no meio de um livro e até costuradas em uma jaqueta, escrito de forma que a idosa tradutora não pudesse decifrar:

"Caralho, estamos mexendo os troços...

Brigamos para que te tirem daqui,

mas se te jogarem fora, que seja no quintal perto de casa"

Em evidente referência à Argentina.

Disse ainda o colega de cela de nosso companheiro, que Carvalho sugeriu que eu procurasse a Embaixada de Cuba em Copenhague, para solicitar apoio.

Agradeci a nosso interlocutor e fiquei na dúvida se ele estava prestando sua solidariedade ou seria um agente da polícia dinamarquesa.

Carvalho estava preso há vários dias e não havia como confiar no governo dinamarquês depois da atitude que tomara. Eu comecei a ficar preocupado com a demora com que o caso era conduzido.

Pensei, então, em realizar uma ação de impacto, que atingisse a opinião pública internacional. Ocorreu-me a ideia de promover a ocupação do Hotel Corona, impedindo a entrada e saída de quem quer que fosse, o que criaria um fato político de proporções internacionais.

Certamente, se bem sucedida a ação, forçaríamos o governo dinamarquês a libertar Carvalho, além de enviá-lo a Cuba, a ele e a todos que participassem da ação, ou a outro país que apoiava os movimentos revolucionários de todo o mundo.

Não possuíamos armas, mas pensei em fazer coquetéis Molotov e, após a ocupação do hotel, atirar alguns deles à rua, para demonstrar nossa disposição de luta. Reservaria outros para a nossa defesa, em caso de tentativa de invasão policial do prédio.

Ao lado do hotel, havia um pequeno supermercado e, antes da ocupação, pensei em expropriar grande quantidade de comida e água e levar tudo para o hotel, para o caso da ocupação se arrastar por vários dias.

Esquematizado o plano, conversei com Beti e Luísa que, de pronto, concordaram comigo. Decidimos que eu conversaria com os demais companheiros e lhes solicitaria adesão.

Primeiramente, consultamos os portugueses, que eram a maioria dos exilados de esquerda, já que, para viabilizar meu projeto, acreditava ser necessário contar com pelo menos 10 pessoas.

Decidi, então, conversar com Miguel, um tenente do exército português que desertara da guerra de Angola e tinha, ao que parecia, um firme posicionamento político-ideológico, além de preparo militar.

A princípio receoso, mas pouco a pouco à vontade, expus o plano a Miguel e propus-lhe que falássemos com os demais companheiros.

Sua reação não se fez esperar.

Seus olhos escuros e miúdos brilharam e, animado, me disse em seu sotaque lusitano: "Isto mesmo, pá. Tomamos o hotel e, a cada meia hora, vai um polaco desses pela janela".

Em face dessa disposição, quem se assustou fui eu.

Nosso objetivo era tão somente libertar Carvalho e sairmos do país, não sendo nossa intenção matar ninguém, muito menos os poloneses que, durante todos esses dias, vinham apoiando nossa causa.

Propus, então, a Miguel que congelássemos nosso plano por mais uns dias e acompanhássemos a evolução dos fatos com atenção, utilizando-o somente em caso extremo. Ele concordou, embora bastante decepcionado.

Finalmente, as negociações chegaram a um bom termo. O governo dinamarquês recuou da decisão de entregar Carvalho à ditadura brasileira e concordou em colocá-lo na fronteira com a Alemanha, onde o esperariam representantes de entidades internacionais que o levariam à França, país cujo governo pressionariam para que lhe concedesse asilo político.

Aguardamos que Carvalho chegasse à França, de onde nos telefonou e confirmou o cumprimento do acordo. Somente então desmobilizamos nosso esquema e cessamos assim a vigília de mais de duas semanas que havíamos realizado.

Passada a tempestade, decidi retornar à América Latina, profundamente desgastado que estava com o episódio da prisão e expulsão de Carvalho da Dinamarca.

Estava em contato permanente com os companheiros brasileiros no Chile, por meio de carta, e concluímos que minha volta a nosso continente era o melhor caminho que poderia tomar naquelas circunstâncias.

Correspondia-me também com o companheiro Julio Stuardo, que ocupava o cargo de Intendente da Província de Santiago, o que representava ser o governador do Estado mais importante do país.

Tanto pelas notícias que acompanhava pelos jornais e pela televisão, quanto pelas análises políticas feitas por Julio e pelos companheiros brasileiros, sabia que a situação no Chile estava caótica. A direita apoiada pelos Estados Unidos, fazia de tudo para derrubar o governo socialista de Salvador Allende, a exemplo do que se passou no Brasil em 1964.

Acontecera, entretanto, a redemocratização da Argentina, com a anistia aos presos e exilados políticos.

Fora eleito Presidente da República o peronista Héctor Campora, em virtude do impedimento à candidatura do general Juan Domingo Péron que os militares impuseram para que entregassem o poder.

Campora, peronista de esquerda, pouco depois de assumir o governo argentino, renunciou junto com seu vice. Assim, abriu espaço para a convocação de novas eleições, nas quais Perón se elegeu Presidente da República com maioria esmagadora de votos, com sua mulher Isabelita eleita vice-presidente.

Resolvi, então, voltar ao Chile e, depois de cientificar-me no local da situação política, decidir se permaneceríamos lá ou se iríamos para a Argentina.

No Brasil, a repressão continuava feroz e, ainda em março de 73, recebemos a notícia do assassinato do estudante da ALN Alexandre Vanucchi Leme, torturado até à morte no DOI-CODI de São Paulo.

Procurei o órgão competente do governo dinamarquês, e disse que queria ir-me do país. A funcionária, que sempre nos atendia, indagou o motivo e respondi que temia que o acontecido a Carvalho pudesse se repetir comigo.

Cinicamente, e como se nada houvesse ocorrido, ela me disse que era quase certo que meu pedido de asilo seria atendido, sobretudo porque Beti estava grávida, e propôs que ficássemos na Dinamarca.

Agradecendo, consultei sobre a possibilidade de o governo dinamarquês nos pagar as passagens. Em 24 horas, recebi a resposta positiva, já que certamente as autoridades do país estavam felizes por se livrarem de hóspedes tão incômodos como nós.

Logo após expulsarem Carvalho da Dinamarca, decidi revalidar por conta própria meu passaporte. Assim, fui a uma loja de carimbos em Copenhague e encomendei dois deles. Dessa forma, valendo-me da grande diferença entre os dois idiomas, português e dinamarquês, montei o carimbo aos pedaços, colocando em ambas as partes palavras como Associação Brasileira de Futebol e outras similares.

Retirada a encomenda, que pela forma como foi feita não despertou suspeita na loja, Beti recortou as letras que não me interessavam nos dois carimbos e montou um único, colando as palavras de forma que ficasse idêntico ao da polícia brasileira. Com isso, carimbou meu passaporte de modo quase perfeito.

Despedi-me dos amigos dinamarqueses, agradeci pela solidariedade com que nos trataram e reuni-me com os companheiros que ficavam, despedindo-me também de todos eles.

em Portugal era questão de meses e gostariam que eu os acompanhasse e entrasse com eles em Lisboa, no dia da libertação.

Logicamente, atribuí tal análise a uma boa dose de sonho de meus companheiros lusitanos, mas agradeci-lhes, disse que realmente partiria e desejei-lhes boa sorte.

Tomamos o cuidado de escolher um voo que não fizesse escala no Brasil, para não corrermos riscos em nosso território.

Por essa razão, tivemos que esperar um dia a mais, pois somente havia um voo por semana que preenchia esse requisito e que levava 26 horas, contadas as escalas e conexões.

No dia 30 de julho de 73, deixamos Copenhague em um voo que nos levou até Bruxelas, onde aguardamos por algumas horas no aeroporto, até tomarmos o avião da companhia sueca SAS, que nos levaria a Santiago do Chile sem escalas no Brasil.

De madrugada, fizemos escala em Dakar e no aeroporto cruzamos com os passageiros de um avião da VARIG que ia do Brasil para a Europa. Como prova de que o mundo não é tão grande assim, Beti reconheceu, entre eles, o despachante de Campinas que retirara seu passaporte quando de sua saída do Brasil.

Ele também a reconheceu e conhecedor da situação em que nos encontrávamos, concluiu quem eu fosse e, olhando- nos assustado, disfarçou e seguiu adiante.

Amanhecendo, sobrevoávamos território brasileiro quando o piloto anunciou que estávamos nos aproximando do Rio de Janeiro e que, às vezes, aquele vôo fazia uma escala técnica no Galeão, mas que, naquele dia, esse procedimento talvez não fosse necessário.

De imediato, conversei com Beti e nos preparamos para um eventual pouso no Brasil.

Combinamos que, se isso acontecesse, iríamos até a cabina com o Tico e explicaríamos nossa situação ao comandante da aeronave.

Também não deixaríamos a cabina até que o avião decolasse novamente. Assim, pediríamos a proteção da Suécia, já que o avião é considerado território do país ao qual pertence a companhia aérea.

Não foi necessária a escala técnica e o piloto reduziu em muito a altitude, até que todos os passageiros pudessem ver as maravilhas do Rio. Todos eles, sem exceção, emitiram diversas exclamações de perplexidade a cada beleza que viam.

Nós éramos os únicos brasileiros no voo e fomos por diversas vezes consultados pelos passageiros sobre cada pedaço do Rio que era visto lá de cima. Beti procurava explicar a todos de que lugar se tratava.

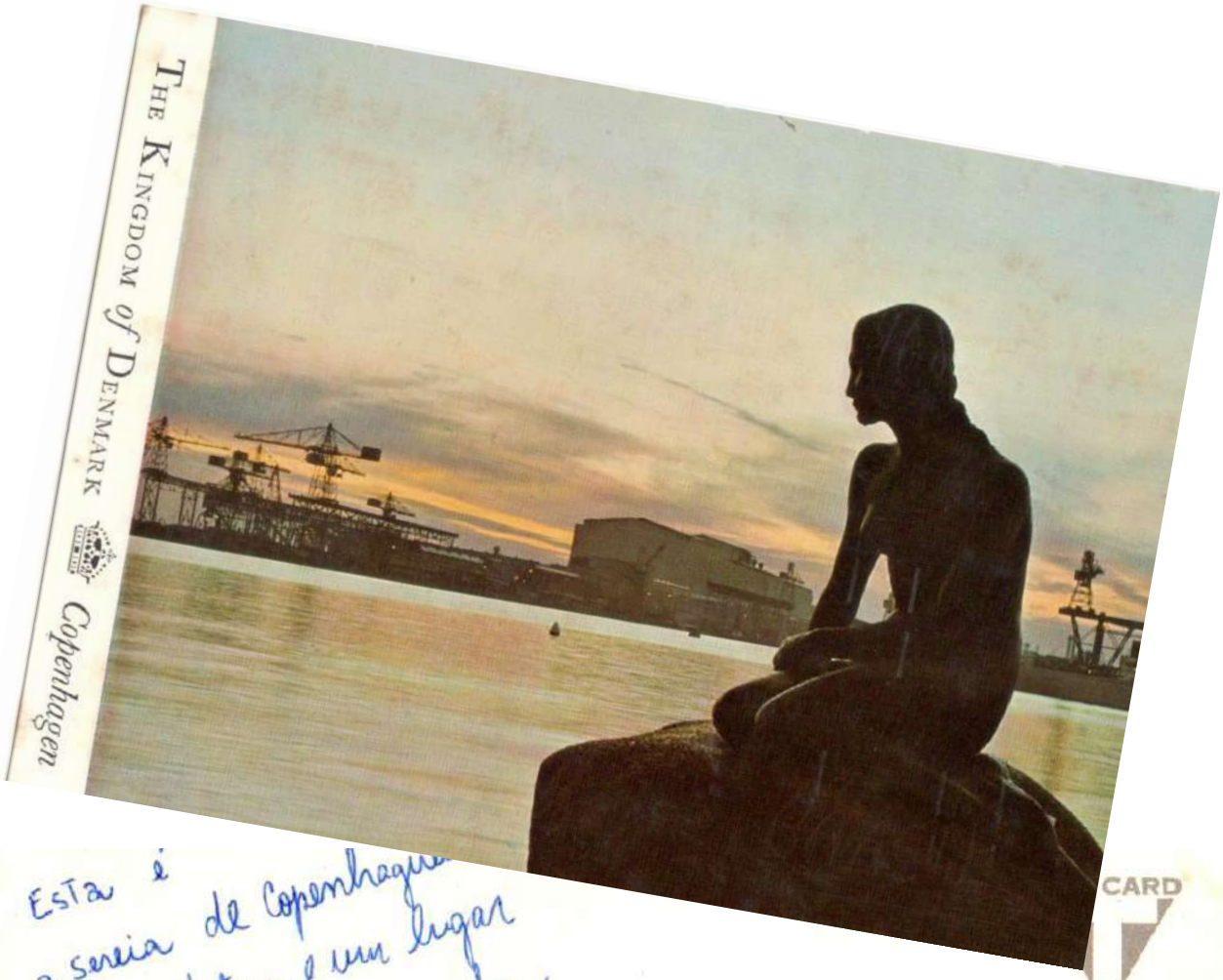
De minha parte, nenhuma explicação conseguia dar. Fora da Terra* há três anos e meio, cada visão dos morros cariocas, do Cristo Redentor, do Corcovado, de Ipanema e de Copacabana fazia crescer o nó na minha garganta, enquanto não conseguia conter as lágrimas que rolavam.

Após uma escala em Buenos Aires e uma forte turbulência nos Andes, aterrissamos em Santiago no dia 31 de julho de 1973. Voltamos ao Chile, país do qual saíramos há quase um ano e que agora reencontrávamos em uma nova realidade.

* *Terra: palavra utilizada pelos exilados políticos brasileiros para se referirem ao Brasil.*

Beti, Leopoldo e Tico recém chegados a Copenhagen

Tico aproveitando-se da distração de todos, "vira no bico" uma garrafa contendo um restinho de cerveja Carlsberg, logo após a prisão de Carvalho pela polícia dinamarquesa. Foto de JØrgen Siegunfeldt, jornalista do "Information".



Esta é a sereia de Copenhague
Uma estátua e um lugar
bem característicos da
cidade.

DAYBREAK IN COPENHAGEN
FRÜHER MORGEN IN KOPENHAGEN

A TOP-CARD FROM GRØNLUND'S PUBLISHERS — COPENHAGEN

CARD

Todos aqui vamos bem
e mandamos lembranças.
Hoje amanheceu um bom
dia de sol. O inverno já
está acabando.
Abraço especial do Tico

8-3-73

Udvisning skaber panik blandt politiske flygtninge i Danmark

AF JØRGEN SIEGUMFELDT

Politiets arrestation og udvisning af en brasiliansk politisk flygtning i København har skabt panik blandt en gruppe politiske flygtninge, der afventer politiets afgørelse med hensyn til politisk asyl.

Den brasilianske flygtning, Reginaldo Faria Leite fandt sted tidligt på eftermiddagen mandag. Faria Leite befandt sig på det tidspunkt på Hotel Corona i København — et hotel, som af Dansk Flygtninge hjælp anvendes som midlertidigt opholdssted for flygtninge som ønsker opholdstilladelse.

Faria Leites arrestation skete på et tidspunkt, da der var mange gæster i hotellets vestibule. Han ønskede ikke at følge med politiet, da fire betjente bad ham følge med, for at de på politigården kunne forklare ham om hans udvisning. Han nægtede at tage med før han havde fået kontakt med sin sagfører — og da politiet ikke ønskede at efterkomme dette ønske, satte han sig til modværge. Flere af hans landsmænd støttede ham ivrigt og i håndgemænget søgte Faria Leite at stikke af, ligesom han sårede en politibetjent.

Viva Chile til Frankrig

Leite flygtede for over et år siden fra et fængsel i Rio de Janeiro til Santiago i Chile. Her mødte han en anden brasiliansk «terrorist» Carlos Paulino der var undsluppet fra et fængsel i Sao Paulo og sammen besluttede de to sig til at tage til Danmark for at bede om politisk asyl dér. De fik udstedt midlertidige rejsepapirer af de chilenske myndigheder og visum til Frankrig og Italien. Med skib rejste de til Italien, hvorfra de tog til Frankrig og her begyndte vanskelighederne for Leite. Medens det var lykkedes Paulino at bringe et brasiliansk identitetskort med sig til Chile, havde Leite ingen brasilianske papirer. Det betød, at Paulino ved at henvende sig til den brasilianske ambassade i Paris kunne få rejse papirer til tre måneders op hold i Vest tyskland, Danmark og Sverige. Til trods for at Paulino var eftersøgt i Brasilien — det fremgår bl.a. af avisartikler med hilsener som Informations medarbejder har haft lejlighed til at se — var der ingen vanskeligheder med de brasilianske myndigheder. Paulinos forklaring: Der sit over 10.000 politiske fanger i Brasilien og de udenlandske repræsentationer har kun mulighed for at identificere de allermest kendte, da udstedelsen af rejsepapirer sker uden ventetid på den brasilianske repræsentation.

Leite havde dermed ingen brasilianske papirer på sig, og tog derfor ved franske venners hjælp alle galt til Vesttysk land, hvorfra han ligeledes illegalt kom over den danske grænse.

Bad om politisk asyl

I København opsøgte han Paulino, der allerede havde bedt om politisk asyl, og sammen gik de til fremmedpolitiet for også at søge asyl for Leite. Da han var kommet illegalt over grænsen beholdt politiet ham imidler tid et par dage til afhøring, inden han blev installeret på Hotel Corona sammen med andre flygtninge, der afventer politisk asyl. Her har han opholdt sig i nogle måneder, inden hans pludselige udvisning fandt sted mandag.

Brasilianske og portugisiske politiske flygtninge opholdt sig natten igennem på samme hotel i ervise af skræk for at politiet skulle hente dem til pludselig udvisning

Udvises idag

Udvisningen fandt sted efter en afgørelse i justitsministeriet. Overfor Information oplyser kriminalkommissær Frommel, Fremmed politiet at politiet er på det rene med, at det drejer sig om en politisk flygtning, men at han har haft opholdstilladelse i Frankrig og følgeligt har haft mulighed for at få politisk asyl dér. Da han er passeret ille galt over grænsen fra Vesttyskland vil han i første omgang blive udleveret til det vesttyske politi. Det sker i dag.

Leites landsmænd og ven. Carlos Paulino — der stadig venter på politisk asyl sammen med sin kone og et halvandet år gammelt barn — siger til Information: /Når Leite kan blive udvist sådan uden videre, kan ingen vide sig sikker. Og det franske politi er ikke berømt for at hjælpe politiske

(Fortsættes på bagsiden).

Jornal "Information" de Copenhagem 5 de julho de 1973.

Malmö. Margaretapaviljongen-Pildammarna

Essas vistas são de
MALMÖ, cidade na suécia,
que está bem perto de
Copenhague.
É uma travessia de navio de
1 hora e ½.
b. l.

Sk 516 Foto: T. Lindeberg

Ultraförlaget A.B. - 113 30 Stockholm

ULTRA
Printed in Sweden

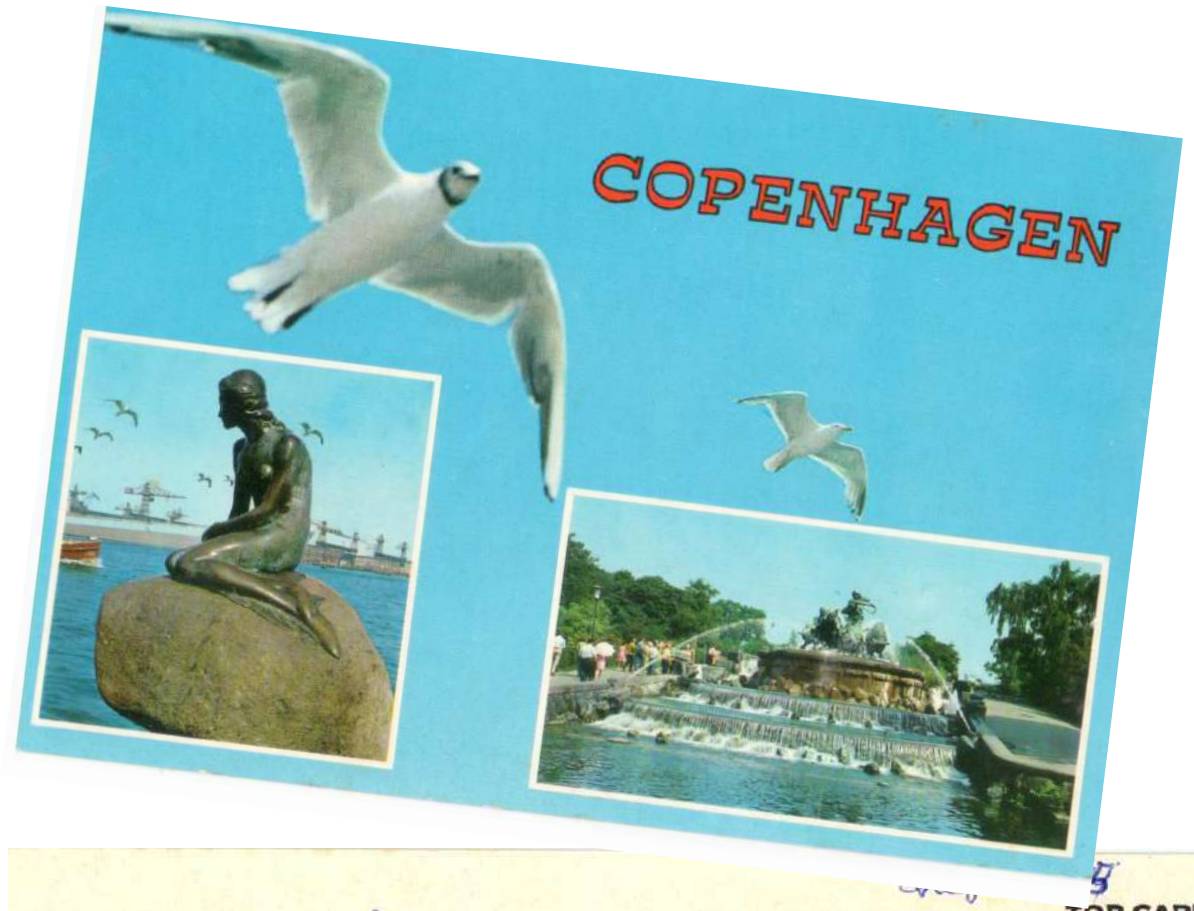
Svensk tillverkning

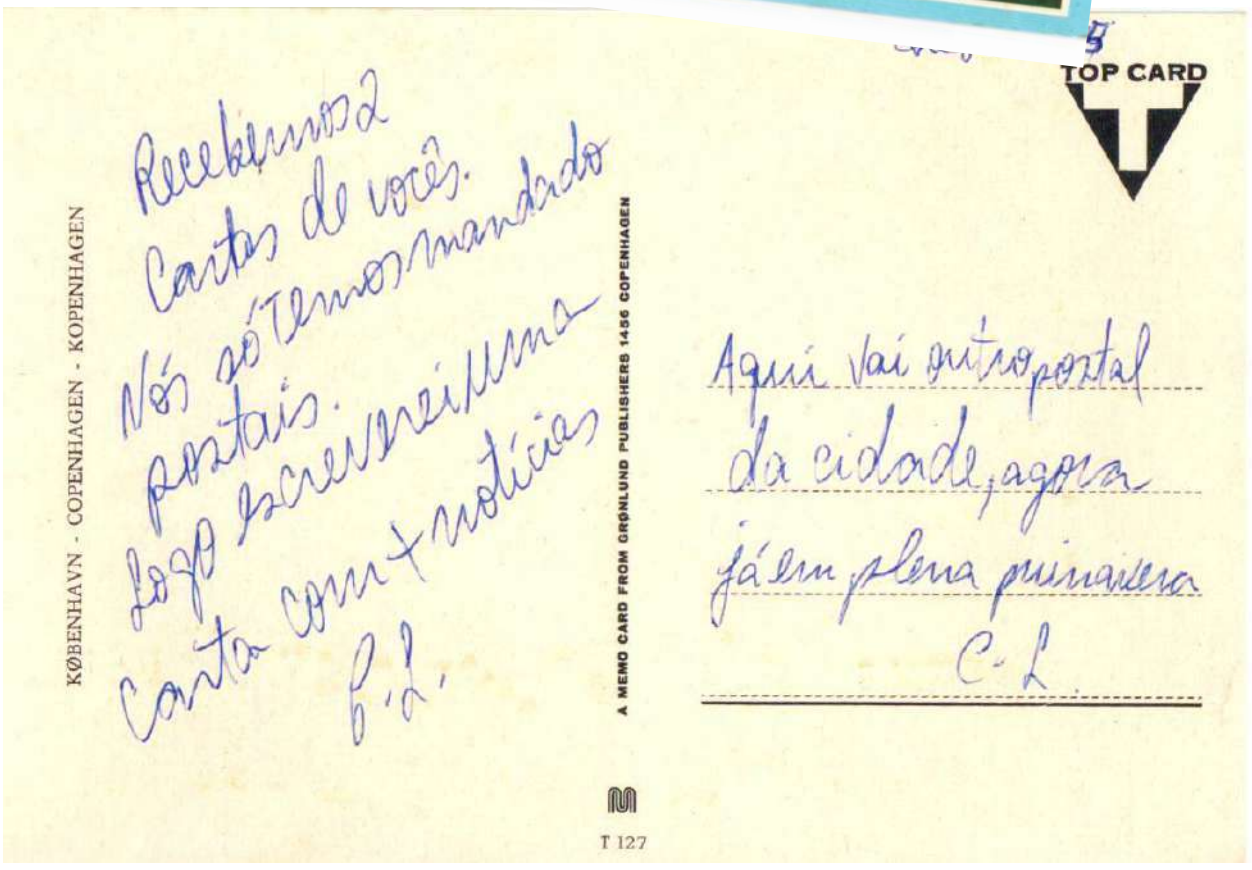
Foto: Carvalho (Daniel de Andrade)

Leopoldo e Beti na travessia entre Copenhague e Malmö

Foto: Carvalho (Daniel de Andrade)

Beti, Tico e Leopoldo em Copenhague.





Recebemos 2
Cartas de vocês.
Nós só temos mandado
postais.
Logo escreveremos
Carta com + notícias
B. J.

Aqui vai outro postal
da cidade, agora
já em plena primavera
C. L.

Tico e seu amigo Atanásio em Copenhague

Tico e seu amigo Atanásio no Zoológico de Copenhague.

Tico em Copenhague

COPENHAGEN, DENMARK · KOPENHAGEN, DANEMARK

A TOP-CARD FROM GRØNLUND'S PUBLISHERS — COPENHAGEN

Aqui são 4 vistas
da cidade, e em uma
delas se vê a guarda da
rainha, em frente ao palácio

Recebemos 2 cartas, uma das
quais trazia o novo número
do telefone.

Com os cumprimentos
pelo 1º de abril (que, se
não me esqueço é o dia
de outro aniversário famoso)

L. L.

Algumas vistas
da cidade, com a
serisa e a guarda
da rainha na Praça
do Palácio.

L. L.

Copyright GLOBE-slides

Made By Kodak

PARABENS

PELA

DATA

18-V-73

V - DE VOLTA AO CHILE

Ao chegar a Santiago, fomos até nosso antigo apartamento em Macul, onde Encarnacíon já nos esperava.

Denise casara-se com um companheiro chileno e morava em outra casa, enquanto sua mãe permanecia no apartamento e nos recebeu dizendo que lá poderíamos ficar por quanto tempo quiséssemos.

Conversamos com Denise, que ia sempre ao apartamento, e ela nos disse que sua mãe estava fazendo alguma confusão mental, embora não fosse tão idosa.

Por isso, passamos a tratá-la com mais atenção. Sabíamos que, por ter tido seu filho e genro assassinados, o marido clandestino, a filha e ela própria terem sido presas e torturadas era uma mulher que dedicara a vida à causa, e o sofrimento na certa provocara-lhe um envelhecimento precoce.

Reencontramos os velhos amigos e com Wilson, Chiquinho, José Duarte, Guarani, Dora, Jaimão, Travassos e outros companheiros, discutimos a situação do Chile. Eles me colocaram a par da conjuntura política daquele país na época. Wilson, ao me encontrar, entregou-me a pistola Whalter 7,65 que eu lhe confiara quando fui para a Europa, dizendo-me: "Jaiminho, é sua".

Fiz-lhes também um relato sobre nossas andanças pela Europa e todos concordaram que, na situação em que lá nos encontrávamos, o melhor caminho para nós foi aquele que escolhemos, ou seja, o retorno a Santiago.

Reencontrei-me com Julio Stuardo, já na função de governador de Santiago. O companheiro me expôs seu posicionamento sobre a realidade do Chile de então.

A conversa com os companheiros, a leitura de jornais e o dia a dia no Chile revelavam, a quem quisesse ver e ouvir, que o golpe militar estava em marcha.

Poucas semanas antes, havia ocorrido uma tentativa de golpe de direita, com tiroteios e enfrentamento entre militares golpistas e aqueles leais ao presidente Allende, com várias mortes. O movimento terminou sufocado pelas tropas do general Carlos Prats, comandante do exército chileno.

Finda a quartelada, Allende cometera o grave equívoco de fazer concessões aos golpistas e substituiu Prats pelo general Augusto Pinochet no comando do Exército, militar de direita que, na época, já conspirava contra o presidente.

O país estava dividido.

A direita pregava abertamente a derrubada do governo e, enquanto o PCC e os setores conservadores do PS defendiam a conciliação, a maioria do PS, o MIR e os demais setores de esquerda pediam ao presidente armar o povo para enfrentar o golpe.

Allende tentou-se pela ilusão da conciliação e, durante suas últimas semanas como presidente, procurou conter os golpistas, fazendo-lhes mais concessões.

Nas ruas, o clima era tenso e era comum acontecerem discussões acaloradas entre os transeuntes, a favor e contra o golpe, o que gerava algumas vezes até agressões físicas.

No dia 4 de setembro de 73, para comemorar o terceiro aniversário de sua eleição, Allende convocou uma manifestação em frente ao palácio presidencial de La Moneda.

O ato adquiriu proporções gigantescas e mais de um milhão de pessoas desfilaram na rua diante do palácio, a maior parte delas gritando "ARMAS PARA O POVO".

Nessa noite, Allende tomou uma posição defensiva, não discursou, o que a massa popular esperava, e limitou-se acenar à multidão.

A economia do país estava em frangalhos.

A sabotagem adquiriu tal proporção que os gêneros alimentícios eram escondidos pelas empresas distribuidoras, gerando longas filas para comprar os poucos produtos que havia nas prateleiras.

Em duas oportunidades, compareci a filas de distribuição de alimentos com militantes do PS de meu bairro para fazer proteção armada aos consumidores, já que as pessoas eram atacadas na fila pelos grupos paramilitares de extrema direita, sobretudo o mais forte deles, o Pátria y Libertad.

Dias antes de minha volta ao Chile, no dia 15 de junho de 1973 foi assassinado, em uma manifestação de rua, o companheiro Nílton Rosa da Silva, gaúcho que militava no MIR, baleado pelos fascistas do Pátria y Libertad.

Nílton fez-se meu amigo no Chile e, por estudar no Instituto Pedagógico, ia frequentemente a meu apartamento antes de minha viagem à Europa, muitas vezes almoçando conosco.

A CIA atuava descaradamente no Chile. Financiou a greve de proprietários de caminhões que durou mais de um mês e que deixou o país sem transporte de carga e agravou o desabastecimento. Os donos de caminhões

recebiam em dólares para que não movimentassem seus veículos, o que inflacionou o mercado paralelo da moeda americana no Chile. Meu último contato com o amigo Júlio Stuardo foi por telefone, quando liguei na Intendência e ele me disse: "Nos tienem contra la pared estes huevones".

Analisando todos esses fatos, tomamos a decisão de ir para a Argentina.

Acreditava que aquele país passaria por alguns anos de estabilidade política e eu poderia estabelecer-me lá, com a vantagem de ficar mais próximo do Brasil.

Assim, ficaria mais fácil ter notícias da Terra, ter contatos com a família e manter acesa a perspectiva de volta à pátria que sempre me acompanhara.

Além do mais, os meses em que me afastei do Chile fizeram com que eu perdesse a ligação até afetiva que a maioria dos brasileiros tinha com o processo político chileno, sobretudo ao constatar que o governo Allende claudicava diante dos golpistas.

Desse modo, compramos nossas passagens de trem até Buenos Aires, marcamos a viagem para a manhã do dia 12 de setembro e, no dia 10, deixamos meu passaporte e o da Beti para serem carimbados na sede da polícia civil chilena, na Rua General Mackena.

Eles nos seriam devolvidos no dia seguinte, com os respectivos vistos de saída.

Não foi necessário deixar o passaporte do Tico que, por possuir dupla nacionalidade, é também cidadão chileno; portanto, foi-lhe dispensada tal providência.

No dia 10 de setembro, andava pelo centro de Santiago, quando encontrei a companheira Nanci Marieto, que não via desde outubro de 1969.

Conversamos mais de duas horas e pusemos em dia as notícias sobre os companheiros de Ribeirão Preto, cada um falando sobre o caminho percorrido durante os últimos quatro anos.

Combinamos de nos encontrar no dia seguinte, à hora do almoço, para conversarmos com mais tempo, encontro esse que terminou não acontecendo, em virtude de haver eclodido o golpe militar no dia 11 de setembro.

Nanci foi presa após o golpe e foi torturada durante vários dias pelos carrascos de Pinochet, até que, depois de libertada, conseguiu deixar o Chile.

Reencontrei Nanci somente em fevereiro de 1998 em Roma, quando viajava à Itália, país em que aquela companheira vive até os dias de hoje.

Na noite do dia 10 de setembro, estive no apartamento do companheiro Juca Alves, onde conversamos e tomamos vinho até altas horas da noite.

Juca insistiu para que eu dormisse por lá, devido ao perigo de ataque por parte dos grupos de direita que rondavam por Santiago.

Preferi voltar para casa, já que não queria estar longe da família em situações como essa. Assim, despedi-me do amigo que somente voltaria a ver anos depois, no Brasil e regressei a pé até o apartamento, percorrendo a longa distância e correndo riscos, já que patrulhas militares rodavam por Santiago, na antesala do golpe militar.

Nos últimos dias, já vivíamos sob a ameaça iminente de golpe. Eu acordava logo cedo e procurava inteirar-me do noticiário da manhã, pois aguardava pelo pior.

O GOLPE

No dia 11 de setembro, levantei-me ainda mais cedo pois teria que ir buscar nossos passaportes na sede da polícia, pois viajaríamos no dia seguinte.

Liguei o rádio e ouvi a voz grave do presidente Allende dizendo ao povo que fora eleito para um mandato de seis anos e que portanto não renunciaria e somente sairia do palácio morto.

Era o início do golpe.

Beti e eu deixamos Tico com Encarnación e corremos para tomar um ônibus que nos levasse ao centro, para que pudéssemos retirar nossos documentos. Já no coletivo o clima estava pesado.

Ao perceber que éramos estrangeiros, uma mulher começou a defender o golpe e acusar-nos de sermos agentes cubanos, enquanto eu a mandava "à puta que pariu".

Algumas pessoas do ônibus a apoiaram e a grande maioria ficou do meu lado, o que quase gerou um sério conflito.

Margeamos o Rio Mapocho, que corta Santiago, e chegamos ao nosso destino. Descemos do ônibus a 400 metros da sede do governo chileno e ouvimos forte barulho de tiroteio, enquanto aviões da Força Aérea chilena davam rasantes e metralhavam o palácio de La Moneda.

Na sede da polícia chilena, reinava o caos, com funcionários saindo do prédio rapidamente. Um policial civil com uma submetralhadora à porta tentou impedir-nos de entrar. Expliquei-lhe que estava atrás de nossos passaportes, ele respondeu que poderíamos entrar, sob nossa conta e risco. Revistou-me rapidamente e não encontrou a pistola que eu levava no bolso do casaco.

No andar superior, encontramos uma única funcionária que já deixava o local.

Quando lhe dissemos o motivo de nossa presença ela pegou uma gaveta cheia de passaportes, jogou-a sobre a mesa e disse que procurássemos pelos documentos enquanto descia a escada correndo.

Reviramos os passaportes, encontramos os nossos, devidamente vistados, e ganhamos a rua apressadamente, com a intenção de sair do centro da cidade o mais rápido possível.

Na rua, a confusão aumentara.

O tiroteio era mais intenso e tanques de guerra passavam em direção ao palácio, enquanto os aviões militares continuavam a dar seus vôos e disparavam rajadas de metralhadoras.

Os ônibus, todos de portas fechadas, passavam pelo local carregando somente o motorista e o cobrador e não paravam para ninguém, fugindo rapidamente do centro, enquanto os automóveis, em alta velocidade, procuravam também distanciar-se ao máximo do palco dos combates.

Fomos andando rapidamente pela avenida que margeia o Rio Mapocho e não conseguimos fazer com que algum táxi ou mesmo um carro particular parasse para nos levar.

Já a uns duzentos metros da delegacia, vimos um carro de uma companhia funerária parado e com a tampa do motor aberta, enquanto seu motorista, um rapaz jovem, tentava apressadamente consertar a correia do ventilador que se soltara.

Imediatamente nos aproximamos, ele já terminara o reparo no veículo e fechava a tampa do motor, quando lhe pedi carona.

Por incrível que possa parecer, o rapaz, humilde funcionário de uma empresa, simpatizava com o golpe e começou a relutar em levar-nos. De pronto, argumentei que Beti estava grávida, o que já era visível, e que precisávamos sair do centro, pois não conseguíramos nenhuma condução.

Estava com alguns dólares, pois havia trocado quase todos os escudos chilenos que tinha para viajar à Argentina. Propus dar-lhe uma gorjeta que correspondia a três vezes o valor de uma corrida de táxi para minha casa.

Enquanto ele pensava, apertei o cabo de minha 7,65 , pois, se houvesse recusa, eu me apropriaria do carro com esse argumento que não daria margem a negativas e faria com que ele passasse a pedir carona.

Enfim, o rapaz decidiu levar-nos e durante o trajeto foi tecendo comentários contra o governo de Allende, enquanto eu dizia que era professor de música e apolítico. Ofereci-lhe um pouco mais de dinheiro para que ele desviasse a rota e nos deixasse mais perto de casa.

Quando cruzávamos a Avenida Antônio Varas, perto de um quartel, havia uma barreira montada na esquina, onde 12 ou 15 carabineros, armados de fuzis e submetralhadoras, paravam todos os carros e faziam com que as pessoas descessem, revistando o veículo e seus passageiros.

Pensei rápido e estava claro que era impossível resistir. Disfarçadamente, sem que o motorista de nosso carro visse, coloquei minha arma embaixo do tapete do carro e abaixei a cabeça, como se estivesse mergulhado em profunda tristeza.

Embora não nos houvéssemos falado, Beti agiu da mesma forma. Os soldados detiveram o veículo, olharam para nós e, certamente concluindo que íamos buscar o corpo de algum ente querido, mandaram-nos passar.

O motorista da funerária deixou-nos na Avenida Irarrázaval, a 800 metros de nossa casa.

Discretamente, guardei minha arma, agradeci e paguei pela carona. Passei a andar pela calçada oposta à de nossa casa, pela Avenida Macul, em virtude de, nesse trajeto, haver uma escola de oficiais da Força Aérea.

Chegamos ao apartamento e começamos a decidir o que fazer.

Pela televisão, que passamos a assistir na casa de um vizinho, acompanhávamos o desenrolar dos acontecimentos, com a ação militar se intensificando e a resistência ao golpe dando seus sinais.

Por volta de 14 horas, os golpistas iniciaram o bombardeio ao palácio, em face da terminante recusa de Allende em aceitar a proposta dos militares fascistas para que ele e seus ministros deixassem o governo e saíssem do país com suas respectivas famílias.

A covardia dos asseclas de Pinochet chegou a tal ponto que, quando o negociador do presidente, o Vice-Ministro do Interior Daniel Vergara, voltava ao Palácio portando a convencional bandeira branca, recebeu uma rajada de fuzil nas costas, disparada por um dos militares fascistas.

Após o bombardeio, o palácio foi tomado de assalto pelos comandados de Pinochet.

Allende e os companheiros que estavam com ele resistiram bravamente e morreram todos na batalha, inclusive o presidente.

Não satisfeitas, tropas golpistas rumaram para a residência presidencial e a saquearam, permitindo também que participassem do saque dezenas de civis, militantes de direita e jovens de famílias da alta burguesia chilena que, sob a proteção do Exército, carregavam todos os pertences pessoais da família do presidente.

Ao mesmo tempo, a cena era transmitida por uma emissora de televisão, já controlada pelos golpistas, com o apresentador fazendo todo tipo de comentário desairoso a cada objeto que era retirado da casa.

Morto o presidente, os golpistas constituíram uma Junta Militar para governar o país, composta pelos coman-

dantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, além do comandante do Corpo de Carabineros, sob a presidência do general Pinochet.

Os golpistas passaram a governar o país, decretaram o estado de sítio e o toque de recolher, que proibia a permanência de qualquer pessoa nas ruas.

O toque de recolher vigorou por vários anos durante a ditadura de Pinochet.

Nos primeiros dias do golpe, iniciava-se às 15 horas e ia até as 6 horas do dia seguinte, passando em seguida a ter início às 18 horas e, mais tarde, vigorou a partir das 22 horas.

Quem fosse encontrado nas ruas nesse horário era, com certeza, preso, mas, nos primeiros dias, a probabilidade de ser fuzilado era muito grande.

Ainda nessa tarde, tropas da Força Aérea ocuparam os prédios onde morávamos.

Quando as vimos entrar no conjunto residencial, Manoel, nosso vizinho, militante do PS, assegurou que eram militares favoráveis ao governo Allende e já ia confraternizar-se com eles, quando eu o impedi de fazê-lo, antevendo seu equívoco.

Em seguida, os soldados mandaram-nos entrar e trancar a porta. Foram para o terraço dos prédios, de onde passaram a disparar contra o campus da Universidade do Chile — onde se localizava o Instituto Pedagógico, que fazia divisa com o conjunto em que morávamos —, procurando debelar a resistência armada que os estudantes, de lá, ofereciam ao golpe.

À noite, helicópteros sobrevoavam o Pedagógico e disparavam rajadas de metralhadoras, cujos tiros passavam próximos às janelas de vidro de nosso apartamento.

Todos nós decidimos dormir no chão, em um só quarto. Não acendemos as luzes à noite para evitar que atirassem em nossa direção.

No dia seguinte, saímos à rua e procuramos fazer contato com companheiros brasileiros, evitando afastar-nos do bairro, mas, nas casas onde procuramos, já não havia mais ninguém.

Encontramos em casa os companheiros Ricardo e Lia, mas ambos tinham poucas informações, a não ser aquelas que já conhecíamos.

A televisão chilena, de quinze em quinze minutos, divulgava uma nota da Junta Militar, instigando a população a delatar os estrangeiros, sob a alegação de que nós formávamos um exército de 15 mil pessoas armadas para matar chilenos.

Embora ridícula tal afirmação - pois se tal exército existisse não teria havido golpe militar no Chile - ficávamos em uma situação parecida à dos judeus nos territórios ocupados pelos nazistas alemães, com a agravante de que, pelo sotaque, éramos facilmente identificados. Corríamos sério risco de sermos presos ou assassinados, o que aconteceu com diversos companheiros latino-americanos que lá viviam.

Pior ainda era a situação dos companheiros negros, pois além das perseguições que todos nós sofríamos tinham contra eles a sanha racista dos nazistas de Pinochet, o que os deixava em uma situação ainda mais difícil.

Devido ao fato de sermos amigos de todos os moradores do prédio em que vivíamos, não fomos delatados, já que os vizinhos de esquerda nos apoiavam e os de direita não nos entregariam em virtude da amizade existente.

O vizinho do apartamento em frente ao nosso era homem de direita e aplaudiu o golpe. Entretanto, no primeiro dia em que o centro da cidade foi liberado, andou por lá e voltou assustado com a quantidade de cadáveres que viu nas ruas e boiando no Rio Mapocho.

Na verdade, a todo momento, tínhamos notícias cada vez piores sobre a violência dos golpistas chilenos.

Soubemos pelos amigos chilenos do brutal assassinato do cantor e compositor Victor Jara.

Victor fora preso quando resistia bravamente ao golpe, junto com centenas de pessoas na Universidade Técnica do Estado e levado ao Estádio Chile, centro esportivo transformado em presídio pela Ditadura.

Teve os punhos arrebentados à frente de todos os presos para que "nunca mais tocasse", segundo seus algozes, que o deixaram morrer de forma dolorosa, com fortes hemorragias.

No dia 15 de setembro, recebi a visita do proprietário da casa de Ñuñoa, que eu alugara para ser aparelho da organização. Contou-me ele que na véspera, o local fora invadido e muito danificado por militares chilenos, oportunidade em que já não havia mais ninguém na casa.

No momento do golpe do Chile, Hilda já se encontrava em Cuba com os filhos. Isaura e Dina já haviam mudado da casa, que continuou servindo de aparelho à ALN e cujos ocupantes felizmente deixaram o local antes da invasão perpetrada pelos vândalos a serviço de Pinochet.

No dia 16 de setembro, Manoel e Garcia, meus contatos do PS no prédio, já acreditavam que o golpe se consolidara. A resistência no centro da cidade fora totalmente submetida pelos golpistas, começando a se antever que a luta contra Pinochet seria a longo prazo.

Propuseram-me, então, que enterrássemos nossas armas e algum material cirúrgico que estava com Garcia. Para isso, saltamos o muro que separava nossos prédios do Instituto Pedagógico e, em sacos plásticos, enterramos o material depois de engraxá-lo bem.

Tomamos o máximo cuidado possível, até porque o campus da Universidade estava ocupado pela Força Aérea. Terminada a tarefa, saltamos o muro de volta e já nos dirigíamos a nossas casas quando Garcia lembrou de que as peças do material cirúrgico continham as iniciais de seu irmão, médico que participava da resistência.

Pulamos o muro de novo, abrimos a cova rasa e retiramos todo o material cirúrgico, voltando a enterrar as armas no mesmo local. Já terminávamos a tarefa, quando ouvimos passos e vozes de várias pessoas que vinham em nossa direção.

Corremos para o muro, que escalei com extrema velocidade e de cima ajudava os companheiros a saltá-lo, quando os recém-chegados deram de cara conosco. Passado o susto de ambos os lados, todos riram, pois se tratavam de quatro militantes do PCC que lá estavam para fazer o mesmo serviço que nós.

Garcia nos trouxe também mais informações, segundo as quais os estrangeiros estavam se refugiando nas diversas embaixadas de Santiago e propôs-nos que fizéssemos o mesmo, pois o PS não via outra alternativa.

Tínhamos, entretanto, alguns problemas para nos asilarmos em alguma embaixada, pois Beti estava com seis meses de gravidez, Encarnacíon era uma senhora e, além do mais, Tico estava doente, com febre alta e forte dor de garganta.

Beti e eu saímos para levar Tico a um posto médico, onde ele foi atendido e medicado, mas percebemos que correramos sério risco, pois, ao nos reconhecerem como estrangeiros, éramos o alvo de todas as atenções. Por sorte, não havia nenhum dedo-duro por lá.

Enquanto estávamos no posto, entrou no local uma patrulha do Exército para levar um soldado ferido. Os soldados já chegaram gritando e apontando os fuzis para todos os presentes, provocando gritos de uma menina de uns quatro anos.

Aterrorizada, ela gritava: "Socorro, os militares vêm vindo!", enquanto seu pai a acalmava, também temeroso de ser questionado pelos soldados sobre as razões do medo de sua filha.

Saímos do posto médico e cometemos a imprudência de ir até o centro da cidade, para onde nos dirigimos de ônibus até o prédio onde moravam Chiquinho e Patrícia, a poucas quadras do Palácio de La Moneda.

No apartamento, ninguém nos atendeu. Seguramente os companheiros já tinham saído de lá.

Assim, voltamos para a Alameda, tomando o ônibus de volta, sempre sem dizer uma só palavra para não

sermos reconhecidos como brasileiros.

O centro estava tomado por forte contingente militar e realmente, por sorte, não nos pararam ou pediram documentos, o que poderia resultar, no mínimo, em nossa prisão.

Ao chegarmos em casa, conversamos com Encarnacíon, que, às vezes, perdia um pouco a lucidez. Nesse dia, ela nos contou, como se tivesse feito a ação mais correta do mundo, que queimara seu passaporte brasileiro, seguindo o conselho de uma espanhola, amiga sua, que vivia no Chile.

Encarnacíon conseguira recuperar após o banimento um passaporte brasileiro que retirara quando ainda possuía vida legal no Brasil, documento que, naquele momento no Chile, lhe era de imensa valia.

Concordou, entretanto, conosco que era urgente deixarmos o Chile.

Conversei com o companheiro Garcia e solicitei seu apoio para que assim procedêssemos.

De madrugada, Tico piorou e acordou respirando mal, com a garganta muito bloqueada, o que fazia com que tivéssemos que levá-lo ao médico com urgência.

Na manhã do dia 17 de setembro, procurei por um vizinho nosso para pedir-lhe que levasse o Tico ao posto de atendimento como se fosse seu filho, para evitar que pudéssemos ser presos.

Fomos recebidos por sua mulher que disse que certamente ele o faria, disse ainda que aguardássemos, pois ele tinha ido fazer compras na padaria e voltaria em seguida.

Prisão

Enquanto esperávamos pelo amigo, observei pela janela do apartamento que dois carros grandes entravam no residencial, ambos com várias pessoas dentro e, à frente, um homem a pé portando uma submetralhadora.

Os automóveis não continham nenhuma inscrição que os identificassem e as placas eram aparentemente comuns e quase certamente "frias". Os homens não tinham farda, o que nos fez concluir que pertenciam à polícia civil

Sai à porta e o vizinho da frente, ao perceber que as visitas eram para nós, propôs-me, apesar de simpatizante do golpe, que entrássemos todos em seu apartamento para nos escondermos.

Pensei rápido e concluí que não deveríamos fazê-lo.

Tico piorava a cada minuto e precisava de atendimento médico urgente. Era quase certo que os policiais, não nos encontrando, ficassem no apartamento por várias horas, o que faria com que o menino passasse a correr risco de vida.

Decidimos, assim, esperar em casa e enfrentar os intrusos, que já subiam a escada do prédio.

Aguardei que tocassem a campainha e abri.

De imediato, os policiais invadiram a casa, apontaram-nos as armas e revistaram todo o apartamento, destruindo boa parte do que havia nele, enquanto perguntavam por Denise Crispim.

A princípio, pensaram que Beti fosse a Denise, somente se convencendo do contrário depois que ela lhes mostrou seu passaporte e os demais documentos que possuía.

Com o Tico no colo, eu procurava demonstrar calma, e, por isso, não percebi que ele perdera os sentidos,

em virtude da falta de ar que a enfermidade lhe causava.

Ao notar que o menino passava mal, Beti tomou-o em seus braços e pediu ao chefe dos policiais que o levassem ao médico, enquanto ele respondia que somente o faria após lhes dizermos onde estava Denise.

Beti demonstrou muita firmeza, disse que não conhecia Denise e renovou o pedido para que levassem Tico ao médico, agora já um pouco em desespero.

Olhei para a submetralhadora que o policial portava e notei que estava travada.

Pensei rápido e observei que, no pequeno espaço da sala do apartamento, estávamos em sete pessoas, pois lá se encontravam Beti, Encarnación e mais quatro policiais, além do Tico. Fiquei na dúvida se o tira estava blefando ou se pensava mesmo em deixar o menino morrer sem atendimento.

Com muita firmeza, exigi que levassem Tico ao hospital, já resolvido, caso se negassem, a tentar arrancar-lhe a submetralhadora das mãos, certo de que, provavelmente morreriam todas as pessoas dentro da sala.

Assim, disse ao policial, erguendo a voz: "É melhor vocês levarem o menino ao médico", sem tirar os olhos de sua arma.

Tenho certeza de que o tira percebeu minhas intenções e até hoje não sei se, por medo ou compaixão, ordenou que dois de seus comandados, que estavam do lado de fora do apartamento, levassem Beti e Tico para que ele fosse medicado, utilizando um dos veículos da operação.

O estado do menino era realmente grave.

Quando os policias desceram com Tico e Beti, dezenas de vizinhos se aglomeravam ansiosos na área comum dos prédios. Soube depois, por alguns deles, que entraram em pânico quando viram o menino desmaiado no colo da mãe com o rosto manchado com um preparado cor violeta. Havíamos aplicado o medicamento pela manhã e nossos amigos acreditaram ser manchas de sangue em virtude de disparo de arma de fogo.

Os policiais saíram em alta velocidade com a sirene ligada, enquanto no apartamento quatro homens interrogavam a mim e a Encarnación.

Consegui olhar o papel que o chefe deles trazia nas mãos e li, datilografado, o nome de Denise e o endereço do apartamento, com a anotação "Aparelho da ALN", tudo escrito em português.

Era evidente que procuravam por Denise a serviço da ditadura brasileira, a qual, com certeza, queria tê-la novamente em suas mãos.

Na verdade, notei que não tinham informações sobre mim, mas somente meu endereço e seu objetivo era realmente prender Denise.

De todas as outras prisões de brasileiros no Chile de que tivera notícia, a invasão de minha casa se diferenciava, pois aquelas eram realizadas pelas Forças Armadas e pelos carabineros, que praticavam inúmeras violências contra os presos.

Mas, em geral, não perguntavam por ninguém, torturavam e espancavam por mero sadismo; quase sempre ocorriam essas prisões em virtude de delações de vizinhos, pelo fato de serem os companheiros estrangeiros.

Nossa prisão, entretanto, tinha outra conotação.

Em primeiro lugar, porque era realizada pela polícia civil; também, por trazerem os policiais anotações em português; e, ainda, por terem procurado especificamente por uma pessoa.

Anos mais tarde, passaria a ser de conhecimento público a existência da famigerada "Operação Condor", assim batizada por referência à enorme ave que habita a Cordilheira dos Andes.

Tal operação, gestada na década de 70, consistiu em um intercâmbio entre as ditaduras militares do Brasil, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, do Chile e da Bolívia, com o objetivo de que suas forças repressivas passassem

a atuar em conjunto, prendendo, torturando e assassinando revolucionários desses países, independentemente do território em que se encontrassem.

Assim, alguns oficiais da Marinha Brasileira, agentes do CENIMAR, estiveram presentes no Estádio Nacional de Santiago e torturaram alguns presos políticos brasileiros, entre eles o companheiro Juca Alves.

De fato, foi descarada a intromissão da ditadura brasileira nos episódios do Chile.

Dias antes do golpe, já havíamos detectado a presença de alguns brasileiros com procedimento estranho naquele país que, quase certamente, seriam agentes da ditadura militar.

Não foi por acaso que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer diplomaticamente a ditadura de Pinochet, ainda no dia 11 de setembro.

Minha prisão em Santiago ocorreu sem sombra de dúvidas pelo intercâmbio já existente entre as ditaduras latino-americanas, que mais tarde seria consolidado na "Operação Condor".

Embora violentos, percebi que os policiais eram inexperientes e passei a dominar a situação, dizendo-lhes que não conhecia nenhuma Denise e que era professor de Música. Passaram a espancar a mim e a Encarnación, dizendo que em casa não havia livros de música.

Mostrando-lhes as passagens, disse-lhes ainda que teria saído do Chile no dia 12 de setembro, se não tivesse havido o golpe, e neguei ainda que fosse refugiado político.

Desafiei-os ainda a perguntar aos vizinhos se ali teria morado alguma pessoa com o nome Denise e, notando que não o fariam, passei a conduzir o interrogatório para onde me interessava.

Em dado momento, um policial encontrou em um dos guarda-roupas da casa uma tira amarela que pertencera a uma cueca "zorba" esquecida no apartamento quando viajei para a Europa e que Encarnación havia cortado.

Em virtude de estarem os militantes de esquerda da resistência vestindo fardas militares para confundirem os golpistas, o comando das Forças Armadas Chilenas determinou que todos os militares utilizassem como senha um bracelete de pano que era amarrado ao braço de cada um deles, cuja cor mudava todos os dias, para que não fossem utilizados também pelos membros da luta contra Pinochet.

Naquele dia, o bracelete utilizado pelos soldados golpistas era amarelo, quase idêntico à tira da cueca que o policial encontrara e, como os membros da polícia civil também usavam a senha, todos os policiais que estavam em casa também a portavam.

Encostando a tira da cueca junto ao bracelete que portava, concluiu o policial que nós estávamos engajados na resistência contra Pinochet, utilizando a senha do dia.

De imediato, percebi que a situação se complicava, até porque, no Chile, não se utilizavam na época cuecas desse tipo, mas somente cuecas estilo "samba-canção" - logicamente, os policiais duvidariam de minha explicação.

De qualquer modo, disse-lhes que aquele pedaço de pano nada mais era que parte de uma cueca e pensava em mostrar-lhes, como comprovação, outra peça de roupa do mesmo tipo, quando os policiais se irritaram e passaram a me espancar, chamando-me de cínico.

Embora tenso, pensei sobre o ridículo da situação em que me encontrava, pois, afinal, estava apanhando por causa de uma cueca "zorba" e, embora já duvidasse que eu fosse sair com vida daquele episódio, passava na minha cabeça que, caso vivesse, seria muito engraçado contar esse fato um dia a alguém.

Tal pensamento fez com que eu começasse a rir e, então, a coisa piorou.

Interpretando meu riso como cinismo, passaram os policiais a me baterem mais ainda, até que Encarnación, talvez para me livrar da pancadaria, gritou para os tiras: "Denise Crispim é minha filha. Eu sei onde ela está, não a entreguei para a polícia no Brasil, não vou entregar para vocês".

De imediato, deixaram os policiais de me agredir e o chefe deles perguntou a Encarnación: "O que a senhora está falando?"

Encarnación, que falara em português, repetiu as mesmas palavras em espanhol, pausadamente, e encarou o policial com firmeza.

Na verdade, até então, não sabiam os tiras que Encarnación era mãe de Denise, mesmo porque seus documentos não continham o sobrenome Crispim, pois constava deles apenas Encarnación Lopes Peres.

A situação engrossou após ouvirem da corajosa revolucionária que, além de ser a mãe da pessoa a quem procuravam e de saber onde ela estava, não iria dizer-lhes.

Desafiados por uma senhora que acreditavam frágil, os policiais sentiram-se atingidos em seu orgulho.

Agarraram-nos com a violência à qual estão habituados, arrastaram-nos para fora do apartamento e fizeram com que descêssemos as escadas a socos e pontapés até o pátio do residencial, onde nos enfiaram na viatura, sob os olhares solidários de diversos vizinhos que viam a cena, sem que nada pudessem fazer.

Não sabíamos para onde nos levavam, mas, durante o trajeto, os quatro policiais nos faziam ameaças de toda a espécie, enquanto Encarnación e eu, no banco de trás, não dizíamos nenhuma palavra, espremidos entre dois tiras.

Passando pela Praça Itália, pude ver de longe o companheiro Paulo Sandroni parado na esquina, provavelmente esperando uma oportunidade para se refugiar na embaixada da Argentina, que ficava a poucos metros do local onde se encontrava.

O carro parou na Rua General Mackenna e percebi que novamente voltaria à sede policial, onde, dias antes, estivera para buscar meu passaporte, em meio ao tiroteio do golpe.

Descemos da viatura, Encarnación abraçou-me e murmurou ao meu ouvido: "Fique firme".

Em resposta, olhei-a de modo a tranqüilizá-la, pois, naquela hora, o único sentimento que me movia era o de firmeza. Sobretudo depois do exemplo que dera aquela mulher revolucionária, após ter agido como agiu diante das ameaças e da violência da polícia. Além do mais, eu tinha convicção de que preferia morrer a entregar Denise ou quem quer que fosse.

Nesse momento, ocorre uma cena pitoresca. Um homem conhecido no centro de Santiago por suas atitudes excêntricas, figura típica na cidade, seguramente com problemas mentais, caminha em nossa direção e começa a gritar "Esses livros são meus", em referência aos livros apreendidos em casa que os policiais carregavam.

Algumas pessoas observavam a cena, o que incomodou bastante os tiras, que trataram de nos empurrar rispidamente para a delegacia, enquanto o homem continuava gritando: "Soltem o rapaz e a senhora, já disse que os livros são meus"!

Dentro das dependências policiais, separaram-nos e nos interrogaram em salas diferentes. Eu continuei afirmando durante todo o tempo, debaixo de pancadas, que não conhecia Denise.

Algum tempo depois, ouvi um disparo na sala do lado. Um policial entrou no local em que eu estava e disse a seus colegas que me interrogavam: "Matamos a velha, agora é a vez desse filho-da-puta".

Disseram, então, que era a última chance que me davam para que falasse onde estava Denise, caso contrário, me matariam. Dizendo isso, o tira que acabara de entrar encostou o revólver em minha cabeça.

Em segundos, milhares de ideias passaram em minha mente. A mais forte delas era a preocupação com Tico, pois desconhecia o que ocorrera com ele.

Pensei também que era melhor que disparassem logo, pois acreditava que, de qualquer forma, iriam matar-me e considerava preferível que o fizessem mais rápido . Além do mais sabia que, morrendo, eu jamais sucumbiria a meus algozes.

Engatilhando o 38, o policial disparou e o ruído ensurdeceu meus tímpanos, devido à proximidade, mas nada aconteceu.

O disparo fora apenas efetuado com pólvora, sem balas, com o objetivo de abater-me psicologicamente. Vim a saber, mais tarde, que haviam feito o mesmo com Encarnación e dito também a ela que já me haviam matado.

Algum tempo depois, levaram-me para uma sala onde estava o exilado brasileiro Carlos Galeón Camacho, pessoa a quem eu conhecia e que possuía um restaurante em Santiago. Um policial me disse que poderia conversar com meu compatriota, se quisesse.

Falei pouco com Camacho, até porque sobre ele pesavam algumas suspeitas entre os exilados. Muito me estranhou que, em um regime que perseguia com fúria os estrangeiros, a polícia permitisse que ele circulasse com desenvoltura no prédio.

Também era muito estranho que os policiais me mandassem conversar com ele, fugindo esse comportamento a qualquer regra de uma prisão política em fase de torturas e interrogatório.

Então, revi Encarnacíon, também conduzida para lá, e Camacho, alguns minutos depois, saiu do local.

Fui reencontrar Camacho vinte e cinco anos depois, em 1998, quando, na condição de presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, estive em São Paulo na sede do Tribunal de Contas do Estado, local onde ele se encontrava com o prefeito de uma cidade do interior de São Paulo, a quem Camacho estava prestando assessoria.

Em voz bem alta chamei seu nome e ele disse que não me conhecia.

Relembrei-lhe do ocorrido e ele me disse que esteve na sede da polícia chilena no dia 17 de setembro de 1973 para fornecer comida naquela repartição, já que trabalhava no ramo de alimentação, versão essa sem nenhum fundamento, que certamente ele utilizou para negar sua ligação com os policiais de Pinochet.

Quando Brizola voltou ao Brasil, Camacho envolveu-se em outro lamentável fato, pois reuniu a imprensa em um hotel que gerenciava e que tinha por um dos sócios o filho do General Golbery. Lá proferiu contra Brizola sórdida acusação, bem a contento da ditadura militar.

Ficamos durante alguns minutos naquela sala, vigiados por um policial, quando ouvimos, na sala ao lado, o chefe de polícia determinar a seus subordinados que nos levassem ao Estádio Nacional.

O Estádio Nacional era o maior estádio de futebol do Chile — local em que o Brasil venceu a partida final da Copa do Mundo de 1962, tornando-se bicampeão mundial de futebol. Pinochet transformou a praça esportiva em um gigantesco campo de concentração, lugar em que inúmeras atrocidades foram cometidas contra os presos políticos e onde dezenas deles foram assassinados.

Faltavam 15 minutos para as 18 horas, hora do toque de recolher.

Pudemos ouvir que os policiais discutiam com seu chefe e negavam-se a cumprir a ordem de levar-nos para o estádio, em virtude do toque de recolher.

Argumentavam que temiam ser fuzilados pelos militares, já que não usavam farda e, portanto, não seriam facilmente identificados como policiais.

Afirmaram ainda que dois de seus colegas haviam sido mortos na véspera por engano, nessas circunstâncias.

Passaram então os policiais a falar em voz baixa, em seguida alguns deles vieram à sala em que estávamos, ordenando a mim e aos presos, ao todo oito pessoas, que os acompanhassem.

Passamos pela sala do chefe da polícia; por estar a porta aberta, pude ver sobre a mesa os livros que apreenderam em casa e, em cima deles, a subversiva tira da cueca amarela, que sorrateiramente coloquei no bolso e levei como troféu.

Para minha surpresa, que esperava sermos fuzilados, levaram-nos até a porta da rua e mandaram-nos embora, enquanto todos os policiais que lá se encontravam deixavam apressadamente a repartição, pois temiam estarem na rua durante o toque de recolher.

Abracei Encarnación e fomos andando devagar, enquanto eu esperava que nos atirassem pelas costas, o que não aconteceu.

Já passavam das 18 horas e havia pouquíssimas pessoas na rua. Os poucos carros que circulavam o faziam em alta velocidade, pois todos queriam ir para casa, já que se iniciara o toque de recolher.

Comecei então a pedir carona, pois tínhamos que sair do centro imediatamente, pois não acreditava que, se caíssemos nas mãos de alguma patrulha militar, teríamos a mesma sorte que tivemos até então.

Um dos motoristas parou, abriu a porta do carro e, assustado, perguntou-nos se éramos loucos por estarmos na rua naquela hora e, conosco já dentro do carro, indagou para onde íamos.

Falei onde morávamos e disse que havia ido ao centro para levar minha tia ao médico, e, em face do atraso da consulta, ficamos sem condução para voltar.

Percebendo que éramos estrangeiros, o homem assustou-se ainda mais, mas não era simpatizante de Pinochet e fingiu acreditar em nossa história.

Acabou desviando seu trajeto e deixou-nos na esquina das Avenidas Irarrázabal e Macul, a oito quadras de casa.

Já estava escuro quando descemos do carro e, depois dos agradecimentos ao homem que nos dera carona, fomos caminhando pela Avenida Macul. Passamos por volta de 18h40 pela calçada oposta à da unidade da Força Aérea, com duas sentinelas à porta, que por sorte não nos incomodaram.

Chegamos em casa e reencontramos Beti e Tico.

Ela não sabia onde estávamos e, na verdade, não esperava rever-nos, pelo menos, tão cedo.

Beti logo me tranquilizou em relação ao Tico, dizendo que ele estava bem. A doença nele diagnosticada fora um "falso crupe", mas, felizmente, foi atendido em tempo e bastava continuar ministrando-lhe a medicação prescrita que ele não correria perigo de morte.

Houve, nessa noite, uma verdadeira romaria de vizinhos ao apartamento para perguntar como estávamos e manifestar-nos sua solidariedade.

EM BUSCA DE ASILO

Conversei com o companheiro Garcia, do PS, nosso vizinho, e concluímos que se tornara urgente que nos asilássemos em alguma embaixada, pois nossa libertação acontecera por mero acaso e era praticamente certo que a polícia voltaria a buscar-nos novamente.

Garcia se comprometeu a levar-nos no dia seguinte para procurar asilo político em alguma representação diplomática de Santiago.

Passamos a noite toda sem dormir, pois Tico estava bastante inquieto devido à doença. Na manhã seguinte, colocamos algumas roupas em pequenas malas e saímos com Garcia.

Era dia 18 de setembro, feriado nacional no Chile, data da Independência do país, sempre comemorada com grandes festas populares, o que não acontecia naquele ano devido ao golpe militar.

Decidimos ir à embaixada da Dinamarca e, lá chegando, havia apenas um senhor no jardim da casa, sem nenhum policial de guarda.

Solicitamos ao homem que nos abrisse o portão, dissemos que éramos perseguidos políticos e buscávamos

asilo na embaixada de seu país.

Ele se negou a fazê-lo, identificou-se como sendo o próprio embaixador e sugeriu que procurássemos embaixadas de países latino-americanos, além de ameaçar chamar a polícia diante da nossa insistência.

Resolvemos então ir à embaixada da Argentina. Paramos em uma rua perto dali, descemos do carro e notamos que havia alguma confusão no local.

Logo vimos que estavam sendo presos dois companheiros brasileiros, Pedro Alves e Iracema, que tentaram entrar naquela sede diplomática e foram agarrados pelos carabineros.

Diante desse fato e do grande contingente de policiais que lá se encontravam, decidimos voltar para casa e aguardar, enquanto Garcia faria contato com seu partido, pedindo apoio para colocar-nos em alguma embaixada.

Ao chegar ao apartamento, estava na porta nosso vizinho direitista que apoiava o golpe e que, ao ver-nos chegar com as malas, compreendeu o que se passara.

Sem fazer nenhum comentário, abriu uma garrafa de vinho tinto e foi servi-lo em taças para nós, para comemorar o dia da Independência de seu país. Desejou-nos boa sorte, manifestando assim sua solidariedade, apesar do abismo ideológico que nos separava.

Permanecemos em casa à tarde, apreensivos, sem que nada acontecesse.

À noite, Garcia voltou a visitar-nos e pediu que aguardássemos até o dia seguinte, pois já levara o problema a seus companheiros de partido e estes iriam auxiliar-nos a nos asilar.

No dia 19, Garcia nos disse que estaria ausente o dia todo, mas que seríamos procurados à tarde por uma companheira do PS que tinha a tarefa de levar-nos ao local desejado.

Já eram mais de 17 horas, quando apareceu no apartamento a pessoa que esperávamos. Segundo ela, a embaixada do Panamá mudara de local há poucos dias, por isso ainda não contava com guarda de carabineros à sua porta e já tinha em seu interior diversos asilados políticos.

Saímos com a companheira em um Fiat que estava sem a porta do lado direito e que, portanto, chamava muito a atenção, mas tivemos sorte de não encontrar nenhuma barreira policial.

A pessoa que nos conduzia parou em frente de uma casa do bairro Providência, onde nos disse que descêssemos, indicando o local.

Estava já próximo o horário do toque de recolher.

Descemos do carro ainda temerosos de havermos caído em alguma cilada, pois a casa não possuía sequer a bandeira panamenha na frente. Empurrei o portão, que não estava trancado, e, entrando no alpendre, bati à porta, que foi aberta pela companheira Maria do Carmo, a "Lia", da VPR.

Ao nos ver, Lia disse que entrássemos rapidamente.

Já na sala, divisei a presença de várias pessoas, muitas delas conhecidas. Beti, Tico, Encarnación e eu passamos a ser os mais recentes hóspedes a chegar à representação diplomática panamenha.

VI - NA EMBAIXADA DO PANAMÁ

A embaixada do Panamá ficava em uma casa pequena, praticamente sem quintal e, quando lá chegamos, já havia no lugar mais de quarenta refugiados.

Nós fomos os últimos a entrar lá naquele dia. Mas, no dia seguinte, não parava de chegar gente e, pouco a pouco, o ambiente se tornou sufocante.

Com apenas dois banheiros, as filas eram intermináveis. Para dormir, fazíamos dois turnos na sala – ficava um grupo em pé, enquanto os demais dormiam sentados, apoiados uns aos outros, para se revezarem mais tarde os dois grupos.

Os três pequenos quartos eram reservados às mulheres grávidas, às crianças pequenas, aos idosos e doentes e estavam superlotados.

A Junta Militar chilena demorou ainda uns três dias para colocar carabineros na porta da embaixada, o que fez com que aquela representação diplomática fosse muito procurada pelos companheiros que buscavam asilo.

Esse fato possibilitou, assim, que muitas vidas fossem salvas e, consequentemente, lotou a casa em que estávamos.

Com o policiamento no local, diminuiu o número de pessoas que entravam na embaixada para buscar asilo, mas, mesmo assim, o movimento não parava.

Nós procurávamos manter o portão sempre aberto para facilitar a entrada de novos companheiros, o que muitas vezes se dava com gente que corria, pulava o muro e despistava os policiais.

Em poucos dias, éramos mais de 200 pessoas na embaixada do Panamá.

A situação na casa passou a ficar insuportável, pois chilenos, bolivianos, uruguaios, brasileiros, paraguaios, peruanos, argentinos e companheiros de outras nacionalidades espremiam-se lá dentro para fugirem da repressão fascista.

Por incrível que possa parecer, chegaram a refugiar-se na embaixada quatro panamenhos que estavam exilados no Chile por serem perseguidos em seu país e, por se sentirem ameaçados pelos agentes da repressão chilena, buscaram asilo na própria representação diplomática do governo panamenho.

Ao recebê-los, o embaixador disse-lhes que os acolheria, pois eram cidadãos panamenhos e não permitiria que fossem assassinados pelos golpistas chilenos. Entretanto, os ajudaria a conseguirem asilo em um outro país, após deixarem o Chile, pois o governo panamenho não os queria em seu território.

As embaixadas em Santiago lotaram-se de refugiados e até as representações diplomáticas de ditaduras como a do Paraguai aceitaram receber asilados.

Além das embaixadas da China e dos Estados Unidos, a embaixada brasileira também fechou suas portas, deixando de amparar, inclusive, turistas brasileiros que passavam pelo Chile e nenhum envolvimento político tinham.

Preocupado com a superlotação da embaixada, o embaixador panamenho levou para sua própria residência, em seu carro que possuía imunidade diplomática, todas as mulheres grávidas, que eram em torno de vinte, para lhes proporcionar uma condição melhor.

Beti, por estar com seis meses de gravidez, foi com as demais companheiras para a casa do embaixador e levou Tico em sua companhia, o que foi melhor para ele, pois ainda não havia se recuperado totalmente da doença.

Certo dia, notamos intensa mobilização militar perto da embaixada, com veículos militares em alta velocidade e que convergiam para uma só direção.

Nós todos ficamos atentos para o que acontecia e soubemos depois, pelos próprios carabineros que montavam guarda na casa em que estávamos, que a repressão chilena acabara de efetuar a prisão do secretário-geral do PCC Luis Corvalán, localizado em um aparelho perto da embaixada do Panamá.

De qualquer modo, a situação na casa era muito difícil.

Fazíamos uma única refeição, que era servida em grupos, e revezávamo-nos na limpeza do local, embora as condições de higiene fossem precárias, o que passou a preocupar bastante os diplomatas panamenhos.

Diante desses fatos, a pedido do próprio embaixador, recebemos a visita de uma comissão de representantes da ONU e alguns diplomatas, entre eles o embaixador da Suécia no Chile, Harold Edelstam.

Homem de extrema coragem, Harold chegou a se atracar com militares chilenos que tentavam prender uma exilada brasileira, filha do líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião. Ela buscara

refúgio na embaixada da Suécia em Santiago e, por estar doente, precisou hospitalizar-se.

O embaixador Harold levou a bandeira sueca até a porta do quarto do hospital onde a moça se encontrava e transformou o recinto em extensão da representação diplomática sueca, impedindo que os gorilas chilenos invadissem o local e levassem a companheira. Essa e outras atitudes de firmeza do embaixador levaram o ditador Pinochet a pedir sua substituição junto ao governo sueco.

A delegação que visitou a embaixada do Panamá saiu de lá extremamente preocupada com a situação em que nos encontrávamos.

Conseguiu ainda, no mesmo dia, que a ditadura chilena enviasse ao local dois médicos do exército, os quais se convenceram de que poderia até ocorrer alguma epidemia no local, não que se preocupassem conosco, apenas consideravam o risco de que ela atingisse todo o bairro.

Para sairmos do país, era necessário um salvo-conduto que teria que ser expedido pela ditadura chilena. O general Pinochet negava-se a concedê-lo, o que fazia com que tivéssemos que permanecer na embaixada, sabe-se por quanto tempo.

A MUDANÇA

Houve então uma proposta feita ao embaixador pelo exilado brasileiro Teotônio dos Santos, que se encontrava refugiado conosco.

Ele propunha que a embaixada do Panamá se mudasse provisoriamente para sua casa, na Rua José Domingos Cañas, que era bem grande, o que faria com que tivéssemos mais espaço.

De pronto, o embaixador aceitou a oferta, mas encontrou algumas dificuldades, pois a Junta Militar chilena negava-se a autorizar nossa transferência.

Por fim, a ditadura cedeu, em virtude do laudo elaborado pelos médicos do Exército que nos visitaram.

No dia da mudança, a ditadura chilena montou um grande aparato militar na porta da embaixada.

Ao chegar o embaixador panamenho, fomos saindo e passando em um corredor de militares armados de fuzis que nos insultavam e chutavam o tempo todo, até entrarmos nos vários ônibus que nos esperavam.

Aos insultos dos militares, somavam-se os das madames cheias de joias e de seus diletos filhotes, que adorariam poder trucidar-nos se não tivéssemos a tão oportuna proteção diplomática.

Era o cortejo composto pelos ônibus em que estávamos, por vários veículos militares repletos de soldados e, à frente, pelo automóvel do embaixador panamenho, que carregava a bandeira de seu país.

Em meia hora, chegamos à casa de Teotônio, situada em um bairro de classe média de Santiago,

e que, a partir de então, passou a ser a sede da representação diplomática panamenha. Os funcionários da embaixada fincaram no jardim da frente a bandeira do Panamá.

Algumas horas depois, chegaram as companheiras grávidas que estavam na casa do embaixador. Eu reencontrei Beti e Tico, que já apresentava sinais de melhora.

Na nova casa, nossa situação era completamente outra. Pudemos distribuir melhor as pessoas, montar uma enfermaria onde ficavam os doentes, um quarto para as crianças pequenas e até uma despensa em um quartinho dos fundos.

Organizamo-nos em grupos que se revezavam para fazer a comida e a limpeza. Passou a ser possível dormirmos todos deitados, embora no chão, e o quintal, que era muito grande, permitia-nos até que esticássemos as pernas.

Escolhemos também uma comissão de representantes que falava por nós junto às autoridades diplomáticas panamenhas, bem como atuava como coordenação dentro da embaixada.

Nosso grupo de companheiros que pertenciam às organizações armadas brasileiras indicou para fazer parte dessa comissão o companheiro José Ibraim.

Embora em fluxo bem mais reduzido, continuava a chegar gente na embaixada, cuja frente era constantemente vigiada por quatro carabineros armados de fuzis e submetralhadoras-. Essa presença dificultava a entrada das pessoas que, muitas vezes, passavam por lá e não conseguiam entrar, o que fazia com que voltassem uma ou mais vezes.

Organizamos também um grupo de companheiros, do qual eu fazia parte, com a tarefa de garantir a entrada na casa de qualquer pessoa que para lá se dirigisse em busca de asilo.

Para tanto, revezávamo-nos em grupos de duas pessoas, que ficavam de guarda do lado de dentro do portão, com a finalidade de abri-lo rapidamente e puxar para dentro da embaixada os que lá procurassem refúgio. Evitávamos, assim, que fossem presos pelos carabineros.

Nos meus plantões, ficava na recepção com Maninho (Ronaldo Dutra Machado), companheiro da ALN do Rio e, em muitas oportunidades, ajudamos vários companheiros a se asilarem.

Na verdade, começou a crescer dentro da embaixada, por parte de alguns exilados, a tese de que não deveríamos deixar entrar mais ninguém, em virtude do desconforto generalizado que lá experimentávamos. Essa ideia foi abraçada também por alguns refugiados brasileiros, entre eles por Marco Aurélio Garcia.

Nosso grupo se opôs com veemência a essa atitude mesquinha e anti-solidária. Por essa razão, passamos a controlar a porta para garantirmos a entrada de todos.

Realizamos também uma reunião de emergência no fundo do quintal da Embaixada, para tomarmos um posicionamento contrário à indecorosa proposta de cercearmos o ingresso à representação diplomática de novos companheiros

Um exilado chegou a propor que nós colocássemos para fora da embaixada aqueles oportunistas que pretendiam proibir a entrada de novos refugiados.

Considerei na reunião que organizamos que tal atitude redundaria em entregá-los aos policiais chilenos, o que contrariava nossos princípios.

Propus, então, que eles fossem justiçados por nós e seus corpos enterrados no quintal da embaixada, proposta essa que, embora não se tenha viabilizado, arrefeceu o ânimo daqueles que pretendiam deixar companheiros à própria sorte e fechar-lhes a possibilidade de asilo que o governo panamenho abria.

Até o dia em que saímos de lá, não houve nenhuma prisão na porta da embaixada.

Logo aprendemos a reconhecer as pessoas que iam asilar-se, pois, em geral, desciam de um carro bem próximo à embaixada e passavam pela calçada de modo nervoso.

Ao notar que se tratavam de futuros hóspedes do governo panamenho, tomávamos rápidas providências para que entrassem.

Algumas pessoas se destacaram por levar em várias oportunidades companheiros até à embaixada.

Uma delas foi o ex-presidente da UNE, José Serra, que muitas vezes se arriscou parra salvar a vida de refugiados que transportava até o local. Tal atitude custou a Serra sua prisão no Estádio Nacional, de onde foi salvo por interferência do embaixador da Itália em Santiago.

Passamos a conhecer também os carabineros que ficavam de guarda à frente da embaixada e que se dividiam em três turnos de quatro soldados.

Um dos grupos era composto por soldados que não gostavam de nós e impediam que pessoas do lado de fora conversassem conosco através das grades da embaixada.

O segundo grupo era formado por militares mais liberais, com os quais dialogávamos e em cujo turno permitiam a aproximação de todos.

Em seu plantão, era fácil colocar para dentro novos refugiados e mesmo mandar recados a exilados em outras embaixadas, por companheiros chilenos que nos visitavam.

O terceiro grupo era composto por quatro corruptos, que passaram a agir como seus colegas do segundo grupo, permitindo a entrada de novos asilados, desde que lhes fornecessem seus endereços e as chaves de suas casas, para que eles as saqueassem quando seu plantão terminasse.

Decidimos suborná-los dessa forma, para salvar a vida de mais companheiros.

Assim, orientávamos a alguns companheiros que se acercavam da Embaixada para falar conosco e deixar ou levar recados importantes.

Um dia, esteve na Embaixada a brasileira Leila Simões, irmã do companheiro Guarani, levando-nos notícias de vários companheiros e relatando as torturas que ela sofrera no Chile.

Em certa oportunidade, eu estava no fundo da casa em que nos encontrávamos, quando ouvi comentários segundo os quais acabara de acontecer um incidente na porta da embaixada.

Um senhor brasileiro se aproximara dos soldados e pedira para conversar com seu filho no interior da casa.

Os militares ameaçaram-no com prisão um deles engatilhou a submetralhadora e exigiu que o homem se retirasse.

Os companheiros que estavam de plantão na porta, do lado de dentro da casa procuraram contornar a situação e sugeriram àquela pessoa que voltasse depois da troca de turno da guarda.

Dirigi-me à porta da embaixada e constatei aquilo que já imaginava desde o primeiro momento, ou seja, o visitante era meu pai, que, ao se ver impedido de falar conosco, desafiou os carabineros e

deixou-os furiosos.

Com a troca da guarda, Moacyr retornou e pudemos, enfim, conversar.

Ele nos disse que ficara sem notícias nossas e preocupado com a situação política do país, noticiada em todo mundo, resolveu viajar ao Chile para nos procurar.

Foi um dos únicos passageiros a descer no aeroporto de Santiago, no primeiro voo autorizado a pousar no local, após o golpe do Chile.

Ao chegar a Santiago, meu pai foi até o residencial em que morávamos; lá, foi informado por vizinhos sobre nosso paradeiro e, em seguida, foi para a embaixada do Panamá.

Contamos-lhe sobre o que nos aconteceu depois do golpe do Chile. Ele ainda saiu para comprar pão para todos os companheiros que se encontravam na sede diplomática do Panamá. Na padaria, chegou a fazer em nosso idioma um discurso contra Pinochet e disse em altos brados qual era o destino do alimento que comprava.

Propôs-se ainda a levar recados a companheiros nossos, asilados em outras representações diplomáticas, o que realmente fez, não se importando com o risco que corria.

Sugeriu meu pai que, se quiséssemos, ele levaria o Tico para o Brasil, mas nós agradecemos e preferimos mantê-lo em nossa companhia, sobretudo porque o menino ainda se recuperava da doença e estava muito inseguro, devido aos recentes acontecimentos.

Chegamos a discutir com meu pai a possibilidade de ele também se exilar na embaixada, pois temíamos que pudesse vir a ser vítima da repressão da ditadura chilena. Entretanto, ele preferiu regressar ao Brasil e marcou passagem para o dia seguinte, dois dias depois de sua chegada.

Despedimo-nos do velho que, mais uma vez, demonstrava sua coragem pessoal e espírito de solidariedade, e prometemos comunicar-nos tão logo chegássemos ao Panamá.

Soubemos depois que, à noite, o hotel em que meu pai se encontrava no centro de Santiago foi invadido por um grupo de carabineros que pediram documentos a ele e ao senhor Simões, pai do companheiro Reinaldo Guarani, que também fora procurar por seus filhos no Chile. Os fascistas fizeram ameaças de toda espécie e disseram que os dois seriam presos se não retornassem ao Brasil na manhã do dia seguinte.

Anos depois, o Sr. Simões me contou da postura firme do velho Moacyr, que olhou os militares de cima em baixo e sentenciou: "Não tenho medo, já estou acostumado com ditadura!".

Chegando a nosso país, meu pai telefonou para a embaixada, conforme o combinado, e avisou que chegara inteiro à Terra, o que nos deixou aliviados, pois estávamos muito preocupados com ele.

No dia 23 de setembro, morre Pablo Neruda.

Lutava contra um câncer que o vinha consumindo há tempo e morreu poucos dias depois do golpe militar, pois, desde o dia 11, mergulhara em profunda tristeza, o que agravou seu estado de saúde.

Sua casa em Santiago havia sido invadida e destruída pelos militares chilenos e ao perceber o agravamento de sua saúde, Matilde levou-o da Isla Negra, onde estavam a um hospital de Santiago, local em que o poeta veio a falecer.

No enterro do poeta, milhares de pessoas compareceram. Nem mesmo a força da repressão da ditadura conseguiu impedir que os chilenos dessem seu último adeus a Neruda. Seu funeral transformou-se em uma manifestação contra o golpe militar.

Dentro da embaixada, emocionados, escutávamos a transmissão em espanhol da Rádio Moscou que, durante o enterro, fez bonita homenagem a Neruda e noticiou a manifestação que se realizava.

Suspeitou-se, à época, que o poeta teria sido envenenado pela ditadura chilena. Cinquenta anos depois, em 2023, um sobrinho de Neruda, amparado por uma laudo de peritos, denunciou ao mundo que seu tio foi realmente envenenado pelos assassinos da ditadura de Pinochet.

Os refugiados políticos nas embaixadas de Santiago já eram muito numerosos e crescia a pressão internacional para que Pinochet nos fornecesse salvo-conduto, a fim de que deixássemos o país.

Na embaixada do Panamá, já éramos quase 300 asilados, quando a ditadura militar chilena cedeu às pressões e decidiu conceder-nos os salvo-condutos, fazendo exceção apenas a umas dez pessoas, não se sabe por quais critérios. Assim, esses companheiros permaneceram na embaixada por mais tempo.

O embaixador reuniu-se, então, com a comissão que nos representava e comunicou que o governo de seu país fretara um avião da companhia venezuelana VIASA para nos levar ao Panamá.

Disse-nos também que, devido ao número elevado de refugiados, deveriam ser realizados dois voos. Propôs o diplomata que, no primeiro voo, viajassem as mulheres e crianças, e, no segundo, no dia seguinte, iriam os homens.

Fizemos uma assembleia na embaixada. Um grupo de refugiados, entre os quais eu me incluía, propôs que não houvesse tal divisão, indo homens e mulheres nos dois voos.

Temíamos que, permanecendo apenas homens na embaixada, os militares chilenos poderiam invadi-la sob um pretexto qualquer e realizar um massacre, o que seria muito mais difícil de ocorrer com a presença de mulheres e crianças no local.

Fomos vencidos pela maioria.

Ficou decidido que no primeiro avião iriam todas as mulheres, as crianças e ainda os homens cujas mulheres estivessem grávidas, enquanto os outros companheiros iriam dias depois.

Pelo fato de Beti estar grávida, fui colocado na lista para o primeiro voo, conforme decisão do coletivo, mas decidi ficar e viajar com os demais companheiros no segundo, pois acreditava que deveria correr os mesmos riscos que eles.

Novamente despedi-me da Beti e do Tico, dessa vez, na expectativa de reencontrá-los em breve no Panamá e fiquei com os companheiros refugiados. Assim, preparamo-nos para partir no segundo voo, que ocorreria um dia depois.

Pinochet editara um decreto banindo do país todas as pessoas que deixavam o Chile como refugiados de embaixadas. Assim, Tico foi banido da terra em que nasceu com 1 ano e 10 meses de idade.

Nova ameaça

Naquela noite, ocorreu um grave incidente na embaixada.

Já passava da meia-noite, quando quatro companheiros chilenos saltaram a grade da casa e correram para o fundo do quintal.

Enquanto nós os recebíamos, os carabineros que estavam de sentinela começaram a efetuar vários disparos de fuzil.

Os quatro, todos eles de Chillán, pretendiam asilar-se na sede diplomática do Panamá e se dirigiram para lá durante o toque de recolher.

Passaram em alta velocidade pela rua que cruzava com a da embaixada, a poucos metros do local, e frearam a camioneta em que se encontravam, a alguma distância da esquina.

De imediato abandonaram o veículo, correram e deram a volta na quadra, enquanto os quatros carabineros, agindo de forma bastante primária, saíram em seu encalço, todos em uma só direção e deixaram a porta da embaixada desguarnecida.

Os quatro contornaram o quarteirão e conseguiram enganar seus perseguidores. Assim, entraram rapidamente na embaixada e puseram-se a salvo, o que deixou os carabineros profundamente irritados.

Minutos depois, chegaram alguns veículos do Exército com mais soldados que se postaram na frente da embaixada e atiravam para cima e para o chão do jardim da frente da casa.

De imediato, passamos a retirar os companheiros que estavam alojados na sala da frente, preocupados sobretudo com Betinho, por sua condição de hemofílico, já que todos eles poderiam ser alvos dos disparos, caso os militares decidissem atirar em direção à porta.

Cessados os tiros, o oficial que comandava o contingente gritou que daria um prazo de 15 minutos para que entregássemos os quatro refugiados chilenos, caso contrário, invadiriam a embaixada e matariam a todos.

Procuramos ganhar tempo — representantes nossos, à distância, gritavam e tentavam dialogar com o oficial que comandava os soldados.

Eu e outro companheiro fomos rastejando até à sala, conseguimos pegar o telefone e ligar para a casa do 1º secretário da embaixada panamenha, solicitando sua interferência.

O embaixador viajara para o Panamá com o grupo de refugiados, que deixara o Chile no primeiro voo e o 1º secretário era o segundo homem na hierarquia diplomática.

Por esse motivo, recorremos a ele. Em nome de todos os companheiros refugiados, eu lhe disse que, caso houvesse invasão da embaixada, além de nossas vidas, estaria em jogo a soberania de seu país, pela violação de sua sede diplomática, que é uma extensão do território panamenho.

O diplomata respondeu-nos que era impossível ir até o local, devido ao toque de recolher, mas entraria em contato com as autoridades chilenas e pressionaria para que as ameaças cessassem.

Do lado de fora, novos tiros e, mais uma vez, os militares nos dão um prazo, dessa vez de 5 minutos, para que entregássemos os quatro refugiados, sob pena de procederem à invasão do local.

Mais tiros. Em seguida, aproximou-se um jipe militar, cujos ocupantes desceram e conversaram

com os soldados que lá estavam. Retiraram-se todos em seguida, permanecendo na guarda somente os quatro carabineros de costume.

Pela manhã, compareceu o diplomata panamenho à embaixada, reuniu-se conosco e disse que, a troco de que os militares chilenos nos deixassem em paz na noite anterior, comprometera-se a retirar da embaixada os quatro companheiros chilenos.

Ali estava para cumprir sua palavra, estudando conosco a melhor saída para o caso.

Depois de vários contatos telefônicos com outras representações diplomáticas, o embaixador da Costa Rica aceitou receber aqueles refugiados.

Assim, compareceu o embaixador costarriquenho em "nossa" embaixada, lá entrou com seu carro e retirou os quatro refugiados chilenos sob os olhares irados dos militares fascistas.

Ao chegar à Embaixada da Costa Rica, um dos companheiros chilenos ligou para nós e assegurou, conforme o combinado, estarem em segurança.

Quanto aos militares chilenos, deram também por encerrado o episódio, satisfeitos em sua "honra", com a qual, diga-se de passagem, nunca se preocuparam ao torturar, estuprar, roubar, saquear e assassinar, conforme fizeram por anos no país andino.

A PARTIDA

Nesse mesmo dia, fomos conduzidos ao aeroporto em ônibus escoltados por um forte contingente militar.

Desde que foi anunciada nossa saída da Embaixada, até que o avião decolasse, eu, Maninho, Júlio Cesar Bueno Brandão e Beduíno, quatro companheiros da ALN, montamos um esquema de segurança para que não nos perdêssemos de vista, até que o avião decolasse.

À frente, ia o automóvel da embaixada panamenha, com o 1º secretário levando a bandeira de seu país.

Durante o trajeto, fomos cantando canções revolucionárias que, embora agradassem a muitos transeuntes, causavam a ira dos militares que nos escoltavam.

O coral, no ônibus em que eu me encontrava, era dirigido pelo companheiro Ângelo Pezutti.

"Dicen que la patria es
Un fusil y una bandera
mi patria son mis hermanos
Que están labrando la tierra...

Alguns velhos companheiros do partidão, preocupados com a cantoria, recomendavam-nos que parássemos, pois os militares fascistas entenderiam as melodias como provocação.

Enquanto isso, o coral continuava...

Oficiales y soldados
Tenéis mucha valentía
Veremos si sois valientes
Cuando llegue vuestro día"

No aeroporto, permanecemos por várias horas aguardando o embarque.

A polícia civil chilena revistou nossa bagagem e confiscou todos os nossos documentos que haviam sido expedidos no Chile.

Fiquei sem o meu passaporte chileno e minha carteira internacional de motorista.

Depois de todas as provocações, as quais suportamos com altivez, já noite, decolamos em direção ao Panamá. Deixamos o Chile após havermos ficado vinte dias dentro da embaixada em Santiago.

No avião, notamos que os comissários de bordo e as aeromoças estavam nervosos por nossa presença e desconfiamos que, entre eles, deveria haver policiais ou até mesmo agentes da CIA, pois alguns comissários pareciam inexperientes em suas tarefas e eram excessivamente fortes, característica incomum na categoria.

Reforçando nossas desconfianças, logo que subimos no avião, a tripulação nos ofereceu papel, envelopes e canetas.

Sugeria-nos que escrevêssemos a nossos familiares e se propuseram a enviar a correspondência por seu serviço especial de correio aéreo. Alguns de nós aceitaram a oferta.

De minha parte, escrevi breve carta à minha família, sem que nada contivesse de comprometedor, disse apenas onde me encontrava e para onde ia. Essa carta nunca chegou a seu destino.

Ao meu lado viajava o companheiro Francisco Gomes da ALN, conhecido como Beduíno, que teve um leve mal estar durante o voo, que me fez solicitar auxílio de companheiros da área da saúde, muito embora o camarada Chico tenha se restabelecido rapidamente.

Assim que o voo se estabilizou, o comandante do avião deu-nos boas-vindas, disse que haveria um serviço de bordo para nós e começaram a nos servir algumas bebidas.

Aos poucos, o ambiente no avião foi-se descontraindo e nós passamos a circular por ele. Cada um se servia quando queria beber algo, com o consentimento da tripulação, que assim colaborava para o alívio da tensão existente no voo.

No panamá

Já eram quase duas horas da manhã quando aterrissamos no aeroporto do Panamá. Eu, com um grupo de companheiros e uma aeromoça, tocando violão e cantando Carinhoso, de Pixinguinha, não nos preocupamos em apertar os cintos ou observar as demais normas de segurança do pouso.

No aeroporto, descemos e apresentamo-nos às autoridades panamenhas que já nos esperavam.

Informaram-nos que seríamos levados até o interior do país, onde permaneceríamos provisoriamente e, posteriormente, seríamos transferidos para a capital.

Em seguida, fomos apresentados a um oficial fardado, de baixa estatura, que nos aguardava.

O oficial era nada menos que o coronel Antônio Manoel Noriega, à época, o segundo homem do governo panamenho, que nos saudou em nome do general Omar Torrijos, presidente do país, e deu-nos as boas-vindas ao Panamá.

Ainda de madrugada, fomos conduzidos de ônibus para o interior do país e ficamos alojados em algumas hospedagens em duas cidades próximas.

Fiquei na cidade de Guararé, na província de Los Santos, com vários companheiros. Passamos alguns dias por lá. Na pensão em Guararé, fiquei em um quarto com os companheiros Maninho, Valneri Antunes (Átila) e Cícero Viana.

Em Guararé, éramos tratados com muito carinho pela população. O tempo todo recebíamos a visita de diversas pessoas que iam levar-nos sua solidariedade e convidavam- nos a conhecer a região e suas praias, onde algumas vezes, em companhia de amigos panamenhos, comemos ovos de tartaruga colhidos na areia e tomamos rum com água de coco.

No terceiro dia em que lá nos encontrávamos, fomos convidados para uma reunião em um quartel da Guarda Nacional, na cidade de Chitré, capital da província de Herrera, onde tivemos a oportunidade de conhecer o general Omar Torrijos, chefe do governo panamenho, que fez questão de se deslocar da capital para avistar-se conosco.

Alto, com botas, chapéu panamá e uma pistola 45 na cintura, Torrijos era o típico caudilho centro-americano que, embora no início fosse apoiado pelos Estados Unidos, posteriormente rompeu com os ianques e passou a adotar uma política nacionalista.

Apoiou a Frente Sandinista da Nicarágua contra a ditadura de Somoza e seu próprio filho integrou as fileiras de combatentes daquele movimento revolucionário.

Torrijos morreu alguns anos depois assassinado pela CIA, em um forjado "acidente" de helicóptero, que, segundo John Perkins, em seu livro "Confessions of an Economic Hitman" (San Francisco: Berrett-Koehler, 2004) aconteceu através de potente carga explosiva conectada a um gravador.

Beti e Tico encontravam-se no Hotel Caribe, na Cidade do Panamá, capital do país. Eu já havia conseguido falar com eles por telefone, sabendo que estavam bem.

Nesse hotel o governo panamenho alojou as companheiras grávidas e também aquelas com filhos.

Poucos dias depois, o governo começava a transferir-nos para a capital.

Fui levado na primeira viagem, em virtude de estar com mulher e filho na Cidade do Panamá e passei a ficar alojado no hotel onde já estavam Beti e Tico.

O Panamá passava por um momento político difícil. Estavam na ordem do dia as negociações com os Estados Unidos para discutir o controle do canal.

Era evidente que o governo norte-americano fazia toda sorte de pressão para não abrir mão desse controle.

No país havia diversas bases norte-americanas, que, a pretexto de vigiarem a zona do canal, constituíam-se em permanente ameaça à soberania panamenha.

Notava-se no povo panamenho um forte sentimento anti-imperialista, sobretudo pela descarada ingerência dos norte-americanos nos assuntos internos do país, o que provocou, durante todos esses anos de verdadeira ocupação, diversas manifestações populares contra os Estados Unidos. Algumas delas resultaram em várias mortes de panamenhos por tropas ianques.

O povo da capital também nos recebeu com grande simpatia e, como éramos o assunto principal dos noticiários do país, muitas vezes não nos cobraram a corrida de táxi ou a conta em bares, como demonstração de solidariedade dos panamenhos à nossa causa.

Fiz amizade também com a senhora Berta Torrijos, irmã do presidente, pessoa que muito colaborou conosco e interferiu, sempre que possível, junto aos organismos do governo panamenho para que nos abrissem suas portas.

Comunicamo-nos com a família no Brasil e enviei-lhes o endereço no qual passamos a receber cartas:

Entrega general

Zona 4

Ciudad de Panamá - Panamá

Pudemos ainda visitar a companheira Malu, Maria Lúcia Alves Ferreira, que no Chile estava em péssimo estado psicológico devido às violentas torturas sofridas no Brasil, o que se agravou na Embaixada e requereu de nossa parte cuidados especiais com ela.

Assim que chegou ao Panamá, foi internada em um Hospital Psiquiátrico, onde recebeu o tratamento do qual necessitava.

Quando visitamos a companheira, Tico, ao ver-se no hospital com pessoas de branco, saiu correndo e gritava "médico!". Ele estava assustado, seguramente, com a volta à sua lembrança dos terríveis momentos por que passou quando fomos presos no Chile e da forma em que foi conduzido e atendido em um hospital daquele país.

Aproveitamos também para visitar o canal do Panamá. Eu, que passara por ele de navio um ano antes, agora o percorria de carro pela rodovia que o margeia e passava a conhecê-lo por outro ângulo.

As autoridades do governo panamenho conversaram francamente conosco e disseram-nos que o país não possuía condições de abrigar 300 refugiados, a grande maioria sem qualificação profissional, sobretudo porque o governo de lá, de acordo com as convenções internacionais, tinha que bancar a estada de todos nós.

Além do mais, havia forte pressão norte-americana pela nossa saída.

Propuseram-nos que, na medida do possível, iniciássemos os contatos para conseguirmos asilo definitivo em algum outro país.

Assim, todos começaram a se mobilizar para decidir sobre seu destino. O governo panamenho propôs-se a pagar-nos as passagens para qualquer país que solicitássemos.

Passamos, então, a analisar nossa situação.

Havia a possibilidade de irmos para a Suécia ou voltar à Dinamarca. Contatos feitos indicavam que seria possível conseguirmos asilo político e emprego garantido em um desses dois países, embora a experiência vivida na Europa recentemente não me animava a voltar para o velho continente.

Vários companheiros decidiram ir para Cuba, eu cheguei a enviar nossos nomes com os deles para análise das autoridades cubanas. De imediato, fomos aceitos pelo governo cubano, o que me permitiria ir para lá, dessa vez, não com a perspectiva de fazer treinamento, mas para viver na Ilha.

Na véspera da partida do avião que levaria os companheiros do Panamá para Cuba, passei a noite em claro, com muita vontade de ir para lá e viver no país cuja experiência de construção do socialismo sempre considerei a mais interessante.

Sabia, entretanto, que ir para Cuba naquele momento político representava ficar lá por muito tempo, já que tudo indicava que a ditadura brasileira teria vida muito longa, o que dificultaria a volta ao Brasil.

Além do mais, tinha claro que meu objetivo era lutar pela conquista do socialismo em meu país, pois em Cuba ele já existia e, se eu tivesse possibilidade de voltar para a Terra, preferia fazê-lo.

Voltou então a ganhar corpo a ideia que tínhamos em Santiago, antes do golpe, de irmos para a Argentina, que passava por um período democrático sob a presidência de Perón.

A proximidade daquele país com o Brasil pesou em nossa decisão final e fez com que desistíssemos de ir para Cuba e resolvêssemos viajar para Buenos Aires.

Decidimos que Beti iria com Tico para o Brasil, pois estava com oito meses de gravidez e consideramos preferível que ela tivesse a criança em nosso país com a família.

Enquanto isso, eu iria para Buenos Aires, começaria a procurar emprego para estabelecer-me na Argentina e ela iria encontrar-me tão logo fosse possível.

Solicitamos, então, nossas passagens ao governo panamenho, que prontamente nos atendeu e nos deu, ainda, uma ajuda de custo.

Com o companheiro Maninho, levei Beti e Tico ao aeroporto. Eles tomaram o avião para São Paulo na noite de 20 de novembro de 1973.

No dia seguinte, o próprio Maninho levou-me ao aeroporto e despedi-me daquele grande companheiro que nunca mais voltaria a ver.

No momento do embarque, por questões de segurança, decidi desdobrar minha passagem, já que viajava sozinho e acreditava que, assim, despistaria os organismos brasileiros de repressão e a própria CIA. Assim, fiz escala em Lima, onde ficaria poucos dias e depois seguiria para Buenos Aires.

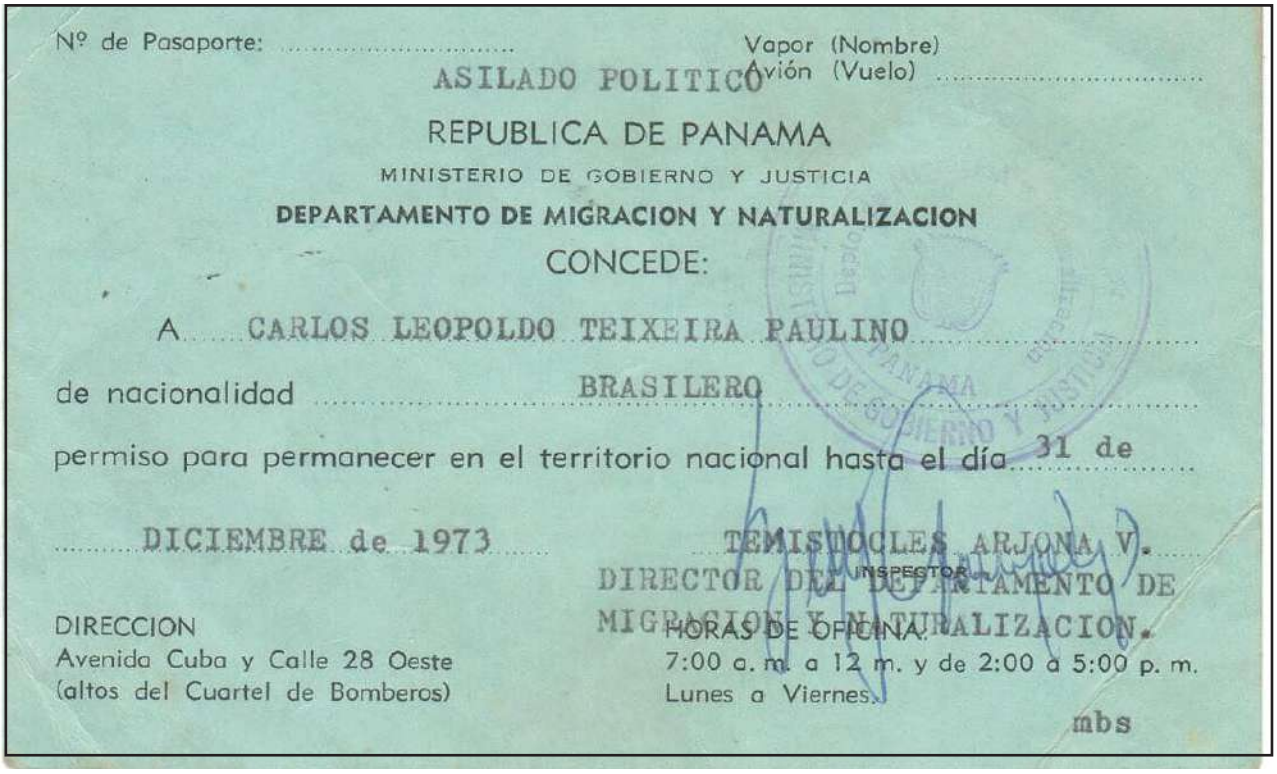
Muitos anos depois, ao retirar minha certidão da ABIN, em abril de 1998, ficou claro o acerto de minha decisão, pois está estampado no documento que:

"Viajou do Panamá para Bueno Aires/Argentina pelo voo 815, da Air-Panamá" (documento transcrito no final desse livro).

Seguramente, a manobra de desdobrar a passagem foi essencial para evitar meu possível "desaparecimento" no decorrer desse trajeto.

Assim, deixei o Panamá em 21 de novembro de 1973. Depois de passar quarenta dias naquele país que tão bem nos acolheu, levei a melhor das impressões sobre seu povo hospitaleiro. Dali, rumei em direção ao Peru.

Casa na Rua José Domingos Cañas, 1367, em Santiago, que foi transformada em Embaixada do Panamá.



Nº de Pasaporte: .....
Vapor (Nombre)
Avión (Vuelo) .....

ASILADO POLITICO

REPUBLICA DE PANAMA

MINISTERIO DE GOBIERNO Y JUSTICIA

DEPARTAMENTO DE MIGRACION Y NATURALIZACION

CONCEDE:

A CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO

de nacionalidad BRASILERO

permiso para permanecer en el territorio nacional hasta el día 31 de

DICIEMBRE de 1973

TEMISTOCLES ARJONA V.
INSPECTOR
DIRECTOR DEL DEPARTAMENTO DE MIGRACION Y NATURALIZACION.

DIRECCION
Avenida Cuba y Calle 28 Oeste
(altos del Cuartel de Bomberos)

HORAS DE OFICINA
7:00 a. m. a 12 m. y de 2:00 a 5:00 p. m.
Lunes a Viernes.

mbs

Documento de asilado político no Panamá.

Vivienda típica en un Pueblo del Interior de la República de PANAMA.
Typical dwelling in a Village in the Interior of the Republic of PANAMA.

16/10/73

Chegamos todos bem. Aguardem cartas. Abraços a todos

Beti

C25428 – Mike Roberts Color Production, Berkeley, California 94710, U.S.A.

FF-674 ®
REPRODUCCION Y DISTRIBUCION EXCLUSIVA
FOTO FLATAU - APARTADO 391 - PANAMA, R.P.

Cartão Postal enviado por Beti do Panamá para Aparecida Paulino - Outubro de 1973

VII - BUENOS AIRES

Em Lima, fiquei quatro dias na casa de companheiros brasileiros que lá estavam exilados e aproveitei para conhecer os lugares mais interessantes da cidade. Não lembro, infelizmente, os nomes desses solidários camaradas.

Tinha decidido conhecer Machu-Picchu, pois a viagem para lá era muito barata, mas terminei por não fazê-lo em virtude da forte infecção de garganta que me acometeu.

Marquei, então, minha passagem para a Argentina e tomei o avião para aquele país, depois de agradecer aos companheiros que me acolheram no Peru.

Na viagem, quando sobrevoávamos o norte do Chile, enfrentamos forte turbulência, com seguidos vácuos.

O avião havia reduzido bastante sua altitude, o que me fez pensar que ele fosse fazer algum pouso de emergência no território chileno, hipótese que, para mim, não era nada boa.

Iam no voo alguns diplomatas cubanos, entre eles, o recém-nomeado embaixador cubano em Buenos Aires, após o reatamento de relações diplomáticas entre Cuba e Argentina.

Devido à minha preocupação, conversei com ele e identifiquei-me, para que ficasse com aqueles companheiros caso houvesse a imprevista escala, o que felizmente não aconteceu.

Aterrissamos no aeroporto de Ezeiza, em Buenos Aires e tudo correu normalmente.

Dirigi-me a um pequeno hotel do centro da cidade e saí para caminhar pelas ruas da capital portenha.

Dos refugiados que saíram do Chile para o Panamá, eu era o primeiro que ia para a Argentina e, por isso, levei diversos recados para organizações de esquerda brasileiras, para os Tupamaros uruguaios, para as FAP, para os

Montoneros* e para outros grupos mais.

Fui ainda portador de um recado de companheiros uruguaios para o senador de seu país, Enrique Erro, exilado em Buenos Aires.

Levei um recado de companheiros do MR-8 para Carlos Alberto Muniz e o mesmo marcou um ponto comigo em um hotel central em Buenos Aires, onde o encontrei e ralatei o que me pediram.

Já estava de saída, quando chegou Alfredo Sirkis, que eu não conhecia e antes que me fosse, Muniz me apresentou a ele. Conversamos rapidamente os três e lhes disse que passaria a procurar trabalho nos bares noturnos da cidade, onde pretendia tocar como músico profissional, atividade que exercia no Brasil.

Tal motivo provocou uma irônica e um pouco desconcertada risada de Sirkis que manifestou: "Até isso existe na Revolução"? Um pouco surpreso com a reação, emendei: " Já ouvi dizer que tem até proletário". E me despedi dos dois enquanto Muniz balançava a cabeça e eu me perdia entre transeuntes de Buenos Aires

A pedido do companheiro Manolo, uruguaio que se tornou dirigente do MIR no Chile, fiz contato com uma empresária argentina de esquerda, levando verbalmente recado daquele companheiro que se encontrava no Panamá.

A companheira de Manolo, argentina que estava com ele no Panamá, pediu-me que levasse recado a seu pai, dirigente nacional do PST argentino, quem contatei por sua solicitação.

Fui a La Plata, capital da província de Buenos Aires, onde fiz a seu pedido contato com os camaradas das FAP (Fuerzas Armadas Peronistas), para os quais levava um recado, não sem antes passar por um ritual de segurança que incluiu, antes de mais nada a postagem de uma carta na posta-restante daquela cidade.

Reencontrei também o companheiro Luis Rodolfo, que estava vivendo em Buenos Aires.

Conversei com ele sobre a situação do país e disse-lhe que eu pensava em permanecer na Argentina.

Encontrei-me também com os refugiados latino-americanos que saíram do Chile pela embaixada argentina.

Depois de passarem alguns dias no norte daquele país, perto da fronteira com o Brasil, foram levados a Buenos Aires e alojados no prédio de um hospital que estava em reforma, situado na Rua Combate de los Pozos, perto do cruzamento das Avenidas Caseros e Entre Ríos.

Lá estavam diversos amigos e companheiros, entre eles, Rafael di Falco; Arlete; Derly Carvalho e seus irmãos Daniel e Joel; José Maria Crispim; Domingos Fernandes; Moema Santiago; Márcia Savaget; Eduardo Fernandes (Edu); Carlos Minc; José Luis Sabóia; Maria Alice; Carlos Alberto Muniz; Ricardo Zaratini; JeanMarc; José Gaspar; João Carlos Bona Garcia; Tabajara Ruas; Flávio, Lavechia, Edmauro, José Rogério Licks (Gaúcho), Inês Oludê, Abiasafe e diversos outros companheiros brasileiros, além de refugiados latino-americanos de diversas nacionalidades.

Fiz contato com o companheiro brasileiro Dudu Rabelo, que trabalhava numa livraria do PST, partido no qual militava.

Dudu propôs-me que ficasse provisoriamente em um aparelho do partido. Eu aceitei e então fui morar em uma casa localizada no bairro de Nuñes, onde viviam também nove militantes daquela agremiação.

Embora com posicionamento político distante dentro do campo da esquerda, convivemos bem durante os dias em que lá fiquei.

Os companheiros argentinos saiam muito cedo, pois todos trabalhavam em indústrias onde desenvolviam sua militância política. Saiam sempre entoando seu "grito de guerra":

"Somos los trotskos, os trotskos de Moreno.

Somos los bolches del movimento obrero"

Eu saía mais tarde e passava o dia fazendo meus contatos com companheiros brasileiros.

À noite, todos nos reuníamos no aparelho e ficávamos a discorrer sobre nossas análises a respeito da revolução socialista.

Talvez devido a seu intenso trabalho político, os companheiros argentinos não eram tão organizados em relação à manutenção do aparelho e, uma noite, ao chegarem, encontraram a casa inteiramente limpa, pois eu tirara a tarde para realizar tal tarefa.

** Montoneros: organização guerrilheira argentina de origem peronista.*

Todos se dirigiram a mim, elogiaram minha postura e manifestaram que ela servira de exemplo para que eles cuidassem melhor do lugar em que viviam.

Na oportunidade, o dirigente do coletivo, com grande respeito, declarou com viva emoção:

"Vos sos consecuente con lo que pensáis y no nosotros!"

Lembro-me que, um dia, chegou ao local um companheiro do Rio Grande do Sul, militante trotskysta com vida legal no Brasil, que estava na Argentina para fazer contato com seus companheiros naquele país.

O companheiro trouxera alguns discos brasileiros. Pela primeira vez, ouvi a canção "Esse Cara", de Caetano Veloso, música que passei a dedilhar no violão e cujos acordes ensaiei com o companheiro Gaúcho – José Rogério Licks – músico brasileiro, exilado em Buenos Aires.

Minha presença e a do companheiro brasileiro na casa agravavam a vigilância policial sobre a mesma, o que piorava os fatos em virtude de já haver sido o aparelho invadido algumas vezes pela polícia argentina, situação da qual somente vim a tomar conhecimento dias após a chegada ao local de meu compatriota.

Preocupado com precariedade da segurança do aparelho em que me encontrava, procurei alguns companheiros da ALN no local em que estavam alojados pelo governo argentino e travei uma breve discussão com Domingos Fernandes, Rafael di Falco, Arlete e Moema Santiago.

Todos foram unânimes em concordar que eu corria grande risco em permanecer onde estava, apesar da solidariedade dos companheiros argentinos.

Consideraram ser melhor que eu me mudasse para o local onde estavam, já que as autoridades argentinas não notariam a existência de uma pessoa a mais no lugar e eu ficaria, embora clandestino, com os demais refugiados, sem ter gastos com alojamento e alimentação e além do mais amparado pela segurança do coletivo.

NO APARELHÃO

Concordei com eles e, no mesmo dia, agradeci a hospitalidade dos companheiros argentinos do PST e mudei-me para a Rua Combate de los Pozos.

No início de dezembro de 1973, Perón editou um decreto que anistiava todos os estrangeiros que estavam em situação irregular e que houvessem entrado na Argentina até aquela data.

Fui beneficiado pelo decreto, assim, consegui tirar uma carteira de residência definitiva, o que resolveu minha situação legal no país.

Em uma das vezes em que compareci à repartição encarregada do atendimento a estrangeiros para retirar meu documento, tive oportunidade de conhecer os integrantes do grupo musical norte-americano The Platters, que se encontrava em temporada de apresentações em Buenos Aires.

Logo que cheguei, estabeleci contato com a família e passei-lhes o endereço que me foi fornecido pelo companheiro Luis Rodolfo, para que eu pudesse receber cartas do Brasil:

Via Monte, 560 - Local 2 - Buenos Aires - Argentina

Alguns dias depois, passei a utilizar-me de uma caixa postal, cujo endereço era:

Posta restante Suc. 1 (B) - Buenos Aires – Argentina

Já no começo de dezembro, recebi uma carta de meus pais dizendo que iriam visitar-me dentro de uma semana e, no início da segunda quinzena de dezembro de 73, os velhos chegaram de ônibus a Buenos Aires.

Aproveitei para sair com eles e levá-los a conhecer a cidade, com suas ruas do centro muito movimentadas, mesmo de madrugada, seus cafés e restaurantes.

Aproveitei o fato de, na época, o câmbio de moedas entre os dois países nos favorecer. Assim, os cruzeiros que meus pais levaram, embora não tão fartos, permitiram que pudéssemos almoçar, jantar e tomar vinho sem grandes problemas.

Em sua primeira ida ao Aparelhão, apresentei a meus pais o companheiro "Pablo", como era conhecido o camarada José Maria Crispim e notei um ar de surpresa nos dois. Assim que teve chance, minha mãe chamou-me de lado e disse: "Sei quem é o Pablo, conheci Crispim há anos, em um congresso do PCB".

Beti estava para dar à luz no Brasil e eu aguardava a qualquer momento pela notícia, bastante preocupado, devido à distância e à consequente falta de comunicação.

No dia 19 de dezembro, telefonei para o Brasil e recebi a nova de que, naquele dia, tinha nascido minha filha, por coincidência, na mesma data em que nascera Tico, dois anos antes.

A menina nasceu em Santa Rita do Passa Quatro, onde Beti se encontrava.

Saí com meus pais para comemorarmos, jantamos em um restaurante e tomamos um vinho argentino – eu, por meu segundo filho, e eles, pela primeira neta.

Dois dias depois, Beti já deixava o hospital. Liguei novamente para ela, dessa vez para decidirmos o nome da criança, que terminou registrada como Ana Carolina.

O primeiro nome era uma homenagem à companheira da ALN Ana Maria Nacinovic, assassinada em São Paulo por agentes da ditadura brasileira, em 14 de junho de 1972. Carolina foi uma sugestão de Beti, por menção à música de Chico Buarque que leva esse título.

Alguns dias depois, minha mãe retornou ao Brasil e meu pai decidiu ficar até o Natal em Buenos Aires.

Meu pai, naquela cidade, sempre ficava hospedado no Hote Viscaya, um estabelecimento muito simples, de um senhor basco, apoiador da causa do socialismo.

Moacyr passou alguns dias por lá e aproveitou para conhecer melhor a cidade, sobretudo sua vida noturna.

Apresentei meu pai ao Almirante Cândido Aragão, figura que ele muito admirava. Em uma oportunidade em que almoçávamos juntos, ele perguntou ao lendário Comandante dos Fuzileiros Navais:

"Por que vocês não partiram para o combate contra o golpe de 1964, no Rio de Janeiro?". O velho Marujo respondeu:

"Combater contra quem, se os militares estavam todos do nosso lado?"

Ampliei meus contatos em Buenos Aires e logo organizamos um trio para tocar em bares noturnos da cidade.

Eu tocava piano e violão, Edu (Eduardo Fernandes), na percussão, e Márcia Savaget, cantando. Com essa atividade, consegui sobreviver durante todo o tempo em que permaneci na Argentina.

De vez em quando, aparecia nos bares em que tocávamos um brasileiro que conheci no primeiro hotel em que me hospedei em Buenos Aires. Ele dizia estar na Argentina por ter a prisão decretada no Brasil por não pagar pensão alimentícia.

A ele, eu disse apenas que era um músico brasileiro e não declinei minha condição de refugiado político, até porque suspeitava que pudesse ser agente da ditadura.

O cidadão perguntava demais, era inconveniente e dizia que ia nos ouvir por estar encantado com Márcia, sempre querendo saber detalhes da vida pessoal de nossa companheira.

Uma noite, meu pai ainda encontrava-se em Buenos Aires. Ao terminarmos nossa apresentação musical, saímos para jantar em outro lugar e o indivíduo nos acompanhou.

Moacyr, muito desconfiado, colou no cidadão e não deixou de marcar cada gesto seu durante toda a madrugada, dando-lhe bebida durante todo o tempo até deixá-lo completamente embriagado, quando, então, pudemos deixar o restaurante com tranquilidade.

Em certa oportunidade, encontrei o incômodo compatriota em um restaurante portenho e aceitei o convite para sentar em sua mesa.

Ao nosso lado, estavam duas uruguaias falantes e bonitas e passamos os quatro a conversar.

Elas logo disseram que eram refugiadas políticas e começaram a discorrer sobre o tema. Eu dizia que era contra a ditadura de meu país, mas estava na Argentina apenas como músico.

Passei a viver momentos de tensão, pois temia que elas falassem demais perto de um aventureiro que poderia ser algum agente das forças de segurança do Brasil.

Para nossa sorte, o homem levantou-se para ir ao banheiro e, rapidamente, eu disse às moças que era refugiado político, que não conhecia o camarada, que parássemos de falar em política e marcássemos algum encontro em outro dia e local, evitando tão desagradável e perigosa companhia.

Assim, em segurança, continuei desfrutando do contato das simpáticas companheiras uruguaias por um bom tempo.

Moacyr regressou ao Brasil antes do final do ano.

No dia 29 de janeiro de 74, Beti chegou a Buenos Aires com as crianças. Eu fui rever o Tico, que não via há mais de dois meses, e conhecer minha filha, que já tinha quase um mês e meio.

Assim que me viu, Tico que chegava a mais um país entre tantos que conhecera e depois de tudo por que passara, perguntou-me antes de mais nada:

-"Onde que é a Argentina"?

Ficamos os quatro morando no hospital em reforma da Rua Combate de los Pozos, local esse batizado pelos companheiros exilados que lá viviam de Aparelhão.

No Aparelhão, havia um campo de futebol e quase todos os dias, no final da tarde, realizávamos um jogo contra os argentinos que trabalhavam nas obras de reforma do hospital — sempre havia grande rivalidade nessas disputas.

Do nosso time oficial, participavam, além de mim, os companheiros Saboia, Carlos Minc, Muniz e outros, o goleiro titular era um companheiro uruguaio exilado (Héctor) que também morava no local.

Sob a direção de Augusto Boal, organizamos um show de música popular brasileira no último final de semana de março de 74, que foi apresentado no Teatro Latino, localizado na esquina das Ruas Cochabamba e Defensa. O grupo, que denominamos "Caldo de Cana", era integrado por Márcia, Edu, Saboia, Maria Alice, José Eugênio (Zeca), José Rogério Licks (Gaúcho), Raul Ellwanger. e eu, cuja apresentação foi uma denúncia contra os crimes da ditadura brasileira.

Em certa oportunidade, quando caminhava pela Rua Florida, a mais importante via comercial do centro de Buenos Aires, encontrei-me com José Eduardo Roselino, a quem não via desde outubro de 1969.

Roselino conseguira também fugir da repressão em Ribeirão Preto, depois de preso por dois ou três dias.

Deixou o país antes que a polícia conseguisse prendê-lo novamente e radicou-se em Buenos Aires, onde vivera até pouco tempo atrás, quando retornou ao Brasil após sua absolvição.

Roselino tinha ido a Buenos Aires por poucos dias, para resolver alguns assuntos seus ainda pendentes na Argentina e logo regressaria ao Brasil.

No Aparelhão, fui avisado pela companheira Sônia Hypólito, da ALN, que o companheiro Hélio (Carlos Russo) chegara a Buenos Aires, depois de permanecer por quatro anos na prisão, no Brasil.

Tão logo fora libertado, embora ainda provisoriamente, por haver cumprido parte da pena a que fora condenado, Russo entrou em contato com meu pai e solicitou-lhe que o ajudasse a sair do Brasil.

Moacyr, solidário com o companheiro, levou-o até a fronteira da Argentina.

Reencontrei Russo depois de tantos anos. Relembramos todo aquele período e discutimos sobre os próximos passos que daríamos. Permaneci em contato com ele durante todo o tempo que passei na Argentina.

Por Russo, tive também notícia de minha absolvição pela Justiça Militar. Embora tal decisão resolvesse meu problema legal no Brasil, não impedia que eu continuasse a correr riscos, caso voltasse ao país, já que, da mesma forma, era considerado pela ditadura como inimigo do regime e além do mais o governo militar jamais respeitou as decisões de sua própria "justiça".

Eu e Beti pensamos em retirar um passaporte para a Ana Carolina, único membro da família que não possuía o documento. Com essa finalidade, comparecemos ao consulado brasileiro em Buenos Aires e formalizamos o pedido que, depois de alguns dias, foi formalmente negado.

A ditadura brasileira negou o passaporte à minha filha, seguramente por entenderem os ditadores que aquela "perigosa" cidadã brasileira com 4 meses de idade punha em perigo a estabilidade do governo militar no Brasil.

Por acaso, encontrei-me também, em uma das ruas do centro de Buenos Aires, com o companheiro Gilberto, panamenho que esteve comigo em Copenhague.

Ele, que também decidira deixar a Dinamarca pelas mesmas razões que eu de lá saíra, pensava em voltar com a família para seu país, pois acreditava já existirem no Panamá condições políticas para seu retorno.

Na manhã de 25 de abril de 1974, o velho companheiro José Maria Crispim, que costumava atravessar as madrugadas ouvindo emissoras de rádio internacionais dos países socialistas, acorda a todos no Aparelhão e eufórico, dá a boa nova a todos: "Caiu a ditadura de Portugal!"

O povo, liderado por militares democratas e pelos partidos de esquerda, saiu às ruas e realizou a "Revolução dos Cravos" para derrubar a ditadura portuguesa – uma das mais antigas do mundo –, depois de algumas emissoras de rádio do país, pela manhã, começarem a tocar, como senha para o início do movimento, a música "Grandola Vila Morena", de autoria do compositor José Afonso, até então proibida pela censura em Portugal.

Todo o Aparelhão confraternizou-se em enorme comemoração.

Não pude deixar de me lembrar dos amigos portugueses que ficaram em Copenhague, quando eu saí de lá nove meses antes, e que me haviam assegurado que a derrubada da ditadura em seu país era uma questão de curtíssimo prazo.

Enquanto isso, a vida continuava em Buenos Aires, com as dificuldades econômicas de sempre.

Certa noite, no centro da cidade, encontrei o companheiro Daniel, gaúcho de Alegrete e militante trotskista, que me reclamou estar com fome.

Na verdade, a comida que abastecia o aparelhão era constiuída de sobras daquela servida pela "Companhia Aérea Austral" a seus passageiros e que, devido à demora com que os funcionários do governo argentino levavam em entregá-la para nós, frequentemente chegava tarde, já deteriorada.

Eu, que também não havia comido nada, convidei-o para jantar em um restaurante e o tranquilizei sobre o pagamento da conta, já que Daniel avisara que não possuía um centavo.

Já no centro de Buenos Aires, fomos a uma churrascaria e voltou o companheiro a externar sua preocupação sobre o acerto da despesa, ao que eu reafirmei que assumiria a responsabilidade por ela.

Assim, jantamos com calma e saciamos nossa fome de exilados, até que solicitei ao garçom que nos trouxesse a conta e ele se dirigiu ao caixa para elaborá-la.

Nesse momento, informei a Daniel que eu também estava sem dinheiro e justifique a ele que não considerava correto que dois patriotas brasileiros passassem fome, razão que me motivou a convidá-lo para jantar.

Já estávamos quase na porta de saída quando percebi que havia esquecido meu único paletó na cadeira em que me sentara para jantar. Assim, pedi a Daniel que me aguardasse e voltei para buscá-lo.

Em seguida, saímos do restaurante. Procurei acalmar Daniel, mas ele estava muito tenso e me dizia vários

palavrões, enquanto me assegurava que, se soubesse da verdade, jamais teria me acompanhado.

Já eram quase duas horas da manhã quando ganhamos a rua e passamos a caminhar entre as milhares de pessoas que, de madrugada, andam pelas ruas centrais portenhas. Daniel, muito preocupado, olhava diversas vezes para trás e propunha-me que corrêssemos, o que se tornaria difícil em virtude de uma deficiência física que possuía o companheiro em uma das pernas. Eu também lhe disse que, se andássemos normalmente, não chamaríamos a atenção de ninguém.

Em poucos minutos, confundimo-nos com os demais pedestres e voltamos para casa. Eu ria muito do fato e Daniel passava mal do estômago, seguramente em virtude do nervosismo que dele tomou conta.

Na Argentina, o governo Perón ia cada vez mais para a direita. Já doente o velho general, quem dirigia o país era seu ministro Lopes Rega, homem de extrema direita, que exercia forte influência sobre a Vice-Presidente e Primeira-dama Isabelita Perón.

No dia 11 de dezembro de 173, foi sequestrado em Buenos Aires o companheiro João Batista Rita, chamado de "Catarina" por todos nós, exilado que morava conosco no Aparelhão.

Com João Batista, foi sequestrado também o major Cerveira, exilado político brasileiro. A operação que sequestrou os dois companheiros foi realizada por agentes da ditadura brasileira, com o aval dos órgãos de segurança do governo argentino.

Os dois companheiros foram vistos, pela última vez, por alguns presos políticos no DOI-CODI do Rio de Janeiro, já arrebentados pela tortura. Nunca mais se conheceu seu paradeiro.

Muitos anos depois, em 2012 o esbirro da repressão, delegado Cláudio Guerra, deu extensos depoimentos aos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros, que sobre esses fatos escreveram o livro "Memórias de uma Guerra Suja", no ano acima citado.

Em parte do depoimento do delegado Guerra, o mesmo relata que levou vários corpos de militantes de esquerda assassinados para serem incinerados nos fornos da usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio.

Menciona assim, às páginas 54 e 55 da citada obra, que: "Os primeiros corpos levados por mim à usina, no final de 1973, eram de João Batista Rita e Joaquim Pires Cerveira. Eu os peguei na Barão de Mesquita. Era de responsabilidade de Fleury dar um destino a eles, mas o lugar onde estavam enterrando em São Paulo já era conhecido de muita gente. Fizemos, então, um favor para o delegado".

Na verdade, a repressão da ditadura brasileira passou a estender um de seus muitos braços até a Argentina. Houve outros episódios em que ficou clara a atuação de agentes brasileiros naquele país, o que configurava a ação criminosa da Operação Condor.

Ainda naquele período, houve uma tentativa de sequestro contra o exilado brasileiro Amarílio Vasconcelos, antigo militante do PC do B, que conseguiu escapar correndo por uma rua do centro de Buenos Aires e gritando aos populares que por lá transitavam que estava sendo perseguido por policiais brasileiros.

Esses, temendo o escândalo que o caso poderia ocasionar, desistiram de persegui-lo.

A extrema direita argentina também aumentava sua pressão, realizava diversos atentados e, sobretudo, eliminava fisicamente diversos militantes de esquerda argentinos e alguns exilados políticos latino-americanos, com o apoio de Lopes Rega e a omissão de Perón.

O próprio Aparelhão era constantemente vigiado pela polícia argentina.

Certa vez, correu o boato de que ele seria invadido por agentes policiais que, na verdade, começaram a circular em torno do local.

Nesse dia, decidi tirar do local a arma que possuía. Assim, deixei o Aparelhão com uma sacola de plástico que continha algumas maçãs e a "máquina" no meio delas. De mãos dadas com o Tico, atravessei a rua na frente de um característico Ford Falcon da polícia argentina, sob os olhares atenciosos de seus dois ocupantes.

Dirigi-me à papelaria do Luis Rodolfo e a ele confiei o revolver, solicitando-o que o guardasse até que voltasse a pedi-lo.

Embora não tivessem concretizado a invasão, deixaram-nos muito preocupados, pois tais atitudes se constituíam em permanente pressão do governo argentino contra nossa presença no país.

Certa noite, novo alarme no Aparelhão.

A companheira Lena alerta a todos que seu marido Sérgio Pinho, do MR-8, saíra cedo e, até então, não havia voltado, atitude que não era comum entre seus hábitos.

Corremos para todos os lados, contatamos toda a esquerda argentina e passamos a procurá-lo por toda parte.

Já quase amanhecia o dia, quando Sérgio foi localizado em uma Delegacia da periferia de Buenos Aires, ilegalmente detido e preparado para ser entregue à ditadura brasileira.

Nossa rápida ação terminou por salvar a vida daquele companheiro.

Decidi voltar à "Copy", na rua Viamonte, oficialmente propriedade de Luis Rodolfo e de seu sócio, o argentino Carlos Leopoldo, militante da FAP.

No local, pedi de volta a arma que eu confiara a Luis Rodolfo e ele, com sorriso irônico, disse que havia passado o 38 para as FAP.

Saí muito irado e nada disse.

As FAP era um grupo guerrilheiro bem estruturado e com grande arsenal. Com certeza minha arma nada acrescentaria para aquela organização revolucionária.

Com essa atitude, Luis Rodolfo privou-me do único instrumento que eu possuía para me defender da repressão.

Diante da escalada repressiva contra nós refugiados na Argentina, organizamos uma assembleia-geral no Aparelhão, para nos posicionarmos sobre os fatos.

Para grande surpresa, acredito que para de todos, o exilado Carlos Alberto Muniz, dirigente do MR-8 tomou a palavra e disse que era imprescindível que os "clandestinos" que viviam no Aparelhão saíssem de imediato do local, pois suas presenças poderiam servir de pretexto para novas investidas do governo peronista contra nós.

Na verdade, acredito que Muniz, em vez de procurar com o coletivo uma resposta que seguramente viria a ser uma cobrança política ao governo, deixou-se tomar pelo pânico e propôs que nós que lá nos encontrávamos em situação irregular, fôssemos expulsos pelo coletivo, acreditando que entregar nossas cabeças aplacaria a sanha repressiva do governo argentino e das ditaduras vizinhas.

Os "clandestinos" que habitavam o local não passavam de 10 companheiros, entre eles Beti, eu e nossos dois filhos pequenos.

De imediato, tomei a palavra e fui muito firme com Muniz, chegando a por em dúvida a que interesses ele servia com tal atitude.

Sua companheira Ângela, saiu em defesa do marido, tecendo loas à sua história de militância, que no ato ele acabara de renegar com tal posicionamento.

Diversos companheiros manifestaram sua indignação contra a postura de Muniz e a reunião se encerrou sem que nada fosse deliberado.

Muitos companheiros exilados em Buenos Aires já deixavam a Argentina, a maioria deles indo para países europeus, alguns para Portugal, devido à recente democratização do país.

Concluímos que deveríamos também deixar a Argentina.

A instabilidade política no país era grande e já começava a ficar claro que, morto Perón, o que não tardaria a acontecer, devido a seu precário estado de saúde, o país entraria em um grande caos que certamente redundaria em um novo golpe militar.

Estudamos, então, a possibilidade de irmos para algum país europeu, hipótese que não me agradava. A outra

alternativa era a de permanecermos na Argentina por mais tempo, o que se tornava cada vez mais perigoso. Começava também a passar pela nossa cabeça a ideia de voltar para o Brasil.

A companheira Gunna HØjaard conseguiu localizar-nos em Buenos Aires e nos disse, por telefone, que havia mobilizado diversas entidades em seu país e pressionado o governo dinamarquês para que nos recebesse e concedesse asilo político.

Tive uma discussão política com o camarada Rafael Di Falco, da ALN e ele procurou convencer-me a ir para Cuba com a família, já que esse era seu destino nos próximos dias, juntamente com sua companheira Arlete.

Por razões de segurança, não disse a Rafael que pretendia voltar à terra e preferi esquivar-me de sua proposta com evasivas.

Poucos dias depois despedi-me de Rafael e Arlete, que juntamente com o companheiro Agenor, partiram para Havana.

Terminamos por decidir que Beti voltaria para o Brasil com as crianças e faria uma análise da possibilidade de eu também voltar para a Terra.

Sabia que minha absolvição não tinha grande valor, pois a repressão da ditadura tanto assassinava a condenados quanto a absolvidos pela Justiça Militar, já que, durante aquele período, os processos não passavam de mera formalidade.

Certamente, no caso de volta, eu deveria ficar fora de Ribeirão Preto durante certo período até que a situação política melhorasse.

A ditadura substituíra o ditador de plantão, encerrando-se, assim, a era Médici.

Assumiu em seu lugar o general Ernesto Geisel, em 15 de março de 1974. Embora não pertencesse ao mesmo grupo de Médici, Geisel participara do golpe de 64 e do poder durante todos aqueles anos e fora responsável também por todas as violências cometidas pela ditadura.

No dia 18 de maio de 74, Beti regressou ao Brasil com as crianças, enquanto eu permanecia em Buenos Aires.

Cada vez mais, eu me convencia de que deveria voltar para a Terra e lá me estabelecer.

Tinha certeza de que, mesmo na situação adversa em que se encontrava a esquerda brasileira, poderia fazer alguma coisa pela causa do socialismo.

A princípio agiria com cautela, devido à minha situação, mas, pouco a pouco, iria me reintegrando no processo de luta contra a ditadura brasileira. Luta essa que caminhava por um rumo diferente daquele que seguia quando tive que deixar o país.

Poucos dias após a partida de Beti, com a desculpa de que as reformas no hospital estavam por terminar, decidiu o governo argentino tirar de lá os refugiados, levando todos com seus pertences em caminhões, para um local distante de Buenos Aires, sem a menor condição de moradia, com evidente propósito de isolar a todos e pressionar para que deixassem o país.

Obviamente, pela minha condição de clandestino no local, retirei-me discretamente, pois meu nome não constava da listagem oficial do governo argentino.

Antes de sair, conversei com vários companheiros e ficou claro que dependendo do local para onde fossem levados, não aceitariam lá permanecer.

Ao chegar ao local, todos se recusaram a descer dos ônibus e exigiram que fossem levados de volta para o Aparelhão.

Houve um recuo do governo argentino e à noite todos estavam de novo no Aparelhão.

Voltei ao local e reencontrei os companheiros e o governo argentino já planejava nova remoção no dia seguinte.

Diante do ocorrido, o governo argentino alojou a todos em dois hotéis na Avenida de Mayo, perto do Con-

gresso, onde se podia utilizar a cozinha e preparar refeições, o que era feito coletivamente, revezando-se todos a cada dia para tal tarefa.

Aproveitando-me da confusão instaurada, misturei-me aos refugiados oficiais e consegui ser alojado em um dos locais destinados a todos pelo governo.

Fiquei morando no Hotel de Mayo com mais três companheiros no quarto, Gustavo da VPR (o Flávio), Edu e o velho Crispim. Nessa época, quase todos os dias, vários companheiros deixavam a Argentina e conseguiam asilo político em outros países, pois o cerco contra nós em Buenos Aires se apertava cada vez mais.

No outro hotel, ao lado do "nosso", a cozinha foi liberada e de forma coletiva, em sistema de plantões, podíamos preparar a nossa comida.

Em um dos plantões, a cozinha estava sob a responsabilidade de Inês, Abiasafe e minha.

A pedido dos dois companheiros, atuei como auxiliar de cozinha e colaborei para que eles fizessem dois pratos nordestinos: jerimum com leite e macaxeira com carne, dos quais o coletivo desfrutou com prazer.

Em certa oportunidade, aceitei um convite de Lali, companheira chilena exilada em Buenos Aires que eu conhecia apenas pelo apelido e que, algumas vezes, encontrávamo-nos para amenizar as agruras do exílio.

Disse-me ela que amigos seus haviam viajado e deixado a casa à nossa disposição para que lá passássemos todo o período da tarde, o que terminamos por fazer, envolvidos em um clima de romance, esquecidos por algumas horas do que se passava do lado de fora.

Dias depois, com grande estardalhaço, a imprensa argentina divulgou a queda de um aparelho das FAP e, através das fotos, eu pude reconhecer a casa onde havia estado, onde foram apreendidas granadas, fuzis e metralhadoras dos revolucionários argentinos.

Encontrando a amiga, mostrei-lhe o risco que corremos, ambos exilados estrangeiros, se nos houvessem surpreendido no local, cuja destinação eu efetivamente desconhecia e ela omitiu por questão de segurança.

Fomos unânimes, no entanto, em reconhecer que os agentes da repressão argentina jamais acreditariam em nossa história, por mais verídica que fosse — éramos simplesmente dois jovens latino-americanos que, inocentemente, namorávamos em um aparelho clandestino.

Meu passaporte brasileiro necessitava de outra renovação, já que a anterior vencera. Dessa vez, quem resolveu o problema foi o companheiro Derly Carvalho, da ALA VERMELHA, que providenciou o carimbo junto à sua organização e atualizou meu documento, o que me permitia viajar com ele se necessário.

No mês de junho de 74, ocorreu a Copa do Mundo de futebol na Alemanha. Mais uma vez, voltou à tona entre os refugiados a velha divergência entre torcer ou não para a nossa Seleção e, novamente, os brasileiros se dividiram em dois grupos.

Fiquei entre aqueles que torceram para o futebol brasileiro, pelas mesmas razões que me levaram a fazê-lo quando vivia no Chile, durante a Copa de 70.

Tais posicionamentos se radicalizavam na época de tal forma que colocaram em postura antagônica eu e uma companheira do PC do B. Em virtude do sectarismo por ela adotado no caso, deixamos de nos conhecer com a intensidade que eu, pelo menos, já lhe revelara pretender.

No final de junho, conversou comigo o companheiro Daniel Carvalho, militante do MRT e irmão de Derly e Devanir.

Na oportunidade, Daniel me exibiu uma nota de cem dólares que eu imediatamente reconheci como sendo uma falsificação de boa qualidade.

Disse-me ele que seu grupo político possuía uma considerável soma de notas como aquela e queria certificar-se de que as mesmas poderiam ser passadas com facilidade.

Pediu-me então que fizesse um teste e utilizasse uma cédula de cem dólares como eu quisesse, para testar a aceitação da nota falsa.

Aceitei a tarefa e convidei para jantar dois brasileiros, Méia, como era conhecida a exilada carioca Edméia Vieira da Cunha, por cuja casa passei várias vezes para usufruir das solidárias refeições que me oferecia, local onde algumas vezes encontrei o Almirante Aragão, que também costumava almoçar ou jantar por lá.

Estendi o convite a Haroldo, o "Baiano", que estudava psicologia em Buenos Aires e estava morando na casa de Méia.

Disse-lhes que minha família me mandara dinheiro e eu queria oferecer-lhes um jantar. Assim, fomos a um bom restaurante de Buenos Aires, onde jantamos bem, tomamos um bom vinho e ouvimos boa música.

Ao pagar a conta, fiz-me passar por turista, simulei nada conhecer do idioma espanhol e consultei o garçom se poderia pagar em dólar, ele prontamente assentiu.

Assim, depois de examinar a nota e considerá-la normal, o garçom a recebeu para pagar a despesa de aproximadamente quarenta dólares e devolveu-me o troco em câmbio bem abaixo do que se praticava naquele dia. Acreditou que estivesse lesando mais um turista brasileiro.

Ao sairmos, contei aos dois amigos que a nota de cem dólares era falsa, o que os deixou preocupados, mas consegui cumprir satisfatoriamente a tarefa que Daniel havia solicitado.

Daniel, na época, disse-me que seu grupo estava preparando uma ação de expropriação no Aeroporto Jorge Newbery, que fica na região central de Buenos Aires.

Convidou-me a participar e, de pronto, aceitei. Passei a checar com ele, por vários dias, as vias de acesso, as rotas de fuga e a dinâmica do aeroporto, reunindo informações para o planejamento da ação.

Alguns dias depois, Daniel me disse que, por razões de segurança, a ação havia sido suspensa. Ela, efetivamente, nunca aconteceu.

Jamais soube exatamente qual seria o alvo de nosso empreendimento.

O mesmo Daniel me fez uma proposta para que eu participasse de uma ação armada no território brasileiro, com um grupo do qual ele fazia parte.

Daniel e eu tínhamos bastante contato e vivíamos no mesmo hotel.

A análise que fazíamos da realidade latino-americana era muito parecida e ambos acreditávamos que a única saída para enfrentar a ditadura brasileira era a luta armada.

Disse-me Daniel que seu grupo político planejava voltar clandestinamente ao Brasil, mas que, antes disso, pretendia realizar a ação de expropriação sobre a qual me falara e retornar à Argentina com seu grupo para prepararem uma volta organizada a nosso país.

Respondi-lhe que tal empreitada era muito perigosa, até porque poderia tratar-se de uma cilada e, por tal razão, não aceitei participar da ação.

Preferi não saber o local onde ocorreria, muito menos a data da operação e os nomes dos companheiros que dela participariam, por motivo de segurança.

Aconselhei a Daniel que tomasse muito cuidado, pois existia infiltração policial em nossas fileiras e qualquer descuido poderia custar a vida de todos eles.

Preferi também não dizer a Daniel que meu projeto era voltar ao Brasil, já que eu pretendia fazê-lo sem o concurso de nenhum grupo organizado de esquerda, pois temia justamente as infiltrações a que me referi quando conversei com ele.

Tinha convicção de que minha volta seria mais segura se acontecesse por meios comuns, ou seja, utilizando

meu próprio nome e um ônibus de carreira.

Anos depois, descobriu-se que Daniel, seu irmão Joel, José Lavecchia, o sargento Onofre Pinto e mais três companheiros foram atraídos para uma cilada, através de agentes da repressão infiltrados no movimento. Os brasileiros foram levados para a cidade de Medianeira por um grupo de policiais e militares chefiados pelo delegado Sérgio Fleury.

Todos foram assassinados, seus restos nunca mais foram localizados e passaram a integrar a lista dos desaparecidos políticos no Brasil.

Tal episódio é brilhantemente esmiuçado na obra do companheiro Aloísio Palmar: Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?, livro imprescindível para quem quer conhecer a História do período.

No dia 1º de julho de 74, a Argentina parou com o falecimento de Perón.

Depois de uma enfermidade que o levara ao hospital por vários dias, morreu o velho caudilho e o país todo entrou em enorme consternação.

As cenas a que assistimos nas horas e nos dias que se seguiram ao anúncio do falecimento foram impressionantes, com centenas de pessoas em prantos nas ruas e inúmeros desmaios, o que demonstrava o carisma de Perón.

Trasladado seu corpo para o prédio do Congresso argentino, passou o cortejo pela Avenida de Mayo e, da sacada do primeiro andar, pudemos divisar a gigantesca manifestação popular em despedida ao líder falecido.

O fortíssimo esquema militar foi insuficiente para conter a massa que, dissolvendo os cordões formados pelos soldados, aproximou-se da carroça que transportava o corpo a um só grito:

"Se siente, se siente

Perón está presente."

Durante os dias em que se velou o corpo no prédio do Congresso, as filas para visitar o local eram intermináveis.

As milícias peronistas controlavam as ruas do centro e organizavam o povo que esperava horas e horas para dar uma rápida passada diante do esquife de seu presidente.

Preparando o retorno

Na véspera do enterro de Perón, meus pais chegaram a Buenos Aires e passei a discutir com eles a minha volta ao Brasil.

Manifestaram-se contrários, até porque, moravam em nosso país e vivenciavam de perto a repressão da ditadura, por essa razão, temiam por minha vida.

Expus-lhes meus argumentos e procurei demonstrar-lhes que, na Argentina, também corria riscos.

Acreditava que, no Brasil, não iria para Ribeirão Preto, onde era muito conhecido, sobretudo dos agentes da repressão naquela cidade, e poderia passar um bom tempo sem que a polícia detectasse minha presença no país.

Embora soubesse que correria grandes riscos na Terra, tinha certeza de que seria útil à causa do socialismo e poderia continuar participando da luta contra a ditadura.

Assim, montamos um esquema para despistar eventual ação policial. Por essa razão, não falei a ninguém que

estava voltando ao Brasil, nem mesmo aos companheiros de total confiança. Dizia a todos que eu iria para a Itália.

Compramos passagem de ônibus para a cidade argentina de Rosário. Enquanto meus pais descansavam, fui com alguns companheiros conversar em algum bar. Tarde da noite, ao despedir-me, foi muito difícil convencer o companheiro Flávio a desistir de me acompanhar até o aeroporto.

De manhã, viajamos para Rosário e nos hospedamos em um hotel, onde permanecemos por uma noite.

No dia seguinte, compramos três passagens de ônibus de Rosário a Curitiba e viajamos à noite.

Meus pais vieram sentados em uma das primeiras fileiras do ônibus e eu, mais atrás, evitando parecer que estávamos juntos, para que pudessem tomar alguma providência, caso eu fosse preso na fronteira.

Em Curitiba, tomaríamos outro ônibus até São Paulo.

Na viagem, havia um grupo de estudantes brasileiros que viajava a passeio.

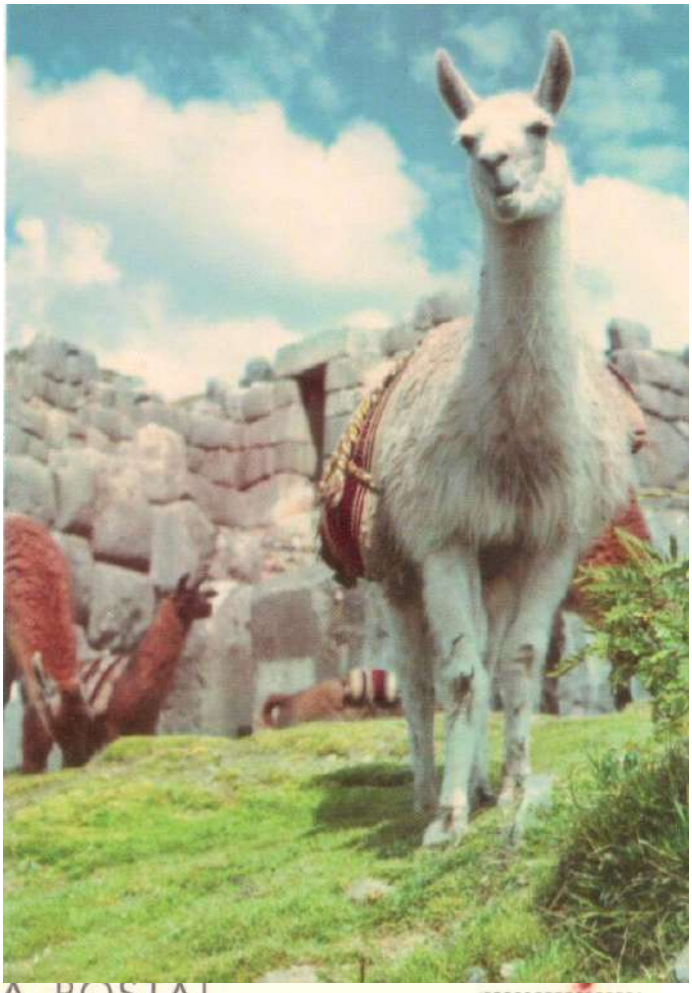
De imediato, fiz amizade com eles, toquei violão, cantei com o grupo e tornei-me conhecido entre os passageiros, o que me servia de certa proteção, caso alguma coisa me acontecesse.

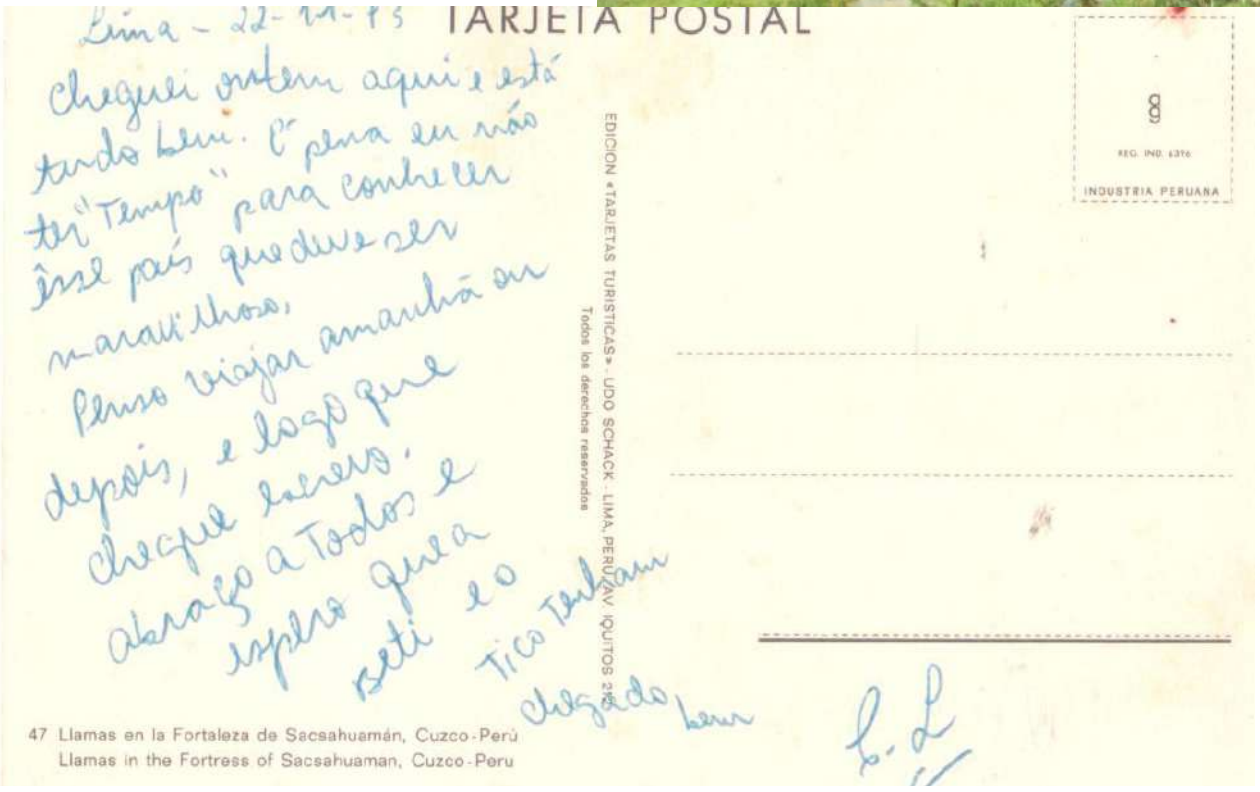
O ponto alto da viagem foi quando me pediram para tocar "Pra não dizer que não falei das flores", música que todos cantamos. Cantá-la me trouxe grande emoção que, naquela hora, eu era obrigado a conter, além de estar atento à expressão de grande preocupação de meus pais, receosos de que houvesse no ônibus algum policial que poderia criar problemas pela execução da música proibida pela ditadura.

Amanhecendo, paramos na fronteira e o motorista desceu com nossos documentos, exibindo-os à polícia brasileira, como de praxe, para que fizessem a checagem de sempre.

Foram momentos de grande tensão, com meus pais angustiados, eu também estava bastante preocupado, até que, poucos minutos depois, voltou o motorista com a documentação e, enfim, seguimos viagem.

Voltava ao Brasil e, dessa vez, cruzava a fronteira com meu nome verdadeiro, quatro anos e meio depois de me haver exilado. Estava muito feliz pelo retorno que sempre desejei, entretanto, já pensava nas dificuldades que me aguardavam em meu país, mas eu estava disposto a enfrentá-las com a firmeza de sempre.




TARJETA POSTAL
Lima - 22-11-95
Cheguei ontem aqui e está
tudo bem. É pena eu não
ter "Tempo" para conhecer
êste país que deve ser
maravilhoso.
Penso viajar amanhã ou
depois, e logo que
chegue escrevo.
Abraço a Todos e
espero que a
sorte ajude
Tico Tatiana
Obrigado Lena
EDICION «TARJETAS TURISTICAS» - UDO SCHACK - LIMA, PERU - AV. IQUITOS 2
Todos los derechos reservados
REG. IND. 6376
INDUSTRIA PERUANA
47 Llamas en la Fortaleza de Sacsahuamán, Cuzco - Perú
Llamas in the Fortress of Sacsahuaman, Cuzco - Peru

Vista de noche—Iglesia del Carmen. Panamá —República de Panamá.
Night view—church of the Carmelite Fathers. Panama—Republic of Panama.

Buenos Aires - 24-11-73

Chegui ontem aqui e está tudo bem comigo logo que tenha algum endereço mando para que vocês escrevam

L. L.

C29384 — Mike Roberts Color Production, Berkeley, California 94710, U.S.A.

Espero que a Betê e a Tica tenham chegado bem por aí.

FF-4-001®
REPRODUCCION Y DISTRIBUCION EXCLUSIVA FOTO FLATAU - APARTADO 391 - PANAMA, R.P.

Cartaz do Musical apresentado em Buenos Aires, dirigido por Augusto Boal, com a participação de Leopoldo Paulino.

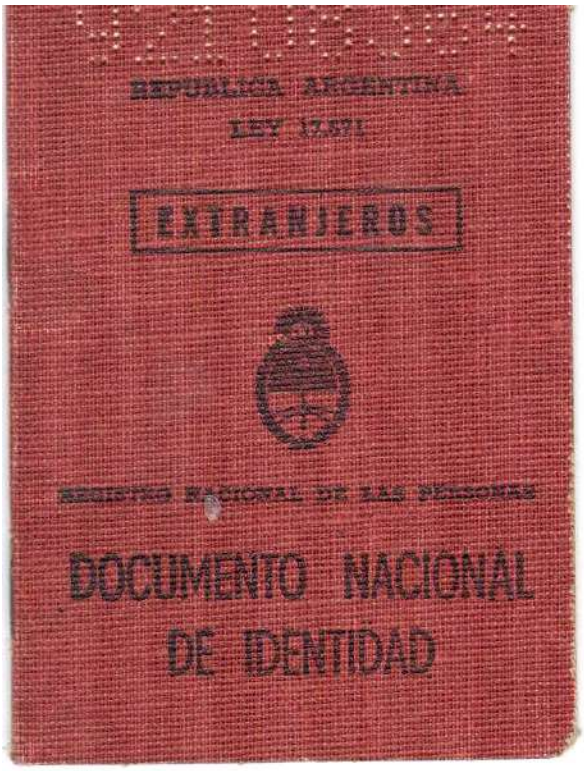
Estrenan mañana un show brasileño en el teatro Latino

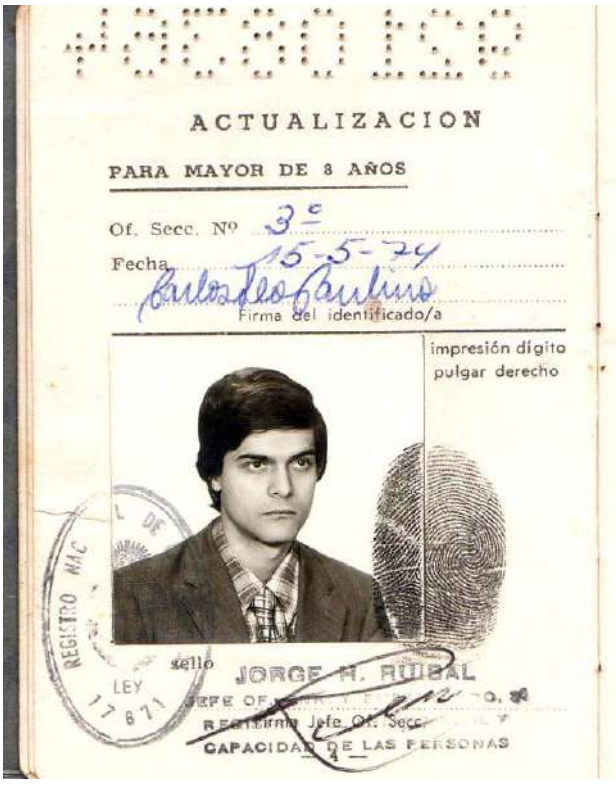
Canción del exilio se denomina un espectáculo que se presentará de mañana en el teatro Latino de Buenos Aires (Cochabamba y Defensa). Se trata de un "show político-musical" que, bajo la dirección de Augusto Boal, intentará recoger las experiencias de un grupo de compositores, músicos y actores brasileños que debieron refugiarse en la Argentina después del golpe militar chileno.

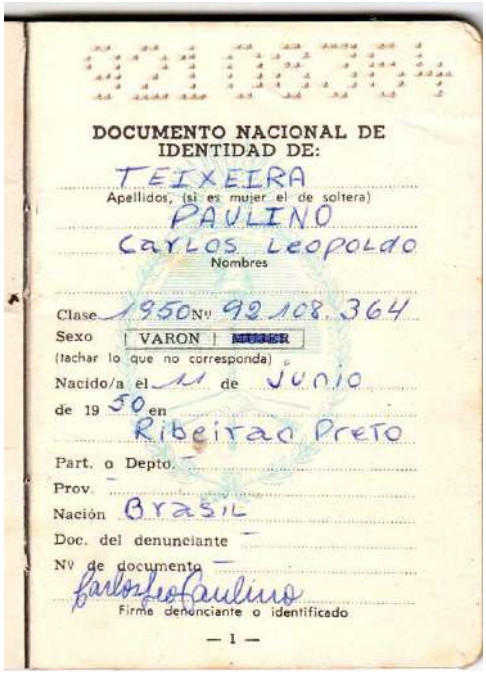
El nombre del conjunto **(Caldo de Cana)** no tiene connotación lunfarda alguna como podría, equivocadamente, suponerse en Buenos Aires; se trata en cambio en portugués, del primer zumo que segrega la caña de azúcar al pasar por el trapiche. La mayor parte de las canciones pertenecen a los integrantes del conjunto, aunque en el espectáculo se intercalan otras de Chico Buarque de Hollanda y aires folklóricos brasileños.

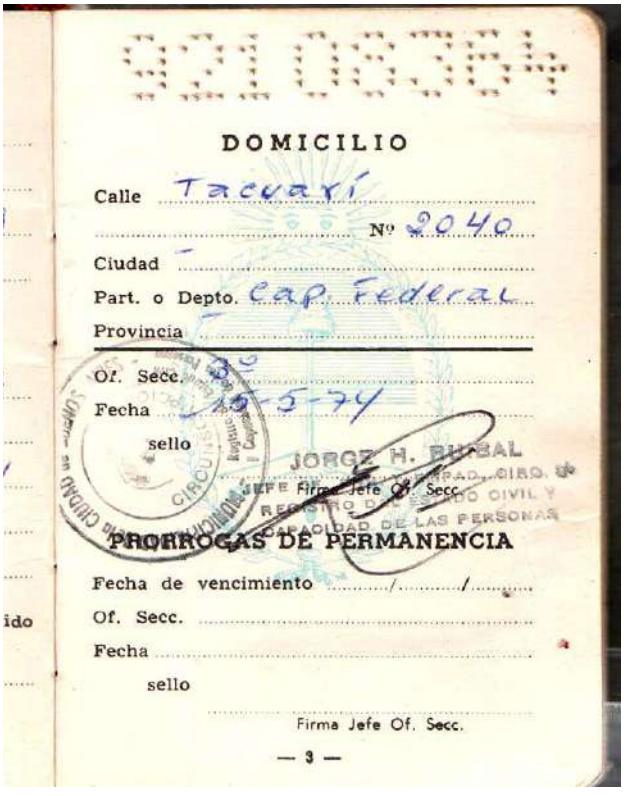
Los seis músicos que intervienen se sirven de dos guitarras, cavaquiño, tumbadeiras, flauta, tamboril y los típicos instrumentos de percusión del samba, como el agogó y el caxixí

Canción del exilio se repetirá el sábado 30 en trasnoche.







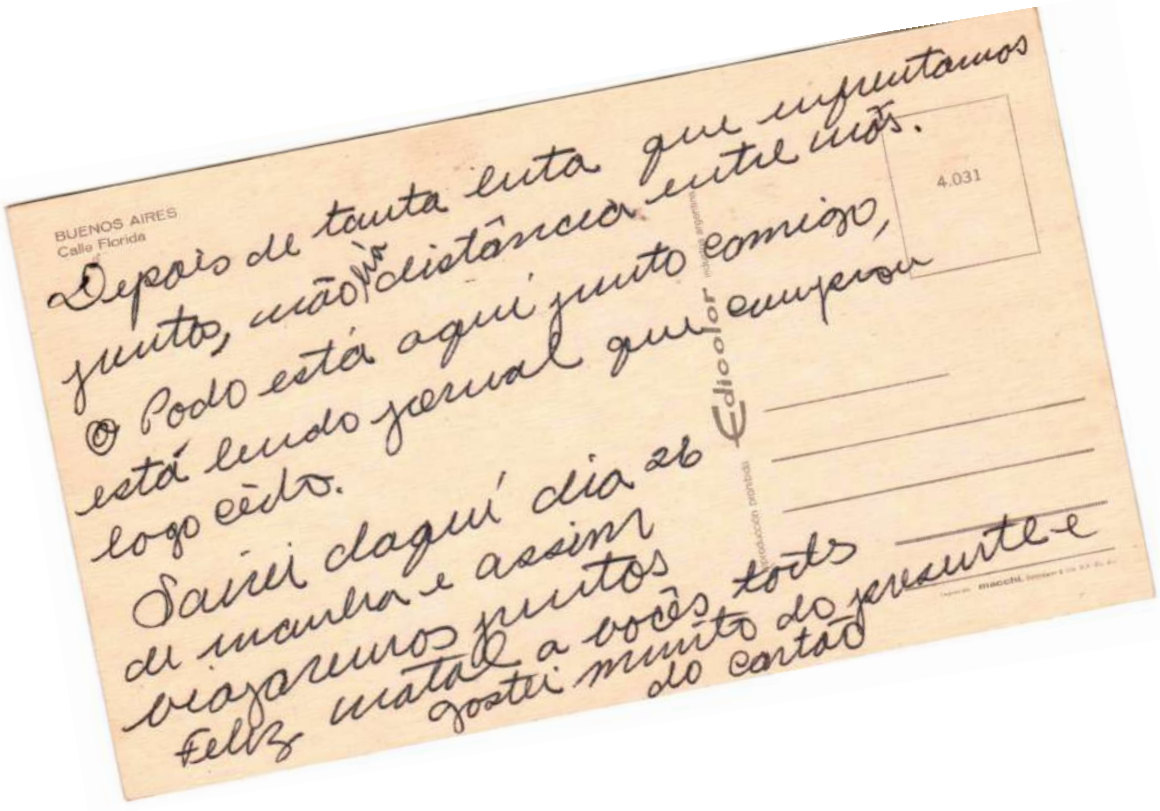


Carteira argentina de residente.

Parte do nosso time de futebol em Buenos Aires

Em pé: *(primeiro) Tabajara Ruas*
(terceiro) Almir Dutton
(quarto) Eduardo Fernandes (Edu)

Sentados : *(primeiro) filho do companheiro Derli Carvalho*
(terceiro) Carlinhos, filho do companheiro Devanir Carvalho
(quinto) Jairo Carvalho
(sexto) Ernesto, filho do companheiro Devanir Carvalho
(sétimo) Daniel Carvalho


BUENOS AIRES
Calle Florida

Depois de tanta luta que enfrentamos
juntos, não à distância entre nós.
O Podo está aqui junto comigo,
está lendo jornal que comprou
logo cedo.
Saiu daqui dia 26
de manhã e assim
viajamos muitos
Feliz Natal a vocês todos
gostei muito do presente e
do cartão

4.031

Edicolor

Cartão Postal enviado por Moacyr a Aparecida Paulino - Dezembro de 1973

TERCEIRA PARTE:

A VOLTA

"De repente ...
Olha eu de novo
Perturbando a paz,
exigindo o troco"

(Pesadelo - Paulo Cesar Pinheiro/
Maurício Tapajós)

I - NA TERRA

Já em território brasileiro, seguimos viagem, que transcorreu normalmente até Curitiba, onde descemos.

Da capital paranaense viajamos até São Paulo, tomando cuidado de fazer o trajeto em duas etapas, desse modo, evitamos chegar ao nosso destino em um ônibus que vinha de outro Estado, para não despertar nenhuma suspeita.

Beti me aguardava em São Paulo com as crianças em casa de parentes seus. Novamente, revi Tico e Carolina, dos quais me despedira em Buenos Aires há pouco mais de dois meses.

De São Paulo, seguimos para Santa Rita do Passa Quatro, onde permanecemos no sítio onde morava a família de Beti, e iniciamos as gestões para que eu conseguisse emprego em algum lugar da região.

O pai de Beti soube por amigos que a empresa Danone, em Poços de Caldas, tinha uma vaga que eu teria condições de postular.

Compramos uma calça e uma camisa novas e lá fui à cidade mineira pleitear o posto de funcionário no escritório da multinacional francesa.

Havia outros pretendentes ao cargo e fomos entrevistados individualmente por um francês da empresa.

Durante a conversa, falei com ele em francês e sai seguro de haver obtido a vaga.

Dias depois, soube que fora preterido e nenhuma dúvida me restou de que os responsáveis pela firma consultaram meus antecedentes e decidiram não me contratar.

Depois de alguns contatos, através da influência de um tio de Beti, consegui arrumar trabalho em uma empresa de Araraquara.

A princípio, mudei-me para São Carlos, na casa de meu avô Anacleto. Viajava todos os dias para trabalhar na vizinha cidade e retornava a São Carlos à noite, enquanto Beti permanecia com as crianças em Santa Rita.

Nos finais de semana, ia de ônibus de São Carlos a Porto Ferreira, para encontrar Beti e as crianças, que sempre iam me esperar na rodoviária daquela cidade.

Em um sábado que o pai de Beti não pôde levá-los, tomei um táxi até o sítio em que moravam.

No trajeto o taxista começou a falar que viera há pouco de São Paulo, pois queria descansar no interior, dizendo-me que na Capital era um dos membros da "Operação Bandeirantes".

À minha ingênua pergunta: "o que é isso", respondeu-me orgulhoso o taxista que era um órgão encarregado de caçar terroristas.

Alegando haver perdido meu título de eleitor, consegui obter novo documento na cidade de Porto Ferreira onde votei nas eleições de 1974, em candidatos a deputado de esquerda e em 1976, em um candidato a prefeito do MDB, que o povo daquele município tentou eleger protestando contra a ditadura.

Decidi voltar a fazer o curso de Direito e matriculei-me, em agosto de 1974, na Faculdade de Direito de São Carlos. Ingressei no terceiro semestre, já que consegui aproveitar o primeiro ano que cursei na Faculdade Laudo de Camargo, de Ribeirão Preto, em 1968.

Recebi o primeiro salário e, com a ajuda da família, conseguimos alugar uma casa em Araraquara, para onde me mudei com Beti e as crianças. Passei a viajar todas as noites para São Carlos, a fim de assistir às aulas na faculdade.

Em Araraquara, resolvi procurar o amigo Dado.

Antes de fazê-lo, passei pela Avenida Feijó e reconheci de pronto a antiga casa em que me escondera há cinco anos. Na primeira vez, não parei e somente observei o local, já decidido a passar por lá em outra oportunidade.

No dia seguinte, em meu intervalo de almoço do trabalho, voltei a passar pelo local e dessa vez, encorajei-me.

Depois de olhar para todos os lados e certificar-me de que ninguém me seguira, toquei a campainha.

Segundos antes que me atendessem, inúmeros pensamentos passaram pela minha cabeça, antes de qualquer outro, o maior deles foi a preocupação em comprometer a família do antigo companheiro com minha presença.

Pensei também em como estariam Dado e seus familiares, depois dos percalços por que passaram, sobretudo, como ele estaria em relação à política, preocupação essa que sempre me vinha à mente quando reencontrava algum antigo militante.

Interrompendo meus pensamentos, abriu-se a janelinha da porta da frente da casa. Prontamente, reconheci a figura de D. Aída e, da calçada, perguntei por Dado.

Disse-me ela que o amigo estava cursando Medicina em Ribeirão Preto e que chegaria somente no final da semana.

Despedi-me dizendo que voltaria no sábado, disse a ela que era amigo de seu filho e, em compreensível paranoia própria de um exilado recém-chegado de volta ao país, quando D. Aída perguntou meu nome, respondi "Jaime".

No sábado, voltei a tocar ao número 527 da Av. Feijó, toquei a campainha da casa e Dado me recebeu à porta com sua mulher Silvana, que eu ainda não conhecia.

Abraçamo-nos efusivamente, relembramos o passado e falamos do presente e do futuro.

Dado me disse que D. Aída, no primeiro dia em que fui à sua casa, reconhecera-me de imediato, apesar do nome de guerra utilizado, e já dissera a ele que eu viria, o que tornou inócuo meu disfarce.

Silvana olhava-me como se me medisse de cima em baixo, com um misto de temor e admiração, pois já ouvira falar de mim. Anos depois, confessou-me que lhe causou grande impacto ver tão de perto, pela primeira vez, um guerrilheiro em sua frente.

Não havia completado três meses de trabalho, quando um dia chegam à empresa duas viaturas da PM com alguns policiais.

De imediato, desloquei-me do escritório para um dos barracões lá existentes, prevenindo o colega da empresa João Batista Fávero Pizza, em quem eu já depositava confiança e que vinha discutindo política comigo e assim solicitei a ele que se informasse dos motivos da insólita visita e fosse me avisar.

Minutos depois João vai ao meu encontro e me diz que os policiais militares estavam fazendo uma "barreira" na rodovia a alguns metros do local e foram tomar água na firma.

Contaram ao gerente que estavam revistando carros à procura de "terroristas".

Convenci-me que aquele aparato não era por minha causa e fui conversar com os PMS, que me confirmaram a história.

Conclui na conversa com eles que a operação buscava membros do PCB, já que a ditadura naqueles dias de 1974 desencadeou forte repressão contra aquela agremiação, assassinando vários de seus dirigentes.

A sede da empresa em que eu trabalhava ficava em Campinas e vários militares reformados ocupavam cargos de diretores e gerentes na firma, em notória demonstração das ligações ditadura-empresa.

No dia 26 de outubro de 1975, encontrava-me na matriz da empresa para uma reunião, quando no refeitório um dos presentes comentou com jornal na mão sobre o assassinato de Vladimir Herzog.

Ao meu lado, o almirante Brochado da Rocha, diretor da firma, para minha surpresa, afirmou em voz alta: "Eu sou contra matar comunistas".

Após segundos de um silêncio geral, ele arrematou: "Não adianta... Mata um e surgem 10 em seu lugar"...

Olhei com o melhor ar de ingenuidade que sabia fazer, e continuei almoçando, certo de que nenhum dos presentes nada sabia da minha História.

Sensação indescritível foi a que tive quando avistei Ribeirão Preto, após todos esses anos.

Chegando pela Rodovia Anhanguera, assim que passei a cidade de Cravinhos, pude divisar as luzes de minha cidade a me receber, cenário que jamais pensei fosse rever novamente.

Durante esse período, fui a Ribeirão Preto em poucas oportunidades, geralmente à noite, e quase não saía da casa de meus pais, pois tinha convicção de que, ao saberem de minha presença no Brasil, alguns esbirros da ditadura daquela cidade seguramente iriam criar-me sérios problemas.

Em uma dessas vezes, nossa antiga vizinha da Rua Henrique Dumont, D. Iolanda, ouviu-me tocar piano e concluiu que eu estava de volta. Não se contendo, correu para ver-me e desejar-me boas-vindas. Fiquei muito satisfeito ao vê-la novamente, mas pedi, no entanto, que ela não comentasse com ninguém sobre meu regresso.

Já no ano de 1975, quando visitava meus pais em Ribeirão Preto, Beti e eu resolvemos sair à noite.

Fomos ao restaurante do Bosque, lugar que sempre gostei de frequentar quando vivia no Brasil e que sempre se caracterizou por ter uma boa música.

Começávamos a nos descontrair, quando passou por nós o delegado de polícia Vlamir Pupo, o mesmo que, no dia 7 de setembro de 1969, carregara a bomba incendiária para a delegacia de polícia. Ele parou, olhando-me insistentemente, e ficou na dúvida se a pessoa que via era ou não quem ele julgava ser.

Logo em seguida, Vlamir retirou-se do local, e nós, de imediato, pagamos a conta e fizemos o mesmo, preocupados com nossa segurança.

Na verdade, alguns anos depois de minha volta ao Brasil, ao analisar os fatos, cheguei à conclusão de que fui precipitado em regressar à Terra, já que corri sério risco de ser preso e até mesmo assassinado pela ditadura. Os órgãos de segurança sabiam de minhas atividades políticas no exterior e poderiam querer tentar arrancar de

mim alguma informação de seu interesse.

Acredito que os serviços de informação da ditadura somente tiveram conhecimento de minha volta um bom tempo depois que ela ocorreu, tese hoje confirmada pelos documentos da repressão a que tive acesso no Arquivo Nacional.

Já no final de 1976, soube pelo secretário da Faculdade de Direito de São Carlos, professor Edu Dória, que contou a meu amigo "Lobão" (Luis Eduardo Custódio) e pediu a ele que me avisasse que agentes da repressão lá estiveram e perguntaram por mim, interessados em saber principalmente se eu tinha algum tipo de militância política.

Informado do fato, passei a tomar algumas precauções, entre elas comunicar a família sobre meu destino, mas acredito que as condições políticas do país já não justificavam minha prisão.

Muito embora, nesse período, tenham ocorrido os assassinatos de José Ferreira de Almeida, tenente-coronel da PM de São Paulo e militante do PCB, no DOI-CODI de São Paulo, a 7 de julho de 75; Wladimir Herzog, militante do PCB, no DOI-CODI de São Paulo, a 25 de outubro de 75; Pedro Jerônimo de Souza, do PCB, assassinado em setembro de 75 pelo DOI-CODI do Ceará; Manuel Fiel Filho, do PCB, no dia 16 de janeiro de 76, no DOI-CODI de São Paulo; os companheiros do PC do B Ângelo Arroyo, João Batista Drumond e Pedro Pomar, tendo sido Arroyo e Pomar fuzilados no dia 16 de dezembro de 76, no episódio conhecido como "Massacre da Lapa", e Drumond, preso no mesmo local, morto sob tortura no DOI-CODI de São Paulo; além de vários companheiros que foram assassinados nesse período e cujos corpos nunca foram encontrados.

Apesar de todos esses crimes, a grande imprensa e a historiografia oficial apresentam Geisel como "bonzinho", embora os fatos provem exatamente o oposto.

Geisel, ainda jovem oficial, era simpatizante declarado do nazismo e participou de todas as movimentações militares golpistas.

Em 1974, já derrotada a guerrilha, a ditadura comandada por Geisel investe contra o PCB, que jamais participou da luta armada, pois antevia que o partido passaria a ter importante papel na oposição consentida, razão porque aquela agremiação teve dezenas de militantes presos e torturados, muitos deles assassinados nos porões do regime.

Recentemente, Elio Gaspari, no livro A Ditadura Escancarada, revela, ao divulgar fitas gravadas pelos próprios integrantes da ditadura, que Geisel admite os assassinatos políticos e concorda com eles, em conversa transcrita com o general Dale Coutinho.

Na mesma obra, o autor revela, através das fitas, que em conversa com o tenente-coronel Germano Arnold Pedrozo, Geisel é informado do assassinato de 7 presos políticos. Em sua fala, concorda com as mortes e lembra que "não se devem deixar vestígios dessas ações".

Em junho de 1977, terminei a faculdade de Direito e recusei-me a participar da formatura, em virtude de haver a maioria da classe escolhido como paraninfo o ex-governador de São Paulo, Laudo Natel, homem ligado à ditadura militar.

No final de 1976, Beti e eu nos separamos, devido ao desgaste de uma união que resistiu a um período de sete anos vividos em intensa turbulência, em virtude dos acontecimentos políticos que nos acompanharam, mas que não sobreviveu ao período de calmaria em que nos encontrávamos então.

Nessa época, eu já trabalhava como estagiário no escritório do Dr. Édie Frey, em Catanduva, antigo militante comunista e brilhante causídico, pessoa que me iniciou na profissão que abracei.

Em Catanduva lembrei-me que meu ex-colega de faculdade em Ribeirão Preto Ariovaldo José de Melo, militante do ME na década de 60, era de uma família daquela cidade e resolvi procurá-lo.

Pelo próprio Frey, consegui informações sobre a família de Melo e fui até sua residência, onde seu pai me informou que meu amigo residia em Santos e iria para Catanduva naquele final de semana.

No domingo à tarde, voltei à casa do antigo companheiro. Seu pai me informou que ele estava descansando,

após o almoço, e indicou-me o quarto para que eu o chamasse pela janela.

Depois de duas ou três batidas, Melo surgiu à janela, esfregou os olhos, sonolento e assustado, e disse: — "Não pode ser... Leopoldo! Você morreu!"

Passado o susto, abraçamo-nos efusivamente, relatei-lhe minhas andanças após 1969 e demonstrei-lhe que, felizmente, eu estava mais vivo que nunca.

Na verdade, os rumores sobre minha morte eram comuns durante o tempo em que deixei o Brasil. Meus pais, em diversas oportunidades, foram indagados sobre essas notícias, que sempre lhes trouxeram enorme sobressalto.

Em São Carlos, conheci Emir, com quem me casei a 30 de Abril de 1977. Construímos um relacionamento que durou mais de 30 anos e que terminou no dia 9 de Outubro de 2007.

No dia 2 de julho de 1979, nasceu meu terceiro filho, a quem demos o nome de Carlos Ernesto, em homenagem ao companheiro Carlos Lamarca e ao comandante Ernesto Che Guevara.

Em 1º de abril de 1982, nasceu meu filho Alexandre, assim chamado em homenagem ao companheiro Alexandre Vanucchi Leme, militante da ALN, assassinado pela ditadura.

Aumentou a alegria da família a vinda de meu neto Raul, filho do Tico, em 27 de maio de 1997 e em 2006, Tico nos brinda com sua filha Débora, presente que recebemos com sua vivacidade pré-adolescente.

O ano de 2014 foi pródigo para o crescimento familiar. Valentina, filha de Alexandre, veio ao mundo dia 25 de janeiro. E em 03 de maio, nasce Luísa, filha de Ernesto. Já Vinícius nasceu em 12 de julho de 2022, filho de Ernesto e Fernanda, que trouxe também para nossa família as duas flores Isa e Carol.

Por não ser a vida constituída apenas de ganhos, as perdas familiares também se fizeram sentir. Minha mãe faleceu em 18 de fevereiro de 1988 e meu pai a 4 de outubro de 1997, depois de uma vida marcada por fortes acontecimentos.

Meu irmão faleceu em 29 de fevereiro de 1996, vitimado pela AIDS.

Após minha saída do Brasil, Jorge começou a fazer uso de drogas, a princípio leves, mas, pouco a pouco, foi ficando escravo de outras mais fortes, e, apesar de diversas vezes internado pela família, muito embora inteligente e criativo, jamais se livrou desse mal, fruto da alienação imposta pela sociedade de consumo e da fraqueza dos que das drogas se tornam vítimas.

Minha filha Ana Carolina morreu aos 15 anos, no dia 19 de julho de 1989, dez dias depois de sofrer gravíssimo acidente de automóvel que a deixou em coma, estado do qual nunca mais saiu, deixando a vida quando começava a desabrochar.

Na madrugada do dia 19 de julho, fui chamado ao Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, onde ela se encontrava internada e comunicado pelos médicos de sua morte cerebral.

Na oportunidade, solicitaram-me que fizesse a doação dos órgãos de Carolina para que pudessem ser aproveitados em outras pessoas.

Voltei para casa, telefonei para Beti e solicitei-lhe que concordasse com a proposta. Ela assentiu e me disse que, aproximadamente um mês antes do acidente, Carolina lhe dissera que, se morresse, queria que seus órgãos fossem doados.

Com a concordância da sua mãe e ao conhecer esse fato novo que expressava sua vontade, enchi-me de coragem, voltei ao hospital com Emir e assinei a doação. Seus rins foram doados; anos depois, soube que cada um deles foi transplantado em uma pessoa com insuficiência renal, assim salvaram duas vidas e, de outra forma, deram continuidade à sua.

Muitos anos depois, vim a saber que os beneficiários da doação eram das cidades de Ourinhos e São José do Rio Preto.

Beti quis que Carolina fosse sepultada em Santa Rita do Passa Quatro, cidade onde nasceu e dessa forma o enterro foi realizado.

Já se encerrando o triste ritual do sepultamento, Maria, grande colaboradora da família que a viu crescer e

morava com ela no mesmo quarto, aproximou-se da sepultura e como última homenagem jogou uma rosa sobre o esquife, flor que havia sido ofertada a Carolina dias antes por um admirador.

De minha parte, passei por tudo calado e nenhuma lágrima derramei, suportando essa agressão com que a vida me surpreendeu. Ao chegarmos a Ribeirão Preto, Alexandre que estava com sete anos nessa época e ficara nos esperando, perguntou: "Ela ficou sozinha lá"?

Em 23 de maio de 2008, comecei a namorar Rose, pessoa com quem já vinha me encantando e no dia 24 de julho do mesmo ano, decidimos compartilhar a vida.

Já vivendo juntos há meses, decidimos realizar uma cerimônia para celebrar nossa união. Assim, no dia 20 de dezembro de 2008, na loja de vinhos "World Wine" de Ribeirão Preto, com a presença de parentes e amigos mais chegados, perto de 50 pessoas, nós nos casamos um ao outro. Rose entrou dançando dança do ventre, arte que domina com perfeição, enquanto eu respondi tocando ao piano músicas que exaltam nosso feliz encontro na vida.

Nesses mais de quinze anos de convivência, nosso entendimento tem sido de tal intensidade e sua participação política é tão presente, que me é difícil lembrar que Rose não atua comigo desde os primórdios de minha militância.

Mais uma vez demonstrando a vida como os círculos se fecham, soube por minha amada que seu pai, José Moreira, foi membro do PCB, tendo destacada atuação na região de Ipameri, quando da legalização do partido, em 1946.

Em 2014, tomamos a decisão de realizamos nosso matrimônio civil e assim, a 26 de Abril daquele ano, celebramos o casamento em Ilhabela, em um lindo dia de Sol, tendo como cenário a indescritível Praia do Curral.

De minha parte, não voltei ao Brasil para acomodar-me e muito menos para tornar-me um pacato cidadão insensível às injustiças sociais.

Nos primeiros meses em que comecei a cursar a Faculdade de Direito em São Carlos, redigia manifestos contra a ditadura, obviamente anônimos, tirando fotocópias deles na empresa em que trabalhava e colocando-os, antes do início das aulas, sobre as carteiras dos alunos.

Logo consegui, sem despertar suspeitas, comprar um mimeografo a álcool em Catanduva e assim as impressões passaram a fluir melhor, com a tiragem aumentada.

Em São Carlos, passei a frequentar também a Faculdade de Engenharia da USP, onde a esquerda tinha muita força.

Não me identificava como recém-chegado do exílio, pois tomava muita cautela com a preocupação de ser o local propício a infiltrações policiais.

Certa noite, com alguns amigos estudantes de Engenharia, fui a uma república onde encontraríamos um grupo para tocar violão e conversarmos.

Para minha surpresa estava tocando e cantando no local, quando chegaram dois moradores da casa, que levaram grande susto quando me viram, pois há 5 anos não sabiam de meu paradeiro: Alberto Gonçalves e Henrique Bartsch.

Alberto, guitarrista do Black Bell's, teve importante participação no período de clandestinidade, colaborando decisivamente para me ajudar a escapar da repressão.

Henrique, grande amigo, músico, também ribeirãopretano, tocava no "Grupo 17", banda que depois se transformou no "Grupo Nós", muitos anos depois escreveria a biografia autorizada "Rita Lee Mora ao Lado".

Com a chegada dos velhos amigos, a confraternização varou a madrugada e obviamente, todos os presentes ficaram sabendo sobre minha História.

Em agosto de 1974, convidado pelos amigos que estudavam na Faculdade de Engenharia, compareci a uma reunião no CAASO (Centro Acadêmico Armando Sales Oliveira), entidade que representa os estudantes daquela escola, agremiação universitária conhecida por sua combatividade.

O debate era sobre as eleições de novembro daquele ano, em que a grande maioria das forças de esquerda decidiu apoiar o MDB, reforçando os candidatos mais progressistas a deputado.

De forma imprudente, pois efetivamente não deveria ser reconhecido, pedi a palavra e fiz algumas considerações sobre o tema, identificando-me como estudante da Faculdade de Direito.

Os dirigentes da entidade passaram, obviamente, a desconfiar de minha participação no evento, sobretudo porque era grande o risco de infiltrações no local.

Terminada a reunião, vieram conversar comigo informalmente e meus amigos me avalisaram, sem detalhar minha origem e eu logrei equilibrar-me me dissipando as suspeitas sem ter que revelar minha identidade.

Passei a fazer campanha, seguindo os companheiros do CAASO, de Airton Soares para deputado federal e Alberto Goldman para estadual, ambos apoiados pelas forças de esquerda no estado de São Paulo.

Certa noite, saimos da Faculdade de Direito e fomos para um pequeno bar conhecido pelo colega Luis Eduardo Custódio, o Lobão, de quem me fiz amigo desde o primeiro dia de aula e que, conhecendo minha História, passou a ser um grande apoio que tive durante minha estada em São Carlos.

No bar, fui apresentado ao proprietário, que de imediato passou-me um violão, que passei a dedilhar e cantar em companhia de uns sete ou oito amigos.

Muito embora a música não estivesse alta, em menos de uma hora apareceu no local o delegado de polícia Rui Sampaio, com mais três investigadores.

De forma truculenta e aos berros, o delegado arrancou-me o instrumento das mãos e disse que se voltássemos a tocar no local seríamos todos presos.

Ato contínuo, retirou-se com seus comandados, que nos olhavam de forma ameaçadora, levando embora o violão, que seguramente incorporou em sua galeria de troféus roubados pela força sob o manto da ditadura militar.

Não pude reagir ao arbítrio. Por sorte, o truculento delegado não sabia e nem poderia saber quem era eu, pois caso contrário, as consequências seriam imprevisíveis e além do mais eu portava discretamente um 38 na cintura.

Participei ativamente, em São Carlos, das primeiras manifestações estudantis de rua contra a ditadura, ocorridas em 1977. Em uma delas, reprimida com violência pela polícia, pude distinguir, entre outros policiais, a figura conhecida do delegado Renato Ribeiro Soares, torturador que fora excomungado pela Igreja Católica em Ribeirão Preto, em 1969.

Antes de iniciar a passeata, realizamos um breve ato público e, por questões de segurança os organizadores do evento, diretores do CAASO, ligados ao MR-8, ponderaram que eu não discursasse, pois já conheciam minha verdadeira identidade.

Dei-lhes razão e assim, falou em nome dos estudantes de direito o amigo João Marcílio Afonso Ribeiro do Amaral, colega que eu havia recrutado para participar do ME. Bocaina, como era conhecido na faculdade, anos depois tornou-se vereador pelo PT em sua cidade natal, que lhe originava o apelido, além de Presidente da Subsecção local da OAB.

Em Julho de 1977, decidi aceitar o convite do advogado de Catanduva Tácito Ribeiro Costa para trabalhar com ele e ficar encarregado de seu escritório de advocacia trabalhista que estava abrindo em São José do Rio Preto.

Não pretendia ficar por tanto tempo em Catanduva e assim decidi aceitar o convite daquele colega e mudei-me para Rio Preto.

Lá, fiquei apenas dois meses. A ebulição política no país crescia e começou a crescer a idéia de voltar para minha terra natal.

Em setembro de 1977, eu e Emir decidimos mudar-nos para Ribeirão Preto.

Mais uma vez contei com a solidariedade da família e reabri o escritório de advocacia que meu pai havia fechado, em decorrência de sua aposentadoria. Fomos morar em uma edícula nos fundos da antiga casa da Rua Henrique Dumont, onde vivemos por quase três anos.

Emir é nascida em Potirendaba, cidade para onde íamos com certa frequência, para visitarmos seus familiares e onde passei a ter um círculo de amigos.

Certa vez, esses amigos nos avisaram que o Governador de São Paulo, Paulo Egídio, nomeado pela ditadura militar, estaria na cidade, no dia 29 de Janeiro de 1977, para inaugurar a rodoviária.

Naqueles dias, juntamente com vários outros estudantes, fora preso em Brasília o jovem Alexandre Costa, o Xando, que residia em Potirendaba e estava na Capital para estudar e participava ativamente de protestos estudantis.

Fomos para a cidade na véspera da visita do interventor e armamos um esquema para denunciar a prisão de Xando, que continuava encarcerado.

No dia esperado, fortíssimo aparato de segurança esperava o governador.

Escrevi um manifesto que protestava contra a repressão em Brasília e exigia a libertação daquele filho da terra, injustamente preso.

Quando Paulo Egídio subiu ao palanque, Ione Pereira da Costa, irmã de Xando, acompanhou-o e nenhum de seus truculentos jagunços ousou deter a adolescente de uniforme colegial que pediu para ler um texto.

Seguramente acreditando que se tratasse de mais bajulação para o representante da ditadura, deram-lhe a palavra e Ione leu o manifesto, enquanto várias pessoas embaixo aplaudiram.

Em notório constragimento, Paulo Egídio teve que se pronunciar sobre o fato e disse que "iria ver o que era possível fazer".

De qualquer forma, junto com Emir, eu circulava em baixo do palanque, sem que fosse identificado pelos policiais civis que por lá estavam, muito satisfeito por haver estragado a festa armada pelo representante da ditadura militar em São Paulo.

Em Ribeirão Preto, participamos ativamente, em 1978, do Movimento Contra a Carestia e, ainda nesse ano, com um grupo de companheiros, fundamos o CBA, do qual me tornei presidente e cuja sede funcionava em meu escritório de advocacia na Rua Visconde de Inhaúma, 468, 14º andar.

No dia 17 de março de 79, eu, Emir, que estava grávida, e os companheiros João Ferreira Antero Neto, João Batista da Silva, Maria Terezinha Carrara Lelis e Wladimir Lage, fomos presos pela PM por estarmos vendendo colantes do CBA em frente ao Teatro Pedro II, no centro de Ribeirão Preto.

Levados em um camburão da PM, na delegacia fomos recebidos pelo delegado de plantão, Eduardo Veloci, que mandou chamar o então responsável pelo DOPS em Ribeirão Preto, Ademar Birches Lopes, que chegou pouco depois de algumas personalidades locais, entre elas o presidente da OAB de Ribeirão Preto, que já estava na delegacia para nos dar respaldo.

Após consultar seus superiores em São Paulo, o delegado Birches Lopes nos ouviu em declarações e determinou nossa libertação algumas horas depois.

Tive grande atuação no Movimento pela Anistia no país, participando de várias reuniões e de atos públicos em São Paulo.

No encontro pela Anistia, no Rio de Janeiro, ocorrido no Colégio Bennett, encontrei o Sr. Simões, pai do companheiro Guarani, que me saudou de forma especial.

Alguns minutos após, diversos grupos políticos disputavam a presidência da mesa, quando o velho Simões interferiu na discussão e em nome dos familiares dos presos e exilados políticos, indicou-me para a tarefa, eu que não a pleiteava.

Assim, fui ungido presidente dos trabalhos, sem que a esmagadora maioria entendesse os motivos, já que desconheciam os vínculos que nos ligavam.

No evento, Simões me apresentou também os pais da companheira Marijane Lisboa, que participavam ativamente do encontro.

Participei ativamente dos Congressos Nacionais pela Anistia no Rio de Janeiro e em Salvador, onde esteve presente o Senador Teotônio Vilela.

Pelo CBA, compareci a diversas manifestações no Aeroporto de Congonhas - SP, para receber companheiros exilados, entre eles, Gregório Bezerra, Diógenes de Arruda Câmara e muitos outros.

Participei também no Aeroporto do Galeão da recepção ao camarada Luís Carlos Prestes, quando mais de dez mil pessoas lá estiveram para saudar o líder comunista.

No dia 26 de outubro de 79, organizamos, pelo CBA de Ribeirão Preto, um ato público denominado "Repressão: 10 anos depois".

Na época, o PCB enviou para Ribeirão Preto, em uma das reuniões para organizar o ato, dois de seus militantes, antigos companheiros da ALN, Granville Ponce e Claudinei Nacarato, que fizeram um apelo para que nós não divulgássemos nomes de torturadores, pois "temiam que a manifestação se transformasse em um ato revanchista". Muito embora não tenham citado nenhuma agremiação partidária, ficou claro que defendiam a postura intimidada do PCB, que seguramente pretendia dar um caráter ameno ao evento, de acordo com sua linha política.

Na reunião, refutamos a proposta sendo que eu e o companheiro Patrocínio Henrique dos Santos fomos os mais veementes em não aceitar o recuo proposto.

O CBA convocou o ato através de panfletagens nas ruas e nas universidades, com a participação de todos os seus integrantes. Nos dias que antecederam o evento, realizava-se em Ribeirão Preto um Congresso Nacional de Psicologia, no Teatro Municipal e decidimos levar a convocação da manifestação para os participantes daquele encontro. Assim, comparecemos à porta do Teatro e fizemos uma panfletagem convidando a todos que lá chegaram para comparecerem no ato dia 26.

Durante a panfletagem, apareceu à porta do Teatro Municipal a figura de Ricardo Gorayeb, um dos organizadores do Encontro de Psicologia e que tentou aos gritos expulsar-nos do local, proferindo ameaças de toda espécie.

Reagimos à altura e com voz firme, disse-lhe que se nem os esbirros da ditadura conseguiram nos impedir de convocar as pessoas para o ato, não seria um Gorayeb qualquer que lograria esse intento.

Na verdade, Ricardo Gorayeb era por nós conhecido, já que presidia o GUF (Grêmio Universitário de Filosofia) da USP - Ribeirão Preto, no final da década de 60 e como líder estudantil sempre se postou "em cima do muro", nunca se comprometendo com a luta dos estudantes.

Fazia parte do CBA o estudante de medicina Antônio Palocci Filho, presidente do Centro Acadêmico Rocha Lima, ligado à corrente trotskista Liberdade e Luta (LIBELU).

Anos depois, em 1992, eleito prefeito de Ribeirão Preto pelo PT, Palocci teve como um de seus homens fortes da administração o mesmo Ricardo Gorayeb de então.

Assim, no dia 26 de outubro, o CBA esgotou a lotação do Anfiteatro do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, oportunidade em que denunciamos a repressão da ditadura que se abateu sobre a região no ano de 1969.

Meses depois, já no ano de 1980, os companheiros Granville e Claudinei propõem realizar uma reunião em Ribeirão Preto com antigos militantes da ALN, para discutir a conjuntura política e uma futura militância.

A organização do evento ficou a cargo do camarada Patrocínio, que teve a colaboração minha e de Benônio Pita na infraestrutura do encontro.

Na reunião ficou claro que os dois companheiros que a propuseram pretendiam recrutar todos os presentes para as fileiras do PCB, muito embora em nenhum momento tenham afirmado que já militavam naquela agremiação.

De minha parte, eu já estava militando no MR-8 por isso defendi no encontro a linha política do "8", e a reunião terminou sem que houvesse uma adesão coletiva ao PCB, conforme pretendiam seus idealizadores.

No dia 9 de Março de 1979, juntamente com outros companheiros do C.B.A. de Ribeirão Preto, estive no aeroporto de Congonhas para recepcionar Madre Maurina em seu regresso à Pátria.

Chorando muito, a freira chegou certamente carregando consigo todo o peso da repressão que sofreu em nosso país.

Em 05 de Março de 2011, aos 87 anos e debilitada, faleceu Madre Maurina, trazendo à tona novamente toda a história das torturas e violências que sofreu.

Nos dias que se seguiram à sua morte, a companheira Nanci Marietto redigiu expressivo texto a seu respeito:

"MADRE MAURINA, MINHA LEMBRANÇA

Era a minha 4ª prisão naqueles dias infernais, em outubro de 1969, em Ribeirão Preto. Os policiais "da operação integrada" foram me buscar às onze e meia da noite o que me assustou muito, dava um ar de coisas piores, dado que as outras prisões foram feitas de dia. Chegando lá no 13º Batalhão de Polícia militar me levaram para o andar superior. Habitualmente eu ia diretamente para a sala de tortura, que ficava no andar térreo.

Quando entro, em um salão grande onde se via um sofá grande e na frente, do lado contrário, uma escrivaninha. Sentada no sofá, de costas para a porta estava madre Maurina, ao seu lado o capitão Cirilo, da base aérea de Pirassununga. Ele estava visivelmente bêbado e pegava a sua mão, beijava, ela protestava e retirava a mão e ele sempre com aquele papo: - "Madre, pelo amor de Deus, você tem que me falar, sou seu amigo, quero te ajudar". Passava a mão nos braços dela e ela retirava as mãos dele , dizendo: - "Mas eu não tenho nada com isso". Quando ela se dá conta da minha presença, que talvez serviia para uma acareação, ela me olha e me pergunta, com ar e voz deseperada: - "Nanci voce me conhece"? eu aguardo e digo: - "Não". Então ela responde: - "Graças a Deus eu também não te conheço". Ai passei a codividir com ela o tratamento de beijos nas mãos, carícias (chamemos assim!) nos braços, beijo no rosto.

Tinha um policial que estava de guarda na porta, um rapaz de mais ou menos 23 anos que entrava e saia em continuação dizendo alguma coisa ao capitão. Creio que ele percebeu que a noite não era de interrogatório, mas de sexo. E quiz intervir para que não acontecesse. Enfim perguntava se devia trazer água para beber, outra vez se queria que abrisse a janela, etc... Daí a pouco vão buscar a Áurea Moretti. Ela chega lá evidentemente com sono e começa a falar com veemência para o capitão e a se espreguiçar: - Ainda está com esta coisa, eu já falei p´ra você, que ela não tem nada com isto. Larguem de encher o saco dos outros ! Mas o capitão continuava as suas palhaçadas, falando do lar Santana, me perguntava se eu estive lá, repetia e repetia perguntas e cenas nos apalpando com as mãos. De repente entra um policial local e lhe pergunta se devia levar embora as prisioneiras e ele autoriza a levar a Áurea. Ela é retirada para sua cela. Mais tarde, ele me libera. Eram 3 da manhã quando saio de lá e Madre Maurina continuou, submissa àquele tratamento...

Nanci Marietto - 8 de Março de 2011"

Da mesma forma, pronunciou-se o companheiro Vanderley Caixe sobre o depoimento da militante Rose Nogueira que também conheceu Madre Maurina na prisão:

"Sensível e belo depoimento. A Madre era assim. O seu sacrifício foi a nossa salvação. Éramos três para morrer. Com a sua prisão o clero de Ribeirão Preto e da região se mobilizou e levou o Arcebispo D. Felício Vasconcelos a excomungar dois delegados que

dirigiam as prisões e torturas, além disso levou o Arcebispo a São Paulo e junto com um outro ir a Brasília denunciar a tortura em todos nós. A outra é, com a queima dos materiais retirados pela madre do Lar Santana, livrou muita gente de envolvimento e torturas. Ela queimou tudo. Fiz várias palestras para os membros do grupo de evangelização no Lar Santana. Ela assistia todas e sempre dizia que não concordava com a ditadura. E, embora não conhecesse toda a nossa organização, cedia salas do porão para rodarmos o jornal O Berro". Manteve o silencio até o fim".

Na noite de 30 de abril de 1979, estava com amigos em um conhecido bar de Potirendaba, o "Monjolo", onde tocava violão, cantávamos e tomávamos cerveja, quando chegou Emir ao local e dá a notícia: "Morreu Fleury".

Brindamos à morte do assassino e torturador número 1 da ditadura militar e por toda a noite comemoramos o acontecido.

Segundo o noticiário oficial, Sérgio Paranhos Fleury morrera afogado em Ilhabela, caindo no mar de cima de um iate.

Sempre tive convicção que essa morte não passou de uma queima de arquivo, já que Fleury, corrupto, bandido e usuário de drogas, passou a achacar alguns empresários que financiaram a repressão, extorquindo-lhes dinheiro sob a ameaça de revelar suas identidades.

Quando morreu, o chefe do Esquadrão da Morte possuía um iate no valor de mais de duzentos mil dólares, obviamente não adquirido com seu salário de delegado e que ficava ancorado no elitista Yacht Club de Ilhabela.

Anos depois, na obra "Memórias de uma Guerra Suja", já citada nessa edição de "Tempo de Resistência", o delegado do DOPS Cláudio Guerra, sobre Fleury, confirma nossa convicção, afirmando que efetivamente ele foi assassinado a mando dos altos escalões da repressão da ditadura, em notória queima de arquivo.

No dia 15 de dezembro de 79, participei como paraninfo da solenidade de entrega de diplomas à Turma de Farmácia da USP em Ribeirão Preto. Recaiu sobre mim a escolha por minha luta em prol da Anistia, que era apoiada pelos estudantes daquela Universidade.

Na oportunidade, meu discurso foi censurado pelo diretor da Faculdade, Aymar Batista Prado, que me impediu de proferi-lo. Por isso, os estudantes tiraram centenas de cópias do texto e as distribuíram entre os presentes.

No dia 22 de maio de 1980, quando da visita do general Figueiredo a Ribeirão Preto, organizamos grande manifestação de rua, repudiando a presença do ditador na cidade.

A polícia reprimiu com violência o movimento – havia ordens expressas para que eu fosse preso nessa data, o que não aconteceu por eu ter sabido despistar a polícia durante o dia todo.

Nesses dias, dormia no bairro Iguatemi no apartamento do casal Luis Antônio Simões e Ieda Carpiggiani, militantes do MR-8 e que me abrigaram.

Ieda, advogada que trabalhava em meu escritório, foi presa comigo em uma oportunidade em que vendíamos o jornal "Hora do Povo" no centro de Ribeirão Preto.

De qualquer forma, o então assessor de imprensa da ditadura, o jornalista Alexandre Garcia, divulgou um comunicado noticiando minha prisão, que acabou sendo publicado pelo jornal A Cidade, de Ribeirão Preto, com meu consequente desmentido no dia seguinte.

No início de 1980, ingressei no MR-8, que marcava sua atuação sobretudo pela distribuição do jornal Hora do Povo, cuja linha, na época, era combativa e refletia a posição política daquele agrupamento.

Em nome da organização, fez contato comigo o companheiro Edu, professor da USP em São Carlos e depois da conversa que tivemos, efetuou a checagem com a direção da Organização a respeito de minha origem.

No retorno, deu alguns dados sobre o Aparelhão de Buenos Aires, o que me fez concluir que falara com o

antigo companheiro Edu (Eduardo Fernandes), que também residia no local.

No MR-8, utilizei o nome de guerra "Júlio", em homenagem ao saudoso companheiro José Júlio de Araújo, o "Mata".

Quando a ditadura decidiu cancelar as eleições de 1980, o MR-8 organizou gigantesca manifestação no Congresso Nacional no dia da votação do Projeto.

Assim, diversas caravanas de militantes de todo o país partiram para a capital e no Congresso promovemos ruidosas manifestações que se prolongaram até tarde da noite, com forte repressão policial.

Liderando o coro dos manifestantes, estava o músico Taiguara, militante da organização, que a cada situação criava um refrão novo para que cantássemos.

Juntamente com o camarada Darci Rodrigues, o valoroso sargento da VPR e que então militava no MR-8, subimos nos encostos das galerias do congresso e lideramos o enfrentamento com os seguranças da casa e os policiais que os acompanhavam.

Após a evacuação do local, teria que voltar, como todos os manifestantes para retirar minha carteira de identidade que ficara retida na recepção do Congresso.

Como havia me destacado muito na manifestação, preocupou-me o fato de comparecer ao local sozinho. Avistei o deputado Ralph Biasi, do PMDB, solicitei que o mesmo me acompanhasse, no que prontamente atendeu e pude sair em segurança com meu RG devolvido sem nenhum incidente.

Anos depois, já em andamento O Projeto Tempo de Resistência, criamos uma ONG com finalidade cultural, a qual denominamos "Taiguara" em homenagem àquele valoroso companheiro.

Em certa ocasião, estava em Potirendaba para passar o fim de semana e no sábado decidi organizar uma venda do jornal Hora do Povo no calçadão de São José do Rio Preto acompanhado de Sérgio Martins, já militando no MR-8 e Renato, seu irmão mais novo, ainda adolescente.

O trabalho estava indo muito bem e nunca havia ocorrido tal evento naquela cidade conservadora, quando uma senhora já com certa idade, chocada com nossa militância, investiu contra Renato com sua bengala, aos berros: "Comunista! Comunista!" o que nos estimulou a ampliar nosso trabalho, denunciando a atitude daquela figura carcomida da oligarquia local.

Logo passei a ser o principal dirigente da Organização em Ribeirão Preto e região e o responsável pela distribuição do jornal Hora do Povo, que era vendido pelos militantes nas ruas, atividade da qual eu sempre participei, gritando as manchetes dos jornais, sempre constituídas por frases de efeito de denúncias contra a ditadura, o que me custou três ou quatro detenções, uma delas efetuada pelo delegado de polícia Carlos Mauro Alves Pereira. Quando dessa prisão, Tico, com apenas 9 anos de idade, estava junto comigo, e antes de ser levado pelos esbirros da ditadura, entreguei o menino a um brasileiro, entre os mais de 50 que pararam e protestaram contra minha prisão. Solicitei àquela pessoa, cuja identidade até hoje desconheço, que levasse meu filho em casa, e ele de imediato se prontificou a fazê-lo, evitando que Tico ficasse na rua sem a minha presença.

Também Ernesto, meu filho, com apenas dois anos de idade, muitas vezes participou das vendas gritando com a fala própria da idade para oferecer o jornal aos populares.

Na época, os grupos militares mais à direita da ditadura militar, inconformados com a possibilidade de uma futura redemocratização do país, começaram a realizar uma série de atentados e um de seus alvos principais eram as bancas de jornais que vendiam as publicações de esquerda.

Responsável pelo "Hora do Povo" na região, passei a tomar mais cuidado do que o habitual, já que poderia ser vítima de algum atentado dos fascistas, que agiam livremente, com as bênçãos da ditadura militar.

Certa madrugada, por volta de 2:30, chego com Emir à casa do meu pai, onde residíamos, já fechava o portão da garagem quando um fusca em considerável velocidade, freia de forma brusca em frente a casa e dele saltam rapidamente dois homens, um de cada lado, abrindo as portas ao mesmo tempo.

De imediato, saquei o 38 que portava e apontando para eles mandei que parassem de imediato sob pena de que eu disparasse.

Os dois pararam subitamente e levantaram as mãos, enquanto um deles visivelmente nervoso dizia:

-"Não atire, moço, eu só parei para mijar, pois estou apertado"!

Respondi-lhe com voz firme, sem deixar de olhá-los por um instante sequer e apontando-lhes a arma:

- "Então pode mijar que eu espero"!

Ao que o homem respondeu:

- "Agora não, moço. Passou a vontade... Meu "pinto" até encolheu"!!!

O trabalho do MR-8 crescia muito e se alastrava por todo o interior de São Paulo, com grande número de novos companheiros recrutados o que motivou a Direção Regional de São Paulo a criar um Comitê do Interior do qual eu fazia parte e que se reuniu durante muitos meses em Campinas, uma vez por semana, em reunião que se iniciava as 23 horas e ia até as 5 horas da manhã do dia seguinte.

Assim, tínhamos "ponto" às 22Horas naquela cidade, quando companheiros encarregados da infraestrutura nos recolhiam e nos levavam até o aparelho destinado ao encontro.

Certa noite, quando fomos "cobrir o ponto" em uma pizzaria, notamos que um carro parou atrás de nós e dele desceu um casal com máquina fotográfica nas mãos. Atravessávamos a rua em três companheiros quando o flash espocou e de imediato partimos para cima dos recém-chegados pedindo explicações sobre a foto, enquanto eles respondiam que o flash disparou acidentalmente.

Eu e o companheiro Reinaldo Dias, seguidos pelo terceiro camarada exigimos que eles retirassem o filme e nos entregassem o mesmo, o que fizeram sem vacilar.

Seguramente, inibimos a ação de policiais que certamente nos seguiram e fotografaram a serviço da ditadura.

Em certa oportunidade, já bem enraizado no movimento sindical, a organização decidiu convocar no Rio de Janeiro um Ativo Sindical, para um avanço mais efetivo entre os trabalhadores da cidade e do campo.

Parti para o Rio de ônibus e chegando na rodoviária, fui ao banheiro antes de seguir para o "ponto".

No sanitário cruzei com o valoroso camarada "Neguinho", do Coletivo Operário e pretendia não cumprimentá-lo, obedecendo as normas de segurança, quando o mesmo me saudou em voz alta e me disse: "Viestes ao Rio pelo mesmo motivo que eu?"

Minha resposta foi que tinha ido passar o fim de semana curtindo praia e encontraria um grupo de amigos e amigas para nos divertirmos.

"Neguinho" respondeu-me: "Boa sorte, companheiro, eu vim à luta, para o Ativo Sindical".

Algumas pessoas presentes nos olharam, talvez sem compreender bem do que se falava e eu me despedi e sai rápido, afastando-me do local.

No aparelho, mais tarde, já no Ativo, coordenado pelo companheiro Ricardo Zaratini, encontrei o camarada e ele então se deu conta da vacilada que tinha perpetrado, pondo em risco nossa segurança e a do MR-8.

De imediato fez autocrítica e reconheceu seu erro, lembrando que a ditadura ainda governava o país e era fundamental respeitar as normas de cautela estipuladas pela Organização.

Na organização eu também fazia parte do Coletivo agrário que foi responsável pela reunião de Goiânia, 1980, da ANATAG, entidade de advogados de trabalhadores rurais de todo o país.

A entidade teve por escopo respaldar os advogados que atuavam nessa área e defender suas vidas, já que vários vinham sendo assassinados pelo latifúndio.

Integrei a primeira diretoria da entidade, da qual fez parte também o companheiro Vanderlei Caixe.

Atuei como advogado do Movimento Estudantil em São Carlos, oportunidade em que várias entidades estudantis desenvolveram forte luta contra o aumento do preço das passagens dos coletivos urbanos.

Bem organizados, os estudantes faziam fila e pulavam a roleta dos ônibus, passando sem pagar e boicotando

saída dos coletivos, cujos motoristas, seguindo instruções da repressão, fechavam as portas e levavam o veículo até a delegacia de polícia.

Passei vários dias e várias noites tomando a defesa jurídica dos presos que se contavam às centenas e como advogado, tive diversos entreveros com delegados de polícia e oficiais da PM, para impedir que se utilizassem de meios nada civilizados contra os estudantes.

Em certo evento social de advogados, encontro o amigo João Augusto da Palma, colega da Faculdade de Direito da Unaerp e que sempre participou das atividades estudantis.

Palma, que atuava como advogado da Sociedade Recreativa e de Esportes, perguntou-me porque eu não continuava a frequentar o clube.

Na verdade eu era sócio daquela agremiação desde 1963 e ao deixar clandestino o Brasil, efetivamente deixei de pagar as mensalidades.

Meu colega sugeriu que eu requeresse minha readmissão aos quadros do clube e solicitasse anistia aos débitos, já que foram decorrência de uma forçada saída do Brasil.

Fiz o requerimento, que foi aprovado pela diretoria do Clube, que assim formalizou minha primeira Anistia no Brasil.

Eu pertencia ao Comitê Regional de São Paulo do MR-8 quando, em agosto de 1982, houve um racha na organização, que terminou por desviar-se dos caminhos revolucionários que sempre percorreu e colocou-se a serviço de políticos da burguesia de nosso país. Isso fez com que grande parte dos militantes, eu inclusive, deixassem o grupo, em dissidência liderada por Franklin Martins, Ricardo Zaratini e outros companheiros.

Em novembro de 82, fui eleito vereador em Ribeirão Preto, com expressiva votação, que acredito tenha sido alcançada em virtude de minha constante atuação no movimento popular. Concorri pelo PMDB, partido em que se abrigavam na época as principais correntes de esquerda do Brasil, entre elas as comunistas, já que seus partidos continuavam na ilegalidade.

Em dezembro de 82, seguindo a maioria dos companheiros que saíram do MR-8, reingressei no PCB, partido que também se abrigava no PMDB. Discuti minha entrada naquela agremiação com dirigentes do partido em Ribeirão Preto, em reunião da qual participou o companheiro Ricardo Zaratini.

Permaneci no PCB por dois anos e deixei o partido quando o mesmo conquistou a legalidade, com o fim da ditadura.

Cheguei a fazer parte do Comitê Regional de São Paulo do PCB e nessa condição, tive várias reuniões na capital com David Capistrano Filho e Jarbas Holanda, dirigentes da Executiva do partido.

Saí daquele agrupamento profundamente decepcionado com o rumo que ele tomara, com uma política de conciliação de classes e total atrelamento à burguesia, o que redundou na negação do marxismo por parte de seus integrantes, que se livraram da sigla PCB tão logo lhes foi possível.

Como advogado da FETAESP, tive destacada atuação na organização dos trabalhadores rurais do interior de São Paulo, na década de 80. Participei da fundação de vários sindicatos, de cursos de formação política para líderes sindicais e de diversas greves, desde a primeira, ocorrida na região após o golpe de 64, acontecida em Guariba, em maio de 84. Participei também de diversos enfrentamentos com a PM que, ao espancar trabalhadores, demonstrava, como sempre, a que interesses defendia. Além dos piquetes, das assembleias e dos enfrentamentos com a tropa repressiva, durante várias madrugadas daquele ano, adentrava aos canaviais juntamente com companheiros sindicalistas e cortadores de cana e ateávamos fogo aos canaviais, como forma de pressionar os usineiros para negociação, já que a cana necessariamente tem que ser cortada até 24 horas após a queima, o que não acontecia em dias de greve e causava enorme prejuízo por culpa da intransigência da classe patronal.

Na greve de Guariba, a negociação entre as partes, trabalhadores e patrões, durou mais de seis horas e eu estava presente, com mais dois companheiros, representando os cortadores de cana do Estado de São Paulo.

O representante patronal nas negociações foi um dos principais líderes do agronégocio, Roberto Rodrigues, que alguns anos depois foi ministro do Presidente Lula.

Presidindo a mesa estava o Secretário Estadual do Trabalho Almir Pazzianoto, advogado de vários sindicatos de trabalhadores.

Finda a discussão, houve o acordo e saímos da sala para comunicar os termos do entendimento à imprensa do país, que estava reunida no local.

De lá, nos dirigimos ao estádio de futebol de Guariba, onde mais de dez mil cortadores de cana nos aguardavam.

O secretário Pazzianoto chegou ao meu lado e assustando-se com aquela multidão presente indagou-me: "Quem vai garantir minha segurança no local?", ao que respondi: "Almir, quem garante sua segurança é a presença desses mais de dez mil trabalhadores rurais".

Coube a mim a tarefa de dirigir a assembleia e passei a ler item por item o acordo para que os trabalhadores os analisassem.

Quando coloquei a proposta em votação, mais de dez mil cortadores de cana levantaram o braço, aprovando o texto e todos gritando consignas em comemoração à vitória arduamente conquistada. Na verdade, fui o coordenador e principal dirigente da greve de Guariba.

Assim, direitos elementares que eram até então negados à categoria, passaram a vigorar e foram estendidos a todos os trabalhadores do setor no estado de São Paulo, possibilitando que os companheiros dos outros estados brasileiros passassem a reivindicar os mesmos direitos, que foram pouco a pouco conquistando nos meses que se seguiram.

A partir de então, quando cruzo as estradas de São Paulo, posso observar os trabalhadores rurais conduzidos em ônibus e nunca mais nos "caminhões pau de arara" em que eram transportados.

É difícil ocultar o orgulho que me invade por haver participado desse momento histórico da luta dos trabalhadores brasileiros, sendo que efetivamente fui o coordenador da greve dos trabalhadores rurais de Guariba

No dia 10 de janeiro de 1985, quando, com mais quatro companheiros, realizava uma assembleia de trabalhadores rurais na praça da cidade de Pradópolis, fomos violentamente atacados por diversos homens a serviço da Usina São Martinho, que possui sua sede naquele município.

Foram destruídos parcialmente os dois veículos em que estávamos e iniciaram contra nós uma série de agressões físicas, presenciadas pelo contingente local da Polícia Militar, impassível, incentivando a violência contra nós.

Meu pai, que participava conosco da reunião e o companheiro Adão, da CPT, separaram-se do grupo e foram atacados por mais de 15 pessoas.

Macalé, o chefe dos jagunços, desferiu violento soco no rosto de Adão, quebrando-lhe os óculos e causando sérias lesões na face.

Moacyr atirou para cima, advertindo os agressores, que não se importando, partiram sobre os dois.

Moacyr terminou por exercer o direito à legítima defesa e atirou contra o chefe dos capangas da usina, ferindo-o e colocando-o fora de combate.

Na verdade, reconhecendo a legítima defesa, o promotor José Carlos Monteiro requereu, em nome do Ministério Público, que é o titular da ação penal, a absolvição de Moacyr.

Atropelando o Ministério Público, a própria Justiça e a verdade, o juiz Antonio Fernando Scheibel Padula, de forma injusta e arbitrária, proferiu sentença condenando Moacyr a 8 meses de reclusão.

Em fase de recurso, o Tribunal de Justiça determinou o arquivamento do processo, por haver ocorrido sua prescrição, em virtude de meu pai haver completado 70 anos. Corrigiu, assim, aquele órgão judicial, através da idade, uma sentença injusta, proferida para agradar aos usineiros da região.

No dia 15 de janeiro de 1985, saímos às ruas para comemorar a pá de cal no espectro da ditadura.

O enorme descontentamento popular desembocou na gigantesca campanha pelas "Diretas-já", na qual a esquerda teve grande participação, mas o comando do movimento sempre esteve nas mãos dos líderes e partidos ligados à democracia burguesa.

Assim, o movimento desembocou em um grande acordo nacional, no qual a ditadura encontrou uma saída honrosa — a eleição do novo presidente pelo Colégio Eleitoral.

Em troca do final da ditadura, a oposição burguesa concordou com aquele tipo de escolha e assumiu também o compromisso de não punir os assassinos e torturadores do regime militar.

Desse modo, a oposição indicou como candidato a presidente, o senador Tancredo Neves, que teve como vice José Sarney, até então presidente do partido da ditadura, mas que, de imediato, trasladou-se com malas e demais bagagens para o PMDB, maior partido de oposição.

Do lado da ditadura, concorreu o corrupto e insaciável Paulo Salim Maluf.

Eleito Tancredo, encerrava-se o período de trevas, depois de 21 anos.

Coincidência ou não, Tancredo adoeceu na véspera da posse e faleceu algumas semanas depois. Assim, a 15 de março de 1985, assume a presidência o arenista histórico José Sarney, a quem coube dirigir a transição para a democracia.

Em 1989, com Emir e mais dez companheiros do PSB, nós visitamos Cuba e conhecemos de perto as conquistas da revolução socialista daquele país, que luta com tenacidade contra o cerco econômico montado pelos Estados Unidos contra o povo cubano. Essa visita reforçou ainda mais minha perspectiva de luta pelo socialismo.

Na Ilha, recebidos pelos membros do Comitê de Defesa da Revolução (CDR), fiz na oportunidade inspirado discurso em espanhol, saudando aqueles companheiros, a Revolução Cubana e suas conquistas.

Na oportunidade, a linda cubana presidente do CDR, às lágrimas, dizendo: " Nos hizo llorar a nosotros", arrancou a bandeira cubana de sua janela e me ofertou a flâmula, que ainda hoje está fixada em um ponto alto de nossa Casa da Pedra.

Fiquei emocionado quando fomos recebidos pelo Comandante Piñero, o Barba Roja, homem que organizou a guerrilha comandada por Che Guevara na Bolívia.

Perguntei sobre Ilda, companheira do inesquecível comandante Jonas, ao camarada cubano Jorge Ferrera, que nos acompanhou pela Ilha em nome do Governo. Jorge tinha muito contato com ela e os filhos e me levou para visita-los.

Chegando ao prédio em que moravam faltava energia elétrica e subi correndo as escadas até o oitavo andar, onde ficava seu apartamento. Não nos víamos desde o Chile e a emoção foi muito grande.

Ingressei no PSB em outubro de 1986 e fui por quatro anos membro da Direção Executiva Nacional do partido, além de presidente de seu diretório estadual em São Paulo.

Pelo PSB, reelegi-me vereador em 88, 92, 96, 2000 e 2004. Fui eleito pelos vereadores para ocupar a presidência da Câmara Municipal em 1998, 2004 e 2008.

Na eleição de 1990, candidatei-me novamente a vereador.

As urnas já estavam por fechar, às 16h50min e eu estava cumprimentando eleitores na Escola João Guião, no Jardim Paulista, em Ribeirão Preto, quando chega para votar d. Lourdinha Garcia.

Andando com dificuldades, amparada por sua filha, com voz trêmula, ao me cumprimentar ela apenas disse: 40610, meu número de candidato.

Ganhei com folga mais aquela eleição, mas tal maravilhosa declaração, que me deixou paralisado pela emoção, já me bastou, fazendo-me vencedor, ainda que não tivesse sido eleito.

Vivíamos a campanha eleitoral de 1990 e nesse ano articulamos com os partidos progressistas a candidatura de Antônio Palocci a prefeito. Conhecera Palocci 1979, quando ainda estudante de medicina ele participou do CBA e na época ainda tinha um posicionamento político de esquerda.

Ernesto, com onze anos, estava bastante animado e participava ativamente da companha, levando sempre colado à camisa um adesivo do candidato. Certo dia, no pátio da escola municipal D. Luís do Amaral Mousinho,

foi severamente advertido pela diretora da escola, Sra. Arlete, para que tirasse a propaganda, já que era proibido fazer campanha eleitoral nas escolas.

Ernesto negou-se a fazê-lo, argumentando que algumas professoras carregavam propaganda de outro candidato e adesivo do mesmo nos vidros de seus carros.

Inconformada, a diretora Arlete avançou sobre ele e arrancou a propaganda à força, atirando-a no chão. Ernesto, em seguida, apanhou-a do chão e recolocou-a na camisa.

Poucos minutos depois cheguei ao local para buscá-lo, na horário de praxe e ele muito nervoso me contou a história, o que me fez adentrar ao local rapidamente e exigir explicações, tendo a diretora se evadido do local.

De lá, fui imediatamente com Ernesto ao gabinete do Prefeito Gasparini e em tom firme lhe manifestei o ocorrido. Gasparini foi muito decente e enquadrou a arbitrária diretora e entendeu minhas razões, quando lhe disse que sempre lutei em defesa de justiça para os filhos de todos os brasileiros e agora não hesitaria em fazê-lo pelo meu.

Em setembro de 2007, deixei o PSB, depois de 21 anos de militância no partido.

A executiva estadual do partido já há tempos queria apossar-se do diretório municipal do PSB em Ribeirão Preto para que seus deputados da região pudessem se utilizar do partido para realizarem suas sórdidas barganhas. Naturalmente, minha presença impedia que tal fato acontecesse.

Assim, a Executiva de São Paulo com as bênçãos da Direção Nacional do partido, interveio no diretório municipal do PSB de Ribeirão Preto, afastou-me da presidência e colocou em meu lugar um inexpressivo elemento para viabilizar suas manobras, pessoa historicamente ligada ao malufismo.

Tentei falar com vários dirigentes do partido que ainda considerava de esquerda, mas a maioria não me atendeu e os que o fizeram jamais me deram resposta.

Na verdade, após a morte de Arraes, o PSB começou seu rápido processo de apodrecimento.

Filiei-me novamente ao PMDB, que recebeu a mim e a meu grupo político com entusiasmo e tem agido com profundo respeito a nosso posicionamento ideológico, a tal ponto que no dia da filiação, a música executada foi a "A Internacional".

Nas eleições de 2008, fiquei como primeiro suplente e por escassos votos deixei o Legislativo Municipal depois de nele permanecer por 26 anos.

No dia 21 de junho de 1996, a Câmara de Ribeirão Preto realizou uma sessão solene para homenagear o companheiro Vanderley Caixe, agraciado com o título de Cidadão Emérito da cidade, em virtude de projeto por mim apresentado. A solenidade foi presidida pelo então vereador e presidente do Legislativo ribeirão-pretano, Valério Velloni.

Durante o evento, Valério, que nada me falara antes sobre o assunto, para minha surpresa, entregou-me em público a pasta que guardara para mim no ano de 1969 e que continha os mesmos documentos que nela estavam quando a deixei sob sua guarda, o que me causou forte emoção com seu inesperado gesto.

Em uma oportunidade, quando de uma recepção em Ribeirão Preto para o Cônsul de Cuba em São Paulo, Rafael Hidalgo, conversando informalmente com Clayson Scot, o mesmo comentou que era filho de Mário Scot, que fora dirigente estadual do PCB em São Paulo e deputado pelo partido.

No final de semana seguinte, estive em Ibitinga visitando minha tia Stela e sem que eu tocasse nesse assunto ela me contou que ainda pequena, estivera com minha mãe, Teixeirinha e minha avó Sebastiana, em um Congresso do PCB em São Paulo , quando a direção do evento anunciou com pesar que recebera a notícia de falecimento de um filhinho de um dirigente do Partido.

Assim, a direção dos trabalhos designaram minha avó Sebastiana, minha mãe e minha tia Stela para acom-

panharem Mário Scot até Campinas, para os funerais de seu filhinho irmão de Clayson.

Perplexo, não pensava em outros assunto, até que segunda-feira pela manhã, já em Ribeirão Preto, liguei para Clayson Scot e fui até ele para lhe relatar o fato, oportunidade em que ambos choramos de emoção.

Em 1998, em uma visita à Itália, revi Nanci Marietto, a quem contei que ela e eu éramos marcados para morrer, se fossemos presos no final de 1969.

Tal versão me chegou por dois caminhos: um, com o relato feito a meu pai por seu amigo Ampélio Gasparini, homem de bem, coronel reformado da PM de São Paulo, que nenhum envolvimento teve na repressão e sempre discordou das torturas.

O outro, pela fala da mulher do delegado torturador Renato Ribeiro Soares, que contou o fato de forma idêntica ao advogado e ex-vereador em Ribeirão Preto Antonio Fernando Alves Feitosa, com quem trabalhava em uma repartição da Secretaria Estadual do Trabalho em Ribeirão Preto.

Em ambos relatos, o meu nome e o de Nanci foram expressamente citados como jurados de morte pelos esbirros da ditadura militar.

Escrevendo a 5ª edição do livro, recebi a triste notícia da morte de José Marietto. Depressivo, o velho revolucionário decidiu por fim à vida e suicidou-se no dia 21 de janeiro de 2004 aos 85 anos, em Bragança Paulista, cidade onde vivia.

Em fevereiro de 2004, fui a Europa com Emir, encontrei-me em Roma com as companheiras Nanci Marietto e Denise Crispim. Revi Denise depois de 30 anos, pois estivera com ela pela última vez em setembro de 1973, quando do golpe no Chile.

No dia 28 de novembro de 2005, depois de anos de tramitação, a Comissão de Anistia julgou meu processo, considerando-me anistiado político e externando as formais desculpas do governo brasileiro pelas ações repressivas efetuadas contra mim.

Sargento Dilson

Se me restava alguma dúvida sobre a intenção de assassinar-me por parte dos agentes da ditadura, essa dúvida estaria completamente sepultada alguns anos depois.

Cansado e com alguns problemas pessoais, decidi passar o Carnaval de 2008 em algum lugar agradável, mas longe de Ribeirão Preto, para que pudesse, pelo menos por alguns dias, livrar-me da agitação e das agruras que me atormentavam por aqui.

Decidi ir para Vitória, no Espírito Santo. Assim, reservei um apartamento em um hotel daquela cidade, liguei para o antigo companheiro de luta, Juca Alves, que lá reside, e combinamos de nos encontrar em sua agradável cidade para tocar violão, conversar fiado e tomar alguns tragos.

Ao chegar a Vitória, Juca me recebeu da melhor forma possível e passei dias agradáveis em sua companhia, de sua família e de seus amigos.

Na sexta, Juca me convidou para que, no dia seguinte, fossemos à cidade de Manguinhos, próxima à capital do estado, onde nos esperava seu amigo e advogado, que ele fazia questão que eu conhecesse.

Assim, no sábado de carnaval, fomos para a casa de seu amigo que nos recepcionou com a melhor hospitalidade capixaba. A conversa estava ótima, as companhias também; eu toquei violão e cantamos diversas músicas de meu repertório de MPB.

Além de falarmos sobre as questões políticas, de minha história e a de Juca como membro da resistência contra a ditadura e também da imprescindível conversa jogada fora, em dado momento o anfitrião me disse que tinha um vizinho, criador de pássaros curió, que era casado com uma mulher de Ribeirão Preto e que ele gostaria de chamá-lo para me apresentar.

Fez, no entanto, a ressalva de que seu vizinho havia sido sargento do Exército e indagou-me se eu não teria problemas em relação a esse atributo.

De imediato, respondi que tenho amigos militares e que apenas faço restrições aos que mataram e torturaram no período ditatorial.

Assim, o advogado ligou para seu amigo e convidou-o à sua casa para que me conhecesse.

Dez minutos depois, chega o novo convidado e é apresentado a mim como Dílson, homem magro, calvo, cabelos pintados, de estatura baixa e aparentando uns 65 anos. Ele relatou ser efetivamente casado com uma mulher de minha cidade, porque residiu um período de sua vida em Ribeirão Preto quando era sargento do Exército.

Havia na casa em torno de 40 pessoas e, nessa hora, todos almoçavam, alguns na varanda e eu, Juca, os donos da casa e algumas pessoas estávamos sentados na mesa principal, onde também tomou assento o recém-chegado.

A conversa estava descontraída. Dílson disse que pertenceu ao Serviço Reservado do Exército Brasileiro e sua função específica era combater a esquerda em nosso país o que significava que não fora um simples sargento, mas um atuante agente da repressão da ditadura.

Disse ainda que morou em uma "república" em Ribeirão Preto localizada perto da "Cava do Bosque" [*], juntamente com outros colegas do sistema repressivo, e que fora deslocado para minha cidade com o objetivo de ajudar a desmantelar as forças de esquerda do município e da região.

Contou-nos que, anos depois, deixou o Exército após um sério desentendimento com um superior hierárquico, mas era eternamente agradecido àquela Força Militar, pois ela lhe pagara o curso de Engenharia Civil na Faculdade Moura Lacerda, em Ribeirão Preto, onde ele se dedicava a espionar estudantes e professores, obviamente um dos milhares de beneficiários da bolsa-ditadura.

Disse que, tão logo se formou engenheiro, foi deslocado para a região do Araguaia, onde participou da repressão à guerrilha e atuou em diversas missões.

Tal fala motivou a curiosidade dos presentes que começaram a fazer a ele as perguntas que qualquer pessoa faria: "Você torturou?", "Você matou alguém?"

Como todo torturador e assassino daquele período, Dílson respondia cabisbaixo e de forma calma que nunca havia matado, nem torturado ninguém.

Os interlocutores insistiam nas mesmas perguntas e o genro do dono da casa chegou a insistir: "Mas você participou de tudo isso sem haver torturado ninguém?".

Nesse momento, sem perder a tranquilidade, o sargento Dílson levantou a cabeça e falou: "Nunca matei ninguém, mas há uma pessoa que, se caísse em minhas mãos, eu teria matado: é aquele terrorista que participou do atentado à bomba nas Lojas Americanas e depois conseguiu fugir para o exílio".

Tal declaração trouxe total silêncio ao local, apenas quebrado quando eu, sentado à mesa ao lado do agente da

[*] *Cava do Bosque – tradicional ginásio de esportes de Ribeirão Preto.*

ditadura, disse, olhando em seus olhos: "SOU EU!!!"

Não restava sombra de dúvida de que era eu o alvo da insólita declaração, até porque os companheiros que participaram da ação, com minha exceção, foram todos presos. Eu fui o único que conseguiu ir para o exílio.

A perplexidade tomou conta de todos os presentes e o sargento tentou justificar-se, já na defensiva, e disse que as bombas poderiam haver matado diversas crianças. Eu retruquei dizendo que os artefatos foram feitos para explodir à noite, quando a loja estivesse vazia.

O anfitrião estava muito constrangido e tentou justificar-se de alguma coisa na qual ele não tinha nenhuma responsabilidade, até porque ninguém poderia prever o que seria dito em sua sala naquele sábado de Carnaval.

Seu genro, indignado, sugeria-me que "acabasse agora com o sargento, pois ele dissera na frente de todos que havia querido me assassinar!". A reação do companheiro Juca se consubstanciou em um riso nervoso e persistente.

Aos poucos, Dílson despediu-se e retirou-se do local, sem antes bater de leve em meu ombro e pedir que eu não contasse a ninguém que eu o conheci em Manguinhos.

De minha parte, apenas estava seguro de que jamais gostaria de estar na pele dele.

O mal-estar na casa se generalizou e minha perplexidade era tanta que eu não conseguia raciocinar.

Ao nos despedirmos, a mulher do companheiro Juca insistiu em dirigir meu carro até Vitória, pois percebeu a emoção que me dominava.

No trajeto fui pensando que o sargento devia haver participado de várias prisões de companheiros em Ribeirão Preto, provavelmente de torturas e, ainda, que ele residia muito perto de minha casa na época, por isso, pode haver participado da frustrada tentativa de capturar-me no dia 6 de novembro de 1969.

Não parava de pensar no fato de que, mais de trinta e oito anos depois, eu me encontraria em um lugar onde estava por mero acaso do destino com alguém que alimentava contra mim esse bem guardado e nutrido ódio.

Pensava por fim que, seguramente, esse não era um sentimento somente dele, mas, certamente, de todos seus colegas da repressão, incutido em sua mente por algum oficial ou pelo próprio comando das forças repressivas da ditadura, o que deixou bem claro qual seria meu destino se, na época, houvesse caído nas mãos dos esbirros da ditadura militar.

Posteriormente, vim a saber que o nome completo do agente da ditadura é Dilson Luis Salles. Alguns meses depois entrei com representação criminal junto ao Ministério Público Federal, solicitando investigação sobre a participação do sargento Dilson nas ações repressivas da ditadura militar, processo esse que terminou arquivado por aquele órgão.

Em julho de 2012, enviei a denúncia sobre o sargento Dílson à recém-instalada Comissão da Verdade, esperando que aquele organismo aprofunde as investigações sobre a participação daquele agente da repressão nos crimes praticados contra presos políticos durante a ditadura militar.

Ato de desagravo

Iniciado os trabalhos legislativos do ano de 2008, na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, eu já na Presidência da Casa, apresentei projeto de lei revogando aquele há anos aprovado, que denominava uma das ruas da cidade de Salim Nicolau Mina.

Muito embora a lei ainda não houvesse sido aplicada, qualquer nova rua do município poderia ser batizada com esse nome.

O motivo da proposta de revogação deve-se ao fato de que o homenageado, já falecido, foi delegado de polícia

em Ribeirão Preto e participou ativamente das torturas aos presos políticos no ano de 1969.

Aprovada por unanimidade a revogação, passei a ser alvo sistemático de ataques por parte do delegado torturador Renato Ribeiro Soares, cujas declarações a imprensa canalha da cidade publicava diariamente, com grande estardalhaço.

Embora em tonalidade menor, fez coro aos ataques o delegado aposentado Ademar Birches Lopes, que respondeu pelo DOPS na cidade, no final da década de 80.

Diante dos fatos, o Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo tomou a decisão de fazer em Ribeirão Preto um ato de desagravo a meu favor, como forma de repudiar a ação daqueles policiais da repressão da ditadura e também da mídia a serviço da causa da tortura.

Assim, no dia 28 de Fevereiro, com o Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto totalmente lotado, em sessão presidida pelo vice-presidente da casa, ocorreu o Ato de Desagravo ao Revolucionário Lepoldo Paulino com o pronunciamento de várias autoridades, representantes do Movimento Popular, do companheiro Vanderlei Caixe e com a presença do camarada Rafael Martinelli, coordenador do Fórum e dos companheiros Ivan Seixas, Maurice Politi, Francisco Ferreira, Luiz Gonzaga Dantas, José Paiva, Antônio Martins Rodrigues, que de São Paulo se deslocaram para prestar sua solidariedade militante, bem como Darcy Rodrigues e Antonio Pedroso, de Bauru e Patrocínio Henrique dos Santos, de Ribeirão Preto . Anos depois, no dia 30 de Dezembro de 2017, com imenso pesar, compareci ao sepultamento do grande camarada Patrocínio Henrique dos Santos.

Exposição e Denominação de Salas

No dia 5 de setembro de 2008, inauguramos no Novo Shopping, em Ribeirão Preto, a exposição "Direito à memória e à Verdade – a ditadura no Brasil 1964-1985", com a presença do companheiro Ministro Paulo Vannuchi e de um grupo de companheiros do Fórum dos ex-presos políticos do Estado de São Paulo, capitaneados pelo camarada Rafael Martinelli.

No mesmo dia, realizamos a solenidade para a denominação de 3 salas na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, que passaram a se chamar Barbosa Lima Sobrinho, Rubens D. Paiva e Joaquim Câmara Ferreira – Toledo.

Homenageamos assim esses três lutadores pela Liberdade e o ato teve seu clímax quando, juntamente com Roberto, filho do inesquecível Toledo, descerrei a placa com o nome do saudoso "Velho".

Levante

No dia 5 de abril de 2012, nova modalidade de luta se inicia no Brasil. A exemplo do que se passou na Argentina, há mais de uma década e posteriormente no Chile, um grupo de jovens organizados em um grupo denominado Levante, passou a organizar o que denominam "escracho" ou "esculacho".

Assim, passaram a fazer concentração frente à residência ou local de trabalho de notórios torturadores do período da ditadura militar, bem como de alguns colaboradores da repressão.

Em várias cidades brasileiras, aconteceram os esculachos, oportunidade em que os participantes fazem pronunciamentos nos locais mencionados, distribuem panfletos e fazem pixações no solo e nos muros dos envolvidos com a tortura, denunciando o tipo de participação que cada um deles teve naqueles nefastos episódios.

Tal forma de luta me trouxe grande alento, pois tanto o Judiciário como os governos pós ditaduras têm agido de forma a acobertar os assassinos e torturadores da ditadura militar, contribuindo para que tais fatos caiam no esquecimento.

A ação dessa lúcida parcela da juventude brasileira pode ser determinante para que se caminhe no sentido de investigar e punir os responsáveis por tais atos de lesa-humanidade.

Os "Arrependidos"

Através dos documentos que obtive, que são as informações dos órgãos de segurança contra mim, parte deles anexados ao final deste livro, fiquei sabendo que Fernando Morgan de Aguiar, na época militante da ALN e Sérgio René Perdicchia, militante do Movimento Estudantil, assinaram para seus captores um "termo de arrependimento", delatando vários companheiros.

Camilo e Helenira

Em 31 de Março de 2017, adotamos dois gatinhos adoráveis, que passaram a fazer parte de nossa vida.

Camilo recebeu esse nome em homenagem ao revolucionário cubano Camilo Cienfuegos e Helenira assim se chama para homenagear a revolucionária brasileira Helenira Rezende Nazaré, que tive a honra de conhecer no Movimento Estudantil, que também esteve presa pelo Congresso da UNE em Ibiúna e que foi assassinada, alguns anos depois, por agentes da ditadura militar, depois de resistir bravamente à prisão quando combatia na Guerrilha do Araguaia.

Clemente

No dia 30 de Junho de 2019, eu e Rose comparecemos à cerimônia de cremação do corpo do valoroso camarada Carlos Eugênio, nosso Comandante Clemente.

Já muito doente, o companheiro mudara para a cidade de Santa Rosa de Viterbo, terra de sua mulher, Maria Cláudia Badran Ribeiro, e estava fazendo o tratamento no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, falecendo aqui.

Prestamos nossas homenagens a mais um pedaço de nossa História que se ia.

UP

Em maio de 2019, Rose e eu decidimos ingressar na Unidade Popular pelo socialismo (UP). Entendemos que esse caminho foi o melhor que pudemos escolher para a militância revolucionária em nossa país.

Tivemos ativa militância naquela agremiação política revolucionária e a atividade da qual mais gostava era participar das brigadas de venda do Jornal "A Verdade".

Deixamos a UP no dia 05 de dezembro de 2022, entregando à direção do partido um documento que expressa nossas divergências políticas com o partido.

PT: A FILIAÇÃO

Depois de nossa saída da Unidade Popular pelo socialismo (UP), consolidamos a organização do Coletivo Tempo de Resistência.

O Coletivo Tempo de Resistência é uma organização política, cultural e educacional engajada na luta pelo socialismo e no combate ao nazi-fascismo, que entende a educação popular como principal instrumento transformador da sociedade. O Coletivo Tempo de Resistência desenvolve, no eixo da memória, verdade e justiça atividades, tanto no ambiente digital, como físico que considero fundamentais para a formação política da juventude.

Em discussões com companheiros de nosso Coletivo, concluímos ser necessário que estivéssemos filiados em um partido de esquerda para nossa atuação.

À medida que minha saída da UP ganhou publicidade, líderes locais de partidos de esquerda, dirigentes nacionais e diretório do PT de Ribeirão Preto encaminharam convites para que eu integrasse suas organizações.

Analisando a proposta, entrei em contato com o camarada José Dirceu, que nos primórdios da fundação do PT havia me convidado para juntar-me a ele, quando da fundação do partido.

E foi com esses quadros do Partido dos Trabalhadores que discuti minha proposta de militância, defendendo a tese de que a educação política e o trabalho de rua são as tarefas principais da conjuntura e o caminho pertinente para fortalecer o governo Lula e combater o nazi-fascismo.

E essas foram as premissas sob as quais me filiei ao Partido dos Trabalhadores. O acolhimento à minha filiação foi muito especial, o ato de filiação aconteceu durante as festividades de aniversário dos 43 anos da fundação do PT, no dia 10 de fevereiro de 2023 e contou com depoimentos da presidente do PT Gleise, do próprio José Dirceu, do Deputado Federal Arlindo Chinaglia, e do presidente do diretório Jorge Roque e Ex-Vereador José Alfredo, que também fez a cobertura da filiação com transmissão para TV Rede PT.

Além de minha filiação, vindos do Coletivo Tempo de Resistência, na oportunidade, juntaram-se ao rol dos mais novos filiados do PT, minha companheira Rose Paulino, nosso camarada Matheus Soares, minha nora Fernanda Paulino, meu filho Tico.

.

Placa da Rodoviária de Potirendaba, 1977

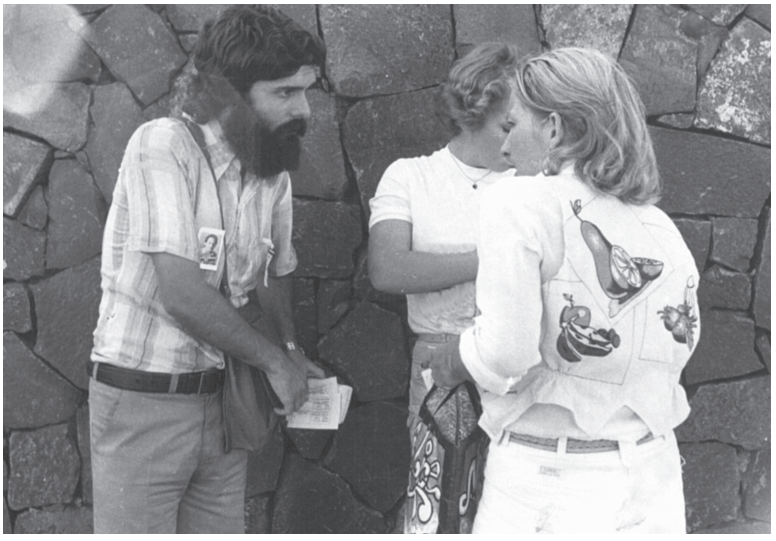
Amanhã, a concentração contra a carestia

Reunião preparatória para a concentração de amanhã

O Movimento do Custo de Vida vai realizar amanhã, as 18 horas, na Praça Carlos Gomes, concentração popular para debater os preços das utilidades e dar início a campanha de coleta de um milhão de assinaturas, em todo o Estado, para ser entregue ao presidente Geisel. Sindicatos, diretórios acadêmicos e outras entidades estiveram representadas na reunião de ontem realizada na sede da Associação dos Servidores Municipais para tratar da realização da campanha na cidade.

(Página 4)

"O Diário" – 27/07/1978



Leopoldo Paulino fazendo boca-de-urna na eleição de 15 de novembro de 1978

Leopoldo discursa em ato pela Anistia em frente a catedral de Ribeirão Preto – 1979

Na foto, entre outros: Prof. José Carvalheiro; Ver Antônio Calixto; Luís Carlos Shemberg; Leopoldo Paulino; Médico residente Antônio Aloi; estudante USP - Francisco Bolivar Machado "Baiano" ; e a também estudante USP - Maria José.

Os elementos do CBA após serem liberados, falando ao reporter João Albano do "DIARIO DE NOTICIAS"

Os advogados Said Hallack e Wilson Roselino acompanharam as tomadas dos depoimentos

Estudantes detidos no centro da cidade

(uma delas está grávida)

Seis elementos do Comitê Brasileiro pela Anistia local foram detidos ontem por volta das 12 horas em Ribeirão Preto, por uma guarnição da Polícia Militar momento em que distribuiam folhetos e vendiam adesivos da campanha pela anistia.

Os seis elementos — advogado Carlos Leopoldo Paulino e os estudantes João Ferreira Antero Neto, Maria Terezinha Carnarelli, Miriam Martins, João da Silva e Wladimir, que se recusou a dar o sobrenome foram detidos e levados em duas viaturas ao 1.o distrito policial da cidade, onde foram ouvidos e qualificados pelo delegado do setor de Ordem Política e Social, Ademar Birches Lopes e em seguida liberados. Como se achava entre os detidos um advogado, os dirigentes da seção local da Ordem dos Advogados do Brasil, Said Issa Halack e Wilson Roselino estiveram no distrito assistindo a qualificação dos membros do Comitê.

O advogado Said Issa Halack, que considerou a detenção ilegal, garantiu que os detidos foram tratados com urbanidade. Por sua vez, o delegado do DOPS Adhemar Birches Lopes, após ter ouvido pessoalmente todos os detidos, efetuando, apenas a sua qualificação, disse que nada tinha a declarar sobre o assunto".

Segundo relato feito pelo advogado Carlos Leopoldo Paulino, um dos detidos, o delegado Ademar Birches Lopes, disse que vai consultar o DOPS, em São Paulo, para saber da ilegalidade ou não do ato realizado pelo comando local

Entre os detidos estavam Maria Terezinha Carnarelli, diretora da União Estadual dos Estudantes e a estudante Miriam Martins que está grávida. Pe. ?

"Diário de Notícias"

18/03/1979 Leopoldo concede entrevista, ao ser libertado, ao lado de Emir, presa com ele, com 6 meses de gravidez e outros companheiros.

Emir, Ana Carolina, Leopoldo e Tico –
No CBA Ribeirão Preto, Junho de 1979

Diario de Noticias

Fundado em 01-07-28 — RIBEIRÃO PRETO — SÁBADO 10 DE MARÇO DE 1979 — N.º 15.307 — Cr$ 3,00

CHEGA CHORANDO A FREIRA DA VILA

Muito emocionada e chorando, a irmã Maurina Borges da Silveira, ex-superiora do Lar Santana da Vila Isabel, regressou ontem ao Brasil depois de nove anos de exílio no México. Ela foi recebida em Congonhas pelo advogado José Carlos Dias e José Gregori, da Comissão de Justiça e Paz. às 19,20h. sendo levada imediatamente para a sala isolada, onde, na presença de seus advogados, prestou depoimento ao DEOPS. Pouco depois do meio dia, já liberada, a freira saiu da delegacia sendo recebida por quatro de seus onze irmãos, dois dos quais religiosos e por um grande grupo de leigos e maioria de Ribeirão, que entoaram um coro, gritando comprometidamente por anistia.

Página 3

Volta de Madre Maurina ao Brasil -
"Diário de Notícias" 10 / 03 /79

"Diário da Manhã" Novembro/1979

Fim do AI-5 ainda é pouco, Leopoldo quer lutar pela anistia ampla e irrestrita

Ex-líder estudantil — preso e perseguido — exilado durante quatro anos e meio no exterior, o advogado Carlos Leopoldo Teixeira Paulino considera um passo muito tímido o fim do AI-5. Para alcançar a democracia total, ele pede, urgente, uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Provavelmente, a cassação do então estudante Carlos Lepoldo Teixeira Paulino, pelo AI-5, só não aconteceu pelo exílio "espontaneo" - a que se submeteu até julho de 74, abandonando o país em janeiro de 70. Sem provas, que não existiam, o Ato Institucional número 5 nada pôde fazer contra o ex-presidente da União dos Estudantes de Ribeirão Preto, a extinta UERP. Sobre o AI-5, Carlos Leopoldo diz que "o governo tem respondido ainda timidamente às exigências populares, como a recente extinção do AI-5 e a pena de banimento".

"Creio — acrescenta — que esse foi ainda um passo muito pequeno rumo à democracia, pois se, com o AI-5, acabaram-se as sumárias cassações de mandatos e volta o sagrado direito do Habeas-Corpus aos presos políticos, a "nova" Lei de Segurança Nacional mantém quase intacto o aparelho jurídico do sistema".

Leopoldo considera ainda que "todo o aparato repressivo da ditadura" continua o mesmo, podendo ser acionado a qualquer momento, o que frequentemente tem acontecido. Quanto à revogação do banimento, ele está seguro que nada foi alterado na situação dos banidos, pois os processos contra eles continuam. Na verdade, Leopoldo acrescenta que "o exdrúxulo instituto do banimento nada mais foi que a necessidade que teve o governo de criar mecanismos jurídicos para "legalizar" uma situação que de fato lhe foi imposta. Agora, mais do que nunca, é necessário lutar por uma anistia ampla, geral e irrestrita, a todos os presos, cassados, exilados e perseguidos políticos".

Voltando todos estes aspéctos para a política nacional dentro dos partidos criados pela Legislação, o advogado conceitua o MDB, "apesar de criado artificialmente pela ditadura" como possuidor de um setor combativo, que demonstrou enorme crescimento nas últimas eleições. "No momento — creio que é importante participar do MDB, reforçando-o como importante frente na luta oposicionista "brasileira". Isto não representa, porém que mesmo filiado à oposição, Leopoldo garante dispu-tar as eleições municipais em 80, apesar de contar com diversos convites de dua alas do MDB.

Leopoldo: na vida política desde os 16 anos, 4 anos no exílio.

NA EMBAIXADA, TRATADO COMO UM BRASILEIRO DE SEGUNDA CLASSE

Na embaixada... a situação era crítica, pois embora houvesse boa vontade dos diplomatas daquele país, a casa onde se localizava era muito pequena, e a cada momento chegavam novos exilados. Para entrar na embaixada com rapidez, as pessoas passavam pelo portão e se atiravam para dentro tendo ocorrido o caso de uma exilada com 7 meses de gravidez, que conseguiu entrar por uma pequena janela do banheiro, que dava para o muro da casa vizinha.

"Durante os varios dias que ali permanecemos — conta Leopoldo — turnos para dormir fazer a sentar, chegandos para mo a serem distribuídos numeros a individuais presentes para facilitar a organização. Assim,ar a comer, ou mesmo para ir ao banheiro, era necessário aguardar a vez, evitando-se assegar ao seus. Quando o numero de asilados chegavas quase aos 300, — prosegue — o embaixador consequiu que uma comissão de médicos do Exército chileno visitasse o local, tendo eles constatado a inviabilidade de nossa permanencia na casa.

E foi preocupado com a ocorrencia de epidemias, que se poderiam alastrar por todo o bairro da classe alta, onde localizava a embaixada, que o governo Militar autorizou fossem transferidos para uma casa bem maior, de propriedade de um refugiado. Os exilados foram transferidos sob fortíssima escolta, tendo o embaixador do Panamá ficado a bandeira de seu país no jardim da residencia, transformando-a em embaixada provisóriamente.

"Nesta casa, aguardamos por alguns dias até que nos fosse fornecido o salvoconduto para deixarmos o país. Nesse mesmo local, já eficientemente guardado pela polícia, continuamos a chegar refugiados, escapando do terror que a ditadura de Pinochet impunha ao Chile. Na véspera de nossa partida, cerca de 10 horas da noite, tres pessoas conseguiram ludibriar a guarda e saltar as altas grades da embaixada" para cobrar

E foi justamente esse o motivo que quase os levou a serem massacrados ou impedidos de deixar o país. Na sede da representação diplomática se estavam os exilados sem nenhum funcionário permanente que garantisse suas integridades, quando o comandante da guarda, após haver disparado dezenas de vezes contra o jardim, passou a exigir a entrega dos tres ultimos refugiados.

"Diante de nossa recusa — explica Leopoldo —, continuaram a atirar, ameaçando invadir a embaixada e matar a todos caso não aceitassemos suas "ordens". Conseguimos, finalmente, um contato telefonico com o secretário da embaixada, que se comunicou com o governo chileno e imperou-se a cessar os disparos, pois, como um fato pequeno pode ter tanto brio e saber fazer valer e respeitar sua soberania."

NO PANAMÁ

No dia seguinte, de posse dos salvos-conduto, os exilados foram transportados ao aeroporto de Pudahuel, em Santiago, por varios onibus, que eram intercalados por onibus militares, carregando tropas. A frente do cortejo ia o carro do embaixador do Panamá, com a bandeira do seu país.

"Por onde passávamos éramos saudados pela população chilena, em tumido repúdio ao governo ilegitimo que se instalara no país. No aeroporto, aguardamos por varias horas que revistas sem nossos pertences, tendo a policia chilena se apoderado da maior parte de nossos documentos e de todo o dinheiro que tinhamos."

Chegando ao Panamá, foram recebidos pelos assessores do Gal. Omar Torrijos, sendo que o próprio também manteve contato e ofereceu asilo político aos exilados. O povo não reagiu de outra forma, recebendo de braços abertos a todos que fugiam do fascismo. Leopoldo permaneceu durante 40 dias no Panamá, tempo suficiente para travar contatos com o povo, costumes e conhecer suas belezas naturais.

De lá, partiu para a Argentina, país limítrofe ao nosso, já com a idéia de retornar ao Brasil. Ele já fora informado de sua absolvição nos processos políticos que moviam contra ele, e acreditava que os piores momentos da ditadura haviam passado. Na Argentina, durante os vários meses que lá permaneceu, ficou impressionado com as imensas manifestações de pesar do povo, quando da morte de Peron. Mas sofreu, novamente, outra humilhação. "No Consulado Brasileiro pude sentir na própria carne a condição de "brasileiro de segunda classe", a que a Ditadura nos relegara. Aquela repartição consular negou não apenas o meu passaporte, apesar de já estar absolvido pelo STM, mas também a minha filha, de apenas seis meses de idade.

A VOLTA

Finalmente, em julho de 74, passados quatro anos e meio, Carlos Leopoldo consegue retornar ao seu país. Há dois anos conseguiu terminar seu interrompido curso de Direito, e já pode notar como decresceu o nível do ensino brasileiro, o que atribui "à desastrosa política educacional do regime, bem como ao desmantelamento do Movimento Estudantil em 1970".

A resultante disto, segundo Leopoldo, é que as escolas particulares se multiplicaram, proliferando o ensino pago e de má qualidade, tendo a Educação no Brasil se transformado em alta fonte de lucros, com enormes prejuízos para a formação de nossos técnicos e profissionais. Ins titucionalizaram-se as fabricas de diplomas e falsificadores de fim de semana, onde a única repartição que funciona a bom gosto ; a tesouraria.

"Encontrei, porem — finaliza —, um povo que já começava a acordar para o futuro e que, apesar de ainda viver em uma Ditadura, já sabe procurar o caminho da Democracia e da Independencia Nacional. Fui muito bem recebido tambem por todos os companheiros que sabiam de minha situação de ex-exilado e perseguido político, o que demonstra a simpatia que tem nosso povo pelos oposicionistas brasileiros.

Pau-de-arara, choques, perseguição, excomunhão. Então, surge o exílio

1969 foi marcado por um ano de muita agitação política e violência policial. Carlos Leopoldo, perseguido sem culpa formalizada, teve de se refugiar no exterior. Mas lembra a excomunhão de dois delegados — Miguel Lamano e Renato Ribeiro Soares — pela Arquidiocese de Ribeirão Preto.

A partir de setembro de 1969, à exemplo do que acontecia em todo o país, houve em Ribeirão Preto uma imensa ofensiva da repressão policial. Na época, a triste e célebre Operação Bandeirantes abriu uma sucursal em Ribeirão Preto, passando a prender e torturar a todos quanto participassem dos movimentos de oposição ao governo. "Nesta tarefa — conta Leopoldo Paulino — foram auxiliados por policiais de Ribeirão Preto, tendo mesmo alguns deles participado pessoalmente de violentas torturas contra os presos políticos. Indignada com tanta arbitrariedade, a Igreja Católica, através de seu Arcebispo Dom Frei Felício Cunha, excomungou do's delegados de policia de Ribeirão Preto, Miguel Lamano e Renato Ribeiro Soares, em virtude de sua participação ou conivência com os fatos".

Leopoldo segue apontando que a desmedida violência chegou a tal ponto, que Madre Maurina Borges, freira católica, diretora do Lar Santana, foi presa e barbaramente torturada em Ribeirão Preto, somente deixando a prisão no ano seguinte, com o banimento, encontrando-se exilada e prestes a retornar ao país.

"Nestes tempos escuros — prossegue — em que o antigo quartel da Policia Militar, na rua São Sebastião, se transformou em mais uma entre as inúmeras Casas de Horror do sistema, comecei a ser procurado pela Policia Política, que queria interrogar-me sobre confissões de algumas pessoas cujos depoimentos foram arrancados sob as mais bárbaras torturas físicas, mentais e morais. Não sabia exatamente do que era acusado, mas temia pela minha participação no Movimento Estudantil, que obteria o mesmo tratamento que vinha sendo dispensado a todos os presos políticos no país; pau-de-arara, choques elétricos e espancamentos generalizados". Carlos Leopoldo deixou o Brasil no início de 1970, seguindo direto para o Chile, país que na época vivia em regime democrático, disposto-se a acolher refugiados políticos.

EXÍLIO

Quando chegou ao Chile, já viviam no país centenas de refugiados políticos brasileiros, cujo número deixou de aumentar, até o golpe militar que derrubou Allende. Nos três primeiros meses, Carlos Leopoldo enfrentou o desemprego, contando apenas com a solidariedade de amigos chilenos, ao mesmo tempo em que procurava aprender a língua e se adaptar aos costumes do país. Acabou sendo contratado pela Universidade do Chile para dar aulas no departamento de música, cargo que ocupou durante toda sua permanência no país.

"Tive a oportunidade — relembra — de conhecer uma universidade aberta a todos, com alto nível de ensino e dirigentes democraticamente eleitos pela Comunidade Universitária, composta de professores, estudantes e funcionários. Assisti, também, à ascensão e queda da Unidade Popular, com Salvador Allende na presidência, do país. Durante *os três anos que governou o Chile Allende levou a-diante uma política econômica voltada para os interesses do povo e da pátria, chegando a nacionalizar o cobre, riqueza básica do país, na época controlada pelas multis estrangeiras".*

Mas se o povo lhe dava total respaldo e suporte, Carlos Leopoldo também observou que as multinacionais jamais perdoaram Allende pelas nacionalizações, passando a conspirar abertamente com a CIA e alguns generais vende-pátria chilenos, para a derrubada do governo. Em 4 de setembro de 73, Leopoldo assiste à uma gigantesca manifestação de rua para commemorar 3 anos de governo popular, oportunidade em que um milhão de pessoas tomaram as ruas de Santiago para saudar o presidente Allende, eleito constitucionalmente.

O GOLPE

Sete dias depois, o Chile despertou com os canhões e tanques nas ruas. O exército cercara o Palácio La Moneda e dera um ultimato ao presidente: que aceitasse imediatamente a rendição, para o que lhe davam garantias de vida. Na última vez que se dirigiu ao povo, através de uma emissora de rádio, Allende negou-se a aceitar a imposição dos golpistas, conclamando o país a repudiar o "putsch".

"As horas que se seguiram foram trágicas. As forças golpistas ocuparam o palácio, fuzilaram o presidente e seus assessores mais próximos e passaram a desencadear em todo o país a mais terrível repressão que a história do Chile já conheceu. Os estrangeiros — denuncia Leopoldo — facilmente reconhecidos pelo sotaque, eram presos e torturados, sendo levados às pistas de aviação, onde muitos morreram, inclusive dois brasileiros, Tulio Cardoso e Vânia José de Matos".

Segundo Leopoldo, o fascismo chileno, comandado por Augusto Pinochet, precisava de pretextos para o banho de sangue que perpetraram, e a presença de refugiados politicos no país foi uma dass desculpas inventadas. A arbitrariedade era tanta, que se viam e ouviam pelos emissores de rádio e televisão, conselhos como este: "Você conhece um estrangeiro? Denuncie-o ao posto policial mais próximo". "Fui detido alguns dias depois do golpe, sendo libertado após muitas ameaças e coações por parte da Policia Política. Apesar de não continuar preso, sabia que minha vida corria perigo novamente, razão pela qual decidi procurar uma embaixada e asilar-me, tal como estavam fazendo os demais refugiados".

Quem é este jovem exilado

Carlos Leopoldo Teixeira Paulino tem 28 anos de idade, é advogado, casado, dois filhos de 7 e 5 anos (o mais velho nascido no exílio) e só abandonou Ribeirão Preto, onde nasceu, durante os quatro anos e meio que viveu no exílio. Carlos Leopoldo é advogado da Associação dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, foi presidente do Centro Nacionalista dos Estudantes de Ribeirão Preto (UERP), secundaristas, em 1.967; e presidente do Centro Academico 1.o de Setembro, da Faculdade de Direito Laudo de Camargo, Unaerp, em 1.969.

Na área política, embora ainda não mantenha filiação partidária com nenhum dos dois partidos, seu nome está sendo lembrado para con-

11/11/79

Ainda sobre o desmantelamento do aparelho da repressão

A respeito do artigo publicado por ORA VEJA No. 33, o Comitê Brasileiro pela Anistia-CBA de Ribeirão Preto - julgou importante tecer algumas considerações sobre o tema, que é crucial na continuidade da luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita.

A denúncia dos torturadores

"A posição do colunista BVJ, no que diz respeito à denúncia dos torturadores, é plenamente endossada pelo CBA.

De fato, acreditamos que é fundamental para o desmantelamento da máquina repressiva da Ditadura, a denúncia de todos os elementos que diretamente se envolveram com as torturas e assassinatos dos que fizeram oposição ao regime.

Bem ressaltou a matéria aludida, que é obrigação de todos os que sofreram na carne a violência do sistema, relatar os fatos, como um primeiro passo para evitar que eles se repitam.

Estamos seguros que é de fundamental importância esclarecer a opinião pública sobre tudo o que ocorreu nos anos mais escuros da ditadura, trazendo à luz os nomes dos carrascos do povo brasileiro.

O ENCONTRO REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-REPRESSÃO - 10 ANOS DEPOIS

O encontro realizado no dia 26 de outubro último, marcou em Ribeirão Preto um enorme avanço na luta pela Anistia Ampla, geral e irrestrita.

Pela primeira vez nesta cidade, depois de vários anos, reuniram-se mais de 600 pessoas para participarem de um ato político de tal natureza, fato de suma importância, principalmente se considerarmos a participação no evento de dezenas de ex-presos políticos, perseguidos pela ditadura e que hoje voltam ao cenário político, com amplo respaldo popular.

De fato, no encontro, se evitou aprofundar as denúncias dos torturadores que atuaram em nossa cidade, e isso só aconteceu por uma razão: é intenção do CBA fazer um relatório completo de tudo que aconteceu por aqui, de forma que cada eshirro da repressão seja responsabilizado pelos crimes que realmente cometeu.

Para tanto, pensamos elaborar um dossiê, em que cada ex-preso político narre detalhadamente sua amarga experiência nas mãos dos órgãos da repressão.

De qualquer forma, a realização do ato foi de suma importância para o movimento, tendo a população local dado seu apoio ao prosseguimento da luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita, deixado claro que o povo quer saber o que se passou em Ribeirão e em todo o Brasil, durante a pior época do terror instaurado pela Ditadura, e lutar para que tais fatos nunca mais aconteçam.

DA OMISSÃO À CONIVÊNCIA

Um dos maiores problemas com que se de-

Com exceção do ORA VEJA e do Diário de Notícias, os jornalistas locais praticamente ignoraram o encontro, o que demonstra claramente de que lado estão seus proprietários.

Alguns, como "A CIDADE" e "O DIÁRIO", nem chegaram a mencionar o encontro. Sobre o primeiro, não é novidade para ninguém que sua edição sempre esteve a serviço dos poderosos. Quanto ao segundo, é sabido que seu diretor-proprietário, deputado arenista, proibiu que se fizesse qualquer referência ao ato.

Outro periódico local, o Diário da Manhã, publicou insólito Editorial a 27-10, no qual afirmava que "trazer a público o nome de torturados era "Delação".

Tal afirmativa demonstra claramente que o partido tomou o responsável pela matéria, ou seja, acredita se deve encobrir os assassinos de outrem, impedindo que seus nomes sejam conhecidos.

Com isso, pretende o Editorial que devam permanecer impunes os torturadores, considerando "Delação" o ato de dizer em bom tom que eles prenderam, espancaram, e assassinaram a centenas de brasileiros.

Antes de mais nada, devemos dizer que tais fatos, ainda que sólidos, fazem parte da história, e quem se empenha em ocultá-los passa a ser conivente com eles.

Considerar "Delação" a denúncia dos verdugos brasileiros é o mesmo que considerar "delator" quem denunciou os crimes de HITLER e seus assecias, bem como é considerar "dedos duros" todos os participantes do Tribunal de Nuremberg.

Os torturadores existem, e felizmente constituem em uma ínfima minoria dos componentes das Forças Armadas e Policiais do país.

Denunciá-los, além de colaborar no desmantelamento do Aparelho Repressivo, é contribuir no sentido de limpar nossas Forças Armadas de tais elementos, que comprometem toda a corporação a que pertencem.

Quanto ao caso concreto de Ribeirão Preto, o Jornal EM TEMPO, No. 54, divulgou o nome de 5 torturadores locais, entre 442 em todo o país; fato que também não teve destaque na imprensa local.

A CONTINUIDADE DA LUTA

De tudo que se disse, o principal é que continuamos nosso trabalho.

Hoje mais que nunca, é necessário conclamar a população para prosseguir na luta:

— Pela ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA;

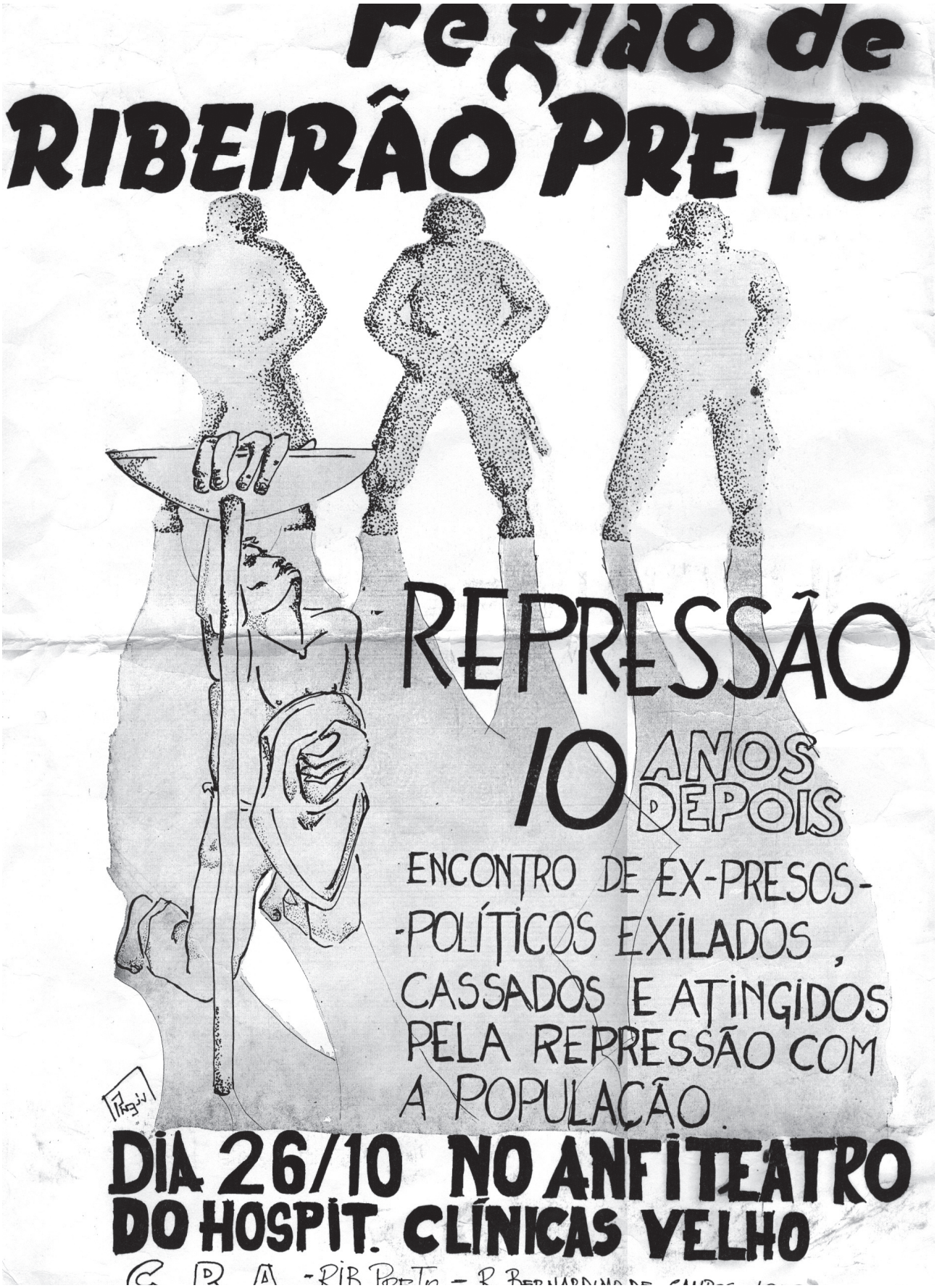
— Pelo fim do APARELHO REPRESSIVO DA DITADURA;

— Pelo fim da LEI DA SEGURANÇA NACIONAL E LEIS DE EXCEÇÃO."

CBA - Ribeirão Preto - SP

Reuniões: R. Bernadino de Campos, 801

"Ora Veja"
11/11/1979



Cartaz Ato Repressão 10 Anos Depois 26/10/1979

C.B.A. ANISTIA

Procurados – Eles foram pais de famílias. Foram presos - torturados e até mesmo mortos, ou sequestrados e espancados. A maioria está desaparecida. Se você souber do paradeiro de algum, informe o CBA mais próximo. Cartazes tamanho poster, foram espalhados pela cidade e no local onde a CBA - Cmite Brasileiro pela Anistia (ampla e irrestrita) o mesmo que luta pela libertação de Flávia, uma brasileira presa no Uruguai, se reuniu para comemorar os 10 anos de repressão política.
O movimento em Ribeirão Preto, é dirigido pelo advogado Leopoldo Paulino, batalhador incansável pela causa. O vereador Antonio Calixto do MDB-local, esteve presente e inumeras autoridades.
1. Carlos Renato, líder do funcionalismo municipal denuncia: no tempo da revolução foram presos funcionários municipais. 2: Dr. Leopoldo Paulino, abre a sessão: nossa luta continua - por uma anistia ampla e irrestrita. - 3. Calixto chega ao local sob aplausos dos presentes.

Leopoldo preside ato "Repressão 10 anos depois" no Anfiteatro do Hospital das Clínicas – 26/10/1979

Fotos:

1 - Carlos Renato e Luis Antônio Tupã de Moraes (militante do MR-8)

2 - Leopoldo Paulino
Na mesa: Luis Eduardo Arantes de Almeida usa a palavra

3 - Vereador Antônio Calixto

4 - Baiano (Francisco Bolivar Machado), representante do DCE da USP e Marco Antônio Moro (ex-preso político)

REPRESSÃO

Torturados em Ribeirão Preto vão contar tudo

Irineu de Morais, Claudinei Nacatto, José Ivo Vannuchi, Maria Aparecida dos Santos, Patrocínio Henrique dos Santos, Granville Ponce, Maria Aparecida Bacega, - estes são alguns dos políticos que foram torturados em Ribeirão Preto. Eles irão se reunir na sexta-feira, no auditório do Hospital das Clínicas, velho, e discutir a repressão. É uma promoção do Comitê Brasileiro pela Anistia, que trará ainda, Therezinha Zerbini, Celso Horta e Lindolfo Silva. Foi convidado dom Paulo Evaristo Arns, que responderá ainda esta semana.

Houve uma repressão violenta em Ribeirão Preto, com todas as formas conhecidas de torturas. Hoje, a tendência é esquecer tudo isso. Porém, os que foram torturados e sofreram também na alma a brutalidade repressora, não esquecem. Segundo alguns deles, com uma violência política que julgam que não pode ser pagada de uma hora para outra, a chamada "reconciliação nacional" não se irá esquecendo os torturadores.

Por isso, no dia 26 desta semana (sexta-feira) às 20 horas, no anfiteatro do Hospital das Clínicas, velho, rua Bernardino de Campos n. 1.000, haverá um encontro de ex-presos políticos com a população de Ribeirão Preto.

Entre os assuntos a serem discutidos, estará o problema do auge da repressão em Ribeirão Preto em 1969: desde os mais refinados métodos de tortura à toda sorte de violência. Em Ribeirão Preto, segundo Leopoldo Paulino, membro da Coordenação do CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia) a repressão foi violenta.

Um dos casos lembrados por Leopoldo Paulino é o de Madre Maurina. Eldo foi torturada barbaramente em Cravinhos e chegou a reconhecer o delegado Flery como um dos torturadores. Como ele, alguns outros sofreram bastante. Leopoldo diz que o "pau-de-arara" o "telefone", os choques elétricos e outros tipos de vícios, foram usados fartamente em Ribeirão Preto, segundo depoimento das próprias vítimas.

Os que foram torturados - independentemente das suas posições políticas, que não é o que está em questão -, não podem mais ser "indenizados" pelos seus sofrimentos. Muitos deles trazem lesões irremediáveis. Físicas e mentais.

Um deles, falando ao repórter, disse que é impossível, depois de sofrer seriamente torturas e ser perseguido durante mais de dez anos, escapar de um modo contínuo. "É uma sensação estranha, como se a qualquer momento eles pusessem novamente entrar pela minha casa, derrubando portas e arrebentando os móveis e me levar".

Não é "impressão" - é prevenção. Paulino - é uma forma de deturpar a história. Para ele, lembrar as torturas, situar a repressão, é uma forma quase preventiva de tentar fazer com que a história não se repita. Lembra Leopoldo Paulino que os jovens principalmente, por desinformação histórica, por deturpação dos meios de comunicação e também por uma cômoda alienação da imprensa, não têm acesso aos fatos que contribuíram para a manutenção do regime militar.

Como membro do Comitê Brasileiro pela Anistia, ele lembra que ainda existem presos políticos no Brasil. Até mesmo, presos políticos no exterior, brasileiros. Um dos casos é Flávia Schilling, que está presa no Uruguai.

Os esforços do governo brasileiro para a libertação de Flávia têm sido mínimos. Como se sabe, o governo brasileiro têm muita influência sobre os militares que detém o poder no Uruguai. Se houvesse um esforço maior de governo brasileiro, seria relativamente facil para que os militares uruguaios soltassem Flávia. Porém, ela é filha de Paulo Schilling - um exilado brasileiro, intelectual que, no exterior (ele mora na Argentina) tem feito muitas críticas principalmente ao general Golbery. Por isso - muitos acreditam -, o governo brasileiro não se esforça em favor de Flávia. Seria uma espécie de "vingança" contra Paulo Schilling o pouco esforço feito para livrar Flávia da prisão.

No Brasil, ainda existem 30 presos políticos e cerca de 300 exilados que não podem voltar. Sem contar - lembra o coordenador da CBA em Ribeirão Preto milhares de operários que foram despedidos por questões políticas e que não podem recuperar seus empregos.

O encontro de sexta-feira começará às 20 horas com uma mostra de arte, e em seguida, os depoimentos e debates. Toda a população está sendo convidada.

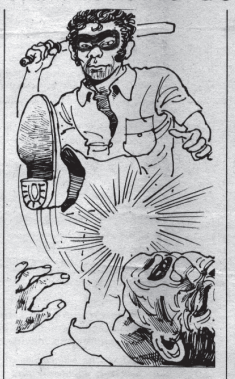
Pequena história de Mário

Preso em outubro de 1969, Mário Bugliani, 49 anos hoje, conta que sofreu toda espécie de torturas em Ribeirão Preto. Ele dá os nomes dos torturadores - que poderão ser ouvidos sexta-feira, no anfi-teatro do velho HC -, conta como foi preso e sofreu as sevícias. Aqui, pequenos trechos de um depoimento de quatro horas, gravado, que Mário Bugliani fez a um historiador que está levantando a história da repressão na região de Ribeirão Preto.

"Os torturadores são homens que ainda hoje vivem aí impunes e inclusive eles se beneficiaram bastante disso, porque houve promoção. Quem era tenente por exemplo, hoje é capitão, major. Um dos que mais torturaram no tempo da repressão foi um delegado do DOPS de Ribeirão Preto, conhecido como Miguel Lamano. Há um que hoje, se eu não me engano, é major do Corpo de Bombeiros, na época era tenente".

Ele não se engana e dá o nome: fica suprimido aqui a identidade do torturador, que pode ser conhecida no encontro de sexta-feira, numa denuncia oficial. Diz mais o camponês Mario Bugliani:

"Eu fui torturado entre Pontal, Sertãozinho e o quartel de Ribeirão Preto, nas mãos desses individuas. E foram trinta dias de torturas. E não só eu

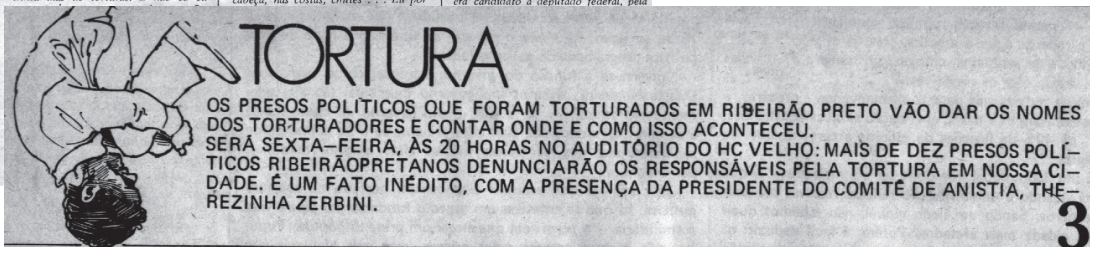


"Os tipos de torturas mais pesados foram o "pau-de-arara" e o choque elétrico. Tinham uma maquininha elétrica que era horrível. E muita paulada na cabeça, nas costas, chutes . . . Eu por eu seria morto. Lógico, isso aí é evidente: outros companheiros haviam sido assassinados nessas mesmas condições. Fiquei com liberdade condicional de oito meses, sem nenhum problema; apenas de vez em quando a polícia observava minha casa. Em maio de 77 a polícia invadiu minha casa novamente, mas por problemas que não eram políticos, embora o interesse deles era sujar meu nome. Haviam roubos na cidade e "suspeitaram" de mim. Depois não houve mais perseguição da polícia, a não ser uma só vez que eu estive na Delegacia, por sinal a última vez, e o delegado disse que tinha autorização para me matar se eu voltasse a agir."

Muitos dos torturados políticos afirmam que as Prefeituras ofereciam veículos para a repressão "caçá-los". Verdade ou não, houve um incidente em 1977, entre o atual prefeito Duarte Nogueira e o preso político Mário Bugliani, numa palestra que o então candidato a deputado fazia uma fábrica de Sertãozinho. O depoimento de Bugliani:

"Segundo a gente soube na época das prisões, e não sei se é verdade, o prefeito de Ribeirão, dr. Antonio Duarte Nogueira, havia posto à disposição da polícia todos os carros da Prefeitura. Quando foi em 74, esse mesmo prefeito foi pedir voto, justamente pra mim, que tinha sido esmagado e, se fosse verdade, com a cumplicidade dele no caso. Ele era candidato a deputado federal, pela

"Ora Veja" – 21/10/1979



"Ora Veja" – 21-27/10/1979

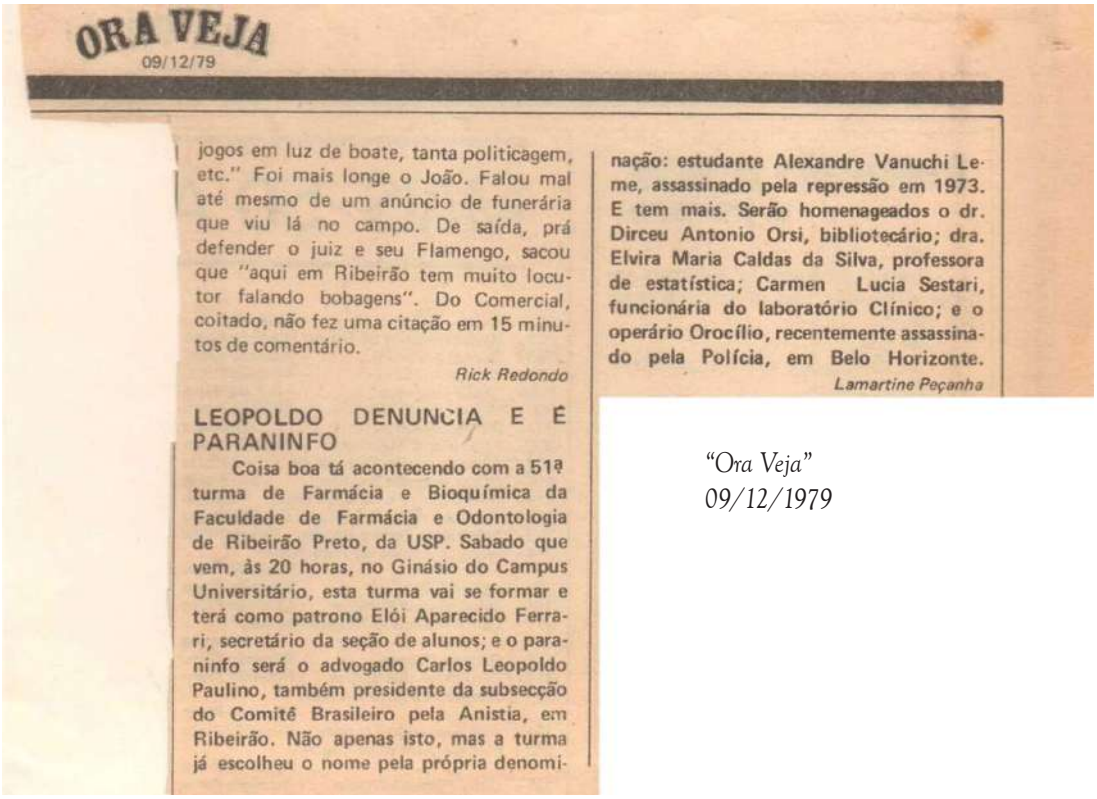
"Diário de Notícias"
26-27/10/1979

Cassados, Banidos e Atingidos Pela Repressão. O Encontro Será Hoje, às 20 Horas no HC Velho

O Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) — seção Ribeirão Preto, está convidando toda a população local para o Encontro com ex-presos políticos, cassados, banidos e todos os atingidos pela repressão.

O encontro vai se realizar hoje, às 20 horas, no anfiteatro do Hospital das Clínicas, à rua Bernardino de Campos, com presença confirmada no Encontro o deputado cassado Marcelo Gatto, o ex-deputado e ex-presidente da Federação dos Trabalhadores das Industrias de Massas Alimentícias de São Paulo, Luis Tenório de Lima, o advogado de presos políticos e presidente do Comitê Brasileiro Pela Anistia de S. Paulo, Luis Eduardo Greenghaldt, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Terezinha Zerbini, o arcebispo da Zona Leste de S. Paulo, D. Angélico Bernardino e o jornalista Perseu Abramo. — Página 3.

"Ora Veja" 21/10/1979



ORA VEJA
09/12/79

jogos em luz de boate, tanta politicagem, etc." Foi mais longe o João. Falou mal até mesmo de um anúncio de funerária que viu lá no campo. De saída, prá defender o juiz e seu Flamengo, sacou que "aqui em Ribeirão tem muito locutor falando bobagens". Do Comercial, coitado, não fez uma citação em 15 minutos de comentário.

Rick Redondo

LEOPOLDO DENUNCIA E É PARANINFO

Coisa boa tá acontecendo com a 51ª turma de Farmácia e Bioquímica da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, da USP. Sabado que vem, às 20 horas, no Ginásio do Campus Universitário, esta turma vai se formar e terá como patrono Elói Aparecido Ferrari, secretário da seção de alunos; e o paraninfo será o advogado Carlos Leopoldo Paulino, também presidente da subsecção do Comitê Brasileiro pela Anistia, em Ribeirão. Não apenas isto, mas a turma já escolheu o nome pela própria denominação: estudante Alexandre Vanuchi Leme, assassinado pela repressão em 1973. E tem mais. Serão homenageados o dr. Dirceu Antonio Orsi, bibliotecário; dra. Elvira Maria Caldas da Silva, professora de estatística; Carmen Lucia Sestari, funcionária do laboratório Clínico; e o operário Orocílio, recentemente assassinado pela Polícia, em Belo Horizonte.

Lamartine Peçanha

"Ora Veja"
09/12/1979

FORMANDOS DA F. O. F. FIXAM POSIÇÃO NO DIA DA COLAÇÃO DE GRAU

Os formandos de Farmacia e Bioquímica, da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto (USP), realizaram a solenidade de formatura sábado passado, manifestando o repúdio à portaria que proibiu o discurso do paraninfo, Carlos Leopoldo Paulino e a mensagem da sra. Egle Maria Vanucchi Leme, mãe do estudante morto durante passeata estudantil. (Página 3).

"Diário da Manhã"
18/12/1979

51ª. Turma da FOF posiciona formatura

Os formandos de Farmácia e Bioquímica da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto (USP) realizaram a solenidade de formatura dia 15 p. p., manifestando o repúdio à portaria que proibia o discurso do paraninfo, Carlos Leopoldo Paulino e a mensagem da sra. Egle Maria Vanucchi Leme, mãe do estudante morto durante passeata, Alexandre.

O INICIO DA BATALHA

Através da imprensa, os formandos foram representados pelas palavras de Carlos Leopoldo que preferiu acrescentar que a batalha não estava terminando, mas apenas começando, a legar ao registro a frase comum de "hoje voces encerram mais uma importante etapa de suas vidas".

"Após vencerem, continuou ele, uma a uma as barreiras que impedem o brasileiro de chegar à universidade, lutando com as dificuldades econômicas, com os seletivos e desgastantes vestibulares, enfrentando uma Universidade que é o reflexo da sociedade repressiva em que vivemos, vocês derrubaram os obstáculos tornaram-se diplomados".

Leopoldo Paulino adiantou, ainda que a luta agora seria por um emprego, enfrentando as normas gêmeas de um sistema educacional, concorrendo com uma sociedade protecionista, mas disse que confiava em todos contra a progressiva aplicação do acordo MEC-USAID na reconstrução da UNE e de todas as suas entidades livres, bem como na memória renovada do nome de Alexandre Vanucchi Leme.

"Sobre a escolha do meu nome para paraninfar a turma, realço que recebo tal deferência com jubilo e simpatia, pedindo que voces permitam a minha homenagem a todos os companheiros que morreram pelo mesmo ideal".

D. Egle enviou mensagem aos formandos por estar impossibilitada de comparecer à solenidade, evidenciando a sua simpatia e gratidão pela homenagem prestada ao seu filho. "A iniciativa de voces faz Alexandre reviver. E ele renasce a cada dia em que é lembrado".

Isto se reflete na escola através da portaria que proibe o discurso na solenidade da formatura, impossibilitando nos o uso da palavra, que seria um direito nosso e de qualquer cidadão livre. Por isso recorremos a este meio para levarmos a mensagem do nosso paraninfo e de D. Egle M. Vanucchi Leme (Mãe de Alexandre Vanucchi Leme — NOME DE TURMA).

DISCURSO DO PARANINFO

Formandos:

Cômodo seria dizer que "hoje voces encerram mais uma importante etapa de sua vida".

Preferível, é, no entanto, lembrar-lhes

51.a TURMA DE FARMÁCIA E BIOQUIMICA DA FFORP-USP

Há 4 anos entramos nesta Universidade, cheios de insegurança mas com esperanças e ilusões.

Hoje, saimos desta com a mesma insegurança, mas sem ilusões nem esperanças. Foram 4 anos cheios de adversidades, falta de material, ensino prscário e falta de professores competentes.

Não sabemos o que fazer com esse comprovante do que não tivemos. Logicamente, isto não se deve somente a escola em si, mas ao sistema que prevalece: há falta de verba para a Educação, Saúde, a repressão a falta de liberdade de expressão na luta pela sobrevivência.

De fato, após vencerem uma a uma as barreiras que impedem o brasileiro de chegar à universidade, lutando com as imensas dificuldades econômicas, com os seletivos e desgastantes vestibulares e, o que é mais grave, enfrentando no dia a dia escolar uma Universidade que é o reflexo da sociedade repressiva em que vivemos, vocês derrubaram os obstáculos e hoje finalmente, são diplomados.

De hoje em diante a luta, embora tenha o mesmo conteúdo, altera-se em sua forma. Agora, terminado o curso, vocês prosseguirão em sua marcha, até então vitoriosa, trocando os bancos e laboratórios escolares pela extenuante procura de emprego; saindo do cerco da Universidade elitista com que conviveram, para enfrentar o conjunto da sociedade elitista que a criou; deixando as rigidas normas que lhes foram impostas no dia a dia, para enfrentar diretamente o conjunto de leis de exceção que a elas deu origem.

A partir desta data, passam vocês a engrossarem a massa de diplomados em Universidades brasileiras que disputa palmo a palmo um lugar ao sol no limitado mercado de trabalho existente, sendo duramente oprimida pelo aviltamento salarial.

Tenho consciência, entretanto, de que não é suficiente falar com realismo sobre o futuro profissional de vocês, já por demais conhecido.

É importante dizer que muito espero de todos. Em verdade, confio em vocês que heroicamente resistiram ao 477.

— Confio em vocês que lutaram contra a progressiva aplicação do acordo MEC USAID na Universidade brasileira.

— Confio em vocês que reconstruiram a UNE e todas as suas entidades livres.

— Confio em vocês que fizeram do sangue de todos os seus colegas torturados e assassinados pela repressão política, bandeira para a continuidade de luta.

— Confio em vocês que hoje resgatam o nome de Alexandre Vanucchi Leme, para ajudar a perpetuá-lo na memória de nosso povo.

— Confio em vocês, muito embora reconheça que o caminho seja árduo, as próximas batalhas ainda mais duras e as possibilidades cada vez mais se estreitem, a essa confiança vem da certeza de que vocês continuarão unindo seus destinos aos de todo o povo brasileiro, e com ele vencerão.

Sobre a escolha de meu nome para Paraninfar a Turma, antes de tudo é necessário dizer que muito me orgulho de tal indicação. Não a tomo, entretanto, como feita à minha pessoa.

Ciente estou de que assim procederam como reconhecimento a todos esses anos que dediquei à luta contra a ditadura, o que me valeu prisões, exílio, processos e perseguições de toda espécie.

Recebo, portanto, tal deferência com júbilo e simpatia, e peço a vocês que permitam estender a homenagem a todos os companheiros que morreram pelo mesmo ideal com a qual nos comprometemos, certo de que continuaremos a pugnar pela causa em que nós e eles acreditamos.

Ribeirão Preto, 15 de dezembro, 1.979

Carlos Leopoldo Paulino

MENSAGEM DE D. EGLE MARIA VANUCCHI LEME:

Aos Formandos de Farmácias e Bioquímica:

Impossibilitada de comparecer a essa solenidade, desejo chegar até vocês para lhes dizer da minha simpatia e gratidão pela homenagem que prestam ao meu filho ALEXANDRE.

Em meu nome, no do meu marido e filhos, agradeço muito essa decisão tomada, que para mim vai além de uma homenagem.

A iniciativa de vocês formandos, faz reviver Alexandre. E ele renasce a cada dia em que é lembrado. Em cada coisa que leva seu nome. Renasce no nome do DCE e no nome dos Centro de Educação. No nome de uma Praça e nos olhos das crianças que hoje levam seu nome. Renasce na homenagem de vocês que surge também como compromisso, força, reavivamento do esforço e da luta de todos quantos como vocês, desejam construir uma Nação de homens livres e respeitados.

Que esse ideal, que era o de Alexandre, norteie a carreira profissional de vocês e seja a motivação maior de suas vidas.

Parabéns! Votos de pleno êxito e o meu comovido muito obrigada.

Egle Maria Vanucchi Leme
15 de dezembro de 1.979.

Convite de Formatura da 51ª turma de Farmácia e Bioquímica da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto - USP"

"HEI DE FAZER QUE A VOZ TORNE A FLUIR ENTRE OS OSSOS...

E' FAREI, QUE A FALA TORNE A ENCARNAR-SE...

DEPOIS QUE SE PERCA ESSE TEMPO E UM NOVO TEMPO AMANHEÇA...

Extraído da Placa em Homenagem Póstuma
a Alexandre V. Leme - * 1950 † 1973

Nós, Formandos da 51.a turma de Farmácia e Bioquímica da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto - USP, temos a honra de convidar V.Sa. à cerimonia de Colação de Gráu, que se realizará às 20,00 horas do dia 15 de Dezembro de 1979, no Ginásio do Campus - USP.

Patrono: Eloi Aparecido Ferrari

Paraninfo: Dr. Carlos Leopoldo Paulino

Nome de Turma: Alexandre Vanucchi Leme
(Homenagem Póstuma)

Homenageados : Dr. Dirceu Antonio Orsi
Dra. Elvira Maria Caldas da Silva
Orocílio (Operário-Homenagem Póstuma)
Carmem Lúcia Sestari

Formandos:
Ana Campa
Ana M. de Souza
Ciro Nakashima
Décio Zilber
Eliza M. Kono
Helena Mukuno
Ieda M. Daniel
Kiyoko Shibao
Luis Carlos Gomes
Marlene M. Hatori
Yu Chien Fan

"Ofícios convidando Leopoldo a ser Paraninfo da 51ª turma de Farmácia e Bioquímica da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto - USP"

Setembro/1979

Ribeirão Preto, 22 de outubro de 1.979.

Ilmo. Sr.
CARLOS LEOPOLDO PAULINO
Bacharel em Direito e Presidente da CBA-Ribeirão Preto- SP
NESTA

Prezado Senhor:

Nós, formandos da 51a. Turma de Farmacêuticos - Bioquímicos da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão - Preto da Universidade de São Paulo, abaixo relacionados, temos a honra de convidar V.Sa. para Paraninfo de nossa Turma.

Nesta oportunidade, renovamos os nossos protestos de alto aprêço e consideração.

Atenciosamente,

p/ TURMA

Ana Campa
Ana Maria de Souza
Décio Zilber
Eliza Massako Kono
Helena Mukuno
Ieda Maria Daniel
Kiyoko Shibao
Luis Carlos Gomes
Maria José Borduque
Marlene Minako Hatori
Yu Chien Fan

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO
VIA DO CAFÉ, S/N — TELEFONE: 34-6633 - PBX — CAIXA POSTAL, 241

Of. 511/79-Sec.

Ribeirão Preto, 27 de novembro de 1979

Senhor Bacharel,

Informado pelos Farmacolandos-Bioquímicos de 1979 da escolha de seu nome para Paraninfo da Turma, tenho a honra de convidá-lo para participar da mesa que presidirá a Sessão Solene dessa Formatura, a realizar-se no próximo dia 15 de dezembro, às 20 horas, no Gymnasium de Esportes da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP.

Conforme estabelece o Protocolo elaborado pelo cerimonial desta Diretoria, o traje exigido para o ato solene, para os que vão participar da mesa principal, é SMOCKING.

Sivo-me do ensejo para subscrever-me com elevado apreço,

Prof. Dr. Aymar Baptista Prado
Diretor

Exmo. Sr.
Dr. CARLOS LEOPOLDO PAULINO
NESTA.

TRANSCORREU SEM INCIDENTES GRAVES

SÃO PAULO (AJB) — O clima de expectativa que cercava a visita do presidente João Figueiredo a Ribeirão Preto, transformou-se em tensão no final da tarde e nas primeiras horas da noite ontem, quando policiais, com bombas de gás lacrimogênio dispersaram grupos de estudantes que haviam programado realizar manifestações durante a visita do chefe do governo.

A polícia efetuou várias prisões, cujo número, o diretor do DEOPS, delegado Romeu Tuma, no início da noite ainda não sabia precisar. As manifestações já eram aguardadas e o policiamento militar foi pessoalmente comandado pelo coronel Arnaldo Braga, comandante da PM paulista, o mesmo que chefiou a ação da polícia nos 41 dias da greve dos metalúrgicos do ABC.

Os estudantes da USP, Campus de Ribeirão Preto (com um total de 2 mil universitários), não conseguiram se aproximar do presidente da República, para reclamar, como programaram, um aumento de subsídios para suas faculdades. Desde as primeiras horas do dia, a rua General Osório, onde está situado o Stream Hotel, onde o presidente e comitiva estavam hospedados, foi tomada por soldados da polícia militar que impediam qualquer manifestação.

Várias viaturas da ROTA — Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar — cercaram também a Praça XV, onde inicialmente estava prevista a manifestação estudantil. Na praça 5 estudantes foram detidos pelo DEOPS e encaminhados à Delegacia Seccional de Ribeirão Preto.

No início da noite, o diretor do DEOPS, delegado Romeu Tuma confirmou que durante o dia foram feitas várias outras prisões de estudantes, mas que ele ainda não podia precisar o total. Explicou que os estudantes foram presos por panfletagem, por estarem incitando o povo a participar da manifestação pública na Praça XV.

Ao perceberem que a praça estava ocupada pela polícia, os estudantes tentaram transferir o ato para o Pedro II, onde chegaram a montar um pequeno palanque. A polícia militar ocupou também o local, desmontou o palanque e efetuou várias prisões. As autoridades policiais informaram que os presos seriam liberados a noite ou no transcorrer da madrugada de hoje.

O clima de expectativa observado nas principais ruas da cidade, transformou-se em tensão quando o presidente Figueiredo e comitiva chegaram ao quarteirão da rua General Osório em que está situado o Stream Hotel, onde o chefe do governo se hospedou. Mais de 500 pessoas se concentravam nas imediações para ver o presidente da República.

O general Figueiredo era aguardado às 16 hs., mas se atrasou e só chegou ao hotel às 17h25. O atraso foi motivado pela decisão do presidente de visitar o cenro de inseminação artificial Lagôa da Serra, do grupo Biaggi, em Sertãozinho. Nessa visita, o presidente e comitiva deslocaram-se em um ônibus.

Ao chegar ao hotel, o chefe do governo foi saudado pelo público que se concentrava na rua e nos prédios próximos com palmas e gritos de viva Figueiredo. Ele acenou rapidamente e já começa a subir as escadas, no interior do hotel, quando, ouvindo os apelos do público fora, que chamava presidente, venha até aqui, surpreendeu sua segurança e voltou para a rua.

Misturado com o povo, o presidente conversou com algumas senhoras, quando uma delas, Dona Alice Andrade Buck, pediu-lhe que olhasse com atenção para as crianças porque estamos enfrentando problemas sérios, com um abastecimento de leite muito deficitário. O general Figueiredo respondeu que sua atenção está sempre voltada para as crianças.

Nesse momento, membros da segurança do presidente mostraram-se irritados com policiais do DEOPS que, transportando 4 presos, passaram no meio do público, em alta velocidade. Os membros da segurança comentaram entre si que isso representava um risco para os populares e entraram em contato com o DEOPS para reclamar.

As 18 hs. de ontem, 5 agentes policiais numa Veraneio, utilizando bombas de gás lacrimogênio, dispersaram um grupo de estudantes que se concentrava nas esquinas das ruas Duque de Caxias com Barão do Amazonas, a cerca de mil metros do hotel em que o presidente e comitiva estavam hospedados. Empunhando cassetetes, os policiais perseguiram os estudantes por alguns quarteirões, quando efetuaram mais 4 prisões.

Nessa hora e desde a chegada do presidente ao hotel, um grupo de 15 policiais da tropa de choque ocupavam a rua General Osório — imediações do hotel — empurrando as pessoas e exigindo que elas se afastassem do local. Entre os populares, pessoas que não aparentavam ser estudantes recomendavam aos que eram afastados que regressassem ao local.

Quando cobria os incidentes verificados nas ruas Duque de Caxias e Barão do Amazonas, com os policiais jogando bombas sobre os estudantes, o fotógrafo do "Jornal do Brasil" teve o seu filme apreendido por um policial agente de segurança. Dá-me esse filme, se não eu quebro tua máquina toda, disse o policial, confiscando o filme e desaparecendo em seguida. De um fotógrafo de "O Estado de São Paulo" foram apreendidos máquinas fotográfica e um filme, posteriormente, a máquina foi devolvida.

Os estudantes que ontem tentaram realizar a manifestação em Ribeirão Preto, estão em greve e reivindicam 75 por cento de subsídio para as refeições nos restaurantes universitários e recursos para aparelhagem de laboratórios, num pleito que requer um total de Cr$ 47 milhões de cruzeiros.

Desse total o governo do estado deu Cr$ 7 milhões de cruzeiros e por isso, há 12 dias, os 2 mil estudantes das faculdades de Odontologia, Medicina, Filosofia e Enfermagem, unidades da USP — Universidade de São Paulo — em Ribeirão Preto, estão em greve. Eles foram os primeiros estudantes da USP a entrar em greve. Seus companheiros do campus da capital entraram em greve há dois dias.

Segundo contou o subsecretário de imprensa da Presidência da República, sr. Alexandre Garcia, pouco depois das 18 horas, quando chegava num ônibus da comitiva presidencial, viu que vários estudantes sentaram-se no chão nas proximidades da Praça XV, para impedir que o tráfego fluisse normalmente.

Ele disse ainda: desci do ônibus e fui observar pessoalmente o que estava acontecendo. Vários estudantes sentavam-se no chão, enquanto um senhor de aproximadamente 30 anos, de estatura mediana, barba escura, fazia uma espécie de comício, conceitando os estudantes a prosseguirem na greve. Logo em seguida, chegou um camburão da polícia militar e começou a grande correria. Uma camioneta C-14 prendeu o orador do comício e mais alguns estudantes, dispersados por bombas de gás lacrimogênio, que provocaram uma nova correria.

O homem citado por Alexandre Garcia é o advogado Leopoldo Paulino, que já havia sido detido na semana passada por participar de manifestações de ruas idênticas a de ontem.

Na praça XV de Novembro, o povo e estudantes esperando a chegada

"A Cidade" - 22/05/1980

Visita do presidente em Ribeirão

Preto transcorreu sem incidentes graves

A proposito da notícia que publicamos em nossa edição de 23/05/80, sob o título acima, via do 1º Cartório de Registro e Imóveis e Anexos, desta Comarca, recebemos notificação para ser publicado o que se segue:

"Sr. Diretor:

Publicou o jornal que V.S. preside, em sua edição de 23/05/80, notícia relacionada com a visita do General Figueiredo a Ribeirão Preto, tendo a matéria se referido à minha pessoa, afirmando que eu teria sido preso naquele dia, bem como havia sido detido na semana anterior, em manifestação de rua.

Diante do caráter inverídico da informação, considero de fundamental importância o presente desmentido, face aos incômodos que causou a notícia errônea.

Quero destacar, portanto, que **não fui detido** no dia 22 p.p., mesmo porque não consegui chegar ao local dos lamentáveis fatos, em virtude da verdadeira praça de guerra em que as autoridades policiais e militares transformaram nossa cidade naquele dia.

Devo ressaltar também que não fui detido em nenhuma manifestação na semana anterior, mesmo porque não é de meu conhecimento que tenha ocorrido alguma dessa espécie.

Deixo, entretanto, patente, que, como homem de oposição, apoiei resolutamente a manifestação ocorrida, que demonstrou a repúdio da população pela inconveniente visita do general e de sua comitiva a Ribeirão Preto.

Esclareço ainda que, no decorrer do dia 22, ingressei na Justiça com "Habeas Corpus", reivindicando a liberdade de sete estudantes que haviam sido detidos distribuindo convocatórias para o ato, tendo portanto exercido normalmente minha profissão, defendendo os que foram arbitrariamente cerceados no seu livre direito de ir e vir.

Quero, por fim, deixar claro, que uma prisão em manifestação politica daquela natureza, seria para a minha pessoa motivo de profundo orgulho, sobretudo porque teria ocorrido em virtude de estar eu lutando contra a opressão, naquela oportunidade. Preocupei-me, entretanto, em desmentir a falsa informação, em virtude de, já há algumas semanas, virem circulando boatos de tal natureza sobre minha pessoa, possivelmente divulgados por quem se sinta incomodado com minha atuação na oposição brasileira, como integrante que sou da comissão executiva do PMDB.

Acreditando com a presente resposta, direito que exerço através da Justiça, estar desfeito o equívoco, subscrevo-me,

atte.

Desmentido de Leopoldo Paulino, exercendo Direito de Resposta

A Cidade" - 24/05/1980

Venda do jornal "Hora do Povo" no centro de Ribeirão Preto - 1980
Na foto: Daniel, apoiador do jornal, Leopoldo e Ilda Fiore - militante do MR-8.

Venda do Jornal "Hora do Povo", entre outras pessoas:
Leopoldo Paulino e Agnaldo Cirilo, apoiador do Jornal.

Da esquerda para direita entre outras pessoas: Luis Carlos Prestes (paletó), Domingos Teixeira (paletó, colete e gravata)e Leopoldo Paulino.

Na linha de traz: Deputado Antonio Calixto; Antônio Giroto;

Mauro Freitas (Diretor da Associação Cultural "Brasil-União Soviética")

e José Miguel Martins, pai de Emir.

Luis Carlos Prestes e Moacyr Alves Paulino, na rua Olga Benário Prestes,

em Ribeirão Preto.

Leopoldo Paulino com Carlos Zara e Eva Wilma – campanha eleitoral de 1982

Leopoldo discursa em ato público pelas Liberdades Sindicais

Leopoldo Paulino dirige a Assembleia de Trabalhadores Rurais,
em que foi aprovado o histórico "Acordo de Guariba" - 1984
Na foto: Dirigente sindical de Guariba; Leopoldo Paulino; Dirigente sindical de Guariba; Padre Domingos Bragheto da Comissão Pastoral da Terra e Deputado Valdir Trigo

Atuação em Pradópolis, cidade dos Ometto, quase dá em mortes

COMUNICADO À POPULAÇÃO SOBRE OS FATOS OCORRIDOS EM PRADÓPOLIS.

No dia 9 de janeiro compareceram cerca de 15 trabalhadores rurais do Município de Pradópolis, à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, procurando pela diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo - FETAESP, a fim de comunicar a situação em que se encontram, atingidos que foram pelo desemprego.

Na oportunidade, convidaram a FETAESP a organizar uma reunião em Pradópolis, fato que realmente aconteceu naquela noite, ficando marcada uma Assembléia Geral dos Trabalhadores rurais na praça central, no dia 10, às 19 horas;

No dia e hora designados, compareceram a Pradópolis o companheiro Vidor Jorge Faita, tesoureiro geral da FETAESP, e o Dr. Leopoldo Paulino, advogado da entidade, seu pai, o Dr. Moacyr Alves Paulino, que também presta serviços à Federação, um companheiro trabalhador rural, delegado sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e o companheiro Adão Costa Silva, membro da Comissão Pastoral da Terra; da diocese

Iniciou-se a Assembléia por volta das 19:45, tendo os participantes começado a expor os problemas trabalhistas aos presente, em número superior a 100 pessoas, quando um grupo inicialmente formado por mais ou menos 40 pessoas acercou-se do local aos gritos e insultos, pretendendo expulsar os participantes do ato.

PEDIDO DE GARANTIAS

Nesse momento o Dr. Leopoldo Paulino, pelo microfone, dirigia-se ao contingente da P.M., localizado a menos de 40 metros do local, solicitando sua intervenção para o estabelecimento da ordem, alegando o direito de reunião pacífica.

Ressalta-se que os policiais militares a tudo assistiram passivamente, tornando-se coniventes com a torpe agressão perpetrada pelos jagunços da Usina São Martinho.

A partir de então, tal grupo, que aumentava consideravelmente, passou a atirar ovos podres, pedras, tijolos e garrafas nos manifestantes, cortando os fios do microfone utilizado pela Federação e danificando os seus 2 automóveis.

O grupo era comandado

"O Estado de São Paulo"
12/01/1985

Advogado atirou em Pradópolis

Moacyr Alves Paulino, que atirou no funcionário da Usina São Martinho, Pedro Gregório Almeida, de 36 anos, durante a manifestação ocorrida em Pradópolis por volta das 21h30 de anteontem, tem 68 anos e é advogado aposentado.

Moacyr Paulino e Pedro Gregório estavam distantes, mas na mesma situação. Cada um em um hospital — o primeiro em Araraquara e o outro em Ribeirão Preto —, enquanto na pequena Pradópolis (dez mil habitantes) o principal assunto era o fatídico encontro ocorrido entre os dois na noite anterior. E o tiro desferido pelo advogado acabou constituindo-se no primeiro derramamento de sangue em função do movimento grevista de bóias-frias da região de Ribeirão Preto.

Afirmando "às vezes ajudo meu filho que é advogado da Fetaesp", o pai de Leopoldo Paulino disse que resolveu ir a Barrinha (Leopoldo estava lá na coordenação da greve dos bóias-frias da cidade e da região) "com a finalidade principal de alertá-lo exatamente para os possíveis problemas que poderiam ocorrer sobre atos de violência nessas situações". No final da tarde, ainda segundo Moacyr Paulino, Leopoldo convidou-o a ir até Pradópolis, pois assim iriam juntos de carro para Ribeirão Preto, onde residem.

Uma comitiva da Fetaesp chegou a Pradópolis por volta das 19h em um Fiat e um Gol quando começaram a conclamar os trabalhadores através de um alto-falante instalado num dos carros para um comício sobre a greve dos bóias-frias nas ci-

servando o que acontecia quando apareceu um grupo de homens e começaram a falar palavras de baixo calão, ameaças de bater e matar, chegando até a arrebentar os fios do alto-falante", disse Moacyr Paulino, que em seguida se dirigiu ao destacamento da PM. "Fui pedir ajuda da Polícia, mas um tenente disse que não iria, porque os promotores do comício não haviam pedido garantias anteriormente."

Segundo Clovis Bronzatti, assessor do prefeito Agenor Baldan, realmente ocorreram atitudes de violência contra os membros da Fetaesp: "O pessoal jogou muito ovo podre e tomate e também chegou a quebrar vidros dos carros, mas só não houve briga corporal" afirmou.

Moacyr Paulino, que está no quarto 313 do Hospital São Paulo em Araraquara (a OAB local providenciou esta medida pois a cadeia pública da cidade não conta com celas especiais), afirmou que ao se ver sozinho em Pradópolis foi até a rodoviária e como não tinha mais ônibus procurou um táxi, mas não tinha nenhum. Quando estava caminhando pela cidade (meia hora depois de terminados os incidentes, versão confirmada pelo soldado Sá que acompanhou o ocorrido), Moacyr Paulino foi cercado por um grupo de 20 homens que, segundo ele, "lhe faziam provocações". Depois de andar alguns metros o advogado disse que resolveu tirar o revólver Taurus, calibre 32, de sua bolsa e deu um tiro para o alto. Alguns minutos depois as provocações teriam continuado:

agredido; resolvi então dar o tiro que atingiu um mulato alto e forte".

Depois disso Paulino correu para uma barbearia próxima quando chegou a polícia e ele se entregou, enquanto o grupo procurava se aproximar. "Nesse momento a PM agiu bem assegurando minha vida", afirmou o advogado que prestou depoimento na madrugada de ontem em Araraquara ao delegado Luiz Carlos de Carvalho Moreira, de Pradópolis.

O advogado possui a arma desde 1966 e garante que nunca atirou em ninguém: "Carrego sempre o revólver comigo porque nas imediações da minha casa ocorrem muitos assaltos e as próprias autoridades policiais nos aconselham a andar armados". Réu primário, Moacyr deverá ser beneficiado com a Lei Fleury e se diz chateado com o ocorrido, mas está seguro: "A legítima defesa está tipificada", afirmou.

Já o funcionário da Usina São Martinho, Pedro Gregório Almeida, encontra-se bem de saúde e foi transferido do centro de recuperação para o apartamento 107 do Hospital São Lucas de Ribeirão Preto na tarde de ontem. Um boletim médico expedido às 18h informava que Gregório se encontrava "em ótimas condições clínicas". Ele teve seus intestinos atingidos e o projétil ainda está alojado em suas costas para ser retirado em futura intervenção cirúrgica.

Falando à imprensa no final da tarde de ontem, Gregório, com palavras medidas, garantia que o incidente ocorreu porque "um grupo de populares não queria a presença daquelas pessoas na cidade".

Leopoldo Paulino em participação na Assembléia de Trabalhadores Rurais de Santa Rosa do Viterbo

SOCIEDADE RECREATIVA E DE ESPORTES DE RIBEIRÃO PRETO

Ribeirão Preto, 29 de Dezembro de 2.011.

Ilmo(a). Sr.(a)
Carlos Leopoldo T.Paulino

Prezado(a) Senhor(a),

A **SOCIEDADE RECREATIVA E DE ESPORTES DE RIBEIRÃO PRETO**, atendendo ao seu pedido, informa que em sua ficha social consta, na data de 12/09/1984 o seguinte:
Solicitou a concessão de anistia de seus débitos a exemplo da anistia geral concedida aos que estiveram forçosamente fora do país em virtude de sua ausência desde o inicio de 1970 " Deferido em reunião de hoje".

atenciosamente,

Wilson de Oliveira
1º Secretário

RECRA CIDADE - Av. Nove de Julho, 299 - Higienópolis - CEP 14015-170 Fone 3610-7035
RECRA CAMPO - Rodovia Anhanguera Km 320 - CEP 14070-730 Fone 3615-0001
Home page: www.recra.com.br E-mail recra@highnet.com.br

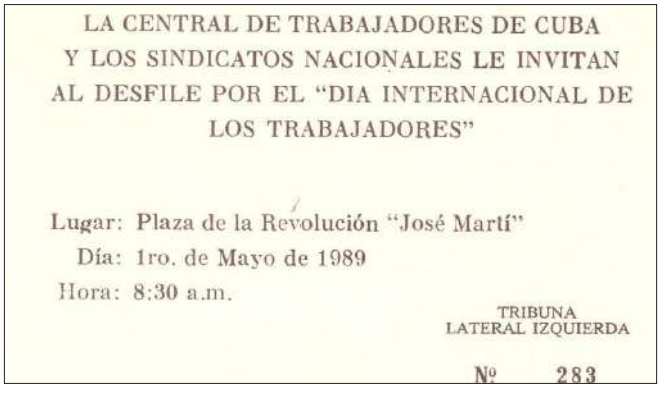
Movimento "Diga Não ao BNH", Conjunto Habitacional "Dom Manoel Delboux", Ribeirão Preto, 1985

Na Praça da Sé em São Paulo, Leopoldo discursa abrindo o último comício da Frente Brasil Popular, com Lula presidente. Primeiro turno das eleições de 1989.

Leopoldo preside Ato de Solidariedade Ao Povo Chileno
Câmara Municipal de Ribeirão Preto – 11/09/1986 .
Na mesa, Vereador Joaquim Rezende e companheira chilena exilada no Brasil.

Valério Velloni entrega a Leopoldo a pasta que lhe fora confiada 26 anos antes, contendo livros e documentos clandestinos, à mesa Vanderley Caixe. Ribeirão Preto, 21/06/1996

Leopoldo fotografa Fidel Castro no encontro do comandante realizado no auditório do Ibirapuera em São Paulo com 100 brasileiros convidados pelo governo cubano



LA CENTRAL DE TRABAJADORES DE CUBA
Y LOS SINDICATOS NACIONALES LE INVITAN
AL DESFILE POR EL "DIA INTERNACIONAL DE
LOS TRABAJADORES"

Lugar: Plaza de la Revolución "José Martí"
Día: 1ro. de Mayo de 1989
Hora: 8:30 a.m.

TRIBUNA
LATERAL IZQUIERDA

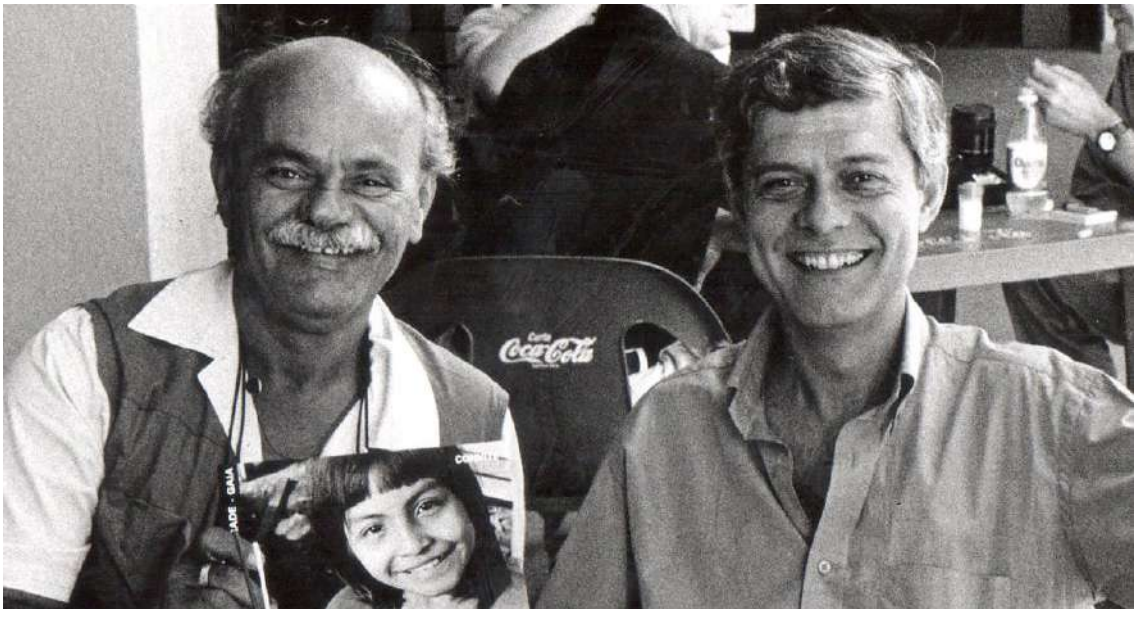
Nº 283

Convite para Leopoldo participar das festividades do Dia Internacional dos Trabalhadores em Cuba no palanque oficial - Maio 1989.

Leopoldo e Emir – 1º de maio de 1989. Praça da Revolução(Havana)

Leopoldo em Havana com o Comandante Manoel Piñero e os menbros do PSB: Ademir de Andrade, Abigail Feitosa, Jorge Ferreira, Ronaldo Lessa, entre outros.

Leopoldo toca e canta em ato contra a guerra do Iraque - Ribeirão Preto



Carvalho e Leopoldo no Fórum Social Mundial - Porto Alegre

Cléia Moraes, mãe da revolucionária Sônia Maria, Aida Martoni de Almeida, mãe do revolucionário José Roberto Arantes de Almeida e Leopoldo em Ato em Homenagem aos Revolucionários Assassinados e Desaparecidos realizado por Leopoldo, quando vereador na Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

Leopoldo discursa Brasília, no 1º Seminário de Anistiados Políticos do Brasil
15 e 16 Ago/2007

Marietto

LEOPOLDO PAULINO *

Na segunda à noite encontrei casualmente o companheiro Caixe e ele deu a notícia da morte de José Marietto.

Parte da noite passei em claro, lembrando-me do velho militante comunista, da figura do revolucionário que desde criança aprendi a admirar. Marietto foi meu vizinho na rua Henrique Dumont e desde pequeno me habituei a ouvir suas preleções em defesa do socialismo. Na pré-adolescência, quando comparecia com meu pai à sede da UGT, em várias oportunidades o vi em ação, falando de forma inflamada para conscientizar os trabalhadores de Ribeirão Preto.

Em 1966, ingressando no PCB, tive a oportunidade de conhecer de perto suas qualidades de dirigente comunista local, sobretudo pela humildade e firmeza de propósitos. Antes de que "Che" o dissesse, Marietto sabia endurecer sem perder a ternura.

No final da década de 60, militei com ele na ALN, organização à qual ele se dedicou com

Marietto sempre foi para mim um exemplo. Nas vezes em que caiu nas garras dos esbirros da repressão, sempre se portou com a dignidade e mesmo diante das piores torturas jamais forneceu nenhuma informação aos inimigos do povo.

Quando em Ribeirão Preto, em 1969, fomos cercados pela repressão, embora procurado pela ditadura, conseguiu fugir com a família, mantendo-se na clandestinidade até anistia. Quando os sanguinários agentes da ditadura invadiram sua casa e não encontraram ninguém, fuzilaram os dois cachorros da família, como forma de não deixar dúvidas sobre sua perversidade.

Acordei na terça-feira e telefonei para sua filha Nanci, que vive em Roma, e pude saber um pouco mais sobre a morte do velho combatente.

No mesmo dia , recebi carta de seu filho Norival, correspondência que só tive coragem de ler dois dias depois.

Ontem à noite fui assistir ao filme "o Último Samurai", que me impressionou pela narrativa e da película o suicídio do herói japonês me fez voltar o pensamento a Marietto. Foi muito chocante saber que ele se suicidou em Bragança Paulista, no último dia 21 de janeiro.

Nas cenas finais do filme, quando o oficial americano entrega a espada do herói morto ao Imperador do Japão, escuta do mesmo a pergunta: "Como foi que ele morreu?".

A resposta do convertido samurai não faz por menos: "Prefiro contar como ele viveu", Marietto.

Eu que perguntei ao Caixe e à Nanci sobre como se dera sua morte já não tenho mais interesse em nenhum detalhe.

Que bom que tenha citado você em meu livro em cujo lançamento eu te vi pela última vez.

Que bom que você tenha aceito gravar seu depoimento para o filme "Tempo de Resistência". Que bom que eu tenha sido o primeiro a começar a contar COMO VOCÊ VIVEU.

***VEREADOR, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE**

Artigo escrito por Leopoldo em homenagem a José Marietto

(Jornal Verdade – 07/02/2004)

Leopoldo e Nanci Marietto na via Apia – Roma - (março/2004)

Denise Crispim, Leopoldo e Emir no Coliseu – Roma - (fevereiro/2004)

Alexandre, Ernesto e Leopoldo Paulino em apresentação no Barmania Ribeirão Preto

Leopoldo recebe em sua casa em Ribeirão Preto o músico Johnny Alf

Leopoldo e Giba do Pandeiro, Feira de Mangaio, Esplanada Theatro Pedro II - Ribeirão Preto.

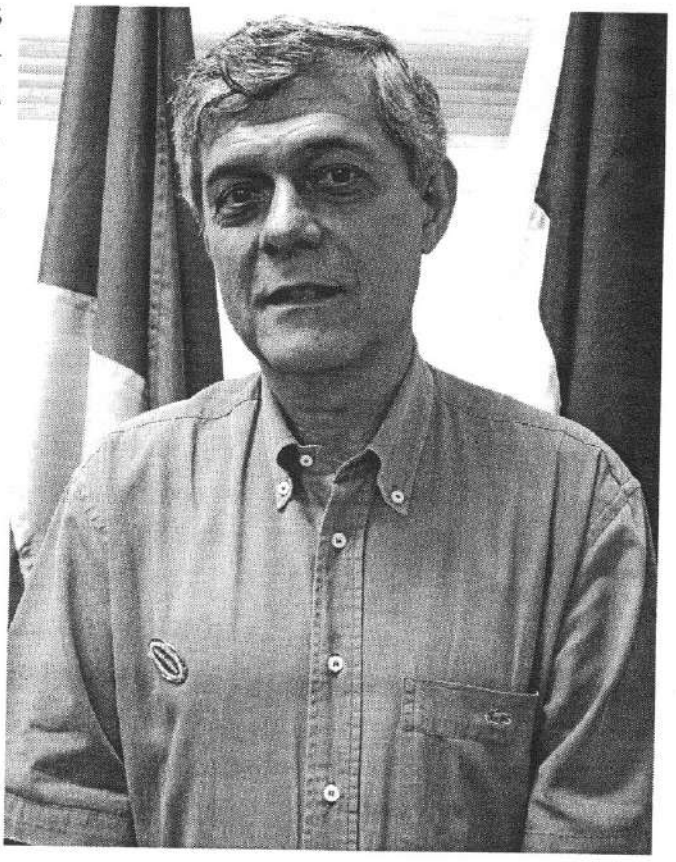
Vereador revoga lei que dá nome de rua a torturador

O vereador e presidente da Câmara Municipal, Leopoldo Paulino, conseguiu revogar a lei 6.607, de 26 de março de 1993, que denomina nome de rua "Dr. Salim Nicolau Mina", em Ribeirão Preto. Segundo ele, Mina era um dos torturadores de presos políticos conhecidos na cidade.

A revogação é uma atitude política que ajuda impedir que torturadores sejam homenageados. "Eles nada contribuíram para a democratização do país. É importante que a população ribeirão-pretana tome conhecimento do fato", acentua Paulino.

O torturador Mina nasceu em São Simão em 1931. Veio para Ribeirão Preto em 1969, na função de delegado de polícia. Atuou como repressor durante vários anos. Morreu 1990. Em 1991, já havia sido apresentado um projeto na Câmara Municipal denominando rua com seu nome, de autoria do então vereador Fernando Magnani.

Após dois anos, o projeto virou lei. A homenagem, no entanto, não foi consolidada e, agora, pessoas que lutavam em prol do movimento democrático nos anos 60 e 70 comemoram a revogação, também favorável pelos membros da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal.



A comissão entende que o conteúdo legislativo de Leopoldo Paulino se infere do artigo 30 da Constituição Federal e artigos

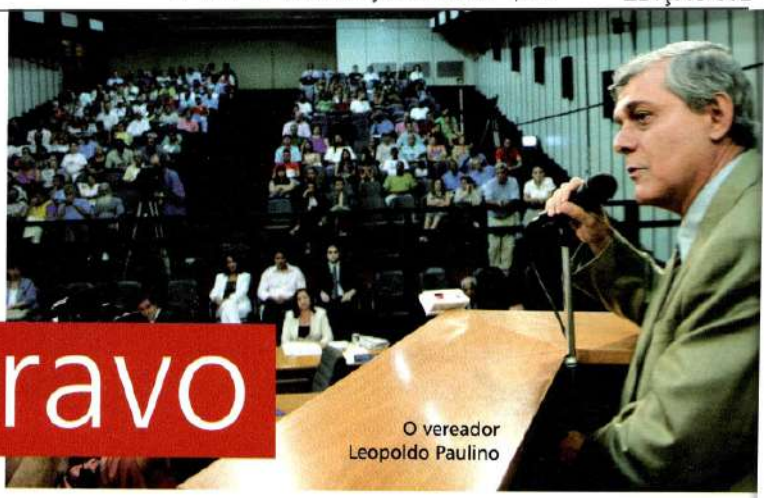
cípio. "No mérito, entendemos que a propositura encontra-se bem articulada e juridicamente em ordem, de acordo com a boa técnica de elaboração legislativa", argumentam os membros da

Jornal "Enfim!" 22/02/2008

Nº 10 / 07 DE MARÇO DE 2008 - p.20 EDIÇÃO 392

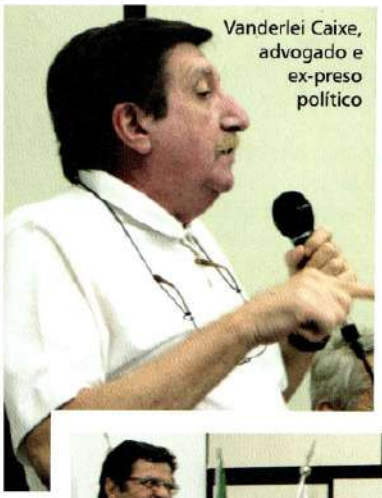
política

Ato de desagravo



O vereador Leopoldo Paulino

Ex-presos e perseguidos políticos de várias partes do país estiveram na Câmara de Vereadores, no dia 28 de fevereiro, participando de um ato de desagravo ao vereador Leopoldo Paulino. O vereador revogou o nome de uma rua de um delegado que, segundo Paulino, esteve envolvido com a tortura. O vereador afirma que foi ofendido por delegados aposentados



Vanderlei Caixe, advogado e ex-preso político

Foto: Tatiana Junqueira

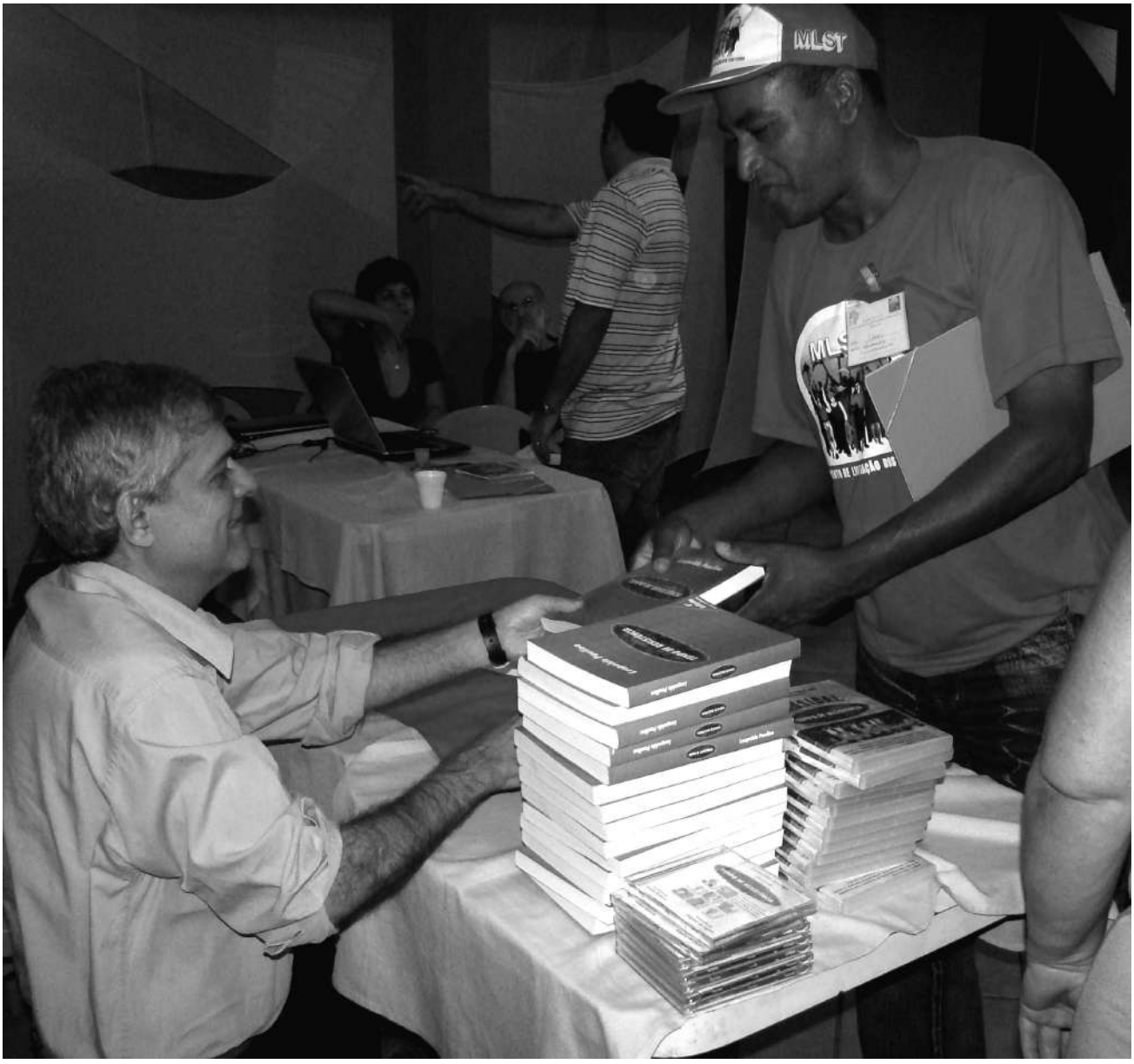
Marcos Praxedes, líder regional do MLST

Saulo Gomes, jornalista, e sua mulher Edna

Foto: Juliana Matthes

Antônio Pedroso Junior, Rafael Martinelli, presidente regional do Fórum Permanente dos Ex- presos Políticos do Estado de São Paulo, Antônio Martins Rodrigues, Jano Ribeiro, Luiz Gonzaga Dantas, Francisco Ferreira de Oliveira, Darcy Rodrigues, José Paiva, Ivan Seixas, Maurice Politi e Patrocinio Henrique dos Santos

Revista Revide 07/03/2008 p.20



Leopoldo autografa livro "Tempo de Resistência" em encontro do MLST /2008

Leopoldo contempla o painel em homenagem aos estudantes presos no XXX Congresso da UNE, Memorial da Resistência, 10/10/2008

Leopoldo e Ernesto em Sessão da Comissão de Anistia em Homenagem ao Dia Internacional da Mulher, Brasília, 06/03/2009

Roberto Ferreira, filho de Joaquim Câmara Ferreira e Leopoldo na inauguração da sala de Inclusão Digital em homenagem a Toledo.

Leopoldo e Darcy Rodrigues na inauguração da sala "Rubens Paiva"

Leopoldo Paulino e Ministro Paulo Vanuchui.

O revolucionário Patrocíneo Henrique dos Santos em visita à Exposição "Direito à memória e à Verdade – a ditadura no Brasil 1964-1985",

Exposição "Direito à memória e à Verdade – a ditadura no Brasil 1964-1985", Novo Shopping, em Ribeirão Preto.

redacao@enfim.com.br

Enfim

Fotografias expõem a ditadura no Brasil

Acontece neste mês de setembro a exposição fotográfica "Direito à Memória e à Verdade – a Ditadura no Brasil". A exposição, montada na praça de eventos do Novo Shopping permanecerá aberta ao público até o dia 28.

A mostra fotográfica, resultado de uma parceria da Câmara Municipal com a Secretária Especial de Direitos Humanos e apoio do Novo Shopping, lembra os 29 anos da promulgação da Lei da Anistia. A exposição recupera a memória do golpe que mergulhou o país numa ditadura de 21 anos. Com imagens que vão do culto ecumênico realizado na Catedral de São Paulo pela morte do jornalista Wladimir Herzog (considerado a primeira mobilização pública contra o AI-5) ao comício da campanha "Diretas Já" na mesma Praça da Sé

A mostra apresenta ao todo cerca de 160 imagens, organizadas cronologicamente em painéis de 2 metros de altura. Exposta pela primeira vez na Câmara dos Deputados, "Direto à Memória e à Verdade – A Ditadura no Brasil" já passou pelo Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, Goiânia, Salvador, Belém, Recife, Porto Alegre, Florianópolis, Santa Maria, Brasília e Argentina.

Serviço

Exposição: "Direito à Memória e à Verdade – a Ditadura no Brasil"
Data: de 5 a 28 de setembro
Local: Praça de Eventos do Novo Shopping

Tribuna

Ministro abre exposição sobre 'anos de chumbo'

Paulo Vannuchi estará em Ribeirão Preto nesta sexta-feira (5) para a abertura oficial da exposição fotográfica Direito à memória e à verdade – a ditadura no Brasil

Foto: Sérgio Massoni/Tribuna

Anos de chumbo: a exposição recupera a memória do golpe que mergulhou o país numa ditadura de 21 anos

O ministro-chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, estará em Ribeirão Preto nesta sexta-feira, 5 de setembro, para a abertura oficial da exposição fotográfica *Direito à memória e à verdade – a ditadura no Brasil*. A exposição, montada na praça de eventos do Novo Shopping, permanecerá aberta ao público até o dia 28, e será inaugurada oficialmente pelo ministro às 15 horas de amanhã.

A mostra fotográfica, resultado de uma parceria da Câmara de Ribeirão Pretop com a Secretária Especial de Direitos Humanos e apoio do Novo Shopping, lembra os 29 anos da promulgação da Lei da Anistia. A exposição recupera a memória do golpe que mergulhou o país numa ditadura de 21 anos. Com imagens que vão do culto ecumênico realizado na Catedral de São Paulo pela morte do jornalista Wladimir Herzog (considerado a primeira mobilização pública contra o AI-5) ao comício da campanha *Diretas Já* na mesma Praça da Sé.

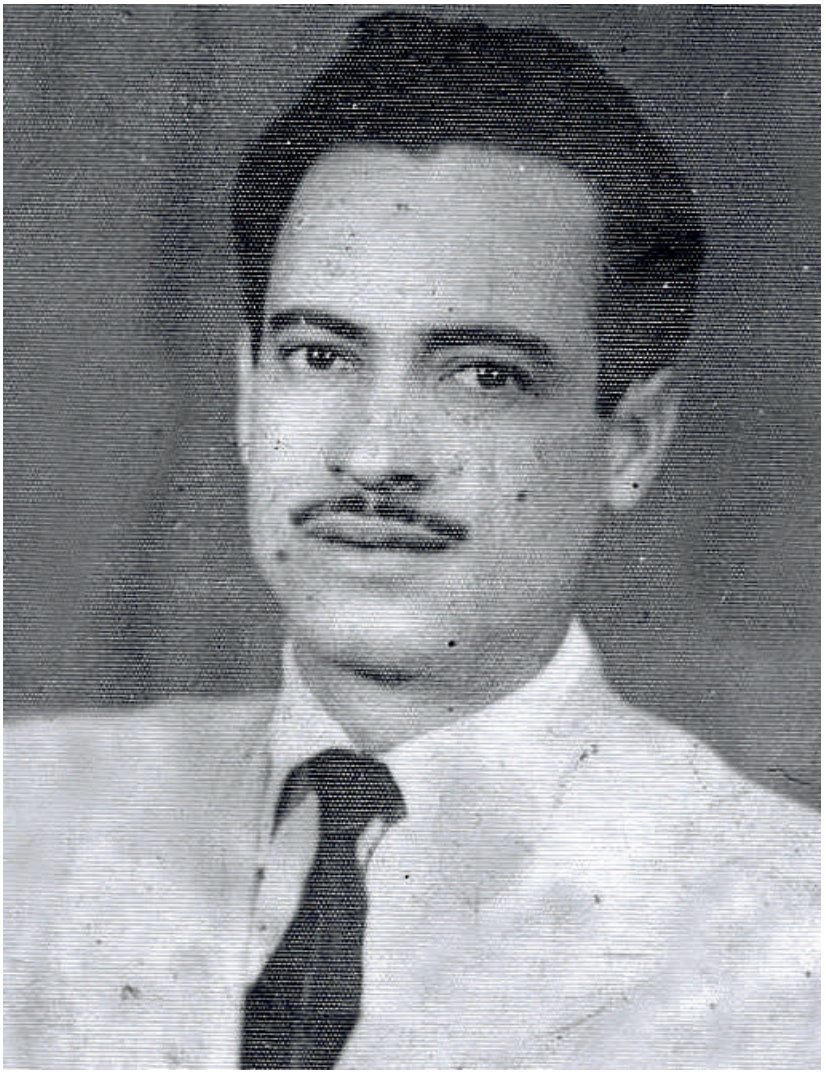
A mostra fotográfica no Novo Shopping lembra os 29 anos da promulgação da Lei da Anistia

Quando a Lei da Anistia foi promulgada, em 28 de junho de 1979, cerca de 15 mil brasileiros haviam perdido seus empregos por perseguição política, outros 15 mil tinham sido expulsos ou exilados do país, 774 parlamentares tiveram os mandatos cassados e um número até hoje controverso de pessoas tinha morrido por ação direta ou indireta dos agentes da ditadura.

A mostra apresenta ao todo cerca de 160 imagens, organizadas cronologicamente em painéis de dois metros de altura. Exposta pela primeira vez na Câmara dos Deputados, *Direto à memória e à verdade – a ditadura no Brasil* já passou pelo Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, Goiânia, Salvador, Belém, Recife, Porto Alegre, Florianópolis, Santa Maria, Brasília e Argentina.

Cerimônia de Casamento de Leopoldo e Rose
Ribeirão Preto, 20 de Dezembro de 2008.

Fotos: Carol Carreira



José Moreira,
pai de Rose

Revide 13/02/2009 - Atendendo a convite de Leopoldo, o Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Dr. Paulo Abrão, realiza debate sobre Anistia, na Câmara Municipal de Ribeirão Preto

"Revide"28/08/2009

Leopoldo é convidado especial em debate na Associação Juízes Pela Democracia. São Paulo, 15 de outubro de 2009

Leopoldo Paulino

O dia 3 de Maio me surpreende com a morte do patriota Augusto Boal.

Longe do Rio, obviamente estava impossibilitado de ir à cerimônia de despedida, que segundo os jornais aconteceria dentro de poucas horas.

Passei a me lembrar de sua História, sempre coerente, colocando sua arte a serviço dos oprimidos até o fim de sua vida e com decisiva participação na luta contra a ditadura militar.

Preso e torturado pelos militares, Boal, como milhares de brasileiros, consegue ir para o exílio e, como quase todos nós, inicia uma peregrinação por vários países que de uma forma ou de outra nos acolhiam.

Conheci-o no início de 1974, na Argentina, país ao qual me dirigi quando consegui fugir do inferno pinochetista, após uma breve passagem pelo Panamá.

Boal procurou-me em Buenos Aires, no "aparelhão" onde vivia, com dezenas de exilados latino-americanos, à rua Combate de Los Pozos, na verdade um hospital desocupado e em reformas, onde o governos peronista nos "alojou".

Conversamos e Boal me disse que embora tivesse consciência da nossa transitoriedade em Buenos Aires, era preciso não descansar na nossa militância também por meio da arte e me fez a proposta de organizar um show de denúncia contra a ditadura militar brasileira.

Assim, Boal foi procurando alguns músicos brasileiros exilados em Buenos Aires. Eu já atuava tocando na noite profissionalmente, naquela cidade, com Edu na percussão e Márcia Savaget, cantora. Ambos concordaram com a proposta de Boal e juntaram-se ainda ao grupo José Luis e Maria Alice Sabóia, Raul e Gaúcho.

Passamos aos ensaios e Boal escreveu os textos vigorosos do musical, denunciando as violências dos militares brasileiros no poder e partiu dele a idéia de batizarmos o grupo de "Caldo de Cana".

Finalmente, ainda no primeiro semestre de 74, apresentamos o "Cancion del Exílio" no Teatro Latino, situado na esquina das Ruas Cochabamba com Defensa, por três noites seguidas, sexta, sábado e domingo, nós, interpretando as músicas e Boal lendo seus textos com a voz firme de ator revolucionário.

Em julho do mesmo ano deixei a Argentina, conforme narro em meu livro "Tempo de Resistência" e nunca mais me encontrei com Augusto Boal, embora sempre acompanhasse as notícias sobre sua militância.

o Diário
de Ribeirão Preto
Editora Costábile Romano Ltda.

EXPEDIENTE

Direção, administração e oficinas:
Rua Américo Brasiliense, 140
Caixa Postal 53. **CEP** 14.015.050 -
Redação: Rua Américo Brasiliense, 140
Fone: 0xx16-3941-4414
- Email: diarioribeirao@netsite.com.br
Departamento Comercial:
Rua Américo Brasiliense, 140.
Representante:
Pereira de Souza e Cia. Rua Araújo, 70, 7º andar,
Fone: (011) 259-6111, São Paulo
Diretor: Jubayr Ubyrantan Bispo
Jornalista Responsável: Mônica Ubyrantan Bispo - MTB 25.469
www.odiarioribeirao.com

Preço venda avulsa
Terça a sábado R$ 1,00
Domingo R$ 1,50
Assinatura anual - praça: R$ 250,00

A triste notícia de sua definitiva viagem não pode deixar de trazer-me à memória nossa breve convivência e a grande oportunidade que tive de participar daquele musical engajado sob a direção do grande brasileiro Augusto Boal.

A ele sempre minhas Saudações Revolucionárias!

Leopoldo Paulino

Escritor, Músico, Advogado, Diretor do Fórum dos Ex-presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, foi militante

Homenagem a Carlos Marighella, São Paulo, 04/11/2009.
Na foto: Leopoldo Paulino e de branco Carlos Augusto Marighella.

Cerimônia de entrega de título de "Cidadão da Cidade de São Paulo, pos-mortem"
a Carlos Marighella, 04/11/2009

Alexandre, Leopoldo, Ernesto e Tico no aniversário de 60 anos de Leopoldo
11 de Junho de 2010

Ernesto e Luísa, Leopoldo, Alexandre e Valentina
no aniversário de 69 anos de Leopoldo, 11 de Junho de 2019.

Ana Carolina
e Leopoldo,
1988.

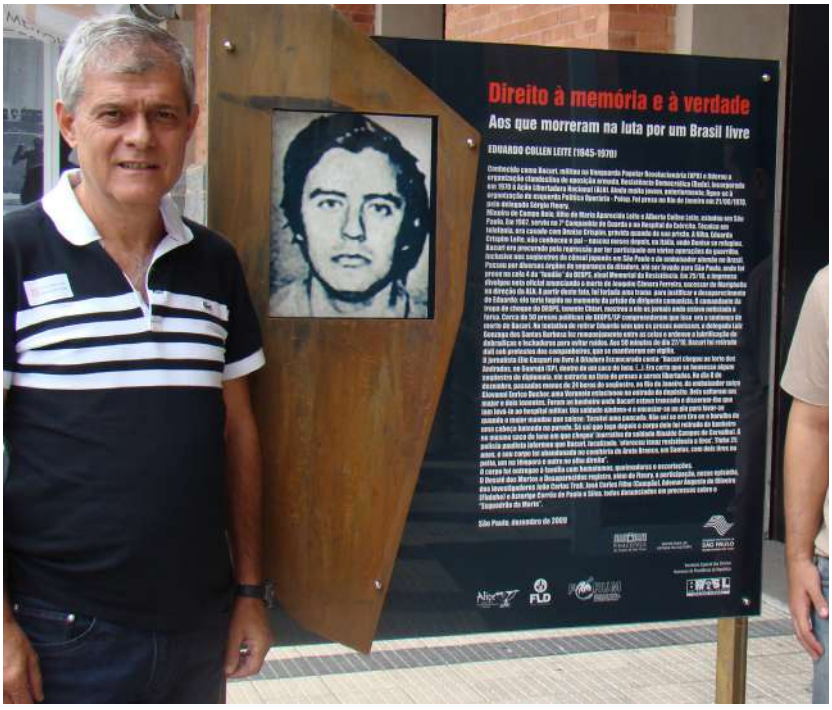
Ana Carolina em desfile na cidade
de Santa Rita do Passa Quatro.

Raul, Tico e Débora

Alexandre, sua mulher Isabella
e Valentina

Sabrina, Isabella, Leopoldo e Fernanda

Isabela, Luísa, Ernesto, Vinícius, Leopoldo e Carolina.



Ato em Homenagem a Eduardo Leite, o Bacuri, Memorial da Resistência, 05/12/2009

Leopoldo, com seu filho Carlos Eduardo e sua nora Sabrina na Homenagem a Eduardo Leite, o Bacuri, Memorial da Resistência, 05/12/2009

Jornal O Diário 06/05/2009

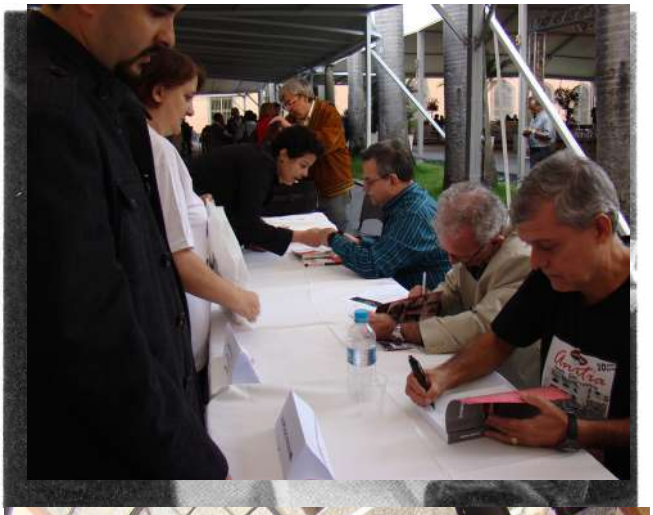
Leopoldo participa de reunião do Grupo de Estudos de Direitos Humanos coordenado pelo professor Nuno Coelho Direito /USP Ribeirão Preto, outubro de 2009.

revide vip

ANO 23
EDIÇÃO 469
Nº 35 | 28 DE AGOSTO DE 2009
TIRAGEM 43.000 EXEMPLARES

Participação literária

O encontro que comemorou os 30 anos da Lei da Anistia no Brasil, realizado dia 22 de agosto, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, reuniu aproximadamente 300 pessoas que, de alguma forma, estiveram envolvidas com o processo de redemocratização do país. Vinte autores que abordaram em suas obras a resistência à ditadura militar foram convidados oficiais do Ministério da Justiça a participar de uma sessão de autógrafos durante a programação. O ribeirãopretano **Leopoldo Paulino** esteve presente com seu livro "Tempo de Resistência", que já está na 7ª edição.



Revide

Leopoldo com o Comandante Clemente e sua companheira Maria Cláudia, no evento de comemoração dos 30 anos da Lei da Anistia. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2009.

Dr. Paulo Abrão autografa livro para Leopoldo. Na comemoração dos 30 anos da Lei da Anistiaeu. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2009.

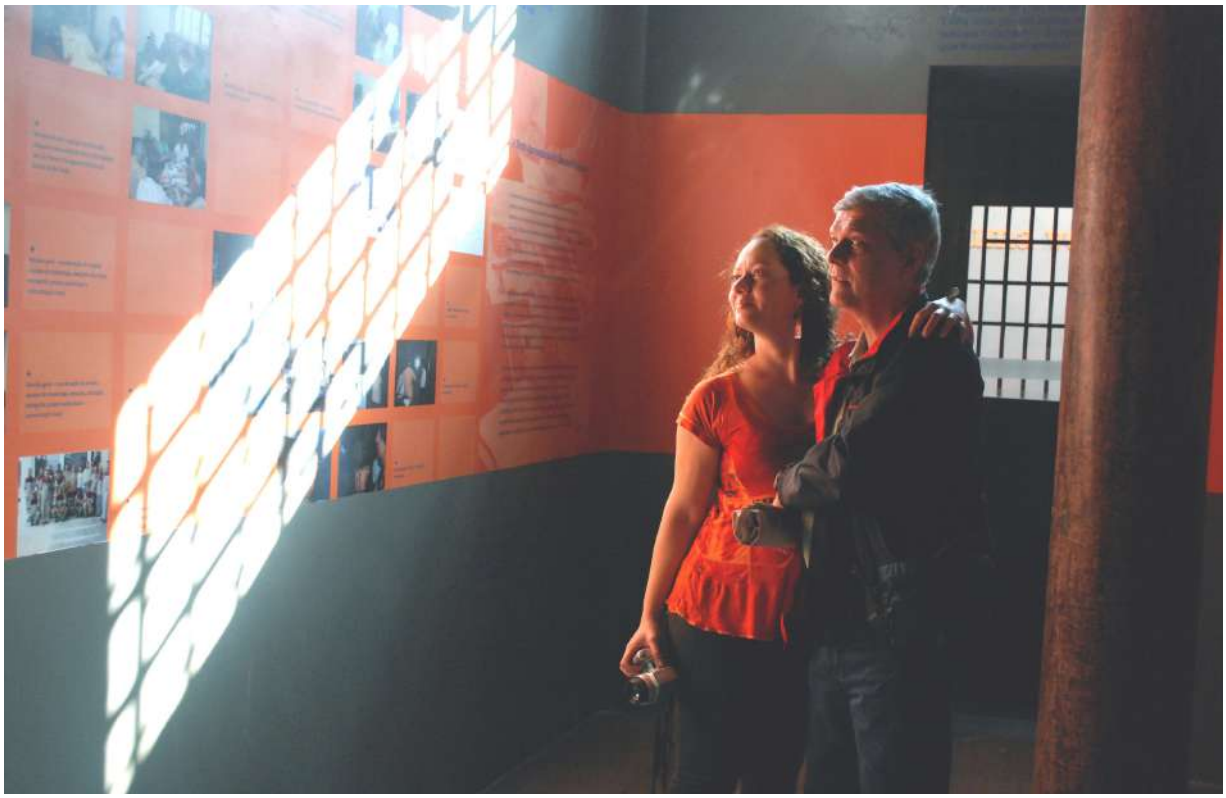
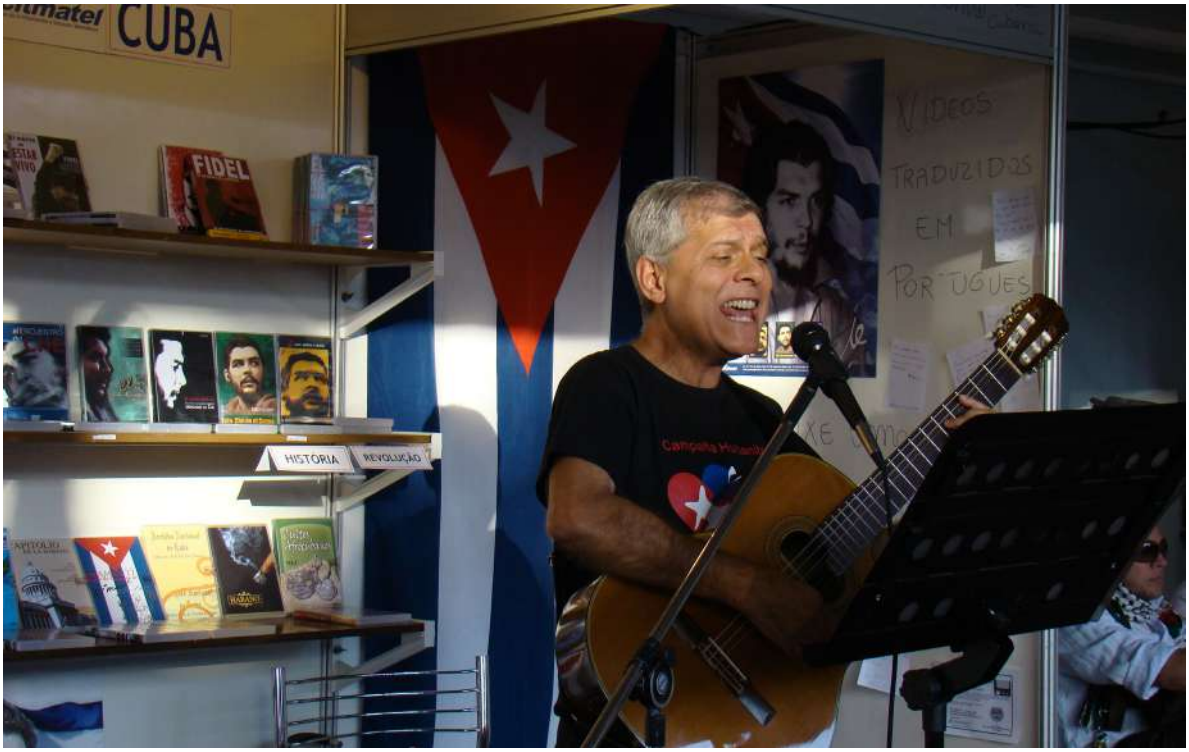


Foto: Carol Carreira

Leopoldo e Rose no Memorial da Resistência, Julho de 2010



Leopoldo toca em stand de Cuba na Feira do Livro de Ribeirão Preto, 16/06/2010.

TEMPO DE RESISTÊNCIA

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DOUTORES PROCURADORES DA REPÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA FÁVERO

MARLON ALBERTO WEICHERT

LEOPOLDO PAULINO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Ribeirão Preto, diretor do Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado São Paulo, vem, respeitosamente, expor e requerer o que abaixo segue:

- No dia 02 de fevereiro de 2008, o acaso me colocou frente a frente com o sargento Dilson, agente da repressão durante a ditadura militar, episódio que relato na 7ª edição de meu livro "Tempo de Resistência", páginas 357/360, conforme cópia anexa;

- Conforme se pode observar no texto anexo, sargento Dilson participou da terrível repressão que aconteceu no ano de 1969 em Ribeirão Preto, quando centenas de militantes foram presos e barbaramente torturados;

- Segundo suas próprias palavras, Dilson foi deslocado depois para a região do Araguaia, onde participou da repressão à guerrilha, repressão essa cuja ferocidade hoje o mundo inteiro conhece.

- Pelo exposto, vem requerer a Vossa Excelência seja investigada a atuação do sargento Dilson nesses lamentáveis fatos da história de nosso país, sendo certo que os dados expostos no texto do livro são suficientes para que aquele agente da repressão seja devidamente identificado e responsabilizado por sua participação nas ações repressivas, sobretudo nesse momento em que se desnudam os métodos utilizados pelas Forças Armadas brasileira naquele episódio.

Ribeirão Preto, 24 de junho de 2009.

LEOPOLDO PAULINO
Diretor do Fórum
dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos
do Estado São Paulo e Advogado

Representação contra o Sargento Dilson, 2009.

Diário da Justiça

Nº 242, sexta-feira, 18 de dezembro de 2009

PORTARIA PRM/RP/TC/CD Nº 29, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2009

O Procurador da República em Ribeirão Preto ao final assinado, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal, e pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, regulamentado pela Resolução 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e também pela Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda,

Considerando que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa do patrimônio público e social, da ordem jurídica e dos interesses difusos e coletivos, na forma do disposto nos artigos 127 e 129, da Constituição Federal, e artigo 5º, incisos I e III, alínea "b", da Lei Complementar n.º 75/93;

Considerando que o Ministério Público Federal tem legitimidade, portanto, para promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social e outros interesses difusos, entre eles, o respeito aos princípios constitucionais que regem a administração pública (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, e artigo 5º, inciso I, alínea "h", da Lei Complementar nº 75/93);

Considerando que as Peças Informativas nº 1.34.010.000386/2009-43, oriundas de representação feita pelo cidadão Leopoldo Paulino, foram instauradas com o escopo de apurar eventual responsabilidade em ações repressivas no período da ditadura em Ribeirão Preto/SP;

Considerando, por fim, que diligências foram feitas e que há imperiosa necessidade de continuação da averiguação das irregularidades e conveniência de que a instrução se dê no bojo de inquérito civil; resolve:

(I) Instaurar, nos termos dos artigos 2º, *caput*, inciso I, e 4º, *caput*, inciso II, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e do art. 4º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, o presente INQUÉRITO CIVIL, a fim de se colherem maiores informações sobre *eventual responsabilidade em ações repressivas no período da ditadura em Ribeirão Preto/SP;*

(II) Comunique-se a instauração deste inquérito à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (art. 6º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF), remetendo-lhe cópia da respectiva Portaria e solicitando a sua publicação na Imprensa Oficial;

(III) Determinar a realização das seguintes diligências preliminares:

-diante da urgência que o caso requer e em caráter excepcional, que essa Assessoria promova as alterações necessárias no Sistema ARP, bem como a substituição da etiqueta fixada à capa do feito, convertendo-o em Inquérito Civil;

-após, verificar eventuais pendências e se já vieram as respostas a todos os expedientes remetidos;

-realizar análise minuciosa dos documentos amealhados, juntando-se posterior relatório e abrindo-se conclusão;

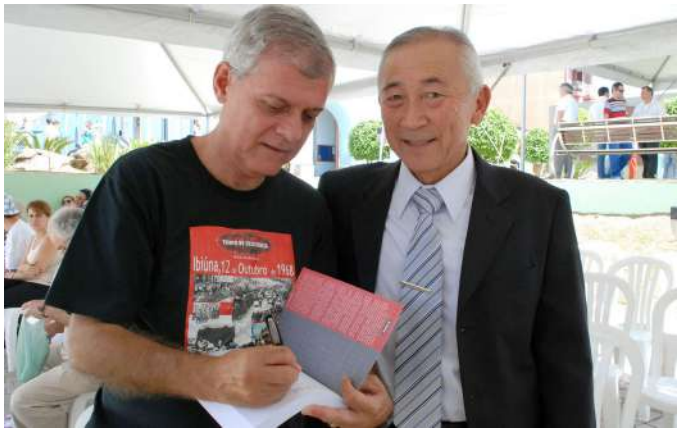
(IV) Determinar o prazo inicial de um ano, a contar da presente data, para a finalização do presente inquérito civil.

Ribeirão Preto, 02 de dezembro de 2009.

CARLOS ROBERTO DIOGO GARCIA
Procurador da República

› digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Leopoldo e companheiros do Fórum dos Ex-presos e Perseguidos Políticos de São Paulo na inauguração do Monumento em Homenagem aos Estudantes Presos no XXX Congresso da UNE em Ibiúna, 20/03/2010.



Leopoldo autografa o livro "Tempo de Resistência" para o prefeito da cidade de Ibiuna,Coiti Muramatsu, na inauguração do Monumento em Homenagem aos Estudantes Presos no XXX Congresso da UNE. Ibiúna, 20/03/2010.

Cerimônia em homenagem aos estudantes presos no XXX Congresso da UNE. Ibiúna, 12/10/2010.

Leopoldo em Ato contra a decisão do STF em anistiar os torturadores. São Paulo, 18/05/2010

Leopoldo em manifestação em frente ao Fórum João Mendes, em São Paulo, onde aconteceu a audiência, na 20.ª Vara Cível, das testemunhas arroladas pela família do revolucionário Luiz Eduardo Merlino contra o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra.

São Paulo 27/07/2011

Leopoldo e Pedro Batista fazem lançamentos de seus livros na Estação da Cidadania em Santos, evento organizado por Célio Nori, diretor do Sesc - 26/02/2011.

Leopoldo, Nanci Marietto e Pedro Batista - 26/2/2011.

Carlos Augusto Marighella, Leopoldo Paulino, Rose Nogueira e outros companheiros carregam a "Bandeira das Liberdades Democráticas" que reúne a marca das diversas organizações que apóiam as Caravanas da Anistia, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes. São Paulo, 04/02/2010

Exmos. Srs. Integrantes da Comissão Nacional da Verdade

Leopoldo Paulino (Carlos Leopoldo Teixeira Paulino), brasileiro, músico profissional e advogado, vem, respeitosamente, expor para depois requerer o que o abaixo segue:

- É autor do livro "Tempo de Resistência", lançado em dezembro de 1998 e hoje em sua 9ª. Edição;

- Na citada obra, ora anexada, existem relatos de fatos relevantes para análise da Comissão, evidenciando a participação e agentes repressivos e colaboradores da ditadura militar que usurpou o poder em nosso país durante 21 anos;

- Assim, nas páginas 195/201 e 209/210 do livro, são citados os agentes da ditadura que agiram como torturadores de presos políticos e/ou efetuaram prisões ilegais;

- nas páginas 161/162 e 187/194 é noticiada a participação de advogados que agiram como colaboradores da repressão na região de Ribeirão Preto;

- Nas páginas 391/394 e 433 é noticiada a participação do então Sargento do Exército Dilson Luís Salles (Rua. August Sant. Hílare s/n – bairro Manguinhos Serra – ES) na repressão em Ribeirão Preto e à guerrilha do Araguaia.

Assim, anexando documentos, vem requerer sejam os fatos ora relatados objeto de ampla investigação por parte desta ilustre Comissão, a fim de que a História de nosso país seja por todos conhecida.

Ribeirão Preto, 29 de junho de 2012.

Leopoldo Paulino

Rose, Leopoldo, Edie Frey e Marta, no lançamento do livro "Tempos de Diatadura" de Edie Frey, Catanduva, 29/05/2010.

SUPLEMENTO ESPECIAL DOSSIÊ DITADURA

DIÁRIO DA REGIÃO

Comunista desde cedo

Tácito Ribeiro da Costa conheceu o marxismo muito jovem. Aos 12 anos, voltava da escola em Ribeirão Preto, onde morava, e parou em uma sapataria. Notou um homem lendo "O Capital", célebre livro de Marx. Pediu emprestado e devorou a obra em menos de uma semana. "Foi paixão à primeira vista", brinca.

Dois anos depois, Costa já participava de encontros do PCB no teatro da diocese de Ribeirão. Cada um se tratava por apelidos, para evitar delações e espionagem. O dele era Cangribrina, homenagem à bebida de que mais gostava, mistura de cachaça com limão e sal. Em 1964, o advogado soube do golpe militar com um dia de antecedência, e tratou de agir: colocou no carro a mulher, os três filhos pequenos, roupas e uma TV e zarpou para Ariranha, cidade próxima a Catanduva onde o sogro dele tinha um sítio. Deixou a família lá e pegou a estrada novamente no mesmo dia. Percorreu as regiões de Assis, Presidente Prudente e o norte do Paraná distribuindo dinheiro do próprio bolso para famílias de integrantes do Partidão que haviam fugido da polícia. Enquanto isso, a sogra tratou de queimar os livros dele com autógrafos de Luís Carlos Prestes e Agostinho Neto. Só voltou a Ariranha oito meses depois, quando, segundo ele, "a poeira baixou".

Mudou-se para Fernando Prestes, e em seguida para Catanduva, em 1968. Conheceu Frey, montaram um escritório de advocacia trabalhista. E retomou as atividades clandestinas do PCB.

Com a abertura do regime, Costa organizou o primeiro diretório do PT em Catanduva, em 1980, mas nunca se filiou ao partido. Gostava mesmo era do Partidão de Prestes e Jorge Amado. Até há pouco tempo preservava no escritório uma caricatura de parede inteira de Che Guevara. "Eu me orgulho da minha história. Valeu cada minuto de tensão." **(AA)**

Diário da Região 8/07/2012.

Leopoldo em encontro dos 40 anos da libertação dos 70 revolucionários brasileiros pela ação realizada pela VPR do sequestro do Embaixador Suiço Giovani Bucher - janeiro/2011

Ubiratan Vatutin (Bira), Aluizio Palmar e Leopoldo Paulino

Leopoldo, João Carlos Bona Garcia (Bona) e Jean Marc

Leopoldo discursa na 5a. Convenção Paulista de Solidariedade a Cuba. Maio/2012

Debate no Coletivo Cultural Colombina, em Taquaritinga - SP, sobre a Resistência Armada contra a ditadura militar. Debatedores: revolucionário Francisco Carlos de Andrade, coordenador do Coletivo Evandro Camargo e os revolucionários Leopoldo Paulino, José Mauro Gagliardi e Luis Eduardo Curt. 26 de Agosto/2012

Leopoldo é convidado a fazer uso da palavra na isntalação da Comissão da Verdade - OAB São Paulo, 7 de Agosto de 2013.

Ações de esculacho realizadas pelo grupo Levante /2012

Saulo Gomes, Feres Sabino e Leopoldo sessão da Comissão da Verdade - OAB Ribeirão Preto 31/07/15

República Federativa do Brasil
Ministério da Justiça
Comissão de Anistia

Certificado

Certificamos que **CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO**
é Anistiado(a) Político(a) do Brasil, nos termos da lei 10.559, de 13 de novembro de 2002.

O Estado brasileiro reconhece seu direito de resistência contra o regime autoritário e em prol da luta pelo restabelecimento das liberdades públicas e da democracia.

Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.

Brasília, 15 de Junho de 2013

José Eduardo Cardozo
Ministro da Justiça

Paulo Abrão
Presidente da Comissão de Anistia

Certificado de Anistiado Político

Helenira

Camilo

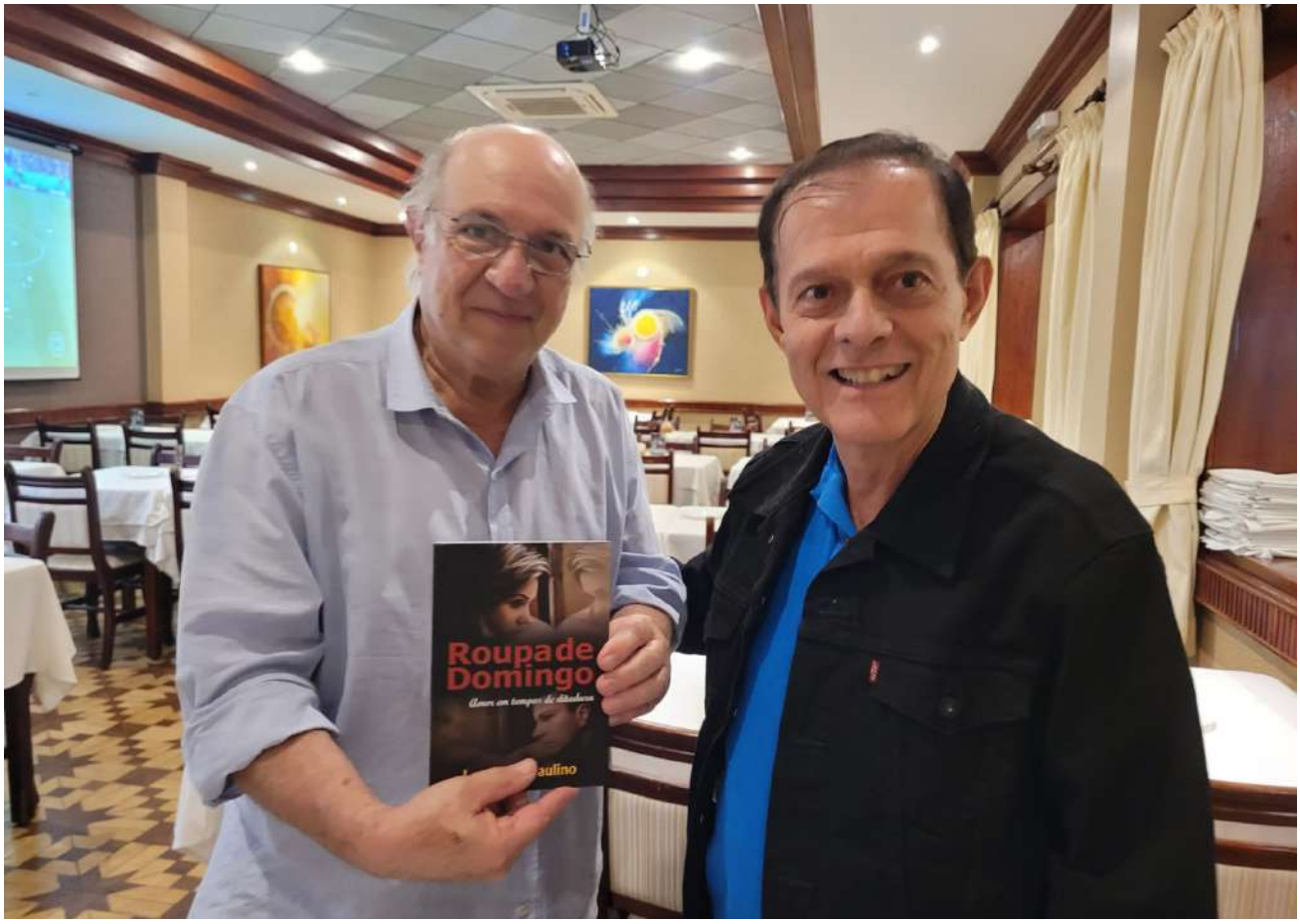
Leopoldo fala em ato do Dia Internacional do Trabalhador no Assentamento do MST - Ribeirão Preto Maio 2019

Leopoldo fala em ato do Dia Internacional do Trabalhador na Esplanada do Teatro Preto II - Ribeirão Preto Maio / 2019.

Leopoldo e Antônio Aderne, antigo companheiro de exílio no Chile, no VI Encontro de Comitês e Comissões da Verdade do Norte e Nordeste do Brasil - Salvador, set/2019

Leopoldo em brigada de venda do Jornal A VERDADE. Fevereiro/2020

Leopoldo lança livro Roupa de Domingo na 21a. Feira Internacional do Livro em Ribeirão Preto /2022



Leopoldo autografa o livro Roupa de Domingo para Paulo Vanuchi. São Paulo, novembro/2022

Ato de Filiação - PT
Ribeirão Preto, 10/02/2023

1 - José Alfredo e Leopoldo Paulino
2 - Rose Paulino, Leopoldo e Fernanda Paulino
3 - Jorge Roque e Leopoldo Paulino
4 - Rose, Matheus Soares e Leopoldo
5 - Jorge Roque, Rose Paulino e a Estrela do PT

QUARTA PARTE:

PROJETO TEMPO DE RESISTÊNCIA

I - PROJETO TEMPO DE RESISTÊNCIA

Desde os tempos da luta pela Anistia no Brasil, esporadicamente, eu costumava proferir algumas palestras em escolas sobre o período da ditadura militar, minha mãe, militante comunista e professora de Psicologia, pessoa de grande alcance político e histórico, logo que voltei à Terra, foi a principal voz incentivadora para que eu escrevesse um livro contando o meu relato sobre a luta contra a ditadura militar brasileira, ela enxergava como o livro poderia ser um importante instrumento para contar a História do nosso país, muito embora ela tenha chegado a insistir, propondo que eu gravasse todas as minhas memórias da resistência para que ela escrevesse o livro, demorei anos para escrever, creio que por não me sentir então preparado para a tarefa e mesmo por não ter a visão que ela possuía da importância e do alcance da obra.

Depois que lancei o livro, em dezembro de 1998, ampliei consideravelmente o número de palestras e debates e inclusive em outras cidades além de Ribeirão Preto.

Os seminários e debates com estudantes, professores, desde o nono ano do ensino fundamental, passando pelo ensino médio, até o superior e diversos outros públicos, foram sendo sistematizados e nascia o Projeto Cultural Tempo de Resistência com o objetivo de incentivar a leitura e alertar a população, sobretudo a mais jovem, sobre os fatos recentes que aconteceram em nosso país e, principalmente, contar com muito orgulho a História sobre a qual os que participaram da ditadura têm vergonha de se pronunciarem.

Documentário Tempo de Resistência

A ideia de criar um documentário veio do desejo de reunir depoimentos de outros militantes sobre a resistência à ditadura militar no Brasil. Após dois anos e meio de árduo trabalho, o Documentário "Tempo de Resistência" foi lançado em Ribeirão Preto, em novembro de 2003, no anfiteatro da Unicoc.

Brilhantemente dirigido por André Ristum, o documentário "Tempo de Resistência", com 1 hora e 55 minutos de duração, é considerado o mais completo filme a mostrar o caminho percorrido pelos militantes da luta contra a ditadura no Brasil, com a sequência cronológica precisa.

"Houve um momento em que nos sacrificamos por um ideal, na busca do bem da coletividade..." A partir do depoimento de mais de 30 pessoas diretamente envolvidas na resistência à ditadura, e impactantes imagens de arquivos, Tempo de Resistência revela a história deste longo e nebuloso período, que se estendeu por mais de 20 anos, levando conhecimento e consciência aos jovens em particular. Embalado pelas músicas de Chico Buarque, Francis Hime e Geraldo Vandré, o filme revela todo o processo do golpe militar, desde o comício do Presidente João Goulart até o final da ditadura. Aborda os reflexos da ditadura no interior do estado de São Paulo, como em Ribeirão Preto, e no interior do Brasil. Trata-se de um relato completo sobre o período da ditadura militar no país, visto e contado por quem viveu na pele as consequências da repressão e do autoritarismo, como José Dirceu, Aloysio Nunes, Franklin Martins, Leopoldo Paulino, Denize Crispim, entre outros militantes da época. (Sinopse Filme Tempo de Resistência).

A trilha sonora do filme conta com composições de grandes nomes da Música Popular Brasileira, símbolos da resistência na área artística durante a ditadura, como Chico Buarque de Holanda e Francis Hime, que cederam suas canções sem nenhum custo de direitos autorais.

O filme, que contou com a parceria da TV Cultura em sua produção, já foi exibido no Festival de Cinema de Gramado, Festival É Tudo Verdade em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre e no Canal Brasil, além de ser cada vez mais utilizado em instituições de ensino e entidades do Movimento Popular.

Concurso "Tempo de Resistência te leva para Cuba"

Em 2004, iniciamos o concurso "Tempo de Resistência te leva para Cuba". Através deste concurso mobilizamos a rede de ensino de Ribeirão Preto, o que nos permitiu levar centenas de estudantes de Ribeirão Preto para visitarem o prédio do Antigo DOPS, hoje "Memorial da Resistência", na cidade de São Paulo, bem como realizar viagens culturais a Ouro Preto, Brasília e Porto Alegre, quando da realização do Fórum Social Mundial.

Constituído por várias etapas durante o ano escolar, o concurso incentivava a leitura, participação em debates, pesquisa para responder a questionário sobre o período e uma redação como avaliação final para habilitar para grande premiação do concurso: a viagem a Cuba, em que um estudante e um professor vivenciavam uma semana na Ilha Socialista.

Musical Tempo de Resistência

Passados tantos anos de minha militância vejo como a música sempre esteve presente também como minha forma de resistência. Da experiência que tive tanto em Buenos Aires, sendo dirigido por Augusto Boal, como no Chile tocando na Peña de los Parra e também com Geraldo Vandré, veio a inspiração para criar o Musical Tempo de Resistência.

Assim, idealizei a apresentação artística utilizando as linguagens musical e cênica para relembrar os fatos que marcaram o período da luta contra a repressão, desde a crise instaurada no Brasil com a renúncia de Jânio Quadros, a posse de Jango, o golpe militar de 1964, as manifestações estudantis de 1968, o Ato Institucional Nº 5, a luta armada, a Anistia em 1979, as Diretas – Já, até o enfraquecimento e o fim da ditadura, entrelaçando esses temas com músicas de grandes talentos da Música Popular Brasileira como Chico Buarque, Paulo César Pinheiro, Maurício Tapajós, Vinícius de Moraes, Toquinho, João Bosco, Aldir Blanc, Marcos Valle, Paulo Sergio Valle e Geraldo Vandré - além de uma música cubana de Carlos Puebla em homenagem a Che Guevara. São canções que foram totais ou parcialmente censuradas durante a ditadura e que demonstram o vigor da voz da resistência.

Desde sua idealização e preparação, a estreia do Musical Tempo de Resistência levou um ano para acontecer. No dia 14 de junho de 2007, data do aniversário do Che, lançamos o Musical "Tempo de Resistência" no Teatro Municipal de Ribeirão Preto. Desde então, temos apresentado o espetáculo em teatros, clubes e escolas. Nossa apoteose foi a apresentação do Musical no dia 14 de dezembro de 2007, no Teatro da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, antiga Escola Caetano de Campos, quando encerramos com o Musical o Congresso dos Ex-presos políticos.

Acompanhando por seis músicos, as canções são interpretadas por mim, bem como fui responsável pelos arranjos e direção musical da apresentação. Com duração original de uma hora, o Musical Tempo de Resistência, para a interpretação do texto contou com a direção do professor de artes cênicas José Maurício Cagno, que, de forma brilhante, o adaptou ao meu roteiro original para teatro e ensaiou os quatro atores que interpretam o texto.

Em 2012, lançamos a versão compacta do Musical Tempo de Resistência, antecedendo os debates que realizamos na escolas dentro do Projeto Tempo de Resistência. Na sua forma compacta o Musical possui trinta minutos, com voz e violão de Leopoldo Paulino, leitura dramática dos textos por Rose Paulino e Matheus Soares como percussionista.

O Musical "Tempo de Resistência" é dedicado à memória do pianista brasileiro Francisco Tenório Jr., cruelmente assassinado em Buenos Aires por militares argentinos, com a conivência de representantes diplomáticos da ditadura militar do Brasil.

Sobre Tenório, Ruy Castro, em seu livro A Onda Que Se Ergueu No Mar, (Editora Schwarcz, p. 211) relata com detalhes as torturas e o assassinato do músico brasileiro.

Agenda Tempo de Resistência

Em 2007, lançamos a Agenda Tempo de Resistência, que sintetiza o Projeto e traz as principais datas históricas relacionadas com o tema, bem como homenagens a militantes revolucionários.

Jornal Tempo de Resistência

Em abril de 2010, lançamos o primeiro número do Jornal Tempo de Resistência, a princípio bimestral, com o objetivo de ser um órgão de luta pelos direitos por Memória, Verdade e Justiça, em defesa da Anistia e pela punição aos torturadores da ditadura militar.

Projeto Cultural Tempo de Resistência On-line

Através do "Projeto Cultural Tempo de Resistência", nesses 35 anos de existência, atingimos milhares de estudantes em Ribeirão Preto e diversas cidades do Brasil.

No formato presencial do Projeto Tempo de Resistência, o professor exibe o documentário Tempo de Resistência para os alunos e em data marcada realizamos o Musical Tempo de Resistencia compacto na escola, seguido de um debate com os estudantes. Ao final da atividade, os alunos que mais se destacam ganham um exemplar autografado do Livro Tempo de Resistência.

Com a pandemia de Covid-19 e as medidas de isolamento social, desde março de 2020, criamos também o modo virtual de atuação. Intensificamos nossa participação nas redes sociais e seguimos atendendo a convites de professores e também grupos de estudantes que, através do nosso canal no Youtube têm acesso ao Filme e ao Musical Tempo de Resistência e através das plataformas disponíveis organizam debates no formato live sobre a luta contra a ditadura militar no Brasil.

O projeto "Tempo de Resistência" atinge milhares de estudantes em Ribeirão Preto, além do trabalho que conseguimos realizar em outras cidades e mesmo em outros estados.

Muito mais que um espetáculo de entretenimento, o Projeto Tempo de Resistência é uma ação educativa e cultural. Unindo incentivo à leitura, linguagem cinematográfica, debate, dramatização e música, utiliza a arte como instrumento transformador e proporciona uma reflexão sobre os acontecimentos marcantes no período da luta contra a ditadura militar. A História dos "Anos de Chumbo", antes aprendida de forma distante, torna-se movimento, som e poesia.

Noite de Autógrafos no Lançamento do Livro Tempo de Resistência,
na Casa da Cultura , Ribeirão Preto, 04/12/1998
Leopoldo autografa o livro para o revolucionário Guilherme Simões Gomes.

Capa utilizada da segunda à nona edição do Livro Tempo de Resistência.

DVD Documentário Tempo de Resistência

Lançamento do Documentário Tempo de Resistência na UNICOC, novembro de 2003

Tempo de Resistência é exibido no festival de Cinema de Gramado, 2004

14 – Liberdades democráticas

TÁ NA MÃO DICAS DE SITES, LIVROS E FILMES PARA VOCÊ SE ANTENAR

LIVROS

- O Poder Jovem, História da participação política dos estudantes brasileiros - Artur Poerner
- Brasil, nunca mais! - Grupo Tortura Nunca Mais
- Operação Araguaia - Eumano Silva e Taís Morais
- Ditadura Envergonhada, Escancarada, Derrotada, Encurralada, Série de livros sobre a ditadura de Elio Gaspari
- O ano que Não Terminou - Zuenir Ventura
- Os Carbonários - Alfredo Sirkis
- Marighella, O inimigo Número Um da Ditadura Militar - Emiliano José
- O coronel tem um segredo - Paula Wright: não está em Cuba - Deiora Jan Wright
- Condições ideais para o amor, reunindo "poemas, manifestos e correspondência de um poeta-guerrilheiro" - Luiz Eurico Tejera Lisboa e Antonio Hohlfeldt
- O calvário de Sônia Angel - João Luiz de Moraes
- Lamarca, o Capitão da Guerrilha - Emiliano José
- Galeria Lembranças do mar cinzento - Parte I e II - Emiliano José
- O Fim da Ditadura Militar - Bernardo Kucinski
- Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar - Carlos Fico
- Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade - Daniel Aarão Reis

SITES

- Comissão de Anistia do Ministério da Justiça - www.mj.gov.br/anistia
- Grupo tortura nunca mais - www.torturanuncamais.org.br
- Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos - www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/mortosedesap
- Movimento Nacional de Direitos Humanos - www.mndh.org.br
- União Nacional dos Estudantes - www.une.org.br
- Brasil Cultura - www.brasilcultura.com.br
- Censura Musical - www.censuramusical.com
- Arquivo Público do Estado de São Paulo - www.arquivoestado.sp.gov.br
- Diários da Ditadura - www.diariosdaditadura.com.br
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - www.cpdoc.fgv.br
- Domínio Público www.dominiopublico.gov.br
- Fundação Biblioteca Nacional - http://www.bn.br/portal Arquivo Moreel Silveira
- (Universidade de São Paulo) - www.eca.usp.br/ams
- Acervo da Luta contra a Ditadura - www.acervodaditadura.rs.gov.br

FILMES

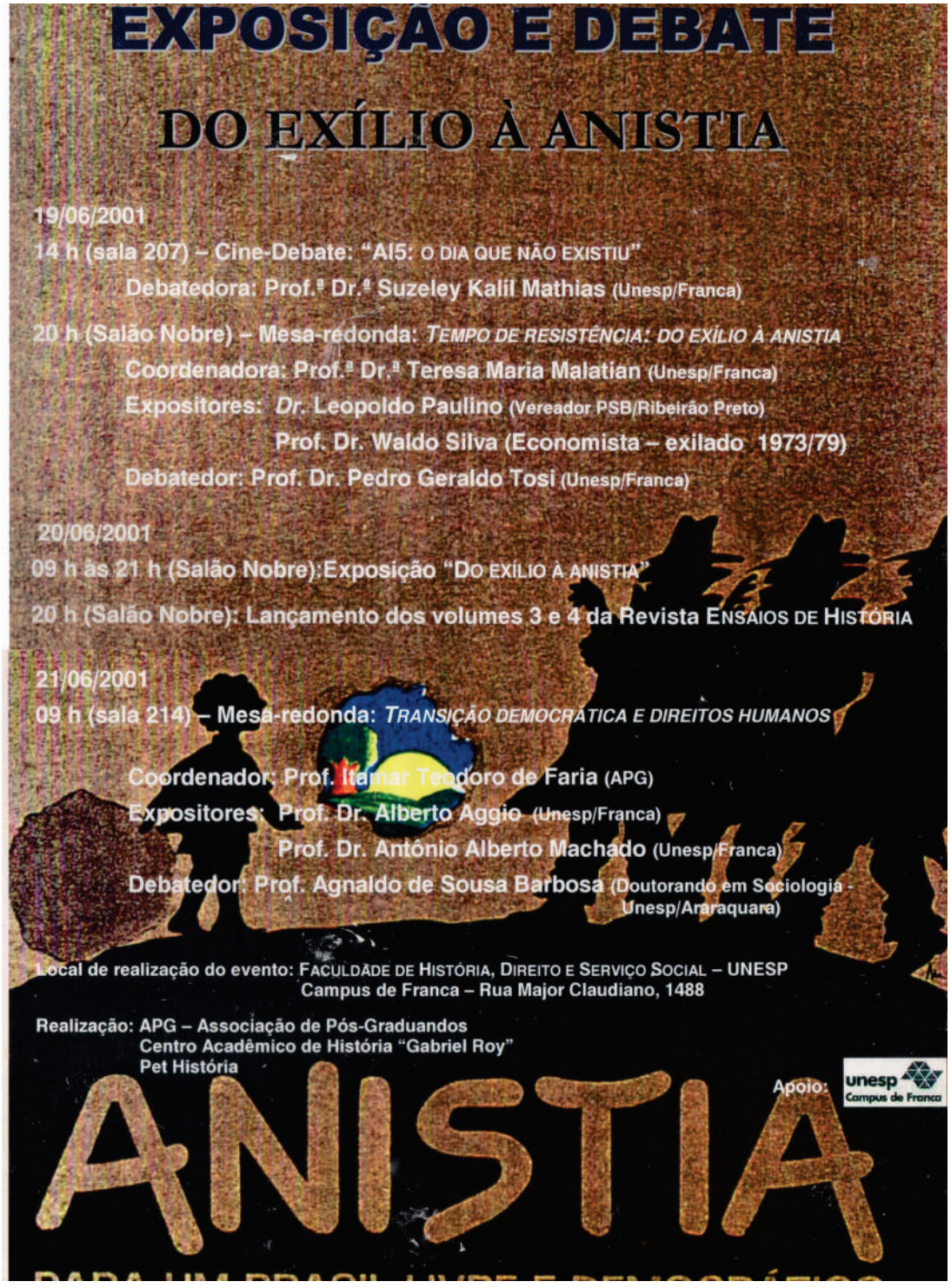
- Hércules 56, de Silvio Da-Rin, 2006
- Batismo de Sangue, de Helvecio Ratton, 2006
- Cabra-Cega, de Toni Venturi, 2005
- Zuzu Angel, de Sergio Rezende, 2006
- Lamarca, de Sérgio Rezende, 1994
- Terra em Transe, de Glauber Rocha, 1983
- Pra frente Brasil, de Roberto Farias, 1983
- Que bom te ver viva, de Lúcia Murat, 1989
- Dom Hélder Câmara o Santo Rebelde, de Erika Bauer, 2004
- Quase dois irmãos, de Lucia Murat, 2004
- Guerrilha do Araguaia – a conspiração do silêncio, de Ronaldo Duque, 2004
- O ano em que meus pais saíram de férias, de Cao Hamburger, 2006
- O Desaparecido – de Costa Gavras, 1982
- Machuca – de Andrés Wood, 2004
- História Oficial – de Luiz Puenzo, 1985
- Cabra Marcado para Morrer – de Eduardo Coutinho, 1984
- Jango – de Silvio Tendler, 1984
- Tempo de Resistência – de Leopoldo Paulino, 2003

Tempo de Resistência é incluído nas recomendações de filmes da Cartilha Liberdades Democráticas, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, 2008

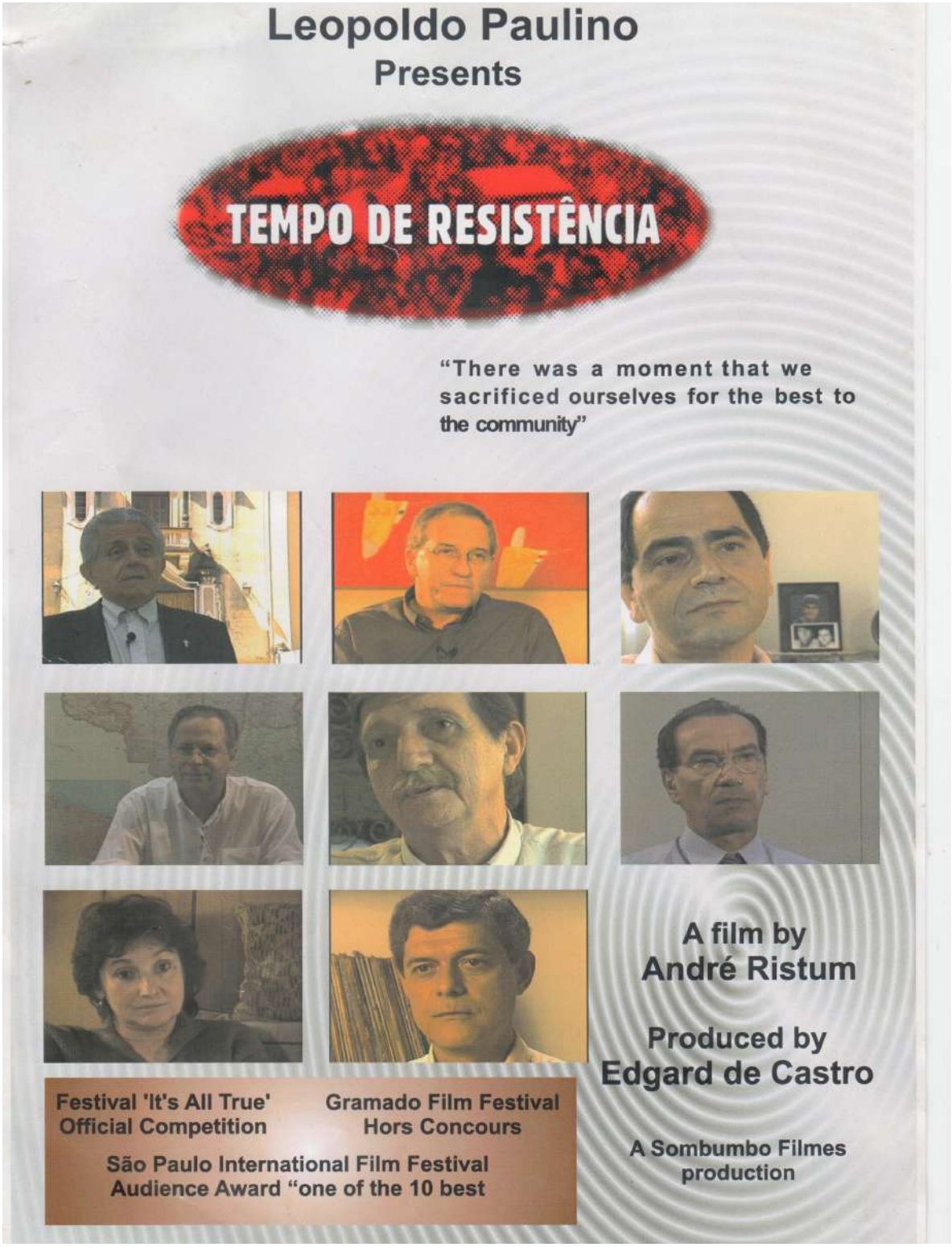
Documentário é exibido no Cine Cult - USP, 07/04/2010

Comentários na Internet sobre a exibição do Documentário no Canal Brasil

Resenha: trabalho elaborado na PUC - RS sobre o Documentário "Tempo de Resistência". Setembro/2004.


EXPOSIÇÃO E DEBATE
DO EXÍLIO À ANISTIA
19/06/2001
14 h (sala 207) – Cine-Debate: "AI5: O DIA QUE NÃO EXISTIU"
Debatedora: Prof.ª Dr.ª Suzeley Kalil Mathias (Unesp/Franca)
20 h (Salão Nobre) – Mesa-redonda: TEMPO DE RESISTÊNCIA: DO EXÍLIO À ANISTIA
Coordenadora: Prof.ª Dr.ª Teresa Maria Malatian (Unesp/Franca)
Expositores: Dr. Leopoldo Paulino (Vereador PSB/Ribeirão Preto)
Prof. Dr. Waldo Silva (Economista – exilado 1973/79)
Debatedor: Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi (Unesp/Franca)
20/06/2001
09 h às 21 h (Salão Nobre):Exposição "DO EXÍLIO À ANISTIA"
20 h (Salão Nobre): Lançamento dos volumes 3 e 4 da Revista ENSAIOS DE HISTÓRIA
21/06/2001
09 h (sala 214) – Mesa-redonda: TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E DIREITOS HUMANOS
Coordenador: Prof. Itamar Teodoro de Faria (APG)
Expositores: Prof. Dr. Alberto Aggio (Unesp/Franca)
Prof. Dr. Antônio Alberto Machado (Unesp/Franca)
Debatedor: Prof. Agnaldo de Sousa Barbosa (Doutorando em Sociologia - Unesp/Araraquara)
Local de realização do evento: FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL – UNESP
Campus de Franca – Rua Major Claudiano, 1488
Realização: APG – Associação de Pós-Graduandos
Centro Acadêmico de História "Gabriel Roy"
Pet História
Apoio:
unesp Campus de Franca
ANISTIA

Lançamento Tempo de Resistência 10a. Edição - Centro Cultural Palace em Ribeirão Preto. Setembro/2012.


Leopoldo Paulino
Presents
TEMPO DE RESISTÊNCIA
"There was a moment that we sacrificed ourselves for the best to the community"
A film by
André Ristum
Produced by
Edgard de Castro
A Sombumbo Filmes production
Festival 'It's All True'
Official Competition
Gramado Film Festival
Hors Concours
São Paulo International Film Festival
Audience Award "one of the 10 best

TERRA DA MANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICADO

A Câmara Municipal de Jardinópolis confere o presente Certificado à

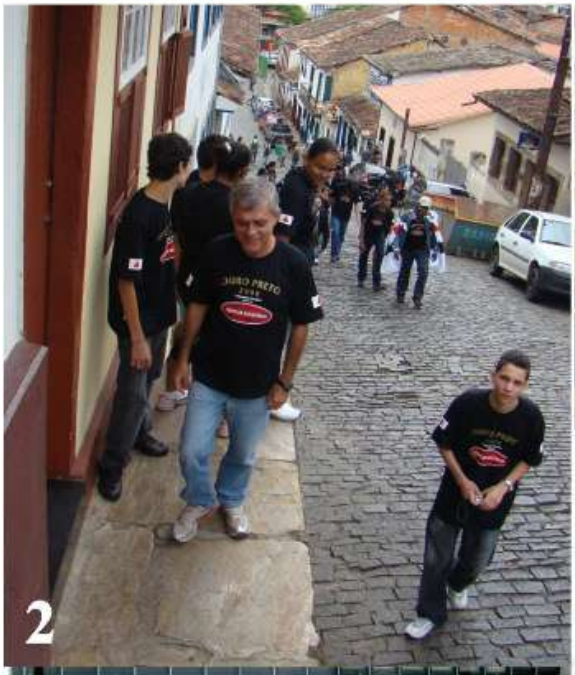
Carlos Leopoldo Teixeira Paulino

pela brilhante apresentação do documentário **"Tempo de Resistência"**, no **Projeto Câmara – Cultura**, dia 26 de Maio de 2004, para a Comunidade Jardinopolense e Juruceense.

Jardinópolis, 26 de Maio de 2004

LILIA APARECIDA ALMEIDA MATURANA
Presidente da Câmara Municipal

1 - Leopoldo, estudantes do concurso e o revolucionário Patrocínio Henrique dos Santos visitam o prédio do antigo DOPS; 2 - Estudantes do concurso Tempo de Resistência visitam o Arquivo do Estado em São Paulo; 4 - Leopoldo leva estudantes do Concurso Tempo de Resistência para conhecer em Ibiúna o Monumento em Homenagem aos estudantes presos no 30o Congresso da UNE em 1968; 3 e 5 - Leopoldo e participantes do concurso em visita ao Memorial da Resistência em São Paulo (onde funcionou o DOPS).



Viagens Culturais

1 - Ouro Preto/Congonhas, Dez./2009
2 - Ouro Preto Dez./2008
3 - Ouro Preto Dez/2007
4 - Brasília /2006

Vencedores do Concurso Tempo de Resistência "Te Leva Pra Cuba"

Leopoldo com a aluna Kathlen Carolina Antunes Vieira da escola "CEMEI João Gilberto Sampaio" e a professora Ilza Cunha da Escola"Dom Romeu Alberti". Vencedoras do Concurso 2009.

Leopoldo com os alunos Fernando Peracine da Escola Oscar de Moura Lacerda e Felipe Carota da Escola Irene Dias. Vencedores do Concurso 2008.

Leopoldo (ao centro) e vencedores do Concurso (da esquerda para a direita): Maurício Negrão (2006) Marília Saveri (2004) Bárbara Monsignore (2005) e Guilherme Norton (2007)

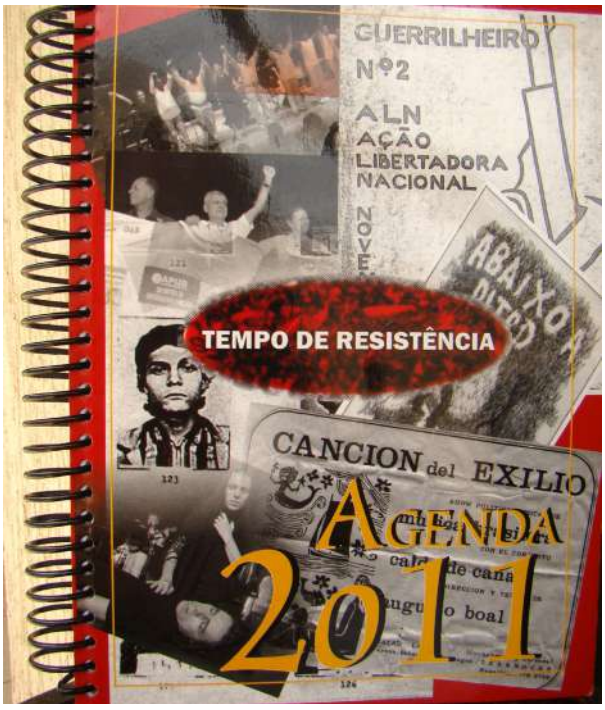
Prof. Ilza, Kathlen e a militante do Projeto Tempo de Resistência Ana Carolina Carreira em Havana.

Marizeth Pereira de Jesus professora da Escola "CEMEI João Gilberto Sampaio", vencedora do concurso Tempo de Resistência Edição 2010 com Matheus Machado, militante do Projeto Tempo de Resistência e a aluna Dâmares Rodrigues, da E.E. Dr. Guimarês Jr,. a oitava vencedora do concurso Tempo de Resistência.

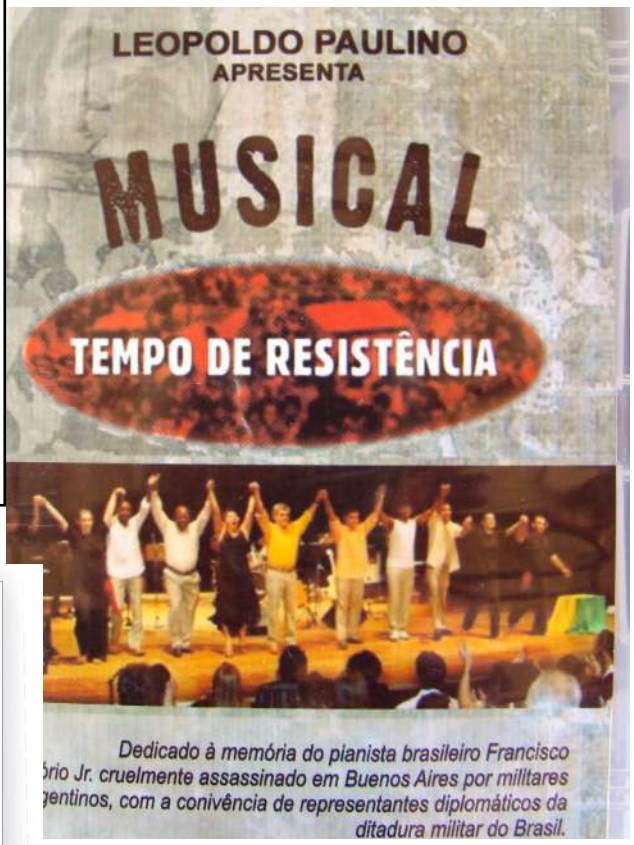
Matheus Machado, militante do Projeto Tempo de Resistência e a aluna Dâmares Rodrigues, nas festividades do Dia Internacional do Trabalhador, em Havana.

Patrícia Mara Estrela Manso, professora da Escola Estadual Parque dos Servidores e a aluna Letícia Amélia Maciel de Oliveira da Escola SESI Vila Virgínia, vencedoras do Concurso Tempo De Resistência 2011 são premiadas pelo projeto com Viagem ao Chile. Acima no Palácio La Moneda e ao lado no "Jardin de La Reinas" no Memorial Villa Grimaldi, 2012

A professora Patrícia e a aluna Letícia foram ciceroneadas no Chile pela militante do Projeto Tempo de Resistência Alessandra Salla, Isla Negra/2012

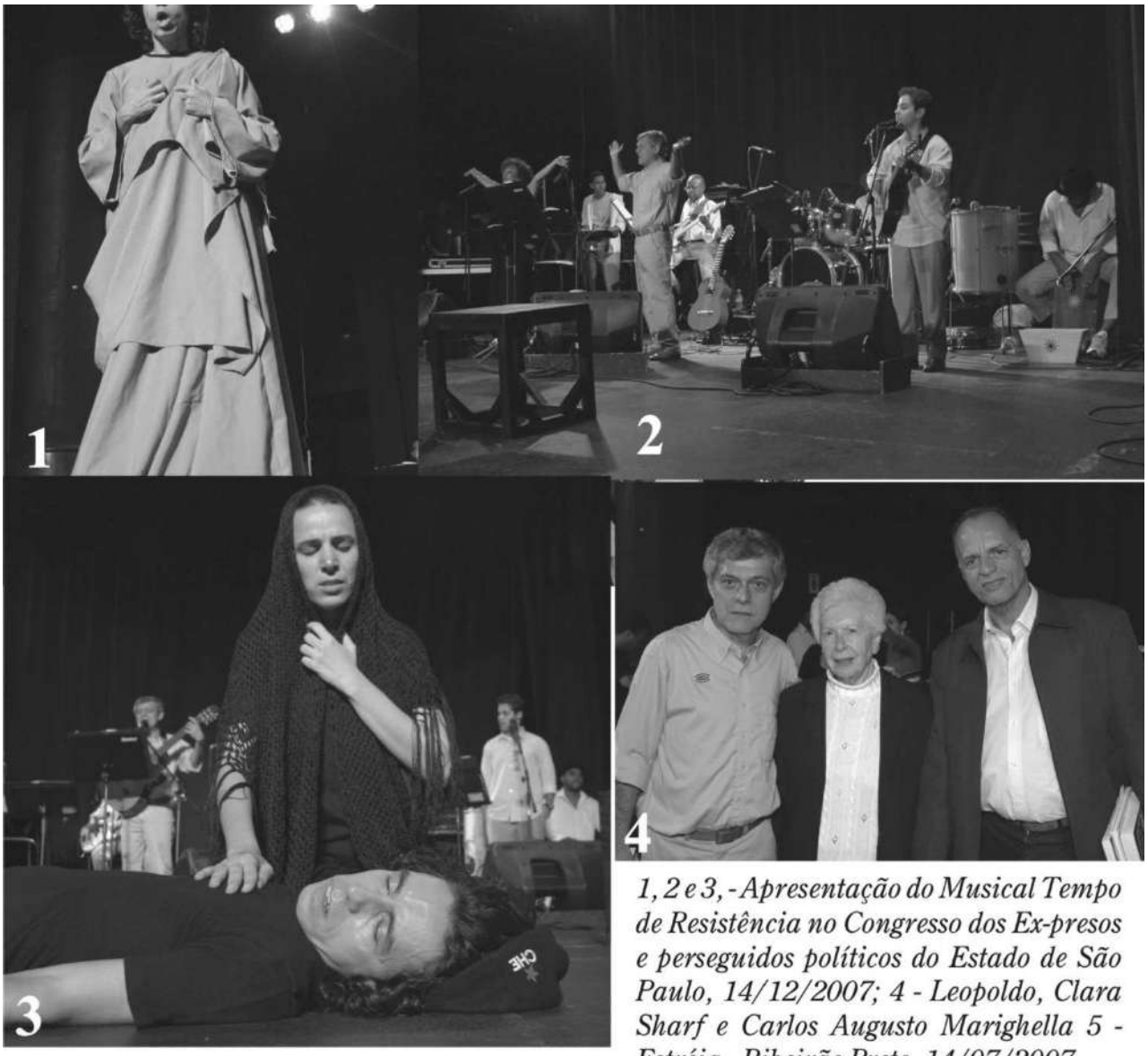


Agenda Cultural Tempo de Resistência 5ª. Edição



DVD do Musical Tempo de Resistência

Jornal Tempo de Resistência



1, 2 e 3, - Apresentação do Musical Tempo de Resistência no Congresso dos Ex-presos e perseguidos políticos do Estado de São Paulo, 14/12/2007; 4 - Leopoldo, Clara Sharf e Carlos Augusto Marighella 5 - Estréia, Ribeirão Preto, 14/07/2007

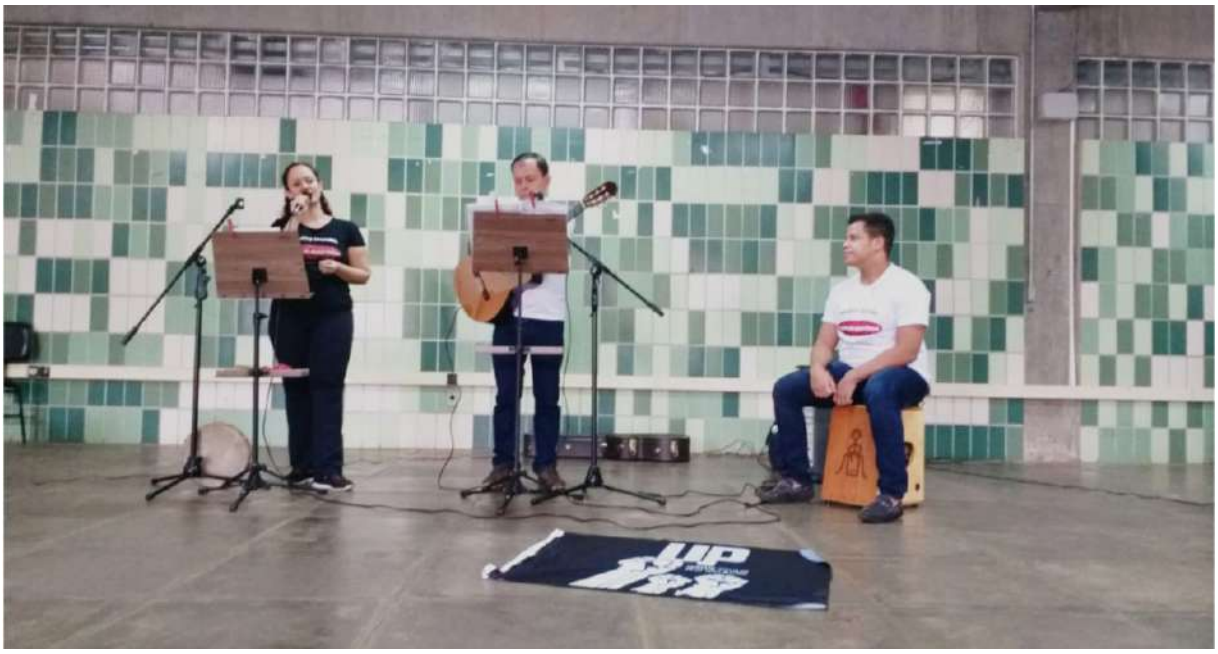
Leopoldo e seu filho Alexandre em apresentação do Musical Escola Dom Romeu Alberti/2008

Leopoldo e seu filho Alexandre em apresentação do Musical no acampamento do MLST em Ribeirão Preto /2008

Apresentação Musical Tempo de Resistência no Sarau Cultural FNAC - Ribeirão Shopping Abril de 2013

Apresentação Musical Tempo de Resistência no Colégio Terra - 2013

Rose, Leopoldo e Matheus em apresentação do Musical Tempo de Resistência na ESALQ - USP Piracicaba, 11 de Setembro de 2019



Rose, Leopoldo e Matheus em apresentação Musical Tempo de Resistência na Universidade Federal de São Carlos - Junho de 2019

Matheus, Leopoldo e Rose: Apresentação Musical Tempo de Resistência no Colégio Objetivo em Taquaritinga, Outubro de 2019

Debate na Faculdade de Direito USP - Ribeirão Preto - 2014

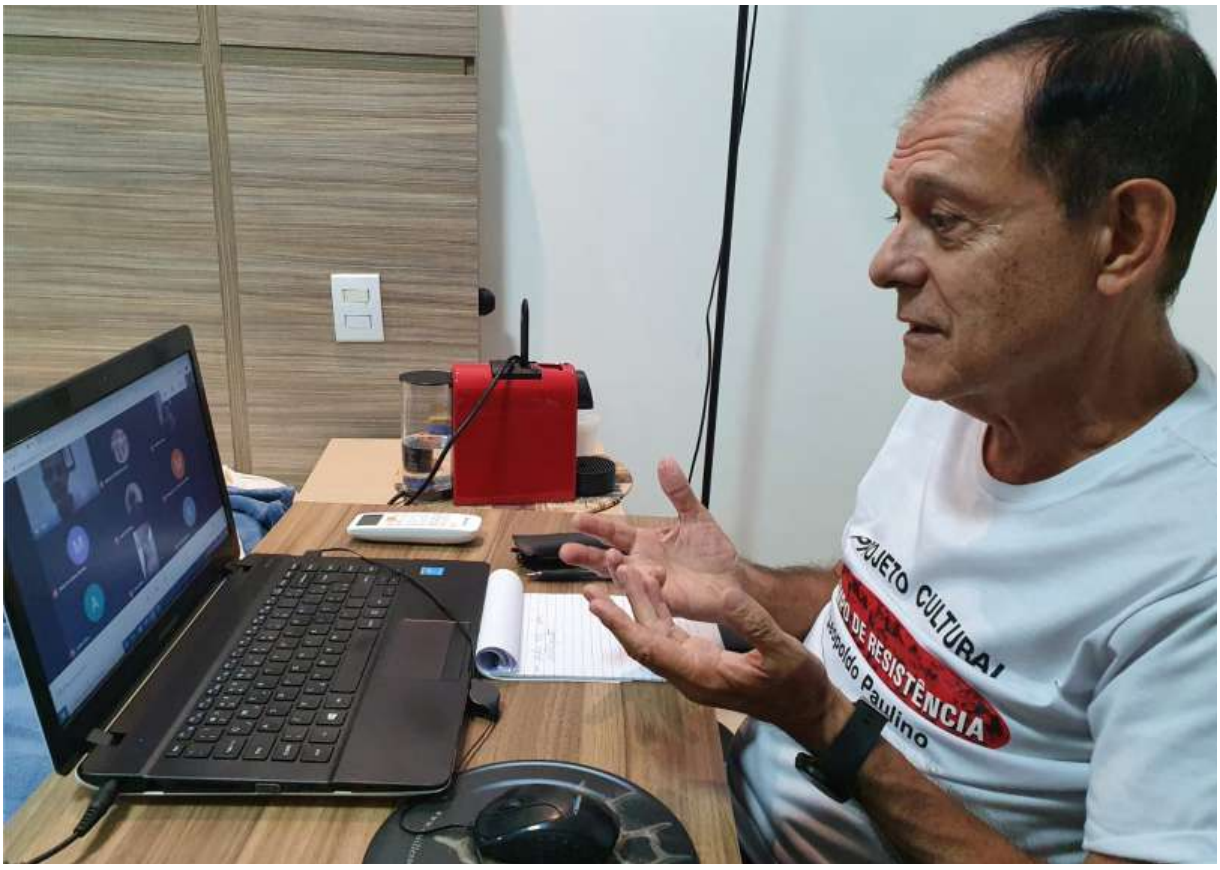
Debate na EE Cid de Oliveira Leite Ribeirão Preto - 2014

Debate Curso de História UNESP Franca - 2014

Debate na Escola Municipal Elisa Duboc Ribeirão Preto

Debate na Escola Técnica Estadual José Martiniano da Silva - Ribeirã Preto, 2018

DEBATE COLÉGIO POLIVALENTE Guaxupé MG - 2013


PROJETO CULTURAL
TEMPO DE RESISTÊNCIA
Leopoldo Paulino

TEMPO DE RESISTÊNCIA
Debate e Apresentação Musical com Leopoldo Paulino
Dia: 16/05(Sábado), às 17h.
Link: meet.jit.si/TempodeResistência

QUINTA PARTE:

CHILE: O REGRESSO

I- CHILE: O REGRESSO

Santiago, 2 de Setembro de 2009.

Passando sobre a nevada Cordilheira dos Andes, o avião da LAN começa a aterrissar em Santiago e chego, quase 35 anos depois, ao mesmo aeroporto, embora bastante modificado, do qual partira em outubro de 1973.

Dessa vez, em companhia de Rose, Tico, Sabrina e Raul, começava uma viagem de 19 dias pelo Chile, oportunidade em que pude rever amigos, lugares e relembrar com muita emoção os anos em que vivi naquele país.

No aeroporto nos aguardava "Julito", filho de meu grande amigo Julio Stuardo Gonzáles a quem nunca mais havia visto desde então.

Após as fotos e saudações, Julito levou-nos à casa da irmã Viviana, onde Tico, Sabrina e Raul se hospedaram e em seguida deixou a mim e Rose no hotel, situado na lendária "Alameda".

À noite, o jantar foi na casa de Julio, com toda sua família reunida, oportunidade em que tentamos rememorar as passagens de nossas vidas nesses últimos anos, conversa essa regada ao paladar de bons vinhos chilenos.

Esteve presente também Ivan Whitker, filho do professor Alejandro Whitker. Ivan, quando jovem, em Chillán, fez parte comigo da diretoria do Club Juvenil 11 de Septiembre.

No dia seguinte, caminhamos muito pelo centro de Santiago, passando pela Alameda, pelo Café Haiti, pelo comércio do centro e pela sinistra rua General Mackena, onde fui preso e torturado pela polícia de Pinochet, local em que parei para uma foto, de cabeça erguida, o que não podem fazer os assassinos da época.

Em seguida, almoçamos no antigo Mercadão de Santiago, à beira do rio Mapocho, ao som de música chilena executada ao vivo.

Estivemos visitando o Instituto Pedagógico da Universidade do Chile e em seguida o conjunto de prédios onde morei, na rua José Pedro Alessandri, no 900.

No Pedagógico, mostrei a Viviana e a outros companheiros chilenos o local onde enterramos algumas armas, após o golpe e eles se comprometeram a procurá-las e, caso as localizem, entregá-las a um Centro de Memória daquele país.

À tarde, foi indescritível a emoção quando da visita que fizemos a "La Chascona", casa do poeta Pablo Neruda, que foi saqueada e destruída pela fúria dos golpistas de Pinochet e que posteriormente foi transformada em museu.

Visitamos também a casa do poeta em Isla Negra, onde estão enterrados Neruda e Matilde e, contemplando o Pacífico, almoçamos ouvindo Nacho, músico chileno interpretar Violeta Parra, Victor Jara, Oscar Castro, o que fez com que eu não resistisse e lhe pedisse emprestado o violão para cantar nossa MPB.

Os amigos e companheiros chilenos vibravam quando lhes dizia que tínhamos um gato chamado Pablo Neruda, que já vivia com Rose há muitos anos e que, com nossa união, foi por mim adotado.

Logo que conheci Rose, passei a admirá-la ainda mais ao saber o nome do gatinho, que nos fez companhia até nos deixar, a 06 de Agosto de 2015. Pouco mais de três anos depois, compus a música "Neruda" em sua homenagem.

Visitamos Viña del Mar, Valparaíso, o Cajón del Maipo e a vinícola Concha Y Toro, onde me veio mais forte a lembrança de meu pai, apreciador do produto mais conhecido da empresa, o vinho "Casillero del Diablo".

Fomos à rua Michimalongo e perguntamos a moradores de mais idade se tinham lembranças da pensão de Dona Adriana, mas não obtivemos sucesso.

Visitamos o Estádio Nacional, onde as mais diversas atrocidades foram cometidas pela ditadura chilena e o cemitério onde está enterrado o presidente Allende e há uma homenagem a todos os mortos e desaparecidos políticos no Chile.

Antes de viajar, havíamos conversado com Viviana sobre uma possível apresentação musical minha no Chile e ela conseguiu com seu amigo, o cantor Omar Lavadie, agendar o evento no restaurante "El Antojo de Gauguin", no fantástico Pateo Bella Vista.

Assim, na noite de 10 de Setembro, após um breve e emocionante ensaio que tive com Omar, na Universidade em que ministra aulas de música, toquei e cantei para uma casa cheia, por mais de duas horas, com maravilhosa "canja" de Omar nos boleros e a excepcional declamação de Vinícius de Moraes por parte de Rose.

Para o 11 de Setembro, fui convidado a tocar em Villa Grimaldi, um antigo centro clandestino de torturas que se transformou em magnífico memorial.

Assim, anoitecia ao pé da Cordilheira, quando se acenderam centenas de velas pelos gramados de Villa Grimaldi, e após a leitura dos nomes dos mortos e desaparecidos, apresentou-se uma cantora chilena e em seguida apresentei-me ao violão cantando "Hasta Siempre" e "Pra não dizer que não falei das flores".

Visitamos ainda o antigo centro clandestino de torturas e assassinatos, sito à rua Londres, 38 onde os nomes dos assassinados e desaparecidos políticos estão gravados nas pedras das calçadas e passou-me pela cabeça que "quase virei pedra" quando fui preso no Chile, pois a delegacia para onde os policiais me levaram fica muito próxima daquela casa de horrores. O local podia ser visto apenas por fora, pois lá estava sendo construído um

centro de memórias.

Visitamos também o local onde nos refugiamos, a então embaixada do Panamá em Santiago, na Rua José Domingo Cañas, nº 1367, local que depois foi confiscado pela ditadura de Pinochet e transformado em centro de detenção clandestino, onde diversas pessoas foram assassinadas. Quando lá estive, construía-se um Memorial inaugurado poucos meses depois.

Visitamos o Palácio de La Moneda, no dia 12, onde havia inúmeras coroas de flores em homenagem a Allende e a todos os assassinados no local, em 11 de Setembro de 1973.

Na esquina, revi o prédio da Intendência de Santiago, ocupada por Julio Stuardo até o golpe militar.

Tico, Sabrina e Raul voltaram ao Brasil antes, por motivos de trabalho, e assim, com Rose, fui a Chillán, de taxi com Sérgio Del Valle, taxista com o qual fizemos amizade no Chile.

Sérgio tem uma filha, Carol, à época com oito anos e me contou que quando muito pequena, ela havia sido mordida por um cachorro e que deveria fazer uma cirurgia plástica para a qual eles não possuiam condições financeiras de custear.

Disse-me ainda que, no ano anterior à nossa visita havia conduzido no taxi um turista brasileiro, cirurgião plástico de São Paulo, que se prontificou a realizar a cirurgia gratuitamente se ele trouxesse a criança ao Brasil.

Sérgio indagou-me se eu poderia conhecer ou dar referências sobre o prestativo médico e eu lhe disse que seria praticamente impossível, já que a população do estado de São Paulo é muito grande e a quantidade de médicos também.

Mesmo assim, Sérgio mostrou-me o cartão do médico paulista eu fiquei sem fala: Max Engracia Garcia, renomado cirurgião plástico de Ribeirão Preto, que foi líder estudantil e militante do PCdoB, meu vizinho, irmão do companheiro de lutas Marcelo Engrácia Garcia.

Como se não bastasse, foi na casa dele, à Rua Camilo de Matos, no Jardim Paulista, em Ribeirão Preto, que eu consegui conversar com minha mãe em Ribeirão Preto, antes de deixar o país, em encontro organizado por D. Geralda e o Sr. Ari, pais de Max.

Contei a história a Sérgio e todos chegamos às lágrimas, tomados pela emoção.

Chegando ao hotel, liguei para Max e relatei os fatos, fazendo com que ele engasgasse do outro lado da linha e assim que se recompôs, reiterou a proposta de operar a menina e eu convidei a Sérgio para que ele, a criança e Marta, sua mulher, se hospedassem em minha casa para realizar a cirurgia.

Em Chillán, visitei a Universidade em que fui professor. Almoçamos com o amigo Witker e sua mulher, relembrando as pessoas e as histórias da cidade onde vivi. Aproveitei para visitar o bairro em que morei e encontrei a casa onde vivi, reencontrando uma senhora, vizinha, que se lembrou de imediato de minha passagem por lá, inclusive mostrando o antigo campo de futebol onde joguei com seus filhos.

Para encontrar o local, perguntei pela "Población 11 de Septiembre" e várias pessoas disseram que não a conheciam. Falei então com um taxista de mais idade e indiquei-lhe a direção do bairro, respondendo-me ele que conhecia o local, mas que o mesmo havia mudado de nome.

Embora houvesse tentado durante toda a viagem, lembrar o nome do professor que me alugou a casa, não consegui recordar-me, mas ao conversar com a antiga vizinha, lembrei-me de imediato: Prof. Hugo Peñafiel, respondendo-me a mesma que ele falecera há três dias atrás.

Ainda conversando com a mulher, disse-me ela que :

-"Nosotros los teníamos todos fichados."

Tal declaração me deixou irado, pois seguramente a mulher servia de apoio aos agentes da repressão pinochetista.

Após uma breve e ríspida despedida, ela me mostrou uma pequena mercearia, que funcionava junto à sua casa.

Viramos a esquina, já no carro e me lembrei perfeitamente da mulher, da mercearia e de seu filho Ruben, que jogava futebol conosco, rapaz progressista, que sempre discutia com a mãe, que em seus arroubos de direitista pobre, vivia criticando o governo Allende.

Infelizmente, não conseguimos localizar os amigos Luis Morales (Lucho) e Garcia, que tão solidários foram em meu exílio, mas esperamos que ainda possamos saber deles, até porque pudemos sentir o quanto são intensos os laços que me unem ao Chile e a seu povo e esse sentimento reforça o desejo de logo voltarmos por lá.

No dia 18, com Viviana e Julito fomos cedo para a conhecida casa de praia de Julio, em Las Cruces, onde ele reuniu toda sua família e diversos amigos.

Essa data é o dia da Pátria que no Chile é comemorado por todos, com grandes festas populares e familiares.

Assim comemoramos com os amigos novos e antigos, tocamos e cantamos muito até altas horas da madrugada, com brados de "salud" e o bordão "viva Chile, mierda", próprio do patriotismo chileno.

Na casa, mostreia a Rose o quadrinho na parede com os "Nós de Marinheiro", que lá estava desde quando morei no Chile e frequentava o local.

Percebendo nosso encantamento, Julio arrancou o quadro da parede e nos presenteou. E hoje o significativo objeto enfeita a sala da "Casa da Pedra", no litoral norte de São Paulo.

Nos dias que passamos no Chile estava anunciado para breve o lançamento da película "Dawson 10", dirigida pleo cineasta chileno Miguel Littin, que mereceu do grande escritor colombiano Gabriel Garcia Marques honrosa menção no livro: "A aventura de Miguel Littin clandestino no Chile".

Já de volta ao Brasil, algumas semanas depois recebemos de Julio Stuardo o DVD do filme, então já lançado no Chile.

No final de 2011, "Dawson 10", foi lançado no Brasil e assim as pessoas interessadas de nosso país puderam conhecer a História dos prisioneiros políticos da ilha de Dawson, na Patagônia chilena, onde a ditadura de Pinochet, com assessoria de um nazista alemão que vivia no sul do Chile, construiu um campo de concentração à imagem e semelhança física dos edificados por Hitler e para lá enviou ministros e principais ocupantes de cargos de direção no governo Allende.

No filme, um ator representa meu amigo Julio Stuardo Gonzáles que esteve preso no local por três anos e que ousou tentar organizar uma fuga, que terminou infelizmente por não dar certo.

No dia 21 regressamos ao Brasil, enlevados pela constante emoção que nos acompanhou no lindo país andino.

Ao aeroporto, nos acompanharam Julito e Viviana e qual não foi nossa surpresa ao chegarem Lila e Julio, este me dizendo:

-"Aqui estou, já que na última vez que você saiu do Chile, eu não pude me despedir".

"Michimalongo & Macul"

1 - Beti e o "Austin Mini" (1970)
2 - Tico aprendendo a andar no terraço do prédio em José Pedro Alessandri "Calle Macul" (1971)
3 - Leopoldo e Tico em frente ao prédio da "Calle Macul" (2009).
4 - Leopoldo em frente à segunda casa em que morou - Santiago, nas esquina de Macul e Irarrázabal.
5 - Leopoldo em frente ao portal de entrada do prédio da José Pedro Alessandri.
6 - Leopoldo visita a Rua Michimalongo
7 - Leopoldo mostra o muro que pulou e onde enterrou as armas em setembro de 1973.

Nueva directiva tiene el Club Juvenil '11 de Sept.'

Su nueva directiva eligió el Club Juvenil Deportivo "11 de Septiembre", la que quedó integrada por los siguientes socios: Fernando Lantaño, presidente; Jaime Espinosa, vicepresidente; Sergio Espinosa, secretario; Roberto Arteaga, tesorero; Iván Witker, Eric Lantaño y Gustavo Fuentes, delegados. La comisión económica quedó integrada por los socios Augusto Jiménez, Eduardo Parra y Alejandro Valenzuela. Como asesor deportivo fue designado Carlos Paulino y entrenador, Gerardo Muñoz.

La nueva directiva nos solicitó agradecer a los vecinos de la Población su valiosa cooperación económica para su campaña destinada a adquirir un balón de básquetbol. Luego, estarán, también, en circulación los carnet de socios.

1

2

3

4

5

6

Chillán

1 - Recorte de Jornal e local onde se realizavam os treinos do Club Juvenil 11 de Septiembre, sob a direção esportiva de Leopoldo Paulino; 2 - Leopoldo em Chillán, em frente ao prédio da então Universidade do Chile, onde Leopoldo foi professor de Música; 3, 4 e 5 - Três momentos em frente a casa onde Leopoldo e Beti moraram em Chillán: Beti e Leopoldo, (1970), Jorge Paulino (1970) e Leopoldo Paulino (2009); 6 - Leopoldo reencontra o amigo Alejandro Whikter, que foi também professor da Universidade do Chile.

1 e 2 - Dois momentos na Plaza Nuñoa: Beti, Aparecida Paulino, Tico, Leopoldo e Moacyr Paulino (1971). Leopoldo, Rose, Tico e Sabrina (2009)

3 - Leopoldo em frente ao Café Haiti, onde costumava frequentar com militantes de esquerda na epóca do exílio.

4 - Leopoldo em frente ao Departamento de História e Geografia do Instituto Pedagógico da Universidad de Chile

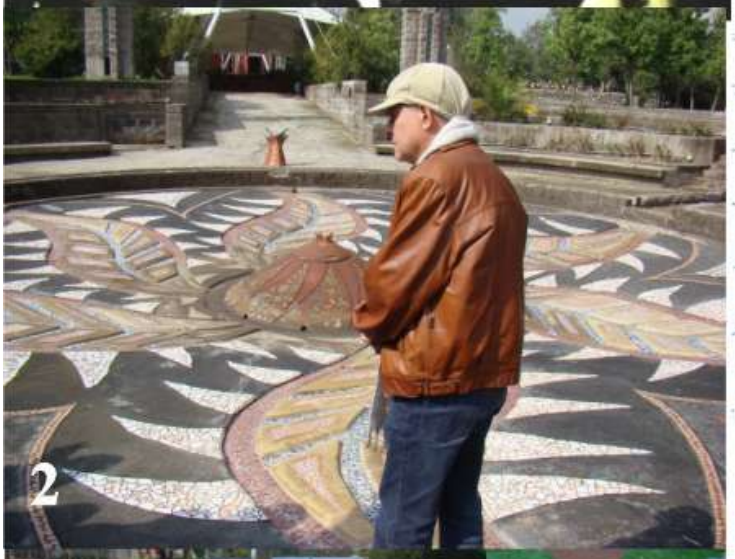
5- Leopoldo no Campus do Pedagógico relembra: "Do alto do nosso prédio, podíamos ver a fogueira de livro que foram queimados quando a Aeronáutica tomou o campus, nos dias que se seguiram ao golpe de Pinochet.

"Concha Y Toro"

1 - Raul, Leopoldo e Tico e as bandeiras do Chile da Vinícula Concha Y Toro; 2 - Raul, Leopoldo, Rose, Sabrina e Tico no portal de entrada da vinícula; 3 - Leopoldo e Rose em uma das áreas de descanso dos vinhos; 4 - Sabrina e Tico brindam com o vinho Marques de Casa Concha; 5 - Leopoldo prestes a adentrar em "El Casillero del Diablo", onde repousa o vinho que leva o mesmo nome; 6 - Alegoria do "guardador" dos vinhos

"General Mackenna" e "Jose Domingos Cañas"

1 e 2 - Leopoldo em frente ao prédio em que foi preso e torturado, na R. General Mackenna, em Santiago; 3- Leopoldo visita o monumento em homenagem aos 43 mortos na centro clandestino de tortura "Jose Domingos Cañas".



Villa Grimaldi

1 - Leopoldo toca no dia 11 de Setembro de 2009 na Cerimônia pelos assassinados pela ditadura de Pinochet; 2 - Leopoldo no centro do Memorial; 3 - "Jardin de las Reinas" homenagem a militantes assassinadas, dentre elas a brasileira Jane Vanini; 4 - Cerimônia das velas acesas em frente ao painel onde constam os nomes dos que passaram pela Villa Grimaldi;
5 - Raul, Leopoldo e Tico em frente a painéis de memória;
6 - Reprodução das celas cuervo.

1- Painel no cemitério de Santiago com o nome dos mais de 3000 mortos pela ditadura chilena, dentre eles, o brasileiro Tulio Roberto Cardoso Quintiliano;
2 -Calle Londres, 38 centro de prisões clandestinas, tortura, morte e desaparecimentos. Como homenagem, placas de ferro com o nome dos que morreram e placas brancas em memória dos desaparecidos ornamentam a rua.
3 - Estádio Nacional que foi transformado em prisão política.

"Salvador Allende"

1- Monumento a Salvador Allende recebe homenagens por ocasião do aniversário de sua morte no Golpe militar de 11 de Setembro de 1973; 2 - Palácio La Moneda; 3 - Porta Lateral do Palácio La Moneda, pela qual saiu o corpo de Salvador Allende; 4 - O jazigo do presidente Allende com uma tribuna em sua

El Antojo de Gauguin

1- Cartaz de divulgação do Show; 2 e 3 - Público do restaurante El Antojo de Gauguin; 4 - Leopoldo ao violão e Rose declamando Soneto da Fidelidade durante a música "Eu Sei que Vou Te Amar"; 5 - Leopoldo e Omar Lavadie interpretando "Gracias a la Vida".

Viña del Mar e Valparaíso

1 - Leopoldo e Rose a caminho de Viña del Mar e Valparaíso; 2 - "La Sebastiana", casa de Pablo Neruda em Valparaíso; 3 - Leopoldo e Rose com o grupo de "Cueca", dança típica chilena; 4 - Leopoldo em Viña del Mar; 5 - O relógio de flores de Viña del Mar; 6 - Leopoldo em frente a pintura de

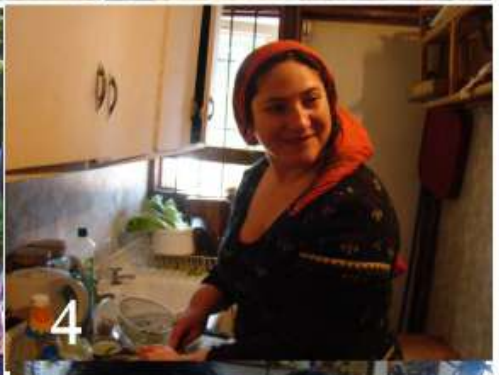
"La Chascona"

A casa de Neruda e Matilde
em Santiago

1- Versos do Poeta, na entrada.
2 - Fachada da casa;
3 - Detalhe do quarto do casal;
4- Leopoldo, Tico e Raul na área externa da casa;
5 e 6 - Detalhe das janelas
7 - Leopoldo e Rose e a vista de Santiago em "La Chascona";

"Isla Negra"

1 - Janelas que avistam o mar de Isla Negra 2- Leopoldo à entrada da casa; 3 - Raul, Sabrina, Tico, Leopoldo e Rose no arco da casa; 4 - Sinos do "Capitão de Terra" Pablo Neruda; 5 - O barco de Neruda onde recebia os amigos para "brindes" e para navegar em terra firme; 6 - Caldillo de Congrio, um dos pratos prediletos do poeta, que recebeu dele uma ode; 7 e 8 - Mesas de trabalho de Dom Pablo; 9 - Leopoldo e Rose ao túmulo de Pablo e Matilde.



Las Cruces
e a comemoração de 18 de Setembro

1 e 2 - Dois momentos nas rochas da praia de Las Cruces: Julio Stuardo, Leopoldo Paulino, Moacyr Paulino, Julio Stuardo Filho e Viviana Stuardo em 1970 e Leopoldo Paulino em 2009. 3- Comemorando "La Deciochera"; 4 e 5 Viviana, Lila e Aidé preparando "Choripan"; 6 - Leopoldo em frente a casa de Las Cruces.

No Aeroporto de Santiago do Chile

1 e 2 - Leopoldo e Tico no Aeroporto de Santiago 1971 e 2009; 3 - Novos amigos no Chile: Carol e Marta, mulher de Sérgio; 4 - Leopoldo e Julio conversam; 5 - Despedida: Rose, Leopoldo, Carol, Sérgio, Marta, Julio, Lila e Viviana Stuardo; 6 - Ao desperdir-se Julio diz a Leopoldo: "Fiz questão de vir dizer "tchau" aqui no Aeroporto, pois da outra vez eu não pude vir fazê-lo, você partia escoltado, exilado para o Panamá e eu estava preso pela polícia do

Músico ribeirãopretano em Santiago do Chile

No dia 10 de Setembro, o restaurante "El Antojo de Gauguin", do famoso "Patio Bellavista" em Santiago do Chile recebeu o músico Leopoldo Paulino. Com muita bossa nova e samba, Leopoldo deu um show de MPB! A apresentação marcou seu regresso ao Chile depois de 36 anos, país onde viveu durante o exílio. Já em 11 de Setembro, Leopoldo se apresentou na cerimônia em memória dos mortos e desaparecidos, na Villa Grimaldi, antigo centro de tortura que foi transformado em Parque pela Paz e emocionou os presentes.

Revista Dicas Mulher No 91, Novembro/2009

MÚSICA

MPB em Santiago do Chile

O músico ribeirãopretano Leopoldo Paulino se apresentou em um restaurante em Santiago do Chile

No dia 10 de setembro, o respeitado "El Antojo de Gauguin", restaurante do famoso "Pátio Bellavista", em Santiago, no Chile, recebeu o músico ribeirãopretano Leopoldo Paulino. COM MUITA BOSSA NOVA E SAMBA, LEOPOLDO PROPORCIONOU À NOITE CHILENA UM SHOW DE MPB. A apresentação aconteceu em seu regresso ao Chile depois de quase 36 anos, país onde viveu durante o exílio. Um momento emocionante no show foi a participação de sua mulher, Rose Paulino, declamando os versos de Vinícius de Moraes em "Eu Sei que Vou te Amar". Entre os presentes, estava Julio Stuardo, que foi governador de Santiago durante o governo de Salvador Allende, que concluiu: "foi maravilhoso relembrar o violão de Leopoldo no Chile".

No dia 11 de Setembro, Leopoldo se apresentou na cerimônia em memória dos mortos e desaparecidos na Villa Grimaldi, antigo centro de tortura que foi transformado em Corporação Parque pela Paz, Leopoldo emocionou os presentes com "Hasta Siempre" e "Para não Dizer que Não Falei das Flores".

Leopoldo emocionou o público

Revista Raiz Ano 23/Ed. 474 / No 40, 02/10/2009

4 Especial
Domingo, 04 de Outubro de 2009
o Diário de Ribeirão Preto
53 anos de tradição

CHILE: O REGRESSO

Depois de quase 36 anos, Leopoldo regressa ao Chile, país onde viveu durante o exílio

Militante da ALN, Leopoldo Paulino, deixou o Brasil para se refugiar no Chile em 1970 e nesse país presenciou o governo socialista de Salvador Allende, lecionou como Professor de Música da Universidade do Chile, trabalhou como músico na noite e colecionou momentos marcantes de sua carreira como a apresentação de um Musical de denúncia sobre a ditadura brasileira na Peña de los Parra. O Chile foi também o país onde nasceu o primeiro filho de Leopoldo, Carlos Eduardo, que acompanhou o pai em parte dessa nova jornada ao Chile.

Em 1973, após o Golpe, Leopoldo foi preso e torturado pela polícia repressiva e se refugiou na embaixada do Panamá e daquele país seguiu para a Argentina em exílio.

Leopoldo celebrou sua volta ao Chile com uma apresentação no "El Antojo de Gauguin", restaurante do famoso "Patio Bellavista" em Santiago do Chile. Ao violão, excursionou pela Bossa Nova, com Tom Jobim, Carlos Lyra, Vinícius e outros compositores.

A apresentação também teve participação especial do cantor chileno Omar Lavadie, que acompanhado por Leopoldo ao violão, interpretou vários boleros. Juntos encantaram o público com uma comovente interpretação em dueto de "Gracias a la Vida" da compositora chilena Violeta Parra. Um momento emocionante no show foi a participação de Rose Karla Paulino declamando os versos de Vinícius de Moraes em "Eu Sei que Vou te Amar", com Leopoldo ao violão.

A apresentação se encerrou com muito samba. Martinho da Vila, Paulinho da Viola, Jorge Aragão e outros compositores foram interpretados por Leopoldo, e o restaurante se transformou em uma verdadeira "casa de samba", com todos os presentes participando.

No dia 11 de Setembro, a Corporação Parque pela Paz Villa Grimaldi, antigo centro de tortura que foi transformado em memorial, realizou inesquecível ato de reverência à memória dos mortos e desaparecidos durante anos da ditadura de Pinochet. Leopoldo foi convidado a se apresentar na cerimônia e emocionou os presentes interpretando Hasta Siempre e Para não Dizer que Não Falei das Flores.

Dentre os vários amigos que fez no Chile, Leopoldo Paulino pôde reencontrar, Julio Stuardo, que foi governador de Santiago durante o governo de Salvador Allende, que concluiu: "foi maravilhoso estar com Leopoldo e relembrar a sua música no Chile".

Jornal o Diário de Ribeirão Preto 04/10/2009

Grupo de Estudos
"Carlos Marighella"
Chile: O Regresso
Câmara Municipal
de Ribeirão Preto
18/10/2010

Enfim Ribeirão Preto, 02 de outubro de 2009
redacao@enfim.com.br

Reencontro depois de 36 anos

Leopoldo em Chillán, no prédio em que antes funcionava a A Universidade do Chile, onde foi professor de música.

Leopoldo diante do local na Rua General Mackenna, em que foi preso e torturado pela polícia de Pinochet.

A casa que funcionou como Embaixada do Panamá foi confiscada pela ditadura de Pinochet que a transformou em centro clandestino de tortura, onde 43 pessoasforam assassinadas. Há um monumento em memória no local.

Exilado no Chile até 1973, Leopoldo Paulino retorna ao Chile pela primeira vez depois do Golpe de Pinochet.

Militante da ALN com prisão decretada e perseguido pela ditadura militar brasileira, em 1970 Leopoldo Paulino, deixou o Brasil para se refugiar no Chile.

Foram anos muito importantes, Leopoldo presenciou a vitória de Salvador Allende e os três anos de seu governo da Unidade Popular, trabalhou como Professor de Música da Universidade do Chile, tocou na noite, tendo inclusive se apresentado na lendária Peña de los Parra.

No Chile, prosseguiu sua militância e fez grandes amigos, como Julio Stuardo Gonzales, que foi governador de Santiago, a mais importante província do Chile. Naquele país nasceu o primeiro filho de Leopoldo, Carlos Eduardo.

Após o Golpe em 11 de Setembro de 1973, Leopoldo foi preso e torturado pela polícia de Pinochet. Solto, refugiou-se na embaixada do Panamá, onde ele juntamente com quase 300 exilados latino-americanos viveu momentos muito difíceis, durante vários dias.

A volta ao Chile em 2009 foi um reencontro de Leopoldo com parte de sua História. No dia 10 de Setembro, Leopoldo realizou um show no "El Antojo de Gauguin", restaurante do famoso "Patio Bellavista", em Santiago, com muito samba e bossa nova.

No dia 11 de Setembro, Leopoldo tocou na cerimônia em memória dos mortos e desaparecidos durante a ditadura de Pinochet, na Villa Grimaldi, um antigo centro de tortura que foi transformado em local de memória e respeito aos resistentes. Na ocasião Leopoldo emocionou aos presentes com Hasta Siempre e Para não Dizer que Não Falei das Flores.

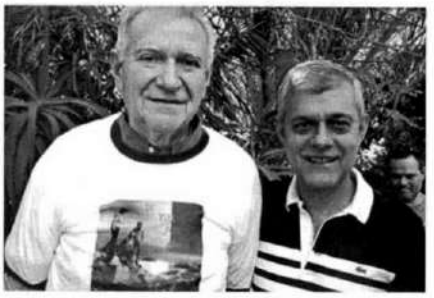
No show no "El Antojo de Gauguin", Leopoldo contou com a participação especial do cantor chileno Omar Lavadie, que juntos comoveram o público com um dueto de "Gracias a la vida" da compositora chilena Violeta Parra.

Leopoldocantando Bossa Nova e Samba no "El Antojo de Gauguin"

Leopoldo em apresenta çãomusical na Villa Grimaldi

Leopoldo com Margarida Romero Méndez, da Corporación Parque por La Pz Villa Grimaldi e Rose Paulino, sua esposa.

Leopoldo e seu filho Carlos Eduardo, o "Tico" em frente ao prédioem que moravam quando ele nasceu



Leopoldo e Julio Stuardo Gonzales.

Jornal Enfim 02/10/2009

Nosso gato Neruda

Quadro "Nós de Marinheiro"
da parede da casa de Julio em Las Cruces para a parede da nossa
Casa da Pedra.

SEXTA PARTE:

BUENOS AIRES - 2011

BUENOS AIRES
29 de Abril de 2011.

Eram quase 10 horas da manhã quando o avião aterrizou no Aeroporto de Ezeiza.

Após o exílio na Argentina, tivera apenas uma breve passagem por Buenos Aires, onde estive por poucos dias em uma época difícil, pois o medo ainda tomava conta do país.

Dessa vez, com Rose, fomos visitar o país em que vivi, e além do objetivo de levá-la a conhecer os principais pontos turísticos da interessante capital argentina, estava presente o propósito de conhecer alguns centros de memória da luta contra a feroz ditadura militar que se instaurou no país em 1976.

Assim, caminhamos pelas ruas do centro da capital portenha e visitamos alguns pontos turísticos, sobretudo a Feira de San Telmo, La Boca, a Rua Florida e assistimos aos maravilhosos shows de tango do "La Ventana" e "El Viejo Almacen".

Aproveitamos também para tirar um dia para irmos até Colônia, interessante viagem que fizemos de barco pelo Rio de la Plata e assim o Uruguai passou a ser o primeiro país que eu e Rose conhecemos juntos.

Já no primeiro dia, fomos até a Plaza de Mayo, lugar onde, durante o exílio assisti a várias manifestações populares e lá tiramos várias fotos com a visão da Casa Rosada, onde no passado vi Perón, da sacada, discursando para uma multidão.

Além das visíveis inscrições no chão pelas "Madres de la Plaza de Mayo", durante nossa visita, era como se em nossos ouvidos ecoassem os gritos das "Madres" clamando por justiça e pelo Direito sagrado de enterrarem seus filhos, desaparecidos, assassinados pela ditadura militar argentina.

Não me saía da cabeça a figura de Sra. Hebe Bonafini, líder daquele grupo, quem tive a honra de conhecer quando de sua visita ao Brasil, convidada pelo MR-8, para participar de um Encontro

Nacional de Mulheres de São Paulo.

Na oportunidade, Dona Hebe entrou no ginásio de esporte, altaneira, com seu característico lenço, de braços com companheira Maria, militante da organização.

No segundo dia de nossa estada, fomos de táxi à Rua "Combate de los Pozos", no local que denominamos "Aparelhão" em que vivi com diversos exilados latino-americanos durante meu exílio argentino.

Tiramos uma manhã para visitarmos a antiga ESMA (Escuela de la Mecánica de la Armada), tenebroso centro clandestino de detenção, onde foram assassinados em torno de 5000 revolucionários, que passaram pelas mais violentas e abomináveis torturas.

O local é sinistro e é impossível não lembrar de diversos companheiros argentinos que conheci na militância , sabendo apenas seus nomes de guerra, e que seguramente tiveram esse trágico fim.

Dentro da antiga ESMA funcionam diversas organizações como Mães da Praça de Maio, UNESCO, H.I.J.O.S, Secretaria de Direitos Humanos do MERCOSUL, Iniciativa Latino-americana para la Identificación de Personas Desaparecidas e o Centro Cultural de La Memória Haroldo Conti, que visitamos e onde deixamos ao acervo de sua biblioteca e videoteca nosso material do "Projeto Tempo de Resistência".

No último dia de nossa viagem, visitamos a sede da entidade "Madres de la Plaza de Mayo", onde fomos recebidos por algumas de suas integrantes, oportunidade em que lhe oferecemos um exemplar do livro "Tempo de Resistência".

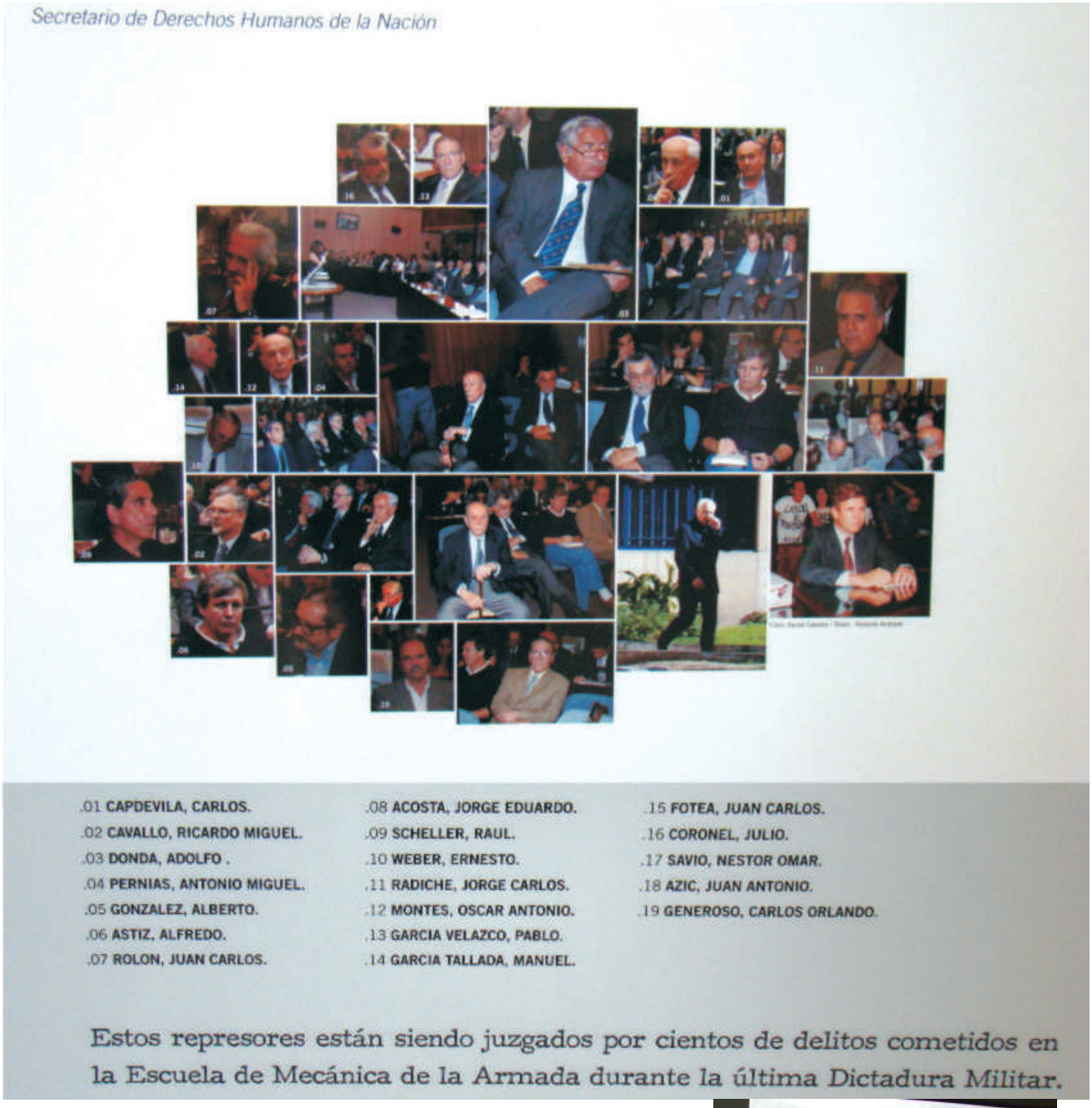
Após seis dias de estada em Buenos Aires voltamos ao Brasil, as lembranças povoando minha memória com todas as Histórias que vivi naquela cidade e revivi na minha volta a esse país e certamente com a presença forte de todas as pessoas que comigo conviveram em terras portenhas, ajudando a construir a História da América Latina.

ESCUELA DE GUERRA NAVAL
ARCHIVO NACIONAL DE LA MEMORIA

La Plaza de Armas fue la designación que tuvo este lugar desde su creación hasta el año 2004.
En el período 1976 -1983 funcionó el Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio ESMA.

Casa Nuestros Hijos da Fundação Mães da Praça de Maio

Centro Cultural Haroldo Conti



Cartazes no Centro Cultural Haroldo Conti

Plaza de Mayo

O "Aparelhão"

1 - Leopoldo e Rose na Boca; 2 - "Corrientes 348..."; 3 - Tango no El Viejo Almacén; 4 - Ruas de Colônia - Uruguay; 5 - Farol de Colônia - Uruguay, 6 - Sede da Frente Ampla em Colônia - Uruguay;

SÉTIMA PARTE:

CHILE - 2012

A MARATONA DE SANTIAGO

No final de janeiro de 2012, minha nora Carol, casada com Ernesto decidiu desafiar-me para participar da Maratona de Santiago. O casal tem praticado corrida com muita dedicação e os dois já se haviam inscrito para a prova.

Aceitando o desafio, Rose e eu decidimos participar da prova, que se apresenta em três modalidades: a maratona de 42 Km, a meia maratona de 21 Km e o percurso de 10Km.

Viajamos para o Chile no dia 31 de março e no Aeroporto nos esperava Sérgio, o amigo taxista que conhecemos em 2009 e que nos conduziu ao hotel, na Alameda, onde já nos esperava Julito Stuardo.

De lá, fomos ao local da organização do evento para retirarmos nossos "kits" da corrida, na central da organização do evento instalada na Estação Mapocho.

Dali seguimos para o bar Sur Patagonico na charmosa Calle Lastarria para encontrar Viviana e tomar vinho, comemorando nosso regresso ao Chile.

Ao anoitecer, Ernesto, que naquela ocasião era casado com Caroline, mãe de Luísa, preferiram ficar no hotel e descansarem para a prova, enquanto Rose e eu saímos para mais vinho e jantar.

No dia 1º de abril, levantamo-nos cedo e após o café da manhã fomos para o local previsto para o

início da prova na Alameda Bernardo O'Higgin's, onde nos encontramos com vários brasileiros, alguns de Ribeirão Preto, que estavam no Chile para fazer parte do evento.

Mais de 25.000 corredores participaram da competição e nos impressionou a ótima organização da mesma, em todos os seus detalhes.

Comecei a praticar corrida em 1971, no Chile, pois até então meus esportes eram o futebol e o karatê. Nesse ano, o companheiro Luis Travassos chega de Cuba e no Chile procurou arregimentar alguns companheiros para seguirem com a prática dessa modalidade esportiva.

Assim, Travassos, Maurício Saraiva, Arnaldo Agenor Bertone ("Rodrigo" ou "Grande") e eu, passamos a praticar corrida no Estádio Nacional de Santiago, na Avenida Grécia, local que depois do golpe militar, foi transformado em um campo de concentração por Pinochet e seu bando fascista.

Na Maratona, corri o trajeto todo com uma pequena faixa na mão e quando passei em frente ao Estádio Nacional, ergui o braço esquerdo, e voltei-me de frente para o prédio, em significativo gesto para relembrar os companheiros que lá tombaram. Na chegada da corrida, na Alameda, abri a faixa prestando minha homenagem aos três valorosos camaradas, já falecidos, com os quais iniciei minha vida de corredor.

Completei o trajeto de 21Km em 2He23min, enquanto Carol e Ernesto fizeram a marca de 2He-9min. Rose, iniciante no esporte, estreou em grande estilo sua primeira competição como corredora, perfazendo os 10 Km, em de 1H e 13min.

Terminada a prova, observamos uma movimentação de alguns corredores junto à estátua do Presidente Allende, em frente à Intendencia de Santiago. Conversando com eles, soubemos tratar-se de uma homenagem aos desaparecidos políticos e após nos identificarmos, Rose e eu participamos do ato.

No dia seguinte o arquidireitista jornal chileno "El Mercurio" trouxe um caderno especial sobre a Maratona, com os nomes dos mais de 25.000 participantes, onde pude constatar que me classifiquei com a posição 70 entre os participantes de minha faixa etária.

Após a corrida, fomos ao hotel para um banho e trocar de roupa e de lá seguimos de taxi para a casa de Julio Stuardo, onde ele nos recebeu com uma parrillada, empanadas, humita e vinho chileno.

No almoço, estava toda a família Stuardo, além de Ivan Witker e Omar Lavadie, também com seus familiares.

A confraternização foi fantástica e durou até bem tarde e pudemos conversar muito com os amigos e relembrar as antigas histórias.

Ficamos ao todo 10 dias no Chile e a agenda foi intensa.

Em uma noite, juntamente com Carol e Ernesto, fomos jantar na casa de Pablo Stuardo, com maravilhosa recepção organizada para nós por ele e sua mulher Paula. Os Stuardo novamente estavam reunidos, além de Pablo, Paula e seus filhos Sebastian e Cristobal, estavam presentes Julio e Lila, Aidé, irmã de Lila, Viviana, Julito e Patrício, sobrinho de Julio.

Muito gratificante foi a maravilhosa recepção com que nos brindaram nossos anfitriões Omar Lavadie e sua mulher Kátia. Na oportunidade conhecemos o filho deles, pequeno ainda, a quem colocaram o nome Salvador, em homenagem ao Presidente Allende. Nessa noite especial tivemos tivemos a agradável companhia de Viviana Stuardo.

Voltamos a visitar a vinícola Concha Y Toro, até porque laços afetivos me ligam com o local e seu mais conhecido produto, o "Casillero del Diablo" e visitamos também a vinícola Santa Rita, onde ouvimos da simpática recepcionista brasileira que nos atendeu a fantástica História dos 120 patriotas chilenos durante a luta pela independência do país e a firmeza de Doña Paula Jaraquemada, então proprietária do local, diante das tropas colonialistas espanholas.

Convidamos Sérgio, nosso amigo motorista, para almoçar conosco, juntamente com sua mulher Marta e a filha Carol, que havíamos conhecido em 2009, e a menina, orgulhosa vestia a camiseta que lhe havíamos trazido do Brasil.

Em um final de semana em Ilhabela, no litoral de São Paulo, conhecemos por acaso um casal residente em Santiago, o chileno Sebastian e a colombiana Marianela, oportunidade em que os levamos a conhecer alguns pontos interessantes daquele rincão de nosso país.

Chegando ao Chile, ligamos para eles e de imediato marcaram um dia para que fossemos com eles até Viña del Mar e Valparaíso.

No dia combinado foram nos buscar no hotel. E juntamente com Ernesto e Carol e assim fomos acompanhados pelo simpático casal àquele maravilhoso pedaço do Chile, que mais uma vez nos encantou.

Levaram-nos também a "La Sebastiana", a única casa de Pablo Neruda que ainda não conhecíamos, belo museu onde aprendemos muito mais sobre a vida do poeta.

Aproveitamos também para ir ao "Colégio Verbo Divino", local onde durante muito tempo os brasileiros exilados jogaram futebol, eu inclusive.

Levados por nosso amigo Sérgio paramos em frente ao Colégio, bastante modificado e tiramos algumas fotos em sua fachada, relembrando o período em que frequentava o local.

No dia 2 de abril, com Rose, fui a Casa de Memória da Rua José Domingo Cañas, no 1367, local onde passamos quando da visita ao Chile em 2009 e que somente pudemos ver de fora, pois ainda estava em construção.

Na casa, fomos recebidos pela companheira Laura Moya, dirigente do coletivo José Domingo Cañas, que se surpreendeu quando lhe disse que havia estado no local, nos sombrios dias de setembro e outubro de 1973, quando na casa funcionava a Embaixada do Panamá em Santiago.

Visitamos também o Espaço de Memória da rua Londres, 38, que em 2009 havíamos visto apenas por fora, pois internamente ainda estava em construção.

Fomos recebidos pelo companheiro Leopoldo Montenegro, encarregado de monitorar as visitas naquela casa de memórias e quando subíamos as escadas, de imediato reconheci o local e afirmei que "já havia estado lá". Ao chegar no andar superior, confirmei minha impressão: Havia estado lá, em setembro de 1972, com o companheiro Juca Alves, quando na casa funcionava a sede do Partido Socialista Chileno, e na época ocorria uma festa em comemoração à Semana da Pátria no Chile, para a qual fomos convidados, oportunidade em que me apresentei tocando e cantando músicas revolucionárias de nosso país.

Soube então que no mesmo dia do golpe de 11 de setembro de 1973, os militares fascistas tomaram à força a sede do PS chileno e a transformaram em um centro clandestino de torturas, onde dezenas de pessoas foram assassinadas, quase todas consideradas desaparecidas, já que seus corpos nunca foram encontrados.

Nosso interlocutor nos contou ainda que, antes que se identificasse o local, conhecia-se o mesmo como "A Casa dos Sinos", pois devido à proximidade da Igreja de San Francisco, os sobreviventes que passaram por lá assim a denominavam, já que, encapuzados, não faziam ideia de onde se encontravam, apenas escutando o som dos sinos.

Saí de lá muito impressionado, pela grande coincidência de já haver estado na casa, antes que ela fosse transformada em um aparelho clandestino da repressão chilena, além de pensar nos companheiros assassinados ali e na proximidade geográfica do local com aquele onde eu estive preso no dia 17 de setembro de 1973.

Ao chegar ao hotel observamos que da janela se podiam ver as inscrições na fachada da casa da rua Londres 38, o que nos fez permanecer de cortinas fechadas até o final de nossa estadia no Chile.

No dia 8 de abril, domingo, Julito Stuardo recebeu-nos em sua casa, para a despedida, pois viajaríamos ao Brasil no dia seguinte. Reuniu novamente a família Stuardo e vários amigos, a festa foi regada a vinho chileno, eu tocando violão e todos cantando, acompanhados por Gustavo Ruz, amigo de Julio Stuardo, que mostrou seus dotes no acordeom.

Julito nos dissera, na véspera, que lhe haviam presenteado com um vidro de azeite de dendê e ele não sabia como utilizá-lo.

Dissemos a ele que poderíamos fazer uma Moqueca baiana, à nossa maneira, e lhe relacionamos todos os ingredientes necessários, já que ele se ocuparia de comprá-los.

No domingo, chegamos mais cedo para preparar o almoço e Julito havia comprado tudo, incluindo o congrio, maravilhoso peixe da costa chilena, cantado em verso por Neruda. O anfitrião teve muito trabalho em procurar leite de coco, mas finalmente acabou encontrando o produto em uma loja de artigos tailandeses.

Enquanto me dedicava ao violão, acompanhado de Gustavo Ruz ao acordeom, puxávamos a cantoria de música latino-americanas. Catalina e Matilde, filhas de Julito, se encarregaram do bar da festa, Rose ficou com a cozinha e teve como auxiliar o próprio Julito, que se surpreendeu quando minha amada despejou uma garrafa de espumante na panela, ingrediente imprescindível em nossos pratos.

Por volta das 15 horas almoçamos e todos os amigos chilenos elogiaram o prato baiano, que eles ainda desconheciam e que, por coincidência, provei pela primeira vez no Chile, na casa de Aderne e Tânia, em 1970.

Já quase anoitecendo, despedimo-nos de todos, já com vontade de voltar breve ao Chile e reiterando os convites para que todos viessem logo ao Brasil.

No dia 9, segunda-feira, Sérgio, com Marta foi buscar-nos no Hotel, deixando-nos no aeroporto, onde nos despedimos e um pouco antes do embarque chegou Julito para nos desejar boa viagem.

Deixamos o Chile, de volta à terra e com os vínculos cada vez mais estreitos entre nós e o país andino, na verdade, minha segunda pátria.

Rose, Leopoldo, Ernesto e Carol minutos antes da largada da Maratona de Santiago 2012.

Leopoldo e a faixa com que homenageou os companheiros de corrida no Chile.

Leopoldo, após a corrida, no ato em homenagem a desaparecidos políticos.

Maratón de Santiago 2012

El Comité Organizador del Maratón de Santiago certifica que:

Carlos Leopoldo Paulino Teixeira

Ha participado de la prueba de 21 kilómetros, y su resultado oficial es:

Distancia	Categoria	Tiempo Oficial	Tiempo Chip	Puesto general	Puesto Categoria
21KM	V-60-64	02:25:27	02:23:06	5901	70

Fernando Jamarne B.
1er Vice Presidente
Federación Atlética de Chile
Director AIMS

Francisco Riquelme D.
Director General
Maratón de Santiago

AIMS FEDACHI adidas GATORADE IAAF

Certificado de participação de Leopoldo na Maratona de Santiago 2012

Recepção na casa de Julio Stuardo

Catalina, Ivan Whikter , Leopoldo e Julito.

Julito, Rose, Leopoldo, Sebastian, Ana Maria e sua filha.

Omar, Lila e Leopoldo

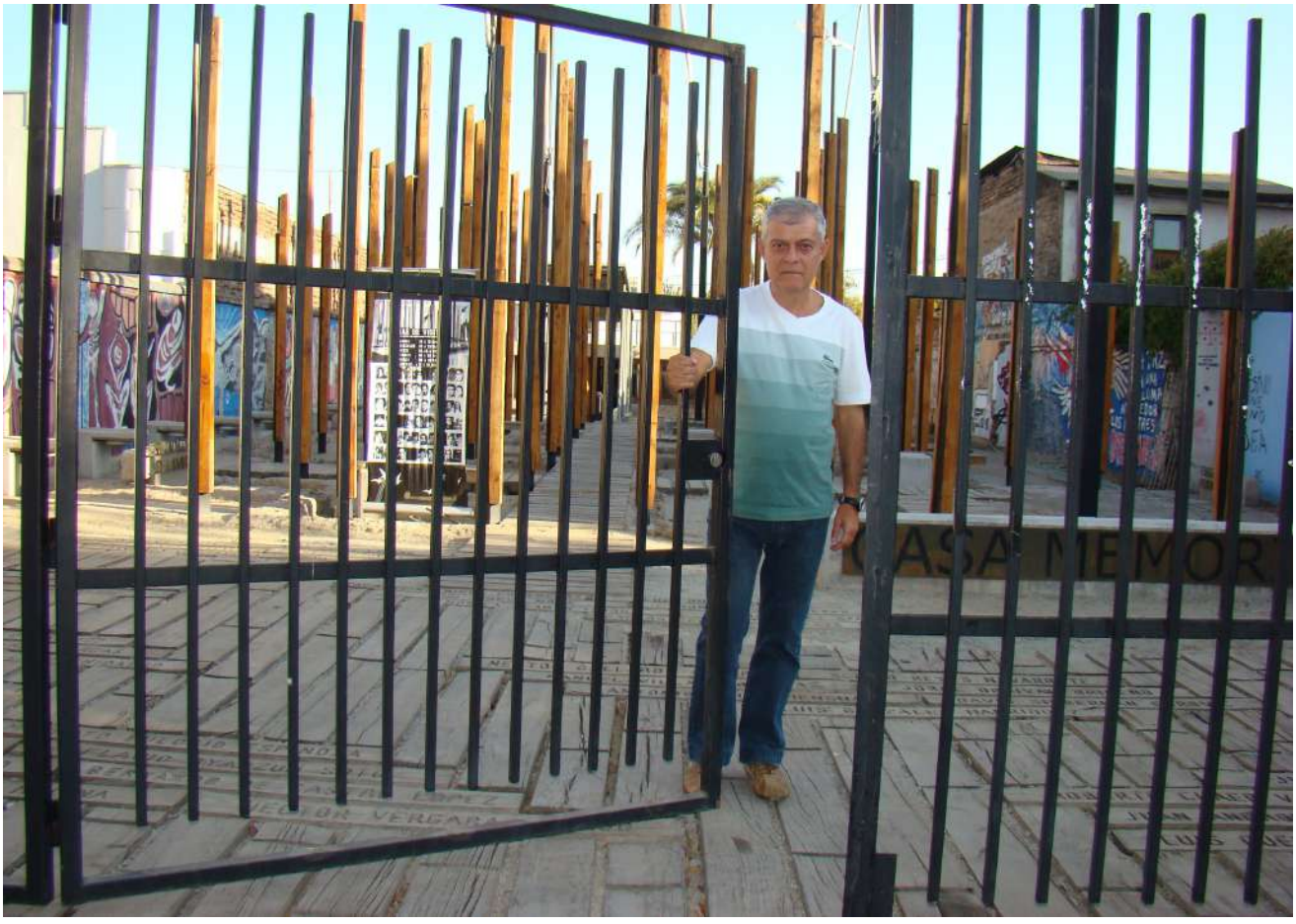
Rose, Catalina e Aidé

Julio Stuardo e Leopoldo

Imagens da Casa Memória
José Domingo Cañas

Leopoldo e a Laura Moya dirigente do coletivo José Domingo Cañas

Leopoldo e o painel que retrata a casa como era em 1973.



Leopoldo abre o portão da Casa Memória Jose Domingo Cañas, seguindo o gesto que tantas vezes repetiu quando lá funcionou a Embaixada do Panamá, em 1973.

Leopoldo e Rose retornam a Isla Negra

Leopoldo, Marianela e Sebastian em Valparaíso

Leopoldo tocando piano no Hotel Plaza San Francisco em Santiago

Leopoldo e Rose na Vinícola Santa Rita

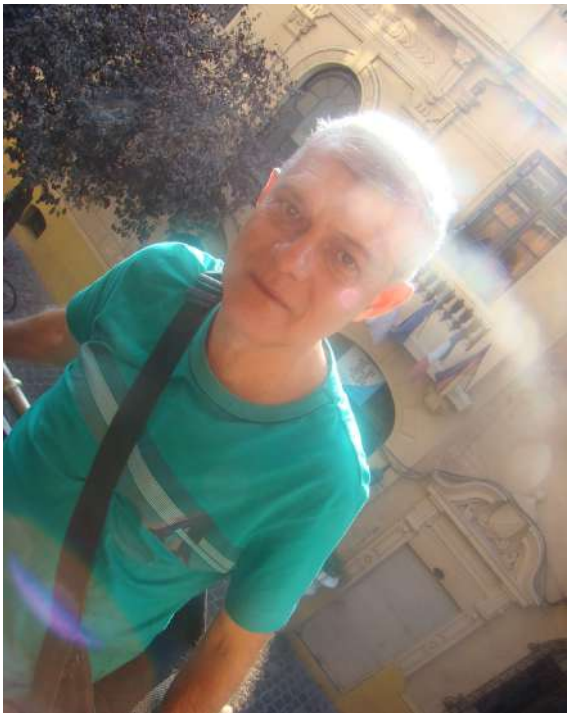
Leopoldo, Katia, Viviana e Omar no jantar na casa de Omar

Gustavo Ruz, Leopoldo e Lila na recepção na casa de Julito

A moqueca "chilena" feita na casa de Julito

Leopoldo na Casa Memória Londres, 38

Leopoldo Montenegro recebe Leopoldo Paulino e a militante do Projeto Tempo de Resistência Alessandra Sala na visita à casa Casa Memória Londres, 38



Leopoldo na sacada da Casa Memória Londres, 38

Leopoldo em frente ao Colégio Verbo Divino

SEMPRE TEMPO DE RESISTÊNCIA

A ASCENSÃO DO NAZI-FASCISMO NO BRASIL

No ano de 2005 eu voltava de Brasília para Ribeirão Preto, depois de haver participado de uma reunião do PSB na Capital Federal.

Na rodoviária havia grande movimentação de pessoas e fomos informados de que, devido a uma greve de funcionários do terminal, os ônibus estavam muito atrasados.

Depois de algumas horas, os coletivos começaram a sair e em virtude do atraso três ônibus partiram em direção a Ribeirão Preto.

Nessa época, eu era vereador em Ribeirão Preto e no dia em que cheguei de Brasília fui ao gabinete do Presidente do Legislativo local, vereador Cícero Gomes da Silva.

Despachava com ele, quando chegaram alguns militares da reserva, diretores de uma entidade que os representava e disseram que a finalidade da visita era apresentar ao Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, um deputado com o qual tinham contato.

Como eu estava presente, os militares me apresentaram também o deputado Jair Bolsonaro, do qual eu nunca antes havia ouvido falar, até porque esse parlamentar foi Deputado Federal por 27 anos e sua inoperância no Parlamento impediu que ele se tornasse conhecido no Brasil pelos seus mandatos.

Em conversa rápida, concluímos que Bolsonaro havia viajado no mesmo ônibus que me trouxe de Brasília a Ribeirão Preto.

2013

Em junho de 2013 eclodem manifestações em todo o país, dirigidas pelo recém-criado Movimento Passe Livre, em princípio protestando contra o aumento de vinte centavos no transporte público na cidade de São Paulo.

Em poucas horas essa manifestações que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”, foram ampliando sua pauta, reivindicando o “Combate à Corrupção”, a prisão dos corruptos apoiando a “Operação Lava-Jato”, que ficou conhecida por haver um juiz de Direito inescrupuloso, determinado a

prisão injusta de várias pessoas de esquerda, sem que nenhuma prova houvesse contra elas.

Foi decretada nesse "processo" a arbitrária prisão do então ex-Presidente Lula.

Passou a ficar claro que as chamadas "Jornadas de Junho" eram de caráter direitista e durante o período em que ocorreram foram se gestando grupos fascistas, tais como "Vem Pra Rua" e "Movimento Brasil Livre (MBL), cujos militantes tiveram participação ativa nas "jornadas".

Logo, os manifestantes deixaram claro que seus principais alvos eram o PT e a Presidente da República Dilma Rousself e as "jornadas" marcaram a ascensão do nazi-fascismo no Brasil.

O IMPEACHEMENT

Na esteira das "Jornadas de Junho", parlamentares direitistas, com o apoio de industriais e do "agronegócio", além do respaldo da esmagadora maioria da grande imprensa, começaram a articular a derrubada da Presidente Dilma.

Assim, no dia 31 de agosto de 2016, através de sórdida manobra, a direita, sem nenhum motivo que justificasse a derrubada da Presidente, consegue decretar o impeachement de Dilma Rousself.

BOLSONARO

A ascensão do nazi-fascismo, iniciada em 2013, não parou no impeachment.

Em outubro de 2018 esse movimento consegue eleger o capitão Bolsonaro como Presidente da República.

Deputado medíocre, defensor da tortura e da ditadura militar, indivíduo torpe, abjeto, negacionista, genocida, fascista, racista, homofóbico e misógino, Bolsonaro tão logo toma posse revela suas sórdidas ações e reúne um time executivo de péssima qualidade e totalmente alinhado com suas espúrias motivações.

Durante o governo de Bolsonaro, além do incentivo ao aumento da violência e da constante alimentação ao discurso de ódio, Bolsonaro combateu a democracia, atacou o judiciário, retirou direitos trabalhistas, incentivou o desmatamento e a ação de garimpos ilegais, o que promoveu um genocídio entre os povos Yanomamis.

Com seu estilo criminoso de governar, colocou em risco o comércio internacional de nossos produtos e a relação diplomática com vários países, o que fez com que o Brasil deixasse de ser respeitado internacionalmente e também voltasse ao mapa da fome mundial.

Logo no início da pandemia de COVID-19, Bolsonaro passou a negar publicamente a existência da enfermidade e sabotou governos estaduais e municipais que procuravam tomar medidas sobre

distanciamento e isolamento social. Deliberadamente retardou a compra de vacinas, bem como negou apoio ao trabalho científico brasileiro para a produção de vacinas próprias. Cada gesto de Jair de Bolsonaro representou milhares de vidas ceifadas pelo COVID em nosso país.

Durante a pandemia, seguiu ironizando a doença, praticando charlatanismo e recomendando remédios sem eficácia para combater o COVID. Imoral, Jair Bolsonaro chegou ao ponto de fazer chacota dos doentes, imitando publicamente pessoas que estavam morrendo sufocadas pelo COVID.

Ao mesmo tempo em que se destacava com suas aparições sem máscara e fazendo apologia dos seus valores vulgares e criminosos, Bolsonaro ganhava apoio de grupos nazistas que encontraram no mandato executivo de Bolsonaro terreno fértil para semearem e desenvolverem suas práticas delituosas.

Dado ao desolador cenário em nosso país assolado pelo COVID e com agravamento da crise econômica, o Movimento Popular buscou se articular para lutar com todas as suas forças conta o mandatário fascista. Participei ativamente dos atos e das manifestações contra Bolsonaro, bem como das denúncias e militância pelas redes sociais.

Com o avanço do movimento popular, a esquerda consegue eleger Lula como Presidente da República, impondo grande derrota ao fascismo. Bolsonaro deixa o país 48 horas antes de terminar seu governo e vai para os Estados Unidos, de onde continua comandando a conspiração contra a democracia no Brasil.

No dia 08 de janeiro de 2023, já com Lula governando o país, os nazi-fascistas sob direção de Bolsonaro, com torpeza e violência atacaram e depredaram os prédios do STF, do Congresso Nacional e da Presidência da República em Brasília. Foi a tentativa de um golpe para destruir a democracia. Os golpistas não obtiveram êxito devido à ação da autoridades constituídas.

A saída de Bolsonaro do governo foi um importantíssimo passo para a democracia no Brasil, mas estou certo de que a esquerda precisa estar mobilizada o tempo todo, principalmente nas ruas, para defender o governo Lula e deter o avanço do nazi-fascismo, que certamente continuará realizando suas ações antidemocráticas e disseminando sua política de ódio.

SONHAR – OUSAR – RESISTIR

Durante o ano de 1998, dediquei várias horas por dia para escrever a primeira edição do Tempo de Resistência, aproveitava os momentos em que a casa ficava em silencio e aos meus pés me faziam companhia nosso labrador Fidel e sua consorte Ágata.

Meus pais já eram falecidos e foi crucial contar com a pródigo acervo de recortes de jornais, panfletos e outros materiais que minha ousadamente conseguiu conservar desde os repressivos tempos da ditadura.

Comecei escrevendo sobre minhas origens, meus antepassados e suas participações de militância. Minhas raízes.

O texto fluía e cada vez mais eu percebia o entrelaçamento de minha trajetória pessoal com os eventos da nossa História e a honra que tive de militar ao lado de valorosos companheiros nas trincheiras da luta contra a ditadura militar.

Sinto como um dever revolucionário resgatar a História dessa luta e a memória dos companheiros que tombaram.

Nesta 12ª. Edição do Tempo de Resistência seguimos atualizando o conteúdo, pois assim entendo a História e meu dever como militante, prosseguindo na luta contra as injustiças sociais.

Continuo firme na luta pelo Socialismo e estou seguro de que valeu a pena ter enfrentado a ditadura de armas na mão.

Com frequência, nas palestras e debates que realizo, quando alguns estudantes me perguntam se me arrependo de alguma coisa que fiz, respondo com firmeza: "Eu me arrependo daquilo que não fiz".

Ribeirão Preto, 18 de agosto de 2023.

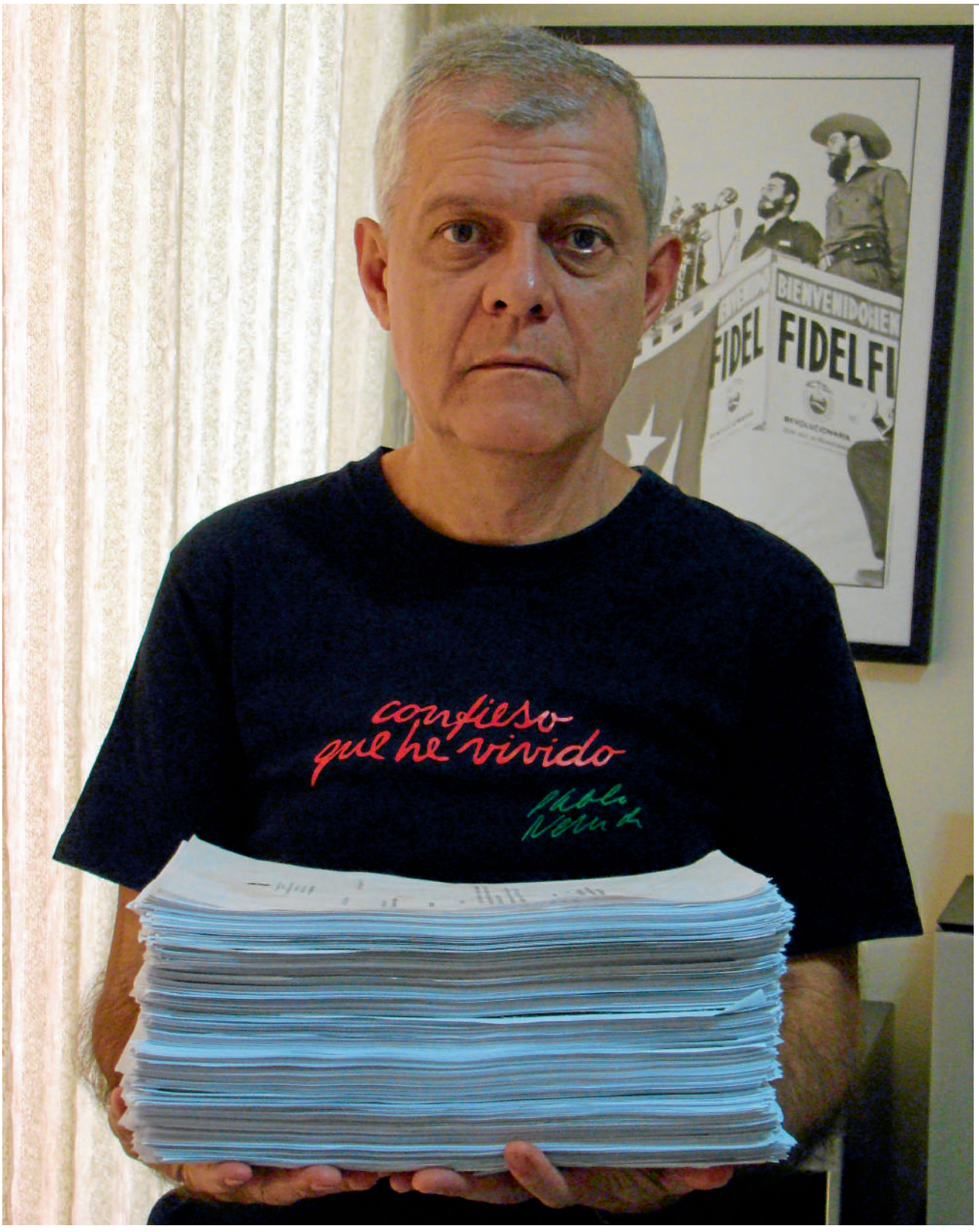
Leopoldo Paulino

ANEXOS

INFORMAÇÕES SOBRE A VIDA E A MILITÂNCIA DE LEOPOLDO PAULINO COLETADAS PELOS ORGÃOS DE REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR

INFORMAÇÕES ORIUNDAS DO ARQUIVO NACIONAL

(Devido ao elevado número de documentos oriundos do Arquivo Nacional, reproduzimos apenas uma parte dos mesmos).



Leopoldo mostra o conjunto dos documentos retirados no Arquivo Nacional (1.115 páginas), contendo informações sobre sua pessoa coletadas pelos órgãos repressivos da ditadura militar.

(MR-8)

Nome: CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO ou LEOPOLDO PAULINO

Codinome:

Apelido:

Filiação: MOACYR ALVES PAULINO e MARIA APARECIDA TEIXEIRA PAULINO

DLN: 11 JUN 60 - RIBEIRÃO PRETO/SP

Identificação: RG 4336243

Sinais Particulares:

Profissão: Advogado

Local de Trabalho:

Residência: Rua Henrique Dumont, 939, RIBEIRÃO PRETO/SP

Cônjuge:

Função na Estrutura do Partido: militante do MR-8 em RIBEIRÃO PRETO/SP

Frente em que atua:

Outras OS em que atuou:

Outros Dados: Membro do Diretório Municipal do PMDB de RIBEIRÃO PRETO/SP; Vereador eleito pelo PMDB de RIBEIRÃO PRETO/SP.

CADA: B0060227

(pag. 01 a 366)

COLETÂNEA DE RELATORIOS POLICIAIS ELABORADOS EM PROCEDIMENTOS INSTAURADOS PELAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL, DESTE D.O.P.S., REFERENTES AO P.C.B. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO), DE JANEIRO DE 1.950 A OUTUBRO DE 1.972, COM RESPECTIVO INDICE ONOMASTICO, POR NOMES FALSOS E CODINOMES.

Modesta coleta, seleção e índices por

SYLVIO PEREIRA MACHADO.

1º Delegado Assistente do DOPS.

CARLOS HENRIQUE HECK, Vulgo Cristiano, pag. 202
CARLOS HENRIQUE KNAPP, Vulgo Martins, pag. 3, 113
CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, pag. 78
CARLOS LICHTSZTEJN, Vulgo Lincoln, pags: 108, 218
CARLOS MARIGHELLA, Vulgo Menezes, pag. 3
CARLOS RUSSO JUNIOR, Vulgo Hélio, pags: 73, 162, 177, 218
CARMEN LÚCIA SOARES, pag. 186
CARMEN MONTERO DOS SANTOS, nome falso de Carmen Montero d
tos Jacomini, Vulgos: Ana, Paula, Zizi, Patricia, pags: 1

/ 453

DEPENDÊNCIA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - RIB. PRÊTO
- Setôr de Ordem Política e Social -
(Rua Duque de Caxias, 1048-fone: 1799)

- R E L A T Ó R I O -

Fatos:- LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Indiciados: PAULO EDUARDO PEREIRA e outros.-

O presente inquérito, foi instaurado em virtude do desbaratamento de um grupo terrorista que desde 1966/1967 vinha se arregimentando e agindo na cidade de Ribeirão Prêto, com o objetivo de deflagar ao lado de outras organizações, uma "guerra revolucionária subversiva".

O grupo questionado aquí se formou com a participação de PAULO EDUARDO PEREIRA, CARLOS RUSSO JÚNIOR, JOSÉ MARIETTO, NANCI MARIETTO, JOSÉ ANTÔNIO DE SOUZA, BARRIER CARLOS GALHARDO, ARY ALMEIDA NORMANHA, PATROCINIO HENRIQUE DOS SANTOS, JOSÉ ADOLFO DE GRANVILE PONCE, TOSHIO TANAKA, VÂLNIO LEONCARRIJO e outros, ligados diretamente à ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL, que óra dirigida pelo falecido CARLOS MARIGHELLA e JOAQUIM CÂMARA FERREIRA, êste mais conhecido por "TOLEDO".

A ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL é tida como uma organização terrorista, cuja finalidade é a derrubada do Govêrno Brasileiro, atravês da LUTA ARMADA e consequente mudança do regime político.

O grupo questionado, desde a sua formação, desenvolveu atividades subversivas, arregimentando outros elementos, como também, armas, munições e outros materiais destinados ao movimento. Com orientação direta do Joaquim Camara Ferreira (Toledo), do Vergílio Gomes da Silva (Haroldo) e do Francisco Gomes da Silva (David), tidos em São Paulo-cap. como "braços direitos" da "ALA MARIGHELLA" e que periódicamente vinham à Ribeirão Prêto, o grupo de Ribeirão Prêto, furtou placas de veículos nesta cidade e efetuou levantamentos esquemáticos de cidades e estabelecimentos comerciais e de crédito, notadamente de Ribeirão Prêto, que enviaram ao movimento questionado, em São Paulo.

Em 16/10/1969, alguns participantes do grupo local, já com atividades de terror, colocaram bombas incendiárias em diversas seções da Casa Local LOJAS AMERICANAS S/A, que deveriam produzir efeito, segundo interrogatórios dos implicados, na noite de 16 para 17 do mês de outubro p. passado. Tal-

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA 74

DEPENDENCIA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - RIB. PRÊTO

EULOGÍNIO- continuação fls. 2=

mentalmente, a algum defeito naqueles engênhos. Referidas bombas, no dia imediato à suas colocações, fôram encontradas pelos funcionários da própria firma, as testemunhas JOSÉ LUIZ DEL ROSSO, EURIPEDES MARCOLINO ROSA, JOSÈ AURELIO MIGLIORI e ANTÔNIO FRANCO, justamente quando atendiam freguezes, vindo-se a efetuar as apreensões respectivas, com tôdas as cautelas que o caso exigiu. Imediatamente foi solicitado um exame pericial em um dos engenhos, constituido de uma bolinha do ping-pong, composta do sacarose (açúcar comum), clorato de potássio e uma cápsula contendo ácido sulfúrico concentrado, tendo o sr. Perito examinador, fornecido o laudo de fls. 5 "usque" 6, do qual se infere que o engênho éra de alto teor incendiário.

Ressalta-se aquí que em Abril do ano em curso, GUILHERME DOS SANTOS CARVALHO, fôra detido por elementos da polícia de São Paulo, ocasião em que apreenderam em seu poder, dez quilos de clorato de potássio que recebera das mãos de VERGILIO GOMES DA SILVA e que eram destinadas a Ribeirão Prêto, para o movimento aquí orientado por Paulo Eduardo Pereira.

Os indiciados CLAUDINEI MACARATO, PAULO EDUARDO PEREIRA, DARRIER CARLOS GALHARDO, JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA, GUILHERME DOS SANTOS CARVALHO, ARY ALMEIDA NORMANHA e IRINEU DE MORAIS, detidos em São Paulo, por elementos do DOPS, houveram por bem confessar suas atividades terroristas, oportunidade em que fôram interrogados nos presentes autos, vindo a se apreender em pôder dos mesmos, as armas, munições e um frasco contendo cianureto de potássio, como se vê pelos laudos, digo, pelos autos de fls. 78, 79 e 80.

Os indiciados no presente inquérito, tiveram suas ações como passamos a individualizar:

CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, qualificação indireta mente às fls. 60, por estar foragido, tido como elemento ativo do movimento, incitativo, participou da colocação das bombas incendiárias na [illegible] Lojas Americanas local, como também, participou furto de placas de veículos para o movimento;

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA 80

DEPENDENCIA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - RIB. PRETO

RELATÓRIO - continuação - ..... - fls 6 -

ANTÔNIO DE SOUZA, GUILHERME DOS SANTOS CARVALHO, ARY ALMEIDA MOR[illegible], IRINEU DE MORAIS, JOSÉ ADOLFO DE GRANVILE PONCE, NANCI MARIETTO, VITALIO LEON CARUIJO, TOSHIO TANAKA, JOSÉ MARIETTO, CARLOS RUSSO JÚNIOR, CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, PATROCÍNIO HENRIQUE DOS SANTOS, JOSÉ EDUARDO DE SALLES ROSELINO, JOAQUIM CÂMARA FERREIRA, VIRGILIO GOMES DA SILVA, FRANCISCO GOMES DA SILVA, como também do "Dr. MADEIRA" e IVAN LUNCE ÂNGULO, êstes dois últimos, não qualificados nos autos, por falta de elementos nesta Seccional-setor DOPS.-

- Ribeirão Preto, 29 de dezembro de 1969 -

O Delegado de Polícia.

MIGUEL LUMANNO -

- DATA E REMESSA -

Na data acima, recebí os presentes autos e em seguida, através do ofício nº 2.099/69, desta data, faço remessa dos mesmos, ao senhor doutor Diretor do Departamento de Ordem Política e Social em São Paulo (DEOPS), acompanhados das armas, munições, bombas e cianureto de potássio, constantes das apreensões de fls e fls.- Eu _____, Escrivão, para constar, lavrei o têrmo.-

- r e m e t i d o s -

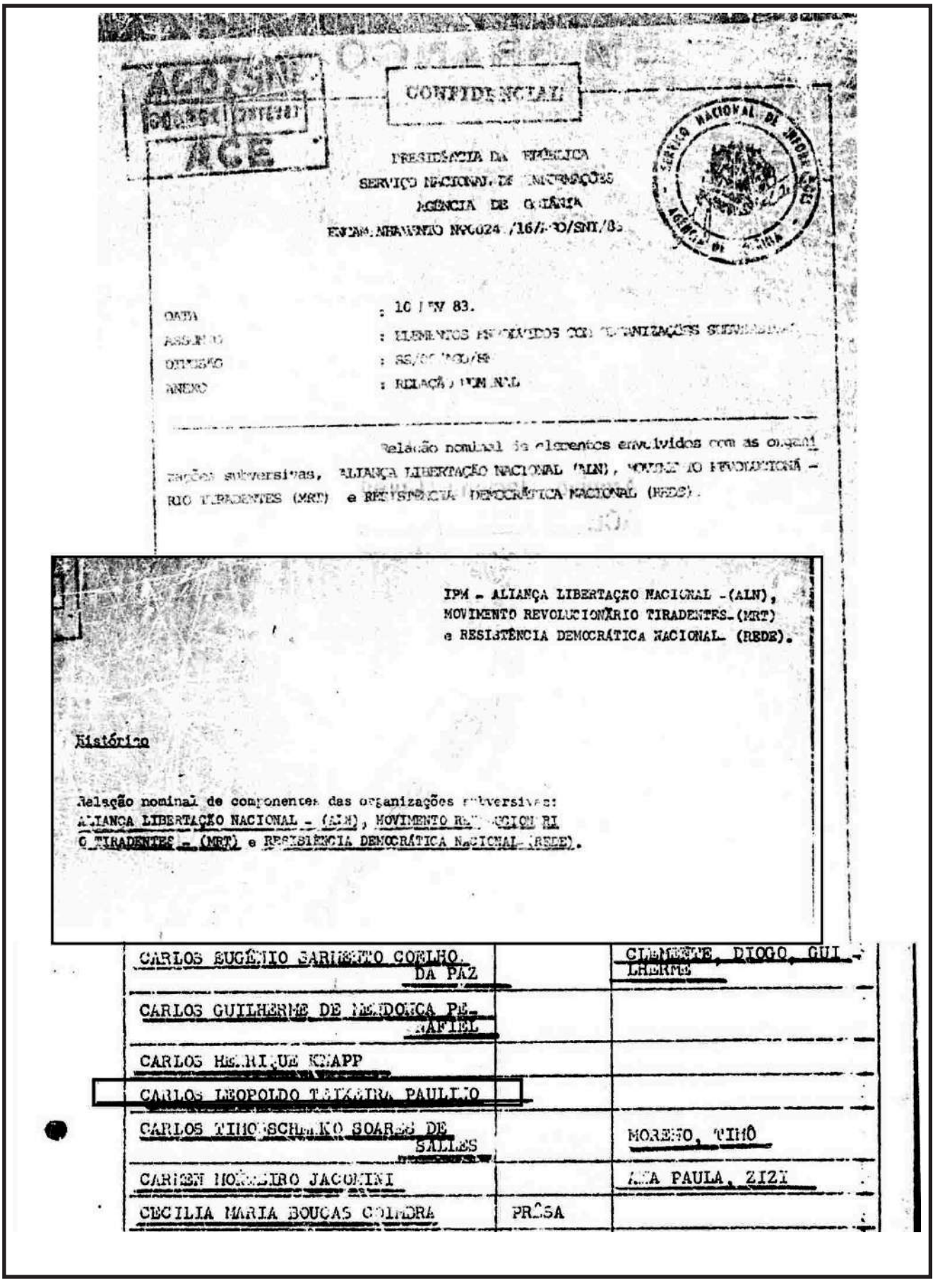
DSI/MINTER Continuação do Informe n.º 22/1322-G de 01/OUT de 197 3

Proferiu palestra, em 1970, para um grupo de jovens esquerdistas do movimento religioso (AUC) dirigido pelo Monsenhor.

- Ligado ao Professor Dr. GUILHERME SIMÕES GOMES, atuante Cripto - comunista que foi preso e condenado por sua atuação como elemento terrorista da "FALN", em 1969, na cidade de Ribeirão Preto/SP. Elemento atuante no meio estudantil local, na reorganização da UME-UEE.
- Ligado ao Professor Dr. JOSÉ WILSON SEIXAS SANTOS, notório cripto - comunista daquela cidade. Preso em 1964, fugiu em 1969, receoso de ser incriminado por suas ligações com o Chefe do movimento terrorista "FALN", acadêmico WANDERLEY CADIM, seu aluno na Faculdade de Direito.
- Vem difamando o Brasil no exterior, de todas as formas, utilizando-se das facilidades concedidas pelo Conselho Mundial de Igrejas, ao qual é filiado, e pela SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC), da qual foi presidente aproximadamente durante 10 anos, até o ano passado. Fez várias viagens à EUROPA, a países da América do Sul e capitais brasileiras, à contatos subversivos.
Nos congressos da SBPC, quando seu presidente, compareceram inúmeros estudantes subversivos de Ribeirão Preto (SP), quase todos da liderança do Monsenhor ENZO CAMPOS GUSSO, podendo ser citados, entre outros: VERA REGINA LIGNELLI OTERO (Fil., USP), MÁRCIA REGINA BONACAMBA (Fil., USP), CÉLIA MARIA LANA DA COSTA (Fil., USP) MARILENA RISTUM (Fil., USP) e JOSÉ AMÉRICO ROQUE RUBIANO (Direito).
- Em 1969, pronunciou conferência no Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito (então dominado pelos comunistas), cujo presidente, terrorista CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, fugiu para o CHILE no final daquele ano, quando foram desbaratados os grupos subversivos de Ribeirão Preto/SP. O professor SEIXAS assistiu a esta conferência.
- Freqüentemente, profere palestras no Centro Acadêmico "ROCHA LIMA", da Faculdade de Medicina local, há anos dominado pelos comunistas, particularmente para calouros daquela Faculdade. Uma palestra no ano 1973, apresentada pelo comunista, acadêmico LUIZ CARLOS SCHNEBERG, presidente do CARL, sobrinho do

CONFIDENCIAL

NOME	SITUAÇÃO ATUAL	CODINOME
CAIO SÉRGIO MOREIRO TUMA	PRÊSO	CESAR
CAIO VENÂNCIO MARTINS		CESAR
CARLOS LICHTSZTEN	PRÊSO	LINCOLN
CARLOS RUSSO JUNIOR	PRÊSO	ADALBERTO, GORDO, HÉLIO ou LOURENÇO
CARLOS SCHNAIDERMAN		LÉLIO
CARLOS ALBERTO LIBÂNIO CRISTO	PRÊSO	FREI BETO
CARLOS ALBERTO LOBÃO DA SILVEIRA CUNHA	PRÊSO	LAÉRCIO
CARLOS ALBERTO MORMANHA	PRÊSO	JOAQUIM
CARLOS AUGUSTO MENEZES SAMPAIO		
CARLOS AUGUSTO DA SILVA SAMPAIO	PRÊSO	PAULO, SILVIO
CARLOS EDUARDO PAMAL DE LIRA	BANIDO	CLÓVIS, HOMERO
CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY	BANIDO	ANTONINHO, HUMBERTO, QUINCAS, TEIXEIRA
CARLOS EUGÊNIO SARMENTO COELHO DA PAZ		CLEMENTE, DIOGO, GUILHERME
CARLOS GUILHERME DE MENDONÇA PENAFIEL		
CARLOS HENRIQUE KNAPP		
CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO		
CARLOS TIMOSCHENKO SOARES DE SALLES		MORENO, TIMÔ
CARMEN MOREIRO JACOMINI		ANA PAULA, ZIZI
CECILIA MARIA BOUÇAS COIMBRA	PRÊSA	
CELESTE DEL CASTILHO CAPIBARIBE	PRÊSA	
CELSO ANTUNES HORTA	PRÊSO	ALCIDES
CESAR MOTA		
CESAR AUGUSTO STEPHAN CASTIGLIAN	PRÊSO	BRAGA, EDGARD, JOVEM MAGRO
CHIZUO OSAWA	BANIDO	MÁRIO
CÍCERO SILVEIRA VIANA		
CID DUFFRAYER		
CLAUDIMEI MACARATTO	PRÊSO	CARLOS



ACESSO
ACE

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE GOIÂNIA
ENCAMINHAMENTO Nº 0024 /16/ASO/SNI/83

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE GOIÂNIA

DATA : 10 / FV 83.
ASSUNTO : ELEMENTOS RELACIONADOS COM ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS
OBJETIVO : SS/OS Nº 3420/83
ANEXO : RELAÇÃO NOMINAL

Relação nominal de elementos envolvidos com as organizações subversivas, ALIANÇA LIBERTAÇÃO NACIONAL (ALN), MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES (MRT) e RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA NACIONAL (REDE).

IPM - ALIANÇA LIBERTAÇÃO NACIONAL - (ALN), MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES (MRT) e RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA NACIONAL (REDE).

Histórico

Relação nominal de componentes das organizações subversivas: ALIANÇA LIBERTAÇÃO NACIONAL - (ALN), MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES - (MRT) e RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA NACIONAL (REDE).

CARLOS EUGÊNIO SARMENTO COELHO DA PAZ		CLEMENTE, DIOGO, GUILHERME
CARLOS GUILHERME DE MENDONÇA PENAFIEL		
CARLOS HENRIQUE KNAPP		
CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULILO		
CARLOS TIHOMIROSCHENKO SOARES DE SALLES		MORENO, TIHÔ
CARMEN MONTEIRO JACOMINI		ANA PAULA, ZIZI
CECILIA MARIA BOUÇAS COIMBRA	PRESA	

[CONFIDENCIAL]

M. ISTÉRIO DO EXÉRCITO

I EXÉRCITO

D O I

Nº 26/74 IPM. LOIS DATA: 05/FEV/74 DE: 14.00 ÀS 18.00 HORAS

Perguntado sobre as atividades das organizações subversivas brasileiras no CHILE declarou:

A) - Sobre a ALN

1. que o depoente foi apresentado a WILSON NASCIMENTO RODRIGUES ("NEGÃO"), por ELINOR MENDES DE BRITO ("SAUL", "MOISÉS");

2. que WILSON NASCIMENTO RODRIGUES ("NEGÃO"), era militante da ALN, e lhe resumiu a linha política da organização na época, da seguinte maneira: A ALN pregava a luta armada, vendo na GUERRILHA RURAL, com a formação de um exército de libertação, o encaminhamento ideal para a derrubada do regime; a luta armada na cidade deve ser desenvolvida para a criação de condições para uma futura GUERRILHA RURAL; a derrubada do regime deve ser seguida da formação de um govêrno popular de transição, para posteriormente criar-se um regime socialista; que WILSON NASCIMENTO RODRIGUES ("NEGÃO") entregou ao depoente um documento datado de OUTUBRO de 1970, que versava em linhas gerais sobre o que lhe foi dito pessoalmente;

3. que o depoente caracteriza como militantes da ALN em SANTIAGO:
   - FRANCISCO ASKERVAL MENDES;
   - TAKAO AMANO;
   - WILSON NASCIMENTO RODRIGUES ("NEGÃO");
   - REYNALDO GUARANIS SIMÕES;
   - RAFAEL DE FALCO;

4. que o depoente caracteriza como elementos em discussão com a ALN:
   - CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO;
   - REGINALDO CARVALHO;
   - REGIS BARBOSA;
   - GERSON ALVES PEREIRA;

[CONFIDENCIAL]

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLÍTICA

OPERAÇÃO IBIÚNA

XXX.º CONGRESSO DA EXTINTA U. N. E.

12 — 10 — 1968

SÃO PAULO

Cuidou o "S.S." de recolher todas informações sobre o Congresso anunciado. Um eficiênte plano foi acionado: observaçõs em pontos de embarque e desembarque (aeroportos, ferrovias, rodovias, estações ferroviárias e rodoviárias); deslocamentos de estudantes de outros Estados, com constante troca de informações com as polícias brasileiras; levantamento- as áreas prováveis de realização: região de Sorocaba; trabalho de desinformação, etc.

Já nos primeiros dias de outubro, sabiamos o local escolhido para a realização do Congresso, proibido: Ibiúna, município da região policial de Sorocaba.

Completou-se o serviço de informaçõs, com levantamento topográfico do local, indicação de vias de acésso e saida, identificação dos postos de observaçõs e segurança dos estudantes, etc.

Um relatório completo foi elaborado com todos os dados e, levados à apreciação das autoridades executivas.

Nesta primeira fase, trabalharam as seguintes autoridades:

Dr. Celso Telles - Delegado Chefe do SS/DOPS.
Dr. Roberto Quass- Delegado Adjunto do SS/DOPS.
Dr. Romeu Tuma - Delegado Adjunto do SS/DOPS.
Dr. Gil Antonio Ferreira - Delegado Adjunto do SS/DOPS.
Dr. Otavio Traballi Camargo - Delegado de Polícia de Ibiúna, e, mais todo o côrpo de agentes do SS/DOPS.

SEGUNDA FASE -

De posse de todos os elementos de informaçõs, cuidou-se da ação repressiva. O D.O.P.S., com os Delegados José Paulo Bonchristiano (Adjunto de Ordem Política) e Orlando Rozante (Adjunto de Ordem Social), comandando 95 investigadores dêste Departamento, uniu-se à Fôrça Pública, que com o 7º Batalhão de Caçadores, comandado pelo Coronel Divo Barsoti, no dia 12 de outubro, efetuou a prisão de 693 convencionais no local conhecido como "Sitio Murundú", no município de Ibiúna. Foi uma ação rápida, sem violência, fulminante, que contou ainda com a colaboração do Delegado Regional de Polícia de Sorocaba, Dr. Guilherme Viesi.

687- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, brasileiro, nat. de Ribeirão Preto, SP., solteiro, 18 anos (11.6.1950) filho de Moacyr Alves Paulino e Maria Aparecida Paulino, residente à Rua Henrique Dumond, 939 (Jardim Paulista) em Ribeirão Preto. Estudante da Faculdade de Direito "Laudo de Camargo", em Ribeirão Preto.

CONFIDENCIAL

046670 84

PRS

023151 73

GABINETE DO MINISTRO
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
EM, 22 DE NOVEMBRO DE 1973
ASSUNTO: ALBÚM FOTOGRÁFICO.

OFÍCIO Nº 316 - AI

SS-16.
Ficar (colocar no espaço "Doc Exhibit" na pasta "XXX Congresso da UNE - IBIÚNA") Arquivar os albuns. Hastear a SS-16 pinçados c.i.t. p/ a SS-19

Senhor Chefe:

Encaminho-vos, 2 (dois) exemplares do albúm fotográfico dos elementos que compareceram ao 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado em 12 de outubro de 1968 na cidade de IBIUNA-SP, e que, na oportunidade, foram presos e qualificados criminalmente.

2. A confecção deste albúm só foi possível graças ao apoio recebido do Órgão subordinado à essa Chefia e de toda à Comunidade de Informações.

3. Aproveito a oportunidade para renovar os votos de elevada consideração.

Gen Bda MILTON TAVARES DE SOUZA

010

N O M E	ESTADO	FOTO PAG	FOTO Nº	DQ PAG
CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO	SP	86	167	110
	SP	86	168	111

167 - CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO
FILIAÇÃO : MOACYR ALVES PAULINO
MARIA APARECIDA PAULINO
NASC : 11 JUN 50 CIDADE: RIBEIRÃO PRETO/SP
PROFISSÃO : Estudante da Faculdade de Direito LAUDO DE CAMARGO de RIBEIRÃO PRETO/SP

PEDIDO DE NOVO PASSAPORTE POR MOTIVO DE EXTRAVIO DO ANTERIOR.

NOME : CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO Est. Civil: Casado

PROFISSÃO : Estudante

ENDEREÇO DO LOCAL DE TRABALHO OU EST. DE ENSINO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 4.336.243 V.-4444 V.-4244

- Orgão expedidor : Sec. da Segurança de S.Paulo
- Data de expedição : 11-9-67

OUTROS DOCUMENTOS DE IDENTIDADE QUE POSSUI : Cert. de Dispensa de Incorporação expedido em 12-3-69 pela 5ª CSM da 2ª RM (Ribeirão Preto) nº 929940 Série B. Carteira Nac. de Habilitação nº 12.703 exp. em 8-8-68 pelo Dep. Est. da Trânsito de Ribeirão Preto. Título de Eleitor 79.169 exp. em 12-6-68 pela 108ª Zona da 1ª Secção de Ribeirão Preto.

FILIAÇÃO - Pai : Moacyr Alves Paulino

- Mãe : Maria A. Teixeira Paulino

LUGAR E DATA DE NASCIMENTO : Ribeirão Preto, S.Paulo em 11-6-50

DOMICILIO NO BRASIL : Rua Henrique Dumont, 939 - Ribeirão Preto, SP

DATA EM QUE DEIXOU O BRASIL : Novembro de 1969

PORTO OU AEROPORTO DE ONDE EMBARCOU : Atravessou a fronteira Brasil-Paraguai em Foz-do Iguaçu

RESIDÊNCIA NA FRANÇA OU EM OUTRO PAIS ESTRANGEIRO :
108, Rue Jean Pierre Timbaud - Paris 11e.

Nº DO PASSAPORTE EXTRAVIADO : 803.969

- Data de expedição : fevereiro de 1970 renovado em Santiago
- Autoridade que o concedeu : Consulado em Santiago do Chile

CIRCUNSTANCIAS DO EXTRAVIO : Esqueceu no "metro" uma pequena valise contendo o passaporte e livros, além de pequena quantia.

DOCUMENTAÇÃO QUE O INTERESSADO DEVE FORNECER À REPARTIÇÃO CONSULAR :

√ 1º) Pedido, em formulário da Repartição consular, assinado do próprio punho (no caso de menor, pelo responsável legal) para a concessão de novo passaporte;

2º) Quatro fotografias tamanho 5 X 7, fundo branco;

√ 3º) Recibo da declaração de perda do passaporte, fornecido por autoridade policial francesa;

√ 4º) Fotocópias de documentos de identidade que o interessado pos-

MINISTÈRE DE L'INTÉRIEUR

PRÉFECTURE DE POLICE

RÉCÉPISSÉ DE DÉCLARATION

DE PERTE OU DE VOL DE PIÈCES D'IDENTITÉ

Commissariat de la Courtille
33, Avenue Parmentier
ODE. 56-85

DÉSIGNATION DES DOCUMENTS

Ce son passeport établi par les autorités Brésiliennes.

(CACHET)

DATE 06-11-1972

DÉCLARATION REÇUE CE JOUR DE :

Imp. S T 3605 5-70

NOM	TEIXEIRA-PAULINO
NOM DE JEUNE FILLE	
PRÉNOMS	Carlos Léopoldo
DATE DE NAISSANCE	11-06-1950
LIEU DE NAISSANCE	Sao-Paulo - Brésil
ADRESSE	Paris (11 ème) 108, rue Jean Pierre Timbaud

L'article 154 du Code Pénal punit d'un emprisonnement de trois mois à deux ans et d'une amende de 500 F à 5.000 F quiconque se sera fait délivrer indûment ou aura tenté de se faire délivrer indûment... un récépissé... soit en faisant de fausses déclarations, soit en prenant un faux nom ou une fausse qualité, soit en fournissant de faux renseignements. Les mêmes peines seront appliquées à celui qui aura fait usage d'un tel document.

DÉCLARANT	SIGNATURE	RÉDACTEUR	NOM	GRADE
	Carlos Paulino		Puyaumont	A.P.J.

N.B. - *En cas de vol ou de perte de pièces administratives, la présente attestation ne peut être utilisée qu'en vue de [illegible] la délivrance de duplicata et ne saurait remplacer la pièce elle-même.*

(1) Cocher la case correspondante.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PEDIDO DE BUSCA

CONFIDENCIAL

N.º - DSI/2176 Em 24 de novembro de 1972.

Assunto : CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO - Concessão de novo passaporte.

Referência :

Difusão : SNI/AC

em 7603

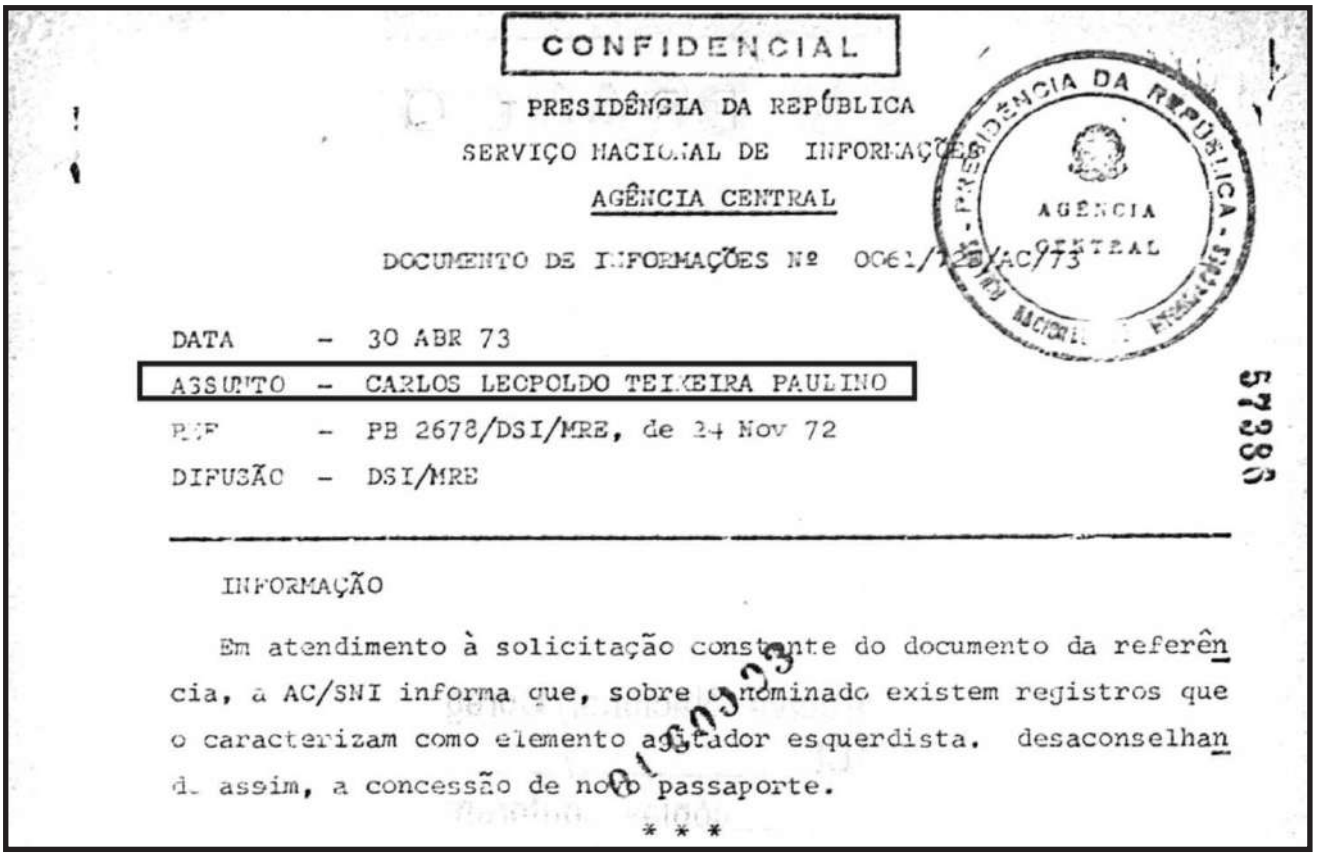
1.0 - Dados conhecidos:

1.1. O Consulado Geral do Brasil em Paris solicitou autorização para conceder novo passaporte ao Senhor CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO; fotocópia dos formulários de pedido e de comunicação de extravio de passaporte e de outros documentos seguem em anexo.

1.2. O Senhor TEIXEIRA PAULINO declarou ao Consulado Geral do Brasil em Paris que seu passaporte nº 803.969 concedido pelo Consulado Geral do Brasil em Santiago - Chile, em fevereiro de 1970, foi extraviado no "Metro" em Paris.

2.0 - Dados solicitados:

2.1. A DSI/MRE estimaria conhecer os eventuais antecedentes do nominado que possam desaconselhar a concessão de novo passaporte.



CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 0061/73/AC/73

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA CENTRAL

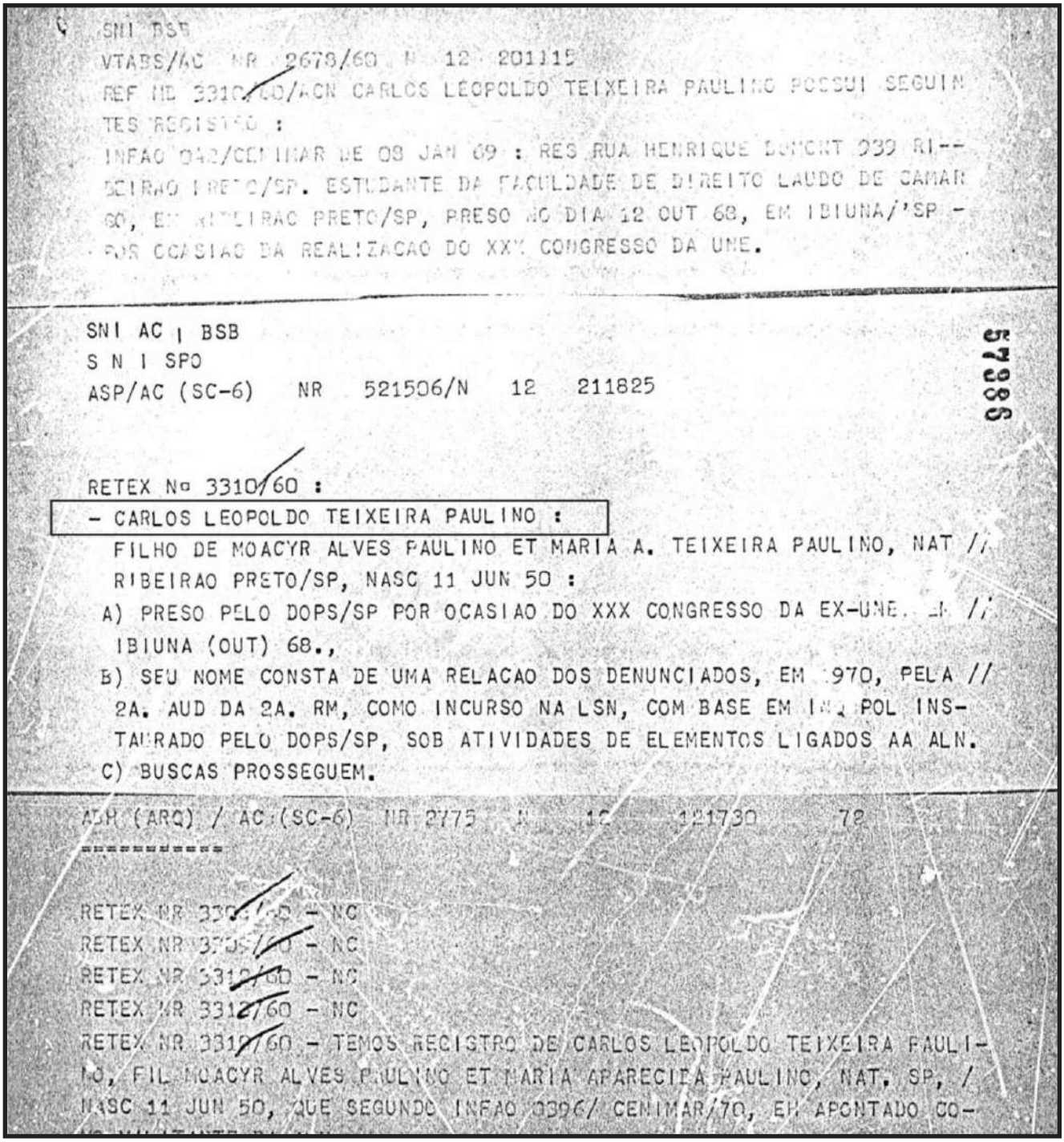
57386

DATA - 30 ABR 73
ASSUNTO - CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO
REF - PB 2678/DSI/MRE, de 24 Nov 72
DIFUSÃO - DSI/MRE

INFORMAÇÃO

Em atendimento à solicitação constante do documento da referência, a AC/SNI informa que, sobre o nominado existem registros que o caracterizam como elemento agitador esquerdista. desaconselhando, assim, a concessão de novo passaporte.

* * *



SNI BSB
VTABS/AC NR 2678/60 N 12 201115
REF NO 3310/60/ACN CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO POSSUI SEGUIN
TES REGISTRO :
INFAO 042/CENIMAR DE 08 JAN 69 : RES RUA HENRIQUE DUMONT 939 RI--
BEIRAO PRETO/SP. ESTUDANTE DA FACULDADE DE DIREITO LAUDO DE CAMAR
GO, EM RIBEIRAO PRETO/SP, PRESO NO DIA 12 OUT 68, EM IBIUNA/SP -
POR OCASIAO DA REALIZACAO DO XXX CONGRESSO DA UNE.

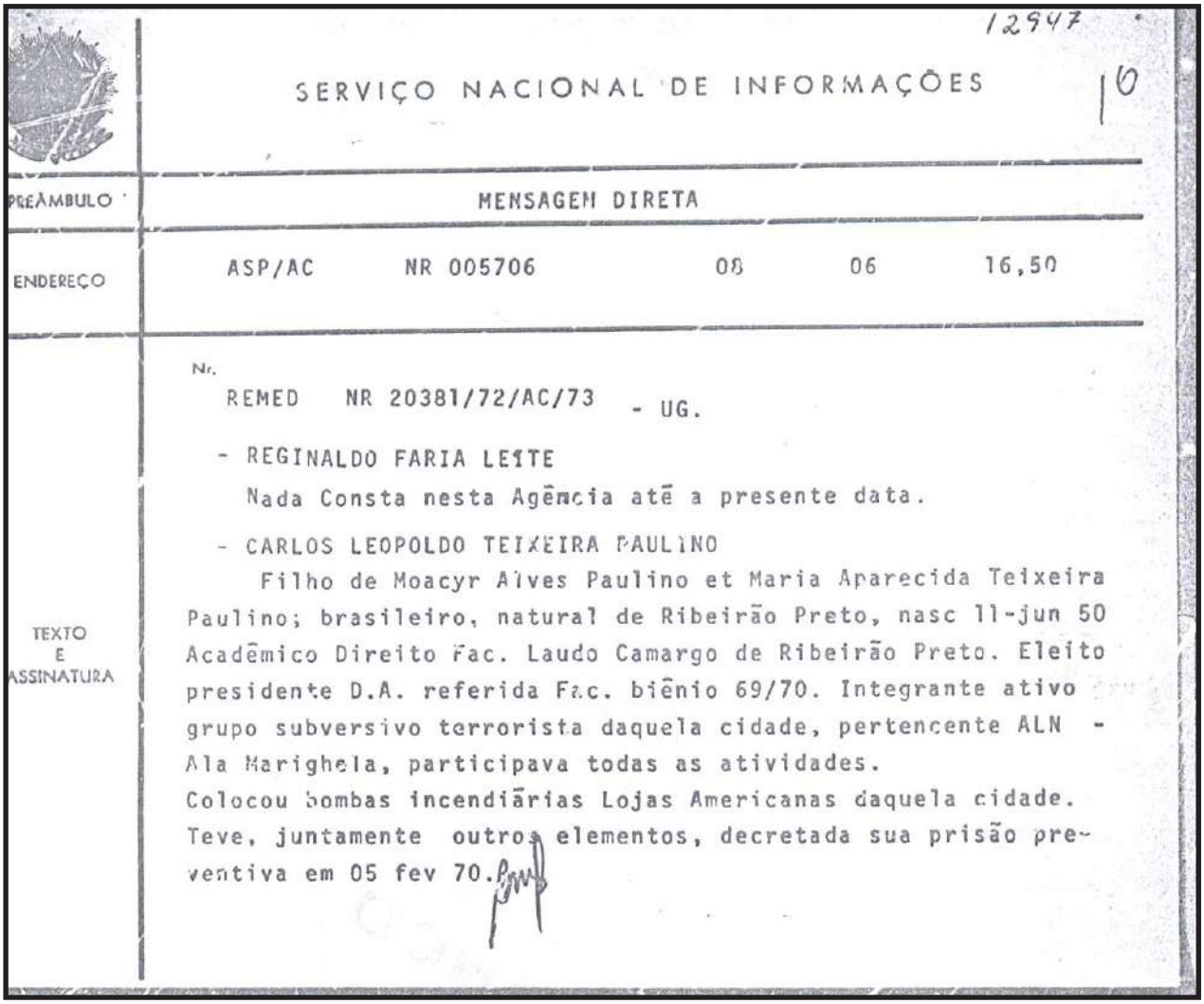
SNI AC | BSB
S N I SPO
ASP/AC (SC-6) NR 521506/N 12 211825

97988

RETEX Nº 3310/60 :
- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO :
FILHO DE MOACYR ALVES PAULINO ET MARIA A. TEIXEIRA PAULINO, NAT //
RIBEIRAO PRETO/SP, NASC 11 JUN 50 :
A) PRESO PELO DOPS/SP POR OCASIAO DO XXX CONGRESSO DA EX-UNE. EM //
IBIUNA (OUT) 68.,
B) SEU NOME CONSTA DE UMA RELACAO DOS DENUNCIADOS, EM 970, PELA //
2A. AUD DA 2A. RM, COMO INCURSO NA LSN, COM BASE EM IPM POL INS-
TAURADO PELO DOPS/SP, SOB ATIVIDADES DE ELEMENTOS LIGADOS AA ALN.
C) BUSCAS PROSSEGUEM.

ADH (ARQ) / AC (SC-6) NR 2775 N 12 121730 72

RETEX NR 3307/60 - NC
RETEX NR 3308/60 - NC
RETEX NR 3312/60 - NC
RETEX NR 3312/60 - NC
RETEX NR 3310/60 - TEMOS REGISTRO DE CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULI-
NO, FIL MOACYR ALVES PAULINO ET MARIA APARECIDA PAULINO, NAT. SP, /
NASC 11 JUN 50, QUE SEGUNDO INFAO 0396/ CENIMAR/70, EM APONTADO CO-



12947

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

10

PREÂMBULO: MENSAGEM DIRETA

ENDEREÇO: ASP/AC NR 005706 08 06 16,50

TEXTO E ASSINATURA:

Nr.

REMED NR 20381/72/AC/73 - UG.

- REGINALDO FARIA LEITE

Nada Consta nesta Agência até a presente data.

- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO

Filho de Moacyr Alves Paulino et Maria Aparecida Teixeira Paulino; brasileiro, natural de Ribeirão Preto, nasc 11-jun 50 Acadêmico Direito Fac. Laudo Camargo de Ribeirão Preto. Eleito presidente D.A. referida Fac. biênio 69/70. Integrante ativo grupo subversivo terrorista daquela cidade, pertencente ALN - Ala Marighela, participava todas as atividades.
Colocou bombas incendiárias Lojas Americanas daquela cidade. Teve, juntamente outros elementos, decretada sua prisão preventiva em 05 fev 70.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

PEDIDO DE BUSCA

CONFIDENCIAL

N.º - DSI/1209 Em 10 de julho de 1973

Assunto : REGINALDO FARIA LEITE. Expulsão de suposto refugiado político brasileiro da DINAMARCA.

Referência :

Difusão SNI/AC - CIE - CENIMAR - CISA - CI/DPF DSI/MJ

SNI
AGÊNCIA CENTRAL
012347 17 JUL 73
PROTOCOLO

1.0 - DADOS CONHECIDOS:

1.1 - A imprensa de COPENHAGUE noticiou a expulsão de REGINALDO FARIA LEITE, afirmando ser brasileiro e refugiado político que entrara ilegalmente na DINAMARCA.

1.2 - A Embaixada do Brasil em COPENHAGUE procurou obter das autoridades dinamarquesas confirmação ou desmentido da notícia e maiores dados sobre o assunto, inclusive a qualificação do nominado. Contudo, surpreendentemente, o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA dinamarquês informou que constitui norma daquele Ministério não fornecer quaisquer dados ou informações sobre estrangeiros que tenham entrado no país alegando a condição de refugiado político, não lhe sendo possível, nessas condições, nem mesmo confirmar ou desmentir as notícias publicadas pela imprensa local sobre o assunto. A Embaixada protestou contra a negativa de cooperação ao MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES dinamarquês.

1.3 - A imprensa de COPENHAGUE acrescentou que REGINALDO LEITE teria escapado de uma prisão no RIO DE JANEIRO e fugido para SANTIAGO DO CHILE, aproximadamente há um ano, daí rumando, em companhia de outro asilado - CARLOS PAULINO - para a DINAMARCA, depois de obter das autoridades chilenas documentos provisórios de viagem com vistos para a ITÁLIA e a FRANÇA.

1.4 - Ambos teriam chegado de navio à ITÁLIA e daí passado à FRANÇA, onde surgiram dificuldades para LEITE, que não portava qualquer documento brasileiro. CARLOS PAULINO, contudo, que possuía carteira de identidade brasileira teria obtido, na EMBAIXADA EM PARIS documentos de viagem. Daí, ambos teriam viajado à REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, donde teriam passado à DINAMARCA e solicitado asilo. Dizem ainda os jornais dinamarqueses que [illegible]

ASI/SVL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

CONFIDENCIAL

N.º - DSI/ Em de de 19

Assunto :

Referência :

Difusão :

ram alojados pela polícia em um hotel de COPENHAGUE onde outros asilados aguardavam a decisão das autoridades locais.

1.5 - Alguns meses depois, continua a notícia de imprensa, O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA da DINAMARCA teria decidido expulsar LEITE, que, tendo entrado ilegalmente, procedente da RFA, foi a esta recambiado. Quanto a CARLOS PAULINO, prossegue a notícia, acompanhado de mulher e filho pequeno, continuaria na DINAMARCA.

1.6 - A Embaixada em COPENHAGUE enfatizou que essas notícias, sem confirmação ainda, foram publicadas por um matutino local que, ao que tudo indica, as obteve dos próprios interessados e de seu advogado.

2.0 - DADOS SOLICITADOS:

2.1 - O que for possível verificar nesse OI sobre os marginados, a despeito da carência de dados que permitam sua perfeita identificação.

3.0 - ANEXOS:

3.1 - Seguem, em anexo, dados sobre LEOPOLDO TEIXEIRA CARLOS PAULINO, que recebeu do Consulado Geral em SANTIAGO, CHILE, em fevereiro de 1970, o passaporte comum nº 803.969, para a verificação de eventual homonímia.

4.0 - OBSERVAÇÃO:

4.1 - Quanto à notícia de obtenção de documento de viagem através da Embaixada em PARIS, a DSI/MRE esclarece que aquela Missão Diplomática, não possuindo serviço consular, não poderia ter fornecido tal do

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — GABINETE DO MINISTRO — CISA.

(Continuação da INFO Nº 0160/CISA-ESC RCD, de)

4. Solicitamos os dados porventura existentes na Comunidade// de Informações a respeito de MARIA INES DA CRUZ DE ROMNIS e MARIA ALBERTINA MICHELAN.//

ASSUNTO: ASILADOS BRASILEIROS/PANAMÁ

ORIGEM: CIEX

REF: Doc Info 525/Out 73

INFORMAÇÃO

Acham-se asilados no PANAMÁ os seguintes brasileiros:

LAURA MARIA PEREIRA DE ALMEIDA

LAURA PEREIRA MARIA SILVA - Cart Ident 7412136-5/Santiago

LEOPOLDO CARLO TEIXEIRA PAULINO

LEILA DA COSTA FERNANDEZ ALMEIDA - Passaporte 7368271-1/Santiago

LUDMILA GERBI FRATI (15 anos) - sem documentos

MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA E SOUZA DUTRA - Passaporte 7411131 e Passaporte de viagem chileno (para o estrangeiro) DV-01182.

MARIA RISOLETA GRILLO DUTRA - Cart Ident 967165/Brasil

MARIA NAKANO SIGHETOMI - Passaporte Estrangeiro 7106562-3

MARCO AURELIO GARCIA DE ALMEIDA - Passaporte Estrangeiro 7208506-K

MARCO ANTONIO MORO DEXTRO - Cart Ident de Estrangeiro chilena 7363507-1/-Santiago

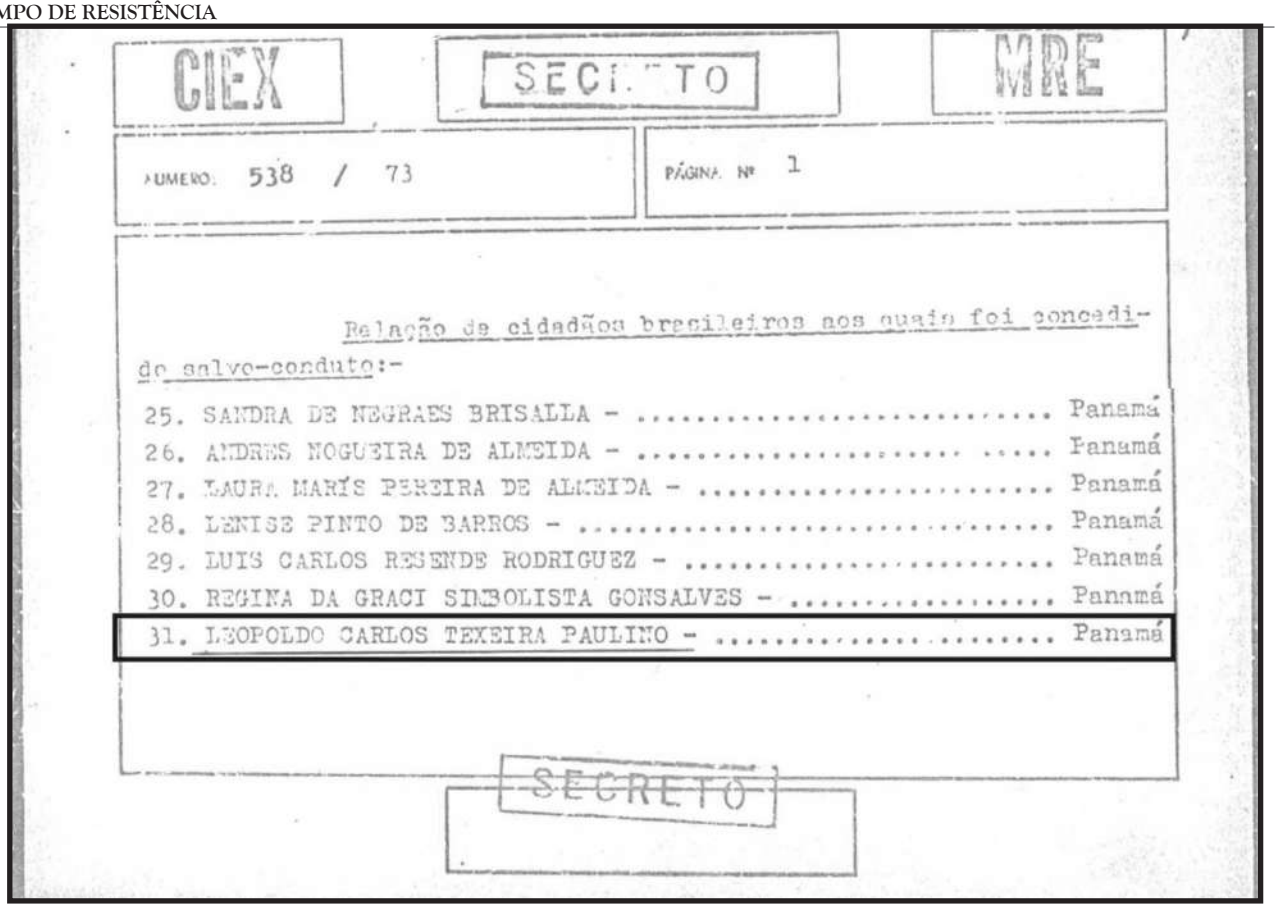
MONICA TEGON FANTINATI (12 anos) - Passaporte 929729

MARIA DALVA LEITE DE CASTRO - Título Eleitor 127110/DF, Brasil

MARIA ALBERTINA MICHELAN ANDRETTA - Passaporte 777930, de trânsito no -Chile

MARIA ROSA PALMEIRAS COUTO - Cart Ident 7570164-0, Estrangeiro/Santiago

MURILO PINTO DA SILVA - Cert Nasc, Reg... Fl 366, Liv 40 .....MG/Brasil



CIEX

SECRETO

MRE

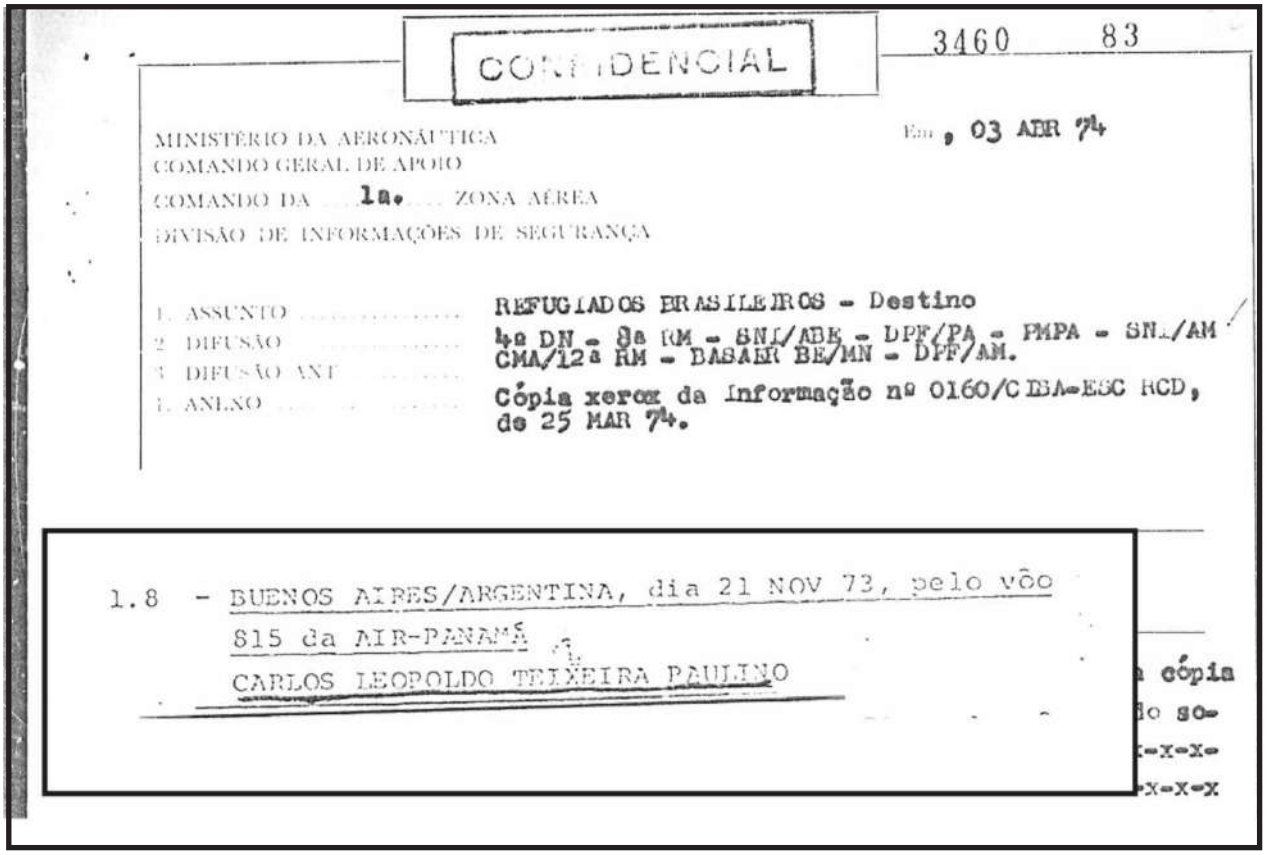
NÚMERO 538 / 73

PÁGINA Nº 1

Relação de cidadãos brasileiros aos quais foi concedido salvo-conduto:-

25. SANDRA DE NEGRAES BRISALLA - ..... Panamá
26. ANDRES NOGUEIRA DE ALMEIDA - ..... Panamá
27. LAURA MARÍS PEREIRA DE ALMEIDA - ..... Panamá
28. LENISE PINTO DE BARROS - ..... Panamá
29. LUIS CARLOS RESENDE RODRIGUEZ - ..... Panamá
30. REGINA DA GRACI SIMBOLISTA GONSALVES - ..... Panamá
31. LEOPOLDO CARLOS TEXEIRA PAULINO - ..... Panamá

SECRETO



CONFIDENCIAL

3460 83

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
COMANDO GERAL DE APOIO
COMANDO DA 1a. ZONA AÉREA
DIVISÃO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA

Em, 03 ABR 74

1. ASSUNTO ..... REFUGIADOS BRASILEIROS - Destino
2. DIFUSÃO ..... 4a DN - 8a RM - SNI/ABE - DPF/PA - PMPA - SNI/AM CMA/12a RM - BASAER BE/MN - DPF/AM.
3. DIFUSÃO ANT .....
4. ANEXO ..... Cópia xerox da informação nº 0160/CIEX-ESC RCD, de 25 MAR 74.

1.8 - BUENOS AIRES/ARGENTINA, dia 21 NOV 73, pelo vôo 815 da AIR-PANAMÁ
CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO

cópia
do so-
-X-X-
-X-X-X

ASSUNTO: ASILADOS BRASILEIROS/PANAMÁ
ORIGEM: CIEX
REF: Doc Info 525/Out 73

INFORMAÇÃO

Acham-se asilados no PANAMÁ os seguintes brasileiros:

ANGELINA DUDRAS DE OLIVEIRA

ANDRÉ NOGUEIRA DE ALMEIDA

ANDRÉ DE ALMEIDA PEREIRA

ANGELO DA SILVA PEZZUTI - Passaporte Estrangeiro 6087160/Santiago

ANGELA MARIA MENDES DE ALMEIDA - Cart Ident 2233281/SPaulo

ALEXANDER PINHEIRO SILVA - Passaporte 7109698-K/Santiago

ANTONIO PINHEIRO DE CASTRO - Cart Ident 7778816-6/Santiag

ARISTIDES PEREIRA DE ALMEIDA (4 anos) - Cart Ident 5799448/Brasil

ARNOU DE HOLANDA CAVALCANTI - Cart Ident 7514594-2/Santiago

ANGELINA DUTRA FONTOURA - Cart Ident Ext 7382596-3/Santiago

ALVARO FRANCISCO MARTINS RABELO - Cert Perm Definit MinInt Chile 109998

BENEDICTO CERQUEIRA DA SILVA - Cart Ident 7470645-2/Santiago

BRAULIO FERREIRA DA COSTA. - Cart Prof Min Trab Chile, 054202-S 238A, Metalúrgico.

CHIZUO OGAVA - sem documento

CLARA AMÉLIA EVANGELISTA DE JESUS - Cart Ident Estrang. 7515476-3/Santiago

CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO - Passaporte 203969

CARLOS ALBERTO AFONSO GUINOSSI - Cart Ident 7257290-4/Santiago

CLEYDE FERNANDEZ ALMEIDA - Cart Ident 7369083-8/Santiago

CICERO VIANNA SILVEIRA - Cart Ident 6028235/Santiago

CELSO AFONSO GAY DE CASTRO - Cart Ident 283149/Brasil

CELERINO ALMEIDA CARRICONDE - Passaporte 44707/Brasil

DERLEI CATARINA DE LUCA - Cert Nascimento (Brasil), solicitada à Rep Chile

DIMAS FLORIANI PACHER - Cart 737872/Paraná

DOWER RIOS FREITAS ALVIM - Cart Ident 7211697/Brasil

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES

Brasília.DF 17 ABR 79.

ASSUNTO: ZILDA ENGRACIA GAMA DE OLIVEIRA E OUTROS ELEMENTOS DO MR-8 (BH).

ORIGEM: DSI/MJ.

DIFUSÃO: SI/SR/DPF/MG.

DIFUSÃO ANTERIOR: CIE - CISA - CENIMAR - DSI/MEC - DSI/MRE - DSI/SEPLAN.

REFERÊNCIA: -

ANEXO: XEROCÓPIA DE RECORTE DE JORNAL (06 FOLHAS).

Rg. 4.183/78.

INFORMAÇÃO Nº 437/01/79-CI/DPF.

Transcrevemos a seguinte Informação:

1. A imprensa vem noticiando nestes últimos dias a prisão, na capital BELO HORIZONTE, do ex-banido NELSON CHAVES DOS SANTOS, de alguns alunos e professores, considerados envolvidos com a organização subversiva MR-8, entre eles aparecendo, também, o nome de ZILDA ENGRACIA GAMA DE OLIVEIRA, professora de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais.

2. Sobre a Prof. ZILDA ENGRACIA GAMA DE OLIVEIRA, o DSI/MJ, possui alguns dados de sua atuação subversiva no Estado de SÃO PAULO, particularmente em RIBEIRÃO PRETO, quando universitária, incluindo ligações com elementos de grupos terroristas e com ativistas, quer professores, quer alunos do ME, os quais são citados a seguir:

- É de família comunista. Seu pai, PAULO ENGRACIA DE OLIVEIRA, alto funcionário da ECT aposentado, foi militante do Partido. Sua irmã, VERA ENGRÁCIA GAMA DE OLIVEIRA (nome de casada: VERA ENGRÁCIA GAMA DE OLIVEIRA RUSSO), foi atuante terrorista e ativista do ME. Um irmão foi para a URSS no começo da década de 60, onde se formou e se casou com uma colega soviética, havendo informe, não processado, de ter regressado há pouco ao BRASIL. Uma outra irmã trabalhou na UnB e exerce atividades no Museu GOELDI (BELÉM), em íntima ligação com os comunistas ROBERTO

CONFIDENCIAL (Continua...) 50

DPF-654

CONFIDENCIAL

MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES

CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº - 431 /01/79-CI/DPF.

3. Em meados de 1969, um ano após a prisão em massa de IBIUNA, no bairro da Vila Mariana, capital paulista, houve uma reunião do MOVIMENTO ESTUDANTIL - (ME), dirigido pelo subversivo BERNARDINO DE FIGUEIREDO, com a finalidade precípua de reorganização da UNIÃO ESTADUAL DE ESTUDANTES DE SÃO PAULO - UEE e da UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES - UNE. Compareceram inúmeros estudantes do interior paulista, vários deles de RIBEIRÃO PRETO, quase todos identificados, posteriormente, como a epigrafada ZILDA ENGRÁCIA GAMA DE OLIVEIRA, (FILOSOFIA), seu então namorado FERNANDO MORGAN DE AGUIAR CORREIA (CIÊNCIA BIOLÓGICA), sua irmã VERA ENGRÁCIA GAMA DE OLIVEIRA (FILOSOFIA), o namorado desta, CARLOS RUSSO JUNIOR (CIÊNCIA BIOLÓGICA), CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO (DIREITO), JOSÉ DOMINGOS BRAGUETO (SERVIÇO SOCIAL), SÉRGIO RENÊ PERDICCHIA (FILOSOFIA - BARÃO DE MAUÁ) e MELLO (DIREITO). Este, PERDICCHIA e MORGAN, mostraram arrependimento quando depuseram na 5ª CSM. Não foram identificados alguns participantes de RIBEIRÃO, inclusive moças, como a conhecida como LUCY, parecendo ser da Faculdade de Filosofia (USP/RP) e que teria se casado logo depois. A suspeita LUCY SANSIGOLO KERR, filha do professor WARWICK ESTEVAM KERR, era estudante de medicina e não de filosofia, apesar de ter se casado naquela ocasião com seu colega médico.

- VERA ENGRÁCIA GAMA DE OLIVEIRA e seu amante CARLOS RUSSO JUNIOR, foram presos em um " aparelho " em SÃO PAULO (Capital) por atividades terroristas, quer em RIBEIRÃO PRETO, de onde fugiram, quer naquela capital, com participação em assalto a mão armada.

(Continua ...)

CONFIDENCIAL

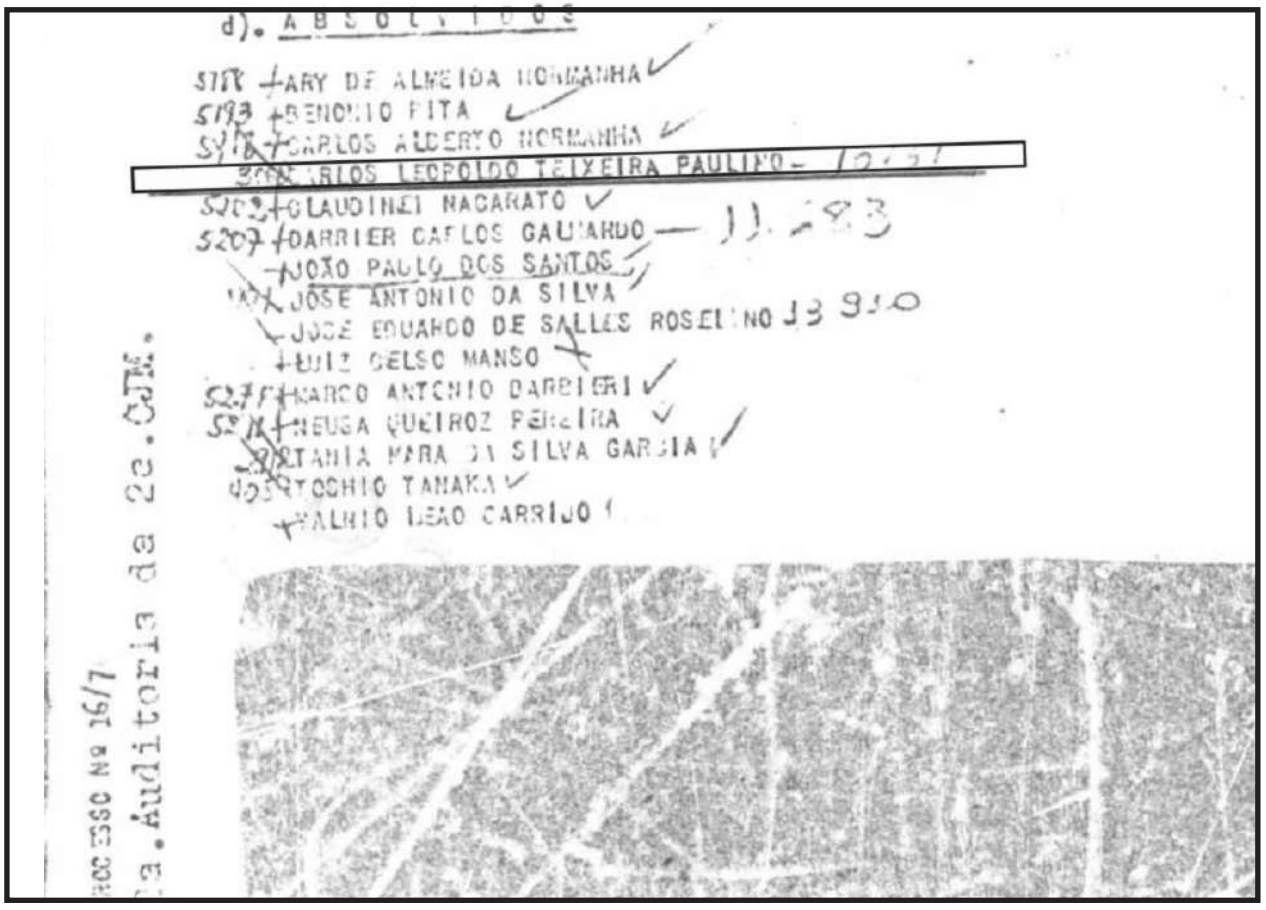
DPF-38

MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES

CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 437 /01/79-CI/DPF.

VERA, por estar em adiantado estado de gravidez, foi posta em liberdade e, assim que saiu do Presídio, foi trabalhar no Departamento de Genética de RIBIRÃO PRETO, chefiado pelo Prof. KERR, com bolsa de estudo arrumada por este. Informe não processado, diz que assim que CARLOS RUSSO JUNIOR, que a essa época ja havia se casado com VERA, saiu do Presídio, com benefício de Liberdade Condicional, seguiu com a esposa para Argentina, ambos com bolsa de estudo.

- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, que era presidente do DA de Direito, filho de funcionário da Prefeitura de RIBEIRÃO, comunista, teve ativa participação naquela cidade do interior paulista, quer como terrorista da ALA MARIGHELA, quer como líder do ME. Desbaratada a ALA MARIGHELA em RIBEIRÃO, fugiu para o CHILE, levando a sua namorada MARIA ALBERTINA MICHELAM, conhecida com " BETE ", com quem se casaria posteriormente. " BETE " foi doutrinada pelo seu colega de Faculdade de Filosofia, Prof. GUILHERME SIMÕES GOMES, Catedrático da Faculdade de Odontologia, atualmente comunista e terrorista da FALN, onde era conhecido como " Dr. JOSÉ ". Este foi indiciado, preso e condenado por Auditoria de SÃO PAULO, devido às suas atividades na Frente, mas absolvido posteriormente pelo STM. No final do ano de 1970, quando ainda se encontrava no Presídio Tiradentes, em depoimentos prestados na 5ª CSM, alguns universitários militantes do ME e implicados com as atividades terroristas da ALA MARIGHELA, afirmaram que o Prof. GUILHERME SIMÕES GOMES também tomava parte em reuniões com eles, levando inclusive boa quantidade de documentos xerografados ou mimeografados, pregando a Luta Armada, pedindo para serem distribuídos pelo pessoal do grupo. O Prof. GUILHERME pertencia a um grupo de comunistas já formados e que frequentavam a Faculdade de Filosofia " BARÃO DE MAUÁ", quase todos advogados, que procurava tumultuar as aulas com perguntas incovenientes de esquerda incrementando a açãc de líderes do ME. Um desses advogados é o promotor JOÃO BENEDITO DE AZEVEDO MARQUES, que já exerceu várias funções públicas importantes, retornando há pouco ao Ministério Público. Este Promotor tem atuado na Subversão do lado do seu colega e amigo



d). ABSOLVIDOS

5188 +ARY DE ALMEIDA NORMANHA ✓
5193 +BENONIO PITA ✓
5196 +CARLOS ALBERTO NORMANHA ✓
[redacted] +CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO - 12.21
5202 +CLAUDINEI NACARATO ✓
5207 +DARRIER CARLOS GALVARDO — 11.293
+JOÃO PAULO DOS SANTOS ✓
+JOSÉ ANTONIO DA SILVA ✓
+JOSÉ EDUARDO DE SALLES ROSELINO 13 910
+LUIZ CELSO MANSO ✓
5277 +MARCO ANTONIO DARRIERI ✓
5284 +NEUSA QUEIROZ PEREIRA ✓
+RITANIA MARA DA SILVA GARCIA ✓
+TOSHIO TANAKA ✓
+WALNIO LEÃO CARRIJO ✓

Auditoria da 2a. CJM.

ROC 350 No 16/7

CONFIDENCIAL

PEG 0317/80

4

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

PEDIDO DE BUSCA Nº 042/16/AC/80

DATA : 18 ABR 1980
ASSUNTO : RETORNO AO BRASIL
ORIGEM : AC/SNI
REFERÊNCIA : INFAO 816/16/AC/78
DIFUSÃO : ABE - ABH - ACG - ACT - AFZ - AMA - APA - ARE ARJ - ASP - ASV - NAGO e CI/DPF
ANEXO : RELAÇÃO DE BRASILEIROS QUE VIVIAM NO EXTERIOR E RETORNARAM AO BRASIL. (8 PÁGINAS)

DADOS CONHECIDOS

As pessoas relacionadas no anexo, constam da lista nº 4, anexa à informação da referência, e retornaram ao BRASIL procedentes de diversos países.

DADOS SOLICITADOS

a. Informar a esta AC/SNI, o mais breve possível, os endereços correspondentes às pessoas relacionadas no anexo, após o retorno ao BRASIL;

b. Dados que complementem o anexo (procedência, data e local); e

c. Outros dados julgados úteis.

TODA PESSOA QUE TOME CONHECIMENTO DESTE DOCUMENTO FICA RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (RSAS).

063 - CARLOS DE OLIVEIRA SILVA	SUÉCIA	06/10/79	
064 - CARLOS EDUARDO FAYAL LIRA	PORTUGAL	08/11/79	RJ
065 - CARLOS HENRIQUE KNAPP	ARGENTINA		
066 - CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO	FRANÇA		RJ
067 - CARLOS NELSON COUTINHO	FRANÇA	10/11/79	RJ
068 - CARMELA PEZZUTI	PERU	14/11/79	RJ
069 - CARMEM FISHER	PORTUGAL	06/10/79	RJ
070 - CARMEM HELENA DO VALE HERINGER LISBOA	SUÉCIA	30/01/79	RJ
071 - CESAR QUEIROZ BENJAMIN	ARGENTINA	09/03/76	RJ

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO INFORME Nº 2818 / 119 /ASP/ 82 (Fl. 02/03

. CBA DE MOGI DAS CRUZES
A/C de JOSÉ CARDOSO PEREIRA - Rua Major Pinheiro Franco, 484 - CEP 08700 - MOGI DAS CRUZES, SP

. CBA DE PIRACICABA
A/C de MARIA LUCIA QUARESMA - Rua XV de Novembro, 814 - CEP 13400 - PIRACICABA, SP

. CBA DE RIBEIRÃO PRETO
A/C de CARLOS LEOPOLDO PAULINO - Rua Visconde de Inhaúma, 468 - 14º andar - Sala - 148 - CEP 14100 - RIBEIRÃO PRETO, SP

. CBA DE SANTOS

CONFIDENCIAL - segue -

CBA/SP

COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA
SÃO PAULO

7 . PIRACICABA
Maria Lucia Quaresma
Rua XV de Novembro - nº 814
CEP: 13.400

8 . RIBEIRÃO PRETO
Carlos Leopoldo Paulino
Rua Visconde de Inhaúma - nº 468 - 14º Andar - Sala 148
CEP: 14.100

002266 30 NOV. 79
A.C.E.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SÃO PAULO

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - AGÊNCIA SÃO PAULO

INFORME Nº [illegible] 119 /ASP/ 79

DATA: 22.11.79

ASSUNTO: REUNIÃO DO COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA (CBA) DE RIBEIRÃO PRETO.

REFERÊNCIA:

ORIGEM: ASP/SNI

AVALIAÇÃO: A.1

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO: AC/SNI

ANEXOS:

Aos 26 OUT 79, em RIBEIRÃO PRETO/SP, o COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA (CBA) local promoveu reunião no anfiteatro do Hospital das Clínicas, sobre o tema "REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO, REPRESSÃO DEZ ANOS DEPOIS".

Estiveram presentes ao local cerca de 400 pessoas. Fizeram uso da palavra as seguintes:

- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, RG.4.336.243, Presidente da seção local do CBA;

- MARCO ANTONIO GOMES, ex-exilado;

- PLINIO GUSTAVO ADRI SARTI, RG.5.696.977, vereador pelo MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB) de SERTÃOZINHO/SP;

- FRANCISCO BOLIVAR CORRETO MACHADO, representando o Diretório Central dos Estudantes da Universidade São Paulo;

- LUIZ EDUARDO ARANTES DE ALMEIDA, RG. 5.304.985, irmão de JOSÉ ROBERTO ARANTES DE ALMEIDA, terrorista morto.

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO do INFORME Nº [illegible] / 119 /ASP/ 79 (Fl. 2)

- CARLOS RENATO DOS SANTOS, representando o Deputado Federal pelo MDB JOÃO ORLANDO DUARTE CUNHA;

- JOSÉ ADOLFO DE GRANVILLE PONCE, representando os presos políticos de Ribeirão Preto e

- LUIS EDUARDO GREENHALGH, Presidente do CBA de SÃO PAULO/SP.

Os discursos versaram sobre violência cometidas contra presos nos órgãos de segurança, contra a ditadura e pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Foram lidas moções em solidariedade a DOM ANGELICO BERNARDINO, da Pastoral Operária e ao Deputado JOÃO ORLANDO DUARTE DA CUNHA.

A mesa diretora dos trabalhos foi formada por CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, LUIZ EDUARDO RODRIGUES GREENHALGH, ANTONIO CALIXTO, RG. 4.841.9[illegible], vereador pelo MDB, representando a Câmara Municipal local, JOSÉ ADOLFO GRANVILLE PONCE, CARLOS RENATO DOS SANTOS e FRANCISCO BOLIVAR CORRETO MACHADO.

A Ordem dos Advogados do Brasil e o Clero Católico, apesar de convidados, não enviaram representantes.

Foi observada a presença do ex-preso político IRINEU DE MORAIS.

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SÃO PAULO

INFORME Nº 2093/ 116 /ASP/81

DATA: 31 AGO 81
ASSUNTO: ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS DE IDEOLOGIA COMUNISTA-3.1
IDENTIFICAÇÃO DE LÍDERES E MILITANTES DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8) EM SÃO PAULO.3.1.8
REFERÊNCIA: PNI - CAMPO INTERNO
ORIGEM: ASP/SNI
AVALIAÇÃO: B-2
DIFUSÃO ANTERIOR:
DIFUSÃO: AC/SNI
ANEXOS:

1. O periódico "JORNAL DO BRASIL" (JB) em sua edição de 31 MAI 81, publicou artigo intitulado "MOVIMENTO AMPLIA A SUA ATUAÇÃO", no qual aborda as atividades de MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8), no RIO DE JANEIRO e em SÃO PAULO.

2. De conformidade com o texto do citado artigo, o MR-8 contaria em SÃO PAULO "com 200 ativistas e teria a sua / direção regional composta por ENILSON SIMÕES DE MOURA, o 'ALEMÃO' (líder metalúrgico da Região do ABC), RICARDO ZARATINI FILHO (ex-integrante da TENDÊNCIA LENINISTA DA AÇÃO LIBERTADORA / NACIONAL - TL/ALN) e PAULO ROBERTO MASSOCA (líder estudantil e diretor responsável pela revista 'BRASIL HOJE')".

3. Esta AR obteve evidências que indicam os nomes abaixo relacionados como militantes ou simpatizantes ou ainda colaboradores não estruturados do MR-8 em SÃO PAULO, atuando, basicamente, através dos seus órgãos de divulgação, a revista mensal "BRASIL HOJE" e o jornal "HORA DO POVO" ("JORNAL DO POVO"):

- AILTON (ou AYLTON) MENDES
  Componente de uma "Brigada de Vendas" do jornal "HORA DO POVO" em SANTO ANDRÉ/SP.

CONFIDENCIAL

- segue -

- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO
  Ativista do MR-8 em RIBEIRÃO PRETO/SP.

- CARLOS ROBERTO MASSAO HAYASHI
  Colaborador do jornal "HORA DO POVO".

19

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO da INFORMAÇÃO Nº 1778 /119 /ASP/ 82 (Fl. 19/70)

As manifestações públicas consistiram, entre outras, em:

. Protesto pelo impedimento de efetuação da matrícula por parte da direção das FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS (FMU) aos alunos:

= EDUARDO DE OLIVEIRA PONTES ("KGB"), Vice-Presidente do DA da Faculdade de Ciências Contábeis;

= REGINALDO PRADO, Presidente do DA da Faculdade de Psicologia;

= ANA REGINA BARBOSA, Tesoureira do DCE, ligada ao MR-8;

= HÉLIO JOSÉ BITTENCOURT, - Presidente do DCE, e

= ENILSON OTTONI PINTO, Presidente do DA da Faculdade de Ciências Contábeis.

EDUARDO DE OLIVEIRA PONTES entrou em greve de fome a fim de pressionar a direção da escola a matriculá-lo, no que obteve êxito.

. Em 17 Mar 82, os alunos do "campus" da USP/RIBEIRÃO PRETO realizaram ATO PÚBLICO contra o preço da alimentação cobrada pela administração, contra a implantação da UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO (URPN) e contra o ensino pago.

Na ocasião, fizeram uso da palavra: CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, do PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB), candidato a Deputado Estadual; KATIA SOUZA AMORIM, Presidente do CA "Rocha Lima"; - ANTÔNIO POLOCCI FILHO; ANTÔNIO STÉLIO, da UNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO (UNAERP), e LUIZ CARLOS SCHEMBERG.

. Em 18 Mar 82, estudantes da

CONFIDENCIAL

-cont.-

CONFIDÊNCIAL

CONTINUAÇÃO INFORME A.1 Nº 2440, 320 /ASP/ 81 (Fl. 3/5)

blicação (jornal "HORA DO POVO" e re - vista "BRASIL HOJE") reiteradas vezes- têm criticado o movimento sionista - mundial e ISRAEL, bem como seus alia - dos.

A direção do MR-8 em São Paulo deve - contar com aproximadamente uns 200 (du zentos) ativistas e seriam membros de- sua direção regional os seguintes ele- mentos:

ENILSON SIMÕES DE MOURA - O ALEMÃO- - líder metalúrgico da região do ABC ;

RICARDO ZARATINI FILHO - ex integrante da TL/ALN;

PAULO ROBERTO MOSSÕES - líder estudan- til e diretor responsável pela revista "BRASIL HOJE".

Existem evidências que os elementos no minados abaixo são militantes ou simpa tizantes ou ainda colaboradores dos ór gãos de divulgação do MR-8, defendendo consequentemente as idéias preconiza - das por aquela organização subversiva:

AILTON (ou AYLTON) MENDES - do jornal- "HORA DO POVO" em Santo André;

CARLOS ALBERTO LUPPI - HORA DO POVO;

CARLOS ALBERTO MOURA DÓRIA - HORA DO - POVO;

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA PEREIRA - - HORA DO POVO;

CARLOS AMÉRICO ERRERIA CORTEZ - HORA - DO POVO;

CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO

CARLOS ROBERTO MASSAO HAYASHI - HORA - DO POVO;

SIRO PEIXOTO DOS SANTOS - Sindicato - dos Engenheiros;

CONFIDÊNCIAL

cont...

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO INFORME Nº 2658, 116 /ASP/81 (Fl. 7.18)

jornal "HORA DO POVO".

- BERENICE PEREIRA BALSA LOBRE
Detida em 03 MAR 80, em São Paulo/SP, quando integrava uma "BRIGADA DE VENDAS" do jornal "HORA DO POVO".

- CÂNDIDO HILÁRIO GARCIA DE ARAÚJO
Ativista do MR-8 junto ao SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO/SP.

- CARLOS ALBERTO LUPPI
Colaborador do jornal "HORA DO POVO".

- CARLOS ALBERTO MOURA DÓRIA
Colaborador do jornal "HORA DO POVO".

- CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA PEREIRA
Colaborador do jornal "HORA DO POVO".

- CARLOS ALBERTO VIEIRA MUNIZ
Integra a direção nacional do MR-8 no RIO DE JANEIRO e participa, eventualmente, de atividades da Organização em SÃO PAULO/SP.

- CARLOS AMÉRICO ERRERIA CORTEZ
Detido em 02 NOV 80, em SÃO PAULO, quando participava de uma "BRIGADA DE VENDAS" do jornal "HORA DO POVO".

- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO
Ativista do MR-8 em RIBEIRÃO PRETO/SP.

- CARLOS ROBERTO MASSAO HAYASHI
Colaborador do jornal "HORA DO POVO".

- CARLOS ROBERTO PITTOLLI
Ex-Sargento do EXÉRCITO BRASILEIRO e ex-militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR) ;

CONFIDENCIAL

- segue -

CONFIDENCIAL

ASP/SNI

001586 16 AGO. 79

A.C.E.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SÃO PAULO

INFORME Nº 476 / 116 /ASP/SNI

DATA: 07 AGO 79
ASSUNTO: CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO

REFERÊNCIA:
ORIGEM:
AVALIAÇÃO: A-3
DIFUSÃO ANTERIOR:
DIFUSÃO: SS/ARO.
ANEXOS:

Em 17 MAR 79, CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, atual / membro do CBA, foi detido em Ribeirão Preto/SP, em companhia de / cinco outras pessoas. Viveu no Chile até a deposição do governo de ALLENDI. Foi como refugiado por a Argentina. Retornou ao Brasil em data ignorada.

.x.x.x.x x..x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

CONFIDENCIAL

ASP/SNI
000832 18 ABR. 79
A.C.E.

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA SÃO PAULO

INFORME Nº 0119 / 119 /ASP/ 79

DATA: 28 Mar 79
ASSUNTO: PRISÃO DE PESSOAS - DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS RIBEIRÃO PRETO/SP
REFERÊNCIA:
ORIGEM: ASP/SNI
AVALIAÇÃO: A.1
DIFUSÃO ANTERIOR:
DIFUSÃO: SS ARQ
ANEXOS:

Às 11,55 horas do dia 17 Mar 79, os indivíduos abaixo qualificados foram detidos e logo após liberados. Tal fato ocorreu por realizarem distribuição de panfletos e venda de adesivos em favor do COMITÉ BRASILEIRO PELA ANISTIA de RIBEIRÃO PRETO/SP. São eles:

- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, filho de Moacyr Alves Paulino e de Maria A. Teixeira Paulino, natural de RIBEIRÃO PRETO/SP, Identidade nº 4.336.243, advogado e desquitado. Reside na Rua Henrique Dumont, 939 -Ribeirão Preto/SP.

- JOÃO FERREIRA ANTERO NETO, filho de João Ferreira Antero Filho e de Maria Cecy Holanda Antero, nascido em 17 Abr 43, em MANAUS/AM; Identidade nº 9.700.494-SSP, casado, engenheiro agrônomo. Reside na Rua Piauí, 541- Ribeirão Preto/SP.

- JOÃO BATISTA DA SILVA, filho de Joaquim Cândido Sobrinho e de Ambrosina Ribeiro da Silva, nascido em 13 Jun 49, em JARDINÓPOLIS/SP; Identidade nº 8.999.299. Reside na Rua Carolina Maria de Jesus, 299 - Ribeirão Preto/SP.

- MARIA TEREZINHA CARRARA LELIS, filha de José Lelis e Wilma Carrara Lelis, nascida em 15 Jun 56, em UBERLÂN-

-cont.-

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SNI
AGÊNCIA SÃO PAULO (F)

CONTINUAÇÃO do INFORME Nº 119/ASI/79 02

DIA/MG; Identidade nº 418.638. Reside na Rua Prudente de Morais, 1179, Casa 1, Ribeirão Preto/SP. Atualmente é integrante da diretoria da UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE SÃO PAULO-UEE/SP. Cursa o 5º ano de Psicologia da FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO.

- WLADIMIR LAGE, filho de Eloy Domingos Lage e de Maria Eunice da Costa, nascido em 11 Jun 59, em RIBEIRÃO PRETO SP; Identidade nº 10.146.297. Reside na Rua Paraíso, 482, Ribeirão Preto/SP.

- EMIR APARECIDA MARTINS, filha de José Miguel Martins e de Alzira Lago Martins, nascida em 02 Jun 56, em POTIRENDABA/SP; Identidade nº 7.604.128. Reside na Rua Henrique Dumont, 939, Ribeirão Preto/SP.

-o-o-o-o-o-

CONFIDENCIAL

ASP/SNI

TELEX	140/16/AC/79	TX N.º 1472
DATA	28 MAR 1979	

ORIGEM	AC/LDB	AC/SC6	AC	SNI	DIVERSOS	REFERENCIA

DISTRIBUIÇÃO	GABINETE				SE - INFORMAÇÕES					SE - OP		SE - ADM			DATA:
	SS C INFO	SS IB	ST SEC	ST COM	SS POL	SS ATV SUBV	SS ADM PUB	SS ATV PSIC	SS ECO	SS BUS	SS TEC	ST TES ALMO	S PES	ST SV G	A R Q

PESQ ARQ	INTEGRAR	TOMAR CONHECIMENTO	PROCESSAR
ACOMPANHAR	PROVIDENCIAR	ANOTAR	MONTAR INFÃO

REFERÊNCIA: II Ex - 4ª Comar - DSI - DOPS

RESPONDIDO: PMESP COM OO 16 Rglto - 11ª Inf Mec DE 28 mar 79

ARQUIVAMENTO FINAL

Em: 07 Abr 79 = Providenciado ENTE e DA p/ Arq.

BR1531 ASP 140/16/AC/79 28MAR1005(XDF)

INFO CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO,ATUAL MEMBRO CBA,DETIDO/
EM RIBEIRAO PRETO/SP,EM 17 MAR 79, EM COMPANHIA CINCO OUTRAS/
PESSOAS,VIVEU NO CHILE ET POR OCASIAO DEPOSICAO GOVERNO ALLEN-
DE VIAJOU PARA ARGENTINA COMO REFUGIADO.NOMINADO,QUE REGRESSOU
AO BRASIL EM DATA IGNORADA,DEVERAH SER INCLUIDO ITEM 4 ANEXO''
A'' INSTR 001/01/CH/SNI/78.

==========

Em 28/MAR/79
1- A bono Ana Maria para incluir nominado no Adendo 4 Anexo dos informes sendo expatriando
2 - Difundir ao II Ex, PMESP, DPF/SP, DOPS/SP

138

CONFIDENCIAL

(Continuação do Informe nº 1656 /30/AC/81 fls 06/16).

d. A ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS e dos EMPREGADOS EM ENTIDADES SINDICAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO distribuiram carta aberta aos delegados da CONCLAT, pedindo apoio à suas pretensões de se organizarem em entidades sindicais. Isso porque à legislação atual não permite a sindicalização dessas categorias.

e. Dado o grande número de participantes sem alojamento e, também, a falta de alimentos, a Comissão Executiva da CONCLAT foi pressionada pelos delegados a solicitar a colaboração da Prefeitura de PRAIA GRANDE, entretanto, resistiram a esta pretensão, para evitar qualquer tipo de ajuda do Governo.

f. A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG), a fim de possibilitar leitos e alimentação às delegações rurais do Norte e Nordeste, dispendeu mais de um milhão de cruzeiros. A Comissão Executiva Nacional da CONCLAT assumiu outros compromissos no mesmo sentido.

g. Na porta do auditório do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM INDÚSTRIAS TEXTÉIS, foram instaladas bancas para venda de livros, publicações e jornais, do PCB, PC do B, MR-8 e diversas editoras.

6. Relação de elementos identificados na CONCLAT:

- MARIA CECÍLIA FENÍCIO - "FOLHA DE SÃO BERNARDO";
- NANCI NOGUEIRA DE MORAES;
- INC BANDERET - rádio e TV SUÍÇA;
- IRIS TEIXEIRA LIMA;
- MARIA LETÍCIA BARBOSA DE MELO - FED. TRAB. AGRIC.;
- CARLOS LEOPOLDO PAULINO;
- EURICO FERNANDES DA SILVA;
- ADELAR TREVISANI - SIND. MET. TAGUARÁ/RS;
- VIVALDINO PIRES DA SILVA - SIND. MET. TAGUARÁ/RS;
- JOSÉ SANTOS ALMEIDA;
- JOÃO VIANA ROCHA;
- JOSÉ HONÓRIO DE OLIVEIRA;
- JOÃO IGNÁCIO VILLAS VOAS;
- JOÃO BOSCO PEREIRA COSTA - SIND. METALÚRGICO;
- JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA - SIND. RURAIS BATATAIS;
- FRANCISCO CARLOS DA C. RAMALDES - comerciário/ES;

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

12-8-81. 01/3

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
INFORMAÇÃO Nº 053 / 119 /ARJ/ 81

DATA : 07 AGO 81
ASSUNTO : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (ANATAG)
REFERÊNCIA :
ÁREA :
PAÍS :
DIFUSÃO ANT. :
DIFUSÃO : AC/SNI
ANEXO :

SNI/ARJ
PROTOCOLO
ACE N.º 5008
14/08/81

1 - A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (ANATAG), com endereço provisório, MSPW Conjunto 502, lote 2 - Núcleo Bandeirante - BRASÍLIA/DF, congrega Advogados de todo o BRASIL que militam em defesa dos trabalhadores rurais.

a - A sua Diretoria está assim constituída:

- ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN, Presidente;
- LUIZ ALBERTO TELES, 2º Vice-Presidente;
- WANDERLEY CAIXE, Secretário-Geral;
- LUIZ ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, 1º Secretário;
- AURORA DE OLIVEIRA COENTRO, 2º Secretário;
- CARLOS AUGUSTO SAMPAIO, Tesoureiro Geral;
- ROBERTO PONTES, 1º Tesoureiro;
- LEOPOLDO PAULINO, 2º Tesoureiro.

1) O Cargo de 1º Vice-Presidente encontra-se vago em virtude da renúncia do seu titular, inconformado com a publicação da carta de um Diretor da ANATAG no jornaleco "O MOVIMENTO", aprovação da Sede da ANATAG em BRASÍLIA e não no RIO DE JANEIRO como era seu desejo, além da mudança de denominação da Associação considerada de "rima pobre".

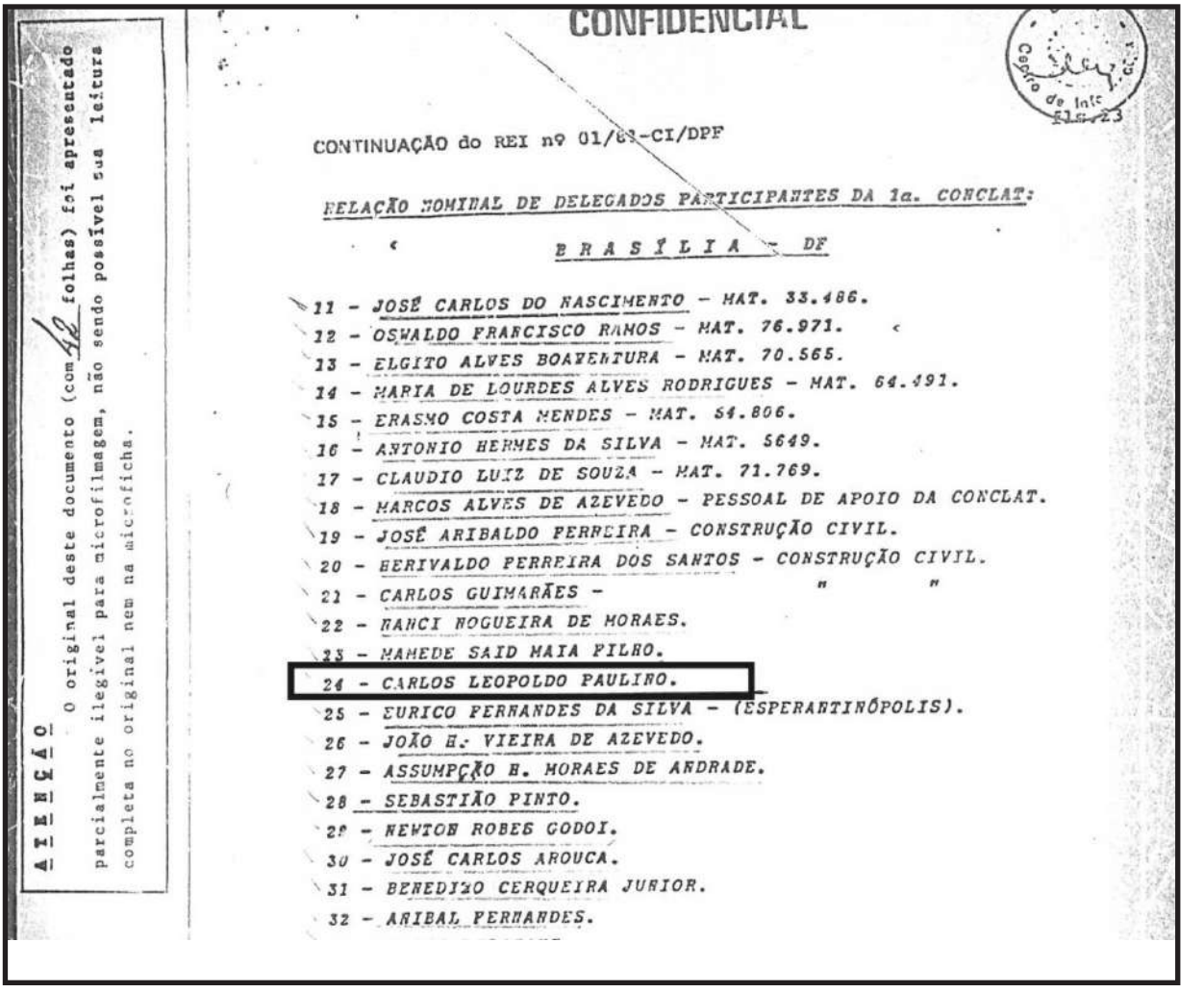
2 - A Seccional da ANATAG do RIO DE JANEIRO vem promovendo diversas reuniões, onde os Advogados têm debatido os problemas que enfrentam na defesa dos trabalhadores rurais.

LEITURA PRECÁRIA

CONFIDENCIAL

DMB/MJ

GRÁFICA 0233/78



ATENÇÃO

O original deste documento (com 42 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

CONFIDENCIAL

Centro de Inf. Fls. 23

CONTINUAÇÃO do REI nº 01/68-CI/DPF

RELAÇÃO NOMINAL DE DELEGADOS PARTICIPANTES DA 1a. CONCLAT:

BRASÍLIA - DF

11 - JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO - MAT. 33.486.
12 - OSWALDO FRANCISCO RAMOS - MAT. 76.971.
13 - ELGITO ALVES BOAVENTURA - MAT. 70.565.
14 - MARIA DE LOURDES ALVES RODRIGUES - MAT. 64.491.
15 - ERASMO COSTA MENDES - MAT. 64.806.
16 - ANTONIO HERMES DA SILVA - MAT. 5649.
17 - CLAUDIO LUIZ DE SOUZA - MAT. 71.769.
18 - MARCOS ALVES DE AZEVEDO - PESSOAL DE APOIO DA CONCLAT.
19 - JOSÉ ARIBALDO FERREIRA - CONSTRUÇÃO CIVIL.
20 - BERIVALDO FERREIRA DOS SANTOS - CONSTRUÇÃO CIVIL.
21 - CARLOS GUIMARÃES - " "
22 - NANCI NOGUEIRA DE MORAES.
23 - MAHEDE SAID MAIA FILHO.
24 - CARLOS LEOPOLDO PAULINO.
25 - EURICO FERNANDES DA SILVA - (ESPERANTINÓPOLIS).
26 - JOÃO H. VIEIRA DE AZEVEDO.
27 - ASSUMPÇÃO H. MORAES DE ANDRADE.
28 - SEBASTIÃO PINTO.
29 - NEWTON ROBES GODOI.
30 - JOSÉ CARLOS AROUCA.
31 - BENEDITO CERQUEIRA JUNIOR.
32 - ARIBAL FERNANDES.

CONFIDENCIAL

ASP/SNI
31MAI82 011887
ACE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SÃO PAULO

INFORME Nº 1584/115/ASP/82

DATA: 27 Mai 82
ASSUNTO: CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO.

REFERÊNCIA: -
ORIGEM: Infão 1552/115/ASP/82 de 26 Mai
AVALIAÇÃO: A-1
DIFUSÃO ANTERIOR: -
DIFUSÃO: AC/SNI
ANEXOS: Propaganda eleitoral e petição de"habeas corpus".

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA SÃO PAULO

Em complemento ao documento referenciado, aduz-se o seguinte:
O epigrafado foi presidente do CENTRO NACIONALISTA OLAVO BILAC, do COLÉGIO OTONIEL MOTA, em 1966 e 1967; presidence da UNIÃO - DOS ESTUDANTES DE RIBEIRÃO PRETO (UERP), em 1967; e presidente do CENTRO ACADÊMICO 1º DE SETEMBRO, da FACULDADE DE DIREITO - LAUDO DE CAMARGO, da UNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO (UNAERP), em 1969.
O seu Comitê Eleitoral situa-se à Rua Visconde de Inhauma, 468, 14º andar - fone: 636-3041 - RIBEIRÃO PRETO.

-.-.-.-.-.-.

TODA PESSOA QUE TOM CONHECIMENTO DESTE DOCUMENTO FICA RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (RSAS)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

ASP/SNI
26MAI82 011868
ACE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA SÃO PAULO

INFORMAÇÃO Nº 1552/115/ASP/82

DATA: 26 Mai 82

ASSUNTO: CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, PROVÁVEL CANDIDATO A CARGO ELETIVO, EM NOV 82.

REFERÊNCIA: -
ORIGEM: ASP/SNI
DIFUSÃO ANTERIOR: -
DIFUSÃO: AC/SNI
ANEXOS: -

1. DADOS DE QUALIFICAÇÃO

CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO é filho de MOACYR ALVES PAULINO e de MARIA APARECIDA TEIXEIRA PAULINO. Nascido aos 11 Set 50 em RIBEIRÃO PRETO/SP.

2. REGISTROS

a. Antecedentes

O nominado foi líder estudantil em RIBEIRÃO PRETO, no período de 1966 a 1969, tendo participado ativamente do MOVIMENTO ESTUDANTIL (ME), naquela cidade.

Em 12 Out 68, foi preso pelo DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DEOPS), durante o XXX CONGRESSO DA - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE), em IBIÚNA/SP. Foi indiciado nos autos do Inquérito Policial nº 15/68, incurso na LEI DE SEGURANÇA NACIONAL (LSN).

Em 16 Out 69, foi indiciado em Inquérito nº 238/69 da DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA de RIBEIRÃO PRETO/SP, por seu envolvimento com a organização terrorista AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN), que desde 1966 a 1967 vinha se arregimentando e agindo naquela cidade com objetivo de deflagar ao lado de

cont. ...

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO Informação Nº 1552 / 115 /ASP/ 82 (Fl. 02/3)

outras organizações uma guerra revolucionária. O epigrafado e seu grupo, já em ações de terror, colocou bombas incendiárias em diversas secções das LOJAS AMERICANAS S/A , que não detonaram por defeito no engenho, e participou , também, de roubo de placas de veículos para o movimento.

Em 29 Dez 69, foi pedida prisão preventiva de CARLOS LEOPOLDO, pelo Delegado de RIBEIRÃO PRETO.

Em Ago 70, foi apresentada denúncia junto a 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, contra o nominado, incurso na LEI DE SEGURANÇA NACIONAL (LSN), com base no processo nº 16/70/DEOPS.

Foi absolvido pela 2ª Auditoria da 2ª CJM, processo 16/70/DEOPS.

Esteve foragido durante cinco anos. Durante seu exílio voluntário foi professor na UNIVERSIDADE DO CHILE.

Voltando ao BRASIL reintegrou-se nas lutas contra o regime vigente, fundando o COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA(CBA) de RIBEIRÃO PRETO.

Em 17 Mar 79, foi detido e logo depois liberado, por estar distribuindo panfletos e vendas de adesivos em favor do CBA de RIBEIRÃO PRETO.

Em 22 Jan 80, participou do ato público em defesa dos presos políticos de ITAMARACÁ. Fez uso da palavra contestando o regime existente.

Em 14 Mai 80, o epigrafado, advogado e presidente do CBA, em ato público promovido pela UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - (USP) de RIBEIRÃO PRETO, usou da palavra e criticou

> "os generais da ditadura que há 15 anos usam a farda para espoliar o povo",

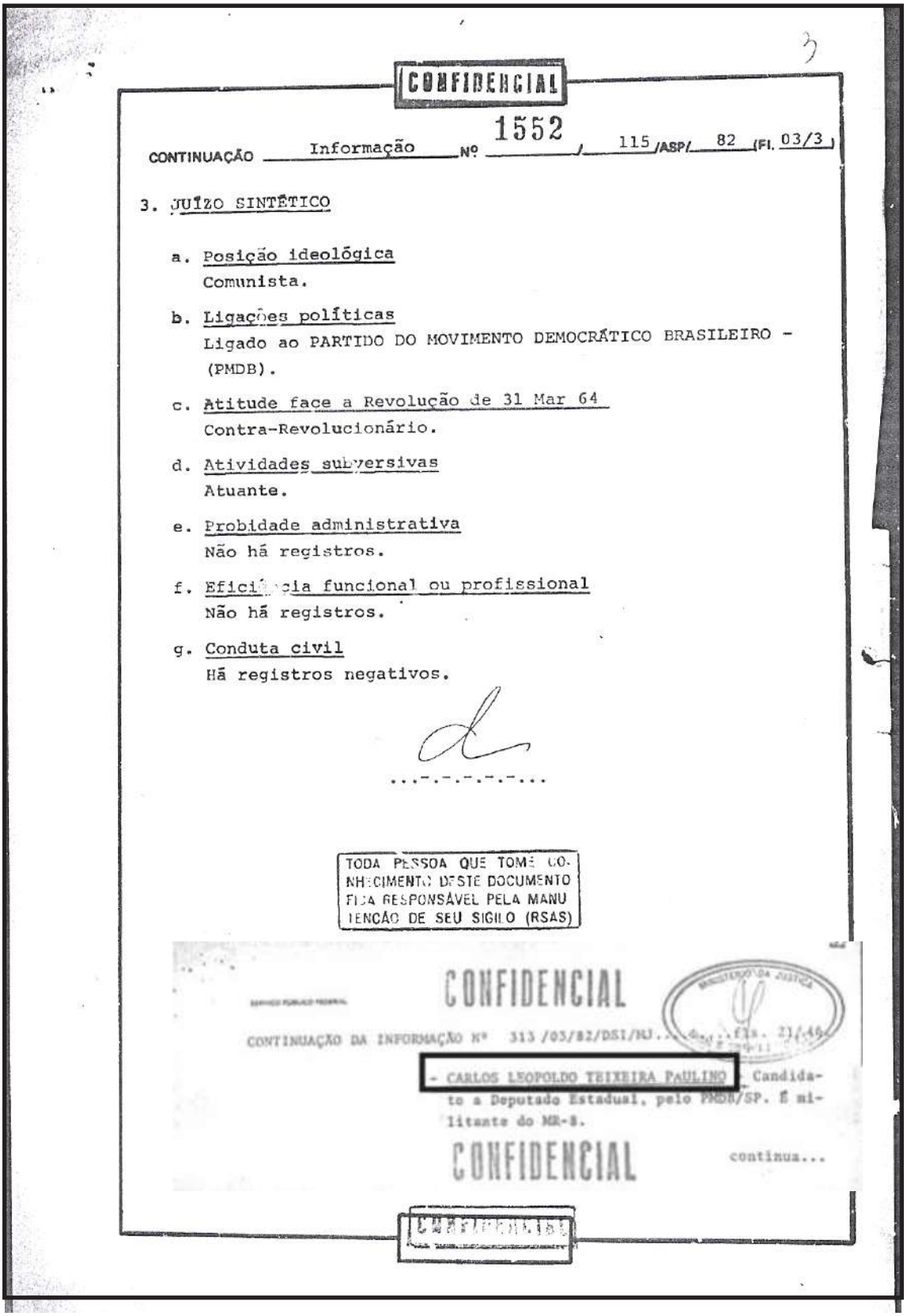
fez menção à publicação no Jornal HORA DO POVO" que

> "traz o nome de mais 100 generais que têm depositadas em seus nomes polpudas quantias em bancos suiços".

propôs em sua oração aos estudantes, que

> "se unam, para não deixarem o ladrão MALUF e o Presidente FIGUEIREDO permanecerem dia 22 Mai 80, na cidade de RIBEIRÃO PRETO, por não serem dignos de ali se hospedarem".

cont. ..



CONFIDENCIAL

3

CONTINUAÇÃO Informação Nº 1552 / 115 /ASP/ 82 (Fl. 03/3)

3. JUÍZO SINTÉTICO

a. Posição ideológica
Comunista.

b. Ligações políticas
Ligado ao PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - (PMDB).

c. Atitude face a Revolução de 31 Mar 64
Contra-Revolucionário.

d. Atividades subversivas
Atuante.

e. Probidade administrativa
Não há registros.

f. Eficiência funcional ou profissional
Não há registros.

g. Conduta civil
Há registros negativos.

...-.-.-.-.-...

TODA PESSOA QUE TOME CONHECIMENTO DESTE DOCUMENTO FICA RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (RSAS)

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 313 /03/82/DSI/MJ ... fls. 21/46

- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO - Candidato a Deputado Estadual, pelo PMDB/SP. É militante do MR-8.

CONFIDENCIAL

continua...

CONFIDENCIAL

MILITANTES, SIMPATIZANTES E/OU "ALIADOS" DE ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS (OC) ELEITOS EM 15 NOV 82

N O M E	CARGO	PARTIDO	OC	CIDADE	Outros Dados
MAURO BRAGATO	Dep. Est.	PMDB	PC do B/"Aliado"	SÃO PAULO	
JOÃO PAULO ISMAEL	Prefeito	PMDB	PC do B/"Aliado"	CAMPOS DO JORDÃO	
ANTÔNIO APARECIDO THOMAZ	Vereador	PMDB	PC do B/Militante	RANCHARIA	
CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO	Vereador	PMDB	PCB/Militante	RIBEIRÃO PRETO	
ERNESTO GRADELLA NETO	Vereador	PT	CS/Militante	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	
FLORISVALDO DE OLIVEIRA CAJÉ	Vereador	PMDB	PCB/Militante	CUBATÃO	
JOSÉ DOS SANTOS ROCHA	Vereador	PMDB	PCB/Militante	DIADEMA	
JOSÉ FERNANDES FLORENTINO	Vereador	PMDB	PCB/Militante	CUBATÃO	
WILSON PORTELA RODRIGUES	Vereador	PMDB	PC do B/Militante	PRESIDENTE PRUDENTE	
ADAUTO FERNANDES MARCONSIN	Vereador	PMDB	PC do B/Militante	CAMPINAS	

CANDIDATOS ELEITOS EM 15 NOV 82, MILITANTES E/OU SIMPATIZANTES DE ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS

1. Listagem por ordem alfabética geral.

NOME	CARGO	PARTIDO	ORG. SUB.	SITUAÇÃO
ACILINO JOSE RIBEIRO DE ALMEIDA	Ver/TEREZINA	PMDB/PI	PCB	Militante
ADALBERTO ALVES MONTEIRO	Ver/GOIÂNIA	PMDB/GO	PC do B	Militante
ADALBERTO TIMÓTEO DA SILVA	Ver/ARAGUARI	PMDB/MG	PCB	Militante
ADAMOR DA SILVA COSTA FILHO	Ver/BELÉM	PMDB/PA	PCB	Simpatizante
ADEMIR GALVÃO DE ANDRADE	Dep. Fed.	PMDB/PA	PC do B	Simpatizante
ADEMIR MARTINS DOS REIS	Ver/MARABÁ	PMDB/PA	PRC	Militante
AFONSO CELSO NOGUEIRA MONTEIRO	Dep. Est.	PDT/RJ	PCB/PRESTES	Militante
AGENOR OLIVEIRA FILHO	Ver/SALVADOR	PMDB/BA	PC do B	Militante
AIRTON CHAVES DA ROCHA	Ver/RIO BRANCO	PMDB/AC	PC do B	Militante
ALBERTO GOLDMAN	Dep. Fed.	PMDB/SP	PCB	Militante
ALBERTO MARCELO GATO	Dep. Fed.	PMDB/SP	PCB	Militante
ALCEU MOREIRA DA SILVA	Ver/OSÓRIO	PMDB/RS	MR-8	Simpatizante
ALDIONOR CALGADO SILVA	Ver/SÃO LUÍS	PMDB/MA	PCB/PRESTES	Militante
ALDO SILVA ARANTES	Dep. Fed.	PMDB/GO	PC do B	Militante
ALEXANDRE JOSÉ FARAH	Dep. Est.	PDT/RJ	PCB/PRESTES	Simpatizante
ALÍPIO GOMES FILHO	Vice-Pref/SABARÁ	PMDB/MG	PCB	Militante
ALMIR PAZZIANOTTO PINTO	Dep. Est.	PMDB/SP	PCB	Simpatizante
ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO	Dep. Est.	PMDB/SP	PCB	Militante
ALUÍSIO BEZERRA DE OLIVEIRA	Dep. Fed.	PMDB/AC	PC do B	Militante
AMABÍLIA VILARONGA DE PINHO ALMEIDA	Ver/SALVADOR	PMDB/BA	PCB	Militante

POLIS

CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA	Ver/R. PRETO	PMDB/SP	Ex-MR-8/PCB	Militante

ATENÇÃO
O original deste documento (com 04 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Espírito Santo do Pinhal 3

Passo às mãos de Vossa Excelência

...) ...mente, registrando-se e autuando-se.

Ofcie-se à autoridade policial in-formações, no prazo, servindo esta de ofício. Apresentem-se os pedidos em meu gabinete, dentro de quatro (4) horas, as positivas as informações da detenção. Cientifique-se o dr. promotor logo pela manhã, depois daí 10,00 horas. P. 12/3/82 (às 3 1/4 horas)

CARLOS LEOPOLDO PAULINO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob número 50.116, vem, respeitosamente, manifestar a V. Exa que:

:- é advogado militante, com escritório na cidade de Ribeirão Preto, na Visconde de Pinhalma, 468 - 14º / 147 e 148;

:- foi procurado nesta data, às 3 horas, por familiares de alguns cidadãos brasileiros, vítima de arbitrária prisão, ocorrida nesta cidade, no recinto denominado por "Bar do Baquinho";

2- Assim, Ex, tendo sido profissional
Compareceu à Delegacia de Polícia Local, foi informado
pelo PM Caubados, que não se poderia avistar com
os detidos, posto que o delegado não se encontrava
na repartição;

2- Desse modo, foi dito ainda pelo
policial militar, que os detidos se encontram
recolhidos sob acusação de perturbarem o sossego
público;

2- Assim, MM. Juiz, manifestamente
ilegal é a prisão, posto que não se lavrou
flagrante e muito menos se arbitrou fiança.

2- Como se não bastasse, impedido
foi o advogado subscritor de se entrevistar
com os detidos, faculdade que expressamente
prevê o Estatuto da Ordem dos Advogados
do Brasil.

Diante do exposto, vem,
com fulcro na Constituição Brasileira,
artigo 153, parágrafo 20, c/c artigo

647 e seguintes do Código de Processo Penal, impe-
trar Ordem de Habeas Corpus em favor de:
5

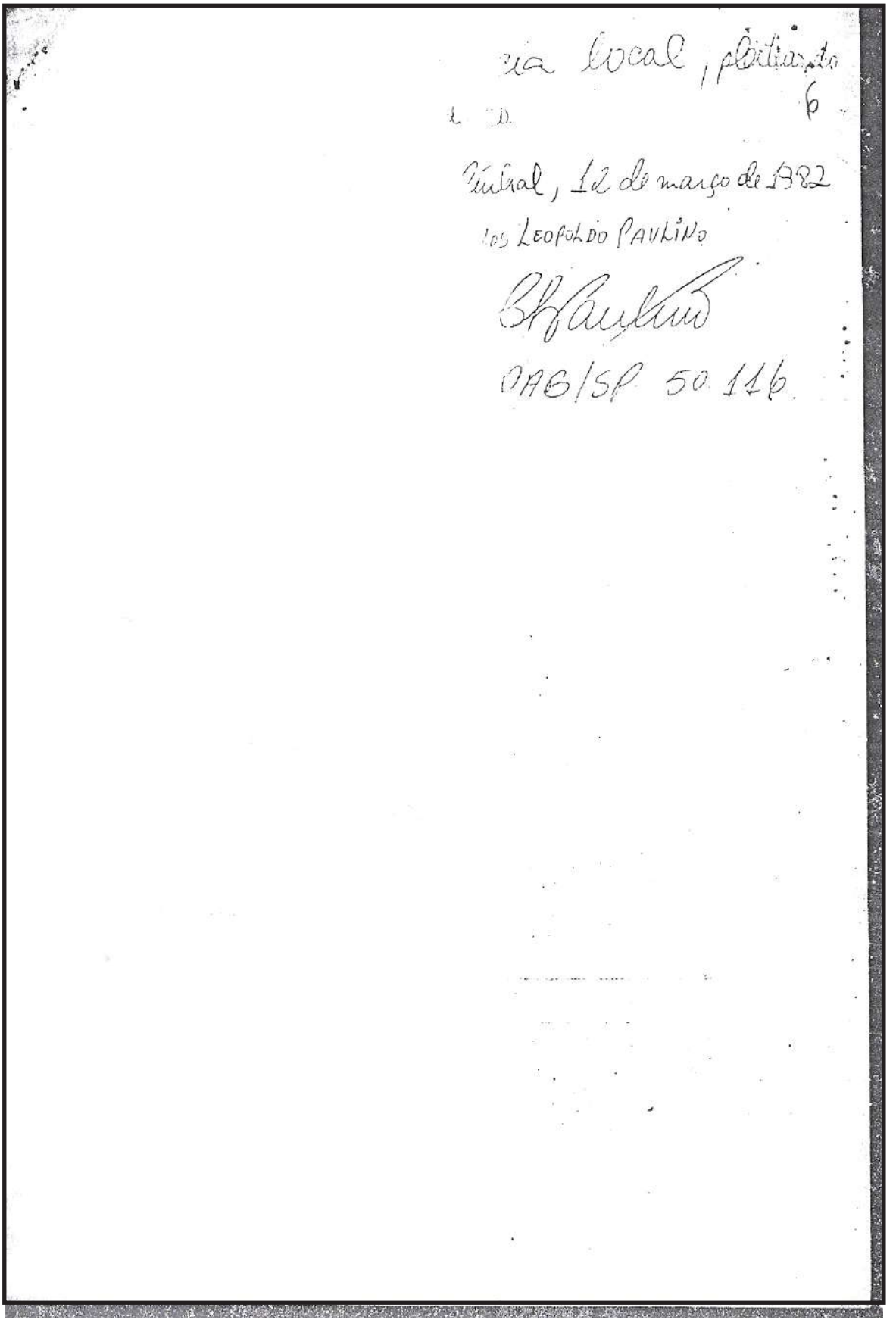
- Nilma Ferreira
- Luis Otávio Pereira
- Vicente Mateixo Jr.

e demais brasileiros que, pelos mesmos motivos, são vítimas de ilegal constrangimento.

Requer, assim, seja concedida a Ordem em caráter liminar, face ao horário (3:30hs) e à procrastinação que seguramente a autoridade policial impôs.

Requer mais, entendendo V. Exa. não ser cabível a ordem liminar, determine a apresentação imediata dos presos, para que seja garantida sua integridade física, nos termos do artigo 656 do C.P.P.

Aponta como autoridade



ria local, plaitiando
6

Piracicaba, 12 de março de 1982

Dr. LEOPOLDO PAULINO

OAB/SP 50.116

CONFIDENCIAL

fls. 36

CONTINUAÇÃO do RPI Nº 029/11-80-SI/DPF/SP

3.3 MOVIMENTO NEGRO

3.3.1 O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU) promoveu, dia 20/NOV/80, um ATO PÚBLICO na Praça Ramos de Azevedo/SP/SP, seguido de passeata, protestando contra a discriminação racial e a violência policial contra o negro.

Fizeram uso da palavra:

- BENEDITO CINTRA (vereador);
- JOÃO FRANCISCO (do MCC);
- PAULO RUI DE OLIVEIRA (vereador);
- CELSO PRUDENTE (jornalista);
- JOÃO BELIZARIO
- MAURICIO (do PMDB de Vila Mariana);
- MILTON BARBOSA (do MNU-Executiva Nacional; e
- mais cerca de 25 oradores não identificados.

Participaram aproximadamente 200 pessoas.

Durante o ato foram exibidas várias faixas de protestos e entoadas várias palavras de ordem.

3.3.2 Em Ribeirão Preto/SP, na mesma data acima, o GRUPO BOLOGUM do MNU realizou um ato público seguido de passeata em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, protestando contra a violência policial, o terror e a discriminação racial.

Participaram cerca de 50 pessoas e usaram da palavra as seguintes:

- CARLOS RENATO DOS SANTOS, funcionário público municipal;
- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, advogado e membro do diretório municipal do PMDB;
- RAFAEL PINTO, do MNU; e
- MOACIR LEONÍCIO, advogado e dissidente do Grupo Bologum (contrário à manifestação).

4 - COMENTARIOS

CONFIDENCIAL

DPF-1140

CONFIDENCIAL

ASP/SNI
21JUN82 012032
ACE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA SÃO PAULO

INFORME Nº 1764 / 115 /ASP/ 82

DATA: 17 Jun 82

ASSUNTO: VISITA DE LUIZ CARLOS PRESTES A RIBEIRÃO PRETO/SP, EM 14 E 15 MAI 82.

REFERÊNCIA: -

ORIGEM: PMESP

AVALIAÇÃO: B-1

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO: AC/SNI

ANEXOS: -

1. A convite do DIRETÓRIO ACADÊMICO PAULO CAMARGO (DAPC), do CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS da ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO (UNAERP), LUIZ CARLOS PRESTES esteve na cidade de RIBEIRÃO PRETO/SP, nos dias 14 e 15 Mai 82, onde foi homenageado pelos seus 70 anos de militância política.

2. No dia 14 Mai 82, das 15:00 às 16:40 hs, na CÂMARA MUNICIPAL (CM), concedeu entrevista coeltiva à imprensa, reafirmando sua posição contra o Capitalismo e criticou veementemente o atual sistema de governo do BRASIL, dizendo-o

"ditatorial, dominado pelos militares a serviço das multinacionais".

Afirmou que

"há necessidade de se fazer uma revolução marxista-leninista".

3. Participaram deste encontro, aproximadamente 30 pessoas, dentre as quais:

- MOACIR ALVES PAULINO
- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO
- ANTONIO CALIXTO, vereador pelo PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO SOCIAL (PMDB),

cont. ...

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO Informe 1764 / 115 /ASP/ 82 (Fl. 02/3)

- FERES SABINO, advogado
- JOÃO BATISTA BERALDO
- ÁLVARO JOSÉ CERQUEIRA NETO, jornalista,

além de membros do Diretório Municipal do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) local, inclusive seu presidente ALFREDO RUBENS INGISA.

4. No horário das 20:00 às 22:30 hs, no auditório da SOCIEDADE LEGIÃO BRASILEIRA, situada à Rua Visconde de Inhaúma, 490,1º andar - Edifício "PADRE EUCLIDES", LUIZ CARLOS PRESTES proferiu palestra durante a qual falou sobre

"a divisão existente nas forças populares e....que as medidas adotadas para combater a inflação são contraditórias".

Sobre as eleições, disse que

"não representam a vontade popular, sendo que o PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) apoia,em SÃO PAULO, o "PMDB", por ser este partido o único a fazer frente à situação, entretanto, no RIO DE JANEIRO, o apoio é dado ao "PT" e ao PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT) - no entanto, o "PT" tem dois caminhos a seguir: para um movimento reformista ou revolucionário, únicas formas de fazer frente ao Governo".

Prosseguiu afirmando que

"o clero, através dos Movimentos de Base, tem apoiado o "PCB" e o Movimento Socialista".

5. LUIZ CARLOS PRESTES, disse ainda que

"Em 1978 a classe operária se levantou e as greves do ABC permitiram aos metalúrgicos obterem maior aumento salarial; a repercussão desse movimento impeliu o Presidente GEISEL a violenta repressão durante a qual dez membros do COMITÊ CENTRAL do PCB (CC/PCB) foram presos estando desaparecidos até o momento".

Encerrando, sugeriu

"medidas de emergência para conter o preço do gás, eletricidade, transportes e aluguel".

cont. ...

VIDE LANÇAMENTOS NO VERSO DESTA FOLHA CONFIDENCIAL

0 0 0 0 1 4
22 JAN 1986 1/2
054764 86

MANIFESTAÇÃO DE PROTESTO DOS FUNCIONÁRIOS DEMITIDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SP - ELEMENTOS IDENTIFICADOS.

1. Realizou-se, no dia 15 Jan 86, no Parque do Ibirapuera, em SÃO PAULO/SP, manifestação de protesto dos funcionários demitidos da Prefeitura Municipal.

2. Entre os elementos que prestaram apoio à manifestação e aos demitidos, foram identificados os seguintes:

a. Do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

- Dep. Est. WALDIR ALCEU TRIGO, participante nas invasões de terras e no Movimento dos Sem-Terra;
- Dep. Est. WALDEMAR CHUBACCI;
- Dep. Est. BENEDITO CINTRA;
- Vereador LUIZ CARLOS GARCIA, de SERTÃOZINHO/SP, participante nas invasões de terras e no Movimento dos Sem-Terra;
- Vereador JOSÉ MESSIAS VENÂNCIO DOS SANTOS, de PITANGUEIRAS/SP;
- Vereador CARLOS LEOPOLDO PAULINO, de RIBEIRÃO PRETO/SP e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB);
- Dep. Est. MAURO BRAGATO, participante nas invasões de terras e no Movimento dos Sem-Terra;
- Vereadora IDA MARIA TERESA JANCSO; e
- Vereador WALTER MEYER FELDMAN, militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

b. Do Partido dos Trabalhadores (PT)

- Dep. Fed. IRMA ROSSETO PASSONI;
- Dep. Fed. JOSÉ GENOÍNO NETO, militante do Partido Revolucionário Comunista (PRC);
- Dep. Fed. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY;
- Dep. Est. ANÍSIO BATISTA DE OLIVEIRA;
- Dep. Est. EDUARDO JORGE ALVES MARTINS SOBRINHO;

Z1: SIM

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão de Segurança e Informações

INFORMAÇÃO Nº 290/83-DSI/MRE

DATA: 13.6.83

ASSUNTO: Correspondência da Câmara Municipal de Ribeirão Preto a FIDEL CASTRO.

REFERÊNCIA:

ORIGEM:

ÁREA:

PAÍS:

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO: SNI/AC- CIE- CENIMAR- CISA- CI/DPF

ANEXOS: Um apenso com três folhas.

S.N.I.
AGÊNCIA CENTRAL
012986 14 JUN 83
PROTOCOLO

Segue, em anexo, cópia de correspondência enviada, por engano ao MRE e remetida pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto - São Paulo a FIDEL CASTRO, a qual informa haver sido aprovado em sessão de 10/MAI/83, requerimento do vereador LEOPOLDO PAULINO, solicitando o reatamento de relações diplomáticas e comerciais do Brasil com Cuba.

CONFIDENCIAL

SÃO PAULO, 02 de JUN de 1989

2ª SEÇÃO EMPM

INFORME Nº PM2-632/2.3.1/89

1 — ASSUNTO: GOVERNADOR EM EXERCÍCIO RECEBE PROFESSORES NO PALÁCIO DOS BANDEIRANTES

2 — ORIGEM: 2EMPM

3 — AVALIAÇÃO: 1

4 — DIFUSÃO: CMSE, CNSP, IV COMAR, SI/SRDPF/SP, ASP/SNI

5 — ANEXO: VIDE ITEM 3

6 — REFERÊNCIA: * * *

URGENTÍSSIMO

DEF: SÃO PAULO

Providenciado Busca

Nº

Inf.:

Inf.:

1. Políticos, representantes de entidades de magistério oficial e dos servidores da Secretaria da Educação* e outras pessoas e entidades constantes das relações anexas, compareceram ao Palácio DOS BANDEIRANTES, em 01JUN89, onde o Governador em Exercício, ALMINO MONTEIRO ÁLVARES AFFONSO, recebeu comissão de professores em audiência.

2. Na ocasião, os professores e demais servidores da educação foram solicitar a ALMINO AFFONSO o atendimento de suas reivindicações, para que possam acabar com a greve que já mantêm há 44 dias.

3. Anexos:

a. Relação de Representantes do Magistério (anexo 1);

b. Relação de Representantes da ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (AFUSE) - (anexo 2);

c. Relação de Representantes de ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES (APMs) - (anexo 4);

d. Relação de Pessoas e Entidades (anexo 3); e

e. Relação dos Políticos (anexo 5).

CONFIDENCIAL

POLÍTICOS PRESENTES NA AUDIÊNCIA EM QUE OS PROFESSORES DO ESTADO / REIVINDICAVAM MELHORIAS SALARIAIS AO GOVERNADOR EM EXERCÍCIO ALMINO MONTEIRO ALVARES AFFONSO:

- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO - Vereador - PSB - RIBEIRÃO PRETO;
- MARLI FUMEIRO - Vereadora - PDS - MONTE AZUL PAULISTA;
- MARDQUEU SILVIO FRANCA - PMDB - MONTE AZUL PAULISTA - Vereador ;
- ALBERTO LUIZ NASSABNI - Vereador - PL - PIRANGI;
- WAGNER LUIZ CARVALHO - Vereador - PL - PIRANGI;

MINISTÉRIO DO EXERCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASILIA-DF, de 15 JUN 1984

01/05

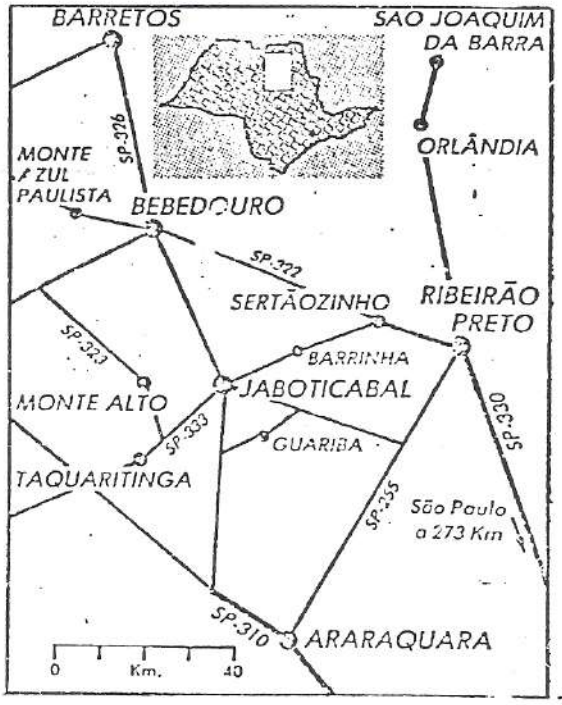
INFORMAÇÃO Nº 724 S/102-A13-CIE

1. **Assunto:** GREVE DOS BÓIAS-FRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - 4.2.8.
2. **Origem:** II Ex
3. **Difusão:** AC/SNI
4. **Difusão Anterior:** CIE - 2a DE - 2a RM
5. **Referência:** -.-
6. **Anexo:** Uma cópia de um acordo.

S.N.I.
AGENCIA CENTRAL
012862 18 JUN 84
PROTOCOLO

1. No período de 15 a 19 Mai 84 foi deflagrada no Estado de SÃO PAULO, uma greve de trabalhadores rurais de lavouras de cana-de-açúcar e laranja, a qual em seu ápice atingiu cerca de 40.000 trabalhadores.

2. Os eventos tiveram lugar no NW de SP, cujo polo principal é RIBEIRÃO PRETO/SP, sendo que as cidades mais atingidas foram GUARIBA/SP (agroindústria de açúcar e álcool) e BEBEDOURO/SP (agroindústria de produtos cítricos). O esboço abaixo especifica a área e principais municípios afetados pelo movimento paredista.



CONFIDENCIAL

3. A área em questão há muitos anos possui vulnerabilidades que a caracterizam como uma área sensível. A estrutura econômico-social está assentada nas grandes agroindústrias de açúcar e álcool, que utilizam largamente a mão-de-obra cognominada bóia-fria. Esta mão-de-obra que apresenta entre outras características, baixo nível sócio-cultural, ausência de vínculos com as empresas e com as comunidades locais devido a natureza temporária e geograficamente variável dos seus serviços, tem sido sistematicamente explorada por intermediários inescrupulosos ("os gatos") e tem sido burlada no tocante à percepção dos benefícios assegurados pela legislação trabalhista e previdenciária. Constitui portanto um "caldo de cultura" favorável à ação contestatório-subversiva. Cumpre lembrar que por volta de 1970 houve em RIBEIRÃO PRETO/SP, tentavia de formação de uma OS, baseada na luta armada (Força Armada de Libertação Nacional - FALN). Em 1983 ocorreram em BARRINHA e SERTÃOZINHO/SP tumultos e depredações, ao que tudo indica, estimulados pelo PC do B. Ainda em 1983, o Sindicato dos Metalúrgicos de RIBEIRÃO PRETO, ligado à CUT, planejou e executou em SERTÃOZINHO/SP uma greve ilegal e extemporânea.

4. Sobre a greve em questão, cumpre ressaltar os seguintes aspectos:

a. Os bóias-frias utilizaram a violência em larga escala. Houve piquetes violentos interditando os acessos às fazendas, depredações de veículos, saques a supermercados, incêndio de canaviais, etc. Os conflitos deixaram um saldo de dezenas de feridos, entre os quais um tenente da PMESP e um bóia-fria aposentado morto. O supermercado destruído em GUARIBA/SP, é de propriedade de CLÁUDIO AMORIM, presidente do PMDB, local.

b. Após a irrupção do movimento foram detetadas as seguintes presenças de elementos oposicionistas e/ou subversivos, que em grau variável procuraram influenciar o curso dos acontecimentos:

- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO

. vereador do PMDB/SP, advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Est SP (FETAESP) e militante do PCB;

- JOSÉ DOMINGOS BRACHETO

CONFIDENCIAL

ATIVIDADES DOS TRABALHADORES RURAIS VOLANTES "BÓIAS-FRIAS" NO ESTADO DE SÃO PAULO

Em 14 Jan 86, JOSÉ DE FÁTIMA SOARES, presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GUARIBA/SP, vice-presidente da CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) - Interior II e até então filiado ao PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), percorreu os principais pontos de embarque dos trabalhadores rurais volantes "bóias-frias" da referida cidade, concitando-os a deflagrar uma greve para pressionar a classe patronal a lhes conceder: reajustes salariais de 66% nas diárias, com efeito retroativo a 1º Jan 86 e contratação de 800 desempregados do setor.

Atendendo ao apelo, no dia 20 Jan 86, cerca de três mil trabalhadores paralisaram suas atividades.

Durante uma assembléia realizada pela categoria, presidida por JOSÉ DE FÁTIMA, os cerca de 2.500 participantes decidiram pela continuidade do movimento até que a classe patronal decidisse pelo aumento de suas diárias e pela redução da jornada de trabalho aos sábados.

Também foram recrutados trabalhadores de GUARIBA para atuarem em outras cidades da Região - JABOTICABAL, PRADÓPOLIS, BARRINHA, PITANGUEIRAS, SERTÃOZINHO, BATATAIS e SERRANA,- objetivando a ampliação do movimento grevista.

Além de JOSÉ DE FÁTIMA, falaram na reunião:

- LUIZ CARLOS GARCIA, Vereador pelo PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB), e
- ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, representante dos "Trabalhadores Rurais Sem Terra".

Em outro encontro realizado no dia 21 Jan 86, em BARRINHA, atuaram com destaque:

- JOSÉ ALBERTINI, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrinha,

CONFIDENCIAL

"O ESTADO DE SÃO PAULO"

11 OUT 85

Políticos e sindicalistas persuadiram invasores

DO ENVIADO ESPECIAL

Os 54 bóias-frias que há uma semana invadiram as terras da Fepasa no Horto Florestal Guarani, em Pradópolis — na região de Ribeirão Preto —, foram persuadidos por políticos e sindicalistas da região a ocupar uma área pública, como forma de garantir a posse de terras que pudessem cultivar. Por isso, a grande maioria dos invasores das terras da Fepasa deixou empregos fixos na esperança de que, como pregavam os articuladores da invasão, a "reforma agrária começaria por Ribeirão Preto". Este é o caso típico de Cleonildo Antônio Alves. Há muito tempo, Cleonildo, de 37 anos, convenceu-se de que o salário que recebia, como funcionário público da Prefeitura Municipal de Sertãozinho, mal dava para garantir a alimentação da mulher e de seus cinco filhos. Por isso, quando ficou sabendo através de um amigo que a Fetaesp (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de São Paulo) estava oferecendo aos bóias-frias da região, a possibilidade de executar o assentamento agrícola de várias famílias em áreas de cinco alqueires cada uma, de propriedade do Estado, não pensou duas vezes. Ignorou o reajuste salarial concedido pela prefeitura — que elevara seu salário para Cr$ 1,2 milhão mensais — e pediu demissão das funções de motorista que exercia, para se inscrever no programa. Afinal, só os cinco alqueires valem, na região, cerca de Cr$ 550 milhões.

Mas só quando Cleonildo começou a participar das reuniões com a Comissão de Assentamento formada por integrantes da Fetaesp e do Sindicato dos Metalúrgicos de Sertãozinho, lideradas pelo vereador Luiz Carlos Garcia (PMDB-Sertãozinho), é que percebeu que a situação era mais complexa. Ele, juntamente com outros 53 trabalhadores rurais, teria de invadir uma gleba de propriedade da Fepasa no Horto Florestal Guarani, em Pradópolis, "para ganhar na marra, como ocorreu com o pessoal de Araraquara, a posse de uma terra para plantar".

Induzido pelo vereador, que tem estreitos laços de amizade com o deputado Waldir Trigo, vice-líder do governo na Assembléia Legislativa e declaradamente favorável à invasão, Cleonildo decidiu lutar pela posse de sua terra e garantir a sobrevivência da família.

Garcia, eleito vereador em Sertãozinho por interferência direta de Waldir Trigo, uma espécie de "cacique político" da região, foi o principal articulador da invasão que ocorreu na noite de sexta-feira passada. Auxiliado por Hélio Neves, diretor da Fetaesp e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara — município onde recentemente o governo do Estado destinou uma área pública para assentamento agrícola —, e por Leopoldo Paulino, advogado da Fetaesp, Garcia vinha promovendo desde o final da greve dos bóias-frias da região, em maio, reuniões semanais com os líderes do movimento para traçar a estratégia de invansão de áreas públicas que levasse o governo a conceder os títulos de propriedade aos bóias-frias.

CANDIDATOS À INVASÃO

Assim, foi idealizado um amplo esquema que envolveu até mesmo o posto de atendimento da Secretaria de Estado das Relações do Trabalho de Sertãozinho. Ali, a encarregada do posto, Maria Aparecida dos Santos, começou a exercer funções paralelas às que lhe foram atribuídas pelo Estado: preenchia diariamente fichas de inscrição de candidatos à invasão, com a finalidade de cadastrar todos os interessados.

O cadastramento foi feito até há oito dias, véspera da invasão, e as reuniões, cada vez com mais bóias-frias, continuavam acontecendo. O comando da invasão passou a examinar terras que poderiam ser invadidas, definindo o local há duas semanas, e o deputado Waldir Trigo que ficou estrategicamente afastado dos encontros, manifestou publicamente seu apoio à invasão.

Fl. 1/3

CONFIDENCIAL

COORDENAÇÃO, LIDERANÇAS E ATIVISTAS DO MOVIMENTO GREVISTA DOS TRABALHADORES RURAIS "BÓIAS-FRIAS"

O movimento grevista deflagrado dia 03 Jan 85, primeiramente no Município de GUARIBA, na Região de RIBEIRÃO PRETO, estendeu-se a outros Municípios, como BARRINHA, SERTÃOZINHO, JABOTICABAL, SÃO JOAQUIM DA BARRA, RIBEIRÃO PRETO, MONTE ALTO, BRODOSQUI, GUARÁ, OLÍNDIA, CAJURU e ITUVERAVA, na mesma Região.

Com o decorrer da greve, outras regiões foram atingidas: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (Municípios de PAULO DE FARIA e RIOLÂNDIA) e BARRETOS (Municípios de GUARACI, OLÍMPIA e IPUÃ).

O movimento abrangeu, em sua totalidade, entre 20 a 30 mil "bóias-frias".

Num primeiro momento, até o desmentido do acordo no dia 06 Jan 85, o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GUARIBA, ligado à CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT), coordenou o movimento grevista.

Durante as negociações preliminares, entenderam-se:

. JOSÉ LAURENTIS JÚNIOR, presidente do SINDICATO RURAL DE GUARIBA, e

. JOSÉ DE FÁTIMA SOARES, presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GUARIBA.

Após o desmentido do acordo, coordenou o movimento a FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE

CONFIDENCIAL

Fl. 2/3

. VIDOR JORGE FAITA, diretor da FETAESP,

. WILSON BERTOLLAI, diretor da FETAESP,

. LEOPOLDO PAULINO, advogado da FETAESP e militante do PCB,

TAESP, que agora os invasores estavam dispostos a reagirem e lutarem pelas terras, pois elas não possuiam um legítimo proprietário.

ff) No dia 04 Out 85, à noite, cerca de 55 pessoas dos SEM TERRA invadiram uma área do horto florestal GUARANI, propriedade da FEPASA, no município de PRADÓPOLIS/SP, região de RIBEIRÃO PRETO/SP. Tal invasão vinha sendo planejada com muita antecedência, uma vez que uma comissão de invasores formada por:

- ANTONIO CARLOS CLEMENTE;
- ANTONIO PRUDÊNCIO;
- FRANCISCO PEREIRA FRANCELINO;
- JOÃO FERNANDES DA SILVA;
- JOSÉ CARLOS VIEIRA VENTURA;
- JOSÉ CLAÚDIO ANDRADE;
- JOSÉ MESSIAS MARTINS;
- JOSÉ PEREIRA;
- MANOEL JOSÉ FRANCELINO; e
- NILTON PEREIRA DO AMARAL,

percorreu três municípios da região a procura de terra produtivas. Essa comissão teve total apoio do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SERTÃOZINHO/SP e da FETAESP através de HÉLIO NEVES - Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ARARAQUARA/SP e LEOPOLDO PAULINO, Advogado da FETAESP e Vereador PMDB/RIBEIRÃO PRETO/SP. Os invasores reivindicam uma negociação direta com o governo estadual para assentamento de seus familiares área, bem como, o apoio técnico, econômico, saúde e material, e afirmam que só sairão da área em troca de outras terras. Com isso, já iniciaram o plantio de verduras e legumes numa área de 10 alqueires mas afirmam que ocuparão cerca de 500 alqueires dos 1.780 alqueires do horto que já tem plantado eucaliptos em cerca de 1.500 alqueires; seus líderes dizem que saindo na marra, ocuparão as margens da rodovia de acesso a PRADÓPOLIS para sensibilizar e pressionar o governador MONTORO a resolver o problema.

No dia 09 Out 85, os invasores recusaram-se a cumprir liminar da justiça.

No dia 11 Out 85, MONTORO decide suspender a liminar judicial, convencido por assessores de que uma expulsão seria prejudicial a sua imagem, ainda mais no dia em que o presidente SARNEY assinava o PNRA.

No dia 15 Out 85, os invasores SEM TERRA resolveram "democraticamente" a deixarem o local, mas ao invés de retornarem para onde residem, decidiram acampar às margens da rodovia Cunha Bueno que liga JABOTICABAL-RIBEIRÃO PRETO-ARARAQUARA, onde levantaram acampamentos, e segundo JOÃO CARLOS GARCIA a luta iria até o fim.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 0004 de 31 JAN 85.....)

de reivindicações que seria entregue ao Sindicato Patronal, porque um dos ítens era o reconhecimento do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GUARIBA. Com isso, houve uma ruptura entre a CUT e a FETAESP.

Em BARRINHA/SP, a FETAESP e 13 Sindicatos distribuiram Nota à imprensa, onde o ítem 4, na íntegra, dizia: "A verdade é que determinada Central de Trabalhadores pretende exercer sua influência sobre o movimento, tendo entretanto, ficado claro a falta de representatividade dessa entidade, que não tem conseguido impor seus pontos de vista aos trabalhadores".

g) Em SERTÃOZINHO/SP, no dia 10 JAN, o Prefeito após efetuar levantamentos sobre os desempregados, constatou que apenas 300 trabalhadores rurais estavam sem empregos, ao invés dos 3.000 anunciados pelos líderes do movimento.

Aberta Frentes de Trabalho, o Prefeito criou cerca de 500 empregos, mas apenas 127 pessoas se cadastraram para as vagas.

h) As propostas de criação de Frentes de Trabalho pelas Prefeituras, visando dar emprego aos desempregados na base de um salário-mínimo, foram rejeitados pelos grevistas.

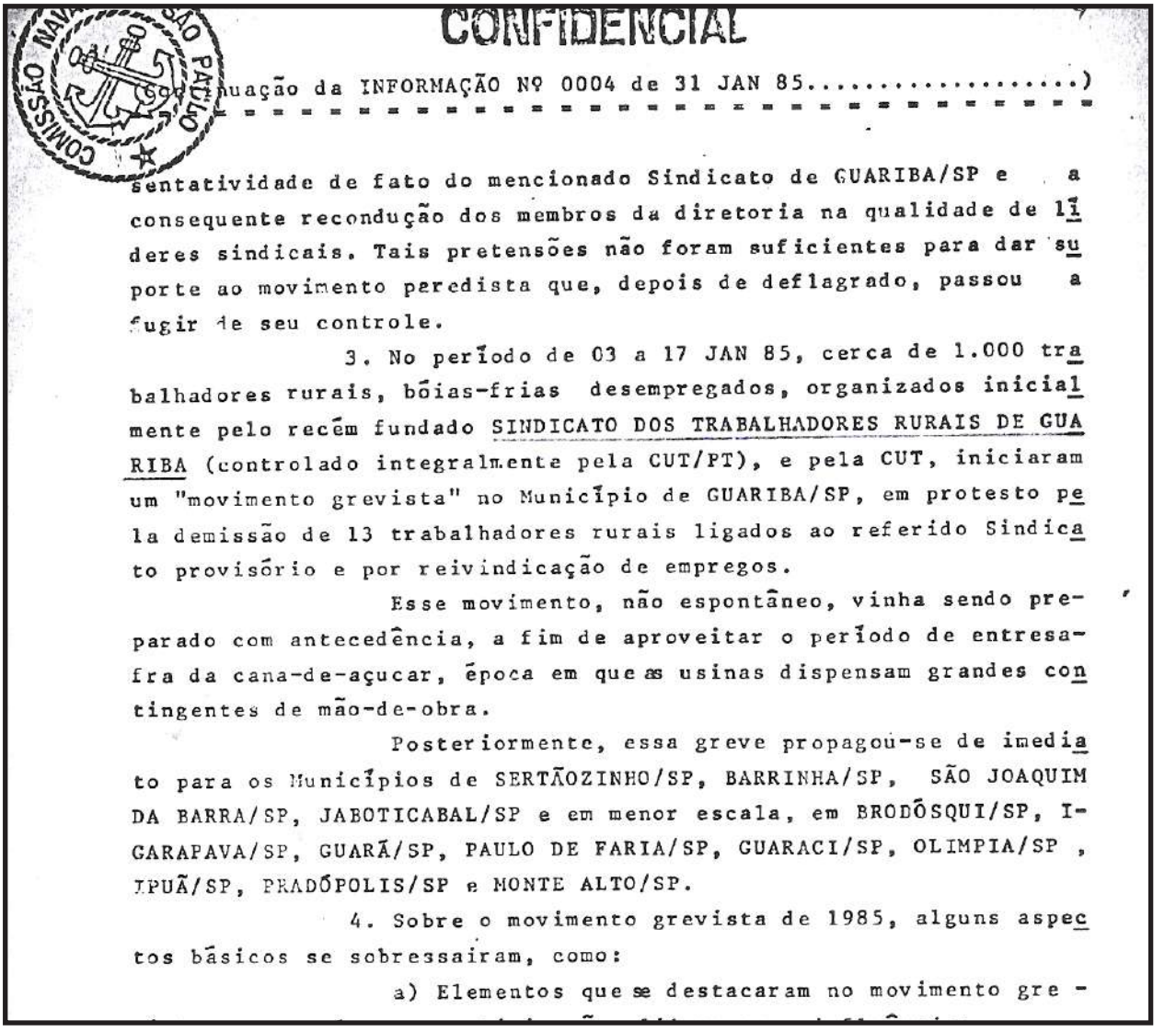
Posteriormente, com o movimento semi-disperso pela ação policial, pela volta da maioria dos trabalhadores rurais às lavouras, com a distribuição de cestos de alimentos e criação de empregos em Frentes de Trabalho com diárias a CR$ 10.000,a situação acabou por se normalizar na região, passando a existir apenas pequenos focos devido a influência de sindicalistas, políticos e Igreja.

i) Na noite do dia 11 JAN, em PRADÓPOLIS/SP, quando sindicalistas da FETAESP preparavam-se para um comício com os bóias-frias na cidade, PEDRO GREGÓRIO DE ALMEIDA, trabalhador rural de uma usina, acabou sendo baleado por MOACYR ALVES PAULINO, genitor de CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, durante uma discussão em que discordara do movimento grevista.

j) Em SERTÃOZINHO/SP, no dia 11 JAN, com a tentativa de saque a um supermercado, houve a necessidade da intervenção da Polícia Militar que acabou sendo apedrejada pelos manifes-

06 / 13

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 0004 de 31 JAN 85.....)

sentatividade de fato do mencionado Sindicato de GUARIBA/SP e a consequente recondução dos membros da diretoria na qualidade de líderes sindicais. Tais pretensões não foram suficientes para dar suporte ao movimento paredista que, depois de deflagrado, passou a fugir de seu controle.

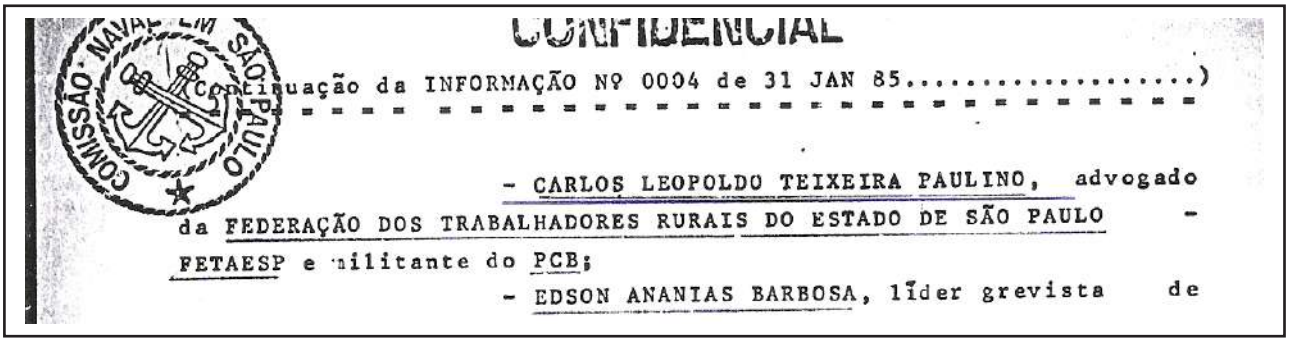
3. No período de 03 a 17 JAN 85, cerca de 1.000 trabalhadores rurais, bóias-frias desempregados, organizados inicialmente pelo recém fundado SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GUARIBA (controlado integralmente pela CUT/PT), e pela CUT, iniciaram um "movimento grevista" no Município de GUARIBA/SP, em protesto pela demissão de 13 trabalhadores rurais ligados ao referido Sindicato provisório e por reivindicação de empregos.

Esse movimento, não espontâneo, vinha sendo preparado com antecedência, a fim de aproveitar o período de entresafra da cana-de-açucar, época em que as usinas dispensam grandes contingentes de mão-de-obra.

Posteriormente, essa greve propagou-se de imediato para os Municípios de SERTÃOZINHO/SP, BARRINHA/SP, SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP, JABOTICABAL/SP e em menor escala, em BRODÓSQUI/SP, IGARAPAVA/SP, GUARÁ/SP, PAULO DE FARIA/SP, GUARACI/SP, OLIMPIA/SP, IPUÃ/SP, PRADÓPOLIS/SP e MONTE ALTO/SP.

4. Sobre o movimento grevista de 1985, alguns aspectos básicos se sobressairam, como:

a) Elementos que se destacaram no movimento gre -



CONFIDENCIAL

(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 0004 de 31 JAN 85.....)

- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, advogado da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FETAESP e militante do PCB;

- EDSON ANANIAS BARBOSA, líder grevista de

FICHA DE TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS - FTD

2

Registro de Entrada - NRE: 00051/18JAN89

CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Ass / Tit.: CAMPANHA SALARIAL E MOVIMENTOS GREVISTAS DE "BOIAS-FRIAS" DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 88

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONFIDENCIAL

Fls 01/05.

SÃO PAULO...26 de [illegible] de 19 88

INFORME Nº PM2-147/2.3

2ª SEÇÃO - EMPM

REF.: [illegible] 1988
Pesquisado Busca
Inf.:
Resp.:
Inf.:

1 — ASSUNTO: CAMPANHA SALARIAL E MOVIMENTOS GRE VISTAS DE "BÓIAS-FRIAS" DO ESTADO
2 — ORIGEM: 2ªEMPM
3 — AVALIAÇÃO: 2
4 — DIFUSÃO: CMSE, ASP/SNI
5 — ANEXO: * * *
6 — REFERÊNCIA: * * *

1. Os Trabalhadores Rurais do Estado de SÃO PAULO iniciaram Campanha Salarial em Março/88 e, no dia 09JUN88, firmaram um Acordo Coletivo de Trabalho, através de suas entidades representativas.
2. O acordo previa reajustes de 63,4% sobre a diária de mês de ABR88, que era Cz$ 373,00, que acrescida de hora percurso passaria a ser Cz$ 709,00. Foi também estabelecido que a partir do segundo mês da vigência do acordo passaria a incidir nos salários dos "bóias-frias" à UNIDADE DE REFERÊNCIA DE PREÇOS (URP), motivo pelo qual os trabalhadores rurais passariam a receber Cz$ 718,24 pela diária de JUN88; Cz$ 845,28 pela diária de Julho/88 e Cz$ 924,72 a diária do mês de Agost 88, conforme URP da época, que era 17,68%.
3. O Piso Salarial passou a ser Cz$ 21.284,70 e a hora itinere Cz$ 99,17.
4. Quanto ao preço da tonelada de cana cortada ficou estabelecido que receberiam Cz$ 150,89 para a cana de 18 (dezoito) meses e Cz$ 144,23 para outras canas.
5. Participaram de encontros que definiram pauta de reivindicações e das negociações do Acordo Coletivo, bem como da Campanha Salarial, as seguintes pessoas:

a. ELIO NEVES, Vice-Presidente da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO;

b. WALDIR ALCIU TRIGO, Deputado Estadual pelo PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB);

c. LUIZ CARLOS GARCIA, Vereador pelo PMDB em SERTÃOZINHO/SP;

d. CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, Vereador pelo PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) em RIBEIRÃO PRETO/SP;

[illegible] Tesoureiro da FEDERAÇÃO DOS [illegible]

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
CMSE - 2.a SEÇÃO

São Paulo-SP, 27 DEZ 1989

INFORME N.o 01865 E.243/C./CMSE

1. DATA: 11 DEZ 89
2. ASSUNTO: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO ESTADO DE SP.
3. ORIGEM: CMSE
4. AVALIAÇÃO: 2
5. DIFUSÃO: ASP/SNI
6. DIFUSÃO ANTERIOR: PB Nº 2541 -120/ASP/89.
7. REFERÊNCIA:-
8. ANEXO: -

1. O MOVIMENTO SEM TERRA (MST) desenvolveu uma técnica aprimorada para as invasões de terras cujas características são:

- preparação detalhada e criteriosa;
- reconhecimento prévio das áreas a invadir;
- vias de acesso para o local a invadir;
- ocupação durante as madrugadas;
- coordenação e ensaios dos deslocamentos para a invasão;
- sigilo e utilização de senha durante a ocupação; e
- sorteio das famílias para as áreas, em hora próxima de ocupação.

2. Apoios obtidos:

- de entidades Internacionais;
- Órgãos Públicos e Assistenciais tais como:
  - Legião Brasileira de Assistência (alimentos, medicamentos etc);
  - Prefeituras (alimentação e Transporte);
  - Defesa civil; e
  - Camara Municipal
- Federações Estaduais de trabalhadores na Agricultura;
- Sindicatos de Trabalhadores Rurais;
- Central Única dos Trabalhadores e Partido dos Trabalhadores, através de suas lideranças e organismos locais, mantém uma estreita vinculação com o MST.
- Claro Progressista, através da Comissão Pastoral da Terra.

3- Normas de Segurança:

As normas são estabelecidas para todas e quaisquer atividades desenvolvidas como embarques, durante as viagens, nos acampa

CONFIDENCIAL

5) RIBEIRÃO PRETO/SP

- Em 1987, 70 (setenta) pessoas, invadiram uma área de .. 7.800 m2, no PARQUE INDUSTRIAL AVELINO ALVES PALMA. Receberam apoio do Deputado Est. pelo PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB), WILSON TONI e do Vereador eleito pelo PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PSB), CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO.

6) GUARIBA/SP

SECRETO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão de Segurança e Informações

INFORMAÇÃO Nº 406/83 – DSI/MRE

DATA: 15.08.83.

ASSUNTO: PNI. 3.4. LIGAÇÕES NO PROCESSO SUBVERSIVO.

REFERÊNCIA: INFÃO/DSI/MRE/064, de 31/JAN/83.

ORIGEM:

ÁREA:

PAÍS:

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO: SNI/AC.

ANEXOS:

S.N.I.
AGÊNCIA CENTRAL
017816 16 AGO 83
PROTOCOLO

3.4.2. - Participou da Conferência "KARL MARX E NOSSO TEMPO - A LUTA PELA PAZ E PELO PROGRESSO SOCIAL", que teve início em BERLIM (RDA) no dia 11/ABR/83, a seguinte Delegação brasileira:

GIOCONDO DIAS (Secretario-Geral do PCB);
GILVALDO PEREIRA DE SIQUEIRA (Membro da Comissão Executiva do CC);
AMARO VALENTIM DO NASCIMENTO (Membro do CC e Representante do PCB junto à redação da revista - "Problemas da Paz e do Socialismo", editada em PRAGA).

2. De tudo o que ocorreu, durante ou a propósito da referida Confer[illegible] e por ERICH [illegible] mitê Centra[illegible]

3. [illegible] mo das pri[illegible]

documentos [illegible] SIL/ALBÂNIA

COMISSÃO [illegible] informações [illegible] pela RDA

Fls. 02/ 02

c) Infão/127/16/AC, de 13/JUL/83.

2. O papel dos Institutos Culturais BRASIL/URSS na promoção dos interesses soviéticos foram objeto das seguintes Informações: a) 01720/42/AC, de 12/MAI/83; e b) 305/DSI/MRE, de 24/JUN/83.

3.4.8. - Em anexo a INFÃO/DSI/MRE/290/83, foi remetida cópia de correspondência enviada, por engano, ao MRE e remetida pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto - São Paulo a FIDEL CASTRO, a qual informava haver sido aprovado, em sessão de de 10/MAI/83, requerimento do vereador LEOPOLDO PAULINO solicitando o reatamento de relações diplomáticas e comerciais do Brasil com Cuba.

2. Atendendo a convite do Governo nicaragüense para as celebrações do 4º aniversário da Revolução Sandinista chegou a MANÁGUA em 17/JUL/83, para uma visita que se estenderia até o dia 23/JUL/83, um grupo de parlamentares brasileiros. A constituição do referido grupo, bem como a programação cumprida, foram tratadas na INFÃO/DSI/MRE/365, de 21/JUL/83.

CONFIDENCIAL

ASP/SNI
001914 28 SET. 79
A.C.E.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SÃO PAULO

INFORME Nº 540 / 116 /ASP/ 79.

DATA: 18 Set 79.
ASSUNTO: ATIVIDADES ESTUDANTIS

REFERÊNCIA:
ORIGEM:
AVALIAÇÃO: A-1
DIFUSÃO ANTERIOR:
DIFUSÃO: SS ARQ.
ANEXOS:

Em 15 Ago 79, na cidade de Ribeirão Preto/SP, cerca de vinte universitários do "Campus" local da USP, realizaram das 17:30 às 18:00 horas, na Praça XV de Novembro, um comício em favor da greve de fome dos presos políticos e da anistia. Portavam duas faixas com os dizeres: "PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA" e "APOIO À GREVE DE FOME DOS PRESOS POLÍTICOS". Gritavam a palavra de ordem: "ABAIXO FIGUEIREDO, O POVO NÃO TEM MEDO". Foi vendido no local o jornal "O TRABALHO", com a manchete "TODOS CONTRA A DITADURA".

O comício contou com a presença do advogado CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, RG 4 336 243, representante do CBA/RIBEIRÃO PRETO, bem como, a participação das seguintes pessoas:

LUIZ CARLOS SCHEMBERG, RG 4 454 912;
JOSÉ DONATO ADDEO RAMOS, RG 3 807 956;
PAULO EDUARDO MARQUES BOCHI, T.Eleitor 33 406 - 40A;
MARIA JOSÉ NEVES, RG 9 811 356.

ooo

gca

CONFIDENCIAL

1/2

COMÍCIO PRÓ PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE RE
LIZADO EM RIBEIRÃO PRETO/SP

Em 31 Jul 87, das 18;45 às 20;30 horas, na ESPLANA DA DOM PEDRO II, RIBEIRÃO PRETO/SP, foi realizado COMÍCIO PRÓ-PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE, coordenado pelos:

. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B);
. PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB);
. PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT);
. PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALISTA (PDT);
. CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES (CGT);
. CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT);
. UNIÃO PAULISTA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UPES);
. UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE);
. SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE RIBEIRÃO PRETO;
. SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE RIBEIRÃO PRETO; e
. ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO DE RIBEIRÃO PRETO,

e contou com a presença de aproximadamente 150 pessoas, sendo que 80% dos presentes eram ligados à coordenação do evento.

Durante o comício foram tecidas críticas ao plano econômico do Ministro da Fazenda, LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA e à atual situação político-econômica do país. Também foram criticadas as atuações das FORÇAS ARMADAS e das Polícias Militares nos recentes comícios e manifestações acontecidas em SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO e BRASÍLIA/DF; foram ainda enfatizados os assuntos:

. Reforma Agrária;
. Diretas Já;
. Arroxo Salarial; e

. CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO (B0060227) - vereador de RIBEIRÃO PPETO pelo PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB);

CONFIDENCIAL

Fl. 01/02

SÃO PAULO..... 03 de JUNHO de 19 87

INFORME Nº IN2-570/2.3.1/87

2ª SEÇÃO-EMFM

REF.:	
Providenciado	Busca
Nº	
Inf.:	
Resp.:	
Inf.:	

1 — ASSUNTO: GREVE DOS ALUNOS DA UNAERP
2 — ORIGEM: 2EMFM
3 — AVALIAÇÃO: B-2
4 — DIFUSÃO: [illegible], EV [illegible], CISP, SI/DPF
5 — ANEXO: [illegible]SP/SNI
6 — REFERENCIA: .-.-.-

1. Em 20ABR87, os alunos da UNIVERSIDADE DA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO (UNAERP), em protesto contra o aumento das mensalidades promoveram uma passeata no Campus, da qual resultaram danos em algumas instalações, e em virtude disso o Conselho da Universidade decidiu suspender todas as atividades programadas para a semana.

2. A passeata foi coordenada por MARCOS NICOLINO, e contou com a participação de JOSÉ BATISTA DO CARMO, Presidente do Diretório 1º de Setembro da Faculdade de Direito; LUIZ CLAUDIO DOS SANTOS, Vice-Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Comunicação Social; e, ROBERTO PACOLA, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Química.

3. Em 28ABR87 foi realizada uma assembléia, durante a qual foi discutida, votada e aprovada a paralisação das atividades acadêmicas até o dia 04MAI87; a formação de piquetes de esclarecimento, com a finalidade de divulgar o movimento e impedir a entrada dos alunos nas salas de aula; a formação de um Comando de greve, e o envio de representantes a BRASÍLIA/DF e SÃO PAULO/SP, para pedir ao Ministério e Secretaria de Educação, que intervenham na Universidade, coibindo o aumento abusivo das mensalidades.

4. Durante a assembléia estiveram presentes, e hipotecaram solidariedade ao movimento o Vereador pelo PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - (PSB), CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO; e o Deputado Estadual pelo PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB), JOSÉ WILSON TONI.

5. Em 04MAI87, nova assembléia de alunos foi realizada, com a presença de aproximadamente 3.000 pessoas, dentre elas o Deputado Estadual pelo PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB), JOÃO CUNHA, o Deputado Estadual pelo PTB, JOSÉ WILSON TONI; o Vereador pelo PSB, CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO; o Vereador pelo PMDB, JOSÉ DIVINO VIEIRA DE SOUZA e o Vereador pelo PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT), SEBASTIÃO REZENDE DE OLIVEIRA, sendo que ao final ficou decidido que os alunos ajuizarão uma ação, com a finalidade de impedir o aumento das mensalidades em percentual superior ao permitido pelo Ministério da Educação.

QUALQUER PESSOA QUE TOMAR CONHECIMENTO DESSE ASSUNTO FICA RESPONSÁVEL PELO SEU SIGILO. Art 12 do Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (R.S.A.S.)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CONTINUACÃO INFORME A.2 nº 3118 /42/ASP/83 ASP/SNI (Fls. 4)

ainda que a Rússia não é imperialista como os Estados Unidos, do qual, segundo ele, somos quase que escravos.

O Vice Prefeito ANTONIO CALIXTO, deu boas vindas à comitiva soviética e disse que aquela cidade a recebia com os braços abertos, desejando que essa relação de amizade fosse duradoura.

8. O Embaixador russo agradeceu as manifestações de carinho recebidas e colocou tudo que estivesse a seu alcance para o bem do povo brasileiro.

9. No mesmo dia 26 nov 83 pela manhã, o Embaixador russo deslocou-se até a cidade de Sertãozinho/SP, onde, a convite do grupo BIAGI, visitou as empresas ZANINI Equipamentos Pesados (que fornece material para o Gasoduto russo na Europa), em seguida foi até a Usina SANTA ELISA S/A, visitando a área industrial e social e assistiu uma palestra no Clube da empresa, retornando logo após para Ribeirão Preto/SP.

10. No dia 27 nov 83, após pernoitar em Ribeirão Preto, o Embaixador deslocou-se para São Paulo de onde seguiu viagem para Brasília-DF.

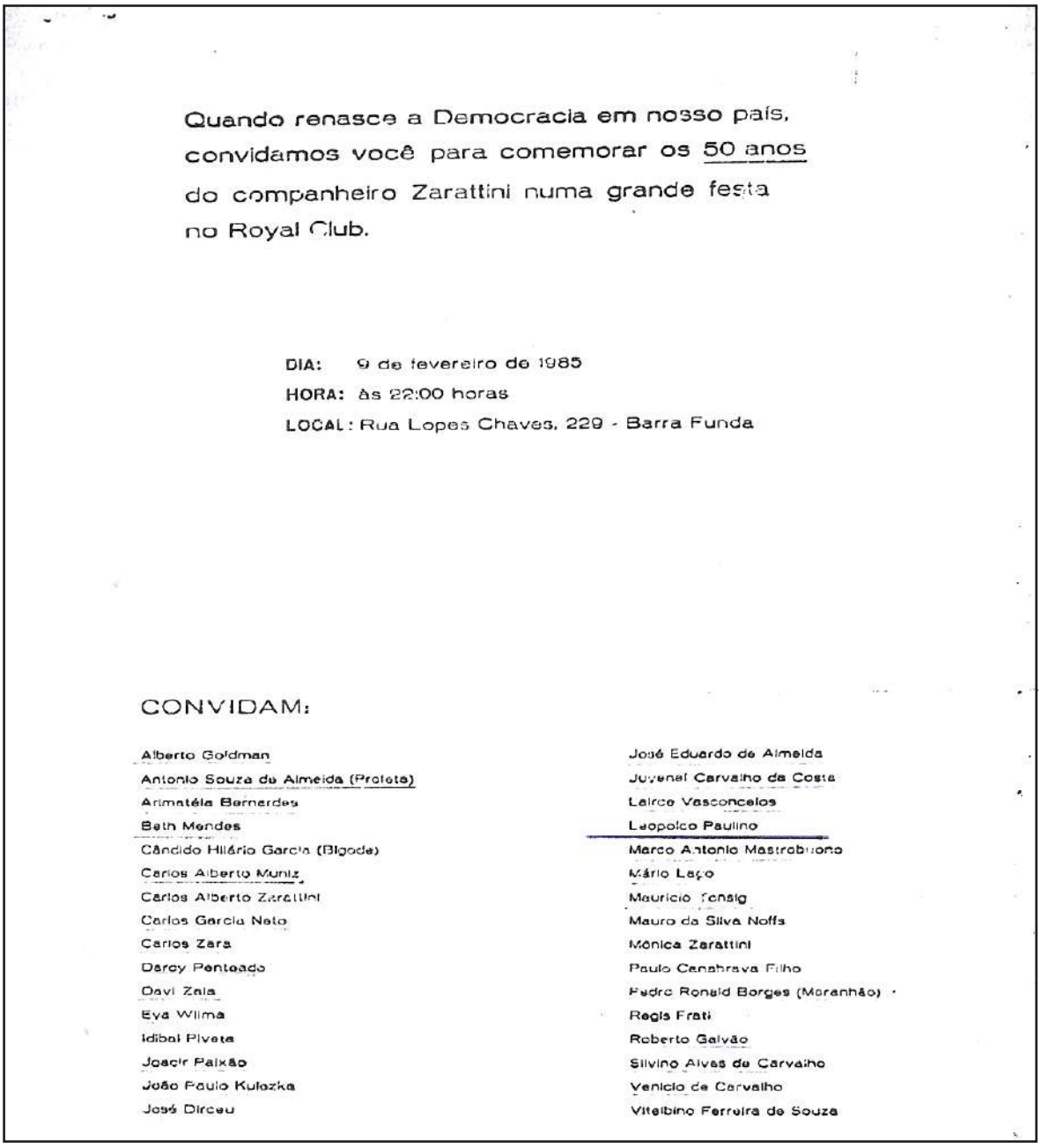
11. No dia 27 nov 83, das 10:00 as 11:00 horas, foi realizada pela diretoria e alguns convidados, uma visita a instalação da sede da entidade.

12. No dia 28 nov, no auditório da Legião Brasileira de Assistência - LBA, sito a rua Visconde de Inhaúma 490, 1º andar - centro - Ribeirão Preto, foi proferida uma palestra por CUSTÓDIO GOMES SOBRINHO, sobre "História das Relações Culturais entre Brasil e União Soviética", dando sequência à semana cultural Brasil - URSS.

Poucas pessoas compareceram àquele evento, notando-se apenas a presença dos membros da diretoria da entidade, alguns estudantes e o vereador CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO.

13. O restante da programação da semana cultural Brasil

CONFIDENCIAL



Quando renasce a Democracia em nosso país,
convidamos você para comemorar os 50 anos
do companheiro Zarattini numa grande festa
no Royal Club.

DIA: 9 de fevereiro de 1985
HORA: às 22:00 horas
LOCAL: Rua Lopes Chaves, 229 - Barra Funda

CONVIDAM:

Alberto Goldman
Antonio Souza de Almeida (Profeta)
Arimatéia Bernardes
Beth Mendes
Cândido Hilário Garcia (Bigode)
Carlos Alberto Muniz
Carlos Alberto Zarattini
Carlos Garcia Neto
Carlos Zara
Darcy Penteado
Davi Zaia
Eva Wilma
Idibal Pivetta
Joacir Paixão
João Paulo Kulozka
José Dirceu
José Eduardo de Almeida
Juvenal Carvalho da Costa
Lairce Vasconcelos
Leopoldo Paulino
Marco Antonio Mastrobuono
Mário Laço
Mauricio Sonsig
Mauro da Silva Noffs
Mônica Zarattini
Paulo Canabrava Filho
Pedro Ronald Borges (Maranhão)
Regis Frati
Roberto Galvão
Silvino Alves de Carvalho
Venicio de Carvalho
Vitelbino Ferreira de Souza

INFORMAÇÃO Nº 0400 /16/75/ASP/SNI

(ES 16/096)

19 de fevereiro de 1975

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB

Pedido de Busca nº 0180/16/AC/74

AC/SNI

1 relação (26 fls)

1. Em atenção ao Pedido de Busca em referência e tendo em vista ser numeroso o contingente de elementos que atuam, ou que atuaram, no PCB, esta ASP/SNI encaminha uma primeira relação de comunistas desta área.

2. Os nomes relacionados são fruto de pesquisa realizada em documentação datada desde 1950 até nossos dias, sendo assim possível, não obstante os cuidados adotados, que parte dos elementos indicados tenha passado a militar em outra organização subversiva ou, mesmo, tenha renunciado à ideologia marxista.

3. As buscas prosseguem e novos dados serão oportunamente transmitidos.

am.

ooo

CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO

Filiação : Moacyr Alves Paulino e Maria Aparecida Teixeira Paulino
Natural de: RIBEIRÃO PRETO, SP

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

CONFIDENCIAL

3

BRASILIA/DF, 26 MAR 1985 de 19

01/02

INFORME Nº 0229 -S/102-A5-CIE

DATA: 21 Mar 85

1. ASSUNTO: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) - NOVO COMITÊ ESTADUAL DE SÃO PAULO (CE/PCB/SP) - 3.1.8.2.
2. ORIGEM: CIE
3. AVALIAÇÃO: A-2
4. DIFUSÃO: AC/SNI
5. DIFUSÃO ANTERIOR: -.-
6. REFERÊNCIA: -.-
7. ANEXO: -.-

1. O CE/PCB/SP realizou, em 23 e 24 Fev 85, na Assembléia Legislativa de SÃO PAULO, sua Conferência Estadual com a presença, aproximada de 90 militantes.

O evento foi aberto no Auditório TEOTÔNIO VILELA, quando se constituiram os 3 grupos de trabalho:

— Grupo A - no Auditório TEOTÔNIO VILELA - presidido por CIOCONDO DIAS;

— Grupo B - no Auditório TIRADENTES - presidido por ANTONIO REZK;

— Grupo C - no Plenário JOSÉ BONIFÁCIO - presidido por ALBERTO GOLDMAN.

2. No dia 24 Fev 85, foi eleito o novo Comitê Estadual de SÃO PAULO, com 27 membros efetivos e 15 suplentes:

a. Efetivos:

- ANTONIO REZK
- ALBERTO GOLDMAN
- ALBERTO MARCELO GATTO
- ÂNGELO JOSÉ DELMATTO
- ARNALDO GONÇALVES
- CARLOS EDUARDO FAGIORI
- CÂNDIDO HILÁRIO GARCIA DE AZEVEDO
- ALCEU TAQUES BITENCOURT
- EVALDO LOPES GONÇALVES
- FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO
- LEOPOLDO de tal, provavelmente CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO.

TODA PESSOA QUE TOME CONHECIMENTO DESTE DOCUMENTO FICA RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO (RSAS).

CONFIDENCIAL

FRAÇÃO NACIONAL DOS VEREADORES DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - UNIÃO DOS VEREADORES DO BRASIL.

1. O Coordenador da Fração Nacional dos Vereadores do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB), vereador REINALDO DIAS, do PCB/CAMPINAS/SP, está mantendo contatos com militantes do Partido de outras regiões do País, ligados ao poder local, com o objetivo de promover encontros e realizar uma grande reunião por ocasião do VIII Congresso Extraordinário do PCB, que realizar-se-á nos dias 17, 18 e 19 Jul 87, em BRASÍLIA/DF.

REINALDO DIAS utiliza para contatos o endereço da Câmara Municipal de CAMPINAS/SP, sita na Avenida Anchieta nº 200, fones (0192) 32-8223 e 32-6400.

A Fração Nacional dos Vereadores do PCB, possui os seguintes integrantes no Estado de SÃO PAULO:

- AGRIMALDO ROCHA DA SILVA (B0393435)-do PCB/CUBATÃO/SP;
- ANTÔNIO CARLOS BUENO DE CAMARGO -do PCB/PIEDADE/SP;
- ARLINDO FRANCISCO DO NASCIMENTO -do PCB/JANDIRA/SP;
- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO - / (B0060227) do PCB/RIBEIRÃO PRETO/SP;
- GENTIL DA SILVA NUNES - do PCB/GUARUJÁ/SP;
- JOSÉ DA SILVA GUERRA (B2460956) do PCB/PRESIDENTE BERNARDES/SP;
- JOSÉ DOS SANTOS ROCHA - do PCB/DIADEMA/SP;
- JOSÉ FERNANDES FLORENTINO (B0639400) - do PCB/CUBATÃO/SP;
- LUIZ TENÓRIO DE LIMA (B0207810) - do PCB/SÃO PAULO/SP;

ZI: BIC

W/RR1/00384/120/BSP/080487/02

CONFIDENCIAL

047711 85 I-5986/89 Confidencial 01/01

ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO CONSELHO NACIONAL DE MORADORES (CONAM).

Segundo "Candinho", militante do PCB, está prevista para os próximos dias 8 e 9, em São Paulo, uma reunião do Conselho Nacional de Moradores (Conam), na qual deverá ser eleita — por ser única chapa apresentada — a diretoria desta entidade, constituída por membros do PT, do PC do B, do MR-8 e do PCB, entre os quais:

- Orlando Zanfelice, Presidente;
- "Candinho", 2º Secretário;
- Leopoldo Paulino, Diretor de Transportes; e
- Eduardo Campos Rosmanino, Diretor de Imprensa.

* * *

CORREÇÃO DA DV - 12:

ONDE SE LÊ:	LEIA-SE:
Conselho Nacional de Moradores (Conam)	Conselho da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES - CONAM

Z1: 100/B1C Confidencial -

W/RR1/08537/300/B1C/061284/B2

[redacted] 1/1

REUNIÃO PREPARATÓRIA DO PCB AO II CONGRESSO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (CONAM) em SÃO PAULO/SP.

1. A reunião preparatória do PCB, com militantes que atuam nos movimentos de bairros, previsto para o dia Ø6 DEZ 84, não ocorreu, devido aos trabalhos do Partido face ao comício do dia Ø7 DEZ 84.

2. No dia Ø7 DEZ 84, pela manhã, na Rua Frederico Steidel 219, sobreloja, local onde funciona o COMITÊ DISTRITAL CENTRO DE SÃO PAULO/SP do PCB (CDC/PCB/SP), ocorreu um rápido encontro entre: CÂNDIDO ANTÔNIO DOS SANTOS, CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, JARBAS DE HOLANDA PEREIRA, LINDOLPHO SILVA e EVALDO LOPES GONÇALVES DA SILVA.

Durante o encontro foram tratados assuntos referentes ao credenciamento de delegados da CONAM e da inclusão de militantes do Partido na "CHAPA UNIDADE", chapa única que concorreu à eleição da nova diretoria da CONAM.

Figuram na nova diretoria da CONAM, os seguintes militantes:

- CARLOS ALBERTO TELLES FRANCK (RS) - Vice Presidente Região Sul;
- CÂNDIDO ANTÔNIO DOS SANTOS (SP) - 2º Secretário;
- CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO (SP) - diretor para Assuntos de Transportes;
- ARLENILDE CORRÊA DE AGUIAR (PB) - 1º Suplente; e
- PAULO ROBERTO SILVA (SP) - 3º Suplente.

* * *

Z2: W/TG3/ØØ844/Ø2Ø/BIC/281184
Z3: B8P

Z1: BIC

[redacted]

O DIRETÓRIO MUNICIPAL

Depois da escolha de domingo o Diretório Municipal fica assim constituído: João Gilberto Sampaio, Flávio Condeixa Favaretto, Newton Mendes Garcia, Antonio Calixto, Wagner Marcelo Sarti, Antonio Marcos Borges de Oliveira, Leopoldo Paulino Sebastião Rezende de Oliveira, Pedro Augusto de Azevedo Marques, João Gilberto Sampaio Filho, Fernando Feitosa, José Divino Vieira de Souza, João Germano Neto, José Roberto Martins Garcia, Léo Biasoli, Clóvis Rizzo, Divo Marino, Carlos Henrique Melara, Alvaro da Costa Couto Neto, Marcos Celso da Silva, Joaquim Alves Rezende, José Rubens Vieira, Ligya Leite Turella, Nildo Tarozo, Antonio Lorenzato, Victor de Picoli, José Francisco Sanches de Oliveira, José da Rocha Carvalheiro, Roberto Oliveira Dantas, Jorge Marcos Souza, Antonio Zorzenon, Edgard de Castro Cardoso, Elias Gomes Gouveia e Manoel Eduardo Tavares Ferreira.

SUPLENTES

Os suplentes são: Antonio Roberto Ferreira, Marlene da Glória Camargo, Paulo Roberto Caldo, Luiz Antonio Tupã de Morais, Fernando Mendes Biasoli, Pedro Silva Sale Junior, Carlos Gilberto Monteiro, Flávio Luiz Figueira, José Seiti Yamamura, Patrocínio Henrique dos Santos, Marituza Carvalho Andrade e Lidia Mussi Leão.

DELEGADOS À CONVENÇÃO REGIONAL

Delegados à Convenção Regional: João Gilberto Sampaio, Flávio Condeixa Favaretto, Newton Mendes Garcia, Antonio Calixto, Carlos Leopoldo Paulino, Antonio Vicente Golfeto, Fernando Feitosa, João Gilberto Sampaio Filho, Pedro Augusto Azevedo Marques, José Divino Vieira de Souza, João Germano Neto, Clóvis Rizzo, Alvaro da Costa Couto Neto da Silva, José Roberto Martins Garcia, Eduardo Regis Ribeiro Ferreira, Garcia Lepera, Edgard Castro Eduardo Garcia, Jorge Marcos Zorzenon, Sérgio Luiz Martins, Rico, Nelson Gagliardi e Ney

os delegados à Convenção Regional Fernando Cardoso Chavenato, Sanches de Oliveira, Paulo Roogo Manchon Filho, Marlene da Luiz Carlos Ferreira Viana, Oliveira, Luiz Antonio Tupã Diniz, Maximiano de Oliveira, Agnaldo Cirilo de Souza, Sobrinho, Domingos Barulli ra, Patrocínio Henrique dos Gradim, Suraya Philbert Saba, José Breda Ferreira, Carlos ro, Lucia Sangali dos Santos, ni, Agenor Gelfuso, José Mano Silva Salles e Antonio Fer Giovanetti.

6ª REGIÃO ADMINISTRATIVA - (RIBEIRÃO PRETO)

1. RIBEIRÃO PRETO

a. No dia 03 Jul 83, foi realizada a Convenção Municipal do PMDB no município, com o comparecimento de 853 militantes.
Foi apresentada chapa única para o Diretório Municipal, assim como os Delegados à Convenção Regional.
A nova diretoria do Diretório Municipal ficou assim constituída:

. WAGNER MARCELO SARTI - presidente;
. JOÃO GILBERTO SAMPAIO FILHO - vice-presidente;
. FLÁVIO CONDEIXA FAVARETTO - secretário
. CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO - tesoureiro.

Suplentes:

. JOÃO GERMANO NETO e
. ANTONIO FERNANDO ALVES FEITOSA.

Anexo: letra "a", relação do Diretório Municipal, Delegados à Convenção Regional e suplentes.

CONFIDENCIAL

Continuação do informe nº 2679 / 15 / ASP/83 fls 19 (25).

. FRANCA
. RESTINGA
. PEDREGULHO e
. JERIQUARA,

cidades próximas de RIBEIRÃO CORRENTE, onde, segundo o processo, residem as pessoas envolvidas.

2. RIBEIRÃO PRETO

BOO60227

a. No dia 20 Out 83, o vereador CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, do "PMDB", teve aprovado requerimento de sua autoria pela CM, contendo protesto sobre a decretação de medidas de emergência em BRASÍLIA/DF.

Afirmou que:

"Tal medida visa fechar as portas do CONGRESSO pa o povo, impedindo-o de entrar em sua própria casa, cassando-lhe o direito de se manifestar".

Expressa ainda o requerimento:

"A esperança de que tal medida não avance um milímetro sequer, para não colocar em risco o avanço e as conquistas democráticas, e esperando ainda, que esse ato de força e de desespero seja a última investida da ditadura sobre o povo".

d. O PSB começa a se preparar para disputar as eleições municipais de 88. Em solenidade realizada na "CM" de RIBEIRÃO PRETO, em 8 Abr 87, a Comissão Provisória Municipal do partido recebeu a adesão de 12 pessoas, entre elas vários candidatos a vereador. São eles:

. JOAQUIM LARA JÚNIOR - biomédico;
. JOÃO GOMES - professor;
. PAULO ROBERTO BERTONE - advogado;
. SALVADOR SPINA - advogado trabalhista;
. JESUS CARVALHO - sindicalista;
. FERNANDO SEIXAS SANTOS - editor;
. ANTÔNIO CARLOS MEDA - micro-empresário;
. MAURO COURACI - advogado;
. DOMINGOS ROBERTO - radialista;
. EDER LAPA - evangélico;
. ADMIR FÍGARO - publicitário; e
. RONIE CHARLES - secundarista.

Para o vereador e membro da Comissão Provisória do partido, CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, a principal ideologia do PSB não é a de trocar pessoas, mas sim ter uma forte estrutura para combater o capitalismo.

LEOPOLDO informou ainda que a diferença entre o socialismo e o comunismo, é que o socialismo é uma etapa superior do comunismo e confessou:

" Eu particularmente sou marxista-leninista".

e. Em 16 Abr 87, o Secretário de Esportes e Turismo, WAGNER GONÇALVES ROSSI, manifestou seu entusiasmo pela união dos deputados estaduais:

1012

VIDE LANÇAMENTOS NO VERSO DESTA FOLHA CONFIDENCIAL

00937

02 SET 1987

COMÍCIO PELAS DIRETAS-JÁ, CAMPINAS/SP.

Um comício por eleições diretas em 1988 foi realizado, no dia 10 Ago 87, no LARGO DO ROSARIO, em CAMPINAS/SP, promovido por partidos políticos de esquerda – Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Socialista Brasileiro (PSB) –, e entidades classistas – Central Unica dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT). (Z7:A).

O Comício teve início às 19:00 horas, com a presença de, aproximadamente, duas mil pessoas. Entre elas destacaram-se: Dep Fed LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT/SP); Dep Fed AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO (PCB/DF); Dep Fed ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT/SP); e Dep Fed JOSÉ CARLOS BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ).

Os pronunciamentos (síntese em Z7:B) prenderam-se, basicamente, a críticas ao Governo Federal, ao Presidente JOSÉ SARNEY, ao Min BRESSER PEREIRA (especialmente ao seu plano econômico), e à convocação dos trabalhadores para a greve-geral prevista para o dia 20 Ago 87.

O discursos mais violento foi o do Presidente Nacional do PC do B, JOÃO AMAZONAS, o qual pediu uma maior unidade de forças progressistas e do povo para livrar o BRASIL do "pior Governo da História de nossa República". Declarou que o "Presidente não passa de um impostor e que usa a mesma linguagem dos generais fascistas. É um continuador da ditadura militar... agente número um do latifúndio do BRASIL". Finalizou afirmando que "se faz necessária a unidade do povo para um pontapé na bunda desse traidor, para tirá-lo do Palácio do Planalto. O PC do B é um partido sério, o único a pegar em armas para lutar contra a ditadura. Lembrem-se da Guerrilha do Araguaia",

WJ56EC1CG3T15T96VLGRGZ7A/T0:BR6917P3HIL2

Z3: 110/B1C

Z7: "A" - RELAÇÃO DE ENTIDADES E PARTIDOS QUE ORGANIZARAM O EVENTO;
"B" - SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PRONUNCIAMENTOS EFETUADOS DURANTE O EVENTO;
"C" - RELAÇÃO DO MATERIAL DE PROPAGANDA;
"D" - PESSOAS PRESENTES NO PALANQUE E QUE NÃO SE PRONUNCIARAM;
"E" - PANFLETOS E VOLANTES DISTRIBUÍDOS DURANTE O EVENTO.

1CG3T15T96VLGRGZ7A/T0:BR6917P3

- VER. CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAUDINO (PSB/RIBEIRÃO PRETO/SP).

CONFIDENCIAL

c. RIBEIRÃO PRETO

c.1. O CENTRO DEMOCRÁTICO DE RIBEIRÃO PRETO reune um elenco de homens que encaram a administração da cidade como o gerenciamento de uma empresa. Quer para prefeito alguém que tenha demonstrado experiência administrativa na iniciativa particular e que esteja desprovido dos vícios que pululam entre os políticos.

Dois nomes estão sendo estudados para possíveis candidatos que representem essa tendência, nas próximas eleições,para a sucessão municipal. São eles:

. LUIZ CARLOS BIANCHI - médico; e

. ALAMIRO SALVADOR VELUDO - presidente da diretoria da SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA, que acaba de completar 80 anos. É membro de tradicional família da cidade, cidadão conceituado, com larga folha de serviços prestados à comunidade.

c.2. Com vistas às eleições municipais de 88, que vão eleger os 21 novos vereadores e o prefeito municipal,o PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB), PT, PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB) e o PARTIDO VERDE (PV) se reuniram, em 13 Out 87, na CÂMARA MUNICIPAL pela primeira vez, atendendo ao convite do vereador CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO (B0060227), para discutir a formação de uma FRENTE POPULAR. Essa frente visa à união dos principais partidos progressistas para disputar coligados a sucessão do prefeito JOÃO GILBERTO SAMPAIO (B0003682) e a eleição de vereadores do próximo ano.

Pelo PSB estiveram presentes:

. LEOPOLDO PAULINO;

. ENÉAS VIANA;

. MANOEL GONÇALVES;

. JOÃO GOMES;

. RONIE CHARLES;

. ADEMIR FÍGARO;

Pelo PT:

. SÍLVIO LUIZ MORAES - presidente do partido.

MENSAGEM EXPEDIDA

DIRETA ☐ VIA TELEX ☐ VIA RÁDIO ☐

Origem _____ Destino _____

Hora Taxação _____ Hora Trans. _____

Visto do Ch. AG. ou Gab.

'UG' - BIC
W/RR1/ 02295 /110/B8P/230888/02 1/1

ASSUNTO: SITUAÇÃO DO PSB /SP

1. Em 22 AGO 88, o Diretório Nacional do PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) decidiu, por 23 votos contra 02, dissolver a Comissão Executiva do partido em SÃO PAULO.

2. Segundo o presidente nacional do PSB, senador JAMIL HADDAD, até o dia 27 AGO a ata da decisão deverá estar no TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL em SÃO PAULO (TRE/SP),

"e poderemos empossar a Executiva interventora."

3. O vereador da agremiação, LEOPOLDO PAULINO, (30060227) da RIBEIRÃO PRETO/SP, será o novo presidente regional, em substituição a ANTÔNIO AFFONSECA ROGÊ FERREIRA, que atualmente ocupa o cargo. (30275165)

4. PAULINO declarou que pretende anunciar hoje, 23 AGO, o fim da coligação entre o PSB e o PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO/PARTIDO DA FRENTE LIBERAL, motivo das divergências ocorridas, e justificou:

"essa coligação nasceu de troca de favores entre ROGÊ e um grupo do partido que ocupava cargos de confiança na COMPANHIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO BÁSICO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE (CETESB). Temos que desfazer essa coligação espúria."

5. Em 22 AGO, o TRE/SP informou que a Executiva Nacional de um partido não pode anular uma decisão tomada por uma Convenção Regional.

* * * *

Z1:BIC
Z2:W/RR1/02195/110/B8P/220888/02

Autenticação do Expedidor	Referência p/ uso do Expedidor	Hora da Expedição

MENSAGEM EXPEDIDA

DIRETA ☐ VIA TELEX ☐ VIA RÁDIO ☐

OPERADOR | Planilha Nº 0515

Origem | Hora Taxação

Destino | Hora Trans.

Visto do Chf. AG. do Gab.

'UG' - BIC

W/RR1/ 0-1399 /110/B8P/070589/01 2/6

b) a segunda proposta visava ao apoio à FBP com a indicação do correligionário ANTÔNIO HOUAISS, como candidato à vice-presidente, na chapa de LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA.

Para JOÃO HERRMAN NETO, defensor desta proposta, a candidatura própria seria a pior solução. Para defender o seu ponto-de-vista, ele teceu as seguintes considerações:

"Eu não quero ser petista, nas não vamos ser radicais. Nós podemos dar um rumo maior ao PT, vamos buscar o socialismo".

O Secretário-Geral do partido, em SÃO PAULO, LEOPOLDO PAULINO, perfilhando a tese da coligação, falou sobre a importância das frentes, ao longo da história política mundial, para o avanço da esquerda, a exemplo do ocorrido no CHILE, CUBA, VIETNÃ e NICARÁGUA.

Após longa discussão, as propostas foram submetidas à votação, que transcorreu de forma rápida e sem tumultos. A proposta vencedora, favorável à coligação para a formação da FBP, com a indicação de ANTÔNIO HOUAISS, para vice, obteve 100 votos e terá 14 delegados junto ao CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO. A primeira proposta obteve apenas 44 votos.

O CONGRESSO NACIONAL, que se realizará nos dias 9, 10 e 11 de junho, decidirá sobre o caminho a ser trilhado pelo partido na sucessão federal, a qual será homologada pela CONVENÇÃO NACIONAL prevista para o dia 25 de junho.

NRS = 0308/89

VISITA DE POLÍTICOS DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO A CUBA.

1. Estiveram em CUBA, no período de 24 ABR a MAI 89, ADEMIR GALVÃO ANDRADE (B0054562), Deputado Federal pelo PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO NO PARÁ (PSB/PA), e PARSIFAL DE JESUS PONTES Vice-Prefeito de TUCURUÍ/PA pelo PSB/PA.

2. Os referidos políticos fizeram parte de uma delegação composta por 10 (dez) pessoas, dentre as quais destacaram-se: ABGAIL FEITOSA, Deputado Federal (PSB/BA); MARCELO BONFIM, Vereador (PSB/SE); JUAREZ PINHEIRO, Vereador (PSB/RS); RONALDO LESSA, (PSB/SP); LEOPOLDO PAULINO (PSB/SP); PAULO BRUN (PSB/RJ); ELIANE BREITON (PSB/DF).

3. Durante a realização do I Congresso Estadual do PSB/PA, realizado no período de 02 a 04 JUN 89, em BELÉM/PA, o Deputado ADEMIR ANDRADE fez uma retrospectiva de sua viagem a CUBA, dando ênfase aos seguintes aspectos:

a. "Em CUBA há 03 (três) tipos de propriedades rurais: 80% das terras são do Estado, 13% pertencem às Cooperativas Agrícolas e 7% são propriedades privadas".

b. "O PARTIDO COMUNISTA CUBANO (PCC) é quem orienta e administra o País".

c. "Há, em CUBA, uma Assembléia Nacional do Poder Popular constituída por 200 membros que formam o Conselho de Estado, e é quem indica os Ministros de Estado".

d. "Toda eleição distrital, obrigatoriamente, é disputada por dois candidatos".

e. "Em CUBA não há empresas privadas, tudo pertence ao Estado"

Z1 : B1C

CONFIDENCIAL

W/RRL/00486/120/B7B/090689/01

CONFIDENCIAL

44/69

US

5. No entanto, ROGÊ FERREIRA fez publicar um es - clarecimento nos jornais, comunicando que o PSB não retirou seu apoio à coligação, firmado anteriormente, assim como declarou que a EXECUTIVA PROVISÓRIA não tomou posse, e que suas decisões são' meramente informais. Finalizou, informando que o pronunciamento ' oficial da posição do PSB paulista só poderia ser feito pela COMIS SÃO EXECUTIVA REGIONAL, presidida por ele, ROGÊ.

PARTIDO MUNICIPALISTA COMUNITÁRIO - PMC

O PMC concorrerá, em 15 NOV, somente à CÂMARA MUNICIPAL paulistana.

Seus 60 candidatos a vereador apoiarão a coliga- ção "UNIDADE POPULAR", formada pelo PMDB/PFL.

O PMC, a princípio, pretendia coligar-se com o PTB, mas, quando os petebistas indicaram MARCO ANTÔNIO MASTROBUO- NO como candidato à prefeitura, o PMC liberou seus candidatos à eleição proporcional, para apoiarem quem quisessem.

Por consenso, em 01 SET, os integrantes do PMC decidiram prestigiar a chapa LEIVA / MATSUDA.

CAMPINAS

1. As pesquisas de opinião pública realizadas em CAMPINAS/SP, entre os dias 03 e 04 SET, apontam o candidato do PSDB, WANDERLEI SIMIONATO DOENHA, como o preferido pelo eleitorado campinense, com 32% , para ocupar a prefeitura. Na pesquisa de AGO, ele obteve 24%. Atualmente, leva 20 pontos percentuais de vantagem sobre LUIZ LAURO.

O segundo lugar fica com LUIZ LAURO FERREIRA , do PFL, com 12%, caindo 4 pontos; o 3º com JACÓ BITTAR, do PT ; e MANOEL MOREIRA DE ARAÚJO FILHO, do PMDB, ambos com 8% das inten - ções de voto.

CONFIDENCIAL

"em troca da continuidade do PSB na administração estadual".

2. Pelo apoio fornecido aos peemedebistas, nas eleições de 1986, QUÉRCIA deu o comando da COMPANHIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO BÁSICO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE - CETESB - aos socialistas.

3. Em 27 JUL, diante da situação da agremiação em SÃO PAULO, a COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL proibiu que a direção regional apoiasse, direta ou indiretamente, a candidatura de JOÃO OSWALDO LEIVA, e admitiu coligações com partidos progressistas e de esquerda, tais como: PCB, PC do B, PDT e PSDB.

ROGÊ FERREIRA ignorou a proibição e coligou-se com o PMDB e PFL.

Em 22 AGO, o Diretório Nacional do PSB decidiu dissolver a COMISSÃO EXECUTIVA em SÃO PAULO e nomear uma nova Comissão, composta pelos seguintes socialistas: LEOPOLDO PAULINO, LUÍS PAULO COSTA, DARCY RODRIGUES, CÉLIO NOIRES, PAULO SOARES, ARLY LACERDA e WAGNER GASPAR.

O vereador da agremiação, LEOPOLDO PAULINO, de RIBEIRÃO PRETO/SP, substituiu ROGÊ FERREIRA, na direção regional do partido, anunciando o fim da referida coligação, e justificou:

"essa coligação nasceu de troca de favores entre ROGÊ e um grupo do partido que ocupava cargos de confiança na CETESB. Temos que desfazer essa coligação espúria".

4. Em 05 SET, o PSB anunciou seu apoio à candidatura de LUIZA ERUNDINA, do PT, e PAULINO justificou:

"ERUNDINA é a única capaz de polarizar e combater todas as forças de direita na Capital".

5. A EXECUTIVA PROVISÓRIA pediu, formalmente, ao TRE, para desfazer a coligação e desautorizar o PMDB/PFL a utilizar a sigla do partido em seu material publicitário.

CONFIDENCIAL

ATIVIDADES DE CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO

1. CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, 38 anos, casado com EMIR APARECIDA MARTINS PAULINO, 04 filhos (CARLOS EDUARDO, ANA CAROLINA, CARLOS ERNESTO e ALEXANDRE), foi eleito vereador de RIBEIRÃO PRETO pela segunda vez em 15 NOV 88, pela coligação PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA (PDT), PARTIDO HUMANISTA (PH), PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB), PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB), PARTIDO SOCIALISTA - BRASILEIRO (PSB) e PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB), com 1.521 votos. Na primeira, em 1982, foi eleito pelo PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB), com 2.964 votos; é membro do PSB. É advogado formado pela Faculdade de Direito de SÃO CARLOS, turma de 1977. Foi presidente do CENTRO NACIONALISTA OLAVO BILAC (do OTONIEL MOTA), da UNIÃO DOS ESTUDANTES DE RIBEIRÃO PRETO (UERP) e do Diretório Acadêmico 1º DE SETEMBRO (da Faculdade de Direito LAUDO DE CAMARGO, da UNAERP, na qual fez até o 2º ano, quando razões políticas levaram-no a um exílio de cinco anos, período em que residiu, sucessivamente, no CHILE, FRANÇA, DINAMARCA, PANAMÁ e ARGENTINA).

2. Durante o exílio, foi obrigado a exercer diversas profissões, entre elas a de músico (tocou na vida noturna de BUENOS AIRES e na EUROPA) e foi professor na Universidade do CHILE.

3. Anteriormente ao exílio, fez parte da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN). De volta ao BRASIL, em 1974, filiou-se ao MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO OITO DE OUTUBRO (MR-8), no qual chegou a ser dirigente estadual, dele se afastando em 1982: em 1979, dirigiu o COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA (CBA). Como advogado da FEDERAÇÃO DA AGRICULTU

Z1:B1C

CONFIDENCIAL 2/3

RA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FETAESP), teve participação efetiva na organização das greves de trabalhadores da região de RIBEIRÃO PRETO.

4. Desde AGOSTO/88, foi nomeado pela executiva nacional do PSB para o cargo de presidente da Comissão Provisória do partido no Estado de SÃO PAULO. Também é vice-presidente da CÂMARA MUNICIPAL de RIBEIRÃO PRETO/SP.

5. Em entrevista concedida ao JORNAL DE RIBEIRÃO, edição de 25 a 31 MAR 89, "PAULINO" fala sobre a política local e suas pretensões para 1990. Eis alguns trechos da entrevista:

a) "sobre sua queda de votos em 1988 em relação a 1982, disse que;
Poderia apontar vários fatores (divisão de votos, excesso de candidatos, a falta de candidatura majoritária, etc.)."

b) "Acho que a esquerda está crescendo, 25% do eleitorado local votou nos candidatos de esquerda. Para uma cidade conservadora como a nossa, a esquerda avançou".

c) "Sobre o candidato lançado por ele, FLÁVIO CONDEIXA FAVARETTO, se o considerava de esquerda, disse:
De jeito nenhum. É uma excelente pessoa, mas não é de esquerda. Pessoalmente, considerava-o o melhor dos candidatos, mas sua ligação com o grupo do ex-prefeito prejudicou-o terrivelmente. Tanto que eu acabei votando em PAULO TUPINAMBÁ, por ser o candidato de um partido de esquerda".

CONFIDENCIAL 3/3 4

d) "sobre o PDT, disse que:

Não considero o PDT um partido de esquerda, principalmente em SÃO PAULO. Existem pessoas de esquerda, principalmente em SÃO PAULO. Existem pessoas de esquerda, mas na verdade ele gira em torno de um nome. Ele deveria era se chamar PARTIDO LEONEL BRIZOLA (PLB). Por isto mesmo, pela falta de princípios partidários, o PDT faz coligações de toda ordem".

e) "Sobre sua candidatura a deputado, respondeu que: Com certeza, serei candidato a deputado em 1990, ainda não sei se a estadual ou federal. É uma decisão a ser tomada juntamente com o partido".

f) "A minha posição, quanto ao candidato à Presidente da República, deve ser o LULA para presidente e JAMIL HADDAD, presidente do PSB, para vice".

* * *

Z3:B8P

DOCUMENTOS BETI

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA EXECUTIVA/ARQUIVO NACIONAL
COORDENAÇÃO REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

Em cumprimento ao despacho exarado no Requerimento nº 1.424/2006 de **Maria Albertina Michelan**, brasileira, filha de Francisco Michelan e Izaura Andretta Michelan, portador da Carteira de Identidade nº 4.491.329, expedida pela SSP/SP, e do CPF nº 979.840.868-34, autuado sob o nº **00322.000876/2006**, no qual solicita certidão de dados existentes nos fundos SNI/CGI/CSN. **CERTIFICO** que a pesquisa nas bases de dados identificou que o nome "Maria Albertina Michelan" é citado nos seguintes dossiês/ACEs:

Comissão de Anistia/MJ
Fls. 34

BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
19 ASP	05 /11 /1970	C	C0082314	1970	ARJ C008231 4 70 AC. C008231 4 70	RJ

Assunto
DEPOIMENTO DE SUBVERSIVO.
Texto
DEPOIMENTO DE IBF PRESTADO NO DOI I EX, EM 12 NOV 74, SOBRE SUA MILITANCIA POLITICO SUBVERSIVA, BEM COMO A RESPEITO DOS MOTIVOS QUE O LEVARAM A VIVER NA CLANDESTINIDADE DESDE ABR 71. NA ARGENTINA E NO CHILE, MANTEVE LIGAÇÕES COM BRASILEIROS ENVOLVIDOS EM SUBVERSÃO NO BRASIL. CONSTAM DADOS DE QUALIFICAÇÃO.
Entidade
SEM INFORMAÇÃO
Anexos do Documento
COPIAS XEROX DE DEPOIMENTO.
Nome
MARIA ALBERTINA MICHELAN ANORETTA NNNNNNNN.

BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
CIEX MRE	25 /10 /1973	S	A0636289	1973	AC A063628 9 73	AC

Assunto
CONCESSÃO DE SALVO CONDUTOS A ASILADOS BRASILEIROS NO CHILE.
Texto
RELAÇÃO DE BRASILEIROS QUE PROCURARAM ASILO DIPLOMÁTICO EM EMBAIXADAS DE TERCEIROS PAÍSES EM SANTIAGO DO CHILE E AOS QUAIS O GOVERNO CHILENO CONCEDEU SALVO CONDUTO PARA DEIXAREM O PAÍS. ATENTA-SE PARA O FATO DA RELAÇÃO TER SIDO REPRODUZIDA DA FORMA ORIGINAL, TAL QUAL COMO RECEBIDA, O QUE EXPLICA OS ERROS DE ORTOGRAFIA E A TROCA DA ORDEM DOS SOBRENOMES DOS ELEMENTOS, POIS COMO SE SABE, O COSTUME ESPANHOL É O DE COLOCAR O SOBRENOME MATERNO EM ÚLTIMO LUGAR.
Entidade
SEM INFORMAÇÃO
Anexos do Documento
RELAÇÃO DE ELEMENTOS COM 05 FOLHAS.
Nome
MARIA ALBERTINA MICHELAN ANDRETTA NNNNNNNN.

Coordenação Regional do Arquivo Nacional, no Distrito Federal - COREG - SIG - Q6 - Lote 800 - Anexo ao Prédio da Imprensa Nacional – Brasília, DF – 70610-460 – Tel: (61) 3321-1008 / Fax: (61) 3226-9026 - Correio Eletrônico: arquivonacional.coreg@in.gov.br

1

ARQUIVO NACIONAL

BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
E2 EME	28 /11 /1973	C	A0641996	1973	AC A064199 6 73	AC

Assunto
ASILADOS E BANIDOS NO PANAMÁ.
Texto
RELAÇÃO DE BRASILEIROS QUE SE ENCONTRAM ASILADOS NO PANAMÁ, ORIUNDOS D E SANTIAGO/CHILE. RELAÇÃO DE ELEMENTOS JULGADOS PELA 2ª AUD/CPJ, COM SUAS RESPECTIVAS SENTENÇAS DE CONDENAÇÃO OU DE ABSOLVIÇÃO, POR PRESCRIÇÃO, EXCLUSÃO DO PROCESSO OU POR EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM RAZÃO DE MORTE. CONSTAM DADOS DE QUALIFICAÇÃO.
Entidade
ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL ALN NNNNNNNN.
SEGUNDA AUDITORIA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA 2AUD CPJ NNNNNNNN.
Anexos do Documento
RELAÇÃO.
Nome
MARIA ALBERTINA MICHELAN ANDRETTA NNNNNNNN.

BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
CISA	03 /12 /1974	C	A0788053	1974	AC A078805 3 74	AC

Assunto
IBERE BRANDÃO FONSECA.
Texto
DECLARAÇÕES PRESTADAS POR IBF, MILITANTE DA ALN, DETIDO, EM 11 NOV 74, QUANDO RETORNAVA DE BUENOS AIRES, ARGENTINA, VERSANDO SOBRE SUA ESTADA NAQUELE PAIS. CONSTA RELAÇÃO DE BRASILEIROS RECONHECIDOS POR IBF, QUE SE ENCONTRAM NO EXTERIOR.
Entidade
ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL ALN NNNNNNNN.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS ONU NNNNNNNN.
Anexos do Documento
DECLARAÇÕES PRESTADAS POR IBF, COM 05 FOLHAS.
Nome
MARIA ALBERTINA MICHELAN ANDRETTA NNNNNNNN.

BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
CISA RJ	25 /03 /1974	C	A0670388	1974	AC A067038 8 74	AC

Assunto
REFUGIADOS BRASILEIROS.
Texto
OS ELEMENTOS ABAIXO RELACIONADOS SÃO REFUGIADOS BRASILEIROS QUE APÓS 11 SET 73 VIAJARAM DO CHILE PARA O PANAMÁ, E DESTE ÚLTIMO SEGUIRAM PARA OUTROS PAÍSES. RELAÇÃO CONTENDO NÚMERO DO VÔO, DATA, COMPANHIA AÉREA E DESTINO DOS MESMOS. NO DIA 03 DEZ 73, JUNTO COM OS BRASILEIROS, VIAJARAM, TAMBÉM, LMDA, URUGUAIO, MILITANTE DA ORGANIZAÇÃO TUPAMAROS, ACOMPANHADO DE MNCC, POSSIVELMENTE TAMBÉM URUGUAIA.
Entidade
SEM INFORMAÇÃO
Anexos do Documento
SEM INFORMAÇÃO
Nome
MARIA ALBERTINA MICHELAN NNNNNNNN.

BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
CISA RJ	25 /03 /1974	C	G0079560	1984	ARS G007956 0 84 AC. G007956 0 84	32

ARQUIVO NACIONAL

Assunto
REFUGIADOS BRASILEIROS, PARTIDA DO PANAMA.
Texto
DESTINO TOMADO PELOS REFUGIADOS BRASILEIROS ABAIXO RELACIONADOS, A PARTIR DO PANAMA, PARA ONDE VIAJARAM DO CHILE, APOS 11 SET 73. EM 03 DEZ 73, LMDA, URUGUAIO, MILITANTE DA ORGANIZAÇÃO TUPAMAROS, VIAJOU, ACOMPANHADO DE MNCC, POSSIVELMENTE URUGUAIA, PARA PARIS. NO PANAMA PERMANECEM 53 REFUGIADOS BRASILEIROS.
Entidade
SEM INFORMAÇÃO
Anexos do Documento
SEM INFORMAÇÃO
Nome
MARIA ALBERTINA MICHELAN NNNNNNNN.

BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
16 AAM	26 /11 /1974	C	L0034605	1983	AAM L003460 5 83 AC. L003460 5 83	62

Assunto
REFUGIADOS BRASILEIROS, DESTINO, JOSE ANIBAL PERES DE PONTES.
Texto
JAPP, MILITANTE DA ALA ESQUERDA DA ORGANIZAÇÃO SUBVERSIVA COLINA, ESTEVE REFUGIADO NO CHILE, JUNTAMENTE COM OUTROS BRASILEIROS VINCULADOS A SUBVERSÃO, TENDO POSTERIORMENTE VIAJADO COM DESTINO A PARIS FRANÇA, APOS A QUEDA DO GOVERNO DE SALVADOR ALLENDE. CONSTAM DADOS DE QUALIFICAÇÃO.
Entidade
COMANDO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL COLINA NNNNNNNN.
Anexos do Documento
SEM INFORMAÇÃO
Nome
MARIA ALBERTINA MICHELAN NNNNNNNN.

BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
16 DI	21 /08 /1978	S	A1153006	1978	AC A115300 6 78	DI

Assunto
RETORNO AO BRASIL, ESTABELECIMENTO DE NORMAS.
Texto
ATRAVÉS DA INSTRUÇÃO 001, O MINISTRO-CHEFE DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕE S ESTABELECEU NORMAS DE PROCEDIMENTO PARA OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, NO CASO DE REPATRIAÇÃO DE BRASILEIROS ASILADOS, BANIDOS E AUTO-EXILADOS. CONSTAM DADOS DE QUALIFICAÇÃO.
Entidade
SEM INFORMAÇÃO
Anexos do Documento
EXEMPLAR DAS NORMAS. FOTO ARQUIVADA NA SE623 AC.
Nome
MARIA ALBERTINA MICHELAN ANDRETA NNNNNNNN.

BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
16 DI	16 /05 /1979	C	A0020758	1979	AC A002075 8 79	AC

Assunto
RETORNO AO BRASIL ESTABELECIMENTO DE NORMAS.
Texto
RELAÇÕES ONDE CONSTAM TODOS OS EX BANIDOS E CONDENADOS PELA JUSTIÇA MILITAR, QUE AINDA NÃO TENHAM RETORNADO AO BRASIL, BEM COMO TODOS OS NOMES CUJA INCLUSÃO TENHA SIDO SOLICITADA PELOS CENTROS DE INFORMAÇÕES. FORAM RETIRADOS TODOS OS SUBVERSIVOS CUJA PRESENÇA TENHA SIDO DETECTADA NO BRASIL. MF1.

ARQUIVO NACIONAL

Entidade
SEM INFORMAÇÃO
Anexos do Documento
RELAÇÃO DE BRASILEIROS NO EXTERIOR; RELAÇÃO DE ELEMENTOS FORAGIDOS, INCURSOS NA LSN E CPM E PROCURADOS PELA JUSTIÇA MILITAR LISTA 3. ALGUNS NOMES QUE NÃO SE ENCONTRAM NA RELAÇÃO DESTE DOCUMENTO, ESTÃO NO ANEXO QUE SE ENCONTRA ARQUIVADO NA AC.
Nome
MARIA ALBERTINA MICHELAN ANDRETA NNNNNNNN.

BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
DSI MT	07 /04 /1980	C	A0102520	1980	AC. A010252 0 80	AC

Assunto
INFILTRAÇÃO COMUNISTA.
Texto
DADOS SOBRE A INFILTRAÇÃO COMUNISTA NO MOVIMENTO SINDICAL, COM GRANDE PREJUIZO ECONOMICO PARA O PAIS, INFLUINDO, INCLUSIVE, NO ESFORÇO GOVERNAMENTAL DE INCREMENTO AS EXPORTAÇÕES, DEVIDO AS PARALISAÇÕES INDUSTRIAIS E DE TRANSPORTES QUE ACONTECERAM RECENTEMENTE OU AINDA ESTÃO ACONTECENDO.
Entidade
ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL ALN NNNNNNNN.
CONVERGENCIA SOCIALISTA CS NNNNNNNN.
FRENTE ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL FALN NNNNNNNN.
Anexos do Documento
SEM INFORMAÇÃO
Nome
MARIA ALBERTINA MICHELAN OU BETE NNNNNNNN.

Comissão de Anistia/MJ Fls: 37

BASE DE DADOS SNIG

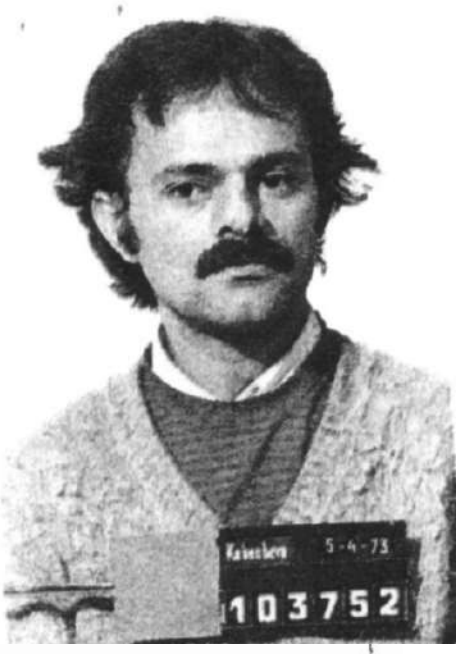
Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
DSI MT	20 /08 /1979	C	A0030910	1979	AC. A003091 0 79	AC

Assunto
MR8, BH. PRISÕES. ZILDA ENGRACIA GAMA DE OLIVEIRA.
Texto
A IMPRENSA VEM NOTICIANDO A PRISÃO, EM BELO HORIZONTE MG, DO EX BANIDO NCS, DE ALGUNS ALUNOS E PROFESSORES, CONSIDERADOS ENVOLVIDOS COM A ORGANIZAÇÃO SUBVERSIVA MR8, ENTRE ELES APARECENDO O NOME DA NOMINADA. DADOS DA ATUAÇÃO SUBVERSIVA DA MESMA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, PARTICULARMENTE EM RIBEIRÃO PRETO, QUANDO UNIVERSITARIA, INCLUINDO LIGAÇÕES COM ELEMENTOS DE GRUPOS TERRORISTAS E COM ATIVISTAS, QUER PROFESSORES, QUER ALUNOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.
Entidade
AÇÃO UNIVERSITARIA CRISTÃ AUC NNNNNNNN.
FRENTE ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL FALN NNNNNNNN.
SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIENCIA SBPC NNNNNNNN.
Anexos do Documento
INFÃO 000120 79 DSI MT.
Nome
MARIA ALBERTINA MICHELAM OU BETE NNNNNNNN.

Dos dossiês identificados, caso seja necessário, o Arquivo Nacional poderá emitir cópias dos documentos nos quais constam os fatos relacionados. E para constar onde convier, eu, Tereza Eleutério de Sousa, Auxiliar Técnico da COREG, matrícula SIAPE 1341194, passei a presente certidão, que assino .....
E eu, Vivien Fialho da Silva Ishaq, Especialista de Nível Superior da COREG, matrícula SIAPE 1618880, a conferi e assino .....
Brasília, 26 de junho de 2006. Maria Esperança de Resende, Matrícula SIAPE nº 0161623, Coordenadora-Geral da Coordenação Regional do Arquivo Nacional, no Distrito Federal.....

DOCUMENTOS DINAMARCA

Foto de Carvalho nos documentos da polícia dinamarquesa - Abril de 1973.



RIGSPOLITICHEFEN
Tilsynet med Udlændinge
Ankersgade 5
1660 København V.

Stempel

Ugedag og dato
Onsdag den 4
Journ. nr.
udl.nr. 671.

Anholdt:
Ap.nr: 25
Løsladt:

RAPPORT

Den brasilianske statsborger

Reginaldo Leite FARIA,
f.d. 10.3.1947 i Rio de Janeiro

henvendte sig i dag kl. 1510 i herv. afd. og anmodede om opholds- og arbejdstilladelse i Danmark.

Pgl. mødte sammen med brasiliansk stb. Carlos Leopoldo Teixeira Paulino, udl.nr. 666.811, der i dec. 1972 indrejste

Fortsat den 30. juni 1973.

JM har ved res. af 23.maj 1973 bestemt, at herombandlede brasilianske statsborger FARIA meddeles afslag på ansøgningen om ophold her i landet, samt at der sættes en frist for hans udrejse.

Såfremt han ikke kan udrejse til Tyskland eller Frankrig, skal sagen forelægges pany.

Ifølge rapp.kont. af 4.april 1973 fremgår, at Tyskland har indvilli. i at modtage omhandlede med de sædvanlige forbehold.

Han logerer i pension SST.

B.Kiltgaard, kon.

sen forelagt Retten inden 24 timer, samt med at han kan komme i forbindelse med sit lands herv. repræsentation, hvilket han dog

Frankrig at kende. Han mente han kunne få visum til Danmark i Paris. Han giver indtryk af ikke fra starten at have villet rejse til Danmark, og hans forklaring er selvmodsigende og rodet.

Kort efter ankomsten til Santiago, lærte han Paulino at kende, og sammen havde de planlagt rejsen. Der var ikke andre med til Europa, og han kender ikke noget til, at der skulle komme flere.

Trechos do relatório da polícia dinamarquesa sobre Carvalho

Trechos da tradução do relatório da polícia dinamarquesa sobre Carvalho

Rigspolitichefen *rapport* *onsdag, den 4. april 1973* 1/11

Chefe da Polícia Real
Copenhague
Quarta-feira, 4 de abril de 1973
Journalnr. udl.nr.671.823

Detido: 4 de abril de 1973 15:50 hs
Ap.nr: 253/73
Liberado: 06-04-73 09:00 hs

Protocolo

O cidadão brasileiro

Reginaldo Leite FARIA,

nascido em 10/3/1947 no Rio de Janeiro,

procurou hoje às 15:10 hs esta repartição e solicitou permissão de residência e trabalho na Dinamarca.

O referido compareceu junto com o cidadão brasileiro Carlos Leopoldo Teixeira Paulino, udl. nr. 666.811 (udl.= numero de identificação de estrangeiros), que em dezembro de 1972 ingressou na Dinamarca e solicitou permissão de residência e trabalho, e em cujo quarto sua bagagem se encontra.

O referido se identificou por meio de documento de viagem chileno para estrangeiros n°.13904, expedido em 28/8/1972 em Santiago, válido até 28/8/1974. O documento não contém carimbo de entrada na Dinamarca.

O referido não possui recursos para o sustento próprio, está sem trabalho e sem passagem para seu país de origem ou um 3°. País, assim como, segundo sua própria declaração, entrou ilegalmente na Dinamarca, em 2/4/73 por volta de 21 – 23 hs.

O referido foi declarado em detenção às 15:50 hs, com base na Lei de estrangeiros § 8, data e momento lhe foram notificados.

Além disto se lhe esclareceu a Lei de estrangeiros §8, Par. 1 e 2, segundo a qual ele pode ser detido pela polícia sem decisão judicial, e que ele

Ele conheceu Paulino logo após sua chegada em Santiago e juntos prepararam a viagem. Na viagem para a Europa não havia ninguém mais, e ele não sabe nada sobre a vinda de outros.

Eles partiram do Chile em 4/9/1972, de navio, por Valparaíso, com 60 - 70 $ no bolso.

Na quarta-feira 4/4/73 ele falou com „as pessoas" que se encontravam na casa, Paulino entre outras. Lá se encontravam ele e o "amigo", sòmente os dois, mas ele falou com Paulino, mas ele nega haver dormido em casa de Paulino. Ele não pode explicar, porque razão sòmente às 15:50 hs do 4/4/73 ele recorreu a esta repartição, mas ele precisava descansar. Ele não lembra quando foi procurar Paulino.

.....

Ele não manteve correspondência com Paulino.

.....

Sua completamente fantástica e inacreditável declaração lhe foi trazida à consciência, mas ele não teve comentários e continuou se recusando a dar informações sobre os amigos.

.....

Intérprete hoje 14:30-18:00 hs, 31/2 horas a 115,- coroas = 402,50 coroas

(assinado) P. Matzen Lund, funcionüario de polícia

Continuado em 30 de junho de 1973.

O Ministro da Justiça determinou, por decisão datada de 23 de maio de 1973, que ao aqui citado cidadão brasileiro FARIA seja dada uma resposta negativa ao seu requerimento de permissão de residência e trabalho aqui no país, bem como que seja fixado um prazo para sua partida.

O caso deve ser novamente considerado, caso ele não possa partir para Alemanha ou França.

A Alemanha concordou em recebe-lo, com as costumeiras reservas, segundo se depreende do protocolo continuado de 4 de abril de 1973.

Ele está alojado na Pensão Ost.

(assinado) B. Klitgaard, funcionário de polícia

CERTIDÕES

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA MILITAR FEDERAL
2ª AUDITORIA DA 2ª C.J.M.
São Paulo - SP

CERTIDÃO

LUCIMARA MARCELINO
Diretora de Secretaria da 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, em virtude de Lei, e em conformidade com a Lei de Organização Judiciária Militar.

CERTIFICA, para os devidos fins de direito que, nesta 2ª Auditoria da 2ª C. J. M., **CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO**, filho de Moacyr Alves Paulino e de Maria Aparecida Teixeira Paulino, nascido aos 11/06/1950, natural de Ribeirão Preto - SP, portador da cédula de identidade RG nº 4.336.243 - SSP/SP, respondeu aos seguintes feitos: **PROCESSO Nº 67/68:** denunciado pelo MPMU em 05/11/1968 como incurso nas sanções do artigo 36 do DL nº 314/67, tendo sido recebida a denúncia em 07/11/1968. Por decisão do Conselho datada de 15/12/1972, e transitada em julgado no dia 18/12/1972, foi decretada a extinção da punibilidade, pela prescrição da ação penal. **PROCESSO Nº 16/70:** denunciado pelo MPMU em 13/07/1970 como incurso nas sanções dos artigos 14, 23, 25 e 49, inciso III, do DL nº 898/69 c/c o artigo 53 do CPM e artigo 154 da Constituição Federal vigente na época. Em 05/02/1970 foi decretada a prisão preventiva do indigitado, sendo o mesmo declarado revel em 29/04/1971. Em julgamento realizado no dia 24/11/1971 foi absolvido. O Egrégio STM em sessão de 05/12/1972, por unanimidade de votos, negou provimento ao apelo do MPMU, confirmando a r. sentença absolutória. O v. acórdão transitou em julgado no dia 11/12/1972. Dou fé. São Paulo, 23 de Julho de 1998. Eu, **Paulo Monteiro Debeus**, Técnico Judiciário, digitei. Eu, _____, **Lucimara Marcelino**, Diretora de Secretaria, subscrevo.

PMD.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA MILITAR
SUBSECRETARIA DE INTELIGÊNCIA

Em conformidade com a Portaria n° 008, de 16 JAN 96, da Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República, e em atendimento a requerimento de **CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO**, protocolado no dia 17 OUT 97, informo que nos arquivos em poder desta Subsecretaria há registros sobre fatos e situações com as seguintes indicações a respeito do requerente:

CARLOS LEOPOLDO TEIXEIRA PAULINO, brasileiro, casado, advogado, filho de MOACYR ALVES PAULINO e MARIA APARECIDA TEIXEIRA PAULINO, nascido no dia 11 JUN 50, em Ribeirão Preto/SP, portador da Carteira de Identidade n° 4.336.243 - SSP/SP e inscrito no CPF sob o n° 746.187.178-15.

Foi presidente do Centro Nacionalista Olavo Bilac do Colégio Otoniel Mota; presidente da União dos Estudantes de Ribeirão Preto (UERP); presidente do Diretório Acadêmico 1° de Setembro da Faculdade de Direito Laudo de Camargo da Universidade da Associação de Ensino de Ribeirão Preto (UNAERP); professor da Universidade do Chile; 2° tesoureiro da Associação Nacional dos Advogados dos Trabalhadores na Agricultura (ANATAG); vereador pelo PMDB em Ribeirão Preto; advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP); membro do Diretório Regional do PMDB/SP; vereador pelo PSB em Ribeirão Preto; diretor para assuntos de transporte da Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM); presidente da Comissão Executiva Regional do PSB/SP; secretário-geral da Comissão Diretora Regional Provisória do PSB/SP; e vice-presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

Destacou-se como líder estudantil em Ribeirão Preto/SP, no período de 66/69, participando ativamente do Movimento Estudantil (ME) naquela cidade. Foi eleito presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito Laudo de Camargo, em Ribeirão Preto/SP, para o biênio 69/70. Em meados de 69, participou, no bairro da Vila Mariana, em São Paulo/SP, de uma reunião do ME, a qual teve como finalidade precípua a reorganização da União Nacional dos

Estudantes (UNE) e da União Estadual de Estudantes de São Paulo (UEE/SP). Teve ativa participação na cidade de Ribeirão Preto/SP, quer como terrorista da "Ala Marighella", quer como líder do ME. Desbaratada a "Ala Marighella" no final de 69, em Ribeirão Preto, fugiu para o Chile.

Em 68, então estudante da Faculdade de Direito Cândido de Camargo, em Ribeirão Preto/SP, foi preso e indiciado no Inquérito Policial nº 15/68, da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), como incurso na Lei de Segurança Nacional (LSN), por participação no XXX Congresso da UNE, realizado no município de Ibiúna/SP em 12 OUT 68. Em 18 OUT 68, o delegado titular daquela Especializada determinou a remessa dos autos à 2ª Auditoria da 2ª Região Militar (2ª RM), em São Paulo/SP, onde o Processo tomou o nº 67/68, tendo o Conselho Permanente de Justiça (CPJ) daquela auditoria, em decisão de 15 DEZ 72, declarado extinta a punibilidade do requerente pela prescrição da ação penal.

Em 69, foi indiciado no Inquérito Policial nº 238/69, instaurado pela Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto/SP (qualificado indiretamente por estar foragido), em virtude do desbaratamento de um grupo terrorista ligado diretamente à organização terrorista "Ação Libertadora Nacional"(ALN) - Ala Marighella, o qual, desde 66/67, vinha se arregimentando e agindo naquela cidade com o objetivo de deflagrar ao lado de outras organizações, uma "guerra revolucionária subversiva". Em 29 DEZ 69, o encarregado do inquérito representou pela decretação de sua prisão preventiva e de outros indiciados, sendo os autos remetidos ao diretor do DOPS/SP.

Em 70, foi indiciado em inquérito policial instaurado pela DOPS/SP para apurar atividades consideradas subversivas praticadas por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no município de Ribeirão Preto/SP. Em 02 FEV 70, o encarregado do inquérito solicitou a decretação de sua prisão preventiva e de outros indiciados, por infringência da LSN, e determinou a remessa dos autos à autoridade competente.

Figurou numa relação de pessoas que foram absolvidas pela 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (2ª CJM), no Processo nº 16/70 (DEOPS).

Em 30 ABR 73, A Agência Central do extinto Serviço Nacional de Informações (AC/ex-SNI) comunicou à Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (ex-DSI/MRE), que existiam registros que caracterizavam o requerente como elemento agitador esquerdista, desaconselhando assim, a concessão de novo passaporte ao mesmo.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SSI

Ainda em 73, obteve salvo-conduto junto ao governo chileno para deixar aquele país com destino ao Panamá.

Também em 73, viajou do Chile para o Panamá e, em 21 NOV do mesmo ano, do Panamá para Buenos Aires/Argentina, pelo vôo 815 da Air-Panamá.

Em 78, integrou relação de brasileiros ligados à subversão vivendo na Argentina.

Segundo documento datado de 07 AGO 79, oriundo da Agência de São Paulo (ASP/ex-SNI), o requerente, então membro do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), foi detido em Ribeirão Preto/SP, no dia 17 MAR 79, em companhia de outras cinco pessoas. Ainda, conforme o documento, viveu no Chile até a deposição do governo Allende, viajou para a Argentina como refugiado e regressou ao Brasil em data ignorada. De outro documento, datado de 26 MAIO 82, da mesma Agência, além de registros já citados na presente Certidão extrai-se o seguinte a seu respeito: esteve foragido durante cinco anos; durante seu exílio voluntário foi professor na Universidade do Chile; voltando ao Brasil reintegrou-se nas lutas contra o regime vigente, fundando o CBA de Ribeirão Preto; e em 17 MAR 79, foi detido e logo após liberado, por estar distribuindo panfletos e vendendo adesivos pró-CBA de Ribeirão Preto/SP.

Em 15 AGO 79, como representante do CBA de Ribeirão Preto/SP, esteve presente na Praça XV de Novembro, naquela cidade, em um comício em favor da greve de fome dos presos políticos e da anistia, evento promovido por estudantes da USP.

Em 26 OUT 79, integrou a mesa diretora de uma reunião promovida em Ribeirão Preto/SP, pelo CBA local, no anfiteatro do Hospital das Clínicas, sobre o tema "Região de Ribeirão Preto - Repressão Dez Anos Depois", ocasião em que fez uso da palavra.

Participou, em 22 JAN 80, na Praça Carlos Gomes, em Ribeirão Preto/SP, de um ato público em defesa dos presos políticos de Itamaracá, ocasião em que usou da palavra.

Teve participação ativa no movimento grevista dos metalúrgicos em Sertãozinho/SP, em MAR/ABR 80.

Pronunciou discurso quando da realização, em 14 MAIO 80, de um ato público pelos estudantes da Universidade de São Paulo (USP), de Ribeirão Preto/SP, que reivindicou a abertura do restaurante universitário com subsídio de

75% nas refeições e mais verbas para a educação. Após o evento, houve efetivação de piquetes no "campus" da USP, com paralisação geral das aulas.

Ainda em 80, seu nome constou de uma relação de políticos e advogados que manifestaram apoio, ou comparecendo à manifestações ou discursando, no movimento grevista dos metalúrgicos da região do ABC paulista.

Em 28 OUT 80, participou, na Praça XV de Novembro, em Ribeirão Preto/SP, de um ato público em comemoração ao "Dia Nacional da Consciência Negra", promovido pelo "Grupo Bologum", do Movimento Negro Unificado, e que objetivou também, "protestar contra a violência policial, o terror e a discriminação racial". Na ocasião, pronunciou discurso.

Foi um dos presentes à I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT), realizada no município de Praia Grande/SP, no período de 21 a 23 AGO 81.

Participou, em 1° OUT 81, em Ribeirão Preto/SP, das manifestações alusivas ao "Dia Nacional de Luta".

Ainda em 81, integrou relação nominal de militantes, aliados e simpatizantes da Organização Socialista Internacional (OSI). Também, em 81, seu nome constou de uma relação de militantes ou simpatizantes ou ainda colaboradores dos órgãos de divulgação do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Em 12 MAR 82, impetrou petição de "habeas corpus" junto ao juiz de direito da comarca de Espírito Santo do Pinhal/SP, em favor de três pessoas que haviam sido presas, segundo ele, arbitrariamente, naquela cidade.

Participou, em 17 MAR 82, de um ato público promovido por alunos do "campus" da USP/Ribeirão Preto, contra o preço da alimentação cobrada pela administração, contra a implantação da Universidade de Ribeirão Preto, e contra o ensino pago, ocasião em que fez pronunciamento.

Em 1° MAIO 82, participou das comemorações alusivas ao "Dia do Trabalho", levadas a efeito em Sertãozinho (Praça 21 de Abril), em Ribeirão Preto (Esplanada D. Pedro II) e, em Batatais/SP (em frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais), ocasiões em que fez uso da palavra.

Nos dias 14 e 15 MAIO 82, por ocasião da visita de Luiz Carlos Prestes a Ribeirão Preto/SP, a convite do DAPC/UNAERP, o mesmo concedeu entrevista coletiva à imprensa, na Câmara Municipal, e proferiu uma palestra no

auditório da Sociedade Legião Brasileira, no edifício Padre Euclides. O requerente compareceu a ambos os eventos.

Seu nome constou de um panfleto intitulado "É hora de Mudar", relativo a propaganda eleitoral de sua campanha para deputado estadual pelo PMDB/SP às eleições de 15 NOV 82.

Nas eleições de 15 NOV 82, foi eleito vereador pelo PMDB em Ribeirão Preto, com 2.968 votos, tendo sido apoiado pelo MR-8.

Foi autor de requerimento aprovado em sessão de 10 MAIO 83, pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto/SP, solicitando o reatamento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com Cuba.

Em 03 JUL 83, por ocasião da Convenção Municipal do PMDB de Ribeirão Preto/SP, foi eleito o Diretório Municipal do referido partido, sendo o requerente escolhido tesoureiro.

Em 20 OUT 83, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto/SP aprovou um requerimento de sua autoria contendo protesto sobre a decretação das medidas de emergência em Brasília/DF.

Compareceu, em 26 NOV 83, no Salão de Convenções do Stream Palace Hotel, em Ribeirão Preto/SP, à sessão de instalação da União Cultural Brasil - União Soviética (UCBURSS). Já no dia 28, dando seqüência a "Semana Cultural Brasil - URSS", realizou-se no auditório da Legião Brasileira de Assistência (LBA), naquela cidade, uma palestra sobre o tema "História das Relações Culturais entre Brasil e União Soviética", na qual o requerente também compareceu.

Em 17 FEV 84, reuniu-se em Ribeirão Preto/SP com outras pessoas, com o objetivo de montar, naquela região, uma sucursal do jornal Voz da Unidade.

Em 23 FEV 84, esteve presente à solenidade de lançamento do Conselho Paulista de Defesa da Paz, na Câmara Municipal de São Paulo, auditório Pedroso Horta.

Seu nome constou de relação de pessoas que apoiaram a greve dos trabalhadores rurais de São Paulo, deflagrada em MAIO 84.

Seu nome, como advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), figurou entre os líderes do movimento grevista dos trabalhadores rurais "bóias-frias", deflagrado em JAN 85, em várias regiões do Estado de São Paulo.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SSI

Em FEV 85, juntamente com membros do comando de greve de Guariba/SP, participou de uma concentração na praça central de Pradópolis/SP, ocasião em que solicitaram apoio ao movimento grevista dos "bóias-frias" da região.

Integrou relação de pessoas de Ribeirão Preto/SP que atuaram como líderes do movimento grevista dos trabalhadores em estabelecimentos bancários de São Paulo, deflagrado em SET 85.

O jornal "O Estado de São Paulo", em sua edição de 11 OUT 85, sob o título "Políticos e sindicalistas persuadiram invasores", publicou matéria relacionando o requerente, advogado da FETAESP, e outros, como participantes de reuniões que visavam a traçar uma estratégia de invasão de áreas públicas na região de Ribeirão Preto/SP, que levasse o governo a conceder títulos de propriedade a "bóias-frias". Nesse sentido, como advogado da FETAESP, apoiou os invasores de uma área do horto florestal Guarani, de propriedade da FEPASA, no município de Pradópolis/SP, região de Ribeirão Preto/SP.

Nos primeiros dias de JAN 86, os trabalhadores rurais volantes "bóias-frias" da usina São Martinho, em Pradópolis/SP, sob a liderança do requerente, planejaram deflagrar uma greve objetivando pressionar o setor patronal a atender as reivindicações da categoria. Na ocasião, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba/SP os dissuadiu de tal intento, por considerá-lo inoportuno naquele momento.

Integrou relação de pessoas que prestaram apoio à manifestação de protesto dos funcionários demitidos da Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, levada a efeito em 15 JAN 86, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo/SP.

Em 21 JAN 86, participou em Barrinha/SP, de um encontro de trabalhadores rurais "bóias-frias", os quais se achavam em greve, ocasião em que teve destacada atuação.

Em JUL 86, denunciou a existência de torturadores nos quadros da Polícia Militar em Ribeirão Preto/SP.

Teve seu nome vetado por deputados estaduais do PMDB/SP, para concorrer ao cargo de deputado estadual pelo dito partido às eleições de 15 NOV 86, por ocasião da Convenção Regional do PMDB/SP, em 06 JUL 86.

Em 06 AGO 86, o PMDB de Ribeirão Preto/SP admitiu a possibilidade de apoiar a candidatura de Antonio Ermírio de Morais, em virtude da insatisfação com a executiva do partido por não ter homologado o nome do requerente e de outro vereador, como candidatos a deputados estaduais.

Participou, em 09 JAN 86, na Esplanada do Teatro Pedro II, em Ribeirão Preto/SP, de um ato público de trabalhadores rurais, organizado pelo Comitê Pró-Reforma Agrária.

Em DEZ 86, por ocasião da greve geral promovida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e União Sindical Independente (USI), o requerente e outros vereadores, além de membros das entidades citadas, promoveram e lideraram uma passeata pelo centro de Ribeirão Preto/SP, com cerca de 200 pessoas. À medida em que a caravana encontrava algum comércio aberto, solicitava seu fechamento, no que era atendida de imediato. Posteriormente, os manifestantes reuniram-se na Esplanada do Teatro Pedro II, dando início a um ato público.

Em 07 MAR 87, cerca de 600 apanhadores de algodão de Guararapes/SP bloquearam, durante todo o dia, o acesso aos locais de colheita, formando também piquetes na entrada da fábrica de óleo Menu, reivindicando o reajuste do preço da arroba de algodão apanhada. No local, foi notada a presença do requerente, sendo que os trabalhadores retornaram às atividades em 12 MAR, após acordo com a empresa.

Apoiou o movimento dos funcionários da Drogacenter Distribuidora de Medicamentos, em MAR 87, na cidade de Ribeirão Preto, os quais reivindicavam reposição salarial.

Em ABR 87, foi citado como um dos integrantes da "Fração Nacional dos Vereadores do PCB", em São Paulo.

Participou, em 28 ABR 87, de uma assembléia dos alunos da UNAERP, relativa a aumento das mensalidades, ocasião em que, entre outras soluções, foi discutida, votada e aprovada a paralisação das atividades acadêmicas até o dia 04 MAIO 87. Nesse dia, nova assembléia foi realizada, tendo o requerente hipotecado solidariedade ao movimento.

Em 07 MAIO 87, participou de uma concentração de funcionários públicos estaduais defronte a Igreja Matriz de Ribeirão Preto/SP, seguida de passeata pelas ruas centrais daquela cidade.

Em 31 JUL 87, participou do "comício pró-participação popular na constituinte", na Esplanada Dom Pedro II, em Ribeirão Preto/SP, ocasião em que foi um dos oradores.

Participou, em 10 AGO 87, no Largo do Rosário, em Campinas/SP, de comício do PT, pró-eleições diretas em 88, ocasião em que fez uso da palavra.

Participou, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília/DF, do "I Congresso Nacional do PSB", realizado nos dias 10, 11 e 12 OUT 87. No transcorrer do evento, foi distribuído, entre outros folhetos, o intitulado "A Mulher e o Socialismo", de autoria do requerente.

Com vistas às eleições de 88, o PSB, PT, PC do B e o PV, se reuniram em 13 OUT 87, na Câmara Municipal de Ribeirão Preto/SP, a convite do requerente, para discutirem a formação de uma "Frente Popular", visando a união dos principais partidos progressistas para disputar, coligados, a sucessão do prefeito daquela cidade e a eleição de vereadores em 88.

Ainda em 87, apoiou a invasão, por cerca de 70 famílias, de uma área de terra no Parque Industrial Avelino Alves Palma, em Ribeirão Preto/SP.

Em 13 MAR 88, por ocasião da Convenção Regional do PSB/SP, foi escolhida a Comissão Executiva do partido, tendo o requerente sido eleito 3° vice-presidente.

Figurou numa relação de pessoas que participaram de encontros que definiram pauta de reivindicações e das negociações de acordo coletivo de trabalho, bem como da campanha salarial dos trabalhadores rurais "bóias-frias" de São Paulo, no período de MAR/JUN 88.

Foi um dos signatários da Carta Circular n° 111, de 13 ABR 88, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto/SP, comunicando ao então Ministro-Chefe do ex-SNI, a aprovação, por parte daquele Legislativo, do requerimento da União dos Servidores Aposentados e Pencionistas do SINPAS de Ribeirão Preto, no qual solicitou o apoio daquela Câmara no sentido de enviar moção à Assembléia Constituinte, visando a aprovação dos arts. 236 e 237, então já aprovados pela Comissão de Sistematização e que deveriam ser votados no texto da nova Carta Magna.

Nos dias 24/25 JUN 88, ocorreram movimentos reivindicatórios nas Usinas Jardest e Galo Bravo, em Jardinópolis/SP, os quais se iniciaram com interrupção do tráfego de caminhões que transportavam os "bóias-frias", através de piquetes na saída da cidade. Na ocasião, o requerente foi um dos que coordenou a interrupção do transporte dos trabalhadores.

Integrou uma delegação de políticos brasileiros que, no período de 24 ABR a MAIO 89, visitou CUBA.

Figurou numa relação de políticos presentes no Palácio dos Bandeirantes, em 01 JUN 89, em uma audiência em que os professores de São Paulo reivindicaram melhorias salariais ao governador em exercício, Almino Afonso.

Participou, na Câmara Municipal de São Paulo/SP, em 04 JUN 89, do Encontro Estadual do PSB/SP, ocasião em que fez uso da palavra.

De um outro documento, datado de 16 JUN 89, elaborado pela Agência de São Paulo (ASP/ex-SNI), versando sobre as atividades do requerente, extrai-se o seguinte: eleito vereador de Ribeirão Preto pela segunda vez em 15 NOV 88, pela coligação PDT, PH, PCB, PC do B, PSB e PSDB, com 1.521 votos. Na primeira, em 82, foi eleito pelo PMDB, com 2.964 votos. Membro do PSB. É advogado formado pela Faculdade de Direito de São Carlos, turma de 77. Foi presidente do Centro Nacionalista Olavo Bilac (do Otoniel Mota), da União dos Estudantes de Ribeirão Preto (UERP) e do Diretório Acadêmico 1° de Setembro, da Faculdade de Direito Laudo de Camargo, da UNAERP, na qual fez até o 2° ano, quando razões políticas levaram-no ao exílio de cinco anos, período em que residiu, sucessivamente, no Chile, França, Dinamarca, Panamá e Argentina. Durante o exílio, foi obrigado a exercer diversas profissões, entre elas, a de músico (tocou na vida noturna de Buenos Aires e na Europa) e foi professor da Universidade do Chile. Anteriormente ao exílio, fez parte da ALN. De volta ao Brasil, filiou-se ao MR-8, no qual chegou a ser dirigente estadual, dele se afastando em 82. Em 79, dirigiu o CBA. Como advogado da FETAESP, teve participação efetiva na organização das greves de trabalhadores da região de Ribeirão Preto. Em AGO 88, foi nomeado pela Executiva Nacional do PSB para o cargo de presidente da Comissão Provisória do partido em São Paulo. Em 89, era vice-presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto/SP. Em entrevista concedida ao Jornal de Ribeirão, edição de 25 a 31 MAR 89, falou sobre a política local e suas pretensões para 1990.

Ainda em 89, como secretário-geral do PSB/SP, distribuiu nota desaprovando e repudiando o prefeito de Mirassol/SP, por ter decidido apoiar o candidato do PMDB à Presidência da República, uma vez que o PSB estava engajado na candidatura do presidenciável do PT.

É o que se contém arquivado neste Órgão até a presente data.**********

Brasília/DF, 29 de abril de 1998

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SSI

DAVID BERNARDES DE ASSIS
Assessor

9

Certidão nº 10560

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

C E R T I D Ã O

Em conformidade com a Portaria n° 510, de 16 nov. 2000, da Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e, em atendimento ao requerimento de EMIR APARECIDA MARTINS PAULINO, brasileira, casada, advogada, filha de José Miguel Martins e Alzira Lago Martins, nascida no dia 2 jun. 1956, em Potirendaba/SP, portadora da Carteira de Identidade n° 7.604.128 – SSP/SP e inscrita no CPF sob o n° 833.787.318-34, protocolizado no dia 10 ago. 2005, é certificado que, nos arquivos sob custódia desta Agência, há registros sobre fatos e situações com as seguintes informações:

Em 17 mar. 1979, em razão de estar distribuindo panfletos e vendendo adesivos em favor do Comitê Brasileiro Pela Anistia de Ribeirão Preto/SP, foi detida e logo liberada.

É o que consta nos arquivos sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).***

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACM = Associação Cristã de Moços

AERP = Associação de Ensino de Ribeirão Preto, atualmente UNAERP

AI = Ato Institucional

ALN = Ação Libertadora Nacional

AP = Ação Popular

ARENA = Aliança Renovadora Nacional

CA = Centro Acadêmico

CBA = Comitê Brasileiro pela Anistia

CC = Comitê Central

CCC = Comando de Caça aos Comunistas

CENIMAR = Centro de Informações da Marinha

CIA = Central Intelligence Agency (Agência Central deInteligência)

CNOB = Centro Nacionalista Olavo Bilac

COLINA = Comando de Libertação Nacional

CRUSP = Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo

CSM = Circunscrição do Serviço Militar

DI = Dissidência

DOI- CODI =Departamento de Operações e Informações - Centro de Operações e Defesa Interna

DOPS = Departamento de Ordem Política Social

ELN = Exército de Libertação Nacional

FALN = Frente Armada de Libertação Nacional

FAP = Forças Armadas Peronistas

FETAESP = Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de SP

MAD = Movimento de Ação Democrática

MAR = Movimento de Ação Revolucionária

MCD = Movimento Contra a Ditadura

MDB = Movimento Democrático Brasileiro

ME = Movimento Estudantil

MEC = Ministério da Educação e Cultura

MIA = Movimento Intersindical Antiarrocho

MIR = Movimento de Esquerda Revolucionária

MLST = Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MOLIPO = Movimento de Libertação Popular

MR-8 = Movimento Revolucionário 08 de outubro

MRT = Movimento Revolucionário Tiradentes

MNR = Movimento Nacionalista Revolucionário

OBAN = Operação Bandeirantes

OLAS = Organização Latino-Americana de Solidariedade

ONU = Organização das Nações Unidas

PC = Partido Comunista

PC do B = Partido Comunista do Brasil

PCB = Partido Comunista Brasileiro

PCBR = Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCC = Partido Comunista do Chile

PDC = Partido Democrata Cristão

PFL = Partido da Frente Liberal

PL = Partido Libertador

PM = Polícia Militar

PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POLOP = Política Operária

PS = Partido Socialista

PSB = Partido Socialista Brasileiro

PSI = Partido Socialista Italiano

PST = Partido Socialista dos Trabalhadores

PUC = Pontifícia Universidade Católica

QG = Quartel General

RI = Regimento de Infantaria

STM = Superior Tribunal Militar

TL = Tendência Lenista

UBES = União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UEE = União Estadual dos Estudantes

UERP = União dos Estudantes de Ribeirão Preto

UGT = União Geral dos Trabalhadores

UME = União Metropolitana dos Estudantes

UNB = Universidade de Brasília

UNE = União Nacional dos Estudantes

UPES = União Paulista de Estudantes Secundaristas

USAID = United States Agency for International Development

USP = Universidade de São Paulo

VAR PALMARES = Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR = Vanguarda Popular Revolucionária

FONTES DE CONSULTAS

Revistas:

- Resumo Cronológico Revista "Isto é"
- Arquivo da revista Veja.
- Arquivo Revista Fatos e fotos.
- Arquivo Revista Manchete.
- Arquivo Revista O Cruzeiro.

Jornais:

- Arquivo Folha de São Paulo.
- Arquivo jornal Estado.
- Arquivo jornal Diário Popular.
- Arquivo Diário de Notícias.
- Arquivo jornal Diário da Manhã.
- Arquivo jornal A Palavra.
- Arquivo jornal O Diário.
- Arquivo jornal A Cidade.

LEOPOLDO PAULINO
(16) 99794 0135
ABAIXO A DITADURA
= POVO NO PODER =
TEMPO DE RESISTÊNCIA
@tempoderesistencia
/tempoderesistencia
Leopoldo Paulino
leopoldopaulino@hotmail.com
@leopoldopaulino
@leopoldopaulino
/leopoldopaulino
@leopoldopaulino3
www.tempoderesistencia.com.br

"De minha parte, nenhuma explicação conseguia dar. Fora da Terra há três anos e meio, cada visão dos morros cariocas, do Cristo Redentor, do Corcovado, de Ipanema e de Copacabana fazia crescer o nó na minha garganta, enquanto não conseguia conter as lágrimas que rolavam".